MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
DIRETORIA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA

KULINA DO RIO UERÉ

Povo Kulina

Municípios: Carauari-AM, Tapauá-AM e Tefé-AM

Portaria n.º 649/PRES/FUNAI, de 19 de abril de 2023

Santarém/PA

Novembro de 2025

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

Terra Indígena Kulina do Rio Ueré
Povo Kulina
Municípios: Carauari-AM, Tapauá-AM e Tefé-AM

Genoveva Santos Amorim
Antropóloga
Coordenadora do Grupo Técnico
Portaria nº 649/PRES/FUNAI, de 19.04.2023

Santarém/PA
Novembro de 2025

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 15, DE 19 DE ABRIL DE 2023

O PRESIDENTE, no uso da sua competência, com fundamento no artigo 29 do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º Efetivar, por tempo indeterminado, a cessão do empregado público WAGNER RICARDO SAMANIEGO, matrícula nº 98575-53, pertencente ao quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, para a Advocacia-Geral da União -AGU.

Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cessionário.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar a frequência do empregado, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente.

Art. 4º O empregado público deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente, quando do seu retorno, observado o disposto no parágrafo único do artigo 11 do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021.

Art. 5º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso o empregado público não se apresente ao órgão requisitante no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º Cabe a AGU assegurar que o empregado colocado a sua disposição não exercerá atividades que não correspondam às suas atribuições na entidade de origem, de forma a não ocorrer desvio de função.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO AMADO BARZELLAY

PORTARIA Nº 15, DE 19 DE ABRIL DE 2023

O PRESIDENTE, no uso da sua competência, com fundamento no artigo 29 do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º Efetivar, por tempo indeterminado, a cessão da empregada pública NYRLENE REJANE PAMPLONA BARROS, matrícula nº 17947-95, pertencente ao quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, para a Advocacia-Geral da União -AGU.

Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cessionário.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar a frequência do empregado, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente.

Art. 4º O empregado público deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente, quando do seu retorno, observado o disposto no parágrafo único do artigo 11 do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021.

Art. 5º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso o empregado público não se apresente ao órgão requisitante no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º Cabe a AGU assegurar que o empregado colocado a sua disposição não exercerá atividades que não correspondam às suas atribuições na entidade de origem, de forma a não ocorrer desvio de função.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO AMADO BARZELLAY

Ministério dos Povos Indígenas

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA /MPI Nº 94, DE 18 DE ABRIL DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, no uso da competência subdelegada pelo inciso I do art. 10 da Portaria/MPI nº 73, de 09 de março de 2023, do Ministério dos Povos Indígenas, e demais informações que constam do Processo nº 08620.001870/2023-13, resolve:

Dispensar PRISCILA RIBEIRO DA CRUZ da função comissionada executiva de Coordenador de Planejamento e Apoio às Coordenações de Frente de Proteção Etnoambiental da Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, código CCE 1.10, a partir de 10 de abril de 2023.

ELOY TERENA

PORTARIA DE PESSOAL/MPI Nº 101, DE 18 DE ABRIL DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, no uso da competência subdelegada pelo inciso I do art. 10 da Portaria/MPI nº 73, de 09 de março de 2023, do Ministério dos Povos Indígenas, e demais informações que constam do Processo nº 15000.100330/2023-76, resolve:

Art. 1º Nomear PAULO TEIXEIRA DE SOUZA OLIVEIRA, CPF nº ***.885.805-**, para exercer o Função Comissionado Executivo de Coordenador, código FCE 1.10, na Coordenação de Retirada de Invasores e Desintrusão da Coordenação-Geral de Promoção a Demarcação do Departamento de Proteção Territorial e de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas, deste Ministério.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELOY TERENA

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

PORTARIAS DE PESSOAL FUNAI, DE 19 DE ABRIL DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, e de acordo com o que consta no Artigo 38 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Nº 368-Dispensar HAROLDO NIEMEYER RESENDE, matrícula nº 1911682, do encargo de substituto do Coordenador de Acompanhamento de Saúde Indígena, código FCE 1.10, da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável desta Fundação.

Nº 369-Designar NIKOLAS RAPHAEL GIL ALCON MENDES, matrícula nº 1818356, para exercer o encargo substituto do Coordenador de Acompanhamento de Saúde Indígena, código FCE 1.10, da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável desta Fundação, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo.

JOENIA WAPICHANA

PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 370, DE 19 DE ABRIL DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Art. 29 do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, e, ainda, no art. 2º da Lei nº 9.007/1995, e nas demais informações que constam do Processo nº 08620.003226/2023-71, resolve:

Art. 1º Efetivar a requisição do servidor JUAN FELIPE NEGRET SCALIA, matrícula nº 1821858, pertencente ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, para exercício no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Art. 2º O ônus pela remuneração ou salário é do órgão requisitado.

Art. 3º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso o servidor não se apresente ao órgão requisitante no prazo de trinta dias.

Art. 4º O servidor retornará ao órgão de origem quando da dispensa/exoneração da função/cargo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOENIA WAPICHANA

PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 371, DE 19 DE ABRIL DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Art. 29 do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, e, ainda, no art. 2º da Lei nº 9.007/1995, e nas demais informações que constam do Processo nº 08620.002992/2023-19, resolve:

Art. 1º Efetivar a requisição da servidora LIZANE LÚCIA DE SOUZA, matrícula nº 3005903, pertencente ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, para exercício no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Art. 2º O ônus pela remuneração ou salário é do órgão requisitado.

Art. 3º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso a servidora não se apresente ao órgão requisitante no prazo de trinta dias.

Art. 4º A servidora retornará ao órgão de origem quando da dispensa/exoneração da função/cargo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOENIA WAPICHANA

PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 372, DE 19 DE ABRIL DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Art. 29 do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, e, ainda, no art. 2º da Lei nº 9.007/1995, e nas demais informações que constam do Processo nº 08620.001825/2023-51, resolve:

Art. 1º Efetivar a requisição do servidor THIAGO HENRIQUE FIOROTT, matrícula nº 1820038, pertencente ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, para exercício no Ministério dos Povos Indígenas.

Art. 2º O ônus pela remuneração ou salário é do órgão requisitado.

Art. 3º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso o servidor não se apresente ao órgão requisitante no prazo de trinta dias.

Art. 4º O servidor retornará ao órgão de origem quando da dispensa/exoneração da função/cargo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOENIA WAPICHANA

PORTARIA FUNAI Nº 648, DE 19 DE ABRIL DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 9.010/2017, de 23/03/2017, combinado com o disposto no Decreto n.º 10.193/2019, de 27/12/2019, e com a Portaria nº 1.459/CC-PR, de 01/02/2023, e CONSIDERANDO Cota nº 00842/2022/COAF-PRIOR/PFE-FUNAI/PGF/AGU (4502102), que remete o Ofício nº 00610/2022/CTR/ER-FDIN-PRF1/PGF/AGU (4309997), com Parecer de Força Executória, resolve:

Art. 1º Alterar o Artigo 1.º da Portaria Funai n.º 609 (4891867), de 13 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2023 (4921583), incluindo Bruno da Silva Antunes de Cerqueira, indigenista especializado, com lotação na Coaf/PFE, como historiador e Tômas Roque Carvalho, indigenista especializado, lotado na Coordenação Técnica Local em Porto Velho/CR-JPR, como assistente do Grupo Técnico que realizará os estudos de natureza antropológica, etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental necessários à identificação e delimitação da área reivindicada por indígenas pertencentes às etnias Cassupá e Salamãi, localizada nos Municípios de Chupinguaia e Vilhena, no estado de Rondônia.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOENIA WAPICHANA

PORTARIA FUNAI Nº 649, DE 19 DE ABRIL DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 9.010/2017, de 23/03/2017, combinado com o disposto no Decreto n.º 10.193/2019, de 27/12/2019, e com a Portaria nº 1.459/CC-PR, de 01/02/2023, e CONSIDERANDO sentença (0050891- p. 8-20) prolatada nos autos da Ação Civil Pública nº 0000699-95.2015.4.01.3202, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico (GT) com o objetivo de realizar os estudos de natureza antropológica, etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Matatibem), reivindicada por indígenas pertencentes à etnia Kulina, localizada no Município de Carauari, no estado do Amazonas, com a seguinte composição:

1. Genoveva Santos Amorim - antropóloga, colaboradora eventual, como Antropóloga-Coordenadora;

2. Ana Luiza Melgaço Ramalho - bióloga, colaboradora eventual, como profissional da área ambiental; e

3. Maurice Seiji Tomioka Nilsson - geógrafo, colaborador eventual, como cartógrafo.

Art. 2º Determinar o deslocamento dos componentes acima citados ao Município de Carauari, no estado do Amazonas, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para os trabalhos de campo, a contar dos seus respectivos deslocamentos.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para entrega do relatório, a contar do retorno da coordenadora dos estudos.

Art. 4º As despesas com os servidores da Funai e seus deslocamentos serão custeadas por meio do Plano Operacional Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas, da Diretoria de Proteção Territorial, Plano de Trabalho Resumido (PTRES) 225455 - Plano Interno FI999069IDE, Centro de Custos 123G16.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOENIA WAPICHANA

PORTARIA FUNAI Nº 650, DE 19 DE ABRIL DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 9.010/2017, de 23/03/2017, combinado com o disposto no Decreto n.º 10.193/2019, de 27/12/2019, e com a Portaria nº 1.459/CC-PR, de 01/02/2023, e CONSIDERANDO decisão judicial de 23/10/2007 (0036207), no âmbito da Ação Civil Pública n.º 0002588-07.1998.4.01.3000, resolve:

Sumário

1. Introdução 17
I – Primeira Parte 75
Dados Gerais 75
2. Os Kulina e o contexto cultural e histórico 75
II – Segunda Parte 117
Habitação permanente 117
3. Critérios Kulina de ocupação territorial 117
4. Registros históricos e narrativas orais sobre a ocupação no Rio Ueré 149
5. Descrição da distribuição das aldeias, com respectiva população e localização 202
III – Terceira Parte 224
Atividades produtivas 224
6. A economia de subsistência dos Kulina 224
7. Descrição das relações socioeconômicas e culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente 274
IV – Quarta Parte 283
Meio ambiente 283
8. Classificações etnoambientais e as áreas imprescindíveis para os Kulina na TI Rio Ueré 283
9. Principais conflitos socioambientais na terra tradicional Kulina no rio Ueré 307
V – Quinta Parte 326
Reprodução física e cultural 326
10. A reprodução física do povo Kulina 326
11. Reprodução cultural: relação entre território e xamanismo 361
12. Locais importantes do ponto de vista cultural e simbólico na terra indígena: os portais de acesso ao mundo dos *tocorime* 367
VI – Sexta Parte 380
Levantamento fundiário 380
13. O processo histórico de ocupação não indígena na região do rio Ueré 380
14. Levantamento fundiário preliminar realizado pelo Grupo Técnico de Identificação e Delimitação 382
15. Levantamento fundiário realizado pelo Grupo Técnico Fundiário 394
16. Metodologia 395
17. Sobreposições 397
18. Pesquisa cartorial 416
19. Quadro total de ocupantes não indígenas 416

20. Notificação / citação de ocupantes não indígenas 419
21. Conclusão 424
VII – Sétima Parte 425
Conclusão e delimitação 425
22. Conclusão sobre a ocupação tradicional dos Kulina na terra tradicional no Rio Ueré 425
23. Delimitação da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré 429
Referências bibliográficas 436
Anexos 446
1. Fotografias 446
2. Glossário 471
3. Censo da população da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré – junho – 2022 475
4. Carta de Anuência 487
7. Lista de alunos da TI Rio Ueré 497

Índice de Mapas

Mapa 1 - Terra Indígena Kulina do Rio Ueré 12
Mapa 2 - Ocupação e uso dos recursos naturais 13
Mapa 3 - Pressões, ameaças e entorno 14
Mapa 4 - Territórios históricos e cosmológicos 15
Mapa 5 - Origem e vínculos com outros territórios 16
Mapa 6 - Mapa com a localização da aldeia Matatibem (OPAN, 2019) 20
Mapa 7 - Terras Indígenas com presença Kulina. A área de estudo Ueré identificada com círculo (Nilsson, 2020) 77
Mapa 8 - - Map pf the River Juruá from an estimated distance of 980 Geographical Miles from its mouth (Chandless, 1869) (fragmento). 80
Mapa 9 - “Divisões Ecclesiasticas do Amazonas”. Carte ecclesiastique (Tastevin, s/d). 85
Mapa 10 - Localização dos povos indígenas que pertencem a família linguística Arawá e ocupam a região Juruá-Purus (Melatti, 2016) 129
Mapa 11 - Migração do grupo Kulina do Manoel Hosso (Jodso) (Altmann, et al., 1983) 155
Mapa 12 - Carta Topográfica Gurupaí (Nilsson, 2022) 201

Mapa 13 - Sobreposição da RDS Uacari e a proposta de limite da Terra Indígena Kulina Rio Ueré Fonte: elaborado por Sarah Martins N. Frota 400
Mapa 14 - Sobreposição de Glebas Públicas Estaduais e a proposta de limite da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré Fonte: elaborado por Sarah Martins N. Frota..... 402
Mapa 15 - Imóvel rural (CAR) incidente na proposta da TI Kulina do Rio Ueré..... 407
Mapa 16 - Mapa de ocupantes não indígenas na proposta da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré..... 413
Mapa 17 - Panorama fundiário na região da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré 423

Índice de Figuras

Figura 1 - História da Migração (Soares; Mochiizawa, 1997, p. 08) 186
Figura 2 - Croqui da aldeia Matatibem (Nilsson, 2022)..... 202
Figura 3 - Imagens Landsat comparativas de julho de 1987 e agosto de 2019 (Nilsson, 2022)..... 252

Índice de Quadros

Quadro 1 -Divisão tradicional das atividades (Amorim, 2014)..... 226
Quadro 2 - Calendário ecológico – econômico da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 73) 226
Quadro 3 - Levantamento dos animais de pesca na TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 41-43) 230
Quadro 4 - Instrumentos de pesca utilizados pelo povo Kulina (Ramalho, 2022, p. 40) 233
Quadro 5 - Levantamento de animais de caça na TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 47-48) 238
Quadro 6 - Levantamento das plantas cultivadas na TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 67-69) 247
Quadro 7 - Levantamento do extrativismo vegetal na TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 55-62) 260
Quadro 8 - Cosmologia Kulina: paisagens e lugares (Fonte: Pollock, 1985, p. 59-60) 287
Quadro 9 - Classificação Kulina de unidades de paisagem na TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 89) 288
Quadro 10 - Classificação Kulina das águas (Ramalho, 2022, p. 90) 289

Quadro 11 - Principais locais para pescaria dos Kulina na parte norte, nordeste e noroeste da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 81)..... 293
Quadro 12 - Principais locais para pescaria dos Kulina na parte central e sudoeste da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 82)..... 297
Quadro 13 - Principais locais de caçada dos Kulina da parte central para norte, nordeste e noroeste da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 83)..... 301
Quadro 14 - Principais locais de caçada dos Kulina na parte central e sudoeste da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 84)..... 302
Quadro 15 - Principais locais de coleta vegetal na Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 86)..... 303
Quadro 16 - População Kulina na região do rio Ueré 326
Quadro 17 - Ocupantes não indígenas da TI Kulina do Rio Ueré..... 383
Quadro 18 - Bases de dados utilizados na análise fundiária de gabinete 396
Quadro 19 - Categorias fundiárias incidentes sobre a proposta da TI Kulina do Rio Ueré 398
Quadro 20 - Dados administrativos, normativos e de gestão da RDS Uacari..... 401
Quadro 21 - Relação de imóveis rurais (CAR) sobrepostos à proposta de delimitação da TI Kulina do Rio Ueré..... 404
Quadro 22 - Classificação dos imóveis rurais (CAR) com sobreposição à TI Kulina do Rio Ueré..... 408
Quadro 23 - Caracterização dos ocupantes não indígenas incidentes nos limites da proposta de delimitação da TI Kulina do Rio Ueré..... 414
Quadro 24 - Quadro de ocupantes não indígenas identificados em campo e em pequisa nas bases fundiárias oficiais. 416
Quadro 25 - Relação dos ocupantes não indígenas x realização da citação..... 420
Quadro 26 - Lista dos Marcos utilizados na proposta de delimitação da TI Kulina do Rio Ueré, suas coordenadas e descrições a partir dos quatro preceitos constantes no art. 231 da Constituição Federal 430

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Série histórica de óbito por suicídio 2011-2016 351
Gráfico 2 - Tentativas e óbitos por suicídio por Polo Base 2015..... 351
Gráfico 3 - Tentativas e óbitos por suicídio por Polo Base 2016..... 352
Gráfico 4 - Tentativas de suicídio por etnia 2015 352

Gráfico 5 - Tentativas e óbitos suicídio por etnia 2016 353
Gráfico 6 - Usuários de medicação psicotrópica 1º semestre 2016 353
Gráfico 7 - Usuários de bebidas alcoólicas 2015-2016 354
Gráfico 8 - Notificações de violência por Polo Base 2015-2016 355

Índice de fotografias

Foto nº 1: porto da família do Dioni 446
Foto nº 2: chegada a aldeia Matatibem 446
Foto nº 3: aldeia Matatibem 447
Foto nº 4: aldeia Matatibem 447
Foto nº 5: aldeia Matatibem 448
Foto nº 6: Sihua, Tonani, Issihui e Cohuassiro (filhos da Idirani e da Ara) 448
Foto nº 7: o dsoppineje-pajé Majoro Moacy 449
Foto nº 8: Issihui, sua filha Assico e os netos, Samoja e Lucas 449
Foto nº 9: Camano-Salim, segundo tuxaua 450
Foto nº 10: Siteri, Paroja e Mahuani (neta da Paroja) 450
Foto nº 11: Maria Miranda limpando matrinxãs 451
Foto nº 12: a anciã Deque 451
Foto nº 13: Ridoma confeccionando paneiro e cuidando do mutum de estimação 452
Foto nº 14: urucum no quintal da Suzana 452
Foto nº 15: Cossaro, pajé marinahua, liderança e professor 453
Foto nº 16: palha caranai, varadouro do igarapé do Café 453
Foto nº 17: árvore serrada por não indígena 454
Foto nº 18: terreiro-campo-cemitério da aldeia Matatibem 454
Foto nº 19: cemitério-quintal da aldeia Matatibem 455
Foto nº 20: cemitério roçado Aldeia Velha-Maria Dsohe 455
Foto nº 21: Restinga da Seringueira –Restinga do Rami 456
Foto nº 22: roçado do Tone e Neca 456
Foto nº 23: roçado do Cossaro e Ridoma 457
Foto nº 24: roçado do Dioni e Conceição 457
Foto nº 25: casa de apoio no roçado do Dioni e Conceição 458

Foto nº 26: casa de farinha do Dioni e Conceição 458

Foto nº 27: cobertura casa de farinha do Dioni e Conceição-palha caranai 459

Foto nº 28: roçado do Iba 459

Foto nº 29: árvore de cupuaçu na capoeira velha do Ado 460

Foto nº 30: coleta de açaí feita por Iba 460

Foto nº 31: Siho e seu neto Aquido coletando cipó titica no Alto Ueré 461

Foto nº 32: acampamento na expedição no Alto Ueré 461

Foto nº 33: Siho contando histórias no acampamento no Alto Ueré 462

Foto nº 34: pupeca de matrinxã, Alto Ueré 462

Foto nº 35: matrinxã assado na pupeca com palha caranai 463

Foto nº 36: comunidade não indígena Formosa 463

Foto nº 37: casa do não indígena Raimundo Caipora 464

Foto nº 38: casa do não indígena Raimundo Antônio 464

Foto nº 39: Reunião de apresentação da equipe e planejamento das atividades 465

Foto nº 40: Reunião de apresentação da equipe e planejamento das atividades 465

Foto nº 41: Cara, Graça, Quirija e Neide participando Oficina de levantamento junto ao povo Madija Kulina rio Ueré 466

Foto nº 42: Oficina de levantamento junto ao povo Madija Kulina rio Ueré 466

Foto nº 43: Rodsa participando da Oficina de levantamento junto ao povo Madija Kulina rio Ueré 467

Foto nº 44: Genoveva e Cara. Oficina de levantamento junto ao povo Madija Kulina rio Ueré 467

Foto nº 45: Reunião na casa do Iba 468

Foto nº 46: Reunião para fechar acordos sobre a proposta de delimitação da terra tradicional a ser demarcado 468

Foto nº 47: Reunião para fechar acordos sobre a proposta de delimitação da terra tradicional a ser demarcada 469

Foto nº 48: Reunião para fechar acordos sobre a proposta de delimitação da terra tradicional a ser demarcada 469

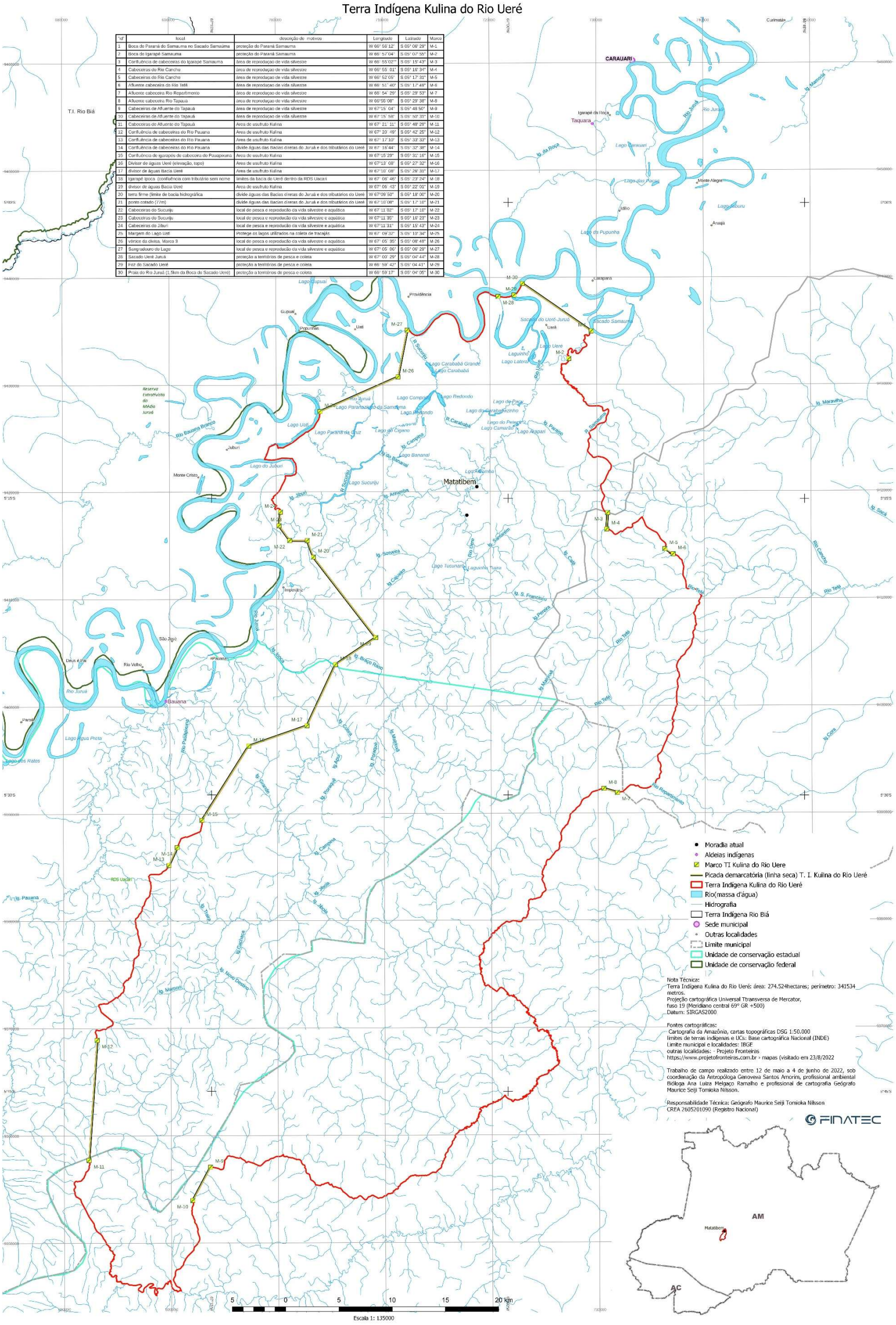
Foto nº 49: casa da Sama e da Jabono, Bairro da Ponte-Carauari-AM 470

Foto nº 50: a antropóloga Genoveva Amorim, a liderança Camano-Salim e os alunos 470

Siglas

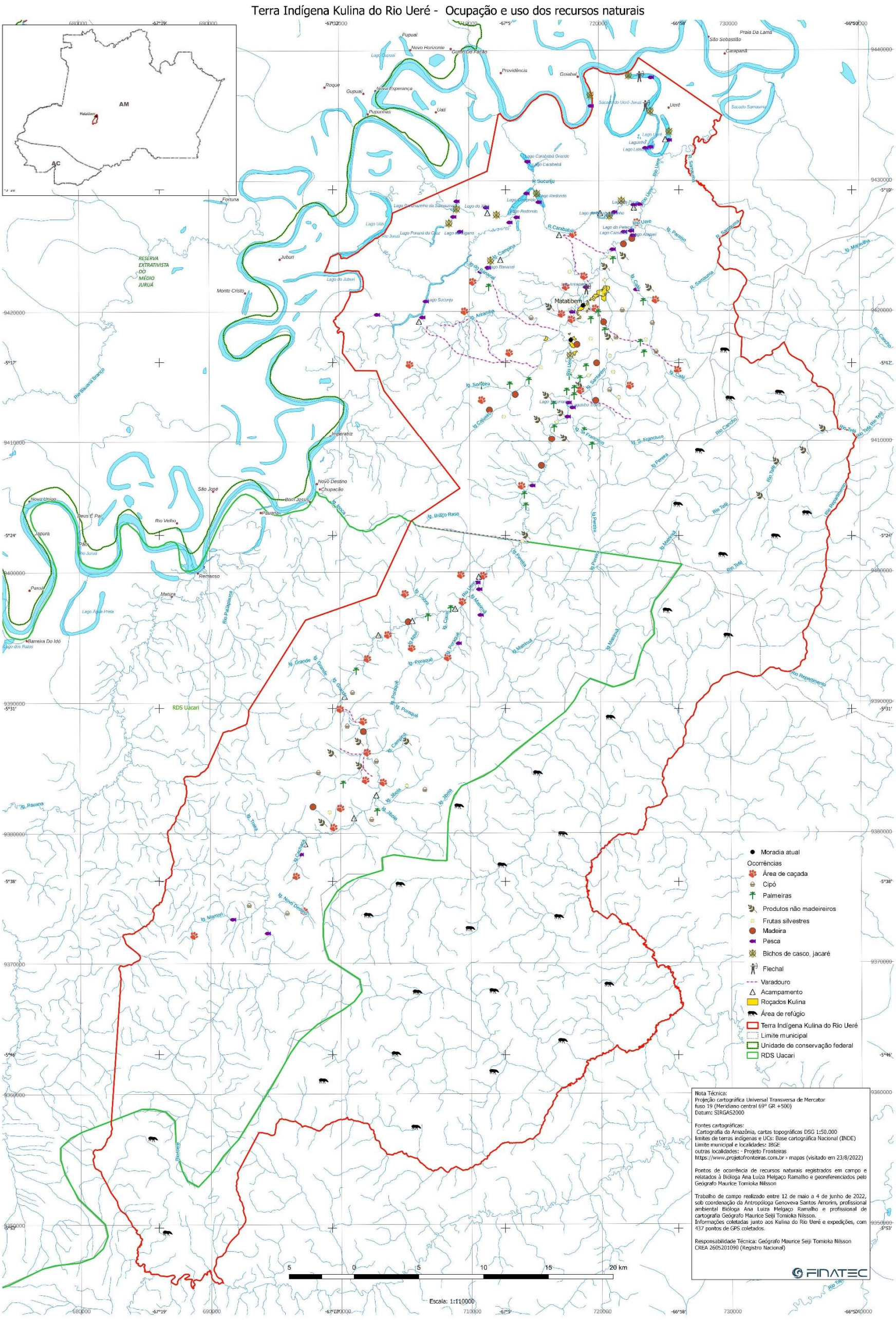
AGU – Advocacia Geral da União
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CASAI – Casa de Saúde Indígena
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas
COMIN – Conselho de Missão entre Índios
CONDISI-DSEI-MRSA – Conselho Distrital de Saúde Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes
CTL – Coordenação Técnica Local
DSEI-MRSA – Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes
FEPI/AM – Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FVS – Fundação de Vigilância Sanitária
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEI – Instituto Nacional de Estadística e Informática (Peru)
MPF – Ministério Público Federal
ONG – Organização Não Governamental
OPAN – Operação Amazônia Nativa
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
RESEX Baixo Juruá – Reserva Extrativista do Baixo Juruá
RESEX Médio Juruá – Reserva Extrativista do Médio Juruá
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIASI – Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena
SIL – Summer Institute of Linguistics
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
RDS-Uacari – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari
TI – Terra Indígena

Mapa nº 1
(Terra Indígena Kulina do Rio Ueré)



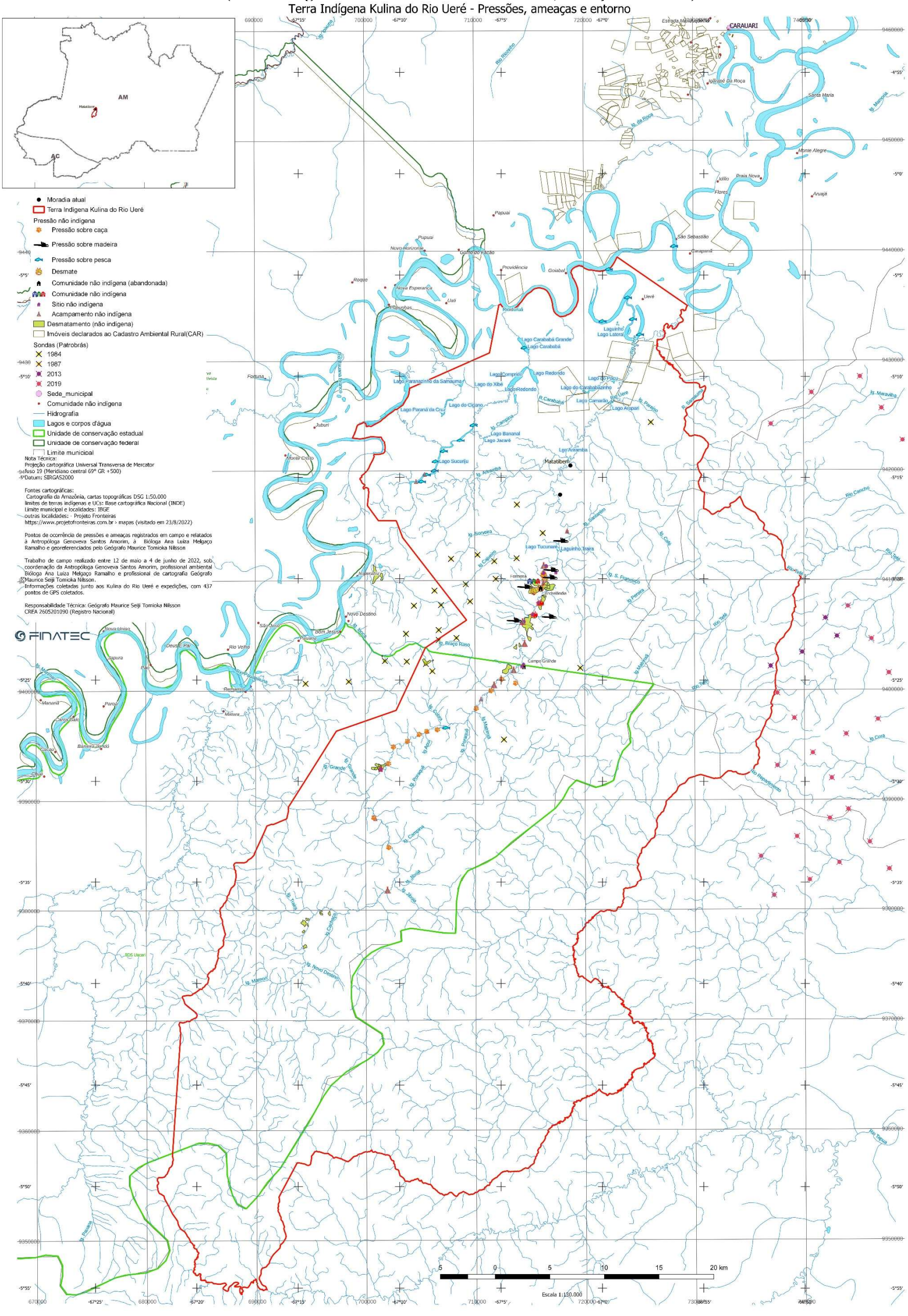
Mapa 1 - Terra Indígena Kulina do Rio Ueré

Mapa 2
(Terra Indígena Kulina do Rio Ueré – Ocupação e uso dos recursos naturais)



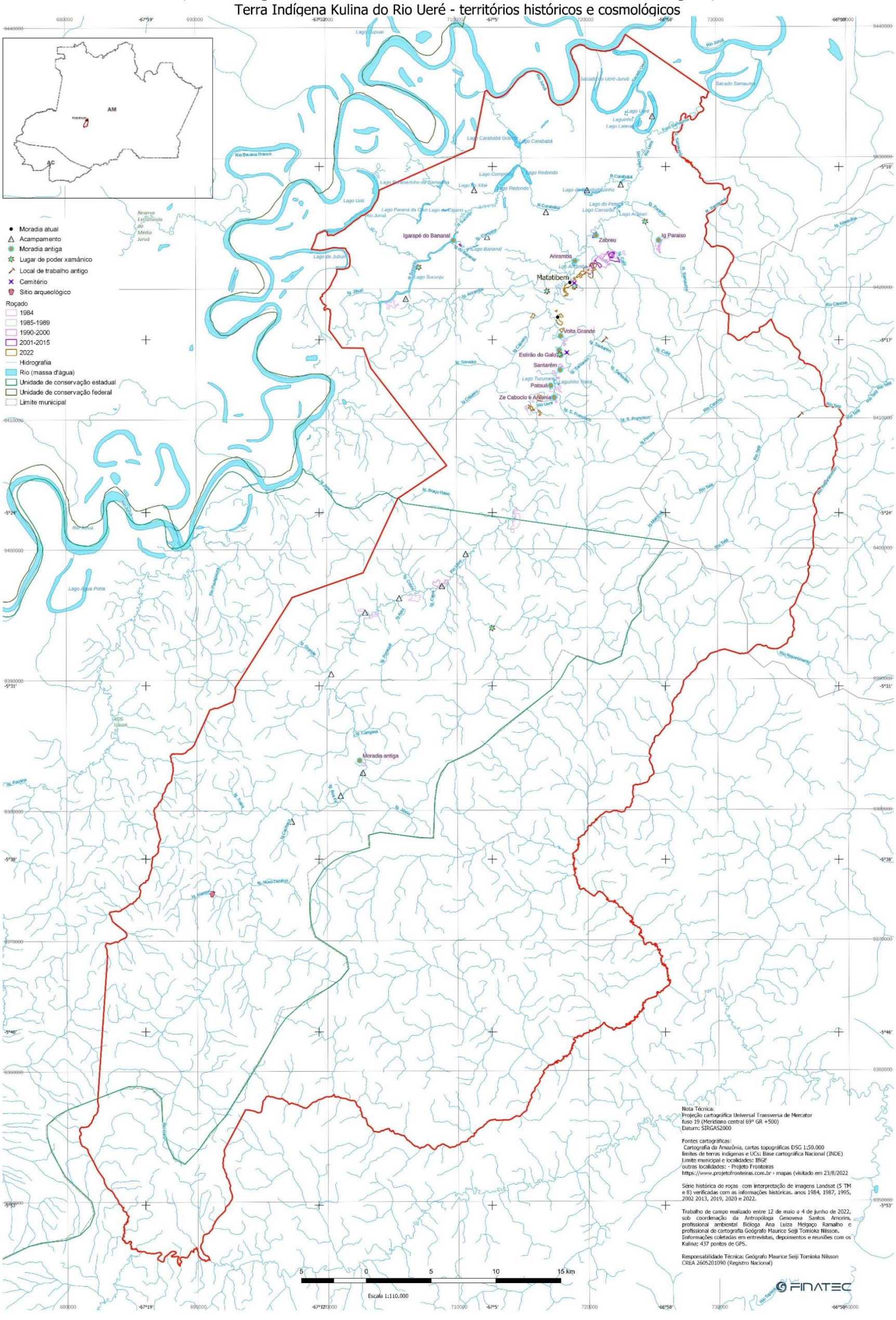
Mapa 2 - Ocupação e uso dos recursos naturais

Mapa nº 3
(Terra Indígena Kulina do Rio Ueré – Pressões, ameaças e entorno)



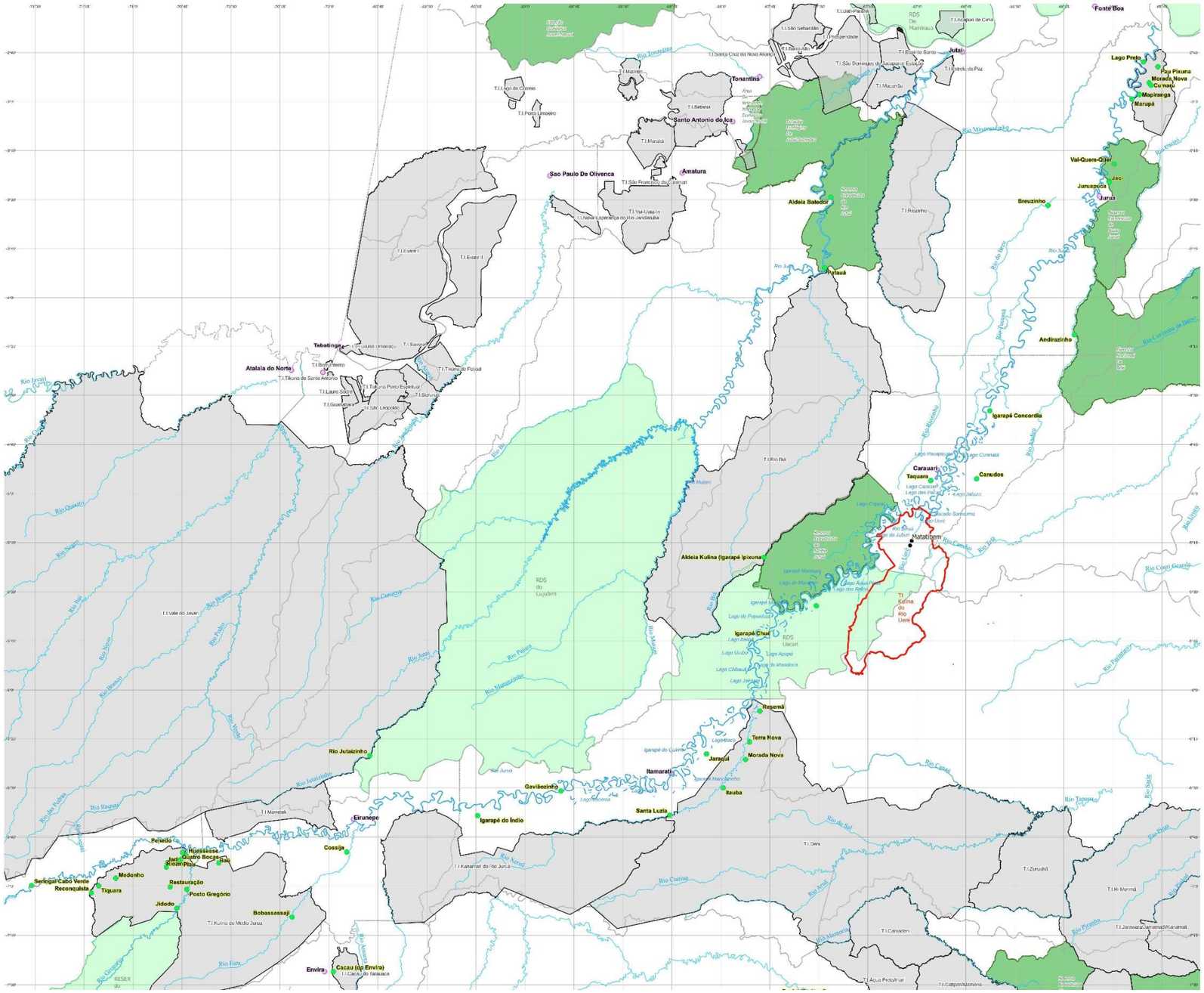
Mapa 3 - Pressões, ameaças e entorno

Mapa n.º 4
(Terra Indígena Kulina do Rio Ueré – Territórios históricos e cosmológicos)



Mapa 4 - Territórios históricos e cosmológicos

Mapa 5
(Terra Indígena Kulina do Rio Ueré – Origem e vínculos com outros territórios)



Terra Indígena Kulina do Rio Ueré - Origem e vínculos com outros territórios

- Locais de origem de habitantes da T.I Kulina do Rio Ueré
- Moradia atual
- Terra Indígena Kulina do Rio Ueré
- Terra indígena
- Sede municipal
- Limite municipal
- Unidade de conservação federal
- Unidade de conservação estadual
- Rio(massa d'água)
- Rio e igarapé

Ficha técnica:
Projeção cartográfica geográfica em graus, SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS2000
Fontes cartográficas:
Cartografia da Amazônia, cartas topográficas DSG 1:50.000
limites de terras indígenas e UCs: Base cartográfica Nacional (INDE)
Limite municipal e localidades: IBGE

Trabalho de campo realizado entre 12 de maio a 4 de junho de 2022, sob coordenação da Antropóloga Genoveva Santos Amorim, profissional ambiental Bióloga Ana Luiza Melgaço Ramalho e profissional de cartografia Geógrafo Maurice Seiji Tomioka Nilsson.

Mapa elaborado com base em informações coletadas pela Antropóloga Genoveva Amorim, junto à Comunidade Kulina do Rio Ueré, com pesquisa de localização do Geógrafo Maurice Tomioka Nilsson.

Pesquisa cartográfica:
Plataforma Inde (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais)
https://visualizador.inde.gov.br/#
Google Maps: www.maps.google.com
Diretoria do Serviço Geográfico (DSG) : https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp/mobile/?l=963,953&c=-69.181458,-6.652878&z=10.8252000158106
EarthExplorer: https://earthexplorer.usgs.gov/
Geocover (mosaico Landsat para os anos 1990 e 2000)
Outras comunidades: - Projeto Fronteiras
https://www.projetofronteiras.com.br › mapas (visitado em 23/8/2022

Pesquisa documental:
Armazem Memória - Povos Indígenas, destacando os arquivos do Museu do Índio (Funai), Biblioteca Brasiliana (Biblioteca Nacional), Cimi, Opan, Cedi (socioambiental.org.br).

Dissertações e teses:
Amorim, G. S. Os coletivos Madija e o ritual do Ajie: relações de alteridade entre os Kulina do Baixo Juruá Dissertação de Mestrado; PPGAS UFAM, Manaus-AM 2014.
Sobre viajar e morar: narrativas sobre a territorialidade Kulina Tese de doutorado; PPGAS UFAM, Manaus-AM 2019
Gordon, F. Os Kulina do Noroeste Amazônico, História e Socialidade. Dissertação de Mestrado, PPGAS MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006

Responsabilidade técnica: Geógr. Maurice Seiji Tomioka Nilsson

Mapa 5 - Origem e vínculos com outros territórios

1. Introdução

Considerando a sentença (Documento SEI Funai n.º 0060891- p. 8-20) declarada nos autos da Ação Civil Pública n.º 0000699-95.2015.4.01.3202, a Presidenta da Funai, Joênia Wapichana publicou a Portaria n.º 649/PRES/FUNAI de 19.04.2023, na qual resolve: "Constituir Grupo Técnico (GT) com o objetivo de realizar os estudos de natureza antropológica, etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Kulina do Rio Uerê (Matatibem), reivindicada por indígenas pertencentes à etnia Kulina, localizada no Município de Carauari, no estado do Amazonas, com a seguinte composição: 1. Genoveva Santos Amorim - antropóloga, colaboradora eventual, como Antropóloga-Coordenadora; 2. Ana Luiza Melgaço Ramalho - bióloga, colaboradora eventual, como profissional da área ambiental; e 3. Maurice Seiji Tomioka Nilsson - geógrafo, colaborador eventual, como cartógrafo". Assim, dentro desse marco legal e institucional, como coordenadora do Grupo Técnico-GT, apresento esse Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação-RCID referente a Terra Indígena Kulina do Rio Ueré. O mesmo é fruto de um esforço técnico que teve como objetivo nos acercar da relação específica que os Kulina estabelecem com a terra tradicional no rio Ueré e demonstrar porque é urgente e necessário o reconhecimento oficial da referida TI. A TI está localizada nos municípios: Carauari-AM, Tapauá-AM e Tefé-AM

Conforme ao disposto na Portaria n.º 14/1996 MJ, contemplando igualmente todos os trâmites processuais e prazos regulados no Decreto 1775/1996, o artigo 231 da CF 1988 e a nova Lei Federal n.º 14.701/2023; esse RCID é fruto de investigações antropológicas, etno-históricas, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental; desenvolvido através de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo; e está composto por sete partes:

> **Portaria n° 14/MJ/96**
> **Primeira Parte: Dados Gerais**
> Informações gerais sobre o(s) grupo(s) indígenas envolvidos, tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição;
> Pesquisa sobre o histórico de ocupação da terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;
> Identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais.
>
> **Segunda Parte: Habitação permanente**

Descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização;
Explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por elas(s) ocupadas e o tempo em que se encontra(m) na atual(is) localização(ões).

Terceira Parte: Atividades produtivas
Descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;
Descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processam tais alterações;
Descrição das relações socioeconômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente.

Quarta Parte: Meio ambiente
Identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural do grupo indígena;
Explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias.

Quinta Parte: Reprodução física e cultural
Dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;
Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc. explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;
Identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicitando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim.

Sexta Parte: Levantamento fundiário
Identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;
Descrição da(s) áreas(s) por eles(s) ocupadas, com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);
Informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;
Informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.

Sétima Parte: Conclusão e delimitação
Conclusão e delimitação, contendo a proposta de limites da área demarcada.

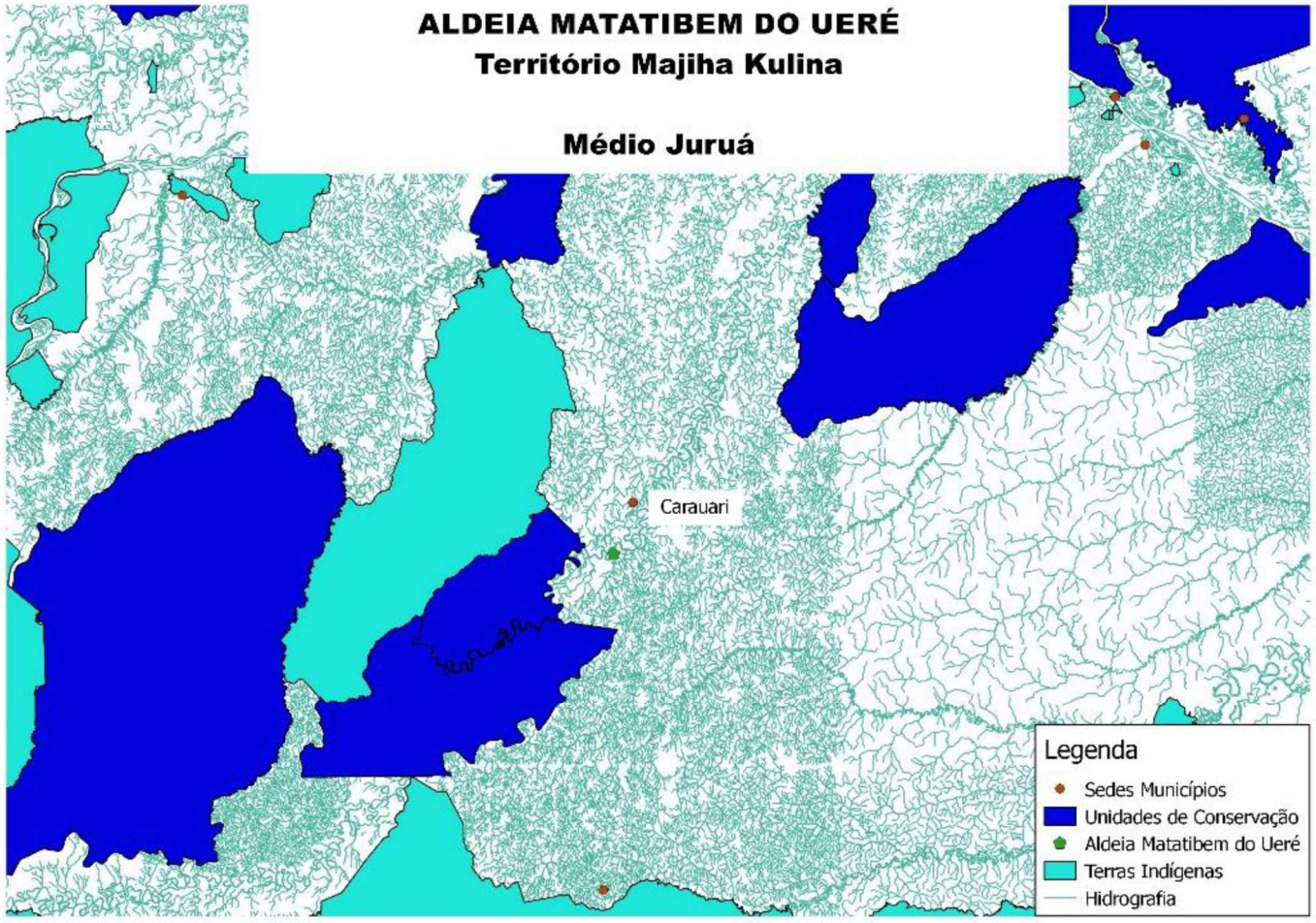
Esse relatório pretende apresentar a Terra Indígena Kulina do Rio Ueré como terra tradicionalmente ocupada pelo povo Kulina (em reverência ao Art. 231, da Constituição Federal de 1988, que trata do conceito de "terras tradicionalmente ocupadas", e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.701/2023). Há vários anos os

Kulina reivindicam providências do poder público para que seus direitos sejam respeitados. Entretanto, a terra tradicional não é reconhecida oficialmente como terra indígena, apesar de algumas decisões judiciais que intimaram a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI a iniciar o processo de regularização fundiária. No dia 05 de julho de 2020 em conversa telefônica com a liderança Edi-Edson fui informada que na Terra Indígena Kulina do Rio Ueré moravam 46 famílias que somavam um total de 239 pessoas. Fui informada também que na referida TI existia apenas a aldeia denominada Matatibem.

Na pesquisa de campo realizada de 02 de maio a 09 de junho de 2022 elaboramos o censo completo da população: **257 habitantes**[1]; **43 casas e 58 famílias**[2]. Os Kulina reivindicam a demarcação da sua terra tradicional identificada como **Terra Indígena Kulina do Rio Ueré** com uma superfície de **274.526 hectares**, dos quais 154 mil dentro da Bacia do Ueré. E cerca de 146 mil hectares de áreas de terra firme.

Uma parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari, criada pelo Decreto n° 25.039, do Governo do Estado do Amazonas, em 1° de junho de 2005, com uma área aproximada de 632.949,023 hectares se sobrepõe à TI Kulina do Rio Ueré. A área em sobreposição é de 77.238 ha da RDS sobre a terra indígena (274.524 ha), ou seja, a RDS se sobrepõe em cerca de 28% da terra indígena. Além disso, cerca de metade da bacia do Rio Ueré é afetada pela RDS Uacari. É necessário salientar que a sobreposição não implica conflitos entre os Kulina e os moradores da RDS-Uacari e por outro lado reforça a proteção do Corredor Central da Amazônia, de grande importância biológica e sociocultural. A TI está localizada nos municípios de Carauari-AM, Tapauá-AM e Tefé-AM.

[1] O censo completo da população da TI Kulina do Rio Ueré está no anexo desse relatório. No mesmo há o nome das pessoas na forma como consta na certidão de nascimento e o nome em língua Kulina; o nome dos pais; e a data de nascimento (o levantamento populacional foi realizado por Genoveva Amorim e Ana Luiza Ramalho).
[2] Existem 15 famílias de jovens casais que moram na casa dos pais de um dos cônjuges.



Mapa 6 - Mapa com a localização da aldeia Matatibem (OPAN, 2019)

Em 2019 o Conselho Indigenista Missionário – CIMI-Tefé e a Caritas-Tefé realizaram um "Estudo de Caso"[3] na região do Médio Juruá que teve como objetivo:

> Diagnosticar e visibilizar a realidade de violações de direitos que sofrem os povos indígenas Kulina, da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré, aldeia Matatibem, e Kanamari, das TIs Taquara e Bauana, município de Carauari, em decorrência da falta de demarcação dos territórios (CIMI-Tefé; Caritas-Tefé, 2019).

O processo de elaboração do documento levou os indígenas a refletirem como a falta de reconhecimento oficial da terra indígena está intrinsicamente relacionada com outras séries de violações de direitos. De acordo com os indígenas, o poder público local atrela a implementação de políticas públicas diferenciadas ao reconhecimento oficial da terra tradicional, pelo Estado brasileiro, como terra indígena. No documento os Kulina reiteram a necessidade urgente de demarcação da TI Kulina do Rio Ueré e afirmam que: "há uma sentença favorável à demarcação, mas o processo está parado no Tribunal Regional Federal da 1ª região, depois que a União recorreu". Os indígenas reivindicam também: "política clara e eficiente de fiscalização e proteção das TIs; atendimento à saúde indígena com respeito a cultura e especificidades de cada povo; implementação da Educação Escolar Indígena de qualidade, bilíngue, específica e diferenciada".

O "Estudo de Caso" realizado pelo CIMI-Tefé e Caritas-Tefé aponta a existência de moradores não indígenas que disputam com os Kulina o usufruto da terra tradicional:

> Na Terra Indígena Kulina do Rio Ueré, aldeia Matatibem, existe a comunidade não indígena Formosa, com cinco casas. Não são moradores fixos, apenas permanecem na área sazonalmente, em épocas de plantio de roça e para coleta de frutas, caça e pesca. As relações com esses moradores são, geralmente, conflituosas.
> Segundo os relatos dos indígenas, a Secretaria Municipal de Administração de Carauari propôs um acordo para mediar os conflitos, mas sem considerar o usufruto exclusivo dos indígenas no território e ameaçando-os de expulsão, caso não permitissem a entrada dos moradores temporários na área. Os indígenas aceitaram o acordo apenas verbalmente, pois entenderam que a FUNAI deveria apreciar e deliberar sobre sua pertinência. A FUNAI, até o momento, não se posicionou.

[3] "O objetivo deste documento é contribuir para a defesa e proteção efetiva dos direitos civis e políticos de comunidades indígenas de Carauari, Amazonas e para o fortalecimento das capacidades das lideranças e organizações indígenas através do projeto 'Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes', realizado pela Caritas-Tefé e CIMI-Tefé, apoiado pela União Europeia e Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional (CAFOD)" (CIMI-Tefé; Caritas-Tefé, 2019).

> Os termos do acordo previam que os não indígenas, ao voltarem da pescaria, deveriam mostrar às lideranças indígenas suas caixas de pescados, como forma de fiscalização para impedimento de caça predatória e assegurar a quantidade de 30 kg de pescado por pessoa permitida. O acordo foi cumprido apenas no início de sua vigência. Atualmente, os conflitos continuam (CIMI-Tefé; Caritas-Tefé, 2019).

Após apresentar o problema os indígenas solicitaram que a FUNAI providencie a demarcação da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré para que seja efetuada a desintrusão dos moradores não indígenas. De acordo com os Kulina somente a regularização da terra indígena pode evitar as invasões e garantir ações de fiscalização e proteção do mesmo.

A atividade pesqueira é uma fonte complementar de renda. Há famílias Kulina que pescam e vendem peixes na cidade ou para os ribeirinhos vizinhos, porém a atividade é desenvolvida sem um plano de manejo. A organização não governamental Operação Amazônia Nativa – OPAN (que desenvolve trabalho na região) se manifestou sobre a pressão que sofre os recursos naturais da região:

> O primeiro desafio para contribuir com a segurança alimentar de comunidades extrativistas, população urbana do município de Carauari e Itamarati e povos indígenas é o reconhecimento oficial de posse permanente e usufruto exclusivo dos indígenas sobre seus territórios tradicionais e a manutenção das Unidades de Conservação localizadas no Médio Juruá. As TIs e UCs da região evidenciam o papel fundamental destas áreas como fonte de recursos pesqueiros, manutenção de animais silvestres e da cobertura florestal.
> A pesca comercial é mais significativa no entorno das Áreas Protegidas, a montante do rio Xeruã e a jusante da RESEX Médio Juruá, uma vez que fora dos limites das APs esta é uma das poucas cadeias produtivas relativamente estruturadas. Este é o caso dos Madija Kulina do igarapé Ueré, que se mobilizam em determinadas épocas do ano para a pesca e comercialização de espécies com maior valor comercial no mercado local, como o matrinxã.
> De acordo com Manoel Cunha, liderança extrativista e gestor da RESEX do Médio Juruá, a área próxima à sede do município de Carauari, onde está localizado o igarapé Ueré, enfrenta significativa pressão por parte de pescadores da colônia. "[...] Isso se deve em parte à PETROBRAS que atraiu muita gente do interior para a área urbana e, quando saiu do município, só restou às populações a pesca. Temos no município um grupo de pescadores muito grande, uma colônia muito inchada. Esse inchamento da colônia faz uma pressão muito grande sobre os recursos naturais". Ao longo da enchente e vazante do rio as invasões se tornam mais frequentes. Entre os meses de dezembro e fevereiro a pressão ameaça principalmente o pirarucu, matrinxã, bagres, caça e, em menor escala, o bicho de casco.
> A pressão impulsionada pelos pescadores citadinos afeta diretamente o povo Madija Kulina do igarapé Ueré. Segundo Zé Pio Kulina, uma das lideranças da aldeia Matatibem, o acesso de não indígenas ao seu território é frequente. No caso desta área indígena, as invasões são protagonizadas principalmente por antigos moradores não indígenas do Ueré que deixaram a região durante o êxodo rural mencionado no parágrafo anterior. Apesar das ameaças, o igarapé Ueré ainda é uma área abundante em recursos pesqueiros e quelônios.

> No entanto, os indígenas já reclamam que os peixes essenciais para alimentação se concentram cada vez mais distantes da aldeia. Manoel Cunha, ao comentar a situação dos Madija do Ueré, aponta a urgência da garantia de usufruto exclusivo dos indígenas sobre a área como estratégia de conservação dos recursos pesqueiros. Em sua opinião, o igarapé Ueré é uma importante fonte de diversas espécies, como o matrinxã e tambaqui, e sua conservação é fundamental para assegurar a reprodução dos peixes e a segurança alimentar dos indígenas e da população urbana do município (OPAN, 2019).

A pressão dos não indígenas sobre os recursos pesqueiros, madeireiros, cinegéticos e extrativistas (açaí, cipó...) tem se intensificado nos últimos anos. Inclusive os pescadores não indígenas do município de Carauari criaram outra organização representativa da classe. Os Kulina estão sendo assediados pela nova colônia de pescadores na sua busca por novos sócios. Por outro lado, esse fato concorreu para aumentar a disputa por áreas de pescas, o que acirra ainda mais os ânimos.

De acordo com o levantamento feito por esse GT existem **29 (vinte e nove) não indígenas presentes na TI Rio Ueré.** Eles ocupam de modo majoritário a comunidade Formosa (onze casas), mas há outras casas ao longo do rio Ueré (nove casas); nas margens do lago Sucuriju (oito casas) e no sacado do rio Ueré (uma casa). Todavia, na Sexta Parte desse relatório farei uma identificação dos ocupantes não indígenas e dos locais onde os mesmos se encontram, bem como descreverei a relação conflituosa que estabelecem com os Kulina.

Quando o CIMI-Tefé esteve em Carauari, em 2019, alertou que a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI alega que não há orçamento destinado à construção de estruturas adequadas em terras indígenas que se encontram em processo de demarcação. O atendimento realizado se resume em atenção primária, como vacinação e pré-natal. Ações de enfrentamento à malária são realizadas pela Fundação de Vigilância Sanitária – FVS em parceria com a equipe do DSEI-MRSA/SESAI. Porém, essas ações não têm sido eficientes para controlar a doença e os indígenas solicitaram, por diversas vezes, a contratação de um Agente Indígena Microscopista, mas ainda não foram atendidos. Por outro lado, a Secretaria Municipal de Saúde não tem atuação junto às populações indígenas de Carauari. Os postos de saúde e hospitais de referência do SUS não atendem indígenas e não fornecem medicamentos sem a presença de um profissional do DSEI-MRSA[4] (CIMI-Tefé; Caritas-Tefé, 2019).

[4] Essa denúncia surgiu durante a realização do Estudo de Caso, mas foi apresentada em novembro de 2017 quando aconteceu o 1º Mutirão de Direitos Indígenas de Carauari, promovido pelo CIMI-Tefé. Na ocasião os indígenas elaboraram uma Carta Aberta onde apresentaram vários problemas na atenção em saúde (CIMI-Tefé; Caritas-Tefé, 2019).

Durante os trabalhos de pesquisa de campo visitei o escritório do coordenador do polo base do Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes – DSEI-MRSA[5] no município de Carauari. O coordenador Marcelo Moura recebeu a mim, e as lideranças Cara Kulina e a Pedro-Cossaro Kulina na manhã do dia 07 de junho de 2022. Na pequena reunião ele nos informou que o DSEI-MRSA mantem um posto de atendimento na aldeia Matatibem e uma equipe multidisciplinar composta por uma enfermeira, dois técnicos de enfermagem e um técnico em laboratório. Informou que essa equipe também presta atenção em saúde para alguns indígenas do município de Itamarati-AM. Entre as debilidades do trabalho estão a falta de médicos para acompanhar a equipe; e o fato de ser apenas uma equipe para atender as demandas das três aldeias da região: Matatibem (Kulina), Taquara (Kanamari) e Bauana (Kanamari). A equipe multidisciplinar permanece cerca de cinco a sete dias em cada aldeia, pois os profissionais trabalham vinte dias corridos e têm direito a dez dias de folga. Outra dificuldade enfrentada, na prestação de serviço de saúde, está no fato do município de referência ser Eirunepé-AM. O coordenador nos disse que é totalmente inviável obedecer a esse procedimento, por isso os pacientes graves são encaminhados diretamente para Tefé ou para Manaus. O mesmo avalia que os serviços de saúde, que o município de Eirunepé oferece, são similares aos prestados por Carauari. Pondera também para dois fatores agravantes: o grande fluxo de pacientes indígenas da região de Eirunepé que sobrecarrega o sistema; e a dificuldade de transporte Eirunepé-Manaus.

Quando estávamos na TI Rio Ueré, em pesquisa de campo, os casos de malária estavam aumentando assustadoramente. Durante os vinte e cinco dias que permaneci na aldeia Matatibem os Kulina ficaram sem atendimento em saúde (coincidiu com a época de recesso da equipe). A atenção em saúde era prestada apenas pela agente indígena de saúde. O coordenador Marcelo nos informou que a equipe multidisciplinar sairia de Carauari, com destino a aldeia Matatibem no dia 07 de junho de 2022, mas ainda ficaria cerca de três a quatro dias na aldeia Bauana, somente depois iria para a TI Rio Ueré.

No dia 06 de junho de 2022 aconteceu uma reunião na sede da Secretaria Municipal de Educação com Joabes Kanamari, coordenador do setor de Educação Escolar Indígena do município de Carauari. A reunião contou com minha presença e das

[5] Iba Kulina (casa 18) é presidente do conselho local do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes – CONDISI-DSEI-MRSA. São também membros do conselho local: Janoha-Goiano, Sebastiao (Tucandeira), Corime-Bufe. Jaire Kanamari é o Conselheiro Distrital do Polo Base Carauari.

lideranças Cara Kulina e Cossaro-Pedro Kulina. Tratamos de pautas gerais sobre a assistência em educação escolar que é prestada aos Kulina através de uma escola na aldeia Matatibem. A escola denominada Meirismar Silva de Souza está registrada no Ministério da Educação – MEC na categoria Escola Indígena. A escola tem 100 alunos e oferece serviços de Educação Infantil (pré-escola) e Ensino Fundamental. Possui cinco professores não indígenas que são acompanhados por cinco professores-tradutores da língua Kulina. A composição das turmas é a seguinte[6]:

- Turma A, turno vespertino, professora não indígena Marcilene Miranda Franco Froz; e professor indígena Bororriano Davi Kulina[7]. A turma multisseriada possui 20 alunos: 05 alunos cursando o 6º ano; 04 alunos cursando o 7º ano; 03 alunos cursando o 8º ano; e 08 alunos estudando em sistema de blocos (formam alunos do 6º ao 9º ano).
- Turma A, turno vespertino, professor não indígena: Cleudinaldo Cretude de Lima; e professor indígena Pedro José Francisco da Silva (Cossaro). A turma multisseriada possui 17 alunos: 08 alunos cursando o 4º ano; e 09 alunos cursando o 5º ano.
- Turma A, turno matutino, professora não indígena Suileide Pereira Pinheiro; e professor indígena Jocilene dos Santos Kulina (Quirija). A turma possui 20 alunos que cursam o 3º ano.
- Turma A, turno matutino, professora não indígena Antônia Luana da Silva Souza; e professora indígena Elizabete Kulina. A turma multisseriada possui 22 alunos: 10 alunos cursando o 1º ano; e 12 alunos cursando o 2º ano.
- Turma A, turno matutino, professora não indígena Nirlene de Souza; e professor indígena José Paulo dos Santos Kulina (Ado). A turma possui 21 alunos (de 03 a 05 anos de idade).

As merendeiras da escola são: Fernanda Anamã Kulina (Anama), Roroia Lindalva Kulina (Jorohia) e Bazirani Cristiane Kulina (Badsirani).

A principal dificuldade apontada por Joabes é a falta de formação para os professores indígenas. O governo do Estado do Amazonas e a prefeitura de Carauari não entram em acordo para inclui-los no Programa de Formação de Professores Indígenas do Estado do Amazonas (Projeto Pirayawara). O programa está organizado em nove etapas que compõem a formação inicial e o Magistério Indígena. Sem o curso os professores

[6] Nos anexos desse relatório consta listas completas das turmas: nomes dos alunos, data de nascimento, ano que cursam, e sexo.
[7] Somente Bororiano possui ensino médio completo.

Kulina (e os professores Kanamari) estão impedidos de assumir de modo efetivo o trabalho na sala de aula.

Apesar disso, há outros problemas, como: os alunos Kulina ainda consomem, na merenda, produtos que vem de fora da aldeia; falta acompanhamento e documentação necessária para que os Kulina possam participar da regionalização da merenda através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; as aulas são ministradas em português; os alunos não aprendem a ler e escrever em língua Kulina; não existe material didático em língua Kulina; não há Projeto Político Pedagógico da escola na aldeia Matatibem; e falta acompanhamento e formação aos professores não indígenas para trabalhar com a cultura e língua Kulina.

1.1. Os Kulina e o processo histórico de reivindicação da terra tradicional no rio Ueré

No seu discurso, logo na abertura da I Assembleia Kulina realizada de 11 a 12 de maio de 2016, na aldeia Pau-Pixuna, TI Kumaru do Lago Ualá[8] Cossaro-Pedro falou sobre os problemas enfrentados pela falta de demarcação de sua terra:

> Cossaro Kulina: *tamine* da Aldeia Matatibem (igarapé do Eré, Carauari-AM). A terra de vocês está demarcada. A nossa terra não está demarcada. Nossa situação não é boa. Nossa terra tem muita invasão. Ainda estamos lutando para demarcar. Eu vim aqui falar da minha terra. Branco está serrando madeira lá. Quero demarcação da minha terra (Amorim, 2019, p. 138).

Ao final da assembleia foi elaborado um documento chamado "Carta aberta do povo Madija Kulina"[9], endereçada a vários órgãos e entidades. Nele constam as demandas dos Kulina apresentadas na assembleia e o compromisso assumido por cada órgão presente. Na carta aberta integra a reivindicação dos Kulina do rio Ueré (Eré): a demarcação da TI:

[8] A assembleia foi organizada a partir dos seguintes temas: 1º. Tema: educação escolar indígena; 2º. Tema: alcoolismo; 3º. Tema: proteção territorial: vigilância/fiscalização; 4º. Tema: benefícios sociais; 5º. Tema: protocolo interno.

[9] O documento final foi endereçado aos seguintes órgãos: Ao Ministério da Saúde, Ao Ministério do Desenvolvimento Social, Ao Ministério da Educação, À Fundação Nacional do Índio, À Secretaria Especial de Saúde Indígena, Ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes, À Coordenação Regional da Funai no Alto Solimões, À Secretaria de Estado de Educação do Amazonas, À Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas, À Prefeitura Municipal de Juruá, À Prefeitura Municipal de Fonte Boa, À Prefeitura Municipal de Tefé.

> "Para garantir o usufruto exclusivo da Terra Indígena Kumaru e seus recursos pelo Povo Madija" a "Carta Aberta do povo Madija-Kulina", solicita[10]: apoiar e instrumentalizar a população indígena para realizar a fiscalização da própria área; articulação a busca e captação de recursos para implementação e realização de projetos de Gestão Territorial e Ambiental na Terra Indígena, em especial o manejo de lagos para venda de pescado por preço justo; oferecer capacitação para as lideranças indígenas Madija Kulina sobre legislação, gestão e fiscalização; presença mais constante da FUNAI na área; demarcação da Terra indígena Matatibem no município de Carauari, e impedir retirada de madeira; demarcação da Terra Indígena Mineruazinho; atuação da FUNAI na aldeia Estação do Mineruá; realizar grande festival *ajie*; colocar placas na Terra Indígena Kumaru; fazer limpeza dos limites da Terra Indígena Kumaru; gestão compartilhada da área do Lago do Juruapuca – aldeia Boca do Jaci; criar uma campanha contra a discriminação, preconceito e desvalorização da identidade cultural do Povo Madija Kulina junto com o Fórum Estadual de Educação Escolar Indígena (Amorim, 2019, p. 140).

Esse foi mais um documento dos tantos elaborados e encaminhados pelos Kulina no Rio Ueré na luta histórica e incessante pela demarcação da sua terra tradicional.

1.1.1. A reivindicação da terra tradicional Kulina, no rio Ueré, na esfera administrativa

Acessei os arquivos documentais do Sistema Eletrônico de Informações – SEI-FUNAI e encontrei registros dos primeiros passos dos Kulina em busca da demarcação de sua terra tradicional no rio Ueré. Os Kulina iniciaram as reivindicações na esfera administrativa em **10 de dezembro de 2000**[11] quando participaram de um grande evento na cidade de Carauari-AM. Na ocasião foi escrita uma carta à FUNAI (Administração

[10] "Sobre benefícios sociais e Previdenciários" o documento solicita: "Que o INSS realize ações a cada três meses na cidade de Juruá; Que a Funai envie uma equipe para levantamento de demanda de benefícios sociais nas aldeias no prazo de dois meses; Notificar o Ministério do Desenvolvimento Social sobre irregularidades referentes aos benefícios sociais".

[11] A carta dos Kulina encaminhada à Coordenação da FUNAI, em Manaus, em 10 de dezembro de 2000, contudo a mesma foi registrada apenas em 10/03/2004, conforme documento abaixo:
"FUNAI – DAF – Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – Coordenação de Antropologia
Formulário para Registro inicial de demandas por Novas Terras e Áreas
Data do registro: 10/03/04
Nº Protocolo: 2004/00037
Assunto: Pede GT para levantamento de área "demarcação"
Origem: Povo Kulina do Rio Uere
Data (quando foi apresentado): 10/12/00
Meio (como chegou a proposta): Carta
Grupo indígena: Kulina do Rio Uere
Município: Carauari/AM
Localização: Rio Uere, dista 12 h de voadeira
Descrição da demanda: Pedido de Levantamento de área visando a demarcação de Terra indígena Kulina do Rio Uere. Incluir na listagem de terras a identificar. (0k. já objeto lev prel XIV – Juruá – Purus).
Preenchido por: Mariana Holanda"

Executiva/Regional Manaus) reivindicando a formação do grupo de estudo visando a demarcação da TI Kulina do Rio Ueré. A carta enfatiza a presença Kulina na terra tradicional desde os anos ’80; apresenta dados populacionais; e informa que a Prefeitura de Carauari construiu uma escola na área. O documento é assinado por Zé Piu, tuxaua da aldeia Matatibem e Saravi Deni (liderança Deni-TI Deni). Porém, no evento estavam presentes várias entidades governamentais e não governamentais que também assinaram o documento, como: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (Rosinaldo Ferreira de Oliveira, chefe IBAMA/Carauari/AM); o Conselho Nacional das Populações Extrativistas–CNS-AM (coordenador Francisco Ademar da S. Cruz); e o Conselho de Missão entre os Índios – COMIN (Walter Sass):

> À
> FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
> Administração Executiva
> Regional Manaus
>
> ILMO. SR. Administrador Executivo Regional
> Benedito Rangel de Morais
> Rua Maceió, 224 – Adrianópolis
> 69057-010 Manaus-AM
>
> Carauari, 10 de dezembro de 2000
>
> Prezado Senhor Administrador Executivo Regional,
>
> Nós Kulina do rio Uere, município de Carauari, assim como instituições governamentais e não – governamentais pedimos ao Senhor que se forme um grupo de estudo com o fim de fazer um levantamento da área Kulina do rio Uere para que, futuramente posa ser demarcada. A prefeitura de Carauari já construiu uma escola na aldeia Matatibem e colocou um professor Kulina nessa escola. Seria importante de fazer o levantamento junto as instituições competentes. Todos os envolvidos nessa questão estão interessados em agilizar a demarcação dessa área. No rio Uere vivem atualmente 72 Kulina. Eles vivem no rio Uere desde os anos 80.
> Muito atenciosamente.
>
> Zé Piu, tuxaua da aldeia Matatibem
> (Assinam também a carta: Saravi Deni, Francisco Ademar da S. Cruz (coordenador CNS/AM), Walter Sass (COMIN/Carauari-AM) e Rosinaldo Ferreira de Oliveira (Chefe IBAMA/Carauari/AM)[12].

[12] 3º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Reivindicação Fundiária: Terras Indígenas. Processo: 08620.012095/2018-56. Data de geração: 08/08/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023.

Por sua vez, o prefeito de Carauari enviou ofício à FUNAI no dia 13 de dezembro de 2000. O documento foi uma forma do prefeito transmitir apoio institucional à reivindicação fundiária dos Kulina no Rio Ueré:

> OF.PMC Nº 133/2000-GP
> Carauari, 13 de dezembro de 2000
> Senhor Diretor:
>
> Reiterando solicitação do Escritório Local do IBAMA e Zé Piu/Tuxaua da Aldeia, vimos solicitar apoio desta conceituada Fundação, no sentido de que seja feita a demarcação da área no Rio Uere, onde vivem 72 Kulinas.
>
> Certos de contarmos com apoio, elevamos protestos de consideração e apreço.
> Atenciosamente.
>
> ANTONIO ADEMIR SILVA DO CARMO
> Prefeito em Exercício
>
> Ilmº. Sr.:
> BENEDITO RANGEL DE MORAES
> MD Diretor Regional de Manaus – Fundação Nacional do Índio – FUNAI[13]

Ao receber as cartas – a Administração Executiva Regional de Manaus (Divisão Fundiária FUNAI) – enviou memorando encaminhando a solicitação à FUNAI-Brasília (Divisão Fundiária):

> Ministério da Justiça
> Fundação Nacional do Índio
> Administração Executiva Regional de Manaus
> Divisão Fundiária
>
> MEMO Nº 44/DFU/AER/MAO
> Manaus, 10 de abril de 2001.
> DE: administração Executiva regional de Manaus
> PARA: Diretoria de Assuntos Fundiários
>
> Assunto: Encaminha Ofícios Carauari
>
> Senhor Diretor,
>
> Estamos encaminhando a V. S.ª, Ofícios datados em 10 e 13 de dezembro de 2000, da Prefeitura Municipal de Carauari reivindicando a demarcação da terra indígena Kulina do rio Uere. Esta terra ainda não foi identificada pela FUNAI, o qual solicitamos a sua inclusão na listagem passagem de terras indígenas à identificar.
> Atenciosamente,

[13] 3º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Reivindicação Fundiária: Terras Indígenas. Processo: 08620.012095/2018-56. Data de geração: 08/08/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023.

Benedito Rangel de Morais
Administrador Executivo Regional

Carimbo de entrada no DEID de 17 de abril de 2001

Saliento que a assinatura e anuência dos parceiros, ribeirinhos e extrativistas, vizinhos aos Kulina no Ueré, é um elemento que assinala para o conhecimento dos mesmos quanto ao direito dos Kulina sobre sua terra tradicional. Fato que atesta ciência do processo de reivindicação dos indígenas para que a FUNAI iniciasse o processo de reconhecimento oficial dos limites físicos da terra indígena. Assim, comprovamos que todos participaram efetivamente dos primeiros passos para a demarcação da TI Rio Ueré reiterando o direito originário dos Kulina sobre sua terra tradicional. Contudo, é lastimável que os Kulina assistiram a criação e ampliação da Reserva Extrativista do Médio Juruá – RESEX Médio Juruá (criada em 04 de março de 1997); bem como foram surpreendidos com a implantação da RDS-Uacari (instituída em 1° de junho de 2005) se sobrepondo substancialmente sobre sua terra tradicional, comprometendo todo o Médio e Alto Ueré (ver mapa: Terra Indígena Kulina do Rio Ueré).

Entretanto, anos passaram e o não foi instituído o Grupo de trabalho. Porém, os Kulina não desistiram de ter a sua terra tradicional demarcada. Assim, em 23 de agosto de 2003 enviam nova carta à FUNAI. Na carta há uma lista completa de nomes dos moradores da TI Rio Ueré em 2003 (total de 99 pessoas). Grifei na lista os nomes dos moradores atuais da TI Rio Ueré:

Kara Kulina
Aldeia Matatibem
Rio Uere/Município de Carauari-AM

Endereço de contato: COMIN-Carauari-AM
Walter Sass, Rua Santos Dumont, 748, 69 500-00 Carauari-AM
Telefone/Fax: 097-491-1022
e-mail: waltersass.uol.com.br

Carauari, 28 de agosto de 2003

À
FUNAI de Brasília

Nós, Kulina do rio Uere estamos preocupados com a nossa terra que ainda não está demarcada. Não foi feito um levantamento da nossa área. Nós temos o apoio da Prefeitura de Carauari e das entidades como o CNS, IBAMA, ASPROC, CIMI, COMIN e UNI-Tefé. Nos dias 28 e 29 de julho participamos da Oficina Zona Verde da Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas (FEPI), na qual levantamos a nossa reivindicação.

Nós somos atualmente 126 pessoas. Chegaram parentes do Igarapé do Índio do Município de Itamarati que querem morar conosco e já estão fazendo sua roça. Na nossa área têm muita gente que tira madeira, pesca e caça. Se continuar assim não vamos ter o que comer.
Pedimos que mandem uma equipe da FUNAI à nossa área para fazer o levantamento da nossa terra para depois demarcá-la[14].

Assinam:

Tanari Kulina	Marrahua Kulina
Quirija Kulina	Mariza Kulina
Quirisi Kulina	Copiro Kulina
Parorra Kulina	Mosa Kulina
Ado Kulina	Ppihui Kulina
Daora Kulina	Toho Kulina
Iba Kulina	Ssina Kulina
Iponi Kulina	Caba Kulina
Ridoni Kulina	Izi Kulina
Jaho Kulina	Ssarani Kulina
Aro Kulina	Zeca Kulina
Macora Kulina	Siqui Kulina
Marroro Kulina	Corica Kulina
Sezi Kulina	Parorra Kulina
Mahuija Kulina	Idirani Kulina
Rohua Kulina	Bizani Kulina
Baqui Kulina	Oma Kulina
Tonaquina Kulina	Ramodo Kulina
Rora Kulina	Maja Kulina
Moro Kulina	Zecaboca Kulina
Ssinoca Kulina	Uatono Kulina
Cocaro Kulina	Garaça Kulina
Rosima Kulina	Maria Kulina
Ridoma Kulina	Ado Kulina
Corine Kulina	Huara Kulina
Caido Kulina	Bazirani Kulina
Ssiteri Kulina	Nahuaica Kulina
Sonora Kulina	Riona Kulina
Manohue Kulina	Roroia Kulina
Ssinoca Kulina	Ssarra Kulina
Mariana Kulina	Bidada Kulina
Parano Kulina	Parorra Kulina
Amassa Kulina	Assico Kulina
Pauro Kulina	Siia Kulina
Zefiha Kulina	Daraui Kulina
Tone Kulina	Zabeti Kulina
Ioda Kulina	Mina Kulina
Isso Kulina	Caimo Kulina
Birico Kulina	Sada Kulina
Nomira Kulina	Bizirro Kulina
Ado Kulina	Uinorirraro Kulina
Ziuini Kulina	Zoniji Kulina
Cuaça Kulina	Deji Kulina
Rozenede Kulina	Neoso Kulina
Camano Kulina	Mazia Kulina
Issihui Kulina	Rirrro Kulina
Evado Kulina	Amoco Kulina

[14] 3º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Reivindicação Fundiária: Terras Indígenas. Processo: 08620.012095/2018-56. Data de geração: 08/08/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023.

Rani Kulina Madija	Adomahuani Kulina Anona Kulina Uittima Kulina Rosa Kulina[15] Ssiteri Kulina

Em setembro de 2003 o Diretor-Presidente da Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas – FEPI/AM, Bonifácio José, enviou o OFÍCIO Nº 633/2003-GP/FEPI de 16 de setembro de 2003, ao Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (Mércio Pereira Gomes). No referido documento, Bonifácio José, solicita providencias quanto a constituição do Grupo de Trabalho para iniciar o processo de identificação e delimitação da TI Kulina do Rio Ueré:

> FEPI/AM
> FUNDAÇÃO ESTADUAL DE POLÍTICA INDIGENISTA DO AMAZONAS
> OFÍCIO Nº 633/2003-GP/FEPI
> Manaus, 16 de setembro de 2003
>
> *Ilmº. Senhor*
> *MÉRCIO PEREIRA GOMES*
> *Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI*
> *SRTVS – 702, Edifício LEX, 3º Andar, Bloco A*
> *CEP 70340-904 Brasília/DF*
> C/C: FUNAI/MNS
>
> ***Senhor Presidente,***
>
> *Informamos a V. As. que recebemos reivindicação, por parte do povo Kulina que habita o Rio Uruê,[16] situado no Município de Carauari/AM, para que a FUNAI estabeleça o Grupo de Trabalho para trabalhar na delimitação de suas terras.*
> *A necessidade do estabelecimento destes limites é o início do processo de reconhecimento dos povos que habitam aquelas terras.*
> *Solicitamos a sua atenção no sentido de agilizar o andamento deste Processo e assim atender a reivindicação das pessoas que assinam o documento anexo.*
> *Outrossim, solicitamos que nos mantenha informado sobre o andamento do processo.*
> *Certos de contarmos com vossa habitual atenção aos pleitos deste órgão, manifestamos nossos agradecimentos[17].*
> *Atenciosamente,*
>
> *BONIFÁCIO JOSÉ*
> *Diretor-Presidente[18]*

[15] O grifo na tabela é meu e representa nomes das pessoas que habitam atualmente a Ti rio Ueré.
[16] Está escrito dessa forma no original.
[17] Original toda escrita em itálico.
[18] 3º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Reivindicação Fundiária: Terras Indígenas. Processo: 08620.012095/2018-56. Data de geração: 08/08/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023.

Entretanto, passaram vários anos e nenhuma providência foi tomada no sentido de constituir o Grupo de Trabalho para realizar os estudos de identificação e delimitação da TI Kulina do Rio Ueré. Dessa forma, em 28 de março de 2009, os Kulina acionaram novamente a FUNAI através de uma carta-relatório. A carta-relatório foi escrita à mão e consta com a assinatura de 63 pessoas:

> Relatório
> No dia **28 de março do ano de 2009**, as 8:13 minutos, **na escola Municipal Meirismar Silva e Souza, comunidade Matatibem**, houve uma reunião com intuito de por escrito abaixo assinado, pedir Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que estamos precisando com urgência a demarcação de nossa Terra Kulina, uma vez que estão desrespeitando o nosso maior patrimônio.
> Muita gente está caçando com cachorro, dificultando assim o nosso sustento por meio da caça, outros serradores sem autorização estão derrubando a madeira que serviria para construção de nossas próprias casas. Sabemos que se houver demarcação melhorará para encontrarmos os peixes pois os pescadores da cidade já está devastando.
> Nós povo Kulina pedimos da FUNAI, que nos apoie:
> Agradecemos:
> Professor Ado Kulina
> Reginaldo Roberto Lopes da Silva – professor
> Kara Kulina tuxaua[19]

Zoue Kulina	Ado Kulina
Baqui Kulina	Nita Kulina
Mahuirra Kulina	Zino Kulina
Ssinoca Kulina	Rrourino Kulina
Roroa Kulina	Ziuini Kulina
Bidada Kulina	Maria Kulina
Borerrino Kulina	Amoco Kulina
Basirani Kulina	Sato Kulina
Marroro Kulina	Rirro Kulina
Parorra Kulina	Rino Kulina
Parorra Kulina	Rrodsana Kulina
Antonio José Kulina	Sama Kulina
Aroldo Kulina	Raimo Kulina
Oriori Kulina	Macape Kulina
Assico Kulina	Anari Kulina
Zabete Kulina	Roni Kulina
Garaça Kulina	Idirani Kulina
Mina Kulina	Serino Kulina
Ecilia Kulina	Cana Kulina
Tonani Kulina	Ioda Kulina
Ssipocai Kulina	Tone Kulina
Uatuna Kulina	Birirraro Kulina
Salin Kulina - conselheiro	Oma Kulina
Joãzinho Kulina	Neti Kulina
Cara Kulina - tuxaua	Ssiteri Kulina
Nouaica Kulina	Marraua Kulina

[19] 3º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Reivindicação Fundiária: Terras Indígenas. Processo: 08620.012095/2018-56. Data de geração: 08/08/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023.

Camano Kulina Isumi Kulina Assico Kulina Marrode Kulina Sama Kulina Namia Kulina Macconi Kulina Nomirra Kulina	Iosu Kulina Birico Kulina Ziuini Kulina Kirirra Kulina - Professora

A carta-relatório foi encaminhada ao setor responsável em 27 de abril de 2009, conforme documento:

> Memo nº 040/FISMA/SFU/MAO/09
> Manaus-Am, 27 de abril de 2009
> Ass: solicitação de demarcação da T.I Kulina do rio Ueré
>
> Senhor Chefe:
>
> Encaminhamos a V. Sª., o relatório do povo indígena kulina do rio Ueré, solicitando agilidade na demarcação de sua terra dato as constantes agressões ambientais que aquele espaço reivindicado vem sofrendo.
> Atenciosamente
> Luiz Ivanildo Moraes de Sousa[20]

Ao longo dos anos as comunidades ribeirinhas da RESEX Médio Juruá e da RDS-Uacari se tornaram referências nacionais por promoverem geração de renda de modo sustentável. Em contraste, todas essas ações e programas não se estenderam as comunidades indígenas da região. Os Kulina e Kanamari permaneceram à margem dos projetos e programas de proteção territorial e uso sustentável dos recursos; e não foram consultados quando foram criadas as Unidades de Conservação; principalmente quando essas UC´s incidiram sobre suas terras tradicionais. No caso específico, a RDS-Uacari se sobrepõe a terra tradicional do povo Kanamari, no rio Bauana, e a terra tradicional do povo Kulina, no rio Ueré. Desse modo, os povos Kulina e Kanamari – que poderiam ter assumido o protagonismo na região – passaram a ocupar um papel de coadjuvante e integrar processos burocráticos e reivindicatórios dos parceiros. Nesse sentido podemos interpretar o ofício do Diretor de Proteção Territorial-FUNAI, Aluísio Ladeira Azanha, que descreve uma reunião realizada no dia 24 de outubro de 2012. Nessa reunião foi discutida o processo de ampliação da Reserva Extrativista do Médio Juruá - RESEX Médio Juruá (AM). Na esteira do pedido de ampliação da RESEX são apresentadas as demandas por demarcação das TI's: "Igarapé Ipexuna (povo Katukina), Igarapé

[20] 3º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Reivindicação Fundiária: Terras Indígenas. Processo: 08620.012095/2018-56. Data de geração: 08/08/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023.

Preto/Pauana (povo Kanamari) e Rio Ueré Matatibem (povo Kulina) em caráter prioritário, no ano de 2013" (Ofício nº 991/DPT/2012).

Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio –FUNAI
Diretoria de Proteção Territorial

Ofício nº 991/DPT/2012

Brasília, 01 de novembro de 2012

A Sua Senhoria o Senhor
Pedro da Cunha e Menezes
Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Caixa Postal n° 7993
70.673-970-Brasília-DF
Assunto: Reserva Extrativista do Médio Juruá (AM)
Referência: Ofício n.° 71/2012-DIMAN/ICMBio

Senhor Diretor,
1. Cumprimentando-o, vimos formalizar o encaminhamento decorrente de reunião realizada na sede desta Fundação, no dia 24 de outubro deste ano, para discutir questões relativas às reivindicações indígenas nas imediações da Reserva Extrativista do Médio Juruá (AM), em processo de ampliação, com a participação de representantes do ICMBio: Carla Guaitaneli, Coordenadora Substituta de Criação de Unidade de Conservação; Polyana Francis, Coordenadora de Gestão de Conflitos; e Aldízio Lima, Analista Ambiental, e de representantes desta Fundação: Giovana Tempesta, Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação (CGID); Daniela Lima, Coordenadora de Planejamento/CGID; e Graziela Almeida, Coordenadora da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável.
2. Na ocasião, ficou consignado que a Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação desta Diretoria avaliará a possibilidade de realizar a qualificação das reivindicações denominadas I**garapé Ipexuna (povo Katukina), Igarapé Preto/Pauana (povo Kanamari) e Rio Uere Matatibem (povo Kulina) em caráter prioritário, no ano de 2013.**
3. Na oportunidade, solicitamos cópia dos autos dos processos de criação e ampliação da Reserva Extrativista do Médio Juruá (AM).
4. Sem mais para o momento, permanecemos à disposição para consolidar e aprofundar o diálogo interinstitucional.
Atenciosamente,
Aluísio Ladeira Azanha
Diretor de Proteção Territorial[21]

[21] 3º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Reivindicação Fundiária: Terras Indígenas. Processo: 08620.012095/2018-56. Data de geração: 08/08/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023.

Em síntese, a pesquisa documental nos arquivos do Sistema Eletrônico de Informações – SEI-FUNAI – realizada nos processos administrativos referentes a TI Kulina do Rio Ueré – indica que os Kulina acionaram a FUNAI para demarcar a área, e assim poderem fruir de seu direito constitucional de usufruto exclusivo da terra indígena. A cada documento enviado a FUNAI os Kulina alertavam para a situação de exploração dos recursos da terra indígena por não indígenas; bem como alertavam para a falta de acesso as políticas públicas.

Assim sendo, essa exposição cronológica de documentos administrativos deixa claro que a FUNAI tem conhecimento do pedido de demarcação da TI do Rio Ueré desde o **ano 2000**. Foi nessa época que os Kulina enviaram os primeiros documentos reivindicando o reconhecimento oficial de sua terra tradicional. Quer dizer, **há mais de vinte e três anos os Kulina, no rio Ueré, solicitam providências efetivas do poder público para que sejam realizados estudos qualificados que registrem e oficializem o direito originário sobre a terra que tradicionalmente ocupam**. No entanto, a ausência de providências efetivas de demarcação foi responsável pela proliferação de conflitos entre indígenas e não indígenas (pela posse e pelo acesso aos recursos naturais) e pela atual sobreposição da RDS-Uacari sobre a terra tradicional. Por outro lado, a não demarcação da terra indígena impede o acesso pleno dos Kulina às políticas diferenciadas de atenção à saúde, educação escolar, proteção territorial e geração de renda de modo sustentável. Esses direitos são fundamentais para que esse povo indígena possa manter sua reprodução física e cultural.

1.1.2. A reivindicação da terra tradicional Kulina, no rio Ueré, na esfera judicial

Diante da morosidade da FUNAI-União – em demarcar a terra tradicional no rio Ueré – os Kulina acessaram o Ministério Público Federal – MPF através da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB (Carta Nº 052/CE/COIAB/2009). A carta de 09 de abril de 2009 foi enviada a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em Brasília:

> Com cordiais cumprimentos a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, vem por meio desta encaminhar documento da Associação dos Povos Deni e Madja (Kulina) do Rio Xeruã e solicita desta 6ª Câmara que seja encaminhada para as providencias necessárias sobre os temas descrito a seguir:

> 1. Os mesmos denunciam o problema para conseguir registro de nascimento no cartório e não tem acompanhamento da FUNAI;
> 2. Denuncia que há 04 anos não tem assistência odontológica sem dentista;
> 3. O Povo Madija (Kulina) do Rio uere de Carauari – AM solicita demarcação de sua área.
> Pelo exposto solicitamos de Vossa Senhoria os ajudar a resolver os problemas de nossos parentes junto a FUNAI e a FUNASA[22].

Ao tomar ciência dos fatos, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, enviou o documento à Procuradoria da República no Estado do Amazonas que, por sua vez, encaminhou o Ofício nº 2355/2009/1º OFÍCIO CIVEL/PR/AM (Procedimento Administrativo nº.13.000.002265/2009/-85) à FUNAI requerendo informações acerca da demanda dos indígenas. A resposta da Diretoria de Assuntos Fundiários-DAF-FUNAI veio através do Ofício nº 1048/DAF-FUNAI de 24 de novembro de 2009. No Ofício o Diretor de Assuntos Fundiários (Substituto: José Antônio de Sá) informa que a TI Kulina do Rio Ueré, localizada no Município de Carauari, se encontra cadastrada no Sistema de Terras Indígenas da FUNAI. Informa ainda que a Diretoria está em fase de elaboração do planejamento das ações de regularização de terras indígenas dos anos de 2010 e 2011; e conclui que a TI Kulina do Rio Ueré será inclusa na programação se atender aos critérios daquela Diretoria:

> [...] priorizar o estudo de terras indígenas que apresentem uma situação maior de vulnerabilidade, como por exemplo os acampamentos, áreas com situação de risco para a segurança alimentar das comunidades indígenas, bem como terras que de alguma forma estiverem com procedimento administrativo iniciado e não concluído, tendo em vista uma grande demanda de processos nestas circunstâncias (Oficio nº 1048/DAF-FUNAI/2009) [23].

O MPF-AM ficou insatisfeito com a mora e as respostas vagas da DAF-FUNAI e instaurou o ICP 1.13.000.000699/2010-84 através da Portaria nº 57/2010 1º Ofício Cível/PR/AM de fls. 01/04, de 30.05.2010[24]:

[22] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023
[23] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023
[24] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

Expediente: PR-AM-000115/2010
Assunto: Demarcação de Terra Indígena. Direito ao registro de nascimento e assistência odontológica na aldeia.
Síntese: "morosidade na demarcação de terra ocupada tradicionalmente por indígenas Madja (Kulina) no rio Uere, Município de Carauari/AM"
Representante: MPF.
Representado: FUNAI.
Grupo de distribuição: Direitos das populações indígenas e das minorias.
Grupo temático: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.
Data prevista para finalização: 30 de maio de 2011.
PORTARIA 57/2010
1º OFICIO CIVEL/PR/AM
[...]
Resolve instaurar **INQUERITO CIVIL PÚBLICO,** visando a apurar "Denúncia de morosidade no processo de demarcação realizado pela FUNAI na área habitada pelo povo Madja (Kulina), localizada no rio Uere, Município de Carauari/AM, bem como dificuldades na obtenção do registro de nascimento e assistência odontológica".
Como providências iniciais, **DETERMINA-SE**:
I – encaminhe-se à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM;
II – comunique-se a instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão para ciência, por meio de e-mail, 6ccc-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;
III- encaminhe-se cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM;
IV – oficie-se à Coordenação-Geral de Assuntos Fundiários – FUNAI para que no prazo de 10 (dez) dias uteis, informe a situação atual do processo de demarcação;
V – oficie-se ao Prefeito Municipal de Carauari para que: a) preste informações quanto à pactuação dos recursos do Incentivo de Atenção Básica à Saúde Indígena previstos na Portaria nº 2656/2007, haja vista a previsão de recursos de R$ 12.200,00 mensais para atenção à saúde dos indígenas do município; b) em caso de pactuação, deve o município informar os profissionais de saúde contratados pela prefeitura para atenção à saúde indígena;
VI – Oficie-se ao Diretor da Fundação Poceti (entidade conveniada ao DSEI Médio Solimões) para prestar informações quanto à assistência odontológica prestada na localidade do rio Uere, Município de Carauari/AM;
V – fica designado o servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos;
VI – afixe-se cópia desta Portaria no quadro de avisos desta PR/AM pelo prazo de dez dias.
Manaus, 30 de maio de 2010
Luciana Fernandes Portal Lona Gadelha
Procuradora da República

Infelizmente nem mesmo com esse expediente jurídico o processo de demarcação da TI Kulina do Rio Ueré se inicia. Então, os Kulina e os Kanamari, da região de Carauari-AM, enviaram uma nova carta ao Ministério Público Federal e Estadual do Amazonas, em 20 de julho de 2011. A carta inicia: "Nós Kulina da aldeia Matatibem do rio Ueré do município de Carauari-AM e nós Kanamari da aldeia Taquara de Carauari

estamos muito indignados com a FUNAI". No documento – assinado por lideranças Kulina e Kanamari – os indígenas relatam o deslocamento das pessoas das aldeias até a cidade em busca de atendimento pelo barco de Pronto Atendimento Itinerante – PAI; entretanto, os indígenas não foram atendidos por falta de acompanhamento por parte dos funcionários da FUNAI. No documento os indígenas cobram novamente a demarcação da sua terra tradicional no rio Ueré:

> Nós Kulina do rio Uere para ser atendidos no barco, mas ficamos na cidade sem resolver nada. Temos despesas de combustível e alimentação e nada aconteceu.
> [...]
> Estamos também esperando a presença da FUNAI para demarcar a nossa área do rio Ueré, Há 10 anos estamos aguardando o início da delimitação da área. A nossa área Kulina é invadida por pescadores e madeireiros que tiram as arvores nobres.
> Queremos que a FUNAI venha logo e tome providencias. Nós vamos ficar sem peixe se a situação continuar assim a FUNAI de Manaus prometeu em 2009 de fiscalizar a nossa área invadida, mas até hoje não apareceu ninguém[25].

Diante dessa nova denúncia, o MPF-AM resolve instar novamente a FUNAI através do Ofício Nº 357/2011/5º Ofício Civel/PR/AM/SEC-EXT (Manaus, 21 de julho de 2011). Nesse Ofício o MPF-AM estabelece prazo de 30 (trinta) dias para que a FUNAI forneça informações sobre a constituição do GT de identificação da TI Kulina do rio Ueré, em Carauari/AM. Através do Despacho (Fls. 17) de 28 de outubro de 2011, o Procurador da República Eloi Francisco Zatti Faccioni (Expediente administrativo nº PR-AM-15.568/2011. ICP correlato n. 1.13.000.000699/2010-84) determina que:

> DESPACHO
> Trata-se de expediente administrativo elaborado por índios da etnia Kulina e Kanamari residentes respectivamente nas aldeias Matatibem e Taquara, rio Uere, Município de Carauari/AM no qual informam que, por omissão da FUNAI, não conseguiram obter documentos junto ao serviço do Pronto Atendimento Itinerante (PAI) no município de Carauari/AM.
> Os índios informaram que, conforme servidores da FUNAI em Eirunepé/AM, a Coordenação Regional da FUNAI responsável pela área é a de Tabatinga.
> Por fim, os indígenas renovam o pedido de demarcação da Terra Indígena rio Ueré.
> [...]
> Diante do exposto, DETERMINO
> I.A juntada do presente expediente aos autos do ICP nº 1.13.000.000699/2009-84.

[25] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

> II.A expedição de ofício à Coordenação Regional da FUNAI do Alto Solimões, a fim de que preste esclarecimentos acerca dos fatos narrados no expediente PR-AM15568/2011, bem como informe as medidas adotadas ou que serão adotadas para garantir o acesso aos serviços do PAI aos indígena *Kulina e Kanamari*.
> III.A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para respostas.
> Manaus, 28 de outubro de 2011
> Eloi Francisco Zatti Faccioni, Procurador da República[26]

Através do Ofício nº 569/2011/5º Ofício Cível/PR/AM (fl, 20), datado de 18 de novembro de 2011, o MPF solicita providências da FUNAI com respeito aos direitos dos indígenas, como: acesso dos Kulina e Kanamari aos serviços do barco PAI; demarcação da TI Rio Ueré; atendimento odontológico; e obtenção do registro de nascimento. Contudo, "O destinatário tomou ciência do conteúdo do Ofício em 07/12/2011 não tendo apresentado resposta alguma no tempo hábil". Transcrevo a seguir o Despacho do MPF-Tefé/AM, do 25 de setembro de 2012 que trata do ICP 1.13.000.000699/2010-84, instaurado a partir da Portaria nº 57/2010 1º Ofício Cível/PR/AM de fls.01/04, de 30.05.2010:

> DESPACHO
> Trata-se do **Inquérito Civil Público** (ICP) instaurado a partir da **Portaria nº 57/2010 1º Ofício Cível/PR/AM** de fls.01/04**, de 30.05.2010,** tendo por objeto apurar denúncia de morosidade no processo de demarcação realizada pela FUNAI na área habitada pelo povo Madja (Kulina), localizada no Rio Uerê, Município de Carauari/AM, bem como as dificuldades na obtenção do registro de nascimento e assistência odontológica.
> No intuito de comprovar a existência dessas irregularidades bem como suas causas, a Portaria inaugural determinou que fossem oficiados a Coordenação-Geral de Assuntos Fundiários – FUNAI, a Prefeitura Municipal de Carauari e a Fundação Poceti.
> As respostas dos referidos ofícios estão acostadas ás fls. 41/111. Neles os órgãos instados a se manifestar remeterem documentação demonstrando os roteiros dos projetos a serem desenvolvidos na área, bem como os valores já repassados aos órgãos executores de tais projetos.
> Contudo, até a data de 19 de julho de 2011, nenhum desses ofícios havia sido confeccionado. Nessa data, foi exarada o Despacho de fls. 12, no qual se prorrogou a data para a conclusão do ICP por mais 01 ano. Da mesma maneira, o novel despacho determinou a expedição de ofício para a Diretoria de Proteção Territorial da Funai, a fim de que informe se foi constituído GT para estudos na área em questão, bem como procedesse dados atualizados acerca do procedimento de identificação e demarcação da TI Kulina do Rio Uerê, no Município de Carauari.
> Com esse intuito, foi remetido à Diretoria de Proteção Territorial, órgão da FUNAI, o Ofício nº 357/2011/5º Ofício Civel/PR/AM/SEC-EXT, datado em 21 de julho de 2011. Não há, no bojo do ICP, nenhum comprovante de recebimento do mesmo pela autoridade endereçada.

[26] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

Assim sendo, foi exarado novo Despacho (fl.17), datado em 28 de outubro de 2011, que determinou juntada da documentação numerada PR-AM-15568/2011 (fls.18/19), bem como expedição de novo Ofício, desta vez endereçado a Coordenação Regional da FUNAI, para que informasse acerca das medidas tomadas visando solucionar as questões apresentadas na documentação juntada aos autos, bem como informe as medidas adotadas para garantir o acesso aos serviços do PAI aos indígenas *Kulina* e *Kanamari.*

Nesse diapasão, foi exarado o Ofício nº 569/2011/5º Ofício Cível/PR/AM (fl, 20), datado de 18 de novembro de 2011. O destinatário tomou ciência do conteúdo do Ofício em 07/12/2011 não tendo apresentado resposta alguma no tempo hábil. Dessa maneira, foi reiterado o conteúdo do ofício, em 09 de marco de 2012.

Em resposta a tal reiteração, foi apresentado, como resposta, o Ofício nº 067/CRAS-FUNAI/2012 (fls. 25/27) que se limitou a descrever os problemas estruturais pelos quais a Coordenação Regional do Alto Solimões padece.

A Diretoria de Proteção Territorial, no Ofício nº 357/2011/5º Ofício Civel. Nele, é afirmado que não há procedimento para a demarcação de terras referente ao povo *Kulina* do Rio Uerê.

É o breve relatório do ICP, redistribuído a PRM/Tefé/AM, 13.08.2012.

Da atenta análise dos autos, saltam aos olhos a necessidade de reforçar as diligências junto à Prefeitura do Município de Carauari. Não obstante a Portaria inaugural do presente ICP fazer expressa menção a necessidade de se oficiar junto à Prefeitura para conhecer da real situação de assistência médica indígena naquela região. Da mesma maneira não foi instada nenhuma autoridade sobre a problemática na obtenção de registros de nascimento.

Destarte, determino a doção das seguintes providencias:

(a) Seja o presente ICP prorrogado pelo período de 01 ano, devido a necessidade premente de continuidade das diligências, bem como seja informada a 6ª CCR, via sistema ÚNICO, sobre a presente prorrogação;

(b) Seja oficiada a SESAI para que informe sobre a situação detalhada do DSEI na região de Carauari/AM (DSEI Médio Rio Solimões), bem como suas AÇOES JUNTO AOS ÍNDIOS Kulina, notadamente quanto ao atendimento odontológico, repassando informações detalhadas, como número de odontólogos que realizam atendimento, frequência de visitas, e quantidade de valores repassados ao Município de Carauari/AM, em respeito à Portaria nº 2.656/2007. Em caso de resposta positiva, informar a quantia repassada desde o ano de 2009 ao Município;

(c) Seja oficiado o Cartório de Registro de Pessoas Naturais no Município de Carauari bem como a FUNAI, requerendo explicações sobre a denúncia de dificuldades para obtenção do registro de nascimento por parte das populações indígenas, bem como o número exato de indígenas com nascimento registrado naquele ofício desde o ano de 2009. Remeter, juntamente com o ofício endereçado ao cartório, cópia da Carta nº 52 (fl.05).

(d) oficie-se a FUNAI – Coordenação-Geral de Assuntos Fundiários para que, ao prazo de 15 (quinze) dias, informe a situação atual do processo de demarcação da área ocupada pelo por Madja (Kulina), localizada no rio Uerê, Município de Carauari/AM.

Diligencie-se. Cumpra-se.

Manaus, 25 de setembro de 2012

Patrick Menezes Colares/*Procurador da Republica*[27]

[27] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

O Cartório de Registro de Pessoas Naturais no Município de Carauari/AM foi o primeiro órgão a responder as solicitações do MPF-AM. O mesmo negou que estivesse protelando de alguma forma o registro dos indígenas Kulina e Kanamari; e enviou ao MPF uma lista de nomes de indígenas nascidos e registrados, pelo referido cartório, de 2009 a 2012 (Ofício nº 174/2012-CEJ-CAF, Carauari, 30 de outubro de 2012)[28]:

> "que em momento algum houve dificuldades para obtenção do registro de nascimento por parte das populações indígenas[29], a prova é tanto que desde o ano de 2009 até a presente data foram registrados 133 (cento e trinta e três) indígenas, conforme relação abaixo:

Nº	NOME
	KULINA
1	SAMA SAMANTA KULINA BEZERRA
2	SSINOCA KULINA
3	ANAOMA EDUARDO KULINA
4	BIRICO LORRANE KULINA
5	DAMIANA KULINA
6	DSERO MARIA KULINA (GEMEA)
7	ERCÍLIA KULINA
8	IDIRANI EDILENE KULINA
9	JUNHO KULINA
10	LUAN KULINA
11	MAHUIRRA KULINA
12	MARRORO JOSE ANTONIO KULINA
13	NATALÍCIO LIMA KULINA
14	NETE KULINA
15	NITA KULINA
16	PPIHUI WANDERSO KULINA
17	RERRANI KULINA
18	RINO CLEINALDO KULINA
19	RUAINO KULINA
20	SAMA KULINA
21	SSAPO KULINA
22	ZIHUINI MARCELA KULINA (GÊMEA)
23	ZINO ZITO KULINA
24	BAZIHANI KULINA
25	BIBIDA FRANCINEIDE KULINA
26	BIDADA ROSENILDA KULINA
27	CANA KULINA
28	CARIUANI LETIAI KULINA
29	CELINO CERINO KULINA
30	DANIEL DAORA KULINA
31	ELIZABETE KULINA
32	MACERO MARCELO KULINA
33	MARIA DA CONCEIÇÃO QUINA KULINA
34	MARRODE MOABI KULINA
35	PARORRA FRANCILENE KULINA

[28] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

[29] Grifo do documento.

36	ROSIDA CIENE KULINA
37	TONE EVANILSON KULINA
38	WEKA HILDA KULINA
39	OMA ZEZINHO KULINA
40	TOHO RAIMUNNDA KULINA
41	BIRIRRARO RUANITA KULINA
42	AILTON KULINA
43	NEKA ROSA KULINA
44	SSITERI SILDOMARA KULINA
45	HUARINA ANTONIO KULINA
46	KAI JOSÉ KULINA
47	LIMANA JOAO KULINA
48	AHIE GABRIEL KULINA
49	DAMIM DANIEL KULINA
50	KELIANE KULINA
51	MARINA KULINA
52	RAIANE KULINA
53	MARIA IRINI KULINA
54	MARIA KULINA
55	LUCIVANIA DA SILVA KULINA
56	JUNHO KULINA
57	TONANI SIDNEYKULINA
58	SEQUINA KULINA
59	JOSÉ KULINA
60	SSENANI CELIANE KULINA
61	JULIA KULINA
62	NAMIA JOSÉ KULINA
63	BIRRO MAZINHO KULINA
64	GENILSON DAURA KULINA
65	DARA DA SILVA KULINA
66	BAZIRANI CRISTIANE KULINA
67	NELSON EDUARDO KULINA
68	ANTONIO SAHA LIMA KULINA
69	ROROIA LINDALVA KULINA
70	NEIDE KULINA
71	AILTON KULINA
72	MARIA ANTONIA KULINA
73	CAZARO KULINA
74	JAMILI KULINA
75	MARINA KULINA
76	MINA KATIA FRANCISCA KULINA
77	BAQUI NADIJA KULINA
78	BAQUI HENRIQUE KULINA
79	ASSICO KULINA

KANAMARI

80	ATONÉ KANAMARI
81	DARANI KANAMARI
82	AMPEH ELIZABETH KANAMARI
83	AYOBE NEGREIRO KANAMARI
84	BEHE KANAMARI
85	BOHO LUCILENE KANAMARI
86	DJONKO JOEL KANAMARI
87	DJORI TIAGO KANAMARI
88	HANO IVANETE KANAMARI
89	HANO KANAMARI
90	HIPO MARLINDO KANAMARI
91	IYON MARIA KANAMARI

92	KAWAROTEYA LUCI KANAMARI
93	KAYAWE NEGREIRO KANAMARI
94	MAPI LÁZARO KANAMARI
95	MARAWE DELSON KANAMARI
96	TOKOWE JOSSUÉ KANAMARI
97	TSAWE MARIA FRANCISCA KANAMARI
98	WAHKADJOH RAIMUNDA KANAMARI
99	WAHTONO KANAMARI
100	WAIKARO TATIANA KANAMARI
101	WANAI TEREZINHA KANAMARI
102	WINERIYO SOCORRO KANAMARI
103	YODJI JOSÉ KANAMARI
104	AWANO KANAMARI
105	KAWAHA MARIA KANAMARI
106	MARAWE RAIMAR KANAMARI
107	PIMAH KANAMARI
108	RIYO NEGREIRO KANAMARI
109	TSOYA SONIA KANAMARI
110	WAARE LUCINEIDE KANAMARI
111	WADEH ROBSON KANAMARI
112	WADUWA ANDREZA KANAMARI
113	WAHAI ANGELICA KANAMARI
114	WAHIYA KANAMARI
115	WOYA ANTONIO KANAMARI
116	YORE JOANA KANAMARI
117	YUWAI ANDRE KANAMARI
118	WADE EDRES KANAMARI
119	WANEM CAMILA KANAMARI
120	SABORO KANAMARI
121	WARINA DOS SANTOS KANAMARI
122	MANOHE KANAMARI
123	CAROL LEITE DESIDERIO KANAMARI
124	DJONKO JOEL KANAMARI
125	MISAEL KANAMARI
126	JULIANA DOS ANJOS KANAMARI
127	NOHEN NEGREIROS KANAMARI
128	ANTONIO TOPIGANA KANAMARI
129	DJA OH DOS SANTOS KANAMARI
130	JAIMAR KAWATARI KANAMARI
131	MARRIMA TAILANE KANAMARI
133	HONA EVELYN SILVA KANAMARI

Porém, diante da ausência de resposta mais concreta, por parte da FUNAI, o procurador efetua novo oficiamento do órgão:

> Assim sendo, a fim de melhor instruir os autos do presente ICP, **DETERMINO**[30] o oficiamento dos seguintes órgãos:
> a) a Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente informações, atualizadas, acerca da situação de procedimento que tenha como objeto a demarcação da TI Kulina do Rio Uerê-Matatibem, informando, também, o número do mesmo;
> b) a Coordenação Regional da FUNAI/AM para que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe se porventura recebeu alguma denúncia acerca de má prestação

[30] Grifo do documento original.

> do serviço de registro de nascimento oferecido aos indígenas no Município de Carauari/AM (MPF.Despacho do dia 14 de junho de 2013 o Procurador da República Márcio Albuquerque PROC Nº 32/16, fls. 10; fls. 61)[31].

Anos se passaram no qual o MPF instigava a FUNAI que cumprisse o seu papel e iniciasse o processo de estudo de identificação e delimitação da TI Kulina do Rio Ueré. Todavia, os procuradores recebiam apenas respostas protocolares ou justificativa relacionadas a falta de recursos pessoal e/ou financeiro (ou outras desculpas, como o fato da demarcação da referida TI não se encaixar nas prioridades traçadas pelo órgão). Dessa forma, não cabendo mais formas de persuasão via trâmites processuais, o MPF resolveu propor a Ação Civil Pública, com pedido de liminar, ao Juiz Federal da Vara Única da Subseção Judiciaria de Tefé/AM.

A seguir transcrevo o documento no qual o MPF propõe a Ação Civil Pública, com pedido de Liminar. A transcrição se faz necessário por conter o histórico do processo e a morosidade da FUNAI:

> EXCELENTISSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA VARA ÚNICA DA SUBSEÇÃO JUDICIARIA DE TEFÉ/AM
>
> O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República que ao final subscreve, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, [...] propor a presente
>
> AÇÃO CIVIL PÚBLICA,
> COM PEDIDO DE LIMINAR
>
> [...]
> I – DO OBJETO DA PRESENTE DEMANDA
> A presente demanda busca a obtenção de provimento jurisdicional que determina condenação da União e da FUNAI a que procedam à conclusão do processo administrativo de demarcação da área habitada pelo povo Madja (Kulina), localizada no Rio Uere, município de Carauari/AM.
>
> **II – DA MORA DA FUNAI EM REALIZAR A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA HABITADA PELO POVO MADJA (KULINA), LOCALIZADA NO RIO UERE, MUNICIPIO DE CARAUARI/AM**
> O Ministério Público Federal (MPF) instaurou o Inquérito Civil Público nº 1.13.000.000699/2010-84 para apurar "denuncia de morosidade no processo de demarcação realizado pela FUNAI na área habitada pelo povo Madja (Kulina), localizada no Rio Uerê, Município de Carauari".
> Em documento acostado à fl. 05, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB solicitou junto a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF providências necessárias à demarcação de suas terras. Esse documento foi enviado à Procuradoria da República no Estado do Amazonas,

[31] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

que requereu junto à FUNAI informações acerca do pleito formulado pelos indígenas.
À fl. 11 encontra-se acostado ofício emitido pela Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI, em 24 de novembro de 2009, informando que a Terra Indígena Kulina do Rio Uerê encontra-se cadastrada no Sistema de Terras Indígenas daquela autarquia.
O documento ainda informa que a prioridade será dada a terras que apresentem uma situação de maior vulnerabilidade, como por exemplo os acampamentos, áreas com situação de risco para a segurança alimentar das comunidades indígenas, bem como terras que de alguma forma estiveram com procedimento administrativo iniciado e não concluído, tendo em vista uma grande demanda de processos nessas circunstâncias. A resposta é encerrada com a afirmativa de que a TI Kulina do Rio Uerê estará inclusa na programação vindoura, no caso de atender aos critérios acima mencionados após a conclusão do referido planejamento.
Em 21 de junho de 2012, a FUNAI, através do ofício nº 648/DPT/2012 (fls. 28/29), asseverou que o pleito da comunidade em referência encontrava-se registrada em seu banco de dados, já tendo sido realizado o levantamento prévio da demanda, de modo que a instituição estava aberta a receber documentos e informações referentes à reivindicação fundiária.
O Ofício n. 685/PDT/2013, da Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI (fls.67/68) reafirma o posicionamento descrito no item anterior.
Diante da informação de que a população indígena TI Kulina do Rio Uerê busca reconhecimento e demarcação de suas terras, desde 09 de abril de 2009, o Ministério Público Federal, expediu a RECOMENDAÇÃO N. 017/2013/PRM-Tefé, para que a FUNAI iniciasse os estudos de identificação e delimitação das terras reivindicadas pelos índios Madja (Kulina), num prazo máximo de 90 (noventa) dias, garantindo-se a participação das lideranças do grupo envolvido em todos as fases do procedimento. Recomendou-se também que no mesmo prazo de 90 (noventa) dias, a FUNAI apresentasse cronograma completo dos trabalhos, a identificação do antropólogo nomeado para apresentação do estudo antropológico de identificação e o prazo fixado para tanto na portaria de nomeação, bem como a relação dos profissionais componentes do grupo de trabalho encarregado de promover os estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação, tudo de acordo como Decreto n. 1775, de 8 de janeiro de 1996, (fls, 72/73). A Recomendação foi expedida em 12 de novembro de 2013.
Em resposta, a FUNAI –Diretoria de Proteção Territorial, por meio do Oficio n. 023/DPT/2014 (fls.77/79), de 16 de janeiro de 2014, informou que não há previsão para a constituição do Grupo Técnico para a realização dos estudos necessários a identificação e delimitação da TI Kulina do Rio Uerê no âmbito do PPA 2012-2015.
Novamente instada, a FUNAI, em 28 de novembro de 2014, reiterou os termos da informação mencionada no item anterior, acrescentando a menção à escassez de pessoal para o desempenho de suas atividades. Desde então, o quadro se manteve inalterado.
Note-se que a FUNAI tem conhecimento do pedido de demarcação da TI Kulina do rio Uerê desde, pelos menos, 24 de novembro de 2009, quando foram prestadas as primeiras informações acerca do pedido formulado pelos indígenas daquela região (fl.11). Infere-se daí que, passado quase 6 anos do pedido formulado pela comunidade indígena, sequer os estudos de qualificação do pleito foram iniciados, do que decorre **a extrapolação de um**

prazo razoável para o início do processo de demarcação e regularização fundiária[32].

Com ausência de demarcação, os conflitos entre não-indígenas e indígenas para acesso aos recursos naturais tendem a aumentar.

Diante desse cenário, mostra-se fundamental a obtenção de provimento que determine à FUNAI e à União que cumpram os seus papéis institucionais, dando início e seguimento ao processo demarcatório e concluindo de maneira célere, tendo em vista o decurso de prazo razoável para a finalização dos trabalhos.

[...]

Diante disso, **constata-se que as determinações legais existentes são por si só suficientes para garantir o reconhecimento dos direitos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, independentemente da sua demarcação física. Porém, a ação demarcatória é fundamental e urgente enquanto ato governamental de reconhecimento, objetivando definir a real extensão da posse indígena a fim de assegurar a proteção dos limites demarcados e permitir o encaminhamento da questão fundiária nacional**[33].

[...]

A situação foi dada a conhecer ao Ministério Público Federal em 09 de abril de 2009. A partir daí a FUNAI foi provocada por diversas vezes a levar a terreno o procedimento de demarcação, consoante se extrai dos documentos de fl. 11, 16, 28/29, 44, 63, 67/68,77/79 e 85. Passados mais de seis anos, nenhuma providência foi tomada pela FUNAI, sequer os estudos preliminares foram iniciados, o que mantém o processo demarcatório estacionado na fase 1[34]**.**

A conduta mostra-se ilegal, ferindo, neste aspecto, não apenas o princípio correlato da legalidade, mas também os princípios da moralidade e da eficiência, pois o injustificado silêncio administrativo em lapso temporal tão dilatado estampa a inoperância estatal. Note-se que a mora é tamanha a ponto de permitir supor-se que a FUNAI e a União estejam dificultando ou minimizando o exercício de direitos – constitucionais – por parte dos indígenas.

[...]

Em outra palavras, **em caso extremo de não reconhecimento da tradicionalidade de algumas das terras a serem identificadas, caberá à União, solidariamente com a FUNAI, eleger tais terras para serem formadas reservas indígenas, visto que os índios Kulina já estão habitando nelas com sua maneira tradicional**[35]**.**

Quer dizer, independentemente da questão antropológica, do ponto de vista jurídico, vislumbre-se que caberá à União, e à Funai, solidariamente, garantir a cultura e o modo de vida dos índios da TI Kulina do Rio Uerê, no Município de Carauari/AM.

[...]

Nesse panorama é que o **MPF requer provimento jurisdicional para que a FUNAI conclua as três primeiras fases do processo de demarcação, promova os estudos de identificação, emita o relatório, estabeleça o contraditório, analise as alegações relacionadas ao relatório circunstanciado e encaminhe o processo ao Ministério da Justiça, aos prazos estabelecidos pela legislação de regência.** Por fim, em caráter

[32] Grifo do documento original.
[33] Grifo do documento original.
[34] Grifo do documento original.
[35] Grifo do documento original.

> preventivo, requer que a União, por meio do seu Ministro da Justiça igualmente cumpra o prazo estatuído no § 10º do artigo 2º do Decreto nº 1.775/96, e, assim, conclua o processo administrativo de demarcação da terra indígena Kulina do Rio Uerê[36].
> [...}
> **IX – DOS PEDIDOS**
> Posto isso, o Ministério Público Federal requer, nos termos dos artigos 461 e 461-A e seus respectivos parágrafos, c/c art. 273, todos do Código de processo Civil, bem como da lei 7.347/85:
> a)A antecipação dos efeitos da tutela para:
> a1) DECLARAR a mora do Estado brasileiro no processo de demarcação da Terra Indígena Kulina do Rio Uerê, localizada no Município de Carauari/AM;
> a2) DETERMINAR a conclusão dos estudos para a elaboração de relatório antropológico e a apresentação deste no prazo de **45 (quarenta e cinco dias)**, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais);
> a3) DETERMINAR à autarquia que, na sequência, cumpra os prazos previstos no Decreto 1.775/96, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais);
> a4) DETERMINAR à União que, após o encaminhamento dos autos pela FUNAI, observe estritamente, na sequência, os prazos estabelecidos no Decreto 1.775/96, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais);
> a5) DETERMINAR às demandadas que concluam o processo demarcatório, **quer pela via da tradicionalidade, quer pela via da eleição, ao prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses,** sob pena de multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais);
> b)A citação das demandadas, por meio de seus representantes legais, para, querendo, contestarem a presente demanda no prazo legal;
> c)A condenação definitiva da FUNAI e da União quanto aos pedidos definidos no item *a,* observado o prazo máximo de conclusão do processo de demarcação de **24 (vinte e quatro) meses**, sob pena de multa diária de R$ 10.000,00 (cinquenta mil reais);
> Protesta por todos os meios de prova admitidos em direito, em especial a juntada de novos documentos, inspeção judicial, perícia e oitiva de testemunhas.
> Dá-se à causa, para efeitos legais, o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais).
> Manaus, 28 de setembro de 2015.
> ELIABE SOARES DA SILVA
> Procurador da República[37]

Diante desse pedido de liminar o Poder Judiciário – Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Subseção Judiciária de Tefé – solicitou informações por parte da FUNAI: "provimento jurisdicional que determine a condenação da União e da FUNAI que procedam a conclusão do processo administrativo de demarcação da área habitada pelo povo Madija (Kulina), localizada no Rio Uerê, Município de Carauari/AM". Assim, através da Informação Técnica nº 16/CGID/2016, de 03 de fevereiro de 2016, a FUNAI enumera justificativas objetivando explicar porquê não demarcou TI Kulina do Rio Ueré.

[36] Negrito e sublinhado constam no documento orginal.
[37] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

No entanto, informa que a TI Kulina do Rio Ueré integra a lista de terras nas quais há ações civis públicas que visam a agilidade nos procedimentos de identificação e delimitação; informa também que não há previsão de constituir GT para estudar a área reivindicada; e que, portanto, a TI permanece em estágio de *qualificação*[38].

A seguir transcrevo a impugnação apresentada pelo MPF às contestações apresentadas pela União e FUNAI (assinado no dia 27 de junho de 2016). O documento contém um resumo bem acurado do Processo Nº 699-95.2015.4.01.3202[39]:

> Processo Nº 699-95.2015.4.01.3202
> Autor: Ministério Público Federal
> Réus: União e FUNAI
>
> O **MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República ao final assinado, tendo em vista Despacho de fl. 206, nos autos da Ação Civil Pública em epígrafe, vem apresentar **IMPUGNAÇÃO** às contestações oferecidas pela UNIÃO (fls 129/148) e FUNAI (189/203).
>
> **1 – DO BREVE RESUMO PROCESSUAL**
> Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo MPF que busca a obtenção de provimento ao início e à conclusão do processo administrativo de demarcação da Terra Indígena Kulina do Rio Uerê, localizada no Município de Carauari/AM e ocupada por indígenas da etnia MADJA (KULINA).
> Contestação da União, fls 129/148, aduzindo em síntese, *(i)* impossibilidade de conclusão a termo do processo administrativo, violação da Separação de Poderes, da discricionariedade administrativa e da Reserva do Possível; e *(ii)* ausência de conduta omissiva da União, nexo causal e dano.
> Contestação da FUNAI em fls. 189/203, aduzindo: **(i)** impossibilidade de antecipação de tutela em face dos Entes Federais; **(ii)** o prazo referido no art. 67, ADCT, de que a União concluirá a demarcação das terras indígenas em cinco anos não é de natureza peremptória; **(iii)** a Administração Pública, no exercício de seu Poder Discricionário, pode traçar, com base nos critérios de razoabilidade, metas e prioridades para a concretização dos procedimentos demarcatórios; **(iv)** a demarcação, em se tratando de implantação de políticas públicas, insere-se, prioritariamente, no âmbito das funções institucionais dos Poderes Executivo e Legislativo, não sendo dado ao Poder Judiciário substituir as instâncias constitucionalmente competentes para tanto, determinando a efetivação de políticas governamentais, sob pena de violação do princípio constitucional da Separação dos Poderes; **(iv)** Cláusula de Reserva do Possível, limites à atuação do Poder Judiciário, diante da existência de disponibilidade financeira do Estado; **e (v)** eventual determinação judicial no sentido de estabelecer um prazo fatal para a conclusão do procedimento demarcatório como um todo seria ingerência indevida do Judiciário.

[38] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

[39] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

2-DA POSSIBILIDADE DE CONCESSAO DE TUTELA ANTECIPADA NO CASO DE ANÁLISE

Diz a FUNAI, que no caso em análise, não cabe a concessão de liminar contra a Fazenda Pública, já que estaria a se esgotar, no todo ou em parte, o objeto da ação (Lei 8.437/92, art, 1º, § 3º).

Esquece a Fundação, entretanto, que tal dispositivo visa a evitar a satisfação do direito de forma a tornar irreversível situação fática que o provimento antecipatório pode gerar, o que definitivamente não é o caso dos autos.

[...]

"PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DA TUTELA ANTECIPADA QUE CEDE AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE – NECESSIDADE DE PROTEÇÃO AO BEM MAIOR (VIDA) – FUNDADO RECEIO DE QUE O PROVIMENTO JURISDICIONAL FINAL VENHA A SE TORNAR INEFICAZ"

[...]

No caso, Excelência, é a própria vida e tradição da comunidade indígena que está em análise, posto que a terra é fator fundamental para seu desenvolvimento e manutenção cultural, ou seja, para evitar que o grupo minoritário se descaracterize.

O mínimo existencial para o grupo é sua TERRA, e sendo o mínimo existencial absoluto, não há alegação processual ou material que possa evitar a concessão de tutela.

[...]

Portanto, Excelência, em sendo o acesso à terra pressuposto para uma vida digna da comunidade indígena, para sua manutenção e desenvolvimento cultural, tutela antecipada há de ser imediatamente concedida assegurando-se o mínimo existencial a comunidade que vem sofrendo por anos seguidos em virtude da inércia desproporcional da FUNAI e da UNIAO.

Diante do exposto, o Ministério Público Federal reitera o pedido antecipatório formulado na inicial, já que a manifestação dos réus não foi suficiente para refutar os argumentos deduzidos na peça preambular, mantendo-se presentes o perigo na demora e a probabilidade do direito.

3-DA INÉRCIA DA UNIAO E DE SUA CONSEQUENTE LEGITIMIDADE PARA A LIDE

A União diz não estar inerte, já que não é a responsável pela primeira fase do procedimento demarcatório.

Manifesto equívoco do Ente Central.

No ponto, cumpre verificar que, nos termos do art 231 da Constituição Federal, tem-se que compete a UNIAO a demarcação de terras indígenas.

Ademais, compete á UNIAO fornecer à FUNAI os recursos financeiros necessários para custear todas as despesas decorrentes do processo de demarcação e /ou regularização das áreas de ocupação indígena, inclusive com a contratação de mão de obra terceirizada no caso de indisponibilidade de servidores[40].

Por fim, veja-se que o procedimento demarcatório é concluído no Ministério da Justiça e Presidência da República, que também serão atingidos com a decisão, caso ela se mostre procedente.

4- DA NECESSIDADE DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO – ACESSO E MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE TERRITORIAL COMO MÍNIMO EXISTENCIAL PARA AS COMUNIDADES INDIGENAS

Como se sabe, a Constituição Federal de 1988 assegurou aos índios em seu artigo 231 o direito originário aos territórios tradicionalmente ocupados, como

[40] O MPF ressalta a necessidade de contratação de colaboradores externos para efetuar o trabalho.

forma de respeitar o espaço territorial necessário à sobrevivência desses grupos étnicos, bem como de seu especial modo de viver.
[...]
A demarcação de terras indígenas não é um ato político, mas mera execução técnica do mandamento constitucional esculpido no art. 231 da CF/88, o qual proíbe juízo político e de discricionariedade na demarcação. Com efeito, o núcleo fundamental do direito originário às terras que tradicionalmente ocupadas é justamente a garantia de que o processo de demarcação será técnico.
[...]
In casu, a Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI informou, através do Ofício n. 1048/DAF (fl.11), expedido no dia 24 de novembro de 2009, que a Terra Indígena Kulina do Rio Uerê está registrada no Sistema de Cadastro de Terras indígenas daquela Autarquia.
O documento ainda informa que a prioridade será dada a terras que apresentarem uma situação de vulnerabilidade, bem como terras que de alguma forma estiveram com procedimento administrativo iniciado e não concluído, tendo em vista uma grande demanda de processos nessas circunstâncias. A resposta é encerrada com a afirmativa de que a TI Kulina do Rio Uerê estará inclusa na programação vindoura, no caso de atender aos critérios acima, mencionados após a conclusão do referido planejamento.
É imprescindível a demarcação das terras indígenas para que se possa dar segurança jurídica, não apenas às populações indígenas, que poderão desenvolver-se e garantir a posse exclusiva das terras, como também da população do entorno, que poderá saber se ocupa ou não área indígena[41], o que nem sempre é claro, seja por má-fé de alguns, ou por verdadeiro desconhecimento dos critérios que orientam a definição da propriedade indígena.
[...]
Ademais, a demarcação das terras indígenas tem o efeito benéfico, ainda que acidental, de preservação ambiental, da diversidade biológica e de todo o conhecimento milenar que os índios detêm sobre as plantas e animais, uma vez que os modos de exploração da terra pelos índios são muito menos agressivos que os da agricultura ordinária.

5- DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SEPARAÇÃO DOS PODERES

O dogma da Separação de Poderes não pode impedir o acesso ao Judiciário, muito menos o papel deste último na consecução dos direitos fundamentais elencados no texto constitucional (mínimo existencial), não havendo que se cogitar em indevida intromissão na esfera discricionária da União e da FUNAI.
Note-se que o Ministério Público Federal, em momento algum, pretende ingressar no mérito administrativo, na conveniência e oportunidade afetas ao crivo tão-somente do administrador. E não o faz por duas razões. Primeiro, porque o ato ora reivindicado é vinculado, e não discricionário. Com efeito, se o procedimento vem acompanhado de estudos antropológicos e históricos, não pode a demarcação ser denegada por questões que não sejam técnicas. Todos os estudos anteriores são realizados por "antropólogo de qualificação reconhecida", acompanhado por grupo técnico especializado que poderá solicitar auxílio à comunidade cientifica sempre que necessário. Vale lembrar, ainda, que a lei (decreto nº 1.775/96) vinculada a desaprovação da demarcação "ao não atendimento do disposto no § 1º do art. 231 da Constituição".

[41] Aqui o MPF alerta para a apropriação indevida, da terra tradicional no Ueré, por falta de definição dos limites físicos.

A segunda razão é ainda mais singela: o Ministério Público Federal não requer judicialmente decisão neste ou naquele sentido, mas apenas decisão que encerre etapa do procedimento administrativo e permita o prosseguimento do feito até final declaração ou não, mediante Portaria do Ministério da Justiça, dos limites da terra indígena. É claro que decisão denegatória há de ser devidamente motivada, autorizando, assim, a apreciação ou impugnação judicial das razoes elencadas (teoria dos motivos determinantes).

[...]

Nesse panorama é que **o MPF requer provimento jurisdicional para que a FUNAI conclua as três primeiras fases do processo de demarcação, promova os estudos de identificação, emita o relatório, estabeleça o contraditório, analise as alegações relacionadas ao relatório circunstanciado e encaminhe o processo ao Ministério da Justiça, nos prazos estabelecidos pela legislação de regência.** Por fim, em caráter preventivo, requer que a União, por meio de seu Ministério da Justiça, igualmente cumpra o prazo estatuído no § 10º do artigo 2º do decreto nº 1.775/96 e, assim, conclua o processo administrativo de demarcação da terra indígena Kulina do Rio Uerê[42].

[...]

O poder judiciário não vai substituir a atividade dos demais Poderes, porém o controle das decisões administrativas, das políticas públicas e dos programas político-legislativos são corolários do Estado democrático de Direito, especialmente quando a omissão institucional lesa o mínimo existencial de grupos minoritários. Quando a atuação dos demais Poderes na prestação de direitos sociais encontra-se em contradição com os paradigmas traçados pelo constituinte ou se apresentem sem nexos de razoabilidade, resta claro a possibilidade de controle judicial das políticas públicas.

6- DA NÃO APLICAÇÃO DA CLÁUSULA DA RESERVA DO POSSÍVEL

Os réus destacam ainda que a demarcação, em se tratando de implantação de políticas públicas, se insere, prioritariamente no âmbito das funções institucionais dos Poderes Executivo e Legislativo[...]. Denunciam inclusive, que haveria violação da Clausula de Reserva do Possível, que seria um limite à atuação do Poder Judiciário, diante da inexistência de disponibilidade financeira do Estado.

[...]

A reserva do possível e as questões relacionadas ao orçamento não devem ser utilizadas como limites absolutos à prestação de direitos humanos e à concretização de políticas públicas, podendo o Judiciário fazer o controle devido, quando necessário, [...].

7- DA OCORRENCIA DE MORA NO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO

A demora na demarcação das terras tradicionais dos índios Madja (Kulina) lhes traz prejuízos irreparáveis, sejam eles culturais, de insegurança alimentar, de violência intertribal, bem como de insegurança social decorrente do conflito de terra com os não índios da região. Os índios enfrentam dificuldades em manter a forma própria de organização social e, com isso, têm dificuldades de passar para as próximas gerações os seus costumes, suas línguas, suas crenças e tradições.

[...]

Reitera-se que, segundo informações da Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI, a inscrição da TI Kulina do Rio Uerê no Sistema de Terras da

[42] Negrito e sublinhado do documento original

FUNAI – ST/BSB ocorreu em novembro de 2009[43], encontrando-se desde então, à espera do processo de regularização e demarcação.

Em 21 de junho de 2012, a FUNAI, através do ofício n. 468/DPT/2012 (fls 28/29), asseverou que o pleito da comunidade em referência encontrava-se registrada em seu banco de dados. Já tendo sido realizado o levantamento prévio da demanda, de modo que a instituição estava aberta a receber documentos e informações referentes à reivindicação fundiária.

O Ofício n. 685/PDT/2013, da Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI (fls. 67/68) reafirma o posicionamento descrito no item anterior.

Diante da informação de que a população indígena da TI Kulina do Rio Uerê busca reconhecimento e demarcação de suas terras, desde 09 de abril de 2009, o Ministério Público Federal expediu a RECOMENDAÇÃO N. 017/2013/PRM-Tefé, para que a FUNAI iniciasse os estudos de identificação e delimitação das terras reivindicadas pelos índios Madja (Kulina), num prazo máximo de 90 (noventa) dias, garantindo-se a participação das lideranças do grupo envolvido em todas as fases do procedimento. Recomendo-se também que no mesmo prazo de 90 (noventa) dias, a FUNAI apresentasse cronograma completo dos trabalhos, a identificação do antropólogo nomeado para apresentação do estudo antropológico de identificação e o prazo fixado para tanto na portaria de nomeação, bem como a relação dos profissionais componentes do grupo de trabalho encarregado de promover os estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação, tudo de acordo como Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996 (fls 72/75). A recomendação foi expedida em 12 de novembro de 2013.

Em resposta, a FUNAI – Diretoria de Proteção Territorial, por meio de Ofício n. 023/DPT/2014 (fls. 77/79), de 16 de janeiro de 2014, informou que não há previsão para a constituição do Grupo técnico para a realização dos estudos necessários a identificação e delimitação da TI Kulina do rio Uerê no âmbito do PPA 2012/2015.

Novamente instada, a FUNAI, em 28 de novembro de 2014, reiterou os termos da informação mencionada no item anterior, acrescentando a menção à escassez de pessoal para o desempenho de suas atividades. Desde então, o quadro se manteve inalterado.

Nota-se que a FUNAI tem conhecimento do pedido de demarcação da TI Kulina do Rio Uerê desde, pelos menos, 24 de novembro de 2009, quando foram prestadas as primeiras informações acerca do pedido formulado pelos indígenas daquela região (fl. 11). Infere-se daí que, passados quase 7 anos do pedido formulado pela comunidade indígena, sequer os estudos de qualificação do pleito foram iniciados, do que decorre **a extrapolação de um prazo razoável para o início do processo de demarcação e regularização fundiária**[44]**.**

A conduta mostra-se ilegal ferindo, neste aspecto, não apenas o princípio correlato da legalidade, mas também os princípios da moralidade e da eficiência, pois o injustificado silêncio administrativo em lapso temporal tão dilatado estampa a inoperância estatal. A mora é tamanha a ponto de permitir concluir-se que a União e a FUNAI estejam dificultando ou minimizando o exercício de direitos – constitucionais – por parte dos indígenas.

Enfim, só podemos nos considerar uma verdadeira democracia se tivermos a virtude moral e ética, além de jurídica, de garantir os direitos das minorias, de conviver com as culturas "diferentes", de entender que o certo e o errado, o desenvolvimento e os padrões de conduta tidos como aceitáveis, são diferentes

[43] Grifo do documento original.
[44] Grifo do documento original.

> para cada povo e para cada cultura diferente. Afinal, é pela diferença que conseguimos formar e afirmar nossa identidade.
> São argumentos, pois, que justificam e fundamentam juridicamente os pedidos alinhados na inicial.
> Por fim, impende, uma vez mais, registrar que esforços extrajudiciais foram empreendidos pelo MPF, sem que, todavia, lograsse persuadir as autoridades administrativas responsáveis a cumprir com seus misteres, pelo que outra saída não resta, senão o socorro ao judiciário.
> **8- DO PEDIDO**
> Diante do exposto o Ministério Público Federal impugna *in totum* as peças contestatórias reiterando todos os termos de exordial, para o fim de julgamento procedente dos pedidos autorais.
> Do mesmo modo, após o estabelecimento do contraditório, o Ministério Público Federal reitera o pedido de antecipação de tutela, já que os argumentos trazidos pela União e pela Funai não afastam a probabilidade do direito trazida pelo *parquet*, nem o perigo na demora demonstrado na inicial. E mais, a tutela antecipada é essencial para a concretização do mínimo existencial da comunidade indígena, o que, por si só, já seria motivo suficiente para sua concessão.
> Por fim, caso esse juízo entenda indevida a tutela antecipada para determinar que o procedimento se conclua em 24 meses, que determine, ao menos, que seja dado início a primeira fase do mesmo (realização dos estudos antropológicos de identificação), cessando, ao menos parcialmente, a inercia do órgão indigenista.
> Pede deferimento.
> Tefé/AM, 27/06/2016 (fls 208-218)

Nessa impugnação mais uma vez o MPF salienta o rigor técnico do Relatório Circunstanciado de Delimitação e Identificação. Os procuradores sugerem que a Funai e a União busque apoio da comunidade acadêmica e científica para elaborar os RCID's. **No caso, esse RCID conta com apoio de pesquisas científicas realizadas pelos membros do GT através da Universidade de Brasília-FINATEC:**

> Ademais, compete á UNIAO fornecer à FUNAI os recursos financeiros necessários para custear todas as despesas decorrentes do processo de demarcação e /ou regularização das áreas de ocupação indígena, inclusive com a contratação de mão de obra terceirizada no caso de indisponibilidade de servidores.
> Todos os estudos anteriores são realizados por 'antropólogo de qualificação reconhecida', acompanhado por grupo técnico especializado que poderá solicitar auxílio à comunidade cientifica sempre que necessário (Ministério Público Federal; Processo Nº 699-95.2015.4.01.3202)

Diante da abrangência das ações – da repercussão social e natureza coletiva – o Juiz Federal André Dias Irigon (Subseção Judiciaria de Tefé-AM) através do Despacho (fls 240), do dia 16 de setembro de 2016, designou que fosse realizada uma audiência pública em Tefé-AM. Pois somente na região de Tefé-AM havia cinco ações civis

públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal em face da União e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, objetivando a conclusão do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas. O Juiz Federal intimou presença das partes interessadas alegando que as contestações tinham sido apresentadas. No Despacho (Fls 240) o Juiz faz referências as cinco terras indígenas da região de Tefe-AM; entre elas encontra-se TI Kulina do Rio Ueré representada no Processo n.º 699-95.2015.4.01.3202.

Assim, a Audiência Pública foi realizada em Tefé, no dia 05 de outubro de 2016. A mesma tratou da morosidade da FUNAI em vários processos de demarcação de terras indígenas na região de Tefé-AM. Na ocasião estiveram presentes vários representantes de comunidades indígenas, mas a FUNAI e a União (através da AGU) não compareceram.

> Dada oportunidade para que os interessados na demarcação de terra indígenas apresentassem suas reivindicações, nada mais foi requerido, tendo sido encerrado os debates.
> Em seguida o Magistrado proferiu o seguinte despacho; "*Venham os autos conclusos para sentença".* Após, nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, que vai assinado por mim, Willian Feijó Rodrigues.
> André Dias Irigon juiz federal
> Guilherme Augusto Velmovitsky Van Hombeeck, procurador da República[45]

Nessa busca incessante o MPF logrou êxito. Dessa forma, no dia 15 de novembro de 2016, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região impôs uma sentença à FUNAI e à União; e estabeleceu o prazo máximo de 36 meses, sob pena de multa diária de R$ 10.000,00 para concluírem o processo de demarcação da TI Kulina do rio Ueré (Sentença: Fls 234/240)[46].

> O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública em face da União e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, visando obter provimento judicial que determine os entes públicos a concluírem, no prazo máximo de 24 meses, o processo administrativo de demarcação da área indígena habitada pelo povo Madja (Kulina), localizada no Rio Uerê, Município de Carauari – AM.
> Narra o MPF que instaurou inquérito civil para apurar a mora da União em delimitar a terra indígena Kulina do Rio Uerê, após solicitação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, apresentada à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

[45] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

[46] Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Subseção Judiciária de Tefé Processo N° 0000699-95.2015.4.01.3202 - 1ª Vara Federal Nº de Registro E-CVD 00047.2016.00013202.1.00689/00128 Processo Nº: 699-95.2015.4.01.3202 Classe: 7100 – Ação Civil Pública Autor: Ministério Público Federal Réu: União e Outro. Documento Assinado Digitalmente Pelo(a) Juiz Federal André Dias Irigon. Em 17/11/2016, Com Base Na Lei 11.419 De 19/12/2006.

Afirma que, instada, a FUNAI comunicou que a Terra Indígena Kulina do Rio Uerê encontra-se cadastrada no Sistema de Terras da autarquia, contudo, teria informado em 2014 que não havia previsão para a constituição do Grupo Técnico para a realização dos estudos necessários a identificação e delimitação da referida área indígena no âmbito do PPA 2012-2015.
Assinala que em 2014 a FUNAI reiterou os termos da informação antes mencionada, destacando ainda acerca da escassez de recursos materiais e humanos para o desempenho das atividades.
Salienta o ente ministerial que a FUNAI tem conhecimento do pedido de demarcação da **Terra Indígena Kulina do Rio Uerê desde 2009**, de modo que passados mais de seis anos, sequer os estudos de qualificação do pleito foram iniciados, o que denota a injustificável mora estatal.
Sustenta o *parquet* que a ausência de demarcação das terras implica nos constantes **conflitos fundiários entre indígenas e não-indígenas para acesso aos recursos naturais**.
O pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi indeferido pelo juízo (fls. 93/95).
A União apresentou defesa em que arguiu a ilegitimidade passiva. No mérito, sustenta ser da FUNAI a competência para promover a política indigenista no país. Alega que por ser da esfera do Poder Executivo a competência para demarcar terras indígenas, não é possível ao Poder Judiciário, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes, imiscuir-se nesse mister. Diz ainda que a Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação da FUNAI é quem organiza os procedimentos demarcatórios de terras indígenas a partir de complexos regionais. Salienta que há um expressivo volume de reivindicações territoriais indígenas, o que leva a adoção de critérios de prioridade, uma vez que o órgão não possui recursos financeiros e humanos suficientes para atender a todos os processos demarcatórios concomitantemente. Por fim, sustenta não haver mora da União para demarcar a terra indígena objeto desta ação e que o prazo a que alude o art. 67 do ADCT é programático, conforme decidiu a Suprema Corte.
Por sua vez a FUNAI sustenta a tese de que não cabe ao Poder Judiciário invadir a esfera de competência da Administração Pública, em seu juízo discricionário de conveniência e oportunidade, determinando prazos exíguos para a conclusão dos processos demarcatórios sem observância da complexidade dessas ações. Fala ainda da observância da cláusula de reserva do possível, tendo em vista a escassez de recurso humanos e materiais disponíveis frente as múltiplas atividades que desenvolve.
Às fls. 208/218v réplica do MPF às defesas das rés.
Em 05 de outubro de 2016 foi realizada na sede deste juízo audiência pública do qual participaram as lideranças indígenas de várias etnias e comunidades tuteladas pelo MPF nas ações de demarcação de terra que aqui tramitam.
[...]
A demora da conclusão do processo administrativo é, antes de um trabalho para FUNAI, uma saída para tantos outros problemas que envolvem a questão fundiária indígena, e cujo retardo apenas **incrementa a clandestinidade, conflitos agrários, crimes ambientais e violência de todos os gêneros**.
Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar a União e a FUNAI a ultimar o processo administrativo para a demarcação da **Terra Indígena habitada pelo povo Madja (Kulina), localizada no Rio Uerê, Município de Carauari – AM,** consoante as etapas e prazos fixados no Decreto nº 1.775/96 e para que o conclua no prazo máximo de 36 meses, sob pena de multa diária de R$ 10.000,00 por mês, a ser revestido em favor da própria comunidade organizada. Concedo a tutela antecipada para determinar (i) o prazo de 45 dias

> para constituição de grupo técnico especializado, composto preferencialmente por servidores do próprio quadro funcional, coordenado por antropólogo; (ii) o prazo de 24 meses para a apresentação do estudo antropológico de identificação e os estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação e de levantamento fundiário se necessário; (iii) a observância dos prazo a que se refere os parágrafos 7º a 10 do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
> Sem custas e sem honorários advocatícios para as partes, nos termos do art. 18 da LACP.
> Sentença sujeita a reexame necessário.
> Publique-se. Registre-se. Intime-se.
> Tefé, 15 de novembro de 2016 (p. 1-2; 13-14).

Nessa sentença constatamos que o poder judiciário insta a FUNAI pela demarcação da TI do Rio Ueré desde 2009. Quer dizer, há mais de treze anos os Kulina no Rio Ueré solicitam providências efetivas do poder público para que sejam realizados estudos qualificados que viabilizem o reconhecimento oficial do Estado brasileiro do direito originário dos Kulina sobre a terra que tradicionalmente ocupam (Constituição Federal, artigo 231). Não há como justificar o atraso desse processo. Se por um lado a ausência de providencias efetivas de demarcação fomenta conflitos entre indígenas e não-indígenas pela posse e acesso aos recursos naturais; por outro, impede o acesso pleno dos Kulina às políticas diferenciadas de atenção à saúde, educação escolar e proteção territorial, dentre outras.

A FUNAI e a União, através da Advocacia Geral da União-AGU, apresentaram Recurso de Apelação em face da sentença de fls. 234-240 (proferida na ACP nº 699-95.2015.4.01.3202). A AGU pede deferimento para que seja determinada intimação do MPF para contrarrazoar o recurso apresentado. Entretanto, a própria AGU, através de Ofício aponta a "força executória da decisão" (Ofício nº 257/2017/NAJ-CCJ/CCJ/CGAAN/CONJUR-MJ, Brasília de 13 de fevereiro de 2017. NUP: 00428.000032/2016-60; Ação Civil Pública – Proc. Nº 0000699-95.2015.4.01.3202)[47]:

[47] 2º link de acesso disponível no SEI-FUNAI. Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

> Senhora Procuradora-Chefe,
> 1. Encaminho-lhe, para CIÊNCIA E PROVIDÊNCIAS, cópia do MEMORANDO n. 00024/2017/CCG/PUAM/PGU/AGU, por meio do qual a Procuradoria da União no Estado do Amazonas remete cópia da decisão exarada nos autos em epígrafe, acompanhada de Parecer n. 02/2017/JSP/PUAM/AGU, por meio do qual atesta a força executória da decisão.
> 2. Conforme Parecer, a Procuradoria solicita, em atendimento ao comando judicial, as seguintes providência a serem cumpridas:
> "*Trata-se de expediente de análise da força executória de decisão proferida nos autos do processo nº 0000699-95.2015.4.01.3202 movido pelo Ministério Público Federal, tendo sido concedida antecipação de tutela na sentença no sentido de determinar (1) a constituição de grupo técnico especializado visando a demarcação de terras, composto preferencialmente por servidores do próprio quadro funcional, coordenado por antropólogo no prazo de 45 dias; (2) apresentação de estudo antropológico de identificação e estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação e de levantamento fundiário se necessário; e (3) a observância dos prazos a que se refere os parágrafos 7º s 20 do art 2º do Decreto nº 1.775/96".*

Em síntese, a pesquisa documental em arquivos do Sistema Eletrônico de Informações – SEI-FUNAI focada nos processos judiciais referentes a demarcação da TI Kulina do Rio Ueré, reitera que uma denúncia feita pelos Kulina à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB (Carta Nº 052/CE/COIAB/2009) e encaminhada a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, Brasília, solicitando a demarcação da terra tradicionalmente ocupada no rio Ueré-AM, deu origem ao Inquérito Civil Público nº 1.13.000.000699/2010-84, instaurado por meio da Portaria nº 57/2010 1º Ofício Cível/PR/AM (30.05.2010-fls.01/04) cujo objetivo era: "apurar a denúncia de morosidade no processo de demarcação realizada pela FUNAI na área habitada pelo povo Madja (Kulina) localizada no Rio Uerê, Município de Carauari/AM, bem como as dificuldades enfrentadas na obtenção do registro de nascimento e a assistência odontológica". Diante de reiteradas respostas processuais ou meramente protocolares por parte da FUNAI, o MPF entendeu que havia uma "extrapolação de um prazo razoável para o início do processo de demarcação e regularização fundiária" e que "Passados mais de seis anos, nenhuma providência foi tomada pela FUNAI, sequer os estudos preliminares foram iniciados". Dessa maneira, o MPF acionou ao poder judiciário solicitando "Ação Civil Pública, com pedido de liminar". Logo, foi concedida a Ação Civil Pública (ACP) nº 0000699-95.2015.4.01.3202, com sentença datada de 15 de novembro de 2016 na qual a União e FUNAI foram condenadas a concluírem o processo demarcatório em no máximo 36

meses, sob pena de multa diária de R$ 10 mil/ mês, com reversão dos valores em favor da comunidade indígena implicada.

A partir da judicialização do processo de demarcação da TI Kulina do Rio Ueré a CGID-FUNAI tentou várias vezes constituir o Grupo Técnico (GT) recorrendo à colaboração não remunerada de profissionais/pesquisadores (Processo nº 00428.000032/2016-60; Processo nº 08620.012095/2018-56). O primeiro convite para participação de profissionais, no processo, foi feito através de mensagens eletrônicas, em junho de 2017, quando quatro antropólogos foram convidados. Porém apenas um desses profissionais respondeu ao convite apresentando disposição em colaborar (mensagem eletrônica enviada em julho de 2017-0812272). Contudo, o processo parou e somente em julho/agosto de 2018, o antropólogo voltou a ser contatado, para verificar a sua disponibilidade para coordenar o GT. E prontamente o antropólogo Felipe Agostini se manifestou de maneira positiva (0812304). Entretanto, a partir daí uma série de eventos políticos, de caráter nacional, prejudicaram de maneira direta a demarcação da TI Kulina do Rio Ueré. Os anos de 2019 a 2022 foram marcados pela precariedade e inoperância: seja pela escassez de recursos para passagens áreas dos membros do GT; ou pela instabilidade quanto a competência efetiva pela demarcação das TI´s (havia instabilidade inclusive a qual Ministério a FUNAI estaria vinculada). Desde então o processo estagnou e os Kulina ficaram sem nenhuma perspectiva de demarcação de sua terra tradicional. Enquanto isso os não indígenas acentuaram as invasões da área para explorar recursos naturais, como: caça, madeira, pescado e quelônios.

Recentemente o Ministério Público Federal expediu a Recomendação Legal nº 09/2022 (27/05/2022) Conjunta - 5º Ofício/PR/AM e PR/AC. Nesse expediente os procuradores assinalam a omissão histórica do Estado brasileiro para com os Kulina; exigem que os órgãos públicos adotem medidas para sanar os problemas relacionados a vulnerabilidade social que atravessa o povo Kulina; e recomendam de modo efetivo e direto a demarcação da TI Rio Ueré. A seguir transcrevo alguns itens:

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício da PR/AM e da PR/AC sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das comunidades quilombolas, tradicionais e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;
[...]
CONSIDERANDO que a relação das comunidades indígenas com seus **territórios está associada, não apenas ao aspecto de subsistência e do uso diferenciado dos recursos naturais, mas também ao sentimento de pertencimento a um determinado grupo que compartilha de um modo de vida próprio, sendo este o núcleo de sua existência**;
[...]
CONSIDERANDO que apesar das grandes distancias entre aldeias, em regiões muito afastadas entre si, existe uma **circulação intensa e constante de parentes ao longo do vasto território de ocupação Madija,** implicando **visitas frequentes e mudanças constantes de moradias;**
CONSIDERANDO que a **organização social Madija** é atravessada pela existência e dispersão de vários **subgrupos que recebem o nome de animais ou plantas e são identificados a determinadas localidade**s, de modo que '*a tendência marcada destes grupos à divisão e dispersão seja contrabalançada a esta tendência a nomeação e localização de parentes distantes*' contribui para a não identificação de uma unidade sociopolítica entre os Madija. E a dinâmica das relações entre os diferentes subgrupos – pautadas por relações de parentesco e afinidade, mas também por conflitos – dificulta o reconhecimento consensual de uma única figura ou subgrupo que possa representar a totalidade dos indígenas Madija (Kulina);
CONSIDERANDO que os **Madija foram um dos primeiros povos indígenas a iniciar o processo de autodemarcação de seus territórios no Brasil, entre os anos 1980 e 1990**, a partir da mobilização ativa dos indígenas ao longo de encontros e assembleias com representantes de diversas aldeias Madija e, em alguns casos, de outros povos, além do apoio de organizações, como a União das Nações Indígenas do Acre, Noroeste de Rondônia e Sul do Amazônia (UNI), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do Conselho de Missão entre Índios (COMIN);
[...]
CONSIDERANDO que em 1991 foram homologadas as TI's Kulina do Rio Envira, Cacau do Tarauacá e Kaxinawa do Rio Humaitá; em 1996, a TI Alto Purus; em 1998, a TI Kulina do Médio Juruá; em 2001, a TI Kulina do Igarapé do Pau; em 2003, a TI Jaminawa/Envira; em 2004, a TI Kumaru do lago Ualá e a TI Deni;
CONSIDERANDO que a mobilização dos Madija pela demarcação e garantia de seus territórios no período da redemocratização do país é um emblema de resistência frente à **série de agressões e violências que sofreram ao longo da história de sua ocupação na área do Juruá-Purus**, sobretudo durante o período da exploração da borracha, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX;
CONSIDERANDO que **a frente extrativista do caucho (que subia do Peru em direção ao Brasil) e a seringueira (saindo do Amazonas em direção à Bolívia) fez com que vários Madija se deslocassem** de suas terras para fugir dos seringueiros nordestinos e caucheiros peruanos que buscavam liberar o território para a produção da borracha, dizimando grupos inteiros; o que passou a ser conhecido pelo nome de "**correrias**";
[...]
CONSIDERANDO que também há presença Madija em cidades de outros municípios, como Tefé, e em áreas que ainda não foram demarcadas como no

município de Carauari (AM), onde os habitantes da aldeia Matatibem aguardam o processo de demarcação da TI Kulina do Rio Eré;
[...]
CONSIDERANDO o debate sobre a classificação dos Madija (Kulina) como "povo de recente contato" pela FUNAI, que utiliza essa categoria para identificar as etnias que "*mantêm relações de contato permanente e/ou intermitente com segmentos da sociedade nacional e que, independentemente do tempo de contato, apresentam singularidades em sua relação com a sociedade nacional e seletividade (autonomia) na incorporação de bens e serviços*";
[...]
CONSIDERANDO que apesar de os desafios, as dificuldades e as violências que os Madija têm enfrentado na interação com o "mundo dos brancos" reforçarem o seu enquadramento enquanto "povo de recente contato", essa classificação não tem sido levada em consideração na formulação de políticas públicas para essa etnia ou sequer tem sido lembrada nos documentos técnicos do órgão indigenista, a ponto de a própria FUNAI omitir os Madija do texto de apresentação sobre os povos de recente contato em sua página oficial da internet;
CONSIDERANDO que mesmo com seus territórios demarcados entre os anos de 1990 e 2000, o povo Madija tem sido atravessado por **um quadro grave de vulnerabilidade social desde o início dos anos 2010,** aproximadamente, com situações cada vez mais frequentes de **privação de direitos e violências**, sobretudo no meio urbano que são marcadas, por exemplo, por **furtos, roubos**, **retenção de cartões bancários**, **inserção em redes intermináveis de dividas, consumo problemático de bebidas alcoólicas e gasolina, insegurança alimentar**, **desnutrição infantil**, **agressões físicas**, **estupros**, **óbitos por afogamento**, **suicídios** e **homicídios**;
[...]
CONSIDERANDO que, entre o final de 2018 e o início de 2019, foram realizadas oficinas com os Madija do município de Carauari (Baixo Juruá), que ocupam área ainda não demarcada no rio Eré (aldeia Matatibem)[48]. E que tais oficinas foram desenvolvidas pela Cáritas da Prelazia de Tefé e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI-Tefé), no contexto do projeto "Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes", financiado pela União Europeia e pela Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional (CAFOD), com o intuito de levantar dados sobre o conjunto de violações de direitos que recaem sobre os povos indígenas da região;
[...]
CONSIDERANDO que a partir da segunda metade de 2021, com o arrefecimento da pandemia, a coordenação de Saúde Indígena da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM), após ser provocada pelo Ministério Público Federal, acionou a Coordenação de Acompanhamento de Saúde Indígena (COASI) da FUNAI, com o intuito de construir um plano emergencial de apoio ao povo Madija (Kulina)[49], considerando a situação de extrema vulnerabilidade social em que ainda se encontram, para retomar as atividades que ficaram em segundo plano durante o período mais crítico da pandemia e buscar melhor compreender por que as articulações e acordos firmados desde 2014, por meio da realização de seminários e audiências públicas voltadas à garantia dos direitos e do bem

[48] Grifo dos autores.
[49] Grifo dos autores.

viver do povo Madija, não resultaram em melhorias concretas na qualidade de vida dos indígenas;

CONSIDERANDO que, a partir da ação acima, foram realizadas nove reuniões entre julho de 2021 e fevereiro de 2022, que tiveram início com um encontro especifico para discutir a situação crítica dos Madija no município de Juruá e culminaram na criação da **Rede Interinstitucional de Atenção aos Indígenas Madija Kulina.** E o **primeiro encontro** contou com a participação das coordenações regionais (CR's) da FUNAI de Manaus e do Alto Solimões, da Coordenação Técnica Local (CTL) de Eirunepé, da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Amazonas e do Centro de Atenção Psicossocial: álcool e outras drogas de Manaus (CAPS AD), **focando no contexto do Baixo Juruá[50];**

CONSIDERANDO que, **ao longo das reuniões, foi considerada a necessidade de contemplar não apenas a situação do atendimento aos Madija no Baixo Juruá, mas também no Médio e Alto Juruá, e no Alto Purus**, considerando as situações muito semelhantes de violência, vulnerabilidade social e negação de direitos que ocorrem entre os Madija dessas regiões. E desse modo, as instituições que atuam nessas outras regiões passaram a ser convidadas para os debates e incorporadas na Rede de Atenção Madija, como a CR Alto Purus, a CR Alto Juruá e os DSEIS Médio Rio Solimões e Afluentes (MRSA), Alto Rio Purus (ARP) e Alto Rio Juruá (ARJ), bem como as instituições da sociedade civil organizada, como o CIMI, OPAN e o COMIN, pesquisadores, indigenistas e o próprio Ministério Público Federal que, em outubro de 2021, instaurou procedimento administrativo para acompanhar as medidas a serem adotadas pelos órgãos participantes da rede de apoio ao povo indígena Madija (Kulina) – (PA nº 1.13.000.002131/2021-51);

[...]

CONSIDERANDO que cada GT constitui-se como uma instância própria de debates, articulações e encaminhamentos a nível local, enquanto a Rede deve atuar como uma espécie de fórum inter-regional, espelhando o modelo das Comissões e do Comitê de Ações Indigenistas proposto no I Seminário de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais Indígenas no Médio Juruá[51]. A criação da Rede de Atenção Madija tem como objetivo promover a troca de informações entre as diferentes instituições que acompanham a realidade social dos Madija e, sobretudo, gerar encaminhamentos e medidas concretas que assegurem o direito ao bem viver desse povo;

[...]

CONSIDERANDO que na última semana de novembro de 2021, o CIMI realizou no município de Carauari Oficina[52] sobre Procedimentos Administrativos de Demarcação de Terras Indígenas – Terra Indígena, um Direito Constitucional – que discutiu como os indígenas Tukuna (Kanamari) e Madija (Kulina) da região o contexto das políticas públicas voltadas aos povos indígenas, bem como as ações e legislações do Estado em todas as esferas;

[...]

Resolvem RECOMENDAR aos Prefeitos (as) e Secretários (as) municipais de Saúde, Educação, Produção e Assistência Social dos dez municípios que compões a área de ocupação Madija (no Baixo Juruá: **Tefé/AM, Juruá/AM e Carauari/AM;** no Médio Juruá: **Itamarati/AM, Eirunepé/AM e**

[50] Grifos dos autores.
[51] Grifo dos autores.
[52] Grifo dos autores.

Ipixuna/AM, no Amazonas; no Alto Juruá: **Feijó/AC**; e no Alto Purus: **Santa Rosa do Purus/AC e Manoel Urbano/AC, no Acre)**; na pessoa do (a) representante legal, ou quem o (a) suceder, que, no **prazo de 15 (quinze) dias**[53]**;**

[...]

Resolvem RECOMUNDAR a (o):

- Presidente da Fundação Nacional do Índio-FUNAI/DF; Coordenação de Acompanhamento de Saúde Indígena – COASI/FUNAI; Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Sociais – CGPDS/FUNAI; Coordenação de Geração de Renda – CGR/FUNAI; Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento-CGETNO/FUNAI;
- Coordenadores ou substitutos das Coordenações Regionais (CR's) FUNAI CR Alto Purus (CTL Santa Rosa do Purus e CTL Sena Madureira), CR Alto Juruá (CTL Feijó); CR Alto Solimões (CTL Carauari); CR Vale do Javari (CTL Eirunepé);
- Secretário Especial de Saúde Indígena-SESAI;
- Coordenadores dos DSEIS Médio Rio Solimões e Afluentes (MRSA), Alto Rio Purus (ARP) e Alto Rio Juruá (ARJ);
- Ministério da Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS – vinculada ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social-MDS que firmou o TC 01/201 com MPF em Eirunepé/AM);
- Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE;
- Ministério da Educação / SEMESP (Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação);
- Casa Civil da Presidência da República;
- Secretaria de Estado de Assistência Social-SEAS/AM;
- Secretaria de Saúde do Estado-SES/AM;
- Secretaria de Produção (SEPROR/AM) e IDAM;
- Fundação Estadual do Índio-FEI/AM;
- Casa Civil do Governo do Estado do Amazonas;
- membros da Rede de atenção Psicossocial (RAPS) no Amazonas e no Acre;

Que no prazo de 15 (quinze) dias:

I – Participem efetivamente e, no âmbito de suas atribuições, adotem as medidas cabíveis para articulação junto aos demais órgãos federais, estaduais e municipais para implementação e funcionamento regular (sugestão de reuniões mensais e em menor prazo se necessário) da Rede Interinstitucional de Atenção aos Indígenas Madija Kulina, [...]

II – Informe ao MPF cronograma de medidas a serem adotadas para a efetivação de tais articulações e da Rede, conforme compromisso firmados em diversos eventos, assembleias, seminários mencionados na presente recomendação, como o I Seminário de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais Indígenas do Médio Juruá em 2014, a agenda interinstitucional em 2018 no município de Eirunepé (que originou o Termo de Compromisso 01/2018), entre outros;

III – Manifestem-se sobre a adesão e participação ativa na Rede Interinstitucional de Atenção aos Indígenas Madija Kulina agendada para 12/07/2022 às 13h00 (Acre), 14h00 (Manaus) e 15h00 (DF) por meio de videoconferência pelo aplicativo Zoom, cujo link segue:

[...]

Fixa-se o **prazo de 15 (quinze) dias** para que os destinatários informem ao Ministério Público Federal o acatamento da presente recomendação,

[53] Grifo dos autores.

encaminhado esclarecimentos detalhados acerca das providências adotadas para seu cumprimento por meio de Protocolo Eletrônico;
[...]
Assinatura/Certificação do documento
PR-AM-00022605/2022 RECOMENDAÇÃO nº 9-2022

Signatário(a) **FERNANDO MERLOTO SOAVE**
Data e Hora: **27/05/2022 05:06:48**
Procurador da República – PR/AM

Signatário(a): **LUCAS COSTA ALMEIDA DIAS**
Data e Hora: **27/05/2022 10:02:06**
Procurador da República – PR/AC (MPF, Recomendação Legal nº 09/2022, p. 01-07; 16-17; 19-21; 25-31):

Quando os Kulina no rio Ueré solicitam a demarcação de sua terra tradicional eles esclarecem a relação que estabelecem com o território. Uma relação que não é de propriedade (ou tenha como objetivo produzir bens de mercado), mas de cuidado. Como por exemplo: solicitam áreas de terra firme para que os animais de caça possam se reproduzir; e não para grandes roçados de produção de farinha ou para criar bois. A concepção de território acessa pontos fundamentais de sua existência como povo indígena. Nesse sentido, o desejo Kulina de ter esse direito garantido é respaldado pela Recomendação Legal nº 09/2022, quando os procuradores afirmam que a relação das comunidades indígenas com suas terras tradicionais está associada não apenas à subsistência e ao uso diferenciado dos recursos, mas é ela, a relação com suas terras tradicionais, o próprio núcleo de existência daquele povo. A relação com a terra constrói uma identificação que é ao mesmo tempo individual e coletiva, pois fomenta sentimentos de pertencimento das pessoas a um determinado povo indígena que ao compartilhar uma terra indiegna passam também a compartilhar um modo vida próprio (Ministério Público Federal, 2022, p. 01).

Historicamente os Kulina cuidam das relações com os parentes e com todos aqueles que habitam as terras tradicionais; sejam habitantes desse patamar, do patamar subterrâneo, do mundo das águas ou seres extra-humanos que habitam as florestas. No intuito de manter boas relações, com todo esse universo cultural, os Kulina circulam por vastas extensões territoriais que abrangem as calhas dos rios Purus, Juruá, Jutaí e Solimões. Para empreender essas viagens, desde tempos remotos, desde "o tempo do remo", os Kulina viajam pelo rio Juruá e seus afluentes, em balsas de paxiubão, ou atravessavam regiões de terra firme entre os rios Juruá-Purus-Biá-Jutaí-Solimões. Fontes históricas e relatos atuais nos fornecem dados que confirmam uma grande circulação de

pessoas, entre regiões distantes, numa rede incrível de relações. Não é à toa que até hoje o povo Kulina é conhecido como um "povo nômade"[54]. A Recomendação Legal nº 09/2022 considera a mobilidade Kulina elemento cultural fundamental a ser considerado na aplicação das políticas públicas. Por isso, a demarcação das terras tradicionais é uma forma de viabilizar, não apenas a circulação de parentes, mas a circulação dos elementos culturais. O que para a sociedade envolvente é "perambulação", para os Kulina é cuidado com os parentes; é troca (*manaco*) de visita recebida; é troca-*manaco* de serviços de roçados; é troca-serviço de noiva; é conhecimento; é reforço de alianças. É o ato de viajar que marca a formação de rapazes e moças, pois nas viagens eles conhecem parentes e terras tradicionais distantes. E principalmente, nas viagens rapazes e moças encontram seu cônjuge; fazem novas alianças ou reforçam alianças antigas; surgem novas aldeias e/ou mudanças de moradias.

Outro ponto ressaltado na Recomendação Legal nº 09/2022 é o reconhecimento da existência dos subgrupos *madija* como elementos da organização social Kulina. Os procuradores também captaram uma das características básicas de identificação dos subgrupos: a relação com um determinado território. Por outro lado, os procuradores alertam para a natureza dinâmica e conflitiva dos subgrupos que possibilita a existência de outros critérios de identificação pautados nas relações de parentesco ou de afinidade.

No desenvolver desse relatório retornarei ao tema dos subgrupos *madija* (que têm nomes de animais ou plantas) como um dos argumentos que faz da TI Kulina do Rio Ueré um território imprescindível, do ponto de vista físico e cultural, para o povo Kulina. No momento é necessário ressaltar que o reconhecimento da terra tradicional no rio Ueré, como de ocupação permanente dos Kulina, significa conferir prestígio às pessoas membros do subgrupo *dsomaji madija* (onça *madija*). Isto é, pessoas de outros subgrupos que chegarem na TI Rio Ueré terão que fazer acordos e alianças, para que as relações de afinidade sejam diluídas, e todos possam morar bem (algo que fazem atualmente, mas sem o reconhecimento do seu direito pelo Estado brasileiro).

A consideração que o poder público judiciário confere aos subgrupos é algo memorável, pois muitos não consideram esse elemento como determinante da identidade Kulina atual. Verifico que muitas vezes o fracasso na aplicação de políticas públicas, junto aos Kulina, está no fato de considerar os Kulina como um único grupo ou povo

[54] No mapa "Origem e vínculos com outros territórios" podemos verificar como essa circulação de pessoas, nas terras tradicionais Kulina, continua atualmente (casamentos, visitas, rituais, torneios de futebol...)

(“uma totalidade”) a despeito de todas as suas especificidades e diversidade interna (ver Ministério Público Federal, 2022, p. 03-04).

O processo de autodemarcação da TI Kulina do Médio Juruá (citado na Recomendação Legal nº 09/2022, p. 04) é algo que alimenta a autoestima Kulina nas dificuldades que enfrentam atualmente. É para esse tempo histórico que os Kulina no Ueré voltam para encontrar forças e argumentos em busca da demarcação de sua terra. Na Quarta Parte desse relatório iremos constatar isso nos depoimentos de Cossaro-Pedro e Siho-Oneide.

A Recomendação Legal nº 09/2022 (p. 04-05) reconhece as agressões e as violências históricas sofridas pelos Kulina no processo de colonização. Dessa forma essa peça jurídica agrega elementos que apontam para o deslocamento forçado dos Kulina de suas terras tradicionais. Veremos como a fuga das “correrias”; a maldade dos patrões; e as epidemias, são elementos que conformam a história de vida das famílias que habitam a TI Rio Ueré. Nesse sentido sobressai a obrigação do Estado de reparar esse dano histórico.

Continuando nessa mesma linha argumentativa, os procuradores cobram que a FUNAI (que classificou os Kulina como “povo de recente contato”) respeite a singularidade e autonomia Kulina na forma como os mesmos incorporam bens e serviços da sociedade nacional (Ministério Público Federal, 2022, p. 07).

Na Quinta Parte desse relatório, quando tratarei da “Reprodução física e cultural” e relatarei história de vida das famílias que habitam a TI Rio Ueré, notaremos como as histórias das famílias são marcadas por uma série de tragédias: todas as famílias possuem parentes vítimas de homicídios, suicídios ou óbitos por afogamentos (quando alguém estava embriagado). Contudo, é necessário ressaltar como a resiliência do povo Kulina se confunde com a história de superação de cada pessoa e faz da terra tradicional no rio Ueré uma zona de refúgio.

Entretanto, o ponto relevante da Recomendação Legal nº 09/2022 é a exigência direta, explícita e imediata que os procuradores fazem da demarcação da TI Rio Ueré. A recomendação cobra dos órgãos competentes providências: “em áreas que ainda não foram demarcadas como no município de Carauari (AM), onde os habitantes da aldeia Matatibem aguardam o processo de demarcação da TI Kulina do Rio Eré” (Ministério Público Federal, 2022, p. 05-06).

De modo recente, a FUNAI retornou os procedimentos para constituir o GT de identificação e delimitação da TI Kulina do Rio Ueré. Exatamente no dia 27 de março de

2023, Flávio Schardong Gobbi, Coordenador de Orientação aos Estudos Multidisciplinares, expediu o Despacho nº. 5046322 COREM/CGID/2023 em atendimento à sentença (0060891- p. 8-20) prolatada nos autos da Ação Civil Pública nº 0000699-95.2015.4.01.3202 – NUP 00428.000032/2016-60 (Referência: Processo nº 08620.013417/2018-84) no qual afirma: "Superados alguns dos entraves administrativos para composição e considerando a urgência de cumprir a sentença de 15/09/2016, solicita-se o encaminhamento dos procedimentos necessários para constituir o GT de identificação e delimitação da Terra Indígena Kulina do Rio Uerê (Matatibem), situada no estado do Amazonas". Enfim, seguindo os procedimentos administrativos e legais, foram nomeados por esta CGID, o Grupo Técnico (GT) Kulina do Rio Ueré, coordenado pela antropóloga Genoveva Santos Amorim, conforme Portaria nº 649/PRES/FUNAI de 19 de abril de 2023. Publicada no Diário Oficial da União – DOU no dia 20 de abril de 2023, na seção 2, p. 52 (SEI:5124789)[55]. Os profissionais foram consultados pela CGID, via mensagem eletrônica, e aceitaram integrar o GT como colaboradores eventuais, sem remuneração. O Grupo Técnico tem o objetivo de realizar os estudos multidisciplinares de natureza etno-histórica, antropológica, ambiental e cartográfica das áreas de ocupação de comunidades pertencentes ao povo indígena Kulina, denominada Terra Indígena Kulina do Rio Uerê (Matatibem), localizada no município de Carauari, no estado do Amazonas.

No dia 27 de abril de 2023 em atendimento Despacho CGID (SEI-FUNAI nº 5133455), a diretora Proteção Territorial Maria Janete Albuquerque de Carvalho[56] autorizou a inclusão da área denominada Kulina do Rio Uerê – Matatibem (ID 839), localizada no Município de Carauari, no estado do Amazonas, no Sistema Indigenista de

[55] 1º link de acesso disponível no SEI-FUNAI Tipo: Identificação e Delimitação de Terras Indígenas. Processo nº 08620.013417/2018-84 SEI nº 1059104. Data de geração: 05/09/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023
Diário Oficial da União, seção 2, p. 52 ISSN 1677-7050 Nº 76, quinta-feira, 20 de abril de 2023.
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05292023042000052
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

[56] 1º link de acesso disponível no SEI-FUNAI Tipo: Identificação e Delimitação de Terras Indígenas. Processo nº 08620.013417/2018-84 SEI nº 1059104. Data de geração: 05/09/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023
DESPACHO SEI nº 5140568 - CGID/2023. Documento assinado eletronicamente por Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Diretor(a), em 27/04/2023, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 5140568 e o código CRC 117776F2.

Informação (SII), na modalidade de "Terra Indígena Em Estudo" (Despacho CGID/2023. SEI nº 5140568). Por seu turno, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI intimou, por via postal com aviso de recebimento, comunicou os entes federados em cujos territórios se localizam a TI Kulina do Rio Ueré (conforme determina o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 1996; a Portaria MJ n° 2498/2011; e a nova Lei Federal nº 14.701/2023). Desse modo, no dia 12 de maio de 2023, a Presidenta da FUNAI, Joênia Wapichana, assinou o ofício Nº 701/2023/PRES/FUNAI ao Governador do Estado do Amazonas, Wilson Miranda Lima; o ofício tem como assunto: "Procedimento de Identificação e Delimitação de área reivindicada por indígenas da etnia Kulina, denominada Terra Indígena Kulina do Rio Uerê (Matatibem)" SEI-FUNAI nº 5180965[57]. Da mesma forma a presidência da FUNAI expediu e enviou o ofício Nº 702/2023/PRES/FUNAI (SEI-FUNAI nº 5180977) ao prefeito de Carauari, Bruno Luiz Litaiff Ramalho[58].

Em suma, a pesquisa documental em arquivos do Sistema Eletrônico de Informações – SEI-FUNAI realizada com leituras e análises dos processos administrativos e judiciais referentes a demarcação da TI Kulina do Rio Ueré, nos apontam que a FUNAI tem conhecimento do pedido de demarcação da TI do Rio Ueré desde o ano 2000 quando os Kulina enviaram os primeiros documentos reivindicando o reconhecimento oficial de sua terra tradicional. Quer dizer, há mais de vinte e três anos os Kulina, no rio Ueré, solicitam providências efetivas do poder público para que sejam realizados estudos qualificados que registrem o direito originário sobre a terra que tradicionalmente ocupam. Diante da morosidade da FUNAI-União, os Kulina acessaram o Ministério Público Federal – MPF através da Coordenação das Organizações Indígenas

[57] 1º link de acesso disponível no SEI-FUNAI Tipo: Identificação e Delimitação de Terras Indígenas. Processo nº 08620.013417/2018-84 SEI nº 1059104. Data de geração: 05/09/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023
Documento assinado eletronicamente por Joenia Wapichana registrado(a) civilmente como Joenia Batista de Carvalho, Presidente, em 12/05/2023, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 5180965 e o código CRC 2E207BC8.

[58] 1º link de acesso disponível no SEI-FUNAI Tipo: Identificação e Delimitação de Terras Indígenas. Processo nº 08620.013417/2018-84 SEI nº 1059104. Data de geração: 05/09/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023
Documento assinado eletronicamente por Joenia Wapichana registrado(a) civilmente como Joenia Batista de Carvalho, Presidente, em 12/05/2023, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 5180977 e o código CRC 0ACBFF82.

da Amazônia Brasileira – COIAB (Carta Nº 052/CE/COIAB/2009). A denúncia deu origem ao Inquérito Civil Público nº 1.13.000.000699/2010-84, instaurado por meio da Portaria nº 57/2010 1º Ofício Cível/PR/AM (30.05.2010-fls.01/04). Diante de reiteradas respostas processuais ou meramente protocolares por parte da FUNAI, o MPF acionou ao poder judiciário solicitando "Ação Civil Pública, com pedido de liminar". Logo, foi concedida a Ação Civil Pública (ACP) nº 0000699-95.2015.4.01.3202, com sentença datada de 15 de novembro de 2016 na qual a União e FUNAI foram condenadas a concluírem o processo demarcatório em no máximo 36 meses, sob pena de multa diária de R$ 10 mil/ mês, com reversão dos valores em favor da comunidade indígena implicada.

1.2. A pesquisa de gabinete e o trabalho de campo

A minha relação com os Kulina no Baixo Juruá é anterior às pesquisas de campo vinculadas aos cursos de mestrado[59] e doutorado[60] em Antropologia Social[61]. Desenvolvi um trabalho, na região do Baixo Juruá, de março de 1996 a junho de 2001 como agente indigenista da Prelazia de Tefé-AM e membro do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Tal iniciativa procedeu da implantação de um projeto junto aos Kulina (Terra Indígena Kumaru do lago Ualá – Juruá – AM) que tinha como foco principal a formação de professores indígenas. Na época acompanhei o processo de oficialização das escolas Kulina e duas etapas do curso do programa de formação de professores indígenas do Estado do Amazonas (Projeto Pirayawara), voltado especificamente para professores Kulina, Kanamari e Deni. As duas etapas da formação de professores aconteceram nas aldeias da região do Médio Juruá (Eirunepé-AM). Acompanhei também o processo de implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena – Médio Rio Solimões e Afluentes – DSEI-MRSA no ano 2000. E os trâmites e reivindicações necessários para a demarcação e homologação da TI Kumaru do lago Ualá.

[59] Pesquisa que teve como título: "Os subgrupos *madija* e o ritual do *Ajie*: relações de alteridade entre os Kulina no Baixo Juruá" (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, 2014).
[60] Pesquisa que teve como título: "Entre viajar e morar: narrativas sobre a territorialidade Kulina" (Tese de Doutorado em Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, 2019).
[61] O meu conhecimento da língua Kulina (oral e escrito) é fruto da relação de mais de vinte anos com os Kulina no Baixo Juruá, iniciada nos anos '90 no CIMI; em pesquisas acadêmicas dos cursos de mestrado e doutorado; e, recentemente, em 2019, como formadora no curso de professores Kulina no município de Juruá-AM, pelo Projeto Pirayawara, promovido pelo Governo do Estado do Amazonas.

Recentemente, em 2019, trabalhei como docente no curso de formação de professores indígenas Kulina: Magistério Indígena – nível Ensino Médio, no âmbito do Projeto Pirayawara, promovido pela Gerência de Educação Escolar Indígena do Governo do Estado do Amazonas e município de Juruá-AM. O curso está organizado em nove etapas. Atuei como formadora nas V, VI, VII, VIII e IV etapas (junho, agosto, novembro e dezembro de 2019) e ministrei as seguintes disciplinas: Língua Indígena; Metodologia da Pesquisa; Educação Física; Legislação Indígena; e Prática de Ensino.

A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC (Fundação vinculada a Universidade de Brasília – UnB) publicou o Edital de Seleção nº 011/2020 que tinha como objetivo: "Realizar estudos etnoterritoriais de identificação e delimitação de terras indígenas". A FINATEC é uma entidade que tem por objetivo formar mão de obra de qualificação científica apoiando projetos de interesse da UnB. Dessa forma, o Edital previa a contratação de uma equipe multidisciplinar formada por um antropólogo coordenador, um profissional de especialidade ambiental e um na área cartográfica, com o objetivo específico de realizar Estudos Etnoterritoriais com os Kulina no Rio Ueré. Os profissionais nomeados para as ditas funções realizaram plano de trabalho; e pesquisas documentais, históricas, sociológicas, antropológicas, ambientais e cartográficas sobre o povo em questão e sua ocupação tradicional na região do Rio Ueré. Contudo, devido à pandemia, realizaram trabalho de campo apenas no ano 2022: de 02 de maio a 09 de junho (39-trinta e nove dias) entregando seus produtos com base no material coletado nas atividades desenvolvidas *in loco* com os Kulina. O produto consistiu num relatório em formato similar ao de um Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), constando as propostas de delimitação acordadas em reuniões, oficinas e excursões na terra tradicional Kulina no Rio Ueré.

Considerando o histórico recém-relatado e a existência do Relatório resultante dos Estudos Etnoterritoriais, essa etapa dos estudos de identificação e delimitação consistiu em trabalho de gabinete, organizando o material coletado no estudo prévio de campo, que serviu de subsídio para a elaboração do RCID.

O trabalho de campo relatado acima, foi realizado com rigor científico-técnico e desenvolvido com metodologias participativas, contou com ampla participação e anuência da comunidade Kulina em todas as etapas; subsidiado por pesquisas antropológicas, ambientais, cartográficas e etno-históricas. O fato da antropóloga, coordenadora do GT, falar e escrever em Kulina, favoreceu a fluidez do trabalho e a participação indígena. Dessa forma, o RCID produzido por esse GT, adequou os dados

coletados em campo – e as informações sistematizadas no Relatório da FINATEC (Projeto Estudos Etnoterritoriais) – ao disposto na Lei nº 6.001/73, na Portaria nº 14/1996 e na Portaria nº 2.498/2011 do Ministério da Justiça; e contempla igualmente todos os trâmites processuais e prazos regulados no Decreto nº 1775/1996, no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e na nova Lei Federal nº 14.701/2023.

O levantamento de fontes bibliográfico-documentais realizado no estudo prévio também foi considerado, e ocorreu ao longo de todo o trabalho deste GT. O trabalho de gabinete realizou ainda pesquisa bibliográfica, utilizando informações publicadas em sítios na internet, em relatórios de atividades de organizações não governamentais (ONGs), relatórios técnicos de governos e consultorias, teses e dissertações, artigos, livros, notícias e imagens de satélite. Utilizou fontes de sítios na internet, como o Centro de Referência Virtual Indígena, Museu do Índio Acervos Arquivísticos e Bibliográficos, site de busca do Google, Instituto Socioambiental – ISA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, documentos cedidos pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI e Operação Amazônia Nativa – OPAN.

Complementar à pesquisa bibliográfica – e aos dados obtidos durante estudo de campo na terra tradicional Madija Kulina do Rio Ueré – foram realizados levantamentos, leituras e análises dos processos administrativos e judiciais, referentes a demarcação da TI Kulina do Rio Ueré, junto ao Sistema Eletrônico de Informações-SEI-FUNAI.

Diante do exposto, apresento agora o processo de pesquisa de campo iniciada no dia 02 de maio de 2022 dentro do Projeto de Estudo Etnoterritorial-FINATEC-UnB sobre a TI Kulina do Rio Ueré.

O meu primeiro destino foi a cidade de Tefé-AM onde empreendi pesquisa nos arquivos do CIMI-Tefé. Ao retornar a Manaus encontrei com a ambientalista e bióloga Ana Luiza Melgaço Ramalho e juntas viajamos ao município de Carauari-AM no dia 10 de maio de 2022. Viajamos de Carauari para a Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (aldeia Matatibem) no dia 12 de maio de 2022 na companhia de Samuel Kulina. A nossa apresentação à comunidade Matatibem foi feita dia 13 de maio de 2022, por Adriana Kulina, Agente Indígena de Saúde.

Uma reunião ampla com a comunidade foi realizada no dia 14 de maio de 2022, na qual apresentamos os objetivos do nosso trabalho e planejamos os próximos passos. Assim, no dia 15 de maio realizamos uma Oficina de Levantamento junto ao povo Madija Kulina da região do rio Ueré. Na oficina os Kulina construíram vários mapas mentais da

terra indígena (antigas moradias; cemitérios; locais de relevância simbólica; recursos: hídricos, agrícolas, pesqueiros, cinegéticos, florestais e extrativistas); elaboramos um plano de trabalho no qual os Kulina decidiram os locais e as datas de mapeamento, bem como apontaram os responsáveis para acompanhar as atividades diárias da equipe. Maurice Nilsson (cartógrafo) chegou à aldeia Matatibem no dia 24 de junho de 2022 e integrou a nossa equipe.

Retornei da aldeia Matatibem à cidade de Carauari no dia 05 de junho de 2022 em companhia da família de Dioni Kulina. Permaneci na cidade de Carauari até dia 09 de junho; na oportunidade visitei famílias Kulina em suas casas no Bairro da Ponte e no bairro Igarapé da Roça. Aproveitei também a minha estada na cidade (e de algumas lideranças Kulina) para reunir com os coordenadores de educação escolar indígena do município de Carauari e com o coordenador do polo base DSEI-MRSA em Carauari.

Segue abaixo o cronograma completo das atividades de pesquisa de campo:

Data	Descrição das atividades
30/04	Realização Teste Antígeno para Covid em Santarém
02/05	Deslocamento Santarém-Manaus
03/05	Deslocamento Manaus-Tefé
04/05	Pesquisa documental nos arquivos do CIMI-Tefé
05/05	Continuação da pesquisa nos arquivos CIMI-Tefé. Retorno para Manaus
06/05	Organização da viagem de campo: compras em Manaus
07 a 09/05	Cancelamento do voo (Manaus-Carauari) pela companhia aérea. Espera em Manaus
10/05	Deslocamento Manaus-Carauari. Planejamento da viagem de campo
11/05	Preparação da viagem de campo: compras de combustível e alimentação. Solicitação de acesso aos documentos históricos da Igreja Católica de Carauari
12/05	Realização Teste Antígeno para Covid em Carauari. Deslocamento Carauari – Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (aldeia Matatibem): Genoveva e Ana Luiza (apoio de Samuel Kulina)
13/05	Apresentação da equipe à comunidade Matatibem pela Agente de Saúde Adriana (breve visita às casas da aldeia). Organização da casa de apoio à equipe
14/05	Reunião com a comunidade indígena da aldeia Matatibem: apresentação da equipe e planejamento das atividades
15/05	Oficina de levantamento junto ao povo Madija Kulina da região do rio Ueré, Carauari, Amazonas – Projeto de Estudos Etnoterritoriais
16/05	Início do mapeamento dos lagos: equipe (Genoveva e Ana Luiza) e Cara Kulina (deslocamento usando canoa e motor rabeta)
17/05	Mapeamento dos roçados e cemitérios antigos, e do Igarapé Santarém: equipe, Iba Kulina e Cara Kulina (deslocamento usando canoa e motor rabeta)
18/05	Mapeamento de lagos: equipe e Iba Kulina (deslocamento usando canoa e motor rabeta)
19/05	Mapeamento de lagos: equipe e Cara Kulina (deslocamento usando canoa e motor rabeta)
20/05	Início da pesquisa na aldeia: dados da população, parentesco e história de vida

21/05	Início do levantamento dos roçados: equipe e as famílias do Dione Kulina e da Suzana Kulina (igarapé Cajueiro, deslocamento usando canoa e motor rabeta)
22/05	Mapeamento da floresta de terra firme (dia todo). Caminhada pelo varadouro que inicia na aldeia e dá acesso ao igarapé Santarém; as nascentes do igarapé do Café; a locais de caça, coleta de cipós e açaí. Equipe e Pedro (Cossaro) Kulina
23/05	Continuação mapeamento dos roçados e recursos: equipe e Pedro (Cossaro) Kulina (deslocamento usando canoa e motor rabeta)
24/05	Mapeamento dos roçados antigos de Ado Kulina e de capoeiras atuais (sítios de cupuaçu, cana-de-açúcar, pupunhas, bananas, abacates...). Equipe e Pedro (Cossaro), deslocamento usando canoa e motor rabeta. Chegada de Maurice a aldeia Matatibem (apoio de Samuel Kulina)
25/05	Continuação mapeamento dos roçados. Mapeamento da Restinga da Seringueira (Restinga do *Rami*). Equipe (Genoveva, Ana Luiza e Maurice) e Pedro (Cossaro), deslocamento usando canoa e motor rabeta.
26/05	Reunião de planejamento da expedição de mapeamento do Alto Ueré
27 a 30/05	Expedição de mapeamento do Alto Ueré. Deslocamento efetuado usando duas canoas e dois motores rabetas. Participaram da expedição: Genoveva, Ana Luiza, Maurice, Cara Kulina, Pedro (Cossaro) Kulina, Salim Kulina, Iba Kulina, Siho Kulina, Johuaino Kulina, Aquido Kulina e Nonahi Kulina. No decorrer da viagem os indígenas foram construindo acampamentos (tapiris) de apoio. A equipe e os indígenas também realizaram excursões a pé pela floresta de terra firme. Durante a expedição foram mapeados: roçados e aldeias antigas; locais de coleta de cipós, de pesca e de caça; e as ocupações de não indígenas.
31/05	Reunião com a comunidade da aldeia Matatibem (Terra Indígena Kulina do Rio Ueré) para fechar acordos sobre a proposta de delimitação da terra indígena a ser demarcada. Após consenso foi elaborado mapa da terra indígena e o documento de anuência.
01 a 04/06	Pesquisa na aldeia: dados da população, parentesco, história de vida e depoimentos
05/06	Deslocamento da aldeia Matatibem (TI Kulina do Rio Ueré) para Carauari com a família de Dioni Kulina.
06/06	Reunião na sede da secretaria municipal de educação com Joabes Kanamari coordenador do setor de Educação Escolar Indígena do município de Carauari. Acompanhamento da emissão de notas fiscais e pagamentos. Conversa com Iraci Kulina (bairro Igarapé da Roça).
07/06	Reunião com Marcelo Moura coordenador do polo base SESAI-DSEI-MRSA no município de Carauari. Visita as famílias Kulina em suas casas de apoio no Bairro da Ponte. Confirmação da negativa de acesso aos documentos históricos da Igreja Católica de Carauari
08/06	Cancelamento do voo Carauari-Manaus pela companhia aérea
09/06	Deslocamento Carauari-Manaus e Manaus-Santarém

Durante esses anos de trabalho com os Kulina no Baixo Juruá (desde 1996) conheci alguns Kulina que habitam a TI Rio Ueré, mas não conhecia a aldeia Matatibem. Porém, lembrava a última vez que encontrei com Cossaro, em maio de 2016, na I Assembleia Kulina na TI Kumaru, na aldeia Pau-Pixuna. Na ocasião Cossaro apresentou grande preocupação com a falta de demarcação de sua terra e salientou a extração ilegal de madeira e peixes.

Todavia, a terra tradicional Ueré sempre integrou minhas conversas com os Kulina que habitam a TI Kumaru e o Juruapuca. Desse modo, guardei expectativa em conhecer a aldeia, os Kulina que ali habitam, e rever pessoas conhecidas. Queria rever Issihui, irmã da Huaido, que conheci quando era casada com Samoja e morava na TI Kumaru (aldeia Cumaru e aldeia Mapiranga). Estava curiosa para reencontrar Rodsa, pois depois da triste morte de Salvador (em maio de 1998) não mais a tinha visto. Os Kulina tinham contado que Jodsineia, filha de Jodsino e Assarina, tinha casado e morava em Matatibem, queria revê-la, pois "parece que foi ontem" em que a vi brincando de boneca na aldeia Jaci. Com toda essa bagagem chegamos à aldeia acompanhadas de muita chuva. Porém, a chuva não impediu que a casa ficasse repleta de adultos e crianças. Todos seguiam com admiração aquelas duas não indígenas que acabavam de chegar. Eu estava muito empolgada em voltar a falar em língua Kulina; e me divertia também ao ver as crianças rindo de qualquer coisa que eu falasse.

E assim fluiu a pesquisa de campo, com muita cooperação e interesse dos Kulina. Havia alegria por ter chegado o momento deles: era a primeira vez que tinham chance de traçar, de modo detalhado, uma proposta de demarcação de sua terra. Eles se organizaram para que houvesse sempre uma pessoa disponível para nos acompanhar nos trabalhos de mapeamentos das áreas, ou no levantamento-sistematização de dados sobre a população e os recursos. Todos foram também cuidadosos com nossa alimentação e hospedagem.

A estratégia que usamos (eu e Ana Luiza) foi anteciparmos o trabalho de mapeamento. Assim, começamos pelos locais que permitissem ida e volta no mesmo dia e utilizássemos o aplicativo de localização *Timestamp* instalado em nossos celulares. A noite recarregávamos as baterias dos celulares. Deixamos apenas parte do mapeamento do Médio e Alto Ueré para fazermos com Maurice (cartógrafo) em uma expedição de quatro dias (com apoio de GPS e celulares). Essa estratégia nos permitiu adiantar o trabalho; otimizar o tempo em campo; e conhecer melhor a terra indígena, os Kulina e suas demandas. As excursões de todos os dias foram também uma forma de aprofundarmos conversas sobre possibilidades de delimitação da terra tradicional, ouvir opiniões diversas e construir consensos. Por fim, no dia 31 de maio de 2022, após nosso retorno da excursão ao Médio e Alto Ueré, tivemos uma grande reunião na aldeia Matatibem. Nessa reunião fechamos a primeira proposta consensual de delimitação dos limites da TI Kulina do Rio Ueré.

I – Primeira Parte

Dados Gerais

Portaria n° 14/MJ/96:
Dados Gerais
a) Informações gerais sobre o(s) grupo(s) indígenas envolvidos, tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição;
b) Pesquisa sobre o histórico de ocupação da terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;
c) Identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais.

2. Os Kulina e o contexto cultural e histórico

2.1. Filiação cultural e linguística

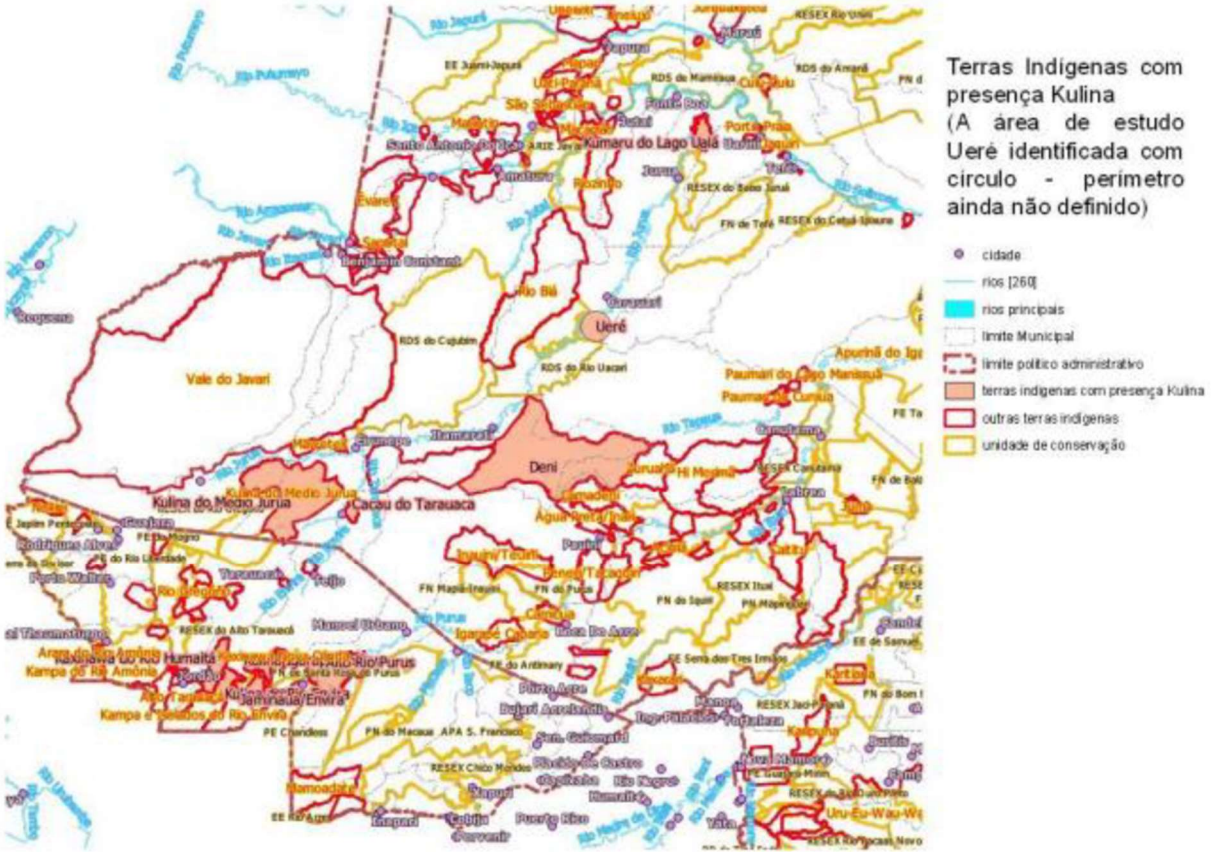
Os Kulina falam a língua própria que pertence à família linguística arawá[62]. Também são membros desta família os: Banawá, Deni, Jarawara, Kanamanti, Paumari, Suruwaha, Jamamadi Ocidentais, Jamamadi Orientais e provavelmente os isolados Hi Merimã[63]. Os Kulina estão presentes no Peru e nos estados brasileiros do Amazonas e do Acre: no Alto, Médio e Baixo Juruá, e nos rios Jutaí e Purus (Amorim, 2014, p. 02). De acordo com informações disponibilizadas no Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SIASI-SESAI[64], o contingente demográfico no Brasil soma aproximadamente 7.211 pessoas, em 2014, e no Peru vivem aproximadamente 417 pessoas (INEI, 2007).

Utilizarei o termo **Kulina fazendo referência à etnia, porém saliento que a autodenominação dos Kulina é Madija.** Por isso algumas vezes o termo Madija aparecerá fazendo referência à etnia Kulina, no caso o mesmo aparecerá escrito com letra

[62] O modelo de grafia da língua Kulina que utilizo é o proposto por Monserrat e Silva (1986). Utilizo esse modelo de grafia por ser o mais conhecido e utilizado pelos Kulina no Baixo Juruá. Porém, aplico às análises da estrutura gramatical da língua desenvolvidas por F. Tiss (2004).
[63] As informações e discussões sobre as classificações linguísticas das populações arawá podem ser encontradas em Gordon (2006, p. 06 ss). De modo preciso na página 11, Gordon apresenta a configuração da família linguística arawá conjugando a classificação de Dixon (Dixon, 1999, p. 294 *apud* Gordon, 2006, p. 11) com a de Everett (Everett, 1995, p. 299 *apud* Gordon, 2006, p. 12) ao incluir os isolados Hi-Merimã.
[64] Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos Acesso em: 10/09/2020

maiúscula (este será o procedimento que utilizarei nos depoimentos, conversas e transcrições para respeitar a "fala" dos sujeitos). Utilizarei o termo ***madija* – escrito com letra minúscula e em itálico – ao fazer referência aos subgrupos** (por exemplo: *jidsama madija*: queixada *madija*). Os subgrupos *madija* são unidades sociais ou "tipos de gente" "nomeados a partir de alguma espécie animal ou vegetal" (Gordon, 2006, p. 86). Vale também ressaltar que há outro povo indígena no Brasil chamado Kulina, porém pertence à família linguística Pano e habita a região do Vale do Javari, no Amazonas. Nesse relatório trato de modo exclusivo dos Kulina pertencentes à família linguística arawá.

O povo Kulina possui nove Terras Indígenas homologadas: cinco no Acre (TI Alto Rio Purus, TI Jaminawa/Envira, TI Kaxinawá do Rio Humaitá, TI Kulina do Igarapé do Pau, TI Kulina do Rio Envira); três no Amazonas (TI Cacau do Tarauacá, TI Deni e TI Kumaru do Lago Ualá); e uma que atravessa os dois estados, localizando-se predominantemente no Amazonas (TI Kulina do Médio Juruá). Cinco delas são habitadas exclusivamente pelos Kulina (TI Cacau do Tarauacá, TI Kulina do Igarapé Pau, TI Kulina do Médio Juruá, TI Kulina do Rio Envira e TI Kumaru do Lago Ualá), enquanto as outras são compartilhadas com outros povos indígenas, como os Kaxinawá, Ashaninka e Deni.



Mapa 7 - Terras Indígenas com presença Kulina. A área de estudo Ueré identificada com círculo (Nilsson, 2020)

2.2. Os primeiros registros do contato dos Kulina com as frentes de expansão

O estabelecimento das aldeias Kulina em locais de difícil acesso explica o contato tardio com as frentes de expansão, sobretudo com os "coletores de drogas do sertão" e caçadores. As primeiras expedições de coletores nos rios Juruá e Purus permitiam uma visão restrita da região, pois os exploradores conheciam apenas a várzea e evitavam adentram as florestas de terra firme. Dessa forma os indígenas que viviam mais no interior da floresta não eram vistos ou não foram registrados, consequentemente são pouco expressivos os registros históricos anteriores ao século XIX.

Quem primeiro registra informações sobre os Kulina no rio Juruá foi o geógrafo inglês William Chandless (1869). O explorador empreendeu expedição ao rio Juruá depois de ter realizado uma grande expedição no rio Purus (1864). A viagem foi realizada nos últimos cinco meses de 1867 e as informações a respeito dela foram publicadas apenas em 1869. Chandless teve uma série de dificuldades logísticas, pois faltou apoio à expedição por parte das autoridades do município de Tefé. Houve dificuldades relacionadas à infraestrutura e à composição da equipe de tripulantes. Por exemplo, foi apenas no decorrer da viagem que Chandless percebeu que a equipe não conhecia o rio Juruá. Porém, outra dificuldade impediu o sucesso da expedição e fez com que Chandless suspendesse a viagem:

> I travelled about three months up the Juruá, which is about 25 days' journey beyond previous explorers on the main river; the distances I have not yet added up, perhaps they may come to something between 1000 and 1200 (English) miles; my farthest point was about 7º 12' s. and 72º 10' w. The journey was cut short by an attack of Nauas Indians, who in past times used to make forays far below, and have long been the bugbear of the bugbear of the upper Juruá, both to White people and Indians; they are notable for the use of large round Shields of tapir-hide (Chandless, 1869, p. 03).

A expedição de Chandless subiu por três meses o rio Juruá (mais ou menos 25 dias de viagem), mas teve de ser interrompida após um ataque de "Índios Nauas" (Kaxinawá ou Huni Kuin) que eram o "bicho-papão" do Alto Juruá (tanto para indígenas como para não indígenas).[65]

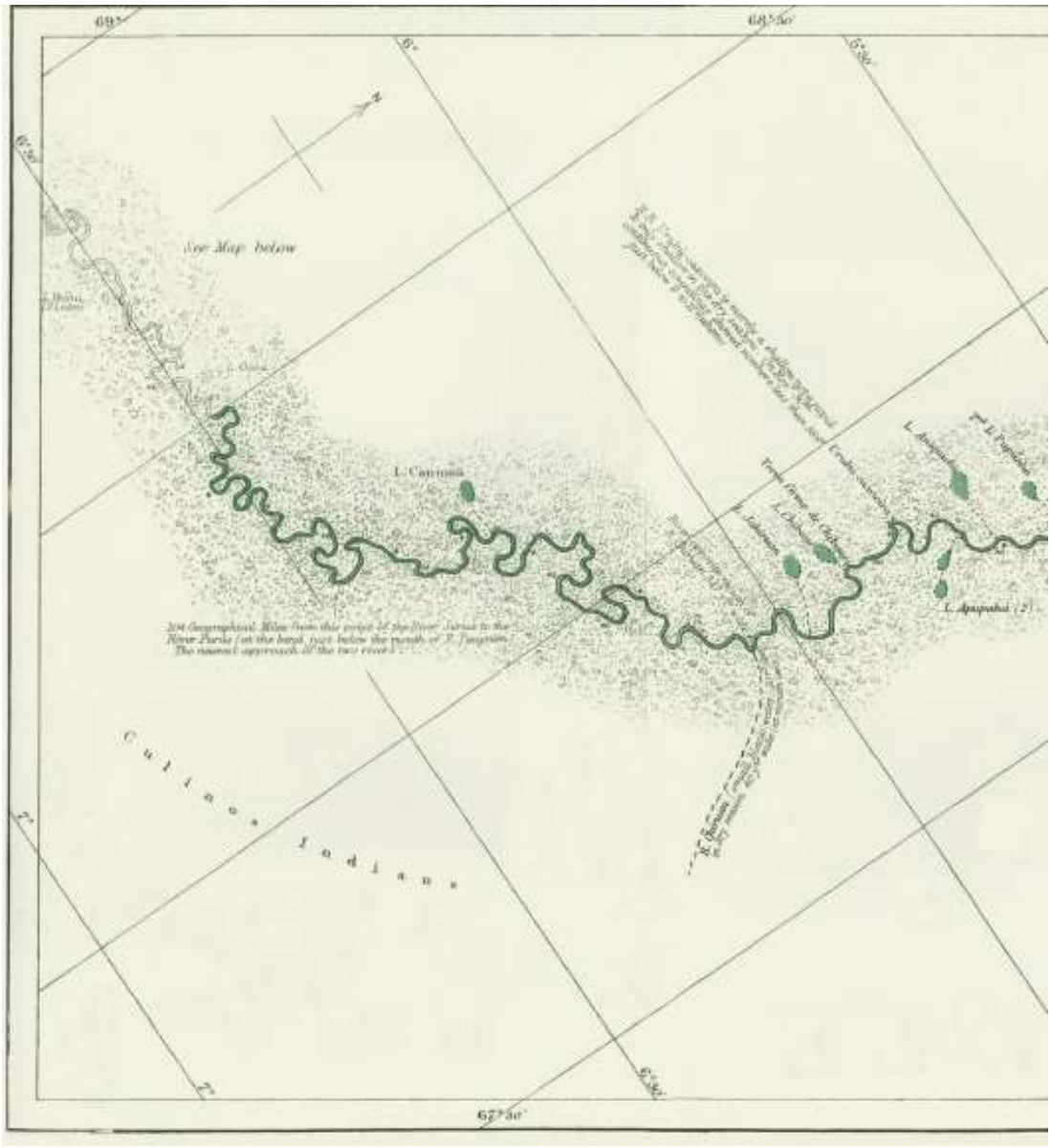
[65] Essa observação de Chandless encontra respaldo nos relatos atuais dos Kulina. Muitos idosos contam que seus pais e avôs desceram o rio Juruá após conflitos com os Kaxinawá (forma genérica como os Kulina denominam atualmente os Huni Kuin e/ou todos os indígenas pertencentes a família linguística Pano). As

Chandless (1869) inicia a descrição do rio Juruá ressaltando a característica tortuosa do rio; suas águas brancas ou barrentas; as falésias; os igapós; e as regiões de terra firme e várzea. Na época os produtos naturais explorados eram: o cacau, o óleo de copaíba, a salsaparrilha e a borracha. O geógrafo inglês observou que a "castanha-do-Pará", geralmente abundante em outros locais de terra firme na Amazônia, era uma espécie rara no rio Juruá. E constatou ainda que acima da foz do rio Tarauacá (afluente do rio Juruá) as fibras extraídas da palmeira tucum eram o principal produto de exportação para o rio Japurá.

Nas notas de viagem, Chandless registra a presença do povo indígena Marauá, logo ao entrar no rio Juruá, no canal do Mineruá, no igarapé de "Bereo" e no igarapé "Caá-piranga". Um pouco mais acima encontrou uma aldeia dos "Catauixis" no igarapé Jaraqui (Chandless 1869, pp. 298-299). Navegou mais alguns dias para alcançar a "latitude 5°30'S.", onde se inicia o Igarapé Xiué, e ali encontrar os índios "Arawá" acampados numa praia do rio[66]. De acordo com Chandless esse grupo há muito tempo negociava com comerciantes, e aquela seria a única aldeia de um povo tímido, apesar da fama de guerreiro. Registrou algumas palavras do vocabulário e constatou que falava uma língua muito semelhante à usada pelos "Puru-Purus" (Paumari). Entretanto, Chandless observou que alguns falavam também a "língua geral" (Nheengatu) (Chandless, 1869, p. 299). Em troca de pagamento Chandless consegui convencer dois índios Arawá a fazer parte da expedição. A companhia deles durou cerca de cinco dias até o rio Xeruã, que está no atual município de Carauari, onde também se situa o rio Ueré. Quando a expedição atingiu a boca deste rio, os dois Arawá não quiseram mais seguir viagem, o principal motivo era o medo dos índios que moravam acima do rio Xeruã: os Culinos (Kulina) (*ibid*., p. 300).

rivalidades históricas teriam sido potencializadas pela frente de colonização. Durante a expedição ao Alto Ueré, Cara Kulina nos contou um conflito antigo que teria ocorrido entre os Kulina e os "Kaxinawa".

[66] Atualmente o povo Arawa (que nomeia a família linguística) é considerado extinto.



Mapa 8 - - Map pf the River Juruá from an estimated distance of 980 Geographical Miles from its mouth (Chandless, 1869) (fragmento).

Logo nas primeiras páginas do manuscrito de Chandless encontramos um mapa do rio Juruá. Nesse mapa, de 1867, encontramos os primeiros registros que apresentam os "Culinos Indians" (Índios Kulina) em uma faixa ampla de terra (a margem direita do rio) que vai do Alto Juruá (rio Gregório) até a região do rio "Chiruan" (rio Xeruã). É necessário frisarmos que a região apresentada por Chandless, como terra tradicional dos Kulina (dentro das limitações próprias da época), se aproxima da terra indígena no igarapé do Bauana, no lago de Carauari, e consequentemente no atual rio Ueré. No mapa de Chandless não há uma identificação explícita do rio Ueré, porém trata-se de uma confirmação que os Kulina ocupavam grandes extensões do rio Juruá, antes do processo colonizador.

O geógrafo explorador afirma que aquela é a grande região dos "Culinos", uma numerosa "tribo" do interior (terra firme), que não possui canoas e acessa as praias do rio Juruá, a pé, na época das tartarugas. Chandless ressalta que na época os Kulina tinham fama de traiçoeiros e hostis, habitantes da margem direita do rio Juruá; por isso todo viajante, explorador ou comerciante que navegava pelo rio Juruá, procurava trafegar e pernoitar à margem esquerda para evitar ataques noturnos. Isso aponta características dos Kulina ainda em vigor nos dias atuais: estabelecer moradias em regiões de terra firme; ocupar a margem direita do rio Juruá ou de seus tributários; desconhecer a técnica de construir canoas e acampar nas praias do Juruá e seus tributários para comer tartarugas, tracajás e bodós[67]. Assim, o reconhecimento oficial da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré é uma ação que garantiria não apenas a proteção da terra tradicional, mas também a manutenção da vida Kulina em todos os seus aspectos.

> Above the River Chiruan on the side of the Juruá is the country of the Culinos, - a numerous tribe of the interior, who are said not to have canoes, but to come by land to the sand-banks at the turtles lay. They are considered treacherous and hostile if in sufficient numbers; consequently it is a rule of travel always to sleep on sand-banks on the left side of the river, in this part, - a necessity which sometimes induced us to stop earlier, sometimes to travel later than I would have wished (Chandless, 1869, p. 300).

Por dez dias de jornada acima da foz do rio Chiruan (Xeruã) Chandless não encontrou povo indígena ou ribeirinhos em nenhuma das margens do rio Juruá. A primeira aldeia que encontrou foi dos índios Conibos, conhecidos como Manetenerys (Manchineri, povo da família linguística Aruak) junto ao pequeno rio Acará (atual rio Chandless), a única aldeia desse grupo no rio Juruá. Essa tribo poderia ter passado por áreas de terra firme do rio Purus ao rio Juruá (Chandless, 1869, p. 300). Nessa mesma tarde a expedição encontrou também nas restingas da foz do rio Acará alguns Canamarys (Kanamari) e parte de uma tribo conhecida como "Índios Peixes". Chandless descobriu que esses "Índios Peixes" vieram do rio Cuniuá, afluente do rio Tapauá (afluente do rio Purus) e haviam chegado ao Juruá apenas quatro meses antes. A descoberta foi realizada quando Chandless solicitou que os indígenas desenhassem na areia o caminho deles. Os índios riscaram no chão um percurso que partia do rio Cuniuá até o rio Tapauá, subindo por terra até o rio

[67] Cossaro nos contou a forma tradicional de fazer canoa com o troco da palmeira paxiubão.
Atualmente os Kulina refletem sobre o fato da maioria de suas terras tradicionais estarem localizadas na margem direita do rio Juruá. A única terra tradicional localizada à margem esquerda é a terra indígena no Igarapé do Gaviãozinho. Contudo, veremos que o Gaviãozinho foi conquistado por Chico Cidade-Omaco, após um conflito travado com os Kanamari.

Xeruã e daí até o rio Juruá. Esses "Índios Peixes" falavam uma língua parecida com a dos Arawá e a dos Paumari (Chandless, 1869, p. 301). Como na época ainda não havia fronteiras étnicas tão determinadas como atualmente, possivelmente esses "índios peixes" seriam algum subgrupo Kulina (*aba madija* – peixe *madija* ou gente peixe)[68].

Ao chegar à foz do rio Tarauacá, Chandless afirmou que os poucos índios que existiam na região do Alto Juruá seriam de "tribos guerreiras, numerosas e intratáveis": os Hypurinas (Apurinã) perto do Purus; os Culinos (Kulina) perto do Juruá; e os Jamamadys (Jamamadi) no centro (Chandless, 1869, p. 304). Cinco milhas acima do rio Tarauacá, a expedição encontrou a foz de outro afluente do rio Juruá, no entanto os tripulantes não conheciam aquela região e tampouco aquele rio. O medo recorrente e difundido dos índios Nauas impedia comerciantes e exploradores a se aventurarem pela região do Alto Juruá. Ao rio desconhecido Chandless deu o nome de Gregório[69]. Navegaram pelo rio Gregório sem encontrar nenhum grupo indígena, mas localizaram vestígios de uma ou duas pequenas plantações. Contudo, dias depois, quando a expedição acampou, na margem do rio Gregório, apareceram ali alguns indígenas. Descobriu-se que não eram os temidos Nauas, porém o geógrafo explorador não conseguiu identificar a tribo à qual pertenciam, o que estavam fazendo, de onde vieram, ou como chegaram ao local do acampamento da expedição. Chandless viu apenas quando apareceram na margem do rio cerca de quinze ou dezesseis homens, com mulheres e crianças. O explorador identificou uma "canoa de paxiúba"[70] (balsa) que julgou não conseguir transportar aquela quantidade de pessoas. O local não parecia o porto de uma aldeia. Os índios não eram hostis e venderam arcos e flechas à tripulação (1869, p. 305). Entretanto, Chandless registrou uma única palavra, "*wary*", que nas línguas Culino (Kulina) e Maxuruna (Mayoruna) significa "sol", e supôs que esse grupo poderia pertencer a uma dessas tribos: "The only word I recognized was 'wary' (sun), the same as in the Culino and Maxuruna languages; so perhaps they belong to one of these tribes" (Chandless, 1869, p. 305)[71].

---

[68] Esses "índios peixes" são os *aba madija*; sobressai os subgrupos, não a etnia. Os subgrupos são configurações anteriores a etnia. A identificação étnica veio após o contato. Retornaremos ao tema dos subgrupos ao analisarmos a concepção de território Kulina.

[69] Veremos, no decorrer desse relatório, as referências variadas que os Kulina na TI Rio Ueré fazem da terra tradicional no rio Gregório. Atualmente não há Kulina morando no local, mas há abundância de registros históricos que corroboram os relatos dos Kulina.
De modo bem particular o rio Gregório é a terra natal de Sipocahi (casa 23) e Iba (casa 18).

[70] Sipocahi me contou que após o assassinato de seu pai, no igarapé do Breuzinho, seu avô Ado foi ao encontro de sua família em uma jangada de paxiúba.

[71] Há probabilidade que os indígenas encontrados por Chandless fossem mesmo Kulina, visto que outros viajantes e exploradores continuaram registrando a presença de Kulina no rio Gregório. Vale ressaltar que

Esse grupo indígena[72] fez questão de deixar claro para Chandless que dentro de oito a dez dias de viagem, rio acima, a expedição deveria encontrar com os Nauas. Alertaram ainda que os Nauas iriam reagir com violência contra a expedição. A informação foi muito precisa, pois a expedição encontrou com os Nauas e o conflito fez Chandless suspender a viagem e o desejo de continuar a exploração do Alto Juruá (1869, pp. 305-306).

Ao continuar a pesquisa nos registros de viajantes no rio Juruá encontrei o padre francês Jean-Baptiste Parrissier. Em 1897 Parrissier assume o posto de vigário da paróquia de São Sebastião e superior da Congregação Espiritana em Manaus. Os contatos que o padre possuía tornaram possível a realização da expedição de 1897-1898 ao Alto Juruá. No manuscrito, escrito em francês, o padre conta vários detalhes da viagem, inclusive dedica várias páginas à descrição das "correrias". O padre registrou *in loco* o *modus operandi* dessas expedições organizadas que – através do uso de força armada – fomentavam ou o extermínio dos fugitivos ou escravidão dos vencidos:

> Notem que essas correrias são praticadas ainda hoje. Quando um branco quer se estabelecer num terreno ocupado por uma tribo de índios, eis como procede. Ele arma cinco ou seis homens com bons fuzis, pega um para si também, e parte em busca da *maloca*. Quando a acha, ele e os seus homens a cercam e massacram todos aqueles que tentam fugir e as mulheres e crianças são levadas ao Juruá e vendidas como animais. Eu vi assim venderem na minha frente oito indiozinhos de quatro a cinco anos. As lágrimas me vinham aos olhos vendo estas pobres pequenas criaturas tratadas como animaizinhos (Parrissier, 1898 *apud* Cunha, 2009a, p. 55).

Foi dessa forma que a exploração da borracha (*Hevea brasiliensis*), intensificada na região do interflúvio Juruá-Purus no final do século XIX, constituiu um marco expressivo para os povos indígenas da região. Isso se verifica através de duas frentes exploratórias: os seringueiros (brasileiros) que avançaram do Amazonas em direção à Bolívia; e os caucheiros (exploradores peruanos do caucho: *castilloa elástica*) que avançavam do Peru em direção ao Brasil. Estas frentes exploratórias se estabeleceram na região e promoveram grandes deslocamentos das populações nativas para as cabeceiras dos rios. Os indígenas fugiam das constantes "correrias": ações violentas de captura e extermínio que visavam a liberação da terra (apropriação das seringueiras nativas e

maji significa "sol" em língua Kulina. Também há relatos recentes que relacionam diretamente o rio Gregório com os Kulina da TI Rio Ueré: Sipocahi e Iba nasceram em aldeias localizadas no rio Gregório.
[72] No retorno Chandless não encontrou mais com esses indígenas.

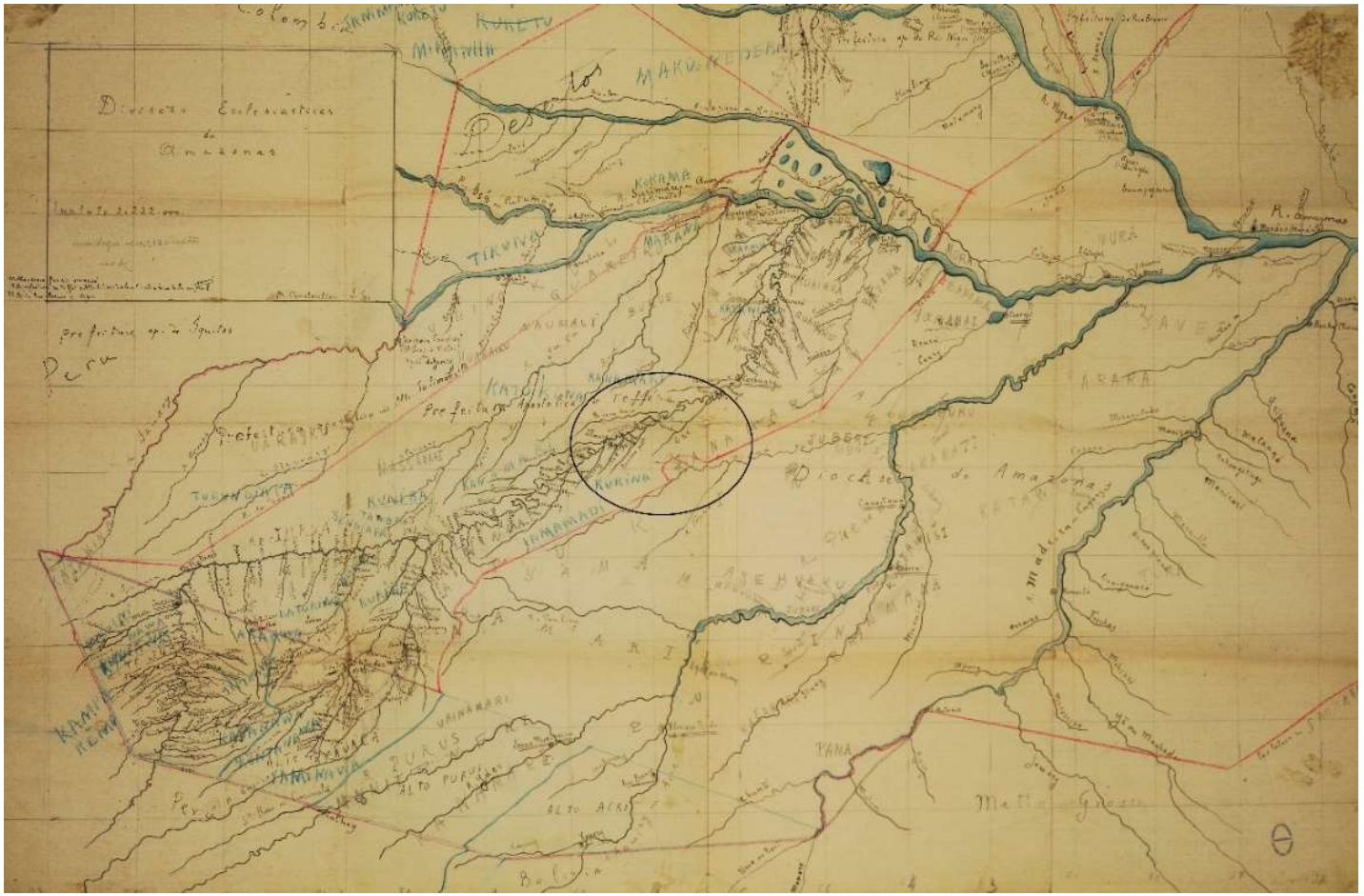
implantação dos seringais); ou a incorporação dos indígenas aos trabalhos como mão de obra na indústria seringalista, onde ficavam presos ao sistema de aviamento[73].

Neste contexto, o primeiro grande etnólogo dos índios do Juruá foi Constant Tastevin, missionário francês da Prelazia de Tefé, no Amazonas. Tastevin coletou dados sobre os indígenas do sudoeste amazônico de 1905 a 1926, e contou com a colaboração de Paul Rivet, etnólogo do Instituto de Etnologia da Universidade de Paris. Rivet e Tastevin produziram uma série de registros etnográficos e linguísticos sobre os grupos indígenas situados na região e, de modo especial, coletaram informações sobre a língua, localização, organização social, xamanismo e ritualidade Kulina. Tastevin reitera a informação de Chandless (1869), que localizou os Kulina na margem direita do rio Juruá, no rio Xeruã e no rio Tarauacá. Na época Tastevin identificou dois grupos Kulina: um que habitava à margem direita do rio Juruá, à altura do rio Marari, na região do alto Tapauá, nas proximidades da atual TI Rio Ueré; e o segundo grupo que habitava mais ao sul, rio acima, nos rios Gregório e Eiru[74] (esse grupo Kulina teria se deslocado do rio Tarauacá após a passagem de Chandless) (Rivet; Tastevin, 1938, p. 73).

No mapa "Divisões Ecclesiasticas do Amazonas" Tastevin (s/d) traça a abrangência das diversas "Prefeituras Apostólicas". A "Prefeitura Apostólica de Tefé" – localizada na região do Médio Solimões – abrange as calhas dos rios Jutaí, Juruá e Tefé. No mapa encontramos detalhes sobre os rios e os povos indígenas que neles habitavam.

[73] O sistema de aviamento foi a base da dominação da força de trabalho na Amazônia no auge da exploração da borracha: "Trata-se do 'aviamento': o produtor recebe de seu aviador tudo aquilo de que necessita para realizar a produção, inclusive instrumentos de trabalho (machado, baldes, espingarda, etc.), alimentos, roupas, utensílios diversos. O pagamento do aviamento é feito mediante a venda da totalidade da produção da goma do aviador, aos preços por ele fixados. Nessa ocasião, é feito um novo aviamento, que deve permitir ao produtor subsistir por mais sete meses, até o novo período da extração. Antes mesmo de começar a cortar a seringa – e a cada ano –, o produtor está endividado (Pacheco de Oliveira, 2012, p. 26).

[74] Novamente referência a presença histórica dos Kulina no rio Gregório, porém acrescenta o rio Eiru. Essas terras tradicionais estão localizadas atualmente dentro da TI Kulina do Médio Juruá e fazem parte da memória oral dos Kulina. Há pessoas que habitam a TI Rio Ueré que possuem parentes morando naquelas terras. Siho (casa 28) e Cossaro (casa 27) participaram do processo de autodemarcação da referida TI.
Por outro lado, vimos que o rio Marari (região do rio Xeruã) e o rio Tapauá (zona de terra firme) fazem parte das terras tradicionais Kulina.



Mapa 9 - “Divisões Ecclesiasticas do Amazonas”. Carte ecclesiastique (Tastevin, s/d).

Esse mapa é um elemento que fundamenta a presença Kulina (Kurina) na região do rio Eré (Ueré) e no rio Bauana Preto. Dessa forma temos mais uma comprovação nos registros históricos, da presença Kulina na região do rio Ueré desde tempos imemoriais.

Em 1920 Tastevin publicou o artigo *Le Fleuve Juruá* na revista francesa *La Géographie*. Nesse artigo Tastevin faz considerações que vão da origem do nome do rio Juruá, a aspectos relacionados a geografia física, etnológica, política e econômica. Uma sistematização de vários aspectos que o padre-pesquisador observou e julgou interessante publicar. Os registros foram efetuados durante sete anos consecutivos de viagens efetuadas no rio Juruá, entre os anos de 1908 a 1914 (Tastevin, 1920, p. 02).

Ao descrever a "geografia física" afirma que o rio Juruá no seu curso inferior recebe apenas pequenos afluentes de águas negras: "à esquerda o Anachiquy (ou Anaxiquy) a montante do paraná do Mary-Mary; à direita, o Marary a montante do Anachiquy, o Chuè, o Bauana Preto, o Erè[75], o Jaraky, o Arapary, o Caapiranga, o Ualá, o Ipaua Pixuna" (Tastevin, 1920, pp. 09-10). Tastevin aponta para um fenômeno extraordinário que acontece com um afluente à esquerda, um pequeno tributário de águas brancas: o "Bauana Branco" (a jusante do "Bauana Preto", entre os paranás do "Mary-Mary" e "Tarakua").

Tastevin inicia o capítulo sobre a "geografia etnológica" com informações sobre os índios da região. E ressalta que a exploração portuguesa transformou o rio Juruá em um reservatório para os traficantes de escravos que ali chegavam para obter mão de obra para as plantações de cacau e baunilha, nas margens do rio Amazonas (Tastevin, 1920, pp. 131-132).

> Atualmente os índios estão afastados das margens do rio que estão ocupadas por brasileiros civilizados em busca de "*Hevea brasiliensis*". Dessa forma ficam longe também dos tiros de fuzis dos peruanos que desceram os Andes nos altos rios Juruá e Purus, em busca da "*Castilloa elastica*". Os índios, privados dos melhores recursos do rio e da floresta, sem segurança suficiente e indefesos, são chamados a desaparecer a curto prazo ou a serem absorvidos pelo elemento civilizado. Este já é o destino sofrido pelos Arawas e Kunibas[76] (Tastevin, 1920, p. 132).

[75] Tradução feita por mim do original em francês.
Nesse registro antigo podemos observar como o rio Erè (Ueré) era conhecido na época.
[76] Tradução foi feita por mim do original em francês.

Tastevin deixa claro a situação grave dos indígenas no rio Juruá, que se encontravam encurralados entre as duas frentes exploratórias, e expõe o risco eminente de extinção de dois grupos. Ressaltou também a estratégia dos índios de recuarem para áreas de terra firme ou para regiões de pequenos rios e igarapés.

Ao descrever a realidade dos índios de sua época, Tastevin relata que encontrou um grupo de "Colinas" (Kulina) à margem direita do rio Juruá, na região do rio "Marary". Para Tastevin esse grupo de Colinas (Kulina) disfrutava de tranquilidade, pois estava sob a proteção do Coronel Contreiras, "um dos homens mais notáveis de Juruá". Os Kulina trabalhavam principalmente em atividades relacionadas à agricultura e à caça, mas em 1914 teriam começado a extrair um pouco de borracha, para agradar o seu benfeitor. Esse grupo Kulina era numeroso e denominado Kólö pelos Kanamari (Rivet; Tastevin, 1938, p. 73). O rio Marari fica acima e próximo ao igarapé Xué (Chué) (onde Chandless 1869 encontrou o povo Arawá), ao rio Bauana Preto e ao rio Ueré. Tastevin descreve toda essa região como uma área de ocupação tradicional dos índios Kulina, Kanamari e Deni (Jamamadi do rio Xeruã). Nas cabeceiras dos rios e igarapés, na região de terra firme, acessavam a região do alto rio Tapauá, afluente do rio Purus, através de caminhos que traçavam pela floresta[77] (Tastevin, 1920, p. 132).

Tastevin em suas viagens rio acima, chegou à região entre o rio Tarauacá e rio Gregório, e encontrou, à direita: "a maior tribo do Juruá: os Curinas" (Kulina) (Tastevin, 1920, p. 133)[78].

Ao dissertar sobre a presença do "Civilizado", Tastevin faz uma descrição detalhada de como foi o processo de colonização no rio Juruá: a chegada dos exploradores das riquezas; os novos moradores vindos da região nordeste do Brasil; a expropriação das terras indígenas através do deslocamento forçado; e o desaparecimento de grupos indígenas (como o povo indígena Arawá). Tastevin afirma que antes da viagem de

[77] Toda essa região apontada por Tastevin (e Chandless) como terra tradicional Kulina faz parte da memória oral dos Kulina no rio Ueré. Algumas inclusive integram a proposta de demarcação da terra indígena. A região de terra firme do Alto Tapauá e do Bauana são áreas necessárias para reserva de caça, pesca e coleta. Atualmente os Kulina utilizam essa região com bastante ressalva (Alto Ueré, Tapauá e Bauana) porque têm medo das armadilhas de caça dos não indígenas, que praticam caça e pesca predatória. Inclusive os Kulina sentem cerceados mesmo quando coletam cipós e frutas, pois há não indígenas que afirmam, de modo intimatório, que aquelas terras não são deles.
Vale ressaltar também que na região do rio Xiué (Chué), apontada pelos registros históricos como terra tradicional Kulina, mora atualmente uma irmã do Iba (casa 18) e da Sipocahi (casa 23).

[78] Novamente a região do rio Tarauacá e do rio Gregório aparecem nos relatos como regiões marcadas por violências, exploração e expulsão dos Kulina. Toda a ocupação do rio Juruá por não indígenas intensificou a movimentação dos Kulina a procura de locais mais tranquilos (pequenos igarapés de terra firme) e de melhores patrões.

Chandless (1869) os portugueses nunca pensaram em se fixar no rio Juruá, pois o consideravam menor e menos importante que o rio Jutaí. Anteriormente os mercadores se estabeleciam em Tefé e subiam o Baixo Juruá, no mês de maio, em grandes barcos, apenas na época da borracha. Os primeiros estabelecimentos localizavam-se a montante da região dos paranás cuja borracha era de qualidade inferior. Geralmente os exploradores chegavam ao local em junho, quando o rio volta ao seu leito e permite o trabalho na várzea, e partiam para Tefé em novembro ou dezembro, quando a água do rio volta a inundar a baixada e inviabiliza o trabalho de coleta da seringa (Tastevin, 1920, p. 134).

Entretanto, o desenvolvimento da indústria da borracha levou os civilizados a se estabelecerem de forma permanente no Juruá. O movimento foi liderado inicialmente por famílias *mestiças* que dirigiam a vida política do município de Tefé, do qual o Juruá dependia na época. Porém, após a viagem de Chandless, se espalhou a fama das riquezas do Juruá e os mercadores do Baixo Amazonas, ou seja, da província do Pará, também vieram em busca de fortuna. Eles também eram *mestiços*, mas ao não encontrarem mão de obra na região, foram procurá-la nas províncias do litoral nordestino: Ceará[79], Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, etc. (Tastevin, 1920, p. 134). Uma fome, por conta da seca, que ocorreu naquela região, em 1877, depois outra mais terrível que assolou o país em 1888, acentuou ainda mais o movimento que empurrava para a Amazônia a população nordestina. Não tendo interesse – ou até mesmo como voltar a Tefé durante o período de inundação da várzea – os recém chegados se estabeleceram permanentemente às margens do rio Juruá. Em 1881, chegaram ao rio Tarauacá; em 1889, chegaram ao rio Ipixuna; e em 1900, não havia um ponto na bacia do Juruá que não fosse explorado, ocupado e compartilhado entre os "invasores"[80]. Não haviam mais um rio ou um igarapé que não fosse rastreado até sua nascente[81]. Ao longo do rio Juruá e de seus grandes afluentes se estabeleceram casas comerciais que eram o centro de imensas propriedades nas quais trabalhavam de 50 a 300 trabalhadores. Tastevin apresenta de forma sucinta como funcionava o sistema de aviamento no rio Juruá:

[79] O avanço das frentes de exploração da seringa e do caucho no Alto Juruá implicou de modo significativo a vida dos Kulina. Podemos constatar no fato de Maria Dsohe (primeira esposa de Ado) ser filha de não indígena "que veio do Ceará".

[80] A região do rio Tarauacá e Ipixuna sãoguardados na memória como locais onde iniciaram o processo de deslocamentos das famílias de Ado (*dsomaji madija*=onça *madija*) e de Omaco-Chico Cidade (*biro madija*=tucano araçari *madija*) (mais ou menos em 1900). Atualmente os Kulina no rio Ueré ainda mantêm relações estreitas com os parentes que habitam essas terras tradicionais (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

[81] O seringueiro extraía caucho e borracha na época do verão amazônico. Durante o período das chuvas trabalhava na produção de lenha para os barcos a vapor. Da floresta amazônica também extraiam: cacau, salsaparrilha, óleo de copaíba, e madeira para construção e carpintaria (Tastevin, 1920, p. 142).

> O chefe geralmente é um homem enérgico que, seja por meio da persuasão ou da violência, mantém uma disciplina de ferro entre seus trabalhadores. Esses, que desde o dia em que chegam devem a ele o preço do transporte do litoral até o Juruá, o preço dos seus instrumentos de trabalho e as mercadorias que ele adianta, trabalham com ardor não só para se libertarem, mas novamente para fazer uma poupança que lhes permitirá voltar para sua terra natal e terminar seus dias com tranquilidade (Tastevin, 1920, pp. 135-136).

De acordo com Tastevin eram 40.000 o número de habitantes "civilizados" no rio Juruá, enquanto os índios não passavam de 4.000 pessoas (Tastevin, 1920, p. 140). Muitos trabalhadores casaram ou trouxeram suas famílias para se estabelecerem definitivamente no rio Juruá, porém muitos também morreram ao contraírem malária e beribéri. Dessa forma as propriedades começaram a se concentrar de um ano para o outro nas mãos de poucos: seja porque o comerciante infeliz cedia seus títulos a outro mais habilidoso, ou porque este estava cansado da vida na floresta e queria desfrutar um pouco de sua fortuna vivendo na cidade; ou ainda porque as casas comerciais de Manaus ou do Pará, aos quais as pessoas deviam financiamentos, tomaram suas propriedades como pagamento das dívidas (Tastevin, 1920, p. 136):

> Foi assim que quase todo o Gregório, a Liberdade, o Ipixuna, o Paraná dos Mouras, o Valparaíso e o Tejo etc., tornaram-se propriedade de uma única firma que, de Manaus ou do Pará, administra através de um ou mais funcionários compatíveis. E foi assim que o emotivo coronel Contreiras, que mencionamos acima sobre as Colinas, gradualmente se espalhou do Marary para o rio Chiruhan em toda a margem direita e na maior parte da margem esquerda de Juruá, e que explora ademais um bom terço da margem direita de Chiruhan, até Tapana na bacia do Purus (Tastevin, 1920, p. 136)[82].

Observamos aqui mais uma vez uma menção aos Colina (Kulina) na região do Marary, Chiruhan (rio Xeruã), ambos próximos da atual TI rio Ueré), rio Gregório, Ipixuna e até o rio Tapana (Tapauá) no Purus

A seguir apresento uma conversa com os Kulina no Ueré quando os indagamos sobre a terra indígena localizadas nos rios Marari e Xeruã:

[82] Tradução feita por mim do original em francês.

[Salim] Fica no município de Itamaraty...
[Cossaro] Fica abaixo do rio Xeruã, fica abaixo da comunidade Mandioca... o Marari.
[Genoveva] Marari?
[Cara] De primeiro o pessoal morava lá. Depois trocaram flechas, mataram um bocado aí fugiram lá para a Buzina (aldeia localizada na TI Deni, rio Xeruã). Da Buzina voltaram de novo. Aí uns foram para Morada Nova, outros para o Boiador, pro Itaúba (aldeias localizadas dentro da TI Deni). Antigamente era tempo de flecha, de guerra. Meu avô veio lá de cima veio no navio que queimava lenha (motor a vapor), veio de lá para baixo, para Manaus. O tuxaua naquele tempo andava mais o pessoal.
[Genoveva] Como era o nome do teu avô, Cara?
[Cara] O nome do meu avô era Dsajo, *carihuacca* Samuel. Aí ele dizia que ficaram lá um tempão (em Manaus). Ele falava na guerra, nas flechas. Guerra mesmo com arco e flechas, *jadsire* (briga, guerra)
[Salim] Madija *dsoqquehui*, *dori*[83] *dsoqquerini* (tradução: Madija morria, morreu de feitiço). Aí iam fazer guerra.
[Cara] Antigamente quando morria um, aí falava, fulano que colocou pedra, vou matar ele, e mata. Naquele tempo o pessoal pensava só em *dori* (feitiço), mas tem febre também, doença, né? O meu tio, mataram um acima lá de Santa Luzia[84] (seringal onde morava o pessoal do Ado), a baixo do Igarapé do Índio. A turma do Chico Cidade (Omaco) ia levando uma criança. Aí meu tio tava trabalhando lá no barracão, lá no seringal, batendo campo. A criança morreu e Chico Cidade falou que foi o Antônio Samuel que colocou *dori* (feitiço) na criança. Aí mataram tio Samuel enquanto dormia. Meu tio não sabia. O menino morreu por causa do remédio que deram pra ele e deram buriti, parece. O menino estava tomando remédio de verme aí morreu. Era assim quando Madija morria dizia que era feitiço.
[Ana Luiza] Quando Ado veio lá da Aldeia Velha para cá vieram muitas famílias?
[Cara] Só a família dele mesmo. Só tinha duas casas aqui: eu, papai veio primeiro, depois Jacuba (Dahora). Eram três casas. Depois veio o Edi-Edson, morou. Aí morou lá no Ariramba, Samuel nasceu no Ariramba, de lá saiu para Tefé o sogro levou ele (sogro não indígena)
[Salim] O Chico Cidade não passou pelo Taquara (atual aldeia Kanamari), passou por Carauari, pela rua do Banho (Igarapé do Banho) com o Edmundo (Acora) (Conversa com Cara, Salim, Iba e Cossaro-Pedro. Aldeia Matatibem, 15 de maio de 2022).

Essa sequência histórica apresenta a invasão das frentes de contato das terras tradicionais dos Kulina: Gregório, Tarauacá, Ipixuna, mais ao sul, e Marari, Xeruã, Chiué, Bauana e Tapauá, mais ao norte. Podemos constatar também como a pressão exploratória da seringa e do caucho intensificou também os conflitos entre os Kulina e os Kaxinawa, bem como os conflitos entre os próprios Kulina; provocou deslocamento de famílias e subgrupos inteiros. De modo particular forçou uma interação entre subgrupos rivais, no

[83] Pollock afirma que *dori* é um termo complexo, que pode ser entendido como uma substância que permeia a carne dos pajés, dando-lhes a capacidade para prejudicar e curar os outros (Pollock, 1985, p. 123).
[84] De acordo com informações dos próprios Kulina o Seringal Santa Luzia pertencia a Jurandir Cavalcante (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

caso *dsomaji madija* (onça *madija*) e *biro madija* (tucano araçari *madija*). Os deslocamentos, o excesso de convivência gerada por uma proximidade excessiva, aguçaram os conflitos por feitiço. Toda essa realidade deixou marcas profundas nos Kulina.

Durante o trabalho de pesquisa na TI Rio Ueré várias pessoas contaram essa mesma história: como o subgrupo do Ado (o pessoal do Ado, como eles traduzem comumente) vivia em constante recuo e fuga (por ser um subgrupo reconhecido como possuidor de grandes pajés). Nessa busca pela sobrevivência, a história do "pessoal do Ado" é marcada por conflitos e alianças (com troca de mulheres) com o "pessoal do Chico Cidade" (Omaco). Tal era a necessidade de estabelecer uma trégua, que houve a famosa "troca de mulheres", que detalharemos melhor na Segunda Parte desse relatório.

Por fim, uma das informações mais importantes que sobressai nos registros históricos, seja em Chandless ou em Tastevin, é a comprovação da ocupação tradicional dos Kulina na região da TI Rio Ueré desde tempos imemoriais.

2.3. Registros históricos sobre os Kulina nos arquivos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI

Contemporâneo aos registros de Tastevin são também vários documentos oficiais expedidos pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI. Os registros são cartas, ofícios e relatórios expedidos pelos postos indígenas da região do rio Juruá que estavam ligados à Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e território do Acre, localizada em Manaus.

No "Relatório da excursão ao Alto Juruá", expedido em 16 de dezembro de 1912, à Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de trabalhadores Nacionais no Amazonas e Território do Acre, o ajudante do inspetor Dagoberto de Castro Silva relata sua excursão ao Alto Juruá. O ajudante saiu de Manaus 07 de abril de 1912 e no dia 18 de maio de 1912 chegou ao seringal Humaytá, localizado na foz do rio Amoaca, que tinha como proprietário o coronel Absolon de Sousa Moreira. A principal missão do ajudante Dagoberto Silva era levar um ofício nomeando o referido coronel como "Delegado dos índios do rio Amoaca" (Silva Dagoberto, 1912, p. 02). Durante a sua excursão o ajudante conheceu a maloca Cova da Onça, no rio Amoaca. Na maloca moravam índios "Jaminauas" e "Amoacas" em "perfeita harmonia" (Silva Dagoberto, 1912, p. 03). Por

isso ele sugere que ali seja construído um aldeamento e posto do SPI para "prestar auxílio aos índios":

> O lugar mais apropriado para esse fim, é onde está a maloca Cova da Onça, entre os rios Amoaca e Nilo, não só pela sua salubridade, uberdade do solo e capacidade para o desenvolvimento de uma grande povoação, como também, por ser o ponto mais preferido por eles. Não serem perseguidos pelos pseudos civilizados, devido à falta absoluta da seringueira. Será um magnífico ponto de atração para os índios Chipinauas e Curinas, que não habitam lugar certo, percorrendo diversas zonas; estes desde o Breu ao rio Jordao, afluente do Tarauacá e aqueles nas cabeceiras do igarapé Valparaiso, afluente do Juruá[85]. Abrindo-se uma estrada até a margem do Juruá, pode-se fazer travessia em dois dias. Pertence esse terreno ao seringal Humaytá. Falando com o Cel. Absolon Moreira, ele disse-me que oferecia o referido terreno a Inspetoria, para nele ser fundada uma povoação indígena, podendo desde já ser demarcada para este fim (Silva Dagoberto, 1912, p. 06).

Quando o ajudante Dagoberto Silva chegou à cidade de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, encontrou com o Sr. Antônio Bastos, encarregado do Entreposto de Proteção aos Índios do Alto Juruá. O mesmo estava acompanhado de oito índios Jaminauas que estavam doentes. O Sr. Antônio Bastos também comunicou ao ajudante do inspetor que: "[...] o peruano de nome Nicanor Robalino, residente no rio Juruá-Miry afluente do Juruá, pela esquerda, no lugar denominado Santa Sophia, tinha em seu poder, escravizados 4 índios brasileiros e que pretendia levá-los para o Peru" (Silva Dagoberto, 1912, p. 01).

Sete anos depois, em 12 de junho de 1919, encontramos no arquivo do SPI uma Carta ao inspetor Sr. Bento M. Pereira de Lemos, chefe da Inspetoria do Amazonas e Acre, escrita pelo dono do seringal Santo Amaro (rio Gregório), o Sr. João Chysóstamo de Souza. Na carta o referido senhor descreve a situação dos Curinas e Parauas:

> Venho informa-vos que, ignoro o número completo dos índios deste distrito, no entanto, cálculo que devem existir uns quinhentos, pouco mais ou menos, pertencentes as tribos: Curinas e Parauá.
> Destes últimos posso dizer o número certo, porque, já algum tempo vivem morando nas proximidades de minha casa, e não são mais de vinte ao todo.
> Se me fosse permitido, informaria mal o dia das precárias condições em que vivem os pobres índios deste distrito, esquecidos de tudo e de todos (Souza João, 1919).

[85] Esse trecho histórico de 1912 ressalta um traço cultural dos Kulina: a mobilidade, o modo como esse povo percorre grandes áreas para visitar parentes e retribuir *manaco*.

Nove anos depois – com um posto de apoio aos Kulina funcionando na região do Alto Juruá – em 19 de março de 1928, o auxiliar do inspetor do órgão indigenista do Governo Federal (SPI), Torquato Faria e Sousa, partiu de Manaus com destino ao então Posto Indígena Riozinho do Penedo. No dia 16 de abril de 1928 o auxiliar chegou ao Posto[86]:

> No posto, antigo aldeamento dos curinas, encontramos 95 destes índios, dizendo o encarregado residirem ahi 150, estando ausentes – 55, que na ocasião em diversas partes, se achavam colhendo pupunhas que é muito abundante nas capoeiras, sendo a principal alimentação deles nesta época, por uma estatística feita o ano passado pelo encarregado, dá o número de 350 índios curinas, verificando agora pelas informações que colhi, serem mais de 800, e que se pode afirmar, ser atualmente a maior tribo de índios civilizados no vale do Juruá. Se achavam aqueles todos vestidos, muito satisfeitos, são fortes, saudáveis e muito desembaraçados.
> Existe no posto: 2 malocas grandes, e 3 barracas cobertas de palha, assoalhadas de paxiúba, tendo mais uma barraca toda coberta que serve de casa de farinha, estando limpos os terreiros e as barracas; disseram-me os índios ser muito escassa ahi a caça e difícil a palha que é preciso irem buscar na margem do Gregório (Sousa Torquato, 1928, p. 03).

O auxiliar de inspetor ressalta a grande plantação dos Kulina (fartura e boa alimentação), sendo que o posto apresentava um aspecto geral positivo e os índios estavam satisfeitos. Mas o auxiliar aconselhou que mudassem o posto para o lugar Estação para ficar mais perto de outros aldeamentos Curinas (Kulina). Dessa forma sugeriu que fosse mudado o nome do posto de: "Riosinho do Penedo" para "Posto Indígena do rio Gregório". Após examinar os arquivos do posto, o auxiliar do inspetor apontou para a necessidade de uma engenhoca de ferro, tachos para trabalhar açúcar e rapadura; uma máquina de moer mandioca; um burro para carregar palha, etc. E solicitou também a fundação de uma escola para que atendessem a necessidade de instrução de mais de 40 crianças, pois de acordo com o auxiliar: "todas falam o português e revelam inteligência" (Sousa Torquato, 1928, p. 03).

O auxiliar Torquato visitou também os índios Canamarys e Bendiapas (Kanamari). No seringal Ceará localizou mais uma "maloca de Curinas" (Kulina) no igarapé "Bahu" (igarapé do Baú). Depois seguiu rumo ao seringal Penedo. Nesse seringal conseguiu com o proprietário algumas estradas de seringa para alguns Curinas (Kulina) trabalharem (Sousa Torquato, 1928, p. 04). Encontrou "quarenta e tantos Curinas" trabalhando no seringal Ituxy, do senhor Jose Pedro de Sousa. Na ocasião recebeu mais informações sobre os Curinas (Kulina): um grande número morava nas cabeceiras do rio

[86] Relatório concluído e assinado dia 15 de maio de 1928.

Eiru, abaixo de S. Felipe (Eirunepé). Esses índios apareciam constantemente nas malocas do igarapé Baú, onde o encarregado do Posto do SPI, chamado Alfredo, fez uma grande roça. O auxiliar do inspetor afirma que é muito grande a região habitada por diversos grupos indígenas, e sugere que o SPI nomeie diversos delegados para que possam oferecer uma proteção melhor aos índios:

> [...] para evitar as espoliações constantes que sofrem os índios em suas terras que tendo seringais são sempre cobiçados por civilizados ambiciosos, é conveniente vir ao Juruá o engenheiro contratado pela Inspetoria para medir as terras ocupadas ainda pelos índios, requerer, e mais tarde demarcar, para que possam morar e trabalhar sem medo de serem expulsos como está acontecendo com os Caxinauas e Bendiapás que já não sabem mais onde possam morar. Também no Baixo Juruá, Município de Carauary, obtive informações da existência de muitos índios: no seringal Vista Alegre propriedade do Sr. Jose Paulo, habitam muitos Canamarys, nos seringais, S. Romão e Marary propriedades do Sr. Cel. Alfredo Marques, com quem conversei, disse-me morarem em suas propriedades, 55 Corinas, e 40 Jamamadys, tendo estes suas malocas no igarapé Chyruan; no seringal Chibaua habitam também Jamamadys, dedicam-se todos a lavoura e alguns são seringueiros. Pessoas idôneas falaram-me em S. Felipe em um benemérito catequizador dos Curinas, é um ancião que está atualmente passando as maiores privações, tendo numerosa família indígena, reside no seringal Sobral, se chama Themoteo Fernandes da Silva, estas pessoas contam os relevantes serviços que prestou na pacificação da grande tribo Curina, conseguindo fazê-la sem derramamento de sangue, conseguindo pacificar para mais de mil índios, em vista de seu estado de penúria era de justiça que fosse aproveitado no serviço de Proteção dos índios, dos quase continua sendo um grande e nobre amigo (Sousa Torquato, 1928. p. 05-06).

O inspetor se refere ao município de Carauari como a região do Baixo Juruá onde encontrou vários "Corinas" (Kulinas) no igarapé "Chyruan" (Xeruã). Embora não mencionado no relato, o Rio Ueré situa-se justamente no município de Carauari, na vizinhança do igarapé Xeruã.

Também em 1928, aos 14 de novembro, o encarregado do "Posto Indígena do riozinho do Penedo", Alfredo José da Silva, enviou o relatório anual ao chefe da Inspetoria do SPI em Manaus, Bento Martins Pereira de Lemos. O relatório apresenta os serviços desenvolvidos de janeiro a novembro de 1928. O encarregado descreve os serviços realizados, os dados sobre a população indígena assistida, bem como alguns vocábulos das "tribos". No breve resumo das atividades de cada mês constam dados sobre a produção agrícola, as diligências efetuadas, e a situação de saúde.

> Março. Tratei de dois índios que viheram doente do alto Gregorio onde se achavão sobre o cuidado do Sr. Manoel Alves de Pinho, Delegado dos mesmos, no Riosinho da Liberdade. Fiz uma viagem ao Ajubim em fiscalização a chamado dos índios para repelir os abusos de seringueiro civilizado do Rio Erú, que pretendiam desalojar os pobres índios, que não teem mais para onde irem, nessa viagem tratei de um índio que estava quase morto de inflamações no fígado e baço, conforme comuniquei a V. Sra. Em officio nº 2, de 18 do mesmo mez. Preparamos uma canôa de Itaubá e iniciamos os serviços do roçado para o plantio do tabaco.
> [...]
> Junho. Neste mez fiz uma viagem ao baixo Juruá em procura de uma índia que um indivíduo civilizado, raptado-a conforme communicaçao em officio nº 13 de 18 do mesmo mez, ainda n'esse mez fisemos as seguintes plantações, 8 litros de feijão e 1900 covas de mandioca, e limpamos um roçado.
> Julho. Preparamos 4 casas pequenas para os índios e uma com 55 palmos de frente por 28 de fundo, soalhada e tapada de pachiubinha batida, esta serve de sede provisória d'este posto, fiz uma visita aos índios du Ajubim, indo encontral-os alarmados, por ter o proprietário do seringal Eru mandado o seu mateiro suspendel-os do serviço que estavam fazendo em seu seringal, cujo serviço era abrir umas estradas de siringeiras; enformando-me de pessoas fidedgnas cheguei a conclusão de saber que as terras que esses índios estão ocupando, são terras devolutas, portanto já se vê que esse Sr. não tem razão, por isso que autorizei aos índios continuarem os seus serviços de lavoura e exploração de seringueiras.
> [...]
> Ainda no mez de Julho fiz uma viagem ao Acuraua afluente do Tarauacá, onde fui buscar uns índios que estavam sendo maltratados pelos siringueiros de lá, no Acuraua tive sciencia de um facto lastimável occorrido no mez de Março. Um siringueiro foi ao tapiry de um índio e tumou-lhe a mulher, dias depois o siringueiro foi encontrado morto na estrada, ignorando-se o cumprice. A índia voltou para junto do seu marido. Esses índios Curinas teem soffrido mais do que todos os habitantes da selva amazônica, são expoliados soffrendo as maiores depredações dos siringueiros. Tarauacá, Acurauá e Erú tem grande quantidade de índio, sendo difícel uma fiscalização d'aqui (Silva Alfredo, 1928).

A situação dos Kulina não era nada favorável. O encarregado Alfredo Silva relata doenças, rapto de mulheres indígenas, e disputa das terras indígenas com donos de seringais e o deslocamento forçado do Kulina de suas terras tradicionais. Ao descrever sua viagem às aldeias aos rios Acuraua, Tarauacá e Eiru, no mês de julho 1928, o encarregado afirma que os índios Kulina (Curinas) é a população que mais sofreu espoliações e depredações com a colonização da Amazônia. Mais uma vez a palavra penúria, doenças (relacionadas ao contato), rapto de mulheres, maltratos e espoliações (atualmente caracterizada como vulnerabilidade) aparecem como um traço marcante da relação dos Kulina com a sociedade nacional. O encarregado Alfredo (do SPI) conta como

foi sua viagem à região do Baixo Juruá[87] (região de Carauari-AM, onde atualmente está localizado a TI Kulina do Rio Ueré) à procura de uma indígena que foi raptada por um não indígena. Com o passar dos anos a frente de expansão chegou a região do rio Tarauacá, Acuraua e Eiru. Na Segunda Parte, desse relatório, acompanharemos as histórias de Siteri (casa 25) e seu irmão Manoelzinho (casa 20), como esses dois anciões da aldeia Matatibem guardam recordações da vida no Acuraua, sua terra natal: o trabalho no seringal, a morte dos pais, o assassinato do irmão e o deslocamento de toda família (rio abaixo).

Retornando aos documentos históricos podemos observar com a situação piora com o passar dos anos. Os índios não estavam mais livres nem mesmo nas cabeceiras dos igarapés. Em 15 de dezembro de 1929, o encarregado do Posto Indígena do rio Gregório, Alfredo José da Silva, envia um ofício ao Inspetor do SPI, Bento Pereira, no qual relata a invasão armada dos seringueiros a maloca Ajubim:

> Acuso o officio de Vossa Excia. datado de 18 de outubro último, sob nº 692, recebido neste Posto a 8 do corrente, apresentando-me uma carta do Sr. Cel. Conrado Pinto Gomes, residente em Mourao-Eirú, no rio Juruá, dirigida aos Srs. J. G. Araújo & Comp. Ltda. de Manáos, - impetrando a interferência destes Senhores contra o direito dos índios nesta região, a essa Inspectoria.
> Cumpre-me prestar a Vossa Ex. Cia. os seguintes esclarecimentos; Encravada entre propriedades do Sr. Manoel Vicente Carioca (rio Gregório) e do Sr. Cel. Conrado (Eirú), demora a Maloca denominada "Ajubim", em terras devolutas; ora, morando nessas paragens de há muito tempo esses índios, nenhuma necessidade tenho de arma-los para eles próprios evadirem a referida Maloca denominada "Ajubim", resaltando a verdade do exposto, - o travessão das propriedades do citado Sr. Cel. Conrado, separando essas terras occupadas pelos índios, que ahi abriram 4 estradas de siringueiras, não descobertas por civilizados (Silva Alfredo, 1929).

Vimos que o encarregado Alfredo acusa recebimento de um ofício do Inspetor no qual há uma reclamação do Sr. Cel. Conrado Pinto Gomes (residente em Mourão-Eirú, no rio Juruá). A reclamação chegou ao Inspetor através dos donos de uma importante casa comercial de Manaus: a empresa J. G. Araújo & Comp. Ltda. Dessa forma podemos concluir uma estreita relação entre os exploradores locais, e a influência e dominação exercida pelas grandes casas comerciais. No referido ofício o encarregado afirma que o posto presta serviço a mais de 300 índios, e que incentiva os índios a trabalhar na agricultura para manter sua alimentação: "tudo revertendo em benefício dos inimigos do

[87] Aqui a região de Carauari, onde está localizada a TI Kulina do Rio Ueré, aparece como Baixo Juruá, pois utilizei como referencia o texto histórico.

Sr. Cel. Conrado, os indígenas, sob a nossa guarda" (Silva Alfredo, 1929). No início de 1930, mais precisamente no dia 20 de janeiro, o encarregado do Posto Indígena do rio Gregório envia um ofício ao Inspetor Bento Martins, em Manaus, solicitando roupas para os índios. Nesse ofício o encarregado justifica o pedido de um número maior de peças devido à quantidade de índios reunidos no posto: "207 almas indígenas, sendo 66 homens, 56 mulheres e 85 crianças". Todavia, aquele não seria um bom ano para o Posto – pois se não bastassem as ações de "correrias" e os consecutivos raptos de mulheres indígenas, com a frente de colonização vieram também as doenças, outro fator determinante de redução da população nativa.

Sem remédios e sem ter como saber a causa das febres e mortes nos Kulina no posto do rio Gregório, o encarregado do Posto Indígena rio Gregório pede ajuda e remédios ao inspetor do SPI em Manaus. No ofício nº 17, de 16 de julho de 1930, o encarregado Alfredo comunica o falecimento de três crianças indígenas. No ofício nº 18, de 28 de julho de 1930, podemos conferir que passa o tempo e a situação não melhora. Dessa feita o encarregado comunica ao inspetor chefe do SPI, em Manaus, que "desconfiou que a febre era de caráter contagioso". Em função disso, resolveu isolar os doentes das outras pessoas, medida que estava surtindo efeito. Já no ofício nº 22 do dia 30 de agosto de 1930, o encarregado do Posto indígena do rio Gregório solicita remédios e avisa que morreram mais três crianças indígenas. Comunica também que apareceram dois casos de tuberculose e os doentes se encontram em estado alarmante. Entretanto, no dia 15 de setembro de 1930, no ofício nº 26, o encarregado comunica que o posto indígena foi visitado por muitos índios e que muitos acabaram ficando para morar: "elevando-se o número de 207 a 289 almas indígenas". Avisa também que "está sanado o estado epidêmico que estava grassando o posto".

Com certeza o ano de 1930 foi um ano muito difícil no qual muitos indígenas morreram. Assim, no relatório anual, expedido no dia 17 de novembro de 1930, o encarregado Alfredo faz uma descrição breve das ações desenvolvidas a cada mês. Ao descrever as ocorrências do mês de agosto, o encarregado ressalta o estado epidêmico:

> Este anno foi muito epidêmico, aparecendo muitas febres: morreram (5) cinco crianças e uma velha. A grippe derribou de uma só vez, (119) cento e dezenove índios. Graças a Deus, hoje todos escapos, trabalham com vigorosa saúde. Existem atualmente neste posto (229) duzentos e vinte e nove índios. Alimentam-se de macaxeira, banana e açúcar (gramixó); a quantidade de caça e peixe que há é quase nenhuma (Silva Alfredo, 1930 p. III).

Ao descrever as ações desenvolvidas no mês de setembro de 1930 o encarregado relata com detalhes uma viagem realizada ao rio Eiru. A viagem tinha como destino a residência do Sr. Cel. João Conrado, Delegado dos Índios daquela zona. Com o apoio do Cel. João Conrado o encarregado Alfredo teve oportunidade de percorrer todo o rio Eiru e afirmou que aquele seria o rio mais habitado pelos índios Curinas. Na ocasião o encarregado aproveitou também para executar os serviços de registros de nascimentos e recenseamento dos "aludidos selvícolas". Conseguiu registrar quase a totalidade das malocas, expediu cerca de vinte e oito registros de nascimentos ocorridos durante o período de 1929-1930. O serviço de recenseamento totalizou cento e oitenta e sete índios. Porém, o encarregado alerta que o número de Kulina na região é bem maior e "nunca inferior (150) cento e cinquenta índios". O encarregado constatou um grande número de indígenas ali existentes, cuja densidade maior se encontrava nas nascentes do igarapé Ajubim. Diante do exposto o encarregado sugere que seja construído um posto auxiliar naquele local ou imediações, pois o rio Eiru tem uma localização privilegiada entre os rios Tarauacá, Acuraua, Gregório e Juruá; e constitui um caminho bastante usado pelos índios civilizados que busquem contato com os Curinas (Silva Alfredo, 1930 pp. III-IV):

> A pezar da actividade e vigilância do proprietário do Eirú, de onde em onde vem se verificando factos condemnaveis entre os mesmos civilizados e índios, sendo estes por vezes victimas de explorações e logros por parte d'aquelles e até arrastados de suas malocas por grupos armados, como se deu com a presença agressiva de (3) três civilizados do Tarauacá em uma maloca, da qual condusiram alguns índios coagidos, já tendo o Delegado do local tomado enérgicas providencias sobre o que acabo de expor, com minha approvação.
> Outro facto: - Não menos detestável, occorreu em um agrupamento de tapirys de Curinas que em uma das suas periódicas pescarias em um igarapé affluente do Tarauacá, se viram ameaçados por numeroso bando armado de um dos siringaes dali, a abadonar seus acampamentos que foram encendiados e destroidos, um aviamento e mais petrechos que possuiam para beneficiamento de suas plantações e roças (Silva Alfredo, 1930, pp. IV-V).

A violência aos Kulina intensifica ao longo dos anos. Ao rapto de mulheres, se acentuam explorações de vários tipos, como: invasão de aldeias por grupos armados e incêndios criminosos de acampamentos de verão. Entretanto, começam as primeiras ondas de epidemias no Posto Indígena do rio Gregório, que deixa de ser um local de refúgio seguro para os Kulina.

Todavia, nesse momento quero ressaltar a resiliência histórica dos Kulina, pois os mesmos, quando contemplados por alguma política pública, guardam por vários anos, em sua memória, o nome das pessoas-funcionários estatais que fizeram valer seus

direitos. Mencionei a relação histórica e atual dos Kulina na TI Rio Ueré com as terras tradicionais citadas nos documentos históricos (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Porém, minha surpresa foi maior quando em uma conversa informal com os Kulina, durante a expedição no Alto Ueré, eles citaram de modo direto o inspetor Alfredo, do antigo SPI (que eles chamam de "primeira FUNAI"). O velho Equene (falecido, morou na TI Rio Ueré) conheceu o inspetor Alfredo (podemos calcular algo em torno do ano de 1930 ou antes). Segue a transcrição da conversa:

> [Cara] A onça levava o pajé para o céu. *Meme huaje* (Tradução: levava para o céu). Aí voltava de novo[88]. Hoje em dia pajé não sabe mais subir para o céu. Só sabe jogar feitiço nos outros. Meu primo, lá no Igarapé do Índio, ele cantava e de manhã ele ia embora, ele sumia, sumia. Ia lá no Baú, lá em cima, acima de Eirunepé, bebia caiçuma... e voltava de novo.
> [Cara] Naquele tempo a Kaxinawa casou com o filho do vovô Dsajo. Quirija, o nome dela. Ela era lá do Gregório. Morava para lá, fica perto seringal Belém. Aldeia antiga.
> [Cossaro] *Maitta oni bote* (Tradução: "antigamente falou o velho") Equene falou "Porto de Belém".
> [Cara] Primeiro FUNAI que chegou foi Alfredo. *Maittaccadsamacca* (Tradução: "antigamente"). Chegou na aldeia lá em cima, acima do Jari. *Huajitani* (muito longe). No Gregório tem muito Kaxinawa.
> [Cossaro] Seringal Cabo Verde e o igarapé era *Jidodo* (Ridodo). Nas cabeceiras do *Jidodo* ainda tem índio brabo (Cossaro e Cara. Tapiri Alto Ueré, 28 de maio de 2022)

O sistema de expropriação de bens e exploração continuou nos anos seguintes e não se restringia apenas à população indígena. Nesse sentido é de importância salutar apresentarmos trechos da carta ao Ministro João Alberto, escrita por Carlos Eugenio Chauvin, Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios do Estado do Amazonas e Território do Acre (Manaus, 02 de abril de 1940), na qual reclama da forma como agem as casas comerciais e relata a situação de exploração no rio Juruá:

> Existia nas proximidades da confluência do rio Moa com o rio Juruá um proprietário de pequeno seringal que compreendendo que lhe seria possível produzir por preços muitíssimos mais cômodos as mercadorias de primeira necessidade, sem prejudicar as safras de borracha, caiu na maneira de plantar e de fazer farinha. Foi o bastante para cair no livro negro do aviador e não tardou muito e se viu provado da posse de todos os seus bens, penhorados, vendidos, destruídos por uma canoa judiciária da comarca de São Felipe que

[88] Pollock relaciona a onça como o selvagem por excelência, o carnívoro que come os pajés e as almas que não têm bom destino; o ser solitário e a-social; o grande *tocorime* (Pollock, 1985, p. 61, 106). Por outro lado, os Kulina também me contam que é o *tocorime*-onça que lambe o pajé iniciado e "completa suas pedras" (certifica o fim da formação xamânica). É o *tocorime*-onça que leva o pajé para o céu (*meme*) nas suas costas, nas grandes viagens xamânicas.

> ali veio por conta e risco da casa aviadora. O comércio de Belém não poderia admitir que um pequeno seringueiro do Alto Juruá desse o péssimo exemplo de fabricar farinha para o seu consumo, quando os navios daquela praça para ali conduziam aquele artigo ao cômodo preço de 150$000 o alqueire! (Chauvin, 1940 p. 03-04).

Nessa carta o inspetor Carlos Eugenio Chauvin mostra como o sistema de aviamento era implacável: funcionava a partir das relações estabelecidas com as casas de comércio de Belém e Manaus até o controle e apropriação de terras, bens e pessoas no rio Juruá. Em São Felipe (atual Eirunepé) as pessoas eram proibidas de plantar mandioca, de fazer farinha para que comprassem a farinha nos navios dos comércios de Belém[89].

Para finalizar essa excursão sobre os registros históricos do SPI, apresento agora uma carta enviada ao Diretor da Inspetoria dos Índios no Amazonas, escrita a próprio punho por Julio de Sousa, em 22 de março de 1941, desde o rio Xibaua. Na referida carta, transcrita a seguir, temos informações mais recentes sobre a situação dos Kulina da região de Carauari, mesmo município onde se localiza o rio Ueré:

> Venho por meio deste sucinto relatório, levar a conhecimento de V.Sa. o que se vai passando no rio Chiruan, afluente de margem direita do rio Juruá. Ali Ilmo. Sr. existem três tribos de índios, denominados "Colinas", "Canamarys" e Jamamadys, os quais se mostram em completo abandono, sem ciência, creio, de V. Sra., e sabendo que V. Sra. vem providenciando no sentido de proteger os pobres selvícolas, é que animado das melhores intenções, peço vênia, para sugerir-lhe medidas que aceitas por V. Sra. possam amenizar a situação destes nossos patrícios abandonados ao léu da sorte: 1º a construção de um posto, que deve ser localizado em "Xibaua", rio Juruá, município de Carauary, que distam apenas oito horas em canoa a foz do Chiruan, com a criação do referido posto, é certo que evita-se explorações indevidas, perseguições, e outros males que possam surgir: 2ª a nomeação de um encarregado ou coisa que o valha, ser o melhor juízo de V. Sra. : 3ª nestas condições como conhecedor do local, e residindo ali muitos anos me proponho para tal lugar, se convier a V. Sra. a respeito do seu modo de proceder, pode V. Sra. proceder as devidas averiguações.
> Apresento a V. Sra. os meus súbitos respeitos (Sousa Julio, 1941).

Esta série de registros históricos apresentam a situação dos Kulina e como as frentes colonizadoras foram contundentes com esse povo. É extremamente necessário considerarmos a situação geral dos índios da região do Juruá, de modo específico a situação dos Kulina (Curinas). Segundo o ajudante de inspetor Dagoberto Silva (1912) os mesmos não habitavam lugar certo, pois viviam em fuga constante da interação com

[89] A região de Eirunepé (São Felipe) é reconhecida nos documentos históricos e na memória oral como terra tradicional Kulina.

seringueiros e caucheiros. A estratégia recorrente dos Kulina passou a ser o refúgio em pequenos igarapés e rios, pouco conhecidos e com baixa ocorrência de seringa e caucho. Não é à toa que os Kulina, ainda hoje, falam dos seus constantes deslocamentos entre o Alto, Médio e Baixo Juruá.

Os Kulina sofriam por parte dos donos dos seringais uma série de violências: expulsão de suas terras tradicionais, escravidão, exploração da mão de obra, e rapto de mulheres. É notória a preocupação do auxiliar Torquato Faria e Sousa, do SPI, no ano de 1928, com os índios Kulina na região de Carauari. Naquela época o auxiliar de inspetor apontava com veemência para a necessidade urgente de demarcar uma terra para que os índios pudessem viver com tranquilidade: "morar e trabalhar sem medo de serem expulsos". Constata-se também, através da carta de Júlio Sousa (1941), a presença Kulina no Baixo Juruá[90], na região do município de Carauari: que inclui o rio Xeruã, Marari e Chibaua (cerca de mil índios Kulina teriam sido catequizados e pacificados na região). Conforme informado, a atual TI Rio Ueré está nessa mesma região descrita nos registros do órgão indigenista como de ocupação dos Kulina.

2.4. Outros registros do século XX sobre a presença dos Kulina em todo o curso do Rio Juruá

No *Handbook of South American Indians* – HSAI –, na seção correspondente às tribos da região Juruá-Purus – Alfred Métraux (1948) afirma que as tribos da região eram numerosas. Porém, o impacto da civilização durante o *boom* da borracha no século XIX, facilitado pelos volumosos fluxos de água dos rios amazônicos, deixou a população nativa dizimada e "amplamente assimilada". Muitas cidades surgiram nas cabeceiras dos rios Juruá e Purus que tinham, em 1920, uma população civilizada de cerca de 92.000 habitantes. Porém, estima-se que a população indígena de toda a área de Juruá-Purus não exceda 10.000, em 1948. Há um desconhecimento dos povos indígenas dessa região, pois a maioria dos primeiros relatos de viagens e explorações das bacias do Purus e do Juruá datam da segunda metade do século XIX e contém apenas informações fragmentárias sobre os índios (Métraux, 1948, p. 658).

[90] Novamente a região de Carauari, onde está localizada a TI Rio Ueré, aparece como Baixo Juruá respeitando a classificação do texto histórico.

Ao apresentar as tribos da região do Juruá-Purus, Métraux fez uma sistematização rigorosa dos registros sobre os Kulina, situados em dois grupos, o primeiro no médio/baixo Juruá, e segundo no médio/alto Juruá:

> A tribo Culino (Kulina, Kulino, Kolina, Kollina ou Kurina) - Os índios Culino são uma das tribos mais importantes do subgrupo Arauá (lat. 7° S., long. 68°, 69° W.; lat. 8°-9° S., long. 71º -72º W.). Eles se dividem em dois grupos separados pelos Yamamadi, mas falam dialetos intimamente relacionados.
> O primeiro grupo Culino é constituído pelos Culina (Colina), espalhados na margem direita do Rio Juruá ao longo do Rio Marary e no curso superior do Rio Tapauá. Eles estão intimamente ligados aos Arauá[91].
> O segundo grupo, muito maior, inclui os numerosos grupos de irmãos ou "sibs" Culina ou Curina que vivem entre os rios Eru e Gregório. Nos últimos anos, os Culina expulsaram os índios Parawa para a outra margem do rio Juruá e se estabeleceram próximo à foz do rio Gregório. Seu antigo habitat provavelmente estava localizado entre os rios Emvira e Tarauaca, na margem esquerda do rio Muru (Tastevin, 1925, p. 416).
> Os Curia do alto rio Muru e Envira, os Curiana do rio Paraná do Ouro, os Culiña ou Karunawa do rio Santa Rosa pertencem à mesma tribo. Nos últimos anos, esses grupos parecem ter migrado para o norte e unido forças com seus parentes do alto rio Eru. Existem também alguns grupos Culina no rio Purus.
> Os Culinos se autodenominam Madihá (povo) e cada uma de suas unidades políticas recebe o nome de um animal e às vezes uma planta seguida da palavra madiha (por exemplo, Sinamamadiha, "O povo da cutia"; Camanui-madiha, "Índios Paca" etc.). Os índios Cashinawa chamam os Culina de Pishinawa, "Os fedorentos" ou Chapunawa, "Os podres" (Métraux, 1948, 660-661)[92].

Podemos ver a relação histórica e atual dos Kulina com povos do mesmo tronco linguístico (Arawá): os Yamamadi (conhecidos atualmente como povo Deni[93]) e com o povo Arauá, que deu nome à família linguística (atualmente considerado povo extinto). O registro assinala a autodenominação Madija (Madiha) bem como o uso dos subgrupos *madija* (*madiha*) como critério de identificação de "tipos de gente". Métraux fez uma sistematização da forma de organização social e política dos povos indígenas dos rios Juruá-Purus. E concluiu que a unidade social, em toda região, parece ter sido a família extensa, que vive em um assentamento isolado sob a liderança de um homem idoso. Existiriam também grandes grupos sociais geralmente com nomes de animais ou planta,

[91] "A tribo Arauá, no baixo rio Cheruan (Xeruã) e lago Jahiruan, na margem esquerda do Rio Juruá e no Igarapé Chiué (margem direita do Rio Juruá). (Lat. 7º S., long. 68º W.) Em 1877, esta tribo foi totalmente destruída por uma epidemia de sarampo" (Métraux, 1948, 660-661).
[92] Tradução minha.
[93] Atualmente a região do rio Xeruã compreende a TI Deni. A terra tradicional é compartilhada por Deni e Kulina. As pessoas da TI Rio Ueré mantêm relações de parentesco, alianças matrimoniais e trocas diversas (desde participação em assembleias à participação em torneios de futebol) com os Deni no rio Xeruã.

que atribuíam uma peculiaridade moral ou física. Era possível encontrar esses grupos entre povos de língua Pano, e entre os Paumari e os Kulina (Métraux, 1948, p. 675)[94].

Todas as tribos dos rios Juruá e Purus praticavam agricultura, mas a importância das safras agrícolas na dieta desses povos variava de acordo com o terreno habitado. Os índios extraíam da floresta produtos para seu sustento, como: bacaba (*Oenocarpus* sp.), sorva (*Couma utilis*), massaranduba (*Mimusops excelsa*), jacy, murumuru, uricuri (*Attalea excelsa*), cacau selvagem, castanha-do-Brasil e os palmitos de várias espécies de palmeiras. E cultivavam em grau variável: mandioca (quase exclusivamente a doce), milho, feijão, banana, amendoim, batata-doce, abóbora, taia, cara, abacaxi, pupunha (*Guilielma speciosa*), mamão, cana-de-açúcar, tabaco, algodão, pimenta, timbó, junco para flechas, e coentro para condimento (Métraux, 1948, p. 664).

A compilação de informações feitas por Métraux (1948) tem como base principal os registros etnográficos realizados por Tastevin em 1920. Nesse sentido, reforça a existência de dois grandes grupos Kulina na região Juruá-Purus: no Médio / Baixo curso do rio Juruá, os Colina (Kulina) que ocupavam a sua margem direita, na região do rio Xeruã, do rio Marari e a região de Carauari (atravessando por terra ocupavam também a região do alto Tapauá-afluente do rio Purus); e no alto / médio curso do rio Juruá, o segundo grupo Curina ou Madija (Kulina), que vivia entre os rios Eiru e Gregório, e se movimentava também pelos rios Envira, Muru e Tarauacá.

Nessa descrição percebemos novamente a exposição das terras tradicionais: margem direita do rio Juruá; rio Gregório; rio Tarauacá (Acuraua); rio Envira; rio Eiru; rio Tapauá; rio Purus; e toda a região do rio Xeruã ao rio Marari. A TI Rio Ueré está na grande região dos rios Xeruã e Tapauá (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

Traços da organização social Kulina, apontada por Métraux, podemos encontrar nos Kulina atuais da TI Rio Ueré: os subgrupos (no caso do Ueré, a tendência a predominância do subgrupo *dsomaji madija*) e a família extensa marcada por assentamentos isolados sob a liderança de um homem idoso (no caso Ado; seus filhos, filhas e cunhados). Observaremos mais adiante como os subgrupos *madija* são utilizados atualmente como critério de identificação, organização e distribuição política dos

[94] Traços da organização social Kulina apontada por Métraux podemos encontrar nos Kulina atuais da TI Rio Ueré: os subgrupos (no caso do Ueré, a tendência a identificação como *dsomaji madija*) e a família extensa marcada com assentamento isolado sob a liderança de um homem idoso (no caso Ado e seus filhos, filhas, irmãs, cunhados e genros).

territórios e dos recursos. Cada unidade social *madija* tem seu ideal endogâmico (costuma casar entre si) e ocupa um território determinado (geralmente um igarapé ou rio tributário do rio principal).

Vários anos depois Eduardo Viveiros de Castro (1978) empreendeu uma viagem ao Alto Purus para desenvolver uma pesquisa junto aos Kulina nas aldeias Maronaua e Santo Amaro, no estado do Acre. O objetivo do trabalho era fornecer subsídios à FUNAI para a implantação de um Projeto de Desenvolvimento Comunitário junto à população Kulina. O pesquisador fez um levantamento histórico das terras tradicionais Kulina a partir de Chandless, Tastevin e outros viajantes da região. E concluiu que havia duas lógicas ou dois movimentos que marcaram os primeiros contatos dos Kulina com as frentes de expansão:

> Assim, dois movimentos – duas lógicas – parecem se suceder no tempo, desde os primeiros contatos Kulina com as frentes de expansão. Num primeiro momento, tem-se a fuga para as cabeceiras dos rios, a entrada para os "centros", e para áreas onde não havia seringueiras – trata-se aqui de escapar às "correrias" do final do século passado. Em seguida, a lógica que preside os deslocamentos é a do engajamento na empresa seringalista – vai-se para onde "há serviço", aonde os preços das mercadorias são menores e os patrões "melhores" (Viveiros de Castro, 1978, p. 16).

Quando Viveiros de Castro (1978) questionou os Kulina, no Alto Purus, sobre sua proveniência e terras tradicionais, os mesmos afirmaram que habitavam os altos cursos dos rios Juruá e Purus, e informaram também que existia Kulina que vieram do rio Solimões, inclusive falaram da existência de aldeias na região (1978, p. 02).

O pesquisador alertou que a frente de expansão agropecuária ameaçava os povos indígenas do Acre desde 1970. E concluiu que os grandes projetos de grupos econômicos destruíam não apenas a empresa seringalista tradicional, mas promoviam grilagem de terras; e expulsavam "barranqueiros" e seringueiros. Índios, seringueiros e posseiros se transformaram em peões que trabalhavam desmatando a floresta para implantação das fazendas de gado (Viveiros de Castro, 1978, p. 11). Porém, a principal característica da frente de expansão agropecuária é a transformação da relação com a território:

> [...] a terra passa a mercadoria, passa a ser renda capitalizada, e se define como território contínuo, fechado e homogêneo. A especulação fundiária, que vem caracterizando a ocupação da Amazônia pelos grandes grupos econômicos a partir da década de 1970, é um processo que transforma a terra (mesmo sem que esteja produzindo) em mercadoria: os grandes desmatamentos e serviços de instalação de fazendas implicam, por seu lado, na expulsão de mão de obra

> ou na transformação de uma parte desta em peões sem nenhuma vinculação com a terra (Viveiros de Castro, 1978, p. 11).

Diante dessa realidade o pesquisador aponta como indispensável a necessidade urgente da FUNAI em demarcar as terras indígenas. E ressalta que somente a definição de terras indigenas, reconhecidos legalmente, irão permitir que os grupos indígenas possam enfrentar essa nova condição de existência, caso contrário os as populações indígenas correm o risco de desaparecerem definitivamente (Viveiros de Castro, 1978, p. 12).

Os registros históricos apresentados até aqui apontam para uma concentração histórica dos Kulina em todo o rio Juruá. Além disso, constatamos que há registros da presença Kulina no Alto Purus e na confluência do Juruá com o rio Solimões (Viveiros de Castro, 1978). Esses registros respaldam a ampla dispersão atual dos Kulina nos rios: Juruá, Purus, Solimões e Jutaí. Revelam por outro lado o domínio que os Kulina possuem de suas terras tradicionais. Um conhecimento que é adquirido, não apenas através dos relatos orais, mas das constantes viagens[95].

2.5. A mobilidade territorial dos Kulina e as práticas de secessão

Conforme visto nos dados apresentados até aqui, a mobilidade é característica marcante dos Kulina: uma pessoa é capaz de se deslocar por vários anos em uma viagem que pode iniciar na Foz do rio Juruá e alcançar o Alto Purus. Nesse sentido, chama atenção a mobilidade dos rapazes que costumam viajar por várias terras tradicionais Kulina antes de contraírem matrimonio. Essas viagens integram a formação dos rapazes, não apenas porque são fonte de conhecimento do mundo dos brancos (os rapazes costumam trabalhar nos barcos regionais ou em balsas), mas porque favorecem o conhecimento das terras tradicionais. As viagens dos rapazes também promovem alianças entre parentelas de diferentes terras. Ao contrair matrimonio os rapazes permanecem em terras tradicionais distantes de sua terra natal (a residência Kulina é uxorilocal), isso faz das aldeias Kulina locais em formação constante de pessoas aparentadas. Por sua vez, os Kulina sempre mantem relação com os parentes e as terras tradicionais de onde são originários, por isso

[95] Na minha tese (Amorim, 2019) analisei as constantes viagens dos Kulina para visitar os parentes vivos, devolver o *manaco* e o cuidado com as terras tradicionais.

é sempre necessário viajar (algo que foi acentuado também pelos procuradores na Recomendação Legal nº 09/2022).

O depoimento de Cara Kulina, que tem 65 anos, é um exemplo significativo da mobilidade em função da inserção no mercado regional do extrativismo e da ocupação tradicional no rio Ueré. Nesse depoimento verificamos como Cara Kulina trabalhava na extração de seringa e sorva na região do rio Tefé e rio Cancho, áreas agora incluídas na proposta de demarcação.

> [Cara] Eu cortei seringa no Igarapé do Índio. Cortei seringa. Tirei sorva, matava ariranha para tirar o couro, onça, couro de queixada, de veado e tudo. Igarapé do Índio, Monte Gurgueia, em Itamarati. Aqui também cortei seringa lá no lago Cerrado, na várzea, ali para baixo. O patrão era o finado José Camelo. Eu trabalhava com ele.
> Aí voltei de novo pra cá e cortei seringa aí para cima, aqui no Ueré. Quando eu cortava seringa eu morava ainda lá na Aldeia Velha. Cortava seringa eu, tio Manoel (Manoelzinho), o Pedro (Cossaro)...
> Agora dava pra cortar de novo porque tá doze reais o quilo da borracha. Tem muita seringa aqui pra cá. Pra cá tem madeira de lei, cedro, andiroba... Por isso que a gente não quer que o pessoal tirar madeira. Se deixar o pessoal tirar já tinha acabado já.
> Eu **cortei sorva também lá para dentro do rio Tefé,** sorva boa, dava uma lata de leite. Cava o buraco (no chão perto do tronco da árvore) mela tudo de leite aí o cara sobe riscando, cortando em anel, dava uma lata de leite (lata de querosene antiga, 18 litros). Quando é ruim dá pouco. Eu subia no cabo até alcançar o galho de sorva lá em cima. A gente também aproveitava e comia frutos (da sorva). Colocava cabo, ficava amarrado assim e só rodando até lá em cima. Usava a rasqueta (faca) grande para cortar seringa. Depois que passava uma semana, duas semanas voltava de novo na mesma árvore pra sangrar de novo. Corta umas três vezes aí deixa. Agora tá viva de novo. Tem umas que morrem (árvores). Mesmo jeito é seringa se cortar muito, tudo...
> Aí para baixo, Vai-quem-quer cortamos sorva lá também, trabalhamos com o Zé Rufino. Lá embaixo (Baixo Juruá) tem sorvinha é dentro do baixo, dá no baixo. Sorvinha tem uma casca grossa que dá três dedos de largura, dá muito leite.
> Depois que seringa não deu mais dinheiro trabalhei vendendo peixe liso e depois trabalhei na saúde (Agente Indígena de Saúde). Comecei em 2001. Trabalhei por 17 anos aí saí. Quando começou a saúde com UNI-Tefé aí eu ia para Tefé fazer curso de medicina tradicional. Fazia curso com os Médicos Sem Fronteiras. Aprendi muito, fazia curso lá no Marajaí (aldeia) (aldeia Matatibem, 15 maio 2022).

Esse depoimento de Cara Kulina, do seu trabalho extraindo seringa e sorva, traz elementos de história de vida pessoal e de todo o povo Kulina que habita a TI Rio Ueré. E nos confirma que a região do rio Tefé é terra tradicional Kulina. Dessa maneira, os Kulina solicitam reconhecimento oficial desse direito.

Essa movimentação dos Kulina por outros motivos e com outras consequências está bem representada na história contada por Siho (casa 28) durante a expedição no Alto Ueré (de 27 a 30 de maio de 2022). Ela nos contou como era a vida na aldeia Piau e como foi o retorno à TI Rio Ueré, pois Siho morou na Aldeia Velha logo após o casamento com Ropi (inclusive o seu filho Janoha-Goiano nasceu na TI Rio Ueré, em 1986/1988). Na história da família da Siho podemos perceber a mobilidade Kulina pelas terras tradicionais; as viagens dos rapazes; as novas alianças matrimoniais pautadas em relações antigas; e também vemos como a vida não é compartimentalizada. Quer dizer, em um único relato podemos perceber as transformações culturais ou as estratégias que os Kulina criam para viver à margem das políticas públicas. Tudo isso está retratado na forma como os filhos de Siho, Janoha-Goiano e Raimundo, aprenderam com os missionários do Summer Institute of Linguistics-SIL[96] (o "pastor Joaquim" que morou por muito tempo na aldeia Piau) a serem missionários-pastores-obreiros e noções de informática (sabem digitar usando computador). Notaremos como essa intervenção faz diferença e permite que Janoha e Raimundo "continuem a missão" na atual Igreja Assembleia de Deus que existe na aldeia Matatibem.

Siho começou me contando com graça como as mulheres da aldeia Piau corriam dos aviões e helicópteros que pousavam no campo de pouso dos pastores do SIL. A fuga de mulheres e crianças era maior quando suspeitavam que os aviões trariam equipes de saúde com vacinas. Siho recordou uma vez que ela ficou com medo, pois receava que fosse um avião de guerra, e fugiu para a cozinha. Então lembrou de como são bonitas e grandes as cozinhas da aldeia Piau: "não são de caranai, não são de oricuri! As cozinhas são cobertas com palhas de *nara* (palmeira jaci). Eles tiram e tecem muitas palhas da palmeira jaci". Entretanto, agora Siho mora em Matatibem com esposo, filhos e netos:

> [Siho] Jidapana Matatibem tobicajajode, Amohua. Nemaneracade odsa jadahuibote quenerinacade. Occanijana tobicajarode campodsa. Inebomanadsaja, nedsana inebomana.
> Nedsape ojacama toccadsani: "Ami ticcaniji!" "Neppe, nani occanidsa. Dsidsitiquejeranipe omadini tohui, nedsa onocco dsedsetiquenanipe occanini tohui nade". Neraha Raimundo (outro filho da Siho) toccamacossani jarode ajeajede. Toccamacossadsa Piaudsa baccotanijaro: "ami titohuideja occamacossanijaro". Ohuape: "coaje Goiano?" "Goianopa Carauaridsa iccade. Ohuati nadeja pohuadsa occojatani ohuationadeja dsedsetani nitideja". Tihidemanarana dsedsepe jicarahui nadeja. Ato nidsa occanijarode. Najaro Ropi janaranaraha. Pina qquinaniccana ojaccama Goiano huittahuiquenati

[96] Organização norte-americana que tem como objetivo principal o estudo das línguas indígenas visando a tradução da Bíblia.

jahuitiranira. Goiano janajaradejaque. “Ropi, jina qquinanina!” Nadsapa Raimondo otohui ccacca baquinijari. “Ami tedsoqquenipe”. Odsoqquerana dsama huajitani.
Occa nahui occadeni finado Dsoaqui alemão, querete, americano. Najarona Piau aldeiadsa cacahuade, Dsoquim, americano, dsoqquehui. Pocca odsa, odsa toccahuittacossa nade Piaucca. Dsoqquehui, bedimeni Helia liga liga nanajona nade Goianodsa. Nahui huaje Helia huaje mappa tojajari pina Deus huatti ppade computadordsa. Maittacca Mato (Mato Grosso) toccahui nade, nahui huaje. nahui huaje toccahui nitide Mato Grosso huaje. Eri bedi, Ijani, Amoneje bedeni Deia quenajaro. Ponipe jadani toccanijaro tattini moppo, Eri. Eri, poni onini, bedi Ijani, bedeni Deia. nani ajicca pani Mato Grosso madijaro. Nadsa occanidsa nahui omadidsa Dsoaquim jama najari: “Siho, ticcanini tohui neraha?” Ohuape: “Jehe, Dsoaquim occanini tohui”, onajaro. Nedsa, ohua naqui occamacossedsa neraha pohua naco. Dsoaqui casohuarijari nahuidsa. Accodsa, Piaudsa, americano. Pina ajamajari ohuadsa: “Jehe Siho, iquedanitiha, pina Carauari jicadana pina aviaodsa icada bacco, pina Goainocca passagem pagaonejica ppaninana obija acode, computadordsa ppade, pohuapa”.
Pohuapa nahuatotahui Goiano, pohua naco, computador ppappanana nejaha Dsoaquim americano obija acotadsa najaro. Mapa tedseje. “Nadsa, Jehe, Dsoaquim equedani tohui Carauari huaje aviaodsa onajaro”. Pilotodsa huattionani tohui. Piloto onini Marcio, najaridsa huattinani tohui Marciodsa. Nedsa: “jehe onedsa. Jehe ticca ccana omadini ohua naqui”.
Ajidsa omadini ccani occaodsadsa nadsa. Tatti Ipixuna huaje oqquedsa naraha onattipa Dsoaquim comatajaji. Comattadsa avião nahuidsa ccassona. Eri paji toedanijaro. Nedsa ohua aji tattini occanina, ejedenideni ani, idi Dsoaquim toccanideja. Tattini moppo. Occadsamadsana odsoqquenina nadeja, pohuapa pocca dsama huaje. Nedsa nahuidsa Goiano, Raimundo Dsoaquim natti baccotajarode. Nani obodi ohuatinani: occanina, Dsoaquim toccanihui pajimaonani.
Omadi nacadeja Dsoaquim americano pohuapa deus huatti mari mari inajari iadsa. Ajama ajama najari pastor bedi. Pohuapa americano nahuatotajaro. Madija comatahui curanahui. Badsima curana jicajari Dsoaquim. Nedsa occanina naja toccanihui jari Neria ia naqui, Raimundo. Nidsa jahuijani ajidsa bacco ineraha pina três anos raha, finado dsoaquim Goiano liga najonajaro.
Neraha nanidsa naco dsedsede jicajarode Piaudsa. Cachaça dsehui nahuidsa comani amoneje naco niqui niquicanani tohui. Maqquideje naco dama damacamaipe. Maittadsama madija dsoqquehui nade (Tapiri Alto Ueré, 29 de maio de 2022).

[Tradução]
[Siho] Eu tinha uma casa bonita feita de zinco e tábua que o prefeito me deu, lá no Piau, próximo ao campo de pouso. Eu deixei lá quando voltei para morar no Matatibem. Pode ser que agora minha casa não exista mais. Goiano também tinha uma casa bonita. Agora eu moro na aldeia Matatibem, Amohua[97] (Genoveva).
Eu vim porque meu filho (Janoha-Goiano) disse: “mamãe, venha embora!” Eu respondi: “meu filho acho que eu vou embora. Eu já não te vejo[98]”. E foi assim que o Raimundo (outro filho de Siho) chegou lá na aldeia Piau e falou: “mamãe eu subi (o rio Juruá). Eu vim para te pegar (levar)”. Eu perguntei:

[97] Amohua é o nome que os Kulina me deram em 1996 e que permanece até hoje. Muitos não sabem meu nome em português. Com este nome, Amohua, acabei ficando conhecida por outros povos indígenas na região do Baixo Juruá (por exemplo, para os Katukina no rio Biá-Jutaí-AM, também sou Amohua).
[98] Ou tradução literal: “Se vocês forem vai ficar tudo escuro, os meus olhos não verão mais vocês”

> "cadê Goiano?" Ele respondeu: "O Goiano ficou em Carauari, ele quer te ver. Ele disse pra vir te pegar".
> Mas o Ropi não queria vir. Eu tive que convencer o Ropi para vir morar de novo aqui com os nossos filhos. Meu filho falou: "mamãe, você vai morrer aqui sozinha". Eu pensei que iria morrer longe dos meus filhos.
> Eu vim embora depois que o finado Dsoaqui (Joaquim) alemão, crente, americano (pastor do SIL) foi embora do Piau.
> Dsoaqui foi embora com a família e deixou a casa deles. Ele morreu depois que foi embora. A esposa dele, Hélia, ligou para avisar ao Goaino. Eles foram embora para o Mato Grosso. Foram embora com os filhos, todos foram para o Mato Grosso. A Hélia já estava ficando velha, estava com os cabelos brancos. Antes de ir embora Joaquim falou para mim: "Siho, você vai embora?" Eu respondi: "Sim Joaquim, eu vou embora!" Então ele falou que também iria embora. Depois ele falou para mim: "Sim, você vai embora. Depois que você chegar em Carauari, eu vou pagar passagem de avião para Goiano vir trabalhar comigo, no computador. Quero que ele digite coisas para mim".
> Meu filho Goaino é muito sabido em computador. Meu filho aprendeu com Joaquim a digitalizar. Joaquim tinha braços cansados. Mapa Kulina também o ajudava a digitar. Então Goiano respondeu para Joaquim que ele poderia mandar o avião pegá-lo em Carauari que ele iria. O nome do piloto era Márcio. Eu ainda estava lá, no Ipixuna, quando Joaquim ficou sabendo que estava muito doente. Quando ele foi embora ele já tinha cabelos brancos, parecia um velho. Ele disse que iria morrer na terra dele. Já que ele foi embora, eu também resolvi vir embora com meus filhos Goiano e Raimundo.
> Quando eu morava no Piau eu aprendi (eu peguei) com o pastor americano Joaquim tudo, todas as falas de deus. Ele era um americano muito sabido. Ele curava Madija. Então eu vim embora com o meu filho Raimundo.
> Três anos depois que eu cheguei aqui o finado Joaquim ligou para Goiano voltar para trabalhar no computador, porque eles estavam com os braços cansados, mas Goiano não foi, não escutou o chamado.
> Antes não havia pessoas bebendo cachaça na aldeia Piau. Agora os homens e mulheres bebem e as pessoas estão morrendo de suicídio. Outro dia morreu Madija, avisaram por telefone.

Siho continuou falando do pastor Joaquim, o "americano" (missionário do SIL). Contou que a família mandou foto do velório e da sepultura ("de cimento"). Um mês depois da morte de Joaquim, a esposa Hélia (Neria) avisou o ocorrido através do celular de Janoha-Goiano. Siho disse que ficou muito triste, pois era como se fosse a morte de seu pai ("*obodi huatinani, pina occa abi, huati huanatani*"). Porém, ressalta que: "agora nós seguramos com a mão (*mari mari*) a fala de deus (deus *huattidsa*). Agora nós temos bíblias escritas em língua Madija (*Madijacca biblia naqui jicajerani*)". E falou que o pastor Joaquim tinha muitas bíblias escritas em Madija: "Joaquim deu a primeira gravata ao Goiano e o ensinou a dar nó de gravata". Siho falou que tem dois filhos obreiros-pastores: Raimundo e Goiano (*paja, pama quenajari. Ojacama obrero pamahui*)[99]. O

[99] São obreiros da Igreja Assembleia de Deus na aldeia Matatibem: Franceone, Janoha-Goiano e Raimundo (Obreiro *pohuapa* Thor, Goiano, Raimundo).

final da fala da Siho é um pedido de socorro e traz as interpretações que os Kulina fazem para entender as mazelas atuais: o processo acentuado de alcoolização nas aldeias que provoca aumento de mortes por suicídio, homicídios e afogamentos.

> [Siho] Agora que começaram isso. Antes quando tinha o finado Mappo, Luizinho, os Madija não morriam, quando ele era tuxaua, o pai da Neca. Ele era primo do meu marido. Ele sabia falar, dar conselhos. Na madrugada, bem cedo ele falava com os Madija, ele fazia reunião (*occa Madijadeni tiadenidsa huatti najaro reuniãodsa. Aji ocattoma najaro tiadenidsa huati huatinana najaronedsa odsoqquedsape onatina iara*).

Nos últimos anos Siho morava na aldeia Piau (TI Médio Juruá, município de Ipixuna). Ela retornou a TI Rio Ueré quando seus filhos Janoha-Goiano e Raimundo contraíram matrimonio na aldeia Matatibem, após realizarem uma viagem de descida do rio Juruá para visitar parentes. Na Segunda Parte desse relatório observaremos que Siho nasceu na região do rio Xeruã (TI Deni, aldeia Resemã), depois a família morou no Igarapé do Índio, na aldeia Juruapuca (atualmente RESEX Baixo Juruá), e na Aldeia Velha (TI Rio Ueré). A família da Siho é reconhecida como família de pajés. Quem ver Siho com um riso largo e leve; e sempre disposta a ajudar, não imagina que ela carrega tragédias: o tio foi assassinado em Carauari (por volta dos anos ‘80) e seu pai Salvador foi assassinado em 1998, na aldeia Cumaru (TI Kumaru).

Diante de todo o exposto constatamos não apenas o alto grau de mobilidade Kulina desde tempos imemoriais, mas também como a mobilidade e os deslocamentos foram turbinados pela violência das frentes de contato. Vimos como a partir de 1860 se intensificou o processo de invasão do Juruá pelas frentes de expansão da borracha e do caucho (uma frente exploratória que descia da Bolívia e outra frente que subia a partir dos territórios brasileiros); por outro lado vimos como os Kulina desenvolveram estratégias diversas para seguirem existindo. Ouso dizer que, devido ao fato da TI Rio Ueré estar localizada em uma região estratégica (Médio Juruá), os Kulina no Ueré são um pouco a síntese dos dois grandes grupos Kulina na região Juruá-Purus (definidos por Chandless e Tastevin). Podemos ver no mapa “Origem e vínculos com outros territórios” que as relações dos Kulina no rio Ueré são amplas, variadas e se estendem por todos as terras tradicionais. Os Kulina no Ueré mantêm relação com o primeiro grupo de Kulina que habitam a região do Médio / Baixo Juruá, incluindo os rios Xeruã, rio Marari, Alto Tapauá, e com o segundo grupo de Kulina do Médio / Alto Juruá, que vivem nos rios Eiru, Gregório, Acuraua, Envira, Muru e Tarauacá.

Percebe-se a **mobilidade como prática de secessão**: um aspecto marcante da cultura Kulina – na qual a forma de ocupação do território tem intrínseca relação com o feitiço que é compreendido como um fator determinante da dispersão. Por outro lado, as violências sofridas pelos Kulina são aspectos propulsores de conflitos internos e externos, fato que torna imperativo a necessidade de regularização do território como meio de viabilizar a reprodução física e cultural desse povo.

2.6. Terras tradicionais com os quais os Kulina que habitam a TI Rio Ueré mantêm relação de parentesco, aliança ou naturalidade (legenda do Mapa temático 2: Origem e vínculos com outros territórios)

1. TI Deni, rio Xeruã: há interações e alianças diversas entre Deni e Kulina. Nascimentos, casamentos, trocas ritualísticas, conflitos xamânicos, torneiros de futebol e participação em assembleias; são pontos constantes e continuados que marcam a relação histórica. Nasceram na aldeia Resemã: Siho (casa 28), Sedsa (casa 16) e Jassica (casa 27, local onde vivem atualmente seus pais).
   Na aldeia Terra Nova (TI Deni) moram os primos de Siho (filhos da Mahuadsi, irmã de sua mãe Mazia). Comino, irmão de Siho, mora na aldeia Morada Nova (TI Deni). Em 1983 o pessoal do Chico Cidade morava na aldeia Mutum, igarapé do Parum, no rio Xeruã (Altmann, et al., 1983)
2. Lago da Restauração ou Retração: seringal Restauração de Luiz Domingos (pai João Domingos). Local onde morou Ado e Maria Dsohe (recém-casados). Nasceram no local: Cara (casa 9); Iraci (casa 15); e Caido (esposo falecido de Siteri-casa 25).
3. Porto Rico, igarapé acima de Ipixuna-AM: terra natal de Omaco-Chico Cidade, liderança *bijo madija*-tucano araçari *madija* (pai de Acora-Edmundo).
4. Aldeia Batedor (RESEX rio Jutaí) localizada no rio Jutaí. Na aldeia Batedor moram: Nodiha filho de Jore, sobrinho de Maria Miranda (casa 36) e Iponi (casa 34), e filho adotivo de Rodsa (casa 22). Moram também: o filho de Corima, sobrinho de Cara (casa 9); a Nocco ex-esposa de Dahora (casa 30); e a Roselina filha de Sipocahi e Tete (casa 23).
5. Boca do igarapé do Patauá, localizado no rio Jutaí (RESEX rio Jutaí): morou Sedsa (casa 16); é terra natal de Huanasaro (casa 11).

6. TI Kulina do Lago Ualá. Aldeia Mapiranga: terra natal de Rojama-Hueo (casa 25) e local onde moram seus pais; terra natal de Jodsineia (casa 18) e local onde moram seus pais; e terra natal de Rosa (casa 3). Aldeia Morada Nova: terra natal de Adsaro (casa 31) e local onde moram seus pais; local onde mora o pai de Celino (casa 41); local onde mora Cobi, tio paterno de Iba (casa 18) e Sipocahi (casa 23). Na aldeia Cumaru nasceram Baqui (casa 10), Darahui (casa 5), Dedso (casa 12) e Jassica (casa 29). Moraram na aldeia Cumaru: Rodsa (casa 22), Issihui (casa 5) e Majoro (casa 12). Na aldeia Cumaru foi assassinado e sepultado Shauahi-Salvador (pajé) pai de Siho (casa 28) e Sedsa (casa 16), e também irmão da Rodsa (casa 22). Na aldeia Pau-Pixuna morou Majoro (casa 12, atualmente mora seu irmão Jore). Atualmente na aldeia Pau-Pixuna mora também Sseno irmã de Maria Miranda (casa 36) e de Iponi (casa 34). Na aldeia Marupá moram os pais de Rosa (casa 3). E na aldeia Lago Preto moram os pais de Dedso (casa 12) e Jassica (casa 29).
7. Aldeia Bobassassaji, rio Eiru, moram primos de Cossaro (casa 27) e de Cara (casa 9).
8. Igarapé Quatro Bocas, localizado acima da aldeia Piau, é terra natal de Nonata Libu (casa 28).
9. Rio Penedo: local onde nasceram e viveram Ado (casa 3) e Maria Dsohe.
10. Aldeia Riozinho, igarapé do Brocado, localizado acima da aldeia Piau e do Jari: terra natal de Rodsa (casa 22).
11. Igarapé Taquara (ou Tiaquara), localizado acima de Eirunepé, é terra natal de Ara (casa 38). Atualmente mora Carroa-Nori mãe de Dadso (casa 40) e Ara (casa 38).
12. Na aldeia Piau (Ipixuna-AM) nasceram: Mazinho (casa 27), Ropi (casa 28), Samuel (casa 12), José (casa 28), Jeová Aquino (casa 28) e Anori (casa 33). Moraram na aldeia Piau: a família da Siho (casa 28), a família da Suzana (casa 33) e a família do Dioni (casa 32). Atualmente também moram na aldeia Piau vários parentes dos Kulina que habitam o Ueré, por exemplo: o pai de Dadso (casa 40) e Ara (casa 38) e a Quiama, filha de Dahora (casa 30).
13. Na aldeia Cacau moraram Siteri (casa 25) e Manohve-Manoelzinho (casa 20). Atualmente mora Jaho irmão de Siteri (casa 25) e Manohve (casa 20).
14. No igarapé do Índio nasceram: Salim (casa 5), Issihui (casa 5), Eunice (filha Ado e Maria Dsohe), Edson-Edi (casa 7), Elizabeth (casa 21), Cossaro (casa 27), Ridoma (casa 27), Ire (casa 35), Huatiani (casa 37), Cadsaro (casa 38), Cana-

Zefinha (casa 39), Dadso (casa 40), Sada (casa 41) Suzana (casa 33). Atualmente moram os pais e os irmãos de Ridoma (casa 27), Tone (casa 42) e Sada-Sandra (casa 41); e a mãe de Ire (casa 35).

15. No igarapé Gaviãozinho nasceram: Majoro (casa 13) e Macconi (casa 24). Mora atualmente Anari, filha do Dahora (casa 30).
16. No rio Gregório, seringal Belém ou Porto de Belém, havia um Posto do SPI em 1928. Cara (casa 9) e Cossaro (casa 27) contam que Equene (falecido, morou na TI Rio Ueré) conheceu o encarregado do "Posto Indígena do Penedo" Alfredo José da Silva. E também no rio Gregório nasceram: Iba (casa 18) e Sipocahi (casa 23).
17. No igarapé do Xué atualmente mora Huatono (F) irmã de Iba (casa 18) e Sipocahi (casa 23).
18. Na aldeia Dsidsirihua (seringal Acuraua) no rio Tarauacá nasceram Siteri (casa 25) e Manohve-Manoelzinho (casa 20).
19. No Medonho moram duas tias maternas de Iba (casa 18) e Sipocahi (casa 23): Canoja e Jeri.
20. No igarapé do Taquara, próximo a cidade de Carauari (local onde está localizado atualmente a aldeia Kanamari), morou o grupo liderado por Ado-Adolfo (sem a esposa Maria Dsohe) logo que saíram do Igarapé dos Canudos. Nasceram no local: Corime-Bufe (casa 25), Sinoca (casa 14), Dioni (casa 32) e Coni (casa 16).
21. Rio Jutaizinho (Alto Jutaí) morou Majoro-Moacy (casa 13) com seus pais e irmãos.
22. Aldeia Macapá mora atualmente Ipi e os filhos: primeira esposa de Majoro-Moacy (casa 13).
23. No igarapé Huessesse, mora Nonahi, irmão de Paroja (casa 9). Huessesse é também a terra natal do avô paterno (Dsacade) de Maria Miranda (casa 36) e Iponi (casa 34).
24. Na aldeia Ajitini: Siho e Ropi ajudaram na autodemarcação da TI Kulina Médio Juruá.
25. Na aldeia Kulina, igarapé Ipixuna (TI Rio Biá) morou Maria Miranda (casa 36) com Pedro, pai de Birico (casa 4). Maria Miranda conheceu Pedro ao acessar o rio Biá através de Carauari (atravessa o rio Riozinho de canoa, na outra margem acessa um varadouro que permite chegar ao igarapé Ipixuna, afluente do rio Biá).

26. Tone (casa 42) nasceu no município de Pauini-AM, no Purus, em um seringal. A família atravessou a terra firme a pé. Há um varadouro que dá acesso ao rio Purus, o mesmo está localizado um pouco abaixo do igarapé do Gaviãozinho (abaixo também da aldeia do Igarapé do Índio).
27. No igarapé do Baú (abaixo da aldeia Piau e acima de Eirunepé) nasceu Oma, pai de Tone (casa 42), Sada-Sandra (casa 41) e Ridoma (casa 27).
28. Aldeia Cossija, igarapé do Chico Pinto, terra firme acima de Eirunepé, é terra natal de Paroja (casa 9).
29. No igarapé da Concórdia, dentro do Sarabi, localizado abaixo de Carauari, morou a família de Deque (casa 33) antes do esposo falecer.
30. No igarapé Jaraqui, abaixo da cidade de Itamarati-AM e acima de Carauari morou a família de Ino com sua filha Issihui (casa 5). No local faleceu e foi sepultado o pai de Issihui.
31. Seringal Santa Luzia, próximo ao Flechal, abaixo do Igarapé do Índio: morou o grupo de Ado (casa 3). Lá faleceu e foi sepultada Teresinha uma menina de cinco anos filha de Ado e Maria Dsohe.
32. Igarapé dos Canudos, seringal onde atualmente está localizada a comunidade Umarizal, Paraná do Açaí e Lago Cerrado. Seringal de José Camelo. Moraram no local a família de Ado com suas duas esposas Maria Dsohe e Dsihuini (casa 3) e a família de Cara (casa 9). Terra natal de Mahuija-Socorro (casa 12) e Anona (casa 4).
33. No Jidodo (Ridodo), Reconquista, seringal Cabo Verde, nasceu Dsihuini (casa 3).
34. No Vai-quem-quer, seringal do patrão José Rufino, abaixo da cidade de Juruá, morou o pessoal do Ado (casa 3) junto com o pessoal do Acora-Edmundo (pai de Dsihuini, casa 3). Terra natal de Celino (casa 41), Quirija (casa 8), Graças (casa 18), Ssapo (casa 20) e Idirani (casa 40).
35. Na aldeia Juruapuca (atual RESEX Baixo Rio Juruá) moraram: Dsihuini com o esposo Ado (casa 3), Cossaro (casa 27); Siho (casa 28), Sama (casa 31), Dahora (casa 30), Siteri (casa 25), Birico (casa 4), Maria Miranda (casa 36), Iponi (casa 34), Siara e Codidsa (sepultados na aldeia Matatibem), Deque e Suzana (casa 33) e Rodsa (casa 22).
36. Aldeia Jaci, Juruapuca (RESEX Baixo Rio Juruá) mora atualmente Huaido, irmã de Issihui (casa 5); e Simahi, irmã de Deque (casa 33).

37. Igarapé do Breuzinho, abaixo da cidade de Juruá, morou a família do Iba (casa 18) e Sipocahi (casa 23). Terra natal de Huatono irmã de Iba e Sipocahi.

Desta feita podemos afirmar que os Kulina não estão separados por dois grupos, mas são um povo indígena que carrega a mobilidade como um de seus traços culturais mais marcante: mesmo após todas as atrocidades e dificuldades, os Kulina seguem viajando por todos as suas terras tradicionais. Antigamente os Kulina viajavam a pé, em balsas ou canoas de paxiubão remando dias e noites. Hoje os Kulina seguem suas viagens em canoas cobertas ou não, com um motor rabeta na popa (impulsionados pela combustão de diesel, gasolina ou gás butano); ou pegam caronas em balsas ou em barcos regionais.

A frente exploratória da borracha e do caucho forçaram subgrupos inteiros a abandonarem suas terras tradicionais (ideal cada subgrupo com "seu igarapé"), impulsionando deslocamentos e conflitos entre subgrupos rivais. Assim, aproximou a mobilidade Kulina de uma situação de vulnerabilidade. Atualmente a mobilidade Kulina é mal vista e é entendida por alguns não indígenas como consequência do acesso aos benefícios sociais e aos bens da sociedade nacional (como canoa, motores e combustível). Porém, vimos como historicamente a mobilidade Kulina está relacionada diretamente aos conflitos interétnicos e/ou xamânicos, e a busca de alianças com subgrupos diferentes. Nesse sentido a Terra Indígena Kulina do Rio Ueré é estratégica, pois devido a sua localização, funciona como ponto de apoio as famílias em viagens pelo rio Juruá. A TI hospeda parentes viajantes ou se torna morada de viajantes que buscam um local para morar com sua família. Muitos enxergam essa terra tradicional como um local tranquilo e com fartura de recursos. Diante de todo o exposto, podemos afirmar que a frente de colonização provocou deslocamentos dos Kulina de suas terras tradicionais. Por outro lado, o trabalho nos seringais, as epidemias, as "correrias", o rapto de mulheres, e outras formas de violência, contribuíram para a forma como os Kulina se apresentam atualmente. Porém, podemos afirmar também que os Kulina conservam os critérios tradicionais de territorialidade, pois todas as terras tradicionais estão na memória e fazem parte da vida das pessoas que habitam a TI Rio Ueré.

Por fim, é válido ressaltar que toda a análise dos registros históricos não foi desenvolvida com o objetivo de apresentar a origem geográfica dos Kulina, até porque a frente extrativista mercantil – alavancada pela exploração da borracha e do caucho – provocou várias descontinuidades territoriais. É por esse viés que reconhecemos que a forma de ocupação do rio Ueré se encaixa dentro dos critérios tradicionais de territorialidade Kulina: primeiro, por ser o rio Ueré um tributário do rio Juruá habitado

por um grupo de parentes, que habitam a área há vários anos; segundo, por ser um local reservado que se configurou como uma zona de refúgio ante a frente colonizadora e civilizatória. Portanto, conclui-se que o terra tradicional no rio Ueré congrega um “direito imprescritível” (Constituição Federal, artigo 231, § 4) ao mostrar uma continuidade territorial e cultural, nessa história de violências que procurou provocar várias descontinuidades. Verificamos nos registros históricos mais antigos (Chandless e Tastevin) a ocupação tradicional dos Kulina na área reivindicada como Terra Indígena Kulina do Rio Ueré; em uma vasta região nos rios: Juruá, Ueré, Tapauá, Tefé, Xeruã, Bauana, Xué e Marari.

II – Segunda Parte

Habitação permanente

Portaria n° 14/MJ/96:
Habitação permanente a) Descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização; b) Explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por elas(s) ocupadas e o tempo em que se encontra(m) na atual(is) localização(ões).

3. Critérios Kulina de ocupação territorial

O rio Juruá é um grande território Kulina, espaço de constantes deslocamentos. Através da relação Kulina – com o rio Juruá – podemos viajar através do tempo, da memória e da história. Essa relação é a chave de acesso à concepção Kulina de território: na forma de ocupação, nos marcadores territoriais e na concepção do "lugar bom" para morar. Os critérios de ocupação tradicional – incluindo a mobilidade descrita – são fundamentais para compreendermos porque a área solicitada pelos Kulina – a ser demarcada como TI Kulina do Rio Ueré – é imprescindível para a reprodução física e cultural desse povo. **Os registros históricos e os relatos da memória oral comprovam a presença Kulina na TI rio Ueré: antes, durante e posterior a 1988** (em reverência ao Art. 231, da Constituição Federal de 1988, que trata do conceito de "terras tradicionalmente ocupadas", e em conformidade com a Lei Federal nº 14.701/2023).

Para refletir sobre os constantes fluxos migratórios Kulina utilizei como ferramenta a análise processual. Ou seja, busquei entender como as regras, as estratégias e as tradições são manipuladas pelos indivíduos dentro de uma perspectiva de conflito e de transformação social. A noção de processo permite abordar as narrativas históricas e a própria ocupação territorial como algo que se desenvolve no tempo. Irrompe com a ideia de ciclo, e afasta os conceitos evolucionistas, ou a concepção da história com algo natural (que não permite escolhas nem variações). Assim, as narrativas são compreendidas como formas de reconstruir o passado, a partir de uma pergunta feita para responder a uma demanda atual. E são instrumentos importantes para obter descrição e análise.

Nesse sentido foi necessário descrever e aprofundar a dinâmica dos processos de territorialização a partir da concepção de território como algo construído, imaginado, como "suporte físico e material de coletividades portadoras de tradições, que elaboram

estratégias socioculturais dentro de um marco histórico preciso"[100]. Outra importante ferramenta de análise para a compreensão do processo de territorialização Kulina é a noção de fronteira. Tal postulado – na condição de modelo analítico dos fenômenos histórico-sociais – implica conceber a fronteira como fruto de relações sociais assimétricas. Empreender uma análise a partir da perspectiva de fronteira sugere, portanto, considerar os aspectos econômicos, políticos e sociais, sobretudo, no que tange às relações sociais dinamicamente construídas em face das relações de dominação e subordinação. Implica também considerar a fronteira como um ato político, ou seja, como uma criação de instância política. Dessa forma a noção de fronteira inclui um conjunto de agentes e atividades que relacionam as partes, conectando-as, construindo uma ficção (Pacheco de Oliveira, 1978).

A base de análise é a relação que os Kulina estabelecem com o lugar onde moram ou onde moraram, tendo como pano de fundo o arcabouço da mobilidade. Relação essa que não é de lucro, posse ou propriedade, mas de vínculo com "quem ficou no local". Desenvolvi esta ideia a partir de diálogos mantidos com Tone Kulina, liderança e professor ao conversarmos sobre o processo de ocupação da terra tradicional no Juruapuca[101]:

> [Tone] Agora era pra gente estar comendo melancia aqui. Mas eles foram embora todinhos. Eu fiquei sozinho. Uma pessoa. Quando a gente foi na cidade e voltou tinham saído. Ainda passamos quase um mês aqui. Eu e o Zé. O Zé foi embora, abandonou a casa dele e eu fiquei sozinho. Passei dois anos sozinho. Eu fui lá com o secretário (de educação) e disse que eu queria uma escola aqui. Ele me perguntou se Fulano estava aqui, se aquele estava... E eu respondia dizendo que estava.
> [Bira] Você estava mentindo?
> [Tone] Mentindo não! Taí, voltaram tudo de novo. Eu fui lá com o prefeito e falei com ele: "Prefeito é o seguinte: Madija deram o nome errado, era ter colocado *jidsama madija*. Era certo". Ele perguntou: "Por que você está dizendo isso?". Eu disse: "Porque eles vão voltar. Você quer apostar?" Ele disse: "- Tá bom, vamos apostar!" Ele fez a relação do material para a escola. Fiquei sozinho. Eu, o serrador e o carpinteiro que estavam fazendo a escola. Depois que fizemos a escola todinha, pintamos todinha, eles chegaram de novo (os Kulina voltaram). Iam chegando um a um. Pois é, foram embora, demorou um tempo e voltaram de novo pro Jaci (aldeia). E eu falei para a

[100] Pacheco de Oliveira (2012): *Ementa da disciplina Antropologia do Território*. PPGAS-UFAM.
[101] O que denomino terra tradicional no Juruapuca é uma faixa de terra localizada próxima à cidade de Juruá (distante duas horas da sede do município, em um motor rabeta 5hp). Logo ao entrarmos no Juruapuca nos deparamos com o lago Juruapuca, antigo lago de uso Kulina. Há registros da presença Kulina, no local, de 1974 até o final do ano de 1989 em Soares e Mochiizawa (1997). A terra tradicional está localizada abaixo da cidade de Juruá e o acesso é pela foz do igarapé Branco (margem direita do rio Juruá). Recentemente a terra tradicional no Juruapuca passou a fazer parte da Reserva Extrativista do Baixo Juruá – RESEX Baixo Juruá. A Reserva Extrativista do Baixo Juruá foi reconhecida no dia 01 de agosto de 2001, possui 187.980,70 hectares e está localizada nos municípios de Juruá-AM e Uarini-AM.

> FUNAI. Eu disse: "Um tem que morar, porque eles vão embora. Vão comer por ali, morre um ou dois... Se não morre tudo, eles voltam pro mesmo canto". Por isso que eu morro aqui, não saio daqui não. Se eles quiserem ir embora, vão embora. Foi por isso que eu disse também que esse negócio de chamar Kulina, não era pra ter colocado Kulina, não. Era pra ter colocado ou *jidsama madija* (queixada *madija*) ou *abaridsa madija* (urubu *madija*), um dos dois. Porque se ficar um pra trás, eles voltam[102] (Conversa gravada na casa do Tone na aldeia Jaci, dezembro 2015).

Um Kulina vivo sempre retorna a suas terras tradicionais. Não dá para os Kulina abrirem mão destes locais, pois abrir mão destes territórios é abrir mão do vínculo. Todos podem ir embora, mas se uma pessoa ficar, um dia os outros voltam. Retornam atrás daquele que ficou: "somos *jidsama madija*" (somos queixada *madija* ou somos gente queixada). Contudo, a referência ao *jidsama madija* e ao *abaridsa madija*, não acontece de modo aleatório, mas é uma forma didática dos Kulina para explicar algo que lhes parece simples: a mescla que há entre os subgrupos *madija*, território e "identidade". Os subgrupos *madija* são unidades sociais ou tipos de gente "nomeados a partir de alguma espécie animal ou vegetal" (Gordon, 2006, p. 86) e dentre as várias facetas que os mesmos apresentam, há aquela estritamente responsável pela dispersão territorial Kulina. Feita essa consideração inicial, aviso que retornaremos ao tema dos subgrupos *madija*, em uma abordagem mais ampla, dentro dessa mesma linha de análise.

Para um Kulina um território nunca é abandonado. Um Kulina vivo pode viajar, mas no território ficam os mortos, as plantas cultivadas e os seres extra-humanos, como o *rami* (*Psychotria viridis*[103]).

Aqui farei um breve parênteses para apresentar Tone, Huaido e Jodsino. A apresentação se faz necessária porque os três são lideranças Kulina no Baixo Juruá, e têm relação de parentesco e territorialidade com o Ueré. Quer dizer, os três retratam bem toda a dinâmica das relações dos Kulina com o território no rio Juruá:

[102] Na aldeia Jaci habitam aproximadamente 78 pessoas (dado levantado por mim durante pesquisa de doutorado em 2019).

[103] Arbusto utilizado no ritual do *Rami*. No referido ritual os Kulina ingerem o chá alucinógeno que ficou conhecido como *ayahuasca*. Pollock (1985) foi o primeiro pesquisador a estudar a importância do *rami* para os Kulina: a relação entre o pajé, o feitiço das folhas e a cura. Observou o uso de folhas para atrair o sexo oposto e para curar, bem como o uso do chá *ayahuasca*. O autor apontou uma diferença entre rapé e *ayahuasca* como produtores de visões e miragens (viagens). Assim, de acordo com esse pesquisador, os pajés usam rapé de tabaco para ver o submundo (ou mundo subterrâneo: *nami bodi*) e interagir com os espíritos *tocorime*. As visões induzidas pelo tabaco são restritas a eventos espaço-temporais das aldeias e áreas adjacentes, enquanto que as visões da *ayahuasca* são de outros lugares, outras aldeias, outras cidades, ou mesmo outras terras. Essas visões também podem ser de eventos futuros, que são colocados em movimento a partir das visões do *dsamarini passo* (o patamar das águas) território criado e habitado pelo herói mitológico Kira. Em minha dissertação encontra-se uma descrição desse ritual (Amorim, 2014).

1. Tone é filho de Joria com um não indígena; é neto de Najora e Rojama. Ele passou parte da infância na Aldeia Velha (TI Rio Ueré) e esteve por algum tempo sobre os cuidados de sua mãe Joria e Cossaro-Pedro (casa 27). Depois foi adotado pelo seu tio-avô Acora-Edmundo. Desde os anos '90 Tone demostrou interesse em conhecer as terras tradicionais Kulina, em aprender a ler e a escrever em língua Kulina e em português. Atua como intérprete e como diplomata em atenção às demandas gerais dos Kulina na cidade de Juruá. Recentemente trabalha na coordenação escolar indígena daquele município.

2. Huaido, é filha de Ino com o não indígena Antônio Napoleão. É irmã de Issihui (casa 5), Cana-Zefinha (casa 39) e Neca-Hilda (casa 42). Morou na Aldeia Velha (TI Rio Ueré) como seus pais adotivos: Acora-Edmundo e Simahi (irmã de Ado). Atualmente é uma das lideranças Kulina no Baixo Juruá. Trabalhou como professora e atua como intérprete na cidade de Juruá. É respeitada na cidade pelos não indígenas e pelos Kulina. Por sua fluência em português é uma defensora dos Kulina na sua relação diária com os não indígenas. Possui capacidade de agregar Kulina ao seu redor. Foi a primeira pessoa a adquirir casa no bairro Tancredo Neves II, na cidade de Juruá-AM.

3. Jodsino é filho de Acora-Edmundo e Simahi (irmã de Ado). É irmão por parte de pai de Dsihuini (casa 3), Sama (casa 31) e Dahora (casa 30). Participou de cursos de formação de lideranças e de professores Kulina, promovidos pelo CIMI-Tefé, desde os anos '80. Nos anos de 1997 a 2001 Jodsino era tuxaua da aldeia Mapiranga e exercia grande liderança entre os Kulina no Baixo Juruá. Em 2001 atuava como agente indígena de saúde e como membro do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes – CONDISI-DSEI-MRSA. Nos últimos anos Jodsino tem ocupado posição de professor nas aldeias Jaci (terra tradicional Juruapuca), Morada Nova e Mapiranga. Em 2018 Jodsino voltou a construir casa e roçado na aldeia Matatibem, junto aos seus irmãos e primos, porém o mesmo possui casas na aldeia Jaci (Juruapuca) e aldeia Mapiranga (TI Kumaru do Lago Ualá).

A seguir apresento um relato sobre a movimentação dos Kulina no rio Juruá: a vida entre a aldeia Mapiranga (Terra Indígena Kumaru do Lago Ualá – Juruá-AM), a cidade de Juruá, o Juruapuca e a aldeia Matatibem (Terra Indígena Kulina do Rio Ueré – Carauari-AM, Tapauá-AM e Tefé-AM):

> [Huaido] Primeiro foi o Tone que veio para cá (que comprou casa na cidade). Ele veio em 2009. Primeiro veio o Tone, a mamãe e o irmão dele.

> [Tone] Em 2002 nós chegamos lá no Juruapuca. Era eu, Joppino[104], Joji e Edmundo Velho, éramos quatro. Jodsino ficou no Mapiranga. Huaido estava também. Nós saímos do Mapiranga depois que o Joppino adoeceu. Nesses dias que nós começamos a ver o que era viver na cidade. Nós passamos cinco dias do Mapiranga pra cá, remando. Lá no Botafogo (comunidade não indígenas que fica às margens do rio Juruá) o vovô Edmundo tinha um cachorro chamado Huesseno. Quando ele pulou assim no seco, Huaido falou: "Não sei porque o papai gosta de cachorro". Edmundo ficou com raiva. Ele pulou na polpa da canoa, remou, remou que a canoa rodou e disse: "Agora nós vamos baixar aqui mesmo. Não vamos mais pro Juruapuca". Toda a zanga por causa do cachorro dele. Nós embarcarmos o cachorro dele e viemos embora. Ah! Com esse cachorro nós matamos muita paca aí. Todo dia nós matávamos duas ou três. Nós viemos embora do Mapiranga por causa de *huima dori* (fofoca).
> Jodsino não veio porque ele ficou morando de uma aldeia pra outra, por isso que ele tem casa aqui, no Mapiranga, no Matatibem (aldeia). Nós só vivíamos pescando pra lá e pra cá. Me deram a notícia que o Rohuidsi e o Corari vinham me buscar. Eu fui embora de novo (voltou para a aldeia Mapiranga). Fui com o secretário, falei com ele e com o prefeito, eles me contrataram, e melhorou (contrataram Tone para trabalhar como professor na aldeia Mapiranga). Tinha trinta e cinco famílias no Mapiranga. Compraram motor de luz. Era 2004, por aí. Edmundo também voltou. Eles me contrataram em janeiro de 2005. Eu falei com o prefeito e levamos tudo pra instalar na casa de energia, ficou bonito lá. Eu passei bem uns quatro anos lá.
> Depois eu vim embora pra cidade. O pai dele (pai do Zé, esposo da Huaido) disse que tinha essa terra aqui (no Jaci). Ele não tinha como morar aqui. Em janeiro de 2009 nós viemos pra cá (para a aldeia Jaci). Fizemos um tapiri bem aqui. De tarde nós matamos macaco e nós comemos. Nós roçamos até por aqui. Aqui tinha muito açaí.
> Depois o Joppino veio, viu que eu estava aqui. Aqui tinha muito açaí, açaí da natureza mesmo. Boca do Jaci é nome antigo do lugar. Madija já cortava seringa por aqui. Aquiridso (irmão do Tone) nasceu pra cá pra dentro do Juruapuca (há muito tempo).
> Eu e Evilázio fizemos um roçado grande ali pra dentro. Tinha muita madeira. Chegou Joppino, depois chegou Dsoho, Bena, Bidajari e Sico, lá do Xeruã[105]. Chegaram também Comino e Davi. Depois plantamos todo o roçado. Fizemos outro roçado, foi que Jodsino chegou, depois de dois anos.
> Depois chegou Coni e Rohuidsi. Rohuidsi fez casa onde está hoje a casa do Jodsino. Plantou aqui e voltou pra lá de novo (para a aldeia Mapiranga). Camu também já morou aqui com a Sidae. Ahuano que não veio, diz que morre, mas não abandona o Mapiranga (conversa gravada na casa da Huaido na aldeia Jaci, 04 de outubro de 2016).

Por volta do ano 2002, os Kulina começam o processo de retorno a terra tradicional no Juruapuca construíram casas e fizeram roçados, porém foram expulsos do local. De acordo com seus depoimentos, foram convencidos a se retirar por uma equipe formada por membros da Fundação Nacional do Indígenas – FUNAI e do Instituto Chico

[104] Durante todo esse Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, em várias falas e depoimentos, o nome de uma pessoa casada (homem ou mulher) indica uma família extensa e sua rede de agregados políticos.
[105] Terra Indígena Deni no rio Xeruã – Carauari-AM (terra tradicional habitada por indígenas Deni e Kulina).

Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Entretanto, eles não desistiram, e após uma série de resistências e negociações, em 2009 conseguiram fazer uma aldeia próxima ao antigo local, no lugar denominado Boca do Jaci – uma antiga "colocação" da família de José Amorim (conhecido como Zé, esposo de Huaido).

Desta forma a presença Kulina foi tolerada na área onde está situada a aldeia Jaci, localizada às margens do igarapé Jaci. Mas foi negado o acesso aos Kulina a toda a área de antiga ocupação, no qual estão localizados seus antigos roçados, suas plantas frutíferas e ritualísticas e seus cemitérios. É importante frisar que a aldeia Jaci – bem como o uso Kulina de toda a terra tradicional – não é reconhecida pelo órgão gestor nem pelas comunidades não indígenas da RESEX Baixo Juruá (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

A aldeia Jaci contempla em parte a falta da antiga área, mas os Kulina falam da ausência da terra tradicional Juruapuca e de como foram expulsos. Após sua saída do Juruapuca, no final de 1989 (para morar na aldeia Cumaru-TI Kumaru do lago Ualá, e na aldeia Matatibem – TI Kulina do rio Ueré), os não indígenas passaram a ocupar o local. Contam como o arbusto do *rami* protegeu o local de invasores, e resistiu todos esses anos. O arbusto era cortado constantemente pelos não indígenas, mas brotava novamente. Próximo ao local onde o arbusto está plantado e nas casas apareciam seres estranhos, crianças e adultos adoeciam constantemente.

Em suma, até aqui foram descritos dois critérios sociais e históricos fundamentais de ocupação territorial que se complementam e que têm relação tanto com formas tradicionais de ocupação territorial como com os efeitos da colonização:

a) a mobilidade entre as áreas ocupadas no passado (recente ou mais distante) ou ainda ocupadas no presente;
b) o vínculo profundo com aqueles que ainda habitam de algum modo essas áreas, sejam os parentes vivos nas áreas ainda ocupadas, ou os parentes mortos, plantas especiais cultivadas e seres extra-humanos nas áreas ocupadas no passado recente ou mais distante.

De todo modo, o que parece ser enfatizado acima de tudo é o vínculo entre as pessoas e o território; o que parece reproduzir as relações entre pessoas, entre sujeitos. Em outras palavras, a partir da dimensão fundamental do parentesco, o vínculo com o território parece reproduzir a mesma natureza do vínculo entre as pessoas/seres importantes, concebido como um vínculo entre sujeitos e não entre sujeito e objeto, como na oposição ocidental / colonial entre cultura e natureza. Não se tem relação de posse ou

propriedade com a terra, pois os territórios Kulina não são objetificados, mas percebidos como sujeitos com os quais se mantêm vínculos profundos e duradouros. Nunca se abandona uma terra tradicional porque se trata de uma relação entre sujeitos, em que há um vínculo sagrado com o lugar e aqueles que o constituem, sejam os vivos, os mortos, os não humanos ou os seres invisíveis. Afinal é a demarcação da terra indígena – como espaço físico – que pode garantir o aprendizado cultural e a vida dos Kulina em todos os seus aspectos.

3.1. Plantar e sepultar: a importância dos roçados e cemitérios na construção do vínculo com o território

A partir dessa concepção Kulina de vínculo com o território e os seres que ali habitam, tem grande importância a relação com os roçados, onde se perpetuam plantas muito especiais, como o *rami*, e os cemitérios, onde se perpetua a vida após a morte em um patamar inferior ou invisível. Roçados e cemitérios têm estreita relação, uma vez que o roçado é o local privilegiado dos sepultamentos.

Uma pessoa ao chegar ao território Kulina, ao avistar algumas palmeiras de açaí e capoeiras recentes, poderá identificar o local como território não indígena. Mas um Kulina é capaz de identificar, em toda aquela floresta e capoeiras: plantas de pomar, cemitérios (onde estão sepultados seus avós e pais), roçados antigos, e principalmente, o local onde está plantado o *rami*. O *rami* mora, protege e demarca o território. Os Kulina são capazes de identificar todos os que foram plantados no local: pessoas, plantas e extra-humanos. Nesse sentido o termo *ppanade* significa plantar e também sepultar, em língua Kulina.

> [Ahuano] Eu plantei *rami* lá no Mapiranga (aldeia). Ele é meu, se eu sair de lá ninguém mais vai morar lá.
> [Tone] Eu dei pra ele.
> [Ahuano] Toda hora assobia detrás de minha casa.
> [Tone] Ali no Juruapuca nós dormimos. Nós éramos oito homens. De noite "Madija" cantava como se fosse o Rohuidsi (pajé) cantando atrás da casa. Passou a noite todinha, cantando cantos do *rami*.
> [Huaido] O Louro (não indígena), que morava no Juruapuca, teve que sair de lá porque a mulher só vivia assombrada. Abandonaram. Eles contam que ouviam conversa ao redor da casa, perto da parede, jogava pedra. A mulher ficava doida, tiveram que sair.

> [Tone] Eu falei no dia que eu fui à casa dele: "Seu Louro, se você quiser tua mulher viva, sai do Juruapuca e deixa pra nós. Pelo menos nós cuidamos das plantas que têm lá".
> Mas passaram roçadeira em todas as plantas e também no nosso *rami*. A mulher ficou doida mesmo. Os médicos não descobriram a doença dela. Até hoje ainda ela é doente.
> Os *dsoppineje* (pajés Kulina) que vão falar com eles (*rami*) dizem que eles só querem Madija lá. Não querem branco, não! Os *dsoppineje* contaram que ele (*rami*) tem quatro braços: um aqui, outro aqui, dois olhos pra cá e outro pra cá, dois olhos na frente e dois atrás. O pajé disse que ele é feio (conversa gravada na casa da Huaido, cidade de Juruá, outubro de 2016).

É importante perceber como a memória constrói o espaço e o tempo[106]. Uma memória que é individual, mas é ao mesmo tempo coletiva, e diferente da memória oficial do Estado e de seus agentes. Os Kulina retornam ao "tempo do avô" para legitimar ou buscar explicações para os desafios e questionamentos que são colocados hoje. O *rami*, como planta, traz a "temporalidade de parentesco"[107], pois os Kulina são capazes de identificar quem plantou (Jodsino falou: "quem plantou esse pé de cuia foi o meu pai"). Conectam o tempo antigo – o tempo do pai e avô – com o tempo atual, e desta forma estabelecem vínculo com o território, impregnado de carga afetiva. Ou seja, os vínculos, as histórias de vida e a presença de seres extra-humanos demarcam território[108]. Um território no qual o *rami* e o cemitério constituem um grande roçado[109].

Em uma viagem a Juruapuca com a família de Jodsino Kulina, ficou evidente essa importância das plantas na construção dos vínculos afetivos e históricos entre as pessoas e a terra tradicional.

---

[106] Schiel (2004) ao desenvolver uma investigação sobre o passado, a memória e a história do povo Apurinã – a través de narrativas orais – percebeu como esse ato implica a existência de uma noção de um tempo passado que tem importância política atualmente. A pesquisadora concluiu que a memória, que se constrói no espaço, era algo constante em todas as histórias: "O passado se conta com referências a outros espaços. As colocações, os caminhos, as árvores, trazem a marca do que já foi" (Schiel, 2004, p. 158).

[107] Referências a partir de anotações feitas por mim durante seminário ministrado por Joana Cabral de Oliveira: "Temporalidades vegetais", NEAI (Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena), PPGAS/UFAM, 20 de maio de 2016. "Esse singelo episódio mostra não só o afeto em relação a alguns cultivares, como também as relações de parentesco que se depositam nesses espécimes - afinal aquele pé de algodão *tapupura* havia sido um presente materno" (Cabral de Oliveira, 2016, p. 119).

[108] "Contar dos Makonawa é reconstruir a memória do Cujubim, da sua moradia, em função do conflito presente e afirmando a presença indígena. A presença dos Makonawa se percebe através das fruteiras, - açaizeiro, pupunheira, mangueira, etc. – que Pedro Rafael me contou terem sido plantadas por eles, e das almas, 'curopiras', insistiram muito tempo em assombrar. Foi Palmira, mãe de Antônia, mulher de Chicão, que 'ajeitou' o lugar. Ainda que não trabalhe 'chupando' as pedras de doenças, Palmira trabalha em sonho. Ajeitar lugares assombrados é uma das coisas importantes que um pajé tem que fazer" (Schiel, 2004, p. 319).

[109] Silva analisou a relação entre cosmografia e cosmologia a partir da ocupação dos espaços por humanos, animais, espíritos e plantas. Estudo realizado entre os Kulina da aldeia Santa Júlia, no estado do Acre (1997, p. 21).

Os Kulina chamam de modo jocoso a Jodsino Kulina de *tossipa madija* (jacamim *madija*), porque depois que seu pai morreu, ele permaneceu em constante movimentação. Contaram-me que logo que Acora-Edmundo faleceu, Jodsino viajou sozinho para a aldeia Matatibem (TI Kulina do Rio Ueré) e deixou a esposa e os filhos na aldeia Mapiranga (TI Kumaru). Como eles possuíam um grande roçado, a esposa e os filhos ficaram na aldeia, fazendo farinha e pescando. Jodsino retornou quase um ano depois. As pessoas relacionam esse comportamento também com um episódio que envolveu a caça a um macaco-preto. Eles contam que Jodsino estava caçando e atirou em um macaco-preto. O macaco-preto caiu encima dele e houve um choque contundente de cabeças. Como consequência do acidente, "os olhos dele ficaram grandes" e passou a ver o mundo deformado ou de outra forma. Os Kulina terminaram de matar o macaco-preto e o cortaram em pedaços. Em seguida jogaram os pedaços do macaco-preto (não o comeram). Jodsino se recuperou, mas nunca voltou a atirar em macacos-pretos. Jodsino tem casas e roçados na aldeia Matatibem (rio Ueré, Carauari), na cidade de Juruá, na aldeia Jaci e na aldeia Mapiranga (TI Kumaru).

> [Jodsino] Quando eu cheguei a casa eu não falei com ninguém (depois da caçada mal sucedida e do choque de sua cabeça com o macaco-preto). Fiquei no posto de saúde. Assarina (sua esposa) atou a rede para mim e eu fiquei deitado.
> Eu fui para o polo base. Mas eu só fiquei lá no polo mesmo. Eu demorei quatro meses para ficar bom. Eu ficava tonto e só na rede. Quase eu ficava doido.
> [Genoveva] E agora, você vai morar onde, Jodsino?
> [Jodsino] Vou morar agora na aldeia Jaci. Lá eu tenho casa. Lá tem peixe: pacu e piau. Mas pra comer matrinxã eu tenho que ir até aldeia Mapiranga. Só para passear eu vou ao Mapiranga. Eu tenho casa lá. Vou só para passar uns dias, uma semana, depois eu subo (viaja no sentido rio acima, rumo à aldeia Jaci). Depois eu vou para Matatibem (Carauari) e passo duas semanas, três semanas, e volto. Eu tenho casa lá (Matatibem). Agora roçado eu não fiz esse ano (Matatibem), porque eu passei o ano aqui e não plantei minha roça. Ano passado eu plantei lá (conversa gravada na casa de Jodsino, cidade de Juruá, dezembro 2015).

No dia 01 de outubro de 2016, as famílias de Jodsino, Huadsorini, Ibora e Isamani foram passar o dia no Juruapuca. Jodsino me convidou para ir com eles. A viagem foi realizada usando um motor-rabeta. Como era época de verão, a boca do lago Juruapuca estava seca e a correnteza muito forte. Os homens foram de canoa e nós, mulheres e crianças, fomos caminhando pelas margens do sangradouro, no meio do capim. Ao chegarmos mais perto do lago retornamos à canoa. Depois Jodsino nos deixou às margens do igarapé Branco. Os homens foram pescar no lago Juruapuca e nós ficamos

conversando. Foi lá que Assarina[110] contou para seus filhos e netos as histórias antigas do lugar, como, por exemplo, quando a onça atacou seu tio Dsomami – uma onça que tinha olhos de fogo e parecia um *tocorime* (ser extra-humano).

Logo depois os homens retornaram com os peixes e continuamos a viagem. Ao pararmos no local da antiga aldeia Juruapuca Jodsino me mostrou com entusiasmo o local do terreiro, das casas, dos roçados. Entre as plantações identificou arbustos de cuia e de urucum plantados por seu pai. Percebi que no local há muitas palmeiras de açaí e de pupunha. Perguntei a Jodsino se eram plantações deles, ele disse que era plantação dos brancos que haviam morado no local depois que eles saíram. Somente depois concluí que a finalidade da viagem ao Juruapuca, naquele dia, era que Jodsino me apresentasse a área.

> [Jodsino] (apontando) Por aqui tinha casa e por aqui também. Mais à frente estava o local de trabalho, a casa de farinha do Dorome.
> [Genoveva] Dorome também morou aqui?
> [Jodsino] Sim, ele morou. Pra ali ficava a casa do Dorome, do Manezin (Jodso) e do Dsomami. Morava todo mundo aqui. Do outro lado desse igarapé aqui, tem uma capoeira muito grande, um roçado velho dos *Madijadeni* (do pessoal).
> [Genoveva] Onde está o cemitério dos Madija?
> [Jodsino] Pra lá, mais longe, lá para o outro lado, mais longe da aldeia.
> [Genoveva] Quem foi enterrado aqui?
> [Jodsino] Aqui está enterrado o velho Toquiha[111].
> [Assarina] Filho, olha se não tem fruto de tucumã no chão. Mais lá na frente tem o roçado velho dos Madija (Assarina apontando).
> [Jodsino] Aqui ficava o grande terreiro da aldeia. Próximo ao terreiro moravam Dahora, Najora, e o pai do Najora, o Equene[112]. As casas iam até mais na frente. Eram bem vinte casas.
> [Genoveva] Quem foi primeiro para o Cumaru, foi Dorome?
> [Jodsino] Sim, ele foi para o Cumaru e papai ficou ainda aqui, parece que 1988 até 1990. Aqui tinha um terreiro muito grande.
> [Genoveva] E aquele pé de urucum? É plantação de branco ou de Madija?
> [Jodsino] Não é plantação de branco. É plantação de Madija, plantação antiga de Madija.
> [Jodsino] Olha pra cá! Estes pés de bacaba são de Madija. Aqui tinha casa. Madija fazia vinho-suco de bacaba, jogava os caroços para cá e nasceram. As palmeiras de açaí não são plantações de Madija, são plantações de *carihua*

[110] Assarina Kulina ficou órfã quando era criança. Ela e seus dois irmãos, Jinasso (liderança reconhecida da TI Deni, Xeruã) e Samoja (falecido), são filhos adotivos de Dsomami. Assarina exerce grande liderança na TI Kumaru, na cidade de Juruá e na terra tradicional no Juruapuca. Assarina é cunhada de Issihui (casa 5, viúva de Samoja).
[111] No cemitério do Juruapuca estão sepultados o pai do Sajini (Toquiha), o filho do Nomiha, o filho do Cobi, o filho da Joriha e o filho da Caido. O cemitério está localizado em um local da floresta, com muitas árvores, mas os Kulina sabem identificar.
[112] Najora, Equene e Dahora moraram na Aldeia Velha nos anos ‘80. Dahora (casa 30) mora atualmente na aldeia Matatibem.

> (não indígena)[113]. Bacaba do pai do Rohuidsi, do Najora[114]. Mas ali ficava a casa do Rohuidsi, tá vendo? A casa de farinha deles ficava mais pra lá (transcrição do vídeo, feito por mim, durante a visita ao terra tradicional Juruapuca com a família de Jodsino, outubro de 2016).

Para Bartolomé[115] os novos confrontos entre Estado e povos originários parte da conceitualização diversa dos espaços. Para os estados nacionais, o território é classificado como domínio e como meio de produção. No entanto, para os povos originários o território possui distintas classificações, que remetem a uma relação entre sujeitos, e não entre sujeito e objeto: os espaços são caminhos, locais de trabalho, de residência, ou locais onde estão os mortos, em que a dimensão do vínculo entre os seres e os lugares é a mais importante. É dessa forma que o território étnico se configura como uma geografia mítica e ao mesmo tempo humanizada. Isso ficou claro durante a visita ao Juruapuca. Nesse depoimento Jodsino também fez questão de me mostrar onde ficava a casa de Dahora, seu irmão (por parte de pai: filho de Acora-Edmundo), que atualmente mora na aldeia Matatibem (casa 30).

Assim como os rios e igarapés são rotas para o mundo subterrâneo dos mortos (Pollock, 1985, p. 38), os roçados Kulina se tornam rotas para o mundo subterrâneo (*nami bodi*) quando mortos são sepultados no local. Nesse sentido, podemos entender a importância das terras tradicionais no Ueré e no Juruapuca: são locais de morada dos vivos, mas sao rotas privilegiadas de acesso ao mundo subterrâneo (*nami bodi*), pois nessas terras tradicionais há roçados antigos onde várias pessoas foram sepultadas.

A palavra genérica *tocorime* tem vários sentidos. A raiz do termo *tocorime*, *corime,* é algo similar a "imagem" (reflexo, símbolo ou sombra) ou espírito (Viveiros de Castro, 1978, p. 82). Vale salientar que *corime*, bem como o termo *tabari*, não são pronunciados pelos Kulina separados do morfema *to*; de acordo com Tiss, ele é usado quando o ser de referência de um nome dependente esteja sem relação com qualquer outro ser, ou quando o falante sabe a quem pertence, mas quer evitar citar o nome próprio da pessoa que entraria como complemento (Tiss, F. 2004, p. 71).

Quero de antemão também chamar atenção para o significado genérico de *tocorime* como "seres extra-humanos". Os *tocorime* entrarão nessa categoria vaga de

[113] *Carihua* – não indígenas: ribeirinhos, moradores das cidades, agentes do Estado, indigenistas e pesquisadores.
[114] Rohuidsi e seu pai Najora (outro Najora) também moraram na Aldeia Velha (TI Rio Ueré) nos anos '80.
[115] Referências tomadas a partir de anotações feitas por mim no "Colóquio saberes e ciência plural: Pluralismo e interculturalidad, las territorialidades confrontadas en America Latina", Miguel Alberto Bartolomé (Instituto Nacional de Antropologia e História – INAH-Oxaca-México), INCT Brasil Plural/PPGAS/UFAM, 24 a 26 de novembro de 2014.

extra-humanos por ser uma categoria usada na antropologia e por faltar-me uma expressão que melhor defina esses seres que têm características humanas, que podem se apresentar na forma de seres extremamente violentos; humanos mortos transformados em queixada (ou não); seres que podem habitar o "patamar das águas", o "mundo subterrâneo", a floresta, ou podem passear pelo terreiro da aldeia à noite; ou podem ainda subir escadas e ter relações sexuais com homens e mulheres enquanto eles dormem.

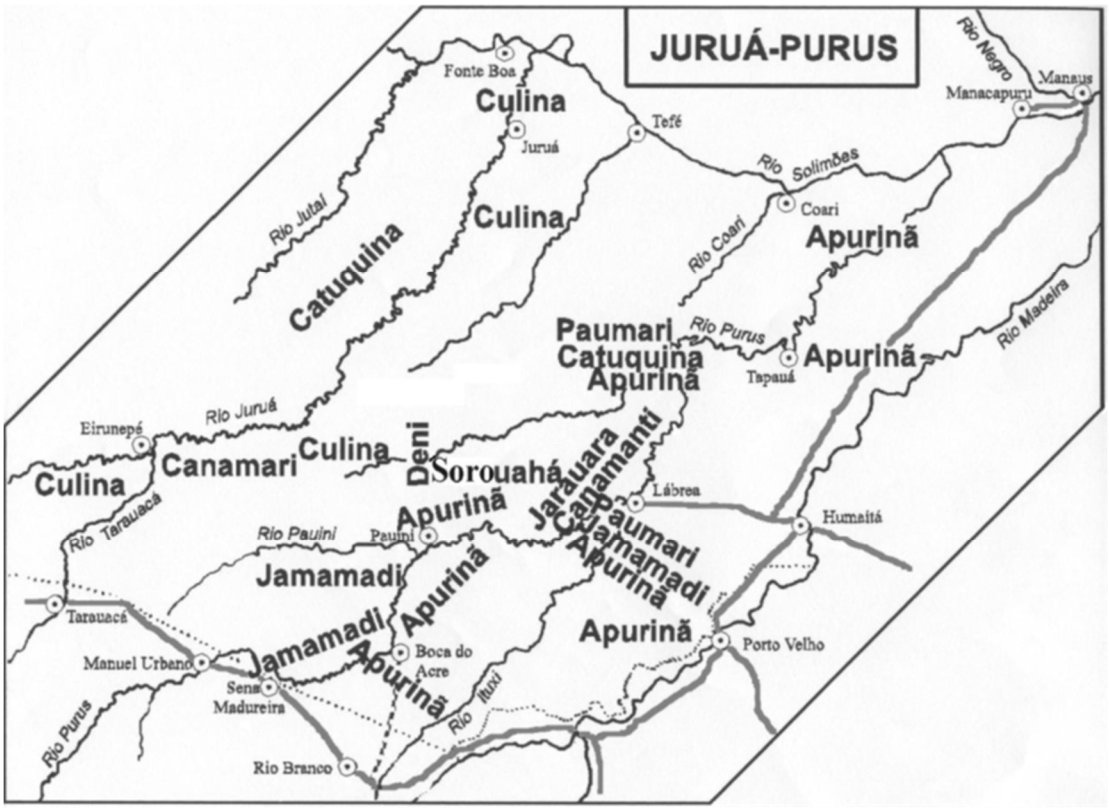
Até aqui foi visto, portanto, de que modo os vínculos profundos com seres e locais diversos, seja por meio do cultivo ou sepultamento, ou outras práticas, são importantes critérios de ocupação do território, pensado muito mais como um sujeito/parente com quem se tem um vínculo duradouro do que como uma propriedade objetificada que pode ser negociada ou vendida.

3.2. Os subgrupos *madija*: um critério de ocupação tradicional Kulina

Agora iremos analisar os subgrupos *madija* e como os mesmos se configuram como um critério de ocupação territorial Kulina. Primeiro veremos como essas unidades sociais foram registradas e analisadas ao longo da história; em seguida consideraremos como as mesmas – apesar de todo o impacto sofrido com a colonização – são mecanismos fundamentais de distribuição da população e funcionam como suporte de vínculos permanente com os territórios. O conhecimento da dinâmica dos subgrupos é uma peça importante nesse processo argumentativo que tem como objetivo o reconhecimento oficial do rio Ueré, como terra tradicional Kulina. Veremos como a relação que um subgrupo específico estabelece com um território (as margens de um rio ou de um igarapé tributário de um rio principal) é uma característica recorrente e fundamental para a existência do povo Kulina, pois é a relação subgrupo-território que permite estabelecer relações e marcar diferença ("identidade"). Porém, para entendermos melhor como operam essas unidades sociais, apresentarei primeiro um breve panorama de como os subgrupos se apresentam em outros povos indígenas arawá; e em seguida nos debruçaremos de modo mais preciso na análise dos subgrupos Kulina: os *madija*. Para início de conversa necessito fazer a seguinte consideração quanto a tradução do termo *madija*:

> Conhecendo um pouco da língua Kulina – e recorrendo às contribuições de Frank Tiss – chamo atenção para o fato de o termo *madija* ser uma palavra composta pelo verbo *madi* = morar; e *ja*, um verbo copulativo que possui função de morfema: função locativa e função classificativa. Quando *ja* é usado

> na função locativa o mesmo pode ser traduzido por estar; quando *ja* é usado na função classificativa o mesmo pode ser traduzido por ser (Tiss, F., 2004, p. 118-122). Assim se fizermos uma tradução aproximada do termo *madija* – usando a função classificatória do *ja* – teríamos: "sou morador"; da mesma forma se usamos o *ja* – na sua função locativa – teríamos: "estou morando". Esta tradução contradiz a tradução do senso comum, utilizada por vários pesquisadores, do termo *madija*, como sinônimo de: "povo", "gente" ou "nação" (Amorim, 2014, p. 05).



Mapa 10 - Localização dos povos indígenas que pertencem a família linguística Arawá e ocupam a região Juruá-Purus (Melatti, 2016)

3.2.1. Uma visão geral dos subgrupos arawá e sua relação com um território específico

De acordo com Paul Rivet e Constant Tastevin (1938) existiria nas bacias do Purus e do Juruá uma série de tribos que falam dialetos intimamente relacionados. A partir de dados, da literatura da época e de informações próprias, classificaram os seguintes grupos indígenas como pertencentes à família Arawá: Arauá (ou Arawá[116]); Kulina

[116] "Os Arauá foram registrados pela primeira vez por Castelnau, que segundo seus informantes habitavam o Chiruan e, um pouco a jusante da foz deste rio, às margens do Lago Jahiruan, na margem esquerda do Juruá (4, V 86, 89). Chandless encontrou uma de suas aldeias não muito longe, no igarapé **Chiué**, um afluente direito do Juruá (8, 299). Esses índios viviam às margens do Juruá em miseráveis abrigos (tapiri) ora em um lugar ora em outro; eles desceram o rio até o Bauana Pixuna; não tinham plantio e eram

(Kulino, Kolina, Kollina ou Kurina); Pamaná (ou Pammana); Paumari (Pammari, Pamarí ou Pamauri); Puru; Purupurú; Jamamadi (Jamamadi, Jamamandi ou Kapinamari); e Juberi (Yuberi ou Jubiri). Além destes, os autores citam também outros grupos que possivelmente pertencem à família arawá, que são: os Anamari; os Amamati (ou Jamamari); os Kulina[117] (ou Karunawa); os Kuria; os Kuriaua; os Pama; os Sewaku (ou Sehuaku); e, finalmente, os Sipó (ou Cipó) (Rivet; Tastevin, 1938, p. 72).

A origem do termo "Kulina" é incerta, mas Tastevin aponta para a possibilidade que seja uma designação dada pelos vizinhos Katukina. O termo seria derivado da palavra 'Kore': uma espécie de rã (Reesink, 1987, p. 4 *apud* Lorrain 1994, p. 130).

> Avec raison, Chandless suppose que les Kulino doivent faire partie de la tribu des Jamamadi. Les Kanamari désignent les uns et les autres du même nom: *Kólö*; leurs langues se ressemblent beaucoup et forment, avec le Pammari et l'Araua, um sous-groupe linguistique arawak très homogène (Rivet; Tastevin, 1921, p. 463).

No intuito de introduzir a análise dos subgrupos *madija* farei uma aproximação ao tema a partir da forma como essas unidades sociais aparecem e movimentam a socialidade arawá. Gordon (2006) e Rangel (1994) denominam de subgrupos as unidades sociais existentes nos grupos arawá da região dos rios Purus e Juruá. São denominados subgrupos por não corresponderem ao conceito de clãs, como em outros povos indígenas[118]:Todavia, é possível afirmar que a relação entre subgrupo e território é um critério comum: é uma característica marcante que determina a pertença de uma pessoa a um subgrupo e constrói sua "identidade subgrupal.

> Uma etno-história dos grupos arawa – e talvez dos demais grupos da Amazônia ocidental – seria, muito provavelmente, uma etno-história dos subgrupos nomeados: os *madiha* dos Kulina, os *deni* dos Jamamadi e Deni, os *dawa* dos Zuruahá etc. A intensa proliferação destas formações sociais resulta em uma série de subgrupos considerados mais ou menos próximos (Gordon, 2006, p. 41).

---

contratados de 'seringueros', que vinham todos os anos de Teffé e Caiçara para colher borracha. Uma epidemia de sarampo, provocada pela primeira emigração 'cearense', durante a seca de 1877, os aniquilou" (Rivet; Tastevin, 1938, p. 72) (Tradução feita por mim do original em francês).

[117] Aqui são os Kulina da família pano, na época os pesquisadores classificavam como família da arawá.

[118] Ao desenvolver uma pesquisa recente entre os Kulina no Alto Purus, Domingos Silva utiliza o termo "sib" e aponta características de uma "linhagem local" (1997, p. 117). Contudo, vale afirmar a dificuldade de traçar uma genealogia dos membros de cada subgrupo até chegarmos a um ancestral comum ou comprovar uma linhagem pura, por exemplo. Veremos como a pertença a um subgrupo Kulina pode ser transmitida por via materna, paterna ou ainda sofrer várias outras alterações. Vale salientar também que as alterações obedecem a regras, isto é, a afirmação de pertença a um subgrupo não é arbitrária e pessoal, pois obedece a padrões culturais e históricos.

Kroemer (1994) – ao analisar a realidade de outro povo indígena do tronco arawá, os Suruwaha – afirma que a estrutura política dos vários "grupos étnicos" que habitavam a região do rio Cuniuá (afluente do rio Purus) consistia em uma unidade intergrupal composta por diversos subgrupos autônomos, que não possuíam autoridade superior ou central. Esses subgrupos realizavam grandes rituais de casamentos intergrupais no centro da floresta. A defesa do território era exercida em conjunto, mas cada subgrupo tinha seu chefe e xamã. Essa unidade intergrupal, descrita por Kroemer, era composta por sete subgrupos que possuíam uma língua comum: os *Masaindawa*, os *Kuribidawa*[119], os *Jokihidawa*, *Adamidawa*, *Sarokwaudawa*, *Nakaindawa* e *Tabisyrudawa*.

Aparicio (2015) ao analisar a realidade atual dos subgrupos Suruwaha nos convoca a dar mais importância ao papel histórico da rede de relações entre os vários subgrupos arawá, do que nas etnias atualmente reconhecidas e "oficializadas". O pesquisador, ao caracterizar os diversos subgrupos Suruwaha, assinalou a importância dos seguintes elementos como marcadores da diferença: territorialidade; comunidade linguística; atribuição de especialidades; vinculação a uma liderança; e a aparência física. As relações entre os subgrupos Suruwaha eram marcadas por intercâmbios e por uma política xamânica composta de tensões e conflitos. Os nomes dos subgrupos Suruwaha muitas vezes estão relacionados a um território [120]. O termo Suruwaha não funciona como referência coletiva interna, pois cada pessoa reconhece sua pertença ao *dawa* de origem. A denominação Suruwaha[121] é utilizada como referência étnica e coletiva, apenas quando se relacionam com a sociedade brasileira.

Ao analisar a vinculação das pessoas aos *dawa*, Aparicio (2013) aponta para a flexibilidade em relação ao critério de pertença: uma dominância patrilinear que interage com uma "descendência paralela" entre as mulheres. Constatou também casos de ambivalência: há pessoas que aparecem vinculadas de alguma forma a dois *dawa*[122] (o que

[119] Para Kroemer há subgrupos que se diferenciam a partir de seus traços físicos. Assim, por exemplo, os *Kuribidawa* se distinguem através do tom escuro da pele, do rosto redondo, da boca larga e das pintas (1994, pp. 128-129).

[120] Há os *Jokihidawa*: "gente do igarapé Pretão"; porém existem denominações baseadas em outros critérios; como por exemplo: há os *Tybydawa* "gente das flechas" e os *Tabusurudawa* "gente do esquilo". Aparicio (2015) ressalta o fato de existir unidades que não são nomeadas com o sufixo *dawa*, mas que fazem parte da rede de construção de alteridades.

[121] Suruwaha corresponde à denominação de um dos coletivos que não possui nenhum descendente atual (Aparicio, 2015).

[122] "En el escenario suruwaha – marcado en la década de 1920 por una experiencia abrupta de masacre – la unificación compulsiva de los supervivientes de los *dawa* en una única residencia en zonas de refugio, el aislamiento necesario ante el avance de los extranjeros y la insurgencia de una ritualidad colectiva bajo la

o autor sugere ser devido à exogamia entre os subgrupos). O argumento central do autor é que os atuais povos – reconhecidos como arawá – podem ser relacionados a partir de seus subgrupos básicos, constituindo um *dégradée* que vai dos Kulina aos Paumari. Os subgrupos arawá seriam o fundamento do "mosaico sociológico do interflúvio Purus-Juruá", que foram constituídos como "etnias" ou "povos" diferenciados devido às influências de fatores relacionados ao pós-contato (Aparicio, 2015, pp. 90-91).

Bonilla recorreu à bibliografia histórica para contribuir na discussão sobre os subgrupos entre o povo indígena Paumari, pois para a pesquisadora "os subgrupos localizados, nomeados e idealmente endógamos não existem enquanto tais" (2005a, p. 50). O que existe são grupos locais como unidades idealmente endógamas, conhecidas por seus nomes próprios que não estão associados a nomes de animais ou plantas. Esses grupos locais habitam uma determinada região e são conhecidos a partir da denominação do local seguida do termo *kapamoarini* (Bonilla, 2005a, p. 50). Bonilla traz contribuições ao tema dos subgrupos arawá ao refletir sobre o sentido do termo *Pamoari*. O termo *pamoari* pode adquirir o sentido de coletivo (Paumari) e ainda o sentido de freguês dentro de uma relação comercial. Pode ser "usado para formar uma expressão que indica a qualidade potencial de humanidade, algo assim como a 'pamoaritude' ou 'pamoaridade' de um ser ou de um objeto" (*ibid.*: 49). O uso do prefixo possessivo *ka* e da partícula *hi* indica a forma ou a qualidade humana do substantivo que o precede. Assim, o termo *Pamoari* estaria relacionado à "humanidade", ou melhor, a habilidade de viver em sociedade. Quando os Paumari traduzem a expressão *basorika pamoarihi* como "nação do boto" estão falando da condição social comum a todos os seres animados ou não (Bonilla, 2005a, p. 51). O termo *kapamoarihi* é usado para indicar a humanidade de animais, plantas e objetos, bem como o coletivo desse ser (ou objeto) que vive em determinado local, possui aldeias e roçados. É nesse ponto que as reflexões – sobre subgrupos Paumari – se encontram com o perspectivismo ameríndio e permitem que a autora aponte para a existência de um perspectivismo generalizado entre os Paumari: "a socialidade potencial é projetada na totalidade do cosmos e coincide, ao menos linguisticamente, com o que foi chamado de subgrupos *madiha* (conforme o modelo e o termo Kulina)" (Bonilla, 2005a, p. 50). E permite distinguir as "nações" de humanos potenciais com as quais os Paumari se relacionam cotidianamente.

forma de suicidio (practicado por ingestión de *kunaha,* un veneno piscicida) constituyeron una nueva manera de organizar el tejido de relaciones" (Aparicio, 2015, pp. 67-68).

Outro estudo que convém citar é o de Maizza (2012) entre os Jarawara. A autora afirma que ao interrogar os Jarawara sobre os subgrupos não encontrou nada a respeito. Para Maizza "as aldeias Jarawara parecem seguir os mesmos princípios de organização que os subgrupos do passado, mas sem nomes de espécies animais ou vegetais" (2012, p. 230). Provavelmente no passado os nomes dos subgrupos se referiam a especificidades locais ou geográficas do território ocupado e habitado. Atualmente as aldeias são agrupamentos organizados em torno de um pai (chefe da aldeia) e seus aliados; e possuem um pajé (ou um pastor). O padrão ideal de casamento é endógamo e a residência é virilocal. Fora das aldeias há outros tipos de seres, extremamente perigosos. Para Maizza a chave para enxergarmos os ideais da organização social Jarawara está "no céu". É no "céu Jarawara" que encontramos formas de organização idêntica aos *madija* dos Kulina: "grupos localizados espacialmente, com nomes de plantas e artefatos; nomes que correspondem a diferentes 'tipos de gente" (2012, p. 231). Ao localizar os Jarawara dentro das reflexões sobre subgrupo, no âmbito arawá, Maizza afirma que não dá para falar de "perspectivismo generalizado", pois os seres que parecem importantes para os Jarawara são aqueles que participam da cadeia da predação. E a partir das ideias de Gordon – em seus estudos sobre os subgrupos Kulina – Maizza afirma: "supondo que 'onomástica potencial' seja também uma topografia potencial, podemos dizer que entre os Jarawara todo nome de grupo é um espaço que é de Outro (sujeito potencial). Mas, também, todo nome é um nome inimigo e um espaço inimigo" (2012, p. 233).

Rangel, ao desenvolver pesquisa entre os Jamamadi do igarapé Capana (Acre) em 1994, afirmou que os mesmos se autodenominam *Iuaseredeni* (*Iuasere*= gente[123]). E alertou para o fato do termo Jamamadi (ou *Yamamadi*) ser um termo atribuído a eles pelos Paumari (possivelmente por ser um grupo que habitava as matas de cabeceiras dos igarapés). Rangel utiliza o termo "grupos de denominação" para referir-se aos subgrupos Jamamadi.

> Os grupos de denominação são compostos por um conjunto de pessoas aparentadas, onde as relações de afinidade balizam os laços mais fortes entre as famílias que os compõem. São endogâmicos, constituídos por chefias políticas independentes e realizam, cada um deles, o conjunto global das instituições e relações sociais (Rangel, 1994, p. 98).

[123] A partícula *deni* aqui possui a mesma função do termo *madija*, porém essa partícula também pode ser utilizada como um sufixo de plural por alguns grupos arawá (como os Kulina, por exemplo).

A filiação a determinado subgrupo geralmente é estabelecida por via paterna. Porém, essa regra sofre exceções relacionadas à miscigenação dos pais, à configuração populacional e ao jogo político de cada território. E sugere que – se considerarmos às semelhanças linguísticas e organizacionais entre os Jamamadi e os outros grupos arawá da mesma região – possivelmente estejamos diante de um "grande conjunto social e cultural", que extrapolaria a convenção etnológica que os dividiu em povos diversos e autônomos (Rangel, 1994, p. 106). Para a pesquisadora, parece haver uma relação de diferença muito maior entre os subgrupos do que entre Jamamadi, Kulina e Deni. Ainda de acordo com Rangel "a unidade básica da organização social tradicional dos Jamamadi era a casa/aldeia", que possuía um chefe e reunia um subgrupo (1994, p. 152). E ressalta que nas relações entre os subgrupos, as diferenças linguísticas marcavam "identidades" e funcionavam como mecanismos duplos que ora promoviam aproximação e alianças, ora promoviam distanciamento (1994, pp. 161-162). Outro mecanismo marcador de diferença – que movimentava a rede de relações Jamamadi – eram as acusações de feitiçaria. Rangel observou como as acusações de feitiçaria são dirigidas, normalmente, contra membros de outros subgrupos. Por outro lado, as festas funcionavam como mecanismos de aproximação e renovação de laços de amizade e aliança entre os subgrupos[124]. Ao discorrer sobre o uso que os Jamamadi fazem do termo *madija*, Rangel utiliza a tradução corrente: a noção de "gente". A autora conclui que, entre os subgrupos Jamamadi, há uma relação entre: denominação, localização geográfica e variações dialetais.

De acordo com Florido (2013) e Koop e Lingenfelter (1983) os Deni se consideram como um povo indígena a partir do compartilhamento da língua (língua Deni). Os Deni[125] se autodenominam Madiha ou Jamamadi Deni.

> Segundo as afirmações, a homogeneidade linguística é a única coisa relevante na ideia Deni de pertencimento a um macro-conjunto, de que são todos parentes frente aos Outros. Isso é evidente a partir do contato que os Deni

[124] Os nomes dos subgrupos Jamamadi são: *Abadeni, Bokoredeni, Tabadeni, Kamadeni, Erekedeni, Dimadeni, Tamakorideni, Havadeni, Maokovideni, Varadeni, Sapodeni, Zoazoadeni, Tabadeni, Atokenadeni, Dimadeni, Zomahideni, Tarozazadeni. Anopideni, Tanodeni, Sirorideni, Aptorideni, Zoazoadeni e Zomahimadi*. Observarmos a presença de identificações similares aos subgrupos encontrados entre os Kulina: os *anopi deni*, que Rangel traduziu como passarinho, em Kulina *anopi madija*: garça *madija*; *hava deni* em Kulina *jahua madija*: palmeira patauá *madija*; e zo*mahi madi* em Kulina *dsomaji madija*: onça *madija*. Interessante também observarmos como os Kulina identificam os *jahua madija*, casados com Kulina no Baixo Juruá, como Jamamadi. E o uso do sufixo *deni* e *madi* como um coletivizador (Rangel, 1994, pp. 94, 97).

[125] A Terra Indígena (TI Deni) possui 1.531.300 ha e se localiza no sudoeste do estado do Amazonas, no interflúvio Juruá-Purus. Não há ligação fluvial entre o rio Xeruã (afluente do rio Juruá) e o rio Cuniuá (afluente do rio Tapauá-Purus), isto é, para se visitarem os Deni empreendem viagens por caminho pela floresta.

> estabeleceram com os Kulina e que não resultou na fusão da identidade de ambos, pois, segundo afirmam, estes últimos falam uma língua quase igual, mas não a mesma que os Deni, logo fazem parte dos Outros (Florido, 2013, p. 122).

Os Deni narram da seguinte forma a história de como surgiram os subgrupos:

> No Xeruã, Kira vomita cem vezes, a cada uma delas saindo uma população indígena com uma língua diferente, "Kanamari, Kulina e muitos outros povos indígenas". *Tamaku*, por sua vez, produziu as diferentes subdivisões internas. Enquanto criava os humanos, ele "vomitou 16 vezes, e saíram os Deni: *Hava* Deni, *Katu* Deni, Varasha Deni, *Tamakuri* Deni, *Zumahi* Deni..." Alguns, dentre os homens do Cuniuá, colocam *Kira* como produtor dos brancos, com suas diferentes línguas, e *Tamaku* responsável pela criação dos diversos grupos indígenas e suas diferenças linguísticas (Florido, 2013, p. 54).

De acordo com Koop e Lingenfelter (1983) os nomes dos subgrupos Deni estão relacionados com a região onde os mesmos habitam. Assim, existiriam os *Upanavadeni* (habitantes do rio *Upanava*), os *Kunivadeni* (habitantes do rio Cuniuá) dentre outros. Os autores relatam a constituição de agrupamentos familiares formados a partir da associação de dois grupos agnatos e observaram também a existência de algumas diferenças linguísticas entre eles. Contudo, Florido (2013), em sua recente pesquisa sobre os Deni, conclui que os subgrupos Deni "não correspondem propriamente a conjuntos de pessoas, mas são composições que se formam a partir da relação com alguma forma de Outro, que causa a estabilização de um tipo de 'Nós' indistinto internamente" (2013, p. 02). Os Deni afirmam que são fruto da mistura de diferentes subgrupos, mas por outro lado afirmam também que são apenas "um *madi*", pois todos são Deni[126] (Florido, 2013, p. 144). Para Florido mesmo havendo uma aparente indistinção em relação aos subgrupos no interior das aldeias, atualmente há uma tendência a um tipo de identificação dos subgrupos fazendo referência ao território. Desse modo fica mais evidente o modo operante atual de dois subgrupos: os *Upanavadeni* os Deni que habitam o rio *Upanava*; e os *Kunivadeni* aqueles que habitam o rio Cuniuá.

Em termos gerais, os dados sobre os subgrupos arawá indicam uma relação estreita entre a identidade de um subgrupo e um determinado local de habitação do território, ou seja, uma ligação íntima entre identidade e ocupação territorial, de modo

[126] "Deni é um sufixo pluralizador ligado, invariavelmente, aos humanos; isto serve para os gêneros, para as pessoas, parentes, pronomes e partes do corpo. Quando aplicado a substantivos não humanos, indica que se trata, na verdade, de humanos, isto é, são os subgrupos mencionados pela literatura e não uma coleção de determinada coisa" (Florido, 2013, p. 147).

que a demarcação da terra indígena de ocupação tradicional para um determinado subgrupo é fundamental para a perpetuação da sua identidade ancestral diferenciada.

Para finalizar essa análise, sobre subgrupos e etnicidade, apresentarei quatro contribuições básicas dessa discussão para a compreensão dos critérios Kulina de ocupação territorial:

Primeiro: a base de análise, dos diversos pesquisadores arawá, é a constatação que existem subgrupos entre os Kulina. É desse ponto de partida que analisam como essas unidades sociais em algum grau organizaram ou ainda organizam a vida social.

Segundo: todos os pesquisadores constatam uma relação clara entre os subgrupos e o território. E afirmam que os subgrupos são critérios básicos para uma organização dos espaços, sejam eles terrenos ou cósmicos.

Terceiro: percebe-se como historicamente cada aldeia ou unidade local reconhecia um subgrupo majoritário que habitava determinado lugar, geralmente um igarapé ou rio tributário do Juruá ou Purus. E como, a partir desse território traçavam relações amigáveis ou hostis com o mundo externo.

Quarto: os subgrupos possuíam um ideal de endogamia desejável, porém, nunca alcançado. E construíam critérios de diferença ("identidade") pautados principalmente no território (habitado e ocupado), nas diferenças linguísticas, nas características físicas e nas especialidades.

3.2.2. Os subgrupos Kulina

Os primeiros registros que tratam da existência dos subgrupos Kulina foram feitos por Tastevin, em 1924. No artigo *Les études ethnographiques et linguistiques du P. Tastevin en Amazonie* o padre etnólogo registra sua visita aos Kulina que viviam entre os rios Eiru e Gregório. E traz contribuições importantes sobre a língua e vários outros aspectos culturais. Assim, os "Kurina" acreditariam na existência de espíritos que nunca foram encarnados, os "Tukurime". Esses espíritos seriam invocados em todas as circunstâncias importantes, como: antes de fazer encantamentos mágicos para curar os enfermos; antes de se envolver em uma grande pescaria ou uma grande caçada; ou mesmo antes de começar um banquete. Os deuses Kulina seriam: "Maxi", cujo nome é o próprio sol; e o deus supremo "Mademade". O céu de "Mademade" seria uma reprodução da terra, com lagos e rios, mas não possui floresta (Tastevin, 1924, p. 422).

Ao chegar "na terra dos Kurina", nas nascentes do rio Eiru, Tastevin coletou vocabulário do dialeto falado por esse grupo. Registrou que se chamavam "Madiha" (*les Hommes*) e não Kurina. E argumentou que a denominação "Kurina" era uma atribuição dada aos mesmos pelos Katukina (que os chamariam de Kore = rã). Em uma tentativa de entender os subgrupos Kulina, Tastevin (1924) os aproxima da organização social própria dos sistemas totêmicos:

> [...] Como todos os índios, eles são divididos em grupos de totem, cada um com o nome do totem animal, seguido pela palavra *madiha*. O Kurina das nascentes do rio Eru são *Zuwihi-Madiha*, ou seja, "*Sapajous* marrom". O rio Eru e seus afluentes são habitados por sete outros "clãs" que são os *Kamanui-Madiha* (pacas), os *Tusipa-Madiha* (*agamis*), os *Ete-Madiha* (cães), os *Dapu-Madiha* (*Penelope sp.* jacu), os *Hawa-madiha* (palmeira *patawa* ou *Enocarpus Bataua*), etc. (Tastevin, 1924, p. 422)[127].

Anos depois, em 1938, Tastevin publicou um artigo sobre as línguas faladas pelos grupos arawá dos rios Purus e Juruá. O artigo é fruto de uma parceria promissora entre o missionário-etnólogo e o francês Paul Rivet, um pesquisador importante da época: secretário-geral do Instituto de Etnologia da Universidade de Paris e secretário-geral da Sociedade de Americanistas de Paris. Nesse referido artigo afirmam que os Kulina (Kulino, Kolina, Kollina ou Kurina) são uma das tribos mais importantes do grupo arawá. E apresentam contribuições importantes sobre a língua Kulina (vocabulário), bem como a localização geográfica desse grupo indígena:

> Um dos informantes de Castelnau lhe contou da existência de índios Kulino no Chiruan (4, V, 87, 89). Informação confirmada, em primeiro lugar, por Chandless que coloca a importante tribo silvícola dos Kulino na margem direita do Juruá, a montante do rio Chiruan. Também os encontramos no Tarauacá e cujo domínio provavelmente se estende por uma grande distância na direção do sudoeste (8.300). Bates localiza os Collina vivendo no Chiruan e no Envirá (Rivet; Tastevin, 1938, p. 73)[128].

Para Tastevin os Kulina estavam divididos em dois grupos, separados um do outro pelos "Yamamadi", mas falando dialetos muito semelhantes. O primeiro grupo – menos numeroso – o "Kolina", denominado Kólö[129] pelos Kanamari, encontrava-se na margem direita do Juruá, próximo ao rio Marari e na região das cabeceiras do alto rio

[127] Tradução feita por mim do original em francês.
[128] Tradução feita por mim do original em francês.
[129] Esses índios seriam chamados de Kore pelos Katukina, porém, é o mesmo nome que os Kanamari dariam aos "Yamamadi" (Jamamadi) e aos "Kolina": Kólö (Rivet; Tastevin, 1921, p. 73).

Tapauá. Provavelmente era com esses "Kolina" que os "Arauá" (Arawá) do igarapé do Chué (Xué) mantinham relações (Rivet; Tastevin, 1938, p. 73).

O segundo grupo, o Kulina ou Kurina, representariam a maior parte da tribo. Esses índios se autodenominavam "Madiha" e eram chamados por seus vizinhos, os indígenas "Kasinawa" (Kaxinawá), de *Pisinawa* (índios fedorentos[130]) ou *Capunawa* (índios podres[131]). Viviam entre os rios Eiru e Gregório, mas viveram, em outras épocas, entre os rios Envira e Tarauacá. Possivelmente esse grupo teve contato com Chandless, porém, após a passagem do explorador inglês, a tribo migrou rumo ao oeste e se estabeleceu na outra margem do rio Tarauacá, talvez para fugir dos "Yamamadi" ou dos exploradores de borracha e do caucho (Rivet; Tastevin, 1938, p. 73).

É nesse artigo também que encontramos os primeiros registros que tratam da existência dos subgrupos Kulina. Tastevin fez uma visita aos Kulina que viviam entre os rios Eiru e Gregório, em 1924, e registrou um grande número de "clãs" (subgrupos) que possuíam os seguintes nomes e terras tradicionais:

> *Zuwihi-madiha* (índios macaco-prego pardos), nas nascentes de Erú;
> *Sinaima-madiha* (índios-cutias), na bacia do Erú;
> *Badu-madiha* (índios-veado), na bacia do Erú;
> *Kamanui-madiha* (índios-paca), na bacia do Erú;
> *Tusipa-madiha* (índios-jacamim), na bacia do Erú;
> *Dapu-madiha* (índios-jacu), na bacia do Erú;
> *Anubeze-madiha* (índios-queixadas), na bacia do Erú;
> *Biru-madiha* (índios-arasari[132]), na bacia do Erú;
> Ete-madiha (índios-cães), no igarapé Bahu, afluente direito do Juruá, a jusante do Gregório;
> *Tukudzu-madiha* (índios-crocodilo), no igarapé Bahu;
> *Aritsi-madiha* (índios-batata), no igarapé Bahu (à direita do rio);
> *Hadu-madiha* (índios-taboca), nos igarapés S. Salvador, tributário do Acurauá, e Acurauá, tributário esquerdo do Tarauacá;
> *Hawa-madiha* ou *Háu-madiha* (índios-palmeira patauá), no igarapé Cuatá, afluente da margem direita do Gregório a montante de S. Amaro;
> *Harumi-nawa*[133], no rio Massape, afluente à direita do rio Gregório, a jusante do rio Recreio (Rivet; Tastevin, 1938, p. 74)

Haveria outro subgrupo Kulina que vivia ao sul das nascentes do rio Eiru, em um afluente do igarapé Preto, tributário do rio Acuraua, o padre Tastevin não conseguiu visitar esse grupo, e supôs serem também *Hadu-madiha*. Por outro lado, em uma visita ao rio

[130] Tradução do autor. Todavia, vale salientar que *pissi* significa macaco-de-cheiro em língua Kulina.
[131] Tradução do autor.
[132] Tradução dos autores. Significa tucano araçari (de acordo com informações de Iba Kulina)
[133] Ressalto que a presença da partícula *–nawa*, junto ao nome desse último subgrupo indica que o mesmo pertence a algum povo indígena do tronco linguístico Pano.

Amarão (afluente direito do Tarauacá, em frente ao seringal Sobral), o missionário encontrou Kulina do rio Eiru, pertencente aos "clãs" *Ete-madiha* e *Tusipa-madiha* (1938, p. 74).

De acordo com Rivet e Tastevin a ocupação territorial dos Kulina se estendia muito mais ao sul, pois quando os primeiros seringueiros chegaram a região, em 1890, encontraram Kulina em vários pontos da margem esquerda do rio Muru, nos igarapés Mucuripe e Muruzinho. Porém, a colonização da região, no auge exploração da borracha, provocou uma migração dos Kulina em direção ao nordeste. Esses índios teriam migrado para o Paraná do Ouro e para a região do rio Envira, e outros teriam se juntado aos Kulina que moravam no rio Acuraua. Os autores apontam ainda para a existência de grupos Kulina no rio Purus, estes seriam os *Aba-madiha* (índios-peixes), os *Erekedeni-madiha* (índios-periquitos) e os *Mamuri-madiha* (índios-*mamuri*[134]). Haveria outro grupo Kulina nas nascentes do Envira que seriam chamados de *Amburu-madiha*[135].

Vimos nessa primeira abordagem histórica sobre os subgrupos Kulina a relação estreita entre os vários subgrupos (ou tipos de gente) e uma terra tradicional.

Os subgrupos *madija* dos Kulina ganham novo destaque na análise desenvolvida por Viveiros de Castro (1978):

> *Madiha* é um conceito Kulina que opera em vários níveis de contraste. Ele pode significar, conforme o contexto: (a) "gente", os seres humanos; (b) "caboclo", i.e. índio, em oposição aos **Kariá**, "cariús", i.e. brancos (que se dividem em cariús mesmo, os brasileiros, e os peruanos); (c) "Kulina" em oposição aos Kaxinawa, Kampa, **Ainahari** (Yamamadi e Kanamari), Mastanawa, etc.; (d) "parente", no contexto típico de "uká **madihá**" – "meu parente", em oposição a **madihá waa**, "outra gente", "não parente". Entre os níveis (c) e (d), e mais próximo ao (d), está o uso de **madihá** como **nação**[136] (1978, p. 18).

Em relação ao conceito *madija*, Viveiros de Castro aproxima o termo ao conceito de nação, tradução feita pelos próprios Kulina: "Nação' é a palavra portuguesa que os Kulina usam para traduzir madihá[137] enquanto subcategoria de identidade Kulina, nomeada a partir de um animal ou planta, e tendencialmente associada a um local geográfico" (Viveiros de Castro, 1978, p. 18). As pessoas de mesmo *madija* são

[134] *Mamuri* ou *mamore*, em Kulina, significa o peixe matrinxã.
[135] Os autores não indicaram a tradução.
[136] Os grifos são do autor.
[137] O grifo é do autor.

wemekuté, "irmãos" ou "parentes"[138], e os nomes dos subgrupos imprimiriam atributos pessoais aos indivíduos a eles identificados. Atualmente os subgrupos estariam "misturados", mas anteriormente seriam endógamos e nitidamente circunscritos a locais específicos (1978, p. 19). Quanto ao padrão de descendência paralela, Viveiros de Castro afirma que há variações e uma tendência à filiação bilateral aos *madija* dos pais: cada indivíduo era "uma banda de cada *madihá* dos pais" (1978, p. 78). Contudo, para o pesquisador a identificação de uma pessoa com um subgrupo *madija* convive com dois critérios básicos: filiação e residência. É a partir desses critérios que o autor interpreta a afirmação dos moradores das aldeias Santo Amaro e Maronaua quando os mesmos declaram que todos pertencem à "nação" *kurubu madija* (peixe-jeiju *madija*). Por outro lado, a identificação do *madija*, a partir do critério da residência ou de nascimento, não causa uma homogeneização *madija*, pois os constantes deslocamentos dos Kulina promovem a existência de mais de um subgrupo em uma aldeia.

Viveiros de Castro alertou para a necessidade de ampliar os estudos dessas unidades sociais e apontou para o fato dos Kanamari (povo indígena de tronco linguístico Katukina e vizinhos históricos dos Kulina) também estarem divididos em subgrupos (1978, p. 19).

Nesse sentido, faço um parêntese, e apresento de forma breve a contribuição de Costa (2007), que ao desenvolver pesquisas entre os Kanamari, afirmou a existência dos subgrupos e analisou as características comuns entre a configuração *madija* e o *–dyapa*[139]:

> Os subgrupos são descritos unanimemente como tendo sido endogâmicos e circunscritos geograficamente. Foi apenas com a chegada dos brancos que povos de *–dyapa* diferentes começaram a co-residir e, aos poucos, a se casar entre si. Os subgrupos eram contidos e demarcados por bacias hidrográficas, das quais, diz-se, teriam sido os 'donos'. Todas essas bacias hidrográficas eram tributárias do rio Juruá e nenhum Kanamari viveu no Juruá antes da chegada dos brancos. A associação desses tributários com os subgrupos – *dyapa* é uma das características definidoras tanto dos rios quanto dos subgrupos (Costa, 2007, p. 42).

Ao analisar os aspectos dos *–dyapa* dos Kanamari, Costa contribui ao debate sobre subgrupos, não apenas porque reitera a relação entre subgrupos e território, mas porque foi capaz de expressar claramente a relação que há entre subgrupos, territórios e

[138] Tradução do autor.
[139] Em Kanamari o termo *–dyapa* se refere a um subgrupo quando vem prefixado pelo nome de um animal: "*Dyapa'*, sem prefixo e não-marcado, não se refere aos subgrupos Kanamari, mas aos grupos falantes de línguas Pano" (Costa, 2007, p. 41).

bacias hidrográficas; e a relação histórica que há entre os tributários do rio Juruá e a definição dos subgrupos[140].

Com auxílio de dois informantes, Viveiros de Castro levantou nomes de sessenta e seis *madija* com suas respectivas localizações geográficas. Vejamos a localização de alguns subgrupos em 1978:

Nome do *madihá*	**Localização**
Badu (veado)	S. Bernardo; Envira; Maronaua
Teaku (traíra)	S. Bernardo
Kurubu (jeiju)	Maronaua, Santo Amaro
Tsinamá (cotia)	S. Bernardo
Obs: Rivet e Tastevin 1938 localizam os Badu e Tsinamá na bacia do Eiru.	
Hadu (taboca)	Tarauacá (rio)
Mutsu (tamboatá)	Ig. Baú (Juruá)
Dzuihi (macaco prego)	Juruá; alto Tarauacá
Hawa (patauá)	Rio Gregório
Obs: R&T localizam os Hadu no Acurauá; os Hawa no igarapé Coatá (margem direita do Gregório); os Dzuihi nas cabeceiras do Eiru. No ig. Baú situam os Eté.	
Eté (cachorro; "bastardos')	Envira (seringal Califórnia); na boca do ig. Jurupari (margem direita do Baixo Envira)
Aba ("peixe"; surubim)	Envira; S. Bernardo; Juruá
Mamoré (matrinxã)	Rio Gregório: no Juruá, abaixo da boca do Gregório
Meí (espécie de formiga)	Rio Eiru
Wahará (carapanã)	Eirunepé
Tukuzu (variedade de jacaré)	Igarapé Preto, m. direita do Juruá, acima de Eirunepé
Aburu (papagaio)	"Cubío" (cf. Lima 1969), no Juruá; um na margem esquerda, pouco abaixo da boca do Gregório; outro na m. direita, bem abaixo de Eirunepé) (1978, p. 19-20).

Viveiros de Castro (1978) obteve informações sobre a existência de mais dez *madija* de localização desconhecida, inclusive a menção de alguns subgrupos no rio Solimões (para espanto do pesquisador). Na época havia poucos registros sobre os Kulina que habitavam a região do Médio e Baixo Juruá, porém o pesquisador afirma que a tradição Kulina era unânime em afirmar a procedência Kulina como da bacia do Juruá. O pesquisador – ao cruzar suas informações sobre os subgrupos com os dados históricos de Rivet e Tastevin – fez três alertas importantes: primeiro, as informações podem não corresponder à localização efetiva de cada subgrupo devido ao constante fluxo migratório Kulina; segundo, a impossibilidade de existência de uma lista fechada com todos os nomes

[140] A clareza dessa relação é importante para pensarmos a relação Kulina com o rio Ueré, pois essa terra tradicional não é apenas um local histórico de moradia, mas é também o local que define e identifica um grupo de parentes.

de subgrupos, pois a dinâmica dos subgrupos aponta para a possibilidade de existência de tantos *madija* "quantos fossem os objetos do universo Kulina" (1978, p. 21); terceiro, percebeu o uso dos subgrupos para "definir uma vaga identidade local e um horizonte difuso de parentesco" (1978, p. 23). E concluiu:

> Em suma, creio que se pode definir o **madihá como uma categoria que denota origem comum, em termos geográficos mais que genealógicos**. Por outro lado, não excluo a hipótese de que a afiliação por **madihá** defina núcleos de **parentela**, setores de **aliança** – o que daria à esta categoria uma significação política (Viveiros de Castro, 1978, p. 79)[141].

O primeiro grande estudo sobre os Kulina foi realizado em 1985 por Donald Pollock, que desenvolveu sua pesquisa de doutorado entre os Kulina que habitam a região do Alto Purus (aldeia Maronaua). Ao analisar a organização social, concluiu que os Kulina se dividem internamente em conjuntos de subgrupos nominados chamados *madija*. Cada subgrupo *madija* é nomeado a partir de um animal ou de uma planta. Os nomes assinalam características das espécies (animal ou planta) às pessoas que compõem determinado subgrupo (1985, p. 38). Todavia, Pollock alerta para o fato de não haver nenhuma relação especial entre as pessoas de determinado subgrupo e as espécies que fornecem o nome ao mesmo. Sendo que o parentesco é traçado bilateralmente e todos os membros de um *madija* se assumem como parentes entre si. Ele observou também que há uma tendência em reconhecer cada aldeia a partir de um único subgrupo, e notou movimentos peculiares quanto à identificação dos mesmos: ora membros de subgrupos diferentes tendem a afirmar sua pertença a um *madija* minoritário, ora reivindicam a pertença ao *madija* majoritário. É dentro dessa dinâmica que a aldeia Maronaua é identificada como aldeia do subgrupo *kurubu madija* ("gente peixe") e a aldeia Santo Amaro seria a aldeia *pissi madija* ("gente macaco-de-cheiro"). Para o autor, o direito de participar de um determinado *madija* está relacionado ao ato do nascimento na aldeia do subgrupo dos pais (uma mulher grávida tende a dar à luz na aldeia na qual nasceu para garantir a adesão *madija* inequívoca ao recém-nascido). Quando a pessoa nasce, em uma aldeia de um subgrupo diferente dos genitores, há três opções possíveis de identificação: a pessoa pode adotar a identidade *madija* de seus pais; a pessoa pode adotar a identidade *madija* da aldeia em que nasceu; ou dispor de uma das duas opções anteriores, conforme a situação.

[141] Os grifos são do autor.

A "transmissão paralela" do *madija* é uma forma de maximizar a heterogeneidade e funciona como forma de garantir direitos e deveres – dos membros *madija* – em outras aldeias (Pollock, 1985, p. 39). Os *madija* tendem a se aglutinar em torno de um grupo de irmãos: irmãos e irmãs (com esposos/-as e filhos), que formam um núcleo de subgrupos residenciais localizados que assumem a "identidade" *madija*. Os direitos dos membros de cada *madija* incluem: participação em virtude de corresidência; livre acesso ao território local para subsistência, caça, pesca, roçado e coleta; acesso ao trabalho dos outros para assistência em várias tarefas; e uma posição dentro das redes de distribuição de alimentos. O autor apontou ainda uma preferência dos subgrupos *madija* pelos casamentos endogâmicos, mesmo que a exogamia entre os *madija* seja aceitável e comum. Por fim, Pollock conclui que as aldeias Kulina compreendem um conjunto de famílias de parentes ligados uns aos outros por meio da associação *madija* comum, pelas relações de parentesco, os casamentos e as trocas econômicas (Pollock, 1985, p. 47).

Nove anos depois Lorrain (1994) realiza o primeiro estudo entre os Kulina que habitam a região do Médio Juruá, na aldeia Terra Nova. Na sua tese a autora faz referência aos dois usos do termo *madija*: Madija – que traduz como *people* – autodenominação de todos os Kulina; e *madija* com referência aos grupos nomeados[142] de acordo com os nomes de animais e plantas (1994, p. 130). Aos membros de um subgrupo são atribuídas algumas das características de seu animal ou vegetal homônimo. Os subgrupos constituíram-se como uma unidade política através da guerra contra outro subgrupo (fator central da integração). As aldeias fazem parte de aglomerados que se visitam frequentemente, e realizam rituais e casamentos mistos. Esses aglomerados estão sujeitos a constantes movimentos de expansão e de cisão. Os subgrupos não correspondem à configuração clânica, pois os mesmos são relativamente dispersos e cada subgrupo não possui um ancestral comum (mesmo que não identificável). Os *madija* dos Kulina têm sua origem em um grupo indiferenciado, e foram todos nomeados por um único ancestral antes de sua dispersão.

Ao comparar os subgrupos Kulina com os "nexos endogâmicos" Achuar e com os "agrupamentos comunitários" Yanomani, a autora afirma que os aglomerados Kulina não estão centrados na figura de um "grande homem" e não estão focados em qualquer personagem central, mas formam uma rede de parentes intimamente relacionados, que se

[142] Lorrain se refere aos *madija* como: *named groups* (1994, p. 136).

instalaram em um ou vários igarapés vizinhos. Os Kulina evitam visitar outros aglomerados, por medo de ataques xamânicos ou qualquer outro tipo de conflito:

> They can be compared to Yanomam clusters of communities (Ramos and Albert, 1976: 84) and to Achuar "endogamous nexi" (Descola, 1982: 303; Taylor, 1983: 333-34), except that contrarily to Achuar nexi Kulina clusters are not centered on a nodal "great-man" or a great-man and shaman pair. They are not focused on any central figure, but rather on a network of closely related kin who have settled on one or several neigh bouring igarapés (Lorrain, 1994, p. 131).

Aqui abro um parêntese para chamar atenção para a relação estreita entre subgrupos, território e bacia hidrográfica que Lorrain apresenta, pois nos aproxima novamente das observações feita por Costa (2007).

Atualmente os subgrupos estão concentrados em determinados igarapés, mas alguns de seus membros podem ser encontrados em outras áreas. Na aldeia Terra Nova o *tocodso madija* (jacaré açu *madija*) é o subgrupo numericamente dominante. A pesquisadora relaciona essa expressiva identificação ao fato da região do igarapé do Baú (onde está localizada a aldeia), por razões históricas, está associada ao subgrupo *tocodso madija.* Lorrain (1994) afirma que o *dsohuiji madija* (macaco-prego *madija*) é o segundo subgrupo mais numeroso e importante na aldeia Terra Nova. Os subgrupos *tocodso madija* e *dsohuiji madija* descendem de Huaridsa (Abel), um famoso líder *tocodso madija*. E conclui que a afirmação que "todas as pessoas do igarapé do Baú pertencem ao subgrupo *tocodso madija*" pode ser explicada a partir de critérios relacionados ao domínio numérico e aos antecedentes geográficos e históricos. Entretanto, a autora identificou seis diferentes subgrupos na aldeia Terra Nova que estariam relacionados ao subgrupo majoritário através de laços de consanguinidade e de afinidade (Lorrain, 1994, p. 137). Nos casamentos exogâmicos, a pertença ao grupo nomeado é transmitida de acordo com a regra de descendência paralela. Porém, na prática uma série de outros fatores pode influenciar a atribuição de membros a determinados subgrupos, como por exemplo: os líderes geralmente transmitem a sua identificação subgrupal a todos os seus filhos (independentemente do sexo); e os xamãs também transmite o seu *madija* aos seus filhos/-as (o que aponta um viés patrilinear na regra de descendência paralela). Por sua vez os assassinos são comumente chamados de *ette madija*[143] ("cachorro *madija*"), e os pajés

[143] Severino-Nodiha (falecido, liderança do rio Eiru), primo de Cossaro e Cara é reconhecido como do subgrupo *ette madija* (cachorro *madija*).

assassinados após acusação de feitiço mortal passam a serem identificados como *dsomaji madija*[144] ("onça *madija*") independentemente do seu subgrupo original. Aos membros de um grupo nominado são atribuídas algumas das características de seu animal ou vegetal homônimo.

Lorrain observou que os filhos (do sexo masculino) de um assassino (ou de um pajé acusado de feitiço mortal) muitas vezes buscam identifica-se a partir do subgrupo da mãe, ou ainda buscam filiação a um subgrupo mais respeitável. A pesquisadora observou também como as pessoas ocasionalmente manipulam a sua identificação a um determinado subgrupo de acordo com a conveniência política (1994, p. 138).

Contudo, a pesquisadora apontou uma tendência ao desaparecimento progressivo dos subgrupos e/ou para uma transformação dos mesmos em sobrenomes de importância secundária. E fez observações, como: muitos pais jovens ignoram o subgrupo de pelo menos um de seus pais; a maioria está incerta da pertença dos filhos aos subgrupos; e constatou que jovens, com menos de 25 anos, ignoram o subgrupo a que pertencem – embora a maioria saiba o *madija* de pelo menos um dos avós. Lorrain sugere ainda que a pertença aos subgrupos parece estar adquirindo uma definição pejorativa que se aplica a todos os "outros", principalmente aos assassinos. E atribui isso a fatores pós-contato que provocou o despovoamento de aldeias e sucessivos casamentos entre subgrupos. Os Kulina agora formam pequenas unidades políticas: as aldeias.

Em minha dissertação (Amorim, 2014) retornei ao tema dos subgrupos *madija* a partir do ritual do *Ajie*. O ritual é uma grande festa que os Kulina fazem com a presença de convidados de outras aldeias, no qual o insucesso da festa pode resultar em uma série de conflitos, que envolvem acusações de feitiçaria e a identificação subgrupal. Assim, os subgrupos que parecem diluídos e "misturados" pelas alianças matrimoniais e comensalidade, irrompem e promovem uma identificação a partir dos *madija* dos avós. Na análise considerei as posições divergentes quanto à existência substancial dos subgrupos Kulina. Todavia, concluí que há um consenso: os subgrupos continuam operando, organizando e explicando o mundo Kulina[145]: seja no *nami*, o patamar terreno

[144] Esse dado é a chave para entendermos a relação do pessoal do Chico Cidade-Omaco (*biro madija*-tucano araçari *madija*) com o pessoal do Ado (*dsomaji madija*-onça madija). Explica porque o subgrupo do Ado vivia em processo de fuga e aproximação do pessoal do Chico Cidade. Explica também porque atualmente as pessoas sabem seu subgrupo, mas não querem que esse tipo de informação conste nos documentos oficiais de identificação do Estado Brasileiro.

[145] Tone Madija Kulina (neto de Najora, morou na TI Rio Ueré e agora mora na aldeia Jaci) e Iba Kulina (casa 18) explicam a relação dos Kulina com o território a partir do modelo dos subgrupos: os Kulina são *jidsama madija*, são queixadas *madija*.

onde habitam predominantemente os humanos; ou no *nami bodi*, o patamar subterrâneo onde habitam de modo prioritário os não humanos.

Na região do Baixo Juruá encontrei referências a dezesseis *madija*. A predominância na Terra Indígena Kumaru do lago Ualá é do subgrupo *dsohuiji madija* (macaco-prego *madija*) e *biro madija* (tucano pequeno *madija*). Porém, encontramos no Baixo Juruá pessoas de outros *madija*, como: *ette madija* (cachorro *madija*), *jarissi madija* (batata-doce *madija*), *jomo madija* (macaco-preto *madija*), *dsomaji madija* (onça *madija*), *dsahuida madija* (pupunha *madija*), *anopi madija* (garça *madija*), *bare madija* (banana comprida *madija*), *jahua madija* (palmeira patauá *madija*), *capaidso madija* (mamão *madija*), *ssabira madija* (ariranha *madija*), *corobo madija* (peixe jeju *madija*), *dsotomi madija* (quati *madija*), *maro madija* (palmeira buriti *madija*) e *nara madija* (palmeira jaci *madija*).

Destaca-se que a realidade dos subgrupos no Baixo Juruá é marcada pela cotidianidade, no qual uma aldeia tende a ser identificada a partir de um único *madija*. Os subgrupos *madija* ganham visibilidade nas relações entre aldeias, nos momentos de casamentos, nas festas (*ajie*) ou nas fofocas de feitiço. A identificação de uma pessoa, a partir de um subgrupo, pode gerar tensão, cisões de aldeias e de matrimônios; ou apenas fazer as pessoas rirem. Como vimos a pertença aos subgrupos é flexível, e marcada pelas relações de proximidade e distância, pela comensalidade (troca de substância), por razões e políticas terrenas e cósmicas; dentre outros fatores[146].

Ao percorrermos diferentes análises, registros e etnografias que tratam dos subgrupos – entre os povos indígenas arawá e entre os Kulina – concluímos que os diferentes subgrupos ocupavam as margens de rios ou igarapés tributários dos rios Juruá e Purus. A realização ideal desse modelo (subgrupos endogâmicos "donos" de um rio ou igarapé) talvez nunca tenha sido alcançada, porém é uma estrutura que foi muito afetada pelas frentes de expansão econômica. A configuração subgrupal é um critério em vigor, entre os Kulina, e promove a dispersão da população no território, apesar das "misturas" provocadas pelas constantes violências do pós-contato. O modelo subgrupal é atual e funciona como uma estrutura mental que organiza a vida humana e não humana; pois demarca territórios e constrói "identidade". Vimos como os *madija* funcionam como um

[146] O casamento ideal é o realizado entre primos cruzados, com preferência à endogamia (no subgrupo ou na aldeia). O modo de residência é o uxorilocal (matrilocal). E a filiação oscila entre o sistema unilinear, de filiação patrilinear, e a filiação paralela: as mulheres tendem a se identificar a partir do subgrupo *madija* de sua mãe e os homens a se identificar a partir do subgrupo do seu pai.

mecanismo que produz identificação em vários níveis, pois pode ser usada para diferenciar-identificar uma pessoa, uma parentela, uma aldeia, um território ou ainda todo o povo Kulina. Entretanto, alerto que é justamente a relação território-subgrupo que impõe limites à conjunção de pessoas de diferentes lugares em um único território, pois cada pessoa carrega a memória cultural e histórica de seu subgrupo. E cada subgrupo sabe quem são seus amigos e seus inimigos. Quer dizer, um membro de um subgrupo rival tem muita dificuldade em morar na mesma aldeia de um reconhecido inimigo histórico de seu subgrupo, pois a pessoa se sente constantemente ameaçada. Muitas vezes há conflitos nas aldeias que são motivadas por disputas antigas entre diferentes subgrupos e que emergem a partir de divergências atuais que parecem pequenas e banais a olhos externos. Isso, por exemplo, gera uma série de dificuldades na implantação de políticas públicas, pois os agentes responsáveis pela implantação das mesmas desconhecem essa questão.

Por fim, atualmente os subgrupos são usados para explicar a ocupação tradicional de um rio ou igarapé, e são usados como critérios de identificação de uma aldeia ou de uma pessoa. É necessário registrar que o modelo subgrupal continua operando e integra a configuração cultural e ontológica Kulina. Os subgrupos são elementos culturais fundamentais para explicar e organizar o mundo, um mundo que é habitado por diferentes tipos de gentes e de seres.

3.2.3. Os subgrupos madija na TI Rio Ueré

Perguntei aos idosos na TI Rio Ueré qual sua identificação subgrupal e obtive as seguintes respostas:

1. Paroja, 83 anos, casa 9, falou: "ohuape *ette madija*. Carape *dsomaji madija*". "Eu sou cachorro *madija*. O Cara é onça *madija*".
2. Siteri-Madalena, 76 anos, casa 25, respondeu: "Amipe, Mariquinhape, *jahua madija.* Abi, *maro madija.* Ohuape *jahua madija* (tradução[147]: Minha mãe Mariquinha era patauá *madija*. Meu pai era buriti *madija*. Eu sou patauá *madija*"). Siteri apresenta uma clareza não apenas sobre qual subgrupo *madija* pertencia o pai e a mãe, mas vai além ao frisar a tendência a descendência matrilinear dos subgrupos: Siteri se identifica a partir do subgrupo da mãe.

[147] Tradução feita por mim.

3. Iba (casa 18) é subgrupo *dsohuiji madija* (macaco-prego *madija*) veio do rio Gregório (informações de Siteri-Madalena).
4. Cossaro (casa 27) é *dsomaji madija* (onça *madija*). Ridoma, sua esposa, é do subgrupo *jarissi madija* (batata doce *madija*);
5. Siho (casa 28) é do subgrupo *dsotomi madija* (quati *madija*)[148]. Salvador (pai de Siho) era *jahua madija* (patauá *madija*). Ede, avó materna de Siho era subgrupo *dsotomi madija* (quati *madija*) (Siho lembrou bem o subgrupo *madija* do pai e da avó materna).
6. O casamento de Majoro com Mahuija-Socorro constituiu uma aliança entre os subgrupos *dsomaji madija* (onça *madija*), subgrupo do pai de Mahuija (Cara), e o subgrupo *dsohuiji madija* (macaco-prego *madija*), subgrupo de Majoro.
7. Dsihuini, 80 anos, casa 3, é do subgrupo *biro madija* (tucano araçari *madija*).

Ao aproximar o tema dos subgrupos ao processo de identificação da Terra Indígena Kulina do rio Ueré ressalto o fato das pessoas majoritariamente se identificarem como membros dos subgrupos *biro madija* (tucano araçari *madija*), subgrupo de Acora-Edmundo (pai de Dsihuini, segunda esposa de Ado, e filho de Chico Cidade), e *dsomaji madija* (onça *madija*), subgrupo de Ado (liderança que organizou o pessoal na TI Rio Ueré). O subgrupo *dsomaji madija* é duplamente estigmatizado: primeiro, pelos próprios Kulina, pois somente os filhos dos grandes pajés são onças *madija*; segundo, perante a sociedade nacional, pois se identificar como *dsomaji madija* (onça *madija*) significaria ser "gente da onça" e isso é motivo para os não indígenas "rir deles". Assim, a demarcação da TI Kulina do Rio Ueré é uma forma de assegurar ao subgrupo *dsomaji madija* uma terra para morar e cuidar; distribuir os recursos; traçar relações, delimitar amigos e inimigos; estabelecer alianças; receber parentes e aliados; e se proteger dos inimigos, sejam eles indígenas, não indígenas ou não humanos.

Indaguei Cara Kulina sobre o nome da aldeia Matatibem. Ele respondeu que Matatibem era o nome do antigo seringal do Sr. Nestor; não indígena que morava onde atualmente está localizada a aldeia Matatibem e tinha boa relação com o subgrupo do Ado. Desse modo, Nestor não "se importava" que Ado morasse na Aldeia Velha. Porém, Ado veio morar no local Matatibem apenas quando Nestor foi morar na cidade de

[148] Lorrain analisou a relação entre os Kulina do Juruá-Purus e os Kulina do rio Envira. Os Kulina do Juruá-Purus identificam os Kulina do Envira como *dsotomi madija* ("quati *madija*") por causa de seus ataques fraudulentos como **guerreiros e pajés**: aos quatis é atribuído um caráter dissimulado (ídem: nota 17; p. 138).

Carauari (e Ado ficou cuidando da criação de porcos de Nestor). E Cara concluiu: "Aqui somos só Kulina, não somos como os de Baixo que colocaram Madija Kulina[149]"

Por último, é a **relação dos subgrupos que move as práticas de secessão**. Muitas vezes, há conflitos nas aldeias que são motivados por disputas antigas entre diferentes subgrupos e que emergem a partir de divergências atuais que parecem pequenas e banais a olhos externos. Isso, por exemplo, gera uma série de dificuldades na implantação de políticas públicas, pois os agentes responsáveis pela implantação destas desconhecem essa questão.

4. Registros históricos e narrativas orais sobre a ocupação no Rio Ueré

4.1. Histórico de ocupação de acordo com registros históricos de organizações indigenistas: CIMI, OPAN e COMIN

Na década de 80, indigenistas de organizações missionárias iniciaram uma série de levantamentos sobre a situação dos Kulina no Rio Juruá. Os relatórios trazem importantes dados que ajudam a reconstruir a história que precedeu a ocupação mais recente no Rio Ueré.

Na busca por reconhecimento oficial da terra tradicional Kulina no rio Ueré (localizada nos municípios de Carauari-AM, Tapauá-AM e Tefé-AM) empreendi uma pesquisa nos arquivos do CIMI na cidade de Tefé-AM[150]. Há importantes registros escritos feitos pelas equipes indigenistas da OPAN (Operação Amazônia Nativa), Conselho de Missão entre os Índios - COMIN e CIMI. Essas entidades trabalharam na região de 1983 a 1990.

Em 1983 uma equipe formada por indigenistas e indígenas percorreu todo o rio Juruá para mapear os problemas e dificuldades enfrentados pelos Kulina, principalmente a questão da terra e organização[151]. A empreitada rendeu um levantamento histórico

[149] A maioria dos Kulina no Baixo Juruá possuem como sobrenome as palavras Madija Kulina. Assim temos: Huaido Madija Kulina. Enquanto que na TI Rio Ueré aqueles que carregam a identificação étnica no sobrenome possuem apenas a palavra Kulina. Por exemplo: Cara Kulina.

[150] Durante a pesquisa contei com o apoio de toda equipe do CIMI, mas de modo particular agradeço o apoio de Francisca Cardoso Silva (Poty).

[151] Integravam a equipe pessoas do Conselho Indigenista Missionário-CIMI (órgão da igreja católica), Conselho de Missão Entre Índios-COMIN (igreja luterana) e da Operação Anchieta-OPAN (atualmente Operação Amazônia Nativa-OPAN). Indigenistas: Rosa Monteiro (OPAN), Lori Altmann (COMIN), Egon Heck e Rubinho (CIMI). Indígenas: Itijo (tuxaua da aldeia Ajitini), e cinco Kulina das aldeias Maronaua e Santo Amaro.

rigoroso que nos fornece dados indispensáveis para compreendermos a forma como os Kulina se apresentam atualmente.

> Meio século de constantes migrações, os Kulina do médio e baixo Juruá, sofrem as seríssimas consequências desse processo: absorvidos como mão de obra barata no extrativismo, a maioria dos grupos não consegue manter um equilíbrio na sua agricultura de subsistência ficando assim numa total dependência dos patrões. As mulheres muitas vezes são usadas como prostitutas pelos seringalistas e seringueiros, tendo-se encontrado vários filhos destes entre os Kulina (Altmann, et al., 1983, p. 02).

O levantamento caracteriza bem a situação dos Kulina em 1983: a violência histórica que os Kulina enfrentam na aldeia Cacau e a proximidade com a cidade; epidemia de sarampo; perseguição dos não indígenas; a vida em fuga entre o Juruá e o Purus (para se esconder das correrias); o trabalho como mão de obra na extração de seringa e madeira; o avanço dos seringais na terras tradicionais; a vida acossada nas terras tradicionais fomentou conflitos entre os subgrupos; os registros de homicídios; o fim do período de extração da borracha e o início da exploração do pescado; e o processo de alcoolização promovido pelos patrões (que trocavam cachaça pelos produtos dos Kulina). Todas essas variáveis concorreram para aumentar a "perambulação" dos Kulina.

A seguir transcrevo amplos trechos do levantamento sobre os Kulina do Alto / Médio Juruá que têm relação direta com os Kulina que habitam a TI Rio Ueré. As notas de rodapé explicitam a ligação dos moradores atuais do Rio Ueré com as localidades citadas nos documentos. A transcrição dos textos obedece a mesma disposição apresentada pelos autores.

> Rio Envira (Piauí, **Cacau**[152] e Machado)
> [...]
> Os kulina do Piauí exercem o comercio da seringa e de outros produtos em menor quantidade com um seringal próximo, com os marreteiros que passam pelo rio ou diretamente na cidade de Pacatuba aonde chegam com algumas horas de barco pelo rio. Já os Kulina do **Cacau** têm uma dependência muito grande da cidade de Pacatuba, e chegam até ela em mais ou menos duas horas por uma estrada construída pela mão-de-obra gratuita dos Kulina, por incentivo de um professor branco que trabalha na área.
> Este tem interesses na estrada para escoamento de madeira extraída da terra indígena por elementos de sua família. Também por motivos eleitoreiros já que é vereador e a estrada serve aos colonos brancos que possuem lotes de terra ao longo da estrada que vai dar na cidade.

[152] Na aldeia Cacau moraram Siteri (casa 25) e Manoelzinho-Manohve (casa 20). Atualmente mora Jaho irmão de Siteri (casa 25) e Manohve (casa 20)

A área é pequena e está com a caça, a pesca e a coleta muito reduzidos pela proximidade com a cidade.

Rio **Tarauacá** (Bananal e Samaúma) e Rio **Acuraua** (Amapá)[153]
A bacia do Tarauacá é considerada terra tradicional dos Kulina. [...] os velhos que residem na região indicam locais de maloca antiga, de capoeira velha e de pupunhais plantados pelos seus antepassados. Ssina uma velha centenária da região nos fala sobre uma época em que os Kulina eram muitos (sibatahui) e que um 'dori rapodse' (feitiço soprado que mata coletivamente) fez uma matança que os reduziu a bem poucos. Provavelmente foi uma **epidemia de sarampo** levada à aldeia por brancos que chegaram a região a muitos anos atrás. Fala também do tempo das correrias em que os Kulina viviam acossados do Juruá para o Purus e vice-versa fugindo da perseguição dos brancos.
Esta região é relativamente pouco habitada por brancos e não existe nenhum seringal que reclama a sua propriedade. Bastante farto de caça, pesca e coleta, e para lá são atraídos os Kulina das aldeias do Cacau e Piauí nos meses de janeiro a março para a coleta da pupunha.
A atividade principal é a extração da seringa que é comercializada para os marreteiros na beira do rio ou para um seringal localizado na boca do Acuraua.

Igarapé **Preto** (**Ajitini**) – (Torre da Lua, Januário, **Porto Velho**[154]).
O grupo do **Ajitini** é originário do igarapé do **Baú** e do **Eiru** (Ig. Piranha-Cahuatoni), tendo vindo para este local a aproximadamente 150 anos. Fixaram-se originalmente no Igarapé Branco, afluente do **Ajitini**, sendo nesta época tuxaua do grupo Aribona. Quando aí chegaram não havia presença de não-índios, apenas mantinham algum contato esporádico com algum branco que vinha do Juruá comercializar com eles.
Há mais ou menos 30 anos atrás estiveram afastados da área por alguns anos devido a uma morte. Passaram neste período pelo **Cacau** e pelo **Eiru**. Atualmente encontram-se localizados em maior concentração em dois locais: Torre da Lua e **Porto Velho,** sendo que no Januário mantem 2 famílias. Há dois seringais que avançam sobre suas terras. Um deles é conhecido como seringal São Miguel com dois barracões próximos e estão dessas aldeias, um abaixo e outro acima do ig. Coutá (local de capoeira velha dos Madija), afluente do Ajitini. Este seringal de propriedade do Raimundo Chagas, candidato a prefeito pelo PMDB (1983) em Eirunepé, filho de Francisco Chagas, a quem os Kulina já prestavam serviços e para quem cortavam seringa. O outro seringal é o Sabóia de propriedade de João Ferreira. Algumas colocações deste seringal fazem fundos com a área indígena.

Igarapé do **Baú** ou **Huessesse**[155] (Nova Sorte e Terra Nova)
Fica dentro da área compreendida entre o Eiru e o Gregório já citado por River Tastevin em 1921 e é área tradicional Kulina. Naquela época houve muito atrito entre Kulinas a brancos, e os primeiros mencionam em suas histórias o ataque que fizeram seus antepassados a não-índios que tentaram subir aquele igarapé.

[153] Na aldeia Dsidsirihua, seringal Acuraua, no rio Tarauacá nasceram Siteri (casa 25) e Manohve (casa 20).
[154] Siho e Ropi (casa 28) estiveram na aldeia Ajitini, igarapé Preto e Porto Velho, e ajudaram na autodemarcação da TI Kulina Médio Juruá.
[155] No igarapé Huessesse, mora Nonahi, irmão de Paroja (casa 9). Huessesse é também a terra natal do avô paterno (Dsacade) de Maria Miranda (casa 36) e Iponi (casa 34).
No igarapé do Baú (abaixo da aldeia Piau e acima de Eirunepé) nasceu Oma, pai de Tone (casa 42), Sada (casa 41) e Ridoma (casa 27)

O **Baú que em passado recente abrigava um grande número de índios, vem paulatinamente sendo esvaziado**[156]. Os motivos foram em maior parte pelo atrito entre **clãs**, questões de liderança e o 'dori'.
Recentemente com a morte de Batta (Pantaleão) da aldeia de Boa Sorte o igarapé ficou quase que desabitado pelos índios. Ele foi **assassinado** em novembro de 1983 por outro índio (ambos embriagados), e depois disso a população deslocou-se em sua maioria para a aldeia de **Porto Velho (Ajitini**), aonde residem parentes seus.
Há somente o seringal Ceará ou São Caetano avançando sobre o território madija neste igarapé e é propriedade de Maurício. As colocações são somente ocupadas durante o verão por ocasião do corte, sendo que no inverno, até então, os seringueiros saiam da área. Atualmente os donos estão planejando a instalação de um barracão igarapé acima para assim fixarem os seringueiros em suas colocações.
A borracha é a principal fonte de troca para a aquisição de mercadorias, que são conseguidas no barracão do seringal Ceará no Juruá próximo a foz do Ig. Baú.

Igarapé Coatá (rio **Gregório**)[157]
No Coatá os madija são parasitados por uma família de miseráveis seringueiros, que se dizem proprietários da área, aos quais fornecem a macaxeira para a farinha e o peixe. Um elemento desta mesma família serve de intermediário entre os índios e as outras empresas seringalistas ao redor da área, para os serviços de corte de madeira e seringa. O intermediário convive com uma moça kulina, que no momento está grávida desse e esta ligação lhe dá alguma liberdade de trânsito na aldeia.
O grupo vive da extração da seringa, do corte de madeira, da criação de animais domésticos e da venda da mão-de-obra para os seringais próximos.

Riozinho do **Penedo** (**Piau**, **Jari**, **Brocado**)[158]
Dois seringais fazem fundo com os territórios de ocupação dos Kulina no Penedo: O seringal de Joao Carvalho Martins e o Seringal Valparaiso de Antônio Gomes Carvalho.
Os índios mencionam o local denominado **Restauração**[159] **nas cabeceiras do Riozinho e o Ig. Reconquista,** este último mais acima no Juruá, como sendo ponto onde num passado distante, **concentraram-se seus antepassados**.
João Carvalho Martins tem pressionado os índios a abandonarem seus atuais locais de morada e deslocarem-se para as cabeceiras do igarapé

[156] Transcrição literal do texto histórico. Grifos dos autores.
[157] No rio Gregório havia um Posto do SPI em 1928. Cara (casa 9) e Cossaro (casa 27) contam que Equene (falecido, morou na TI Rio Ueré) conheceu o encarregado do "Posto Indígena do Penedo", Alfredo José da Silva.
No rio Gregório nasceram: Iba (casa 18) e Sipocahi (casa 23).
[158] Rio **Penedo**: local onde nasceram e viveram Ado (casa 3) e Maria Dsohe.
Na aldeia **Piau** (Ipixuna-AM) nasceram: Mazinho (casa 27), Ropi (casa 28), Samuel (casa 12), José (casa 28), Jeová Aquino (casa 28), e Anori (casa 33). Moraram na aldeia Piau: a família da Siho (casa 28), a família da Suzana (casa 33) e a família do Dione (casa 32). Atualmente também moram na aldeia Piau vários parentes dos Kulina que habitam o Ueré, por exemplo: o pai de Dadso (casa 40) e Ara (casa 38); e Quiama filha de Dahora (casa 30).
Aldeia Riozinho, igarapé do **Brocado**, localizado acima da aldeia Piau e do Jari: terra natal de Rodsa (casa 22).
[159] Lago da **Restauração**: seringal Restauração. Jidodo-Ridodo (igarapé **Reconquista**). Terra natal de Omaco (Chico Cidade, avó paterno de Dsihuini). Local onde morou Ado e Maria Dsohe (recém-casados). Nasceram no local: Cara (casa 9); Iraci (casa 15); Caido (esposo falecido de Siteri-casa 25) e Dsihuini (casa 3).

para o lado do Seringal Valparaiso. Queixa-se da situação atual dos roubos e diz que antes havia os "bons" tuxauas, ou seja os que se submetiam aos interesses dos brancos, e que hoje os kulina estão sem líder.
Os índios deste igarapé tem em suas transações comerciais basicamente a borracha e animais domésticos como fontes de barganha e para isso servem-se dos barracões das duas empresas seringalistas que avançam sobre suas áreas.
Apesar de ser área de ocupação e de **perambulação** dos kulina desde tempos imemoriais, não possuem nenhuma garantia da terra.

Igarapé Medonho[160]
O Igarapé é divisor dos seringais São Paulo e Recife. Os Kulina citam o **ig. Reconquista** como local de procedência das famílias que atualmente se encontram no **ig. Medonho. Perambulavam** por toda a região e para a cabeceira do igarapé Riozinho passando pelo Medonho.
A atividade econômica principal em relação aos brancos é a venda de peixe salgado aos barracões dos seringais São Paulo e Recife. Poucos cortam seringa. Isso porque os patrões não fazem questão de fornece-lhes o material de corte, para que continuem como fornecedores de "rancho" (peixe) para os barracões. Frequentemente brancos vêm até as aldeias, para pescar.
Os índios reclamam na falta de mercadoria nos barracões. **Em geral só recebem cachaça na troca de seus produtos**.
O Medonho concentra uma boa população, tem muita fartura de roçados, de caça, de pesca e de coleta e é área antiga de **perambulação** dos Kulina. A presença de brancos na área é reduzida. Por tudo isso deverá ser incluída na reivindicação de terra pelos kulina junto com a área do Riozinho do Penedo.

Rio **Eiru** ou **Cossija** (Peri, Saboia, Eiru e Soldado).
O rio Eiru e o seu afluente Piranha (Cahuatoni) é território tradicional dos Kulina. [...]. Com a **entrada dos seringueiros brancos escassiaram o peixe e a caça e eles foram pressionados a deixar a região**. Há uns 15 anos atrás houve uma dispersão do grupo provocada por uma **epidemia de sarampo**.
Atualmente dentro da área existe uma vila de não indígenas com uma certa infra-estrutura urbana como: luz, supermercado, etc. e uma população de aproximadamente 360 pessoas.
A empresa seringalista que se diz proprietária das terras da bacia do Eiru é a família Conrado da qual faz parte o atual prefeito (PDS) do município de Eirunepé e que domina o comércio local junto com outras famílias.
Possuem com atividade econômicas principais a extração de seringa e o corte de madeira. Como atividade secundarias a confecção de cestos e vassouras de cipó (saji) e ocasionalmente a venda de farinha de mandioca e de animais domésticos.
O líder **Severino**[161] (**Nodia**) exerce o papel de intermediário entre os outros Kulina e os brancos. Também em relação a FUNAI ele tem sido o ponto de contato. Exerce uma grande liderança no grupo é alfabetizado e fala bem a lingua portuguesa.
O plano da FUNAI de concentrar os Kulina do médio Juruá[162] no rio Eiru liberando áreas reclamadas por seringalistas onde atualmente se encontram espalhados os Kulina, dificilmente dará certo, pois não leva em consideração

[160] No Medonho moram Canoja e Jeri, tias maternas de Iba (casa 18) e Sipocahi (casa 23).
[161] Primo de Cossaro (casa 27), Cara (casa 9), Salim (casa 5) e Edi (casa 7). Cossaro esteve na aldeia Estirão, Bobassassaji (rio Eiru) para ajudar os parentes no processo de autodemarcação da TI Kulina do Médio Juruá.
[162] Atualmente a região integra a TI Kulina do Médio Juruá.

> a cultura Kulina e as suas diferenças clânicas (Altmann, et al., 1983, p. 13-16).

Para os Kulina no Ueré falar dessas terras é motivo de saudade. Por exemplo: Paroja-Maria de Nazaré (casa 9), esposa de Cara Kulina, nasceu na aldeia Cossija (rio Eiru), localizada no igarapé do Chico Pinto, região de terra firme abaixo de Eirunepé. Os pais da Paroja são: Mahuija-Maria (Mariquinha) e Rohuidsi-Luiz[163]. Cara (Zé Pio) subiu até a aldeia Cossija e casou com Paroja-Maria de Nazaré. Depois de casados vieram morar no Igarapé do Índio[164].

Contudo, a saudade dessas terras tradicionais pode ser recente, pois as famílias de Siho e Suzana moraram esses últimos anos na aldeia Piau. Toda a região do Alto e Médio Juruá os Kulina resumem em uma frase: "se conheceram e se casaram porque lá tudo é perto".

Porém, agora veremos como o levantamento (feito por indigenistas e indígenas) apresenta a situação dos Kulina, em dezembro 1983, na região do Médio / Baixo Juruá. A equipe inicia a descrição com um censo da população Kulina e a disposição dos mesmos ao longo do rio Juruá: 25 pessoas na aldeia Maloca, no Igarapé do Gaviãozinho; 41 pessoas na aldeia Mutum, igarapé do Parum, no rio Xeruã; 26 pessoas no seringal Monte D'Ouro; 07 pessoas no Andirazinho (afluente do rio Andirá); 37 pessoas no Juruapuca; 39 pessoas no Vai-quem-quer; e 140 pessoas no Cumaru-igarapé do Macaco (atual TI Kumaru).

> <u>COLOCAÇÃO MALOCA – IGARAPÉ GAVIÃOZINHO – SERINGAL PALERMO</u>
> 1. <u>Histórico</u>
> Esse grupo Kulina é também originário da região do rio Gregório. Fazem referências ao tempo do posto do SPI, embora não tenham morado no posto mas sim no rio Acuraua (maloca do Ajubim, citada nos relatórios do SPI).
> Em meio século de migração, uma parte dos atuais moradores Kulina do Gaviãozinho, a turma do Manoel Hosso – percorreram vários rios: Acuraua – Alto Juruá, Alto Jutaí – Rio Mutum (Jutaí) – médio Juruá – Andirá (baixo Juruá) depois voltaram novamente ao médio Juruá, donde a maior parte já se deslocou, através do rio Xeruã e Pauini até o Teutni, no Purus, onde se localizavam até fins de 1983 (ver mapa anexo)

[163] Os avós paternos de Paroja eram: Conrado e Jamide. Os filhos de Mahuija-Maria e Rohuidsi-Luiz são: Mahuani (F; falecida, morava na aldeia Cossija no rio Eiru); Majahua (faleceu em Manaus); Mappi (M; falecido); Madahui (M; falecido); Issomi (M; falecido); Nonahi (M; mora no igarapé Huessesse, acima de Eirunepé); e Paroja-Maria de Nazaré.

[164] Cossaro: "Madija ia lá porque lá é perto, ne? Quando era naqueles tempos falavam: Madija vamos beber *rami* lá pra outra aldeia. Aí eles vão pra lá. E assim ele conheceu Paroja e ficou com ela" (a aldeia Igarapé do Índio, onde morava Cara, era próximo da aldeia Cossija, onde morava Paroja).

2. Conflitos entre Canamari e Kulina

Essa é uma região tradicionalmente ocupada pelos Canamari – margem esquerda do Juruá. Do outro lado do Juruá – especialmente no rio Xeruan – se localizavam grupos aruak (Kulina, Jamamadi, Deni e Kunibo) que ocupavam toda a região entre o Juruá e Purus. [...]

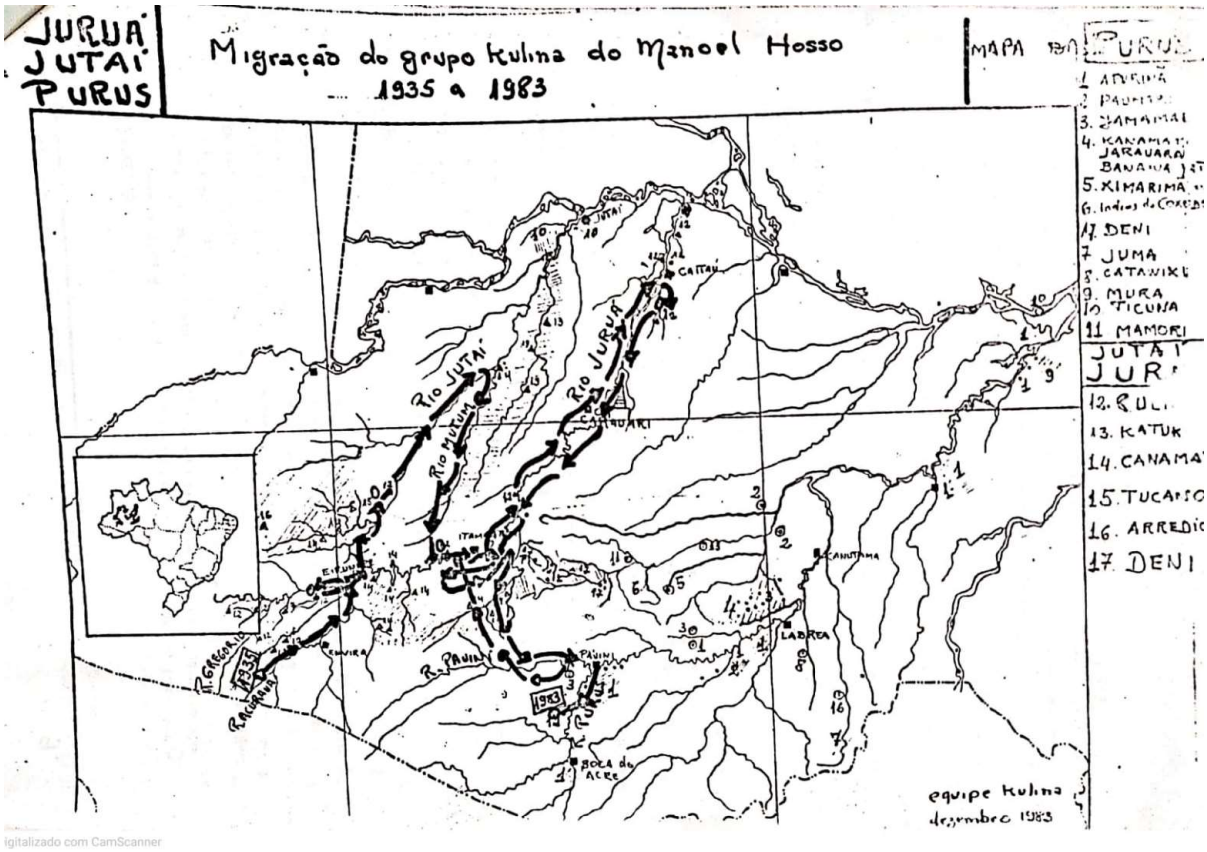
Vários moradores da região nos falam sobre as lutas havidas entre esses dois povos indígenas. Ladislau Martins de Souza, morador da colocação Menino Deus, seringal Gaviãozinho, se prontificou a nos mostrar o local exato onde se travou uma grande luta entre Canamari e Kulina no igarapé Gaviãozinho com muitos mortos de ambos os lados. Citou o nome de grandes tuxauas Canamari que moraram nesse igarapé: Pompeu, Manduquinha, Nicolau. Quem teria expulso definitivamente os Canamari deste lugar teria sido o Chico Cidade, tuxaua Kulina que migrou do Reconquista/Gregório e morreu em Carauari em 1978.

3. Situação atual

Trabalham na extração de borracha que vendem nos barracões mais próximos e raras vezes a regatões. Como a terra é reconhecida como deles não estão sujeitos a um seringalista. Mesmo assim vivem na mesma situação de miséria dos outros grupos Kulina espalhados ao longo do Juruá.

[...]

O que chama atenção também é a presença de várias crianças filhas de Kulina e pai cariu – seringalista ou pessoas de Eirunepé" (Altmann, et al., 1983, p. 09).



Mapa 11 - Migração do grupo Kulina do Manoel Hosso (Jodso) (Altmann, et al., 1983)

A terra tradicional no Igarapé do Gaviãozinho é uma área de ocupação histórica dos Kulina que ainda não está demarcado (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Desde que conheço os Kulina no Baixo Juruá as menções são frequentes ao Gaviãozinho, seja porque Omaco-Chico Cidade e seus filhos habitavam no lugar; seja porque atualmente há um fluxo constante de pessoas que se deslocam da região do Baixo Juruá (TI Kumaru, TI Ueré, ou Juruapuca) para aquela terra.

O documento é esclarecedor. Ao lê-lo muitos relatos e informações adquiriram significado e começaram a integrar uma determinada linha cronológica. Arrisco afirmar que a turma do Manoel Hosso (Jodso) é o grupo de parentes de Majoro (casa 13). Além da descrição da movimentação ser muito similar à contada por Majoro, ainda tem o fato do Majoro ter um irmão de nome Jodso (falecido, mas o conheci morando na TI Kumaru). Não quero afirmar que seja o mesmo Jodso, mas sim o neto do Manoel Hosso, pois os Kulina costumam dar aos netos o nome dos avôs. O grupo do Majoro e de seu irmão Jodso tinha uma relação muito próxima com o pessoal do Ado e do Chico Cidade. Porém, a peculiaridade do pessoal do Majoro é essa movimentação pelo Alto Jutaí (rio Mutum, que atualmente pertence à TI rio Biá-Katukina) (como vimos na Figura 5). Enquanto o pessoal do Ado e do Chico Cidade desceram praticamente todo o Juruá, o pessoal do Majoro desce o rio Juruá apenas até a altura da cidade de Eirunepé, onde acessa o varadouro e em seguida o rio Juruazinho (afluente do rio Jutaí, cabeceira do rio Jutaí).

A mobilidade impulsionada por violência, escravidão, doença ou maltrato de patrão fez com que os Kulina atravessassem a região de terra firme do rio Xeruã e Pauini até o Teuini, no rio Purus. Fruto desse deslocamento forçado foi o nascimento de Tone (casa 42; 36 anos). Ele me contou que sua terra natal está localizada no município de Pauini-AM, no Purus, em um seringal. A família atravessou a terra firme usando um varadouro que dá acesso ao rio Purus. O mesmo está localizado um pouco abaixo do igarapé do Gaviãozinho (abaixo também da aldeia do Igarapé do Índio) (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

A descrição histórica nas narrativas orais é ampla e apresenta detalhes de como era “o tempo da guerra”. Tempo em que havia enfretamentos entre Kulina, Kaxinawa e Kanamari. A equipe conseguiu o relato de um regional que contou a grande luta que os Kulina travaram com os Kanamari pela posse da terra tradicional no Igarapé do Gaviãozinho (área ainda não reconhecida como terra indígena). A expulsão dos Kanamari é apontada como um grande feito de Chico Cidade-Omaco: “tuxaua Kulina que migrou

do Reconquista/Gregório e morreu em Carauari em 1978"[165] (Altmann, et al., 1983, p. 09).

A luta entre Kanamari e Kulina, descrita pela equipe do levantamento, responde também a uma pergunta que alguns Kulina e pesquisadores fazem: porque o Gaviãozinho é a única terra tradicional localizado na margem esquerda do rio Juruá (vimos de Chandless a Tastevin a afirmação que Kulina habitam a margem direita do rio Juruá[166]). Assim, descobrimos que a terra é fruto de uma guerra travada entre o grupo do Chico Cidade e os Kanamari que habitavam o local.

Guardaremos essa informação, pois ela significa um marco cronológico da chegada do pessoal do Ado à região do rio Ueré. Ado afirma que chegou à região de Carauari antes que Chico Cidade (Soares; Mochiizawa, 1997, p. 09)[167]. E como veremos no próximo item, os diferentes subgrupos de Chico Cidade e Ado fizeram uma aliança que deu origem aos moradores do Rio Ueré em tempos mais contemporâneos, dentro desse contexto de grande mobilidade dos Kulina no Rio Juruá. No igarapé Gaviãozinho nasceram: Majoro (casa 13) e Macconi (casa 24). E atualmente mora Anari filha do Dahora (casa 30).

A expedição de indígenas e indigenistas continua descendo o rio Juruá e chega ao Lago de Pupunhas conhecido também como Seringal Monte D'Ouro:

> LAGO DE POPUNHAS – SERINGAL MONTE D'ÓURO[168]
> Histórico
> No final do ano de 1981 várias canoas de índios Kulina desciam o médio Juruá. Era o grupo do tuxaua Raimundo Alexandre que, após uma briga em que morreu Missaini (Juvenal), resolveu migrar para o baixo Juruá. Passando em frete ao seringal Monte D'Ouro, o patrão Dozinho os chamou e convidou para se estabelecerem no seu seringal. Conforme vários depoimentos colhidos o objetivo claro do Dozinho foi usar os Kulina para jogar contra outros fregueses que já há muitos anos trabalhavam no seringal, e dos quais queria se desfazer.
> Este grupo também morou no **posto do SPI seringal Recreio,** no rio **Gregório** (1925-1931). Tendo sido desativado o posto e grassado algumas epidemias, especialmente sarampo, todos os Kulina (conforme relatórios do SPI só no posto eram mais de 388) se dispersaram em pequenos grupos. O

[165] Mais à frente a equipe do Levantamento afirma que Chico Cidade começou a descer o rio Juruá em 1935.
[166] A equipe do levantamento salienta a tendência Kulina em habitar a margem direita do Juruá, e os Kanamari a margem esquerda.
[167] Os Kulina afirmam que a troca de mulheres (a filha pela irmã) o casamento de Ado com Maria Dsohe e Dsihuini (neta Chico Cidade), e de Acora-Edmundo (filho de Chico Cidade e pai de Dsihuini) com Codidsa e Simahi (irmã de Ado) foi feito no Igarapé do Índio antes do pessoal descer para a região de Carauari. Simahi e Dsihuini estão vivas. Simahi mora na aldeia Jaci (Juruapuca) e Dsihuini na TI Rio Ueré (casa 3).
[168] Os textos aqui apresentados são citações literais dos documentos históricos e obedecem ao critério de organização e escrita dos autores.

> grupo do Raimundo Alexandre passou pelo **riozinho da Liberdade** e depois sucessivamente por vários seringais do alto Juruá, sendo que os últimos 20 anos passaram no **Igarapé do Índio.**
> Situação Atual
> É provavelmente o grupo que se encontra em pior situação em todo o Juruá. Submetido a um **regime de escravidão**, **atormentado pelo medo e a violência, desnorteado não encontra maneira de se recompor** e enfrentar toda essa situação. Só nesses dois anos foram **assassinados** – **Casusá** e **Pedro** – por cariu (branco) e um **terceiro**, **Tiani**, apareceu morto no rio.
> Em meados de 1983 uma agente de pastoral da **paróquia de Carauari** foi visitar esse grupo, registrando em seu relatório:
> "Os índios do seringal Monte D'Ouro vivem **totalmente escravizados pelo patrão** que procura dominá-los de toda forma, inclusive jogando os índios contra os carius da região e com isso causando um verdadeiro clima de tensão. Esse patrão que é conhecido pelo apelido de Dozinho e que explora o seringal Monte D'Ouro, mantem os índios **dominados pelo medo**, inclusive amedrontando-os com a FUNAI. Ele vive dizendo aos índios que a Funai vai prende-los ou matá-los, com o intuito de mante-los dentro do laço, impedindo-os desta forma de trabalharem para outro patrão. Há poucos meses um cariu que morava perto desses índios feriu mortalmente um Kulina e em represália os índios fizeram três homens desta família, que acabou abandonando o seringal e agora moram em Carauari... Acho que é preciso se ver uma forma de interferir nesta situação, pois as coisas podem piorar, inclusive pelo fato dos índios estarem sendo dominados pelo Dozinho" (Lucia)
> **Funcionários da Petrobras – equipe 69 – que tinha uma base próxima ao local onde se encontra o grupo tem contribuído para deteriorar o quadro fornecendo bombas aos índios para irem pescar e depois retribuindo pelos peixes com cachaça** (Altmann, et al., 1983, p. 11).

Nesse trecho do levantamento a equipe descreve a situação do grupo do tuxaua Raimundo Alexandre. Esses Kulina teriam iniciado os deslocamentos pelo rio Juruá após a morte de Missaini (Juvenal) e a epidemia de sarampo que acometeu o grupo quando moravam no rio Gregório (no antigo posto do SPI). O grupo passou alguns anos no Riozinho da Liberdade e depois morou por 20 anos no Igarapé do Índio. Contudo, em 1981, ao se movimentar novamente no rio Juruá e passar em frente ao seringal Monte D'Ouro, foram induzidos pelo patrão Dozinho a trabalhar no local. Entretanto, a vida no seringal de Dozinho foi marcada por homicídios (mataram três Kulina), trabalho em regime de escravidão, e por violências de vários tipos (que os deixavam "atormentados" e "desnorteados"). Todo esse quadro se agrava com a proximidade dos Kulina de uma equipe da Petrobras (Equipe 69) que alicia os Kulina: "trocava" peixes por cachaça. Tal procedimento violento deixou marcas profundas nos Kulina e explica a situação atual: um acentuado processo de alcoolização nas aldeias.

Em recente trabalho de campo, na TI Rio Ueré, perguntei aos Kulina sobre o Seringal Monte d'Ouro e as pessoas que ali habitavam. Os Kulina me deram uma resposta que julguei muito vaga: "fica perto do Xeruã e não tem mais Madija morando lá.

Morreram três Madija lá que os brancos mataram". A resposta curta agora adquire sentido se a inserimos dentro da realidade comprovada pelo documento histórico: o assassinato de três Kulina; e toda a situação de violência, maltrato, vergonha, medo e frustação que o grupo viveu. São tragédias como essa que marcam a relação dos Kulina com as frentes de contato e com a sociedade brasileira.

O trecho detalha ainda a situação no Igarapé do Índio, terra tradicional onde morou o pessoal de Ado e de Acora-Edmundo. Atualmente os Kulina da TI Rio Ueré tem uma relação muito estreita com essa terra tradicional. Nasceram no Igarapé do Índio: Salim (casa 5), Issihui (casa 5), Eunice (filha Ado e Maria Dsohe), Edson-Edi (casa 7), Elizabeth (casa 21), Cossaro (casa 27), Ridoma (casa 27), Ire (casa 35), Huatiani (casa 37), Cadsaro (casa 38), Zefinha (casa 39), Dadso (casa 40), Sada (casa 41) Suzana (casa 33). Ainda moram no local: os pais e irmãos de Ridoma (casa 27), e Sada-Sandra (casa 41); e a mãe de Ire (casa 35) (ver Mapa temático 2: Origem e vínculos com outros territórios).

Assim, ao continuarem o levantamento sobre a situação dos Kulina no Baixo Juruá, a equipe chega ao Juruapuca[169] (atual RESEX Baixo Juruá), ao Vai-quem-quer e ao Cumaru-Igarapé do Macaco (atual TI Kumaru do Lago Ualá): região conhecida como terra de Chico Cidade.

> BAIXO JURUÁ
> JURUAPUCA E VAI-QUEM-QUER /CUMARU (Ig. do MACACO)[170]
> Histórico –
> Esse é o grupo conhecido em praticamente todo rio Juruá como o grupo do Chico Cidade. Este tuxaua, após ter morto um "dsupineje" (pagé) no ig. Reconquista (alto Juruá, próximo ao r. Gregório,) em 1935 iniciou um longo processo de migração que continua até hoje. Pela década de 50 estava no rio Itaquaí, indo depois se estabelecer próximo a Eirunepé. Daí seguiu para o ig. do Soldado, depois para o ig. Gaviãozinho, p. Xeruã e finalmente chegou em 1967 em Carauari onde veio a falecer em 1978.
> Situação atual
> Esses grupos Kulina do baixo Juruá além da exploração dos patrões, tem sido vítimas de interesses espúrios de seringalistas e políticos, que querendo se ver livre dos índios, tem forçado a transferência dos mesmos para o alto ig. Andirazinho. A Funai não só tem se prestado a executar esse serviço de transferência contrário à vontade e interesse dos índios, mas continua até hoje teimando nessa funesta política. Quando de nossa visita a esses grupos o funcionário da Funai Benedito Barbosa da Silva havia chegado à área com a incumbência de levar novamente os "ÍNDIOS SEM Funai" para a "Funai sem índios" (A Funai construiu toda uma infraestrutura no Andirazinho, mas os

[169] Mais um documento que comprova a presença dos Kulina na TI rio Ueré: antes, durante e posterior a 1988 (em reverência ao Art. 231, da Constituição Federal de 1988, que trata do conceito de "terras tradicionalmente ocupadas", e em conformidade com a Lei Federal nº 14.701/2023).
[170] Os grifos são dos autores.

> índios todos saíram de lá). Nessa tarefa anti-indígena estão sendo usados expedientes coercitivos, como é o caso do delegado de polícia de Caitaú que acompanha o funcionário da Funai nesse trabalho.
> Por ocasião da visita da equipe do levantamento Kulina ao baixo Juruá os tuxauas Kulina do Purus conseguiram reunir os índios das aldeias Juruapuca e Vai-quem-quer para discutirem essa situação. Todos os índios preferem ficar morando no lago juruapuca, onde já residem 57 pessoas, aos quais os outros pretendem se juntar para formarem uma grande aldeia. Se negam terminantemente a seguir para o Andirazinho, afirmando que lá tem muita malária e fica muito distante do rio e de Caitaú, onde eles fazem as suas trocas comerciais de borracha castanha e artesanato.
> No ig. do macaco já mais próximo à foz do Juruá está se realizando outra grande aldeia com a chegada dos Kulina do Jutaí. Também eles demonstraram o firme desejo de se fixar nessa terra e não ir para o Andirazinho. Cabe à Funai repensar a sua política com relação aos Kulina do baixo Juruá, e junto com os próprios índios buscar os melhores caminhos, a fim de que os índios sejam os beneficiados e não os interesses dos seringalistas e políticos (Altmann, et al., 1983, p. 12).

A descrição das terras tradicionais no Juruapuca, Vai-quem-quer e Cumaru é feita a partir da relação direta que estas áreas têm com a grande liderança Chico Cidade. Todos os deslocamentos do grupo, pelo rio Juruá, começam em 1935 a partir da morte de um pajé imputada a Chico Cidade. O grupo saiu do rio Gregório/Reconquista, terra natal de Chico Cidade, e inicia seu processo de descida passando por várias terras tradicionais: Itaquaí, Eirunepé, Igarapé do Soldado, Igarapé do Gaviãozinho e rio Xeruã. Chegam em Carauari em 1967 e em 1978 faleceu a liderança Kulina Omaco-Chico Cidade.

4.2. A origem da ocupação histórica no rio Ueré: a relação de conflito e aliança entre os subgrupos de Chico Cidade (Omaco) e de Ado

A ocupação contemporânea do Rio Ueré é fruto de um deslocamento histórico de famílias que transitaram entre o Alto, Médio e o Baixo Juruá em um percurso de décadas. A habitação no Rio Ueré é marcada por uma aliança de casamento entre os subgrupos do Chico Cidade (Omaco) e do Ado, ambos originários do Alto Juruá, da região do Ridodo, Reconquista e Restauração.

Os relatos e os registros históricos nos assinalam que o pessoal do Ado e do Chico Cidade-Omaco desceram da região do rio Gregório, Ipixuna e Penedo, no Alto Juruá, em 1935. Chegaram na região de Carauari em 1967. Passaram por vários seringais do Médio e Baixo Juruá, na região do rio Xeruã, Gaviãozinho, Igarapé do Índio, Santa Luzia, Canudos, Juruapuca, Joanico, Vai-quem-quer, Breuzinho, Taquara, TI Kumaru e TI Rio Biá, até se fixarem de "modo definitivo", na região do rio Ueré, entre 1972 e 1985.

> [Cara] O Chico Cidade (Omaco) morou no Igarapé Branco, morou em Eirunepé, em todo canto morava. Veio para baixo, veio para o Gaviãozinho. Morou no seringal do finado Jurandir Cavalcante, seringal Palermo.
> [Siho] *Bijini cote Omacocca*. *Bijini cote quequenajari* Porto Rico *cahuanataco, Ipixuna tattinidsa Omaco madirade* (Tradução: Omaco-Chico Cidade era morador das cabeceiras do rio, veio de lá. Ele morava no igarapé Porto Rico, acima do rio Ipixuna).
> [Salim] Naquele tempo qualquer coisinha que morria uma criança, já dizia: "é *dori*, *dori*, pedra!" (Tradução: é pedra de feitiço). Aí matava. Reunia e ia lá e matava um bocado, por isso acabou muito Kulina.
> [Cara] De lá do Gaviãozinho vieram para Carauari. De Carauari voltaram de novo (Conversa entre Siho, Cara, Salim e Cossaro. Tapiri Alto Ueré, 28 de maio de 2022).

Lago da Restauração ou seringal Restauração é o local onde moraram Ado e Maria Dsohe (casa 3). Moravam também os pais de Ado que depois desceram para o Igarapé do Índio, onde faleceram. Nasceram no lago da Restauração: Cara (casa 9); Iraci (casa 15); Toho (mãe de Ridoma-casa 27, de Sadá-casa 41 e de Tone-casa 42); Caido (esposo falecido de Siteri-casa 25) e Dsihuini (casa tal).

E próximo ao seringal Restauração morava Omaco-Chico Cidade no Ridodo-Reconquista. Dsihuini (casa 3; esposa de Ado e neta de Omaco-Chico Cidade) tem 80 anos é filha de Acora-Edmundo e Codidsa e nasceu no Ridodo-Reconquista. De acordo com Dsihuini a família baixou o rio Juruá e morou no Igarapé do Gaviãozinho, na aldeia Juruapuca (Baixo Juruá), no Vai-quem-quer e no igarapé Branco. Dsihuini casou com Ado no Igarapé do Índio. Depois de casada ela morou: 1º Igarapé dos Canudos (abaixo da cidade de Carauari); 2º igarapé Taquara (atual terra tradicional Kanamari, próximo à cidade de Carauari); 3º TI Rio Ueré, Aldeia Velha; 4º aldeia Matatibem; 5º aldeia Ariramba; 6º aldeia Matatibem. Dsihuini contou que a "Aldeia Velha é aquela que fica na ponta do Estirão do Galo, morava muita gente lá[171]". Seu pai, Acora-Edmundo, morou uns anos na Aldeia Velha e depois subiu de novo para o igarapé Gaviãozinho. Quando ele voltou foi morar na aldeia Mapiranga (TI Kumaru). Seu avô, Chico Cidade-Omaco, faleceu no Igarapé do Banho, na cidade de Carauari. Enquanto que Dsajo, pai de Ado, continuou morando no Igarapé do Índio até o seu falecimento. Quando Ado saiu do seringal Restauração e veio para o Igarapé do Índio, Cara Kulina tinha cerca de três anos[172].

[171] Aldeia Matatibem, 01 de junho de 2022.
[172] Conversa com Cossaro e Tone. Aldeia Matatibem, 02 de junho 2022.

Nos relatos históricos e da memória oral são recorrentes as acusações de assassinatos de pajés por parte do grupo de Chico Cidade. Por outro lado, o pessoal de Ado é reconhecido como subgrupo *dsomaji madija* (onça *madija*) que carrega no nome a característica de possuir grandes pajés. Na cultura Kulina todo grande pajé se torna *tocorime* onça depois de morto. E esse fato incide sobre a identificação subgrupal dos filhos que passam a se identificar como *dsomaji madija*. Dessa forma é compreensível que o pessoal de Ado temesse Chico Cidade e mantivesse com o mesmo uma relação ambígua de proximidade (aliança e troca de mulheres) e distancia (deslocamentos em busca de moradia distante). Os relatos atuais contam da aliança entre os subgrupos, com a troca da irmã pela filha, mas descrevem também as fugas constantes e os conflitos (relatos de Iraci, Siho, Cara e demais Kulina).

Os Kulina que habitam a TI Rio Ueré, que conheceram Chico Cidade, afirmam que o pessoal do mesmo se deslocava sempre próximo ao grupo do Ado, mas nunca junto, mesmo que alguns membros do pessoal de Chico Cidade andassem com o pessoal de Ado (e vice-versa). Os Kulina ressaltam que o casamento da troca da filha (Dsihuini, casa 3) pela irmã (Simahi, mora na aldeia Jaci, Juruapuca) aconteceu no Igarapé do Índio com a aprovação do grande tuxaua Chico Cidade. Inclusive teria sido o próprio Chico Cidade o responsável pelo "convencimento" das mulheres-esposas envolvidas. O gesto carrega também outra mensagem: Chico Cidade reconhecia a liderança de seu filho Acora-Edmundo e de Ado; pois somente os grandes chefes têm permissão de contrair matrimonio com duas mulheres.

> [Cossaro] O seu Ado falou: "*huabo*, vambora trocar (tradução: cunhado, vambora trocar). Tu tem mulher e eu também tenho, mas vamos casar com outra *amoneje* (mulher). Mas nossa *amoneje* não vão ficar valente não. *Boqquejerani* (não ficarão bravas). Nós estamos tuxaua. Tuxaua tem duas mulheres".
> O Chico Cidade estava vivo. Falaram pro pai dele, Omaco (Chico Cidade). Aí ele chamou todo mundo, reuniu o pessoal. Falaram para a *amoneje* do Edmundo, Codidsa, o Chico Cidade: "*massi, tiboqquenani nitideja* (Tradução: minha irmã caçula, não fique com raiva). O Edmundo quer casar com outra *amoneje*, com Simahi. Aí Ado vai casar com Dsihuini". (Chico Cidade falou também para Maria Dsohe, esposa de Ado) "Maria *tiboqquenani nititeja*. Tu não vai brigar não!"
> A Maria Dsohe ainda estava viva. Quando ele (Ado) trocou a irmã (Simahi) pela filha (Dsihuini, filha do Edmundo). Estavam todos vivos.
> O Chico Cidade fez o casamento. Aí ficaram com duas mulheres. O finado Edmundo e o finado Ado. Naquela época o tuxaua Chico Cidade era um tuxaua forte. Era um tempo que os tuxauas eram fortes mesmo. A Dsihuini que era filha do Edmundo casou com o Ado. O Ado que estava casado com a Maria Dsohe ficou casado também com a Dsihuini que é filha do Edmundo.

> O Edmundo que estava casado com a Codidsa ficou também com a Simahi, irmã do Ado (Cossaro Kulina, Aldeia Matatibem, 20 de maio de 2022).

As informações do levantamento são condizentes com a memória oral dos Kulina: primeiro a procedência do pessoal de Chico Cidade e de Ado (Reconquista/Gregório/Restauração); e a morte de Chico Cidade em Carauari, em 1978. Os Kulina afirmam que Chico Cidade morreu, afogado e bêbado, em Carauari quando a família de Ado morava no Igarapé dos Canudos (Carauari). Segundo: a aliança-troca de mulheres foi feita no Igarapé do Índio com a aprovação do Chico Cidade, antes de todos descerem para Carauari. Os Kulina afirmam ainda que, após a morte de Chico Cidade (em 1978), Ado saiu do Igarapé dos Canudos. Maria Dsohe passou a morar na cidade de Carauari (Igarapé da Roça) com os filhos Salim, Edi, Eunice e Iraci. E Ado foi morar no igarapé Taquara (próximo a cidade de Carauari, atualmente terra tradicional Kanamari) somente com a esposa Dsihuini e seus filhos. De acordo com uma série de relatos, Ado passou pouco tempo no local até ser novamente expulso e se deslocar para morar na Aldeia Velha (TI Rio Ueré). Estimo que o grupo do Ado foi para o igarapé Taquara em 1981 e por volta de 1984 ou 1985 chegou à TI Rio Ueré.

Por sua vez Salim (casa 5), filho de Ado e Maria Dsohe, afirmou que quando saíram do Igarapé dos Canudos ele tinha 14 anos. No documento de identidade de Salim consta que ele nasceu em 11/07/1967. Seguindo esse raciocínio a família de Ado saiu do Igarapé dos Canudos em 1981. Seguiu para o igarapé Taquara, onde esteve cerca de três anos (1984). Julgo que por volta de 1984 ou 1985 a família de Ado tenha se deslocado para a TI Rio Ueré (Aldeia Velha).

Essas são dados históricos irrefutáveis que demonstram que a TI Kulina do Rio Ueré é uma terra tradicionalmente ocupada pelos Kulina – antes, durante e posterior a 1988 (conforme Art. 231 da Constituição de 1988 e a nova Lei Federal nº 14.701/2023) e cabe ao Estado Brasileiro reconhecer esse direito.

4.3. Dados bibliográficos sobre a ocupação dos Kulina no Rio Ueré

Se por um lado, há excessos de violências sofridas pelos Kulina, por outro, temos excesso de provas que asseguram aos Kulina no Ueré o seu direito de usufruto exclusivo sobre aquela terra tradicional, conforme determina a Constituição de 1988. Reitero

também o direito dos Kulina de ir e vir por todas as suas terras tradicionais, sejam eles demarcadas (reconhecidos como terra indígena) ou não.

No documento que tem como título: "Relatório de Educação junto aos Kulina na região do Baixo Juruá, município de Caitaú, aldeia Vila Nova – Juruapuca (igarapé Grande), período: 1986 a 1989", a equipe da pastoral indigenista (CIMI-Tefé) era formada por Antônio José Mota Bentes e Iza Maria Castro dos Santos. Eles relatam que foram convidados a trabalhar na Prelazia de Tefé em janeiro de 1985 e aceitaram o convite em fevereiro de 1985. Depois de fazerem visitas aos indígenas nos rios Japurá, Xeruã e em Uati-Paraná (Fonte Boa-AM), optaram por desenvolver um trabalho mais sistemático junto aos Kulina no Baixo Juruá: "Foi durante este primeiro contato que surgiu através do pedido dos próprios índios da aldeia de Juruapuca que começássemos o processo escolar na área" (Bentes; Santos, 1990a, p. 01). Nesse relatório a equipe indigenista deixa claro que o processo de educação escolar aconteceu apenas na aldeia do Juruapuca, mas ressaltam que na região do Baixo Juruá existiam mais duas aldeias:

> Das três aldeias do baixo Juruá, 2 estão localizadas no município de Caitaú (ou Juruá) e a outra do rio Eré encontra-se na região do município de Carauarì (mais pra médio Juruá), ambas no Estado do Amazonas. A população total dessas aldeias é de 287 pessoas entre adultos e crianças (Bentes; Santos, 1990a, p. 14).

A equipe fez o relatório em 1990, mas as ações foram desenvolvidas no período de 1985-1989. Os indigenistas apontam a existência da aldeia Matatibem e os constantes deslocamentos dos indígenas entre as terras tradicionais no Baixo Juruá.

Em um documento anterior a equipe indigenista registra aspectos socioculturais dos Kulina e assinala a mobilidade como uma de suas principais características: "Os Kulina aqui do Juruapuca, entre outros, são bastantes conhecidos pelos regionais e ribeirinhos, por percorrerem esta região em peregrinação de lugar em lugar. Entre Juruá e Jutaí estes índios percorrem e buscam uma forma de sobrevivência" (Bentes e Santos, 1985a, s/p). Quando a equipe começou a trabalhar com os Kulina no Juruapuca os mesmos estavam retornando ao local após a transferência forçada ao rio Andirá. A transferência tratava-se de um acordo firmado entre a prefeitura de Juruá (antiga Caitaú) e a FUNAI. Esses órgãos justificaram o acordo como forma de solucionar os problemas enfrentados pelos Kulina devido ao contato estreito com a população da cidade: prostituição e alcoolização. Os Kulina permaneceram na aldeia, no rio Andirá, cerca de

dois a três anos. Em outubro de 1985, existiam 31 famílias Kulina morando no igarapé Grande (aldeia Juruapuca), totalizando 147 índios (Bentes; Santos, 1985a, s/p).

> Estes índios há muito tempo atrás viveram nas cabeceiras do igarapé Grande, mais tarde em decorrência do contato com os *kariú*, de Caitaú, mudaram-se para o rio Andirá (afluente do rio Juruá, acima de Caitaú) [...] e os constantes casos de malária e tuberculose fizeram com que eles se mudassem do Andirá e voltassem para o lugar de onde tinham partido. Hoje esses Kulina vivem aqui em Juruapuca, mas propriamente no Igarapé Grande. Outros por sua vez foram para o Macaco e no Vai-quem-quer (Bentes; Santos 1985a, s/p).

O objetivo do trabalho do CIMI, de 1985 a 1990, era promover o levantamento fundiário da área onde os Kulina se encontravam; discutir limites para uma proposta de demarcação; formar lideranças; e favorecer construção de escolas e alfabetização. Contudo, a equipe relata: "O álcool tem sido um problema de toda a aldeia. Os comerciantes de Caitaú fornecem bebidas alcoólicas para os índios em troca de galinhas, carne de caça, peixe, paneiros, etc." (Bentes; Santos, 1985a, s/p).

Em 1985 havia, na aldeia Juruapuca, oito roçados. Os Kulina pescavam no igarapé Grande e no lago Juruapuca (matrinxã, piranha, piau, pirapitinga, surubim, pacu, pirarucu e bodó). Trabalhavam na extração de látex (no inverno e no verão), que era vendido em Caitaú (cidade de Juruá). A equipe indigenista salienta ainda que na área do Juruapuca havia sempre presença de madeireiros (Bentes; Santos, 1985b, s/p). Nesse ano, a escola da aldeia Juruapuca era de palha e paxiúba, construída pelos próprios indígenas. Mas os Kulina tiveram uma escola construída pela prefeitura na aldeia Andirá. A escola na aldeia Andirá funcionou por três meses com aulas ministradas por uma professora não indígena, porém, como a desistência da professora, a escola deixou de funcionar (Bentes; Santos, 1985b, s/p).

No levantamento demográfico realizado em 1985, a equipe indigenista constata que a aldeia Juruapuca possui 31 famílias e 149 pessoas.

Levantamento populacional Aldeia Kulina – Juruapuca (Igarapé Grande). 13 de outubro de 1985 (Bentes; Santos, 1985b).

	Nome	**Sexo**	**Idade**
01	MARORA (Petrônio)	M	30
02	AMOESSE (Luiza)	F	30
03	Luziá (Luzia)	F	18
04	Equene (Rosineide)	F	16
05	Luzini (Alcina)	F	08
06	Dimondo (tabira)	M	04

07	Idirani (Zilma)	F	Julho/85
08	Equene (pai) (Juraci)	M	60
09	OMADA (Amadeu)	M	43
10	NOJE (Ercilia)	F	33
11	Jore (Batalha)	M	06
12	Makui (Francisco Setuba)	M	05
13	SAHUI (Salvador)	M	40
14	MAZIA (Iraci)	F	33
15	Comino (Sebastião)	M	22
16	Quina (Neide)	F	15
17	Ede (Nilza)	F	14
18	Odsona (Cleide)	F	09
19	Huamo (Maria Julia)	F	20
20	JINASSO (Zezinho)	M	24
21	CODSI (Nazaré)	F	20
22	PEDRO (Jamamady)	M	24
23	SAHUI (Izete)	F	24
24	Maria Nilda	F	02
25	NAMIA (Salin)	M	30
26	SAMA (Joana)	F	28
27	Jabono (Cristina)	F	09
28	Jabore (Ana)	F	08
29	DSOHO (Joao)	M	30
30	MARIA (Maria)	F	29
31	Coni (Leandro)	M	13
32	Jaidsa (Marli)	F	12
33	Essema (Zezé)	M	10
34	Denise	F	06
35	Jaidsa (Joaquina) nome igual ao da mãe	F	50
36	Sajini (Zé)	M	22
37	BOANA (João)	M	24
38	SOCOJA (Socorro)	F	20
39	Daho (Francisco)	M	04
40	MOHERI TAVERA (José Tavera)	M	28
41	RARI (Alzira)	F	28
42	Teneja (Alfredo)	M	12
43	Mihoto (Milton)	M	18
44	RAIMON (Raimundo Alexandre)	M	50
45	NOMIJA (Rita)	F	48
46	Jaona (Humberto)	M	23
47	Nori (Marinete)	F	24
48	Huainan (Leticia)	F	25
49	Poraino (neto dele)	M	08

50	Arobe (Chiquinho)	M	26
51	Marohui (Arlete)	F	25
52	Andiru	M	09
53	Dsina (Dina)	F	12
54	Orojodi	F	06
55	JETENO (Valdeci)	M	24
56	CARORI (Joaquina)	F	20
57	Seton (Lino)	M	05
58	QUIDSI (Rufino)	M	22
59	SAHUI (Maria)	F	15
60	OCAIDO (Zé)	M	28
61	SITERI (Madalena)	F	26
62	Dimundo (Puinana)	M	10
63	Sapo (Graça)	F	05
64	Issahui (Edna)	F	16
65	Menino	M	Julho/85
66	DAMI (Manoel)	M	
67	SOJOMA (Alzira)	F	30
68	Sararai (Nazinha)	F	10
69	Luizinho	M	03
70	Quino (Francisca)	F	19
71	Siriho	F	Fevereiro/85
72	COERO (Edmilson)	M	23
73	VERA (Maria)	F	22
74	Pijica (Alzira)	F	10
75	Pido (Ze)	M	08
76	Ocassera (Luzinete)	F	04
77	AMERAHO	M	25
78	JACAJANI (Margarida)	F	24
79	Abarai	M	03
80	EDMUNDO (chefe)	M	53
81	SIMAHE (Júlia)	F	40
82	Jodsino (Joazinho)	M	16
83	Assico (Joana)	F	10
84	Suanan (Cirene)	F	06
85	Huaido (Patrícia)	F	06
86	Susuí (Nonato)	M	10
87	ADOLFO Samuel	M	55
88	DSIHUINI (Zeneide)	F	49
89	Mazunina	F	16
90	Ilson	M	07
91	Maria Aurita	F	05
92	SIDI (Neuza)	F	55

93	Huenija (Nerima)	F	15
94	Rainon (Aimore)	M	08
95	Aroqui (Alcool)	M	07
96	DAHORA (João)	M	28
97	NOMIJA (Tereza)	F	30
98	Anari (Rosilda)	F	12
99	Siara	M	64
100	Codsa (Rita)	F	65
101	Mape (Carioca)	M	18
102	DEQUE (viúva) Antonia	F	50
103	Lariano	M	13
104	Suzana	F	07
105	Jose Alfredo	M	07
106	Alzira	F	06
107	CAMAIDSO (Antonio)	M	55
108	ARIBORA (Nazinha)	F	55
109	Poamana (Ozório)	M	20
110	Huacossa (Alice)	F	09
111	Huenijan (Cidronia)	F	13
112	CONARINI (Zeca)	M	33
113	ANAIN (Maria Santa)	F	26
114	Joni	F	18
115	Soe (Francisca)	F	04
116	Boconi (Marivalda)	F	03
117	Menino	M	Setembro/85
118	COBI (Otávio)	M	35
119	JESSENO (Mariana)	F	34
120	Apija (Rosa)	F	12
121	Jeten (Simone)	F	08
122	PIMA (Luizinho)	M	34
123	DSEPPA (Zefa)	F	25
124	Sidae (Chiquinha)	F	04
125	NAJORA (Chico Velho)	M	45
126	JOJAMA (Nazaré)	F	45
127	Amahuadse (Mariazinha)	F	11
128	Corari (Paulo)	M	09
129	COSSARO (Pedro)	M	20
130	JORIA (Neuza)	F	23
131	Omada (Almir)	M	06
132	Dimondo (Aquiridso)	M	07
133	Toria (Luiz)	M	70
134	QUIAMA (Raimunda) viúva	F	40
135	Ique (Aizio)	M	12
136	Mossa (Zuiside)	F	04

137	MISSO (Adamor)	M	23
138	HUANAI (Conceição)	F	23
139	Jesso	M	03
140	Rufino	M	05
141	Abozao (Nadir)	F	20.10.85
142	JODSO (Antonio)	M	30
143	HUASSIDA (Maria Rosa)	F	30
144	Simão	M	13
145	Quero (deusa)	F	08
146	Joria (Maria Julia)	F	06
147	Massadim (Valdeci)	M	05
148	Teca (Jodsidsi)	F	Maio/1985
149	JONI (Alcides) viúvo	M	45

Observações da equipe indigenista sobre deslocamentos das famílias[173]:
- Família que viajou para Eirunepé para buscar parentes, mas pretende voltar à aldeia Juruapuca. Em março de 1986: Namia (25) e Sama (26).
- Famílias que foram para a aldeia Vai-quem-quer, mas voltarão a aldeia Juruapuca: Boana (37) e Socoja (38); Dami (66) e Sojama (67); e Quino (70).
- Famílias que foram para a aldeia Juanico (localizada no rio Juruá), mas voltarão a aldeia Juruapuca: Ramon (44) e Nomija (45); Jeteno (55) e Carori (56); Ocaido (60) e Siteri (61); Coero (72) e Vera (73); Pima (122) e Dseppa (123); Najora (125) e Jojama (126); Cossaro (129) e Joria (130); Jodsino (82); e Sidi (92).
- Famílias que foram para o igarapé da Macaca (aldeia Cumaru), mas voltam: Quidsi (58) e Sahui (59).
- Família viajou para Carauari para rever parentes, mas volta no mês de maio de 1986: Adolfo (87) e Dsihuini (88); e Quiama (134).
- A família de Deque (102) subiu o rio Juruá, possivelmente para Carauari, mas pretende voltar para morar na aldeia Juruapuca.
- A família de Jodso (142) e Huassida (143) foi para a aldeia Vai-quem-quer.

Faço três considerações básicas sobre o levantamento:

a) Nessa lista há pessoas que moraram na TI Rio Ueré nos anos ‘80 e ‘90 (na região da Aldeia Velha, Estirão do Galo e Santarém): Marora-Najora e Amohuesse; Equene (pai de Maroja-Najora); Sahui-Salvador e Mazia (pais de Siho e Sedsa); Dsoho[174] e Maria; Raimon-Raimundo e Nomija-Rita (pais do Ropi-casa 28); Jeteno e Carori (pais do Dadso-casa 40 e da Ara-casa 38); Ocaido-Caido-Zé Candido (falecido, esposo de Siteri, casa 25); Coero (irmão de Suzana, filho da Deque); Acora-Edmundo (pai de Dsihuini, casa 3); Jodsino (filho de Acora-Edmundo com Simahi, morou na Aldeia Velha e em Matatibem); Pima e Dseppa;

[173] Todas essas observações são dos autores.
[174] Dsoho é cunhado de Deque (irmão de Misseini).

Ado-Adolfo-Samuel (falecido, tuxaua, morou também em Matatibem); Siara e Codidsa (falecidos, sepultados na aldeia Matatibem); Camaidso-Antônio e Aribora-Nazinha; Lariano (falecido, filho da Deque); Najora-Chico Velho[175] e Jojama-Rojama-Nazaré.

b) Pessoas que moraram na Aldeia Velha e agora moram na aldeia Matatibem: Siho-Quina-Neide-Oneide (casa 28); Sama (casa 31); Jabono-Diana (casa 31); Jabora-Ana (casa 31); Dahora (casa 30); Siteri-Madalena (casa 25); Dsihuini-Zeneide, Mazunina e Maria Aurita-Nita (casa 3), Ilson-Anona (casa 4); Deque (casa 33); Suzana (casa 33); Cossaro-Pedro (casa 27).
c) Observa-se que os autores fazem referência à aldeia Matatibem (TI Kulina do Rio Ueré) de modo genérico usando como referência o nome do município Carauari: "família viajou para Carauari para rever parentes, mas volta no mês de maio de 1986: Adolfo (87) e Dsihuini (88); e Quiama (134). A família de Deque (102) subiu o rio Juruá, possivelmente para Carauari, mas pretende voltar para morar na aldeia Juruapuca" (Bentes; Santos, 1985).

Ao descrever a situação da terra, os indigenistas ressaltam a existência de conflitos fundiários e as "constantes migrações" dos Kulina. Essas migrações seriam decorrentes de "conflitos entre brancos e índios", ou entre os próprios indígenas:

> Em decorrência desse fato os índios são praticamente odiados em toda a região. São tidos como os piores dentre todas as nações indígenas – mal caráter, ladrão, preguiçoso, valente traiçoeiro e outras acusações são comuns na boca de seringalistas, políticos e mesmo ribeirinhos, quando se referem aos índios (Bentes; Santos, 1985b, s/p).

Em maio de 1989, aconteceu um evento que acabou desencadeando uma série de conflitos que desgastaram a organização interna da aldeia Juruapuca e consequentemente provocara uma grande dispersão: dois Kulina foram feridos gravemente e tiveram que ser encaminhados para tratamento em Tefé. As pessoas envolvidas no conflito estavam embriagadas. As mesmas haviam consumido bebida

[175] Najora e Acora-Edmundo conheciam a terra tradicional no rio Ueré desde tempos imemoriais e mantinham relação com a área como local de reserva de recursos (principalmente de peixes e palhas ubim). Antônio José Bentes contou-me que Najora e Acora-Edmundo o levaram para conhecer o Igarapé do Matrinxã em 1986. Antônio José afirma que na época moravam cinco famílias Kulina no rio Ueré. Porém, no momento da viagem elas não estavam na TI, pois estavam visitando parentes na terra tradicional no Juruapuca.

alcoólica ao participarem da festa do santo na cidade de Caitaú-Juruá. Em decorrência desse conflito, algumas famílias se mudaram de vez para a aldeia Cumaru (igarapé da Macaca-TI Kumaru e para a aldeia Matatibem-TI Kulina do rio Ueré). Para a equipe indigenista os conflitos e rupturas, na organização interna da aldeia, se acentuaram com a presença de uma base de pesquisa da Petrobras próximo à aldeia Juruapuca:

> Da última vez, por exemplo, em que a empresa esteve na área o descaso aos índios chegou ao ponto de a empresa fazer até pista de pouso ao lado da aldeia, permitindo um relacionamento direto entre os índios e os peões, onde o problema maior é a prostituição das índias, a introdução de mais álcool na aldeia e o pior de tudo, a contaminação aos índios de doenças altamente transmissíveis (Bentes e Santos, 1989a, p. 06).

Em 1989 Bentes e Santos fizeram um levantamento de todas as famílias que saíram da aldeia Juruapuca, para morar na aldeia Matatibem (TI Kulina do Rio Ueré). Os dados desse trabalho reforçam não apenas os constantes deslocamentos, mas também a relação de parentesco estreita que existe entre as famílias Kulina no Baixo Juruá, principalmente entre o pessoal do Ado (*dsomaji madija*) e o pessoal do Acora-Edmundo (*biro madija*).

Pessoas que saíram do Juruapuca para o Eré (Ueré) – Aldeia Matatibem (Bentes; Santos, 1989b).

	NOME	**IDADE**	**SEXO**
1	**EDMUNDO (chefe)**	53	M
2	**SIMAI**	41	F
3	Assico	17	F
4	Huaido	13	F
5	Dsihuini	12	F
6	Huadsorini	05	F
7	**JODSINO**	25	M
8	**ASSARINA**	22	F
9	Ibora	01	F
10	**COSSARO**	25	M
11	**JORIA**	28	F
12	Omada	12	M
13	Samoja	04	M
14	**JORE**	29	M
15	**HUAMA**	26	F
16	Dsina	03	F
17	Menino	01	M
18	Huatenoma (irmão)	24	M

19	**Birico** (Maria *bedeni*)	12	F

Ao elaborar o Projeto de Continuidade junto ao povo Kulina para o triênio de 1990, 1991 e 1992, a equipe indigenista formada por Bentes e Santos ressalta claramente as ações desenvolvidas na TI rio Ueré nos anos 1987 a 1989 como argumento ao financiador do projeto[176]. A equipe assinala também para a necessidade da demarcação da terra:

> A continuidade do projeto Kulina Brasil 218 nasce do importantíssimo trabalho desenvolvido nos anos de 1987, 1988 e 1989.
> [...]
> Este projeto propõe-se, portanto, a dar continuidade nos trabalhos de Educação, Saúde e manter uma relação com estes grupos permitindo-lhes uma discussão junto com as comunidades da necessidade urgente de demarcação de suas terras. Além disto, iniciou-se o processo das escolas auto-geridas, com professores das próprias aldeias, mais especificamente nas aldeias do juruapuca, macaco e Eré no município de Carauari também no rio Juruá.
> [...]
> IV.GRUPOS QUE SERÃO ASSISTIDOS PELO PROJETO:
> Para o rio Juruá a equipe continuará presente nas aldeias do Macaco, juruapuca, e assistindo periodicamente a aldeia do Eré no município de Carauari.
> [...]
> c) Aldeia do Eré: Localizada no município de Carauari e com uma distância muito maior das demais localizadas no município de Caitaú. A exemplo do macaco, encontra-se no Eré índios alfabetizados em condições de começar um processo escolar na aldeia; [...] Da mesma forma como as demais esta aldeia encontra-se numa área não demarcada e onde os problemas de saúde são constantes e na maioria das vezes só resolvidos em Carauari (Bentes; Santos, 1989b, p. 01-04).

No relatório de atividades desenvolvidas na aldeia Juruapuca, em dezembro de 1989, a equipe descreveu a situação dos Kulina e a possibilidade de "subida" (deslocamento) de 14 famílias da aldeia Juruapuca para a aldeia Matatibem, no rio Eré (Ueré) (Bentes; Santos, 1990b). Os Kulina sugeriram que a equipe indigenista se deslocasse com eles ao Ueré para continuar os trabalhos de educação escolar. Além disso, a equipe ressaltava que a prostituição e a mistura dos Kulina com os brancos tinham se intensificado. No novo levantamento populacional, realizado no segundo semestre de 1989, a equipe indigenista registrou apenas a presença de seis famílias na aldeia

[176] V. OBJETIVO GERAL DO PROJETO: Continuar contribuindo no processo de autodeterminação, tornando possível a existência destes grupos, dinamizando sua capacidade de apropriar-se de conhecimentos da sociedade nacional, sem interferir ou desestruturar suas especificidades culturais (Bentes; Santos, 1989b, p. 05).

Juruapuca. Por fim, constatou-se que houve um grande deslocamento de famílias após o conflito no qual dois Kulina ficaram gravemente feridos. Tudo isso, junto com outros fatores agregados – como a presença da Petrobras na área – provocou o esvaziamento populacional da aldeia Juruapuca.

Um levantamento completo foi realizado por Bentes e Santos, em 1990 e traz o nome de todas as famílias que saíram da aldeia Juruapuca, para morar na aldeia Matatibem (TI Kulina Rio Ueré). O que reforça não apenas os constantes deslocamentos, mas a relação de parentesco que existe entre as famílias Kulina no Baixo e Médio Juruá (Bentes; Santos, 1990).

Levantamento das famílias que sairão do Juruapuca para o rio "Eré" (Ueré)

	Nome	**Sexo**		**Nome**	**Sexo**
1.	NAMIA	M	28	JODSINO	M
2.	SAMA	F	29	ASSARINA (gestante)	F
3.	Jabono	F	30	Ibora	F
4.	Jabora	F			
5.	Aquima	M	31	EDMUNDO	M
			32	SIMAI	F
6	PIMA	M	33	Assico	F
7	DSEPPA	F	34	Dsihuini	F
8	Sidae	F	35	Huaido	F
9	Biquiro	F	36	Huadsorini	F
10	Ahuano	M			
			37	DAHORA	M
11	CHICO VELHO	M	38	NOMIJA	F
12	ROJAMA	F	39	Anari	F
13	Mahuani	F	40	SSIARA	M
14	Corari	M	41	CODIDSA	F
15	Acrizio	M			
16	Omada	M	42	QUIAMA(gestante)	F
			43	Qquidsari	M
17	COSSARO	M	44	Ique	M
18	JORIA	F	45	Baradi	M
19	Sonoja	F	46	Mossa	F
20	Dobibi	F			
			47	JORE	M
21	DSOHO	M	48	HUAMA	F
22	MARIA (gestante)	F	49	Huacoro	F
23	Coni	M	50	Nodia	M
24	Jaidsa	F			
25	Essema	F	51	HUATENOMA	M
26	Denidsa	F	52	DSINA (gestante)	F
			53	QUINA	F
			54	Iponi	F
			55	Maria	F

56	Birido	F
57	Biquia	F

No relatório de atividades do primeiro semestre de 1990 a equipe indigenista[177] faz um relato da viagem ao rio Ueré (Bentes, et al., 1990 s/p). O documento de quatro páginas afirma que a equipe viajou ao rio Ueré para ver a situação de 12 famílias Kulina que se deslocaram da aldeia Juruapuca para morar no Ueré: "A decisão de saída do Juruapuca foi unicamente do grupo, que orientados pelo chefe Edimundo resolveram fazer uma nova tentativa no Rio Ueré" (Bentes, et. al., 1990 s/p). A equipe relata que no decorrer da viagem pelo rio Ueré constataram a extração de madeira: encontraram algumas jangadas nas margens dos pequenos igarapés tributários do rio Ueré.

> As informações que coletamos é de que os próprios seringueiros localizados ali é que estavam fazendo retirada aviados por um patrão de influência ali dentro. Outro dado importante é que o rio Ueré é bastante habitado por seringueiros, e na aldeia soubemos que mais para cima haviam mais gente colocadas lá. Essa presença de cariús próxima aos índios pode representar um problema bastante sério para ambas as partes, principalmente no tocante a prostituição que pode haver já que o grupo que se deslocou do Juruapuca carrega com sí um número bastante grande de meninas (Bentes, et. al., 1990 s/p).

Na TI Rio Ueré a equipe verificou a construção de novas casas por parte do recém-chegado grupo de Acora-Edmundo. Observou que os roçados existentes não seriam suficientes para suprir a necessidade de todos. Preocupados com a segurança alimentar da aldeia, incentivaram a abertura de novos roçados. Os indígenas, que moravam na terra indígena, ressaltaram a boa produção de sorva e seringa, e também abundância de peixe, caça e frutos silvestres. Afirmaram que a região do Ueré era um local bom para morar. No relatório consta ainda listas com os nomes dos moradores da TI Rio Ueré, em 06 de maio de 1990, que apresento agora a transcrição literal:

> Outro dado importante é que os Kulina não se localizaram num lugar só, estão distribuídos em 5 colocações alternadas. Para quem entra no rio a primeira colocação é composta por 3 famílias, sendo elas as seguintes:

1. AROBE	M		**10. JAIMO**	M
2. MAROJI	F		**11. NANIJA**	F

[177] Relatório de todas as atividades do Projeto Kulina Brasil 218. Referentes ao primeiro semestre de 1990. Período que vai de janeiro a julho. Equipe: Antônio José Motta Bentes, Iza Maria Castro dos Santos, Raimundo Guimarães Coelho, Eliosa Assis Marques e Irmã Consuelo (relato da viagem encerra com a data: Fonte Boa, 06 de maio de 1990)

3. Cadiro	M		12. Huaima	F
4. Rojodi	F		13. Poraino	M
5. Dsefia	F		14. CAJORI	F
6. Mana	M		15. Setori	M
			16. Jeri	F
7. **ROPI**	M		17. Camaidso	M
8. **Ssiho**	F			
9. **Ssahuahui**[178]	M			

(*) Seguindo mais adiante, separados apenas por um estirão do rio Ueré, encontram-se as seguintes famílias (2ª colocação):

1.CARA (Zé Pio)	M		15. RAHUI	M
2. PAROJA	M		16.**SIPOCAHI**	F
3. Mahuija	F		17. Rosara	F
4. Raimoda	F			
5. Quinija	F		18. QUIAMA	F viúva
6. Sinoca	F		19. Qquidsari	M
7. Ado	M		20. Ique	M
			21. Baradi	M
8. ETENO	M		22. Mossa	F
9. NORI	F			
10. Huajamora	F		23. JORE	M
			24. HUAMA	F
11. **MAJAHUA**	F viúva		25. Huacoro	F
12. Aro	M		26. Nodia	M
13. **Iba**	M			
14. Huatono	F		27. HUATENOMA	M
			28. DSINA	F
			29. **QUINA**	F viúva
			30. **Maria**	F
			31. **Iponi**	F
			32. **Birico**	F
			33. Alcina	F

(**) Continuando no mesmo estirão, com pouca distância da segunda está a 3ª colocação com as seguintes famílias:

1.**CAIDO**	M		16. **ZÉ da ONÇA**	M
2. **SITERI**	F		17. **INO**	F
3. Edmundo	M		18. **Zefinha**	F
4. Huedsaji	F		19. Ivan	M
5. **Antônio José**	M		20. **Ilda**	F
6. Menino	M		21. **Celino**	M
7. **MANOEL**	M			
8. **SINOCA**	F			

[178] Sahuahui é o primeiro nome que Janoha recebeu (nome do avô materno).

9. Rora	F			
10. **Mariana**	F			
11. LUIZINHO	M			
12. DSEOPPA	F			
13. Sidai	F			
14. Biquiro	F			
15. Ahuano	M			

(***) A seguir permanecendo no mesmo estirão há a 4ª colocação formada por três famílias:

1.COHUERO	M		10. DSOHO	M
2. BERA	F		11. MARIA	F
3. Dami	M		12. Coni	M
4. Deque	M		13. Jaidsa	F
5. Mahuadsi	F		14. Essema	F
			15. Denidsa	F
6. **DEQUE**	F viúva		16. Idsa	F
7. Rariano	M			
8. Zé	M			
9. Alzira	F			

(****) Finalmente a última colocação que é formada pelos grupos de famílias liderados pelo Edimundo e Ado, são elas:

1.**EDIMUNDO**	M		10. NAROJA	M
2. **SIMAI**	F		11. ROJAMA	F
3. Assico	F		12. Mahuani	F
4. Rojama	F		13. Corari	M
5. Huaido	F		14. Acrizio	M
6. Huadsorini	F		15. Omada	M
7. JODSINO	M		16. **DAHORA**	M
8. ASSARINA	F		17. NOMIJA	F
9. Ibora	F		18. Anari	F
			19. **CODIDSA**	F
21. **EDI**	M		20. **SIARA**	M
22. **ROSIMAR**	F			
23. Lucivane	F			
24. **NAMIA**	M			
25. **SAMA**	F			
26. Jabono	F			
27. Jabora	F			
28. Aquima	M			
29. **COSSARO**	M			
30. JORIA	F			
31. Sonoja	F			

32. Dobibi	F			
33. **ADO**	M			
34. **DSIHUINI**	F			
35. **Codidsa**	F			
36. **Ilson**	M			
37. DSOJAICCA	F viúva			
38. Adriano	M			
39. Jaimo	M			

Esse relatório apresenta a disposição de casas ao longo do rio Ueré e comprova um dos traços culturais marcantes dos Kulina: a dificuldade de morar todos em uma única aldeia. A configuração da aldeia Matatibem, com a maioria dos habitantes da TI morando em uma única aldeia, é muito recente[179]. Outro dado relevante, desse relatório, é o censo completo da população com os nomes das pessoas que habitavam a TI Rio Ueré em 1990. Assim, é possível identificarmos:

1. Na primeira colocação aparece Siho e Ropi (casa 28) e o filho Sahuahui-Janoha-Goiano (casa 8). Na época um dos nomes de Janoha-Goiano era Sahuahui, nome de seu avô materno. O primeiro filho do casal recebe o nome dos avôs. Temos aqui um dado relevante que comprova a habitação permanente dos Kulina no Ueré, pois Siho afirma que Janoha-Goiano nasceu na TI Rio Ueré na região da Aldeia Velha.
2. Na segunda colocação: Cara e Paroja (casa 9); Majahua e seu filho Iba (casa 18); Sipocahi (casa 23); Maria Miranda (casa 36); Iponi (casa 34): e Birico (casa 4);
3. Na terceira colocação: Caido-Zé Candido e Siteri-Madalena (casa 25); Corime-Antonio-Bufé (casa 25); Manoel e Sinoca (casa 20); Mariana (casa 20); Ino (sepultada no cemitério terreiro-campo da aldeia Matatibem); Zefinha-Cana (casa 39); Ilda-Neca (casa 42); Seri-Celino (casa 41);
4. Na quarta colocação temos a família da Deque (casa 33);
5. Na quinta e última colocação: Edmundo e Simahi (liderança *biro madija*=tucano araçari *madija*, casado com a irmã de Ado); Edi-Edson e Rosimar (casa 7); Namia e Sama (casa 31); Cossaro (casa 27); Ado e

[179] Vale relembrar que atualmente há uma residência na TI Rio Ueré que não está localizada na aldeia Matatibem: a casa 43 de Adriano e Mara.

Dsihuini (casa 3); Codidsa (sepultada no cemitério quintal-roçado da aldeia Matatibem); Ilson-Anona (casa 4); Dahora (casa 30); e Siara (sepultado no cemitério quintal-roçado da aldeia Matatibem).

Os documentos históricos são harmônicos com a memória oral dos Kulina, como notaremos nesse depoimento de Cossaro-Pedro que nos apresenta todas as famílias que moravam na Aldeia Velha e adjacência de 1985 a 1988.

> [Cossaro] Edmundo (Acora) veio para cá e ficou morando com a turma do Ado, Caido-Zé Candido, Namia, Najora, outro Najora. Eram dois Najora que moravam na Aldeia Velha. Rohuidsi e Dseppa (também moravam na Aldeia Velha). Dseppa era minha irmã. Dseppa era filha do Caido-Zé Candido. Rohuidsi é filho da Rojama e do Chico Velho, Najora, *carihuacca* Bernardo. Chico Velho (Najora, Bernardo) era irmão do Edmundo (Acora), filho do Chico Cidade. O outro Najora era filho do Equene. Equene era irmão do Dsono (que era pai de Maria Miranda). Dsoho Mariacca *maqqui* (Tradução: Dsoho, marido da Maria) também morava na Aldeia Velha. Egipson (ex-funcionário da FUNAI) chegou também para morar com a Paroja (filha da Maria), passaram três meses morando na Aldeia Velha e de lá foram para a terra dele.
>
> Moravam na Aldeia Velha: Ado, Edmundo (Acora), Caido-Zé Candido, Najora, outro Najora, Namia, Rohuidsi, Corari, Dsoho e Maria, Dsono, Pajora e Egipson (funcionário da FUNAI). Jore Seguinte morava bem perto da Aldeia Velha, do outro lado, onde tem aquele pé de Buriti. Ele era casado com a Huama. Huama morreu lá para cima. Eles foram pra lá, se separaram. Eles tiveram um filho, outro Nodiha, lá do Pau-Pixuna. Tem Nodiha (falecido, Severino) pai do Aquido e tem o Nodiha filho do Jore Seguinte. Teve só um filho. Eles separaram aqui no Ueré. Aí o Jore desceu e a Huama subiu lá pro Envira, os parentes dela levaram ela. Pra lá ela morreu. Parece que Madija colocaram *dori* nela. Ela tava ainda nova, parecia moça, era pra tá viva ainda, mas Madija colocaram *dori* aí morreu. Jore Seguinte ficou um ano aqui só, baixou e casou com a Rodsa. Baixou para o Pau-Pixuna e lá casou com a Rodsa. Ficou por lá e não quis mais voltar pra cá. Rodsa criou Nodiha, era pequeno. Depois Jore bebeu cachaça e caiu dentro da água. E morreu pra lá mesmo. Lá ficou só o Luís Carlos, o Huatenoma. O Huatenoma tá agora pro Jutaí (aldeia Batedor), irmão do Jore. Eles moravam aqui todos juntos. *Badsima* (todos os filhos de Dsono): Jore, Huatenoma... Huatenoma é irmão do Jore Seguinte. Iponi também é irmão da Maria Miranda e do Jore Seguinte. Irmãs da Maria Miranda são: Iponi, Ssseno lá do Pau-Pixuna. Os irmãos da Maria Miranda são o Seguinte e o Huatenoma. Eles são filhos do Dsono e a mãe é a Quina, Alcina em português. Moravam todos aqui. Sseno não morou aqui não, marido dela é de lá do Pau-Pixuna, João Canoeiro (Camaja) morreu também.
>
> Morava também na Aldeia Velha, o Siara, pai do Namia. A irmã do Siara, a Codidsa. Enterraram todos os dois aqui, tem quatro Madija aí. Os pais do Namia eram o Siara com a Jabono, a mulher do Siara era a Jabono Velha. Eram só o Namia e a Nomija de filhos do Siara com a Jabono. A Nomija que era casada com o Dahora. Tem outra (filha) também a Quiama. Quiama tá lá no Penedo, lá no Piau. Nomija tá lá em Itamarati, e sempre vai lá no

> Gaviãozinho (aldeia). Anari (filha do Dahora e adotada pela Nomija) mora no Gaviãozinho.
> Depois que o velho Edmundo saiu daqui, da Aldeia Velha, subiu para o Gaviãozinho, passou um ano lá e desceu de novo, desceu para o Juruapuca. Aí o Chico Velho caiu dentro d'água, bêbado, o irmão do Edmundo, o Najora (que era casado com a Rojama), pai do Rohuidsi, caiu na água, no rio, bêbado (Najora faleceu depois de se afogar, bêbado). Aí o Rohuidsi baixou. Foi pro Juruapuca, de lá chegaram no Juruapuca de novo, de lá resolveram ficar por lá. Foram lá pro Mapiranga. Aí o velho Edmundo disse que ia baixar mais. Foi mais pra perto do Pau-Pixuna, ali no Mapiranga, pra lá fizeram casa. Lá que tu viu ele[180] (Aldeia Matatibem, 20 de maio de 2022)

Em 1990 uma equipe do CIMI-Tefé efetuou um levantamento da saúde do povo Kulina, na região do Baixo Juruá. O relatório faz uma apresentação das aldeias Kulina que participaram do levantamento (relatório finalizado em Fonte Boa, 30 de novembro de 1990):

> 1.1– LOCALIZAÇAO DAS ALDEIAS:
> Constituem-se duas aldeias no baixo juruá. A primeira é conhecida como aldeia do Cumaru, localizada no igarapé da macaca, afluente às margens direita do rio Juruá. Nesta localização, também está constituído o seringal Ualá, com comunidades ribeirinhas morando no local. A segunda aldeia Kulina desta região está localizada na região do rio Ueré, município de Carauari, com localização as margens também direita do Rio Juruá. A primeira com uma população de 193 pessoas e a segunda com 157 pessoas, incluindo adultos e crianças (CIMI-Tefé, 1990, p. 01).

A equipe indigenista fez um levantamento completo da população da TI Rio Ueré com indicação da disposição das famílias ao longo do rio (CIMI-Tefé, 1990, p. 08):

4 – LEVANTAMENTO POPULACIONAL –**Aldeia Santarém, rio Ueré**

1.	**EDIMUNDO**	M	54
2.	**SIMAHI**	F	43
3.	Assico	F	18
4.	Huaido	F	14
5.	Rojama	F	13
6.	Huadsorini	F	04
7.	JODSINO	M	24
8.	ASSARINA	F	23
9.	Ibora	F	02
10.	NAJORA/CHICO VELHO	M	63
11.	ROJAMA	F	64
12.	Mahuani	F	18
13.	Corari	M	17

[180] Em 1997 cheguei à aldeia Mapiranga e conheci a família de Acora-Edmundo.

14.	Acrizio	M	15
15.	Omada	M	13
16.	**DAHORA**	M	34
17.	NOMIJA	F	37
18.	Anari	F	18
19.	**CODIDSA**	F	79
20.	**SIARA**	M	78
21.	**NAMIA**	M	38
22.	**SAMA**	F	33
23.	**Jabono**	F	16
24.	**Jabora**	F	13
25.	Aquima	M	01
26.	**COSSARO**	M	26
27.	JORIA	F	29
28.	Sonoja	F	05
29.	Dobibi	F	02
30.	QUIAMA	F	42
31.	Qquidsari	M	20
32.	Baradi	M	16
33.	Ique	M	13
34.	Mossa	F	11
35.	DSOHO	M	44
36.	MARIA	F	43
37.	Coni	M	19
38.	Jaidsa	F	17
39.	Essema	F	13
40.	Huaimaro	F	10
41.	Idsa	F	06
42.	HUATENOMA	M	25
43.	DSINA	F	24
44.	QUINA	F	61
45.	**Maria**	F	29
46.	**Iponi**	F	18
47.	**Birico**	F	13
48.	Alcina	F	06
49.	JORE	M	30
50.	HUAMA	F	27
51.	Huacoro	F	04
52.	Nodia	M	02
53.	ROHUI	M	32
54.	DSEOPPA	F	30
55.	Sidai	F	09
56.	Biquiro	F	05
57.	Ahuano	M	02

58.	**ADO**	M	65
59.	**DSIHUINI**	F	48
60.	**Codidsa**	F	10
61.	**Ilson**	M	08
62.	DSOTAICCA	F	35
63.	Adriano	M	08
64.	Jaimo	M	05
65.	**EDI**	M	25
66.	**ROSIMAR**/CAIÚ	F	25
67.	Lucivane	F	05
68.	**CARA/ZÉ PIO**	M	39
70[181].	**PAROJA**	F	35
71.	**Mahuija/Socorro**	F	18
72.	**Jaimoda**	F	13
73.	**Quirija**	F	10
74.	**Sinoca**	F	08
75.	**Ado/Paulo**	M	06
76.	ETENO	M	25
77.	NORI	F	24
78.	Huajamara	F	03
79.	**MAJAHUA**	F	45
80.	Aro	M	11
81.	**Iba**	M	09
82.	Huatono	M	04
83.	**RAHUI**	M	24
84.	**SIPOCAHI**	F	20
85.	Rosara	F	05
86.	JAIMO	M	70
87.	NANIJA	F	70
88.	Huaima	F	12
89.	Poraino	M	10
90.	CAJORI	F	20
91.	Setori	M	08
92.	Jeri	F	06
93.	AROBE	M	27
94.	MAROJI	F	25
95.	Cadiro	M	09
96.	Rojodi	F	06
97.	Dsepia	F	04
98.	Mana	M	02
99.	**ROPI**	M	25
100.	**SSIHO**	F	23

[181] A numeração está dessa forma no documento original.

101.	**Sahuahui**	M	04
102.	**CAIDO**	M	38
103.	**SITERI**	F	39
104.	Edmundo	M	14
105.	Huedsaji	F	10
106.	**Antônio José**	M	03
107.	Menino	M	07 dias
108.	**Manoel**	M	39
109.	**Sinoca**	F	39
110.	Rora	F	10
111.	**Mariana**	F	06
112.	ZÉ DA ONÇA/BRANCO	M	27
113.	**INO**	F	27
114.	**Zefinha**	F	20
115.	Ivan	M	10
116.	**Ilda**	F	02
117.	**Celino**	M	01
118.	COHUERO	M	50
119.	BERA	F	30
120.	Dami	M	04
121.	Deque	F	06
122.	Mahuadsi	F	02
123.	**DEQUE**	F	45
124.	Rariano	M	17
125.	Zé	M	14
126.	Alzira	F	10

Apresento agora duas considerações básicas:

1. Todas as pessoas que estão em negrito na lista são pessoas que atualmente moram (ou estão sepultadas) na TI Rio Ueré.

2. Nessa lista aparece novamente Janoha-Goiano que Siho afirma em depoimento que nasceu na TI Rio Ueré, na Aldeia Velha. Na época um dos nomes de Janoha-Goiano era Sahuahui, nome de seu avô materno. Os primeiros filhos de um casal recebem os nomes dos avôs. O documento histórico traz informações da idade de Janoha-Goiano: 04 anos; portanto ele nasceu em 1986 na TI Rio Ueré.

No segundo semestre de 1991 uma nova equipe do CIMI passou a trabalhar com os Kulina na região do Baixo Juruá, equipe essa composta por: Agueda Behenck, Hidenori Mochiizawa, Rosicley Soares e Raimundo N. Batista de Lima. No Relatório de Atividades e Financeiro, a equipe indigenista descreve a viagem que realizou para visitar

as aldeias do Eré (Ueré). Nesse relatório a equipe aponta a existência de várias famílias Kulina espalhadas as margens do "igarapé do Eré" (rio Ueré). A visita tinha como objetivo conhecer a realidade e a problemática indígena relacionada a terra, subsistência, educação e saúde. A equipe saiu dia 28 de setembro de 1991 da cidade de Fonte Boa. Dorome Kulina[182], liderança da aldeia Cumaru (igarapé da Macaca – TI Kumaru), os acompanhou na viagem. Quando a equipe chegou à cidade de Carauari promoveu uma conversa com os padres na qual discutiram sobre a situação dos Kulina. No outro dia a equipe seguiu viagem para o Ueré. A equipe retornou a aldeia Cumaru (TI Kumaru) dia 10 de outubro de 1991[183].

Quando a equipe chegou na TI Rio Ueré o pessoal do Ado morava em Matatibem (que foi grafada como Matitiben). No dia 01 de outubro de 1991 houve uma reunião de todos os Kulina que estavam dispersos ao longo do rio Ueré na aldeia Matatibem, na reunião os Kulina se comprometeram em se agrupar, isto é, morar todos na aldeia Matatibem. A seguir apresento um trecho importante do relatório que ressalta: a presença Kulina no rio Ueré; a dispersão de pessoas em pequenas comunidades ao longo das margens do rio; a delicada situação de saúde dos indígenas; e a constante mobilidade Kulina.

> Conversamos com os padres, falaram-nos um pouco da situação dos Madija e a dificuldade de chegar até lá. [...] Padre João nos informou que os índios haviam subido o rio Juruá e algumas **famílias permaneciam espalhadas pelo igarapé do Eré**.
> Em Carauari estavam **3 famílias** com problemas de doença, não tendo o menor apoio da FUNAI, morando em casa abandonadas e expostas a exploração e bebedeiras.
> [...]
> Após 5 horas de angústia, passando pelas correntezas do igarapé, chegamos a primeira colocação, **Matitiben**. Fomos apresentados pelo tuxaua, Dorome, a comunidade e está nos ofereceu almoço.
> [...] Adô nos contou que **Matitiben** pertence a um seringalista. Ele estava neste lugar para tomar conta da área e da criação de porcos do dono. E achou importante nossa chegada porque podíamos dialogar sobre esta situação.
> No dia 30, pela parte da manhã, seguimos viagem para visitar a próxima comunidade, que se chama **Rota Grande[184]**. Lá moram **17 pessoas**, formando **três famílias**.
> Neste grupo local, estava muito forte o **sarampo**, um índio passava mal, estava fazendo tratamento com um rezador da região e banho de folhagem da mata, conhecido por ele [...]. Neste mesmo dia, seguimos viagem para

[182] Dorome: falecido, liderança, irmão de Acora-Edmundo, filho de Omaco-Chico Cidade.
[183] A equipe indigenista suspendeu os trabalhos na TI Rio Ueré no dia 05 de outubro de 1991, pois um dos membros da equipe (Hidenori) adoeceu com infecção intestinal (Behenck, et al., 1991 s/p)
[184] Aldeia Volta Grande.

> encontrar as próximas famílias, na localidade **Estirão da Galinha**[185], encontramos **duas famílias**. Conversamos com eles, estavam sem problemas de doenças, apenas tristes com a partida das outras famílias que tinham ido embora para Eirunepé e sentindo a paralização da escola, pois os professores acompanharam as famílias.
> Andamos mais um pouco, encontramos mais **duas famílias**. Subimos o barranco e fomos para suas casas, nos apresentaram e logo nos pediram remédio para **gripe** e **malária**, que estava muito forte naquele lugar, eles também falaram sobre a escola e a partida dos professores e pediram para que nós continuássemos o trabalho de educação.
> Chegamos finalmente na aldeia **Santarém**, deu pena de ver o abandono das casas, as plantações, o índio que nos acompanhava, disse que eles iriam voltar, pois não levaram nenhuma muda de planta, e as casas ficaram do mesmo jeito que era antes; permanecendo somente **uma família**, que naqueles dias estavam em Carauari para tratamento de malária.
> Fomos convidados a ir até comunidade **Patoá**[186] onde mora o filho do Adô o índio que nos acompanhou, chegando lá, encontramos seu filho que mora com **uma família** de ribeirinhos é casado com uma não índia (Behenck, et al., 1991 s/p).

Pela sequência de dados, encontrados nos documentos históricos, estimo que a aldeia Matatibem tenha surgido entre maio de 1990 (quando a equipe anterior veio a TI Ueré e encontrou o pessoal do Ado morando no Estirão do Galo) e outubro de 1991, data que a nova equipe encontra o pessoal do Ado em Matatibem.

De fato, os Kulina nos contaram que Ado veio morar no lugar Matatibem quando o patrão Nestor deixou o lugar para morar na cidade de Carauari. Quando Acora-Edmundo foi para o Gaviãozinho e Ado desceu para Matatibem, algumas famílias permaneceram na Aldeia Velha. Os Kulina atuais identificam toda essa região do Estirão do Galo como Aldeia Velha. E quando eu os indaguei pelas aldeias Santarém, Rota Grande (Volta Grande) e Estirão da Galinha, eles responderam: "*carihua* (não indígena) é que vive colocando nome em tudo".

"História da Migração" dos subgrupos *biro madija, dsohiji madija* e *jahua madija* é um quadro cronológico feito por Soares e Mochiizawa (1997, p. 08) no qual eles traçam a trajetórias dos subgrupos majoritários na TI Kumaru do Lago Ualá:

> Baseamos essa parte histórica principalmente nas informações dadas pelos madija durante coletas de dados para o preenchimento de registro de nascimento e nos levantamentos deixados pela equipe anterior (Rubens, Antônio José e Iza), nos cadernos de anotações.
> [...]
> As datas anteriores a 1986, nos baseamos exclusivamente na idade aproximada dos Madija, por isso, são bastante flexíveis. De 1986 para cá, as

[185] Aldeia Estirão do Galo.
[186] Morava o Edi-Edson (casa 7).

> datas merecem maior credibilidade, uma vez que foram baseados nas anotações das equipes que viveram na época com os Madija (Soares; Mochiizawa, 1997, p. 06).

Em outro trecho mais à frente a equipe indigenista detalha uma conversa com o próprio Ado (o grande pai e líder da TI Rio Ueré).

> [...] As famílias lideradas por Acora (Edmundo), em 1989, por causa de sério conflito interno, saíram de Juruapuca. Passaram um ano no igarapé Ueré, acima de Carauari, onde mora o grupo de Ado, Dsomaji Madija (Ado nos afirmou em 91, durante nossa visita em Ueré, que seu grupo veio do alto Juruá e chegou em Carauari antes que os Biro) (Soares; Mochiizawa, 1997, p. 09)

Na página a seguir reproduzo um quadro cronológico, focado nos deslocamentos do pessoal de Omaco-Chico Cidade, mas que retrata também a movimentação do pessoal do Ado. No quadro podemos verificar que os indigenistas (Soares; Mochiizawa 1997) estimam que os Kulina estavam no rio Ueré entre 1972 a 1977, portanto, datas muitos anteriores a 1988. A equipe indigenista coletou dados do próprio Ado sobre a chegada do mesmo na região de Carauari.

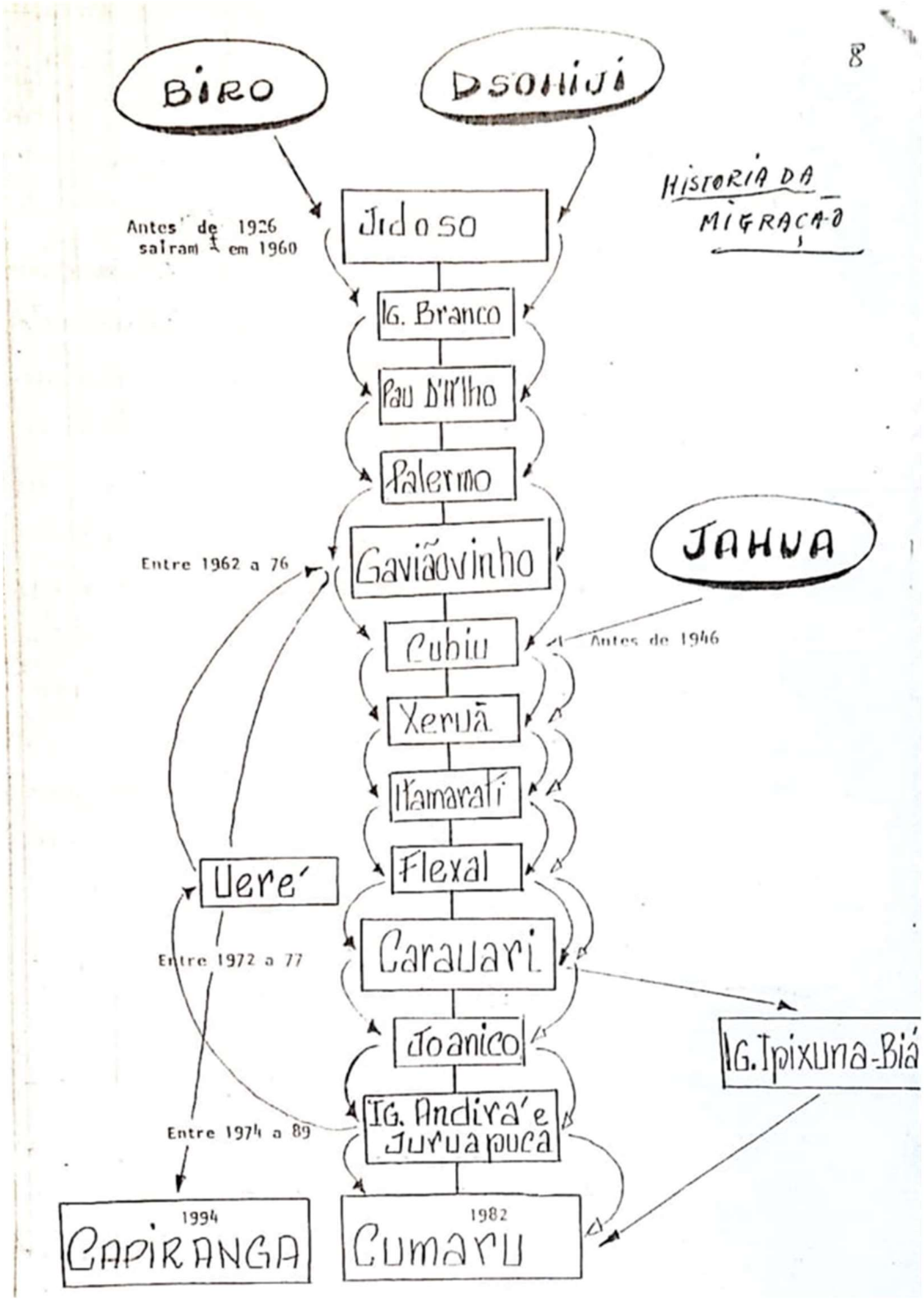


Figura 1 - História da Migração (Soares; Mochiizawa, 1997, p. 08)

Recentemente, em 1994, a antropóloga Priscila Faulhaber, que coordenou o Grupo Técnico responsável pelo Relatório de Identificação e Delimitação da TI Kumaru[187], ao apresentar a "Organização Social, Ocupação e Utilização da área pelo

[187] Terra Indígena com a qual os habitantes têm uma estreita relação com a população da TI Rio Ueré, inclusive há pessoas que possuem casas ou roçados nas duas TI's.

Grupo indígena", descreveu a vida dos Kulina e suas viagens em busca de novas alianças ou para visitar parentes:

> [...] A população dos Madija é flutuante. Famílias das outras malocas dentro da área passam um tempo com os parentes de uma maloca, outras famílias morando dentro da área Cumaru foram visitando os parentes no médio (Juruapuca, perto de Caitaú) e alto Juruá (Eré, Envira, Gaviãozinho) e até ao rio Jutaí (malocas Canoa, Bola e Batedor). Em uma destas viagens, recentemente Doro[188], a mulher, os filhos, genros, netos, mais um irmão e seus filhos foram para o Eré (em Carauari), e depois foram para o Gaviãozinho. Foram fazer o manaco, que é uma troca ritual: os de lá tinham viajado ao Cumaru comer farinha e levar mulheres e estes foram comer farinha e buscar rapazes. Voltaram final de julho (Faulhaber, 1994, p. 13-14).

A pesquisadora aponta os motivos da grande movimentação Kulina pelo rio Juruá e Jutaí; e ressalta como essas viagens são necessárias para a reprodução física e cultural do povo. Observamos a terra tradicional no Ueré inserida nessa rede de trocas, alianças e parentesco.

As viagens Kulina são um grande empreendimento, pois participam todos os membros da família e os animais de estimação. Essas viagens são grandes oportunidades das crianças e jovens, não apenas aprender as regras de etiqueta e retribuição (o *manaco*), como conhecer parentes e as terras tradicionais.

A invasão das terras tradicionais Kulina pelas frentes exploradoras de caucho e seringa promoveram violências diversas que vão desde a invasão e queima de aldeias inteiras (como vimos nos registros históricos); a exploração da mão de obra, no caso mais recente temos o Seringal Monte D'Ouro; as epidemias (que levaram os Kulina a abandonarem o Posto do SPI e sua terra tradicional no rio Gregório); o aliciamento com pagamento em cachaça por produtos e serviços; a retirada forçada de seus terra tradicional para confiná-los no Alto Andirá; assassinatos diversos; prostituição de meninas e mulheres... Toda essa violência provocou um efeito perverso que foi potencializar as disputas, as rivalidades e os conflitos internos entre os subgrupos, que por sua vez, colocou um Kulina contra o outro. Isso fez com que os Kulina ficassem conhecidos atualmente como um dos povos indígenas mais vulneráveis na calha do rio Juruá. Um povo que "perambula" em busca de um lugar para morar, um bom patrão, ou apenas ficar longe de subgrupos rivais.

[188] Doro-Dorome filho de Chico Cidade, irmão de Acora-Edmundo. Grande liderança da TI Kumaru que infelizmente morreu bêbado-afogado.

Ao percorrermos essa sequência histórica, através de uma série variada de documentos, concluímos que os dados confirmam que no ano de 1985 os Kulina se encontravam na terra indígena no rio Ueré com sua forma tradicional de ocupação (quiçá como estimaram Soares e Mochiizawa, 1997; os Kulina estavam na terra tradicional nos anos de 1972-1977. Conforme quadro "História da Migração"). Diante do exposto, a demarcação da referida terra indígena é uma reparação do Estado Brasileiro ao processo histórico de violências (escravidão, epidemias, expulsão de aldeias, prostituição de meninas e mulheres...), privações, aliciamentos, importunações, homicídios e deslocamentos; sofridos pelos Kulina nesses últimos séculos.

O grande número de dados apresentados neste item, de fontes diversas, mostra de modo incontestável que os Kulina habitam de modo permanente e tradicional a bacia do Rio Ueré pelo menos desde a década de 1970, dando continuidade a uma longa tradição de ocupação histórica deste povo ao longo do Rio Juruá.

4.4. Memória oral dos Kulina: movimentação do pessoal do Ado pelo rio Juruá e a chegada na terra tradicional no Ueré[189]

Ado casou primeiro com Maria Dsohe e teve os seguintes filhos: Iraci (casa 15); Cara (casa 9); Raimundo (falecido, assassinado); Maria Eunice (mora em Carauari); Edi-Edson (casa 7); e Camano-Salim (casa 5). Os pais de Ado eram Dsajo-Samuel e Boho-Etelvina e faleceram no Igarapé do Índio. Os filhos de Dsajo-Samuel[190] e Boho-Etelvina são: Aquido[191] (M, falecido); Ado (M, falecido); Obo-Antônio Samuel (M, falecido); Quirija (F, falecida); Nanija (F, faleceu na aldeia Piau); Deque (F, mora na aldeia Matatibem, casa 33); e Simahi (F, mora na aldeia Jaci-Juruapuca).

A primeira esposa de Ado era Maria Dsohe, filha do não indígena Francisco Bezerra (conhecido como "Francisco Piloto, *carihua* do Ceará), nome dele em Kulina era Bidsijo. A mãe de Maria Dsohe era Jaraniji Kulina. Por sua vez, Jaraniji era irmã de Dsajo-Samuel (pai de Ado). Nesse caso Ado e Maria Dsohe eram primos cruzados ("Foi

[189] Cara e Salim são filhos de Ado. Cossaro é sobrinho de Ado (por parte de pai e mãe) e Iba também é sobrinho de Ado.
[190] Dsajo teve outras mulheres. Esses são apenas os nomes dos filhos de Dsajo com Boho.
[191] De acordo com os Kulina, Aquido era pai de Camaidso (falecido; morava na aldeia Morada Nova-TI Kumaru). Por sua vez, Camaidso é pai de Janani. Antônio José Bentes afirma ter encontrado Janani morando na TI Rio Ueré em 1986.

trocado"). São filhos de Francisco Piloto e Jaraniji: Pedro Cossaro Velho e Maria Dsohe ("Só são eles dois de filhos, só um casal").

A segunda esposa de Ado-Adolfo é Dsihuini-Zeneide (casa 3); neta de Chico Cidade, filha de Acora-Edmundo e Codidsa. São filhos de Ado e Dsihuini: Nita (casa 3), Amazonina (mora em Tefé); e Anona Duardo (casa 4).

A seguir Salim Kulina, 55 anos, filho de Ado e Maria Dsohe, é segundo tuxaua da aldeia Matatibem. Ele nos conta como foi a viagem da família que saiu da região do Alto Juruá, seringal Restauração, no rio Gregório.

> [Salim] Para começar nós viemos, papai veio daqui de cima, de cima de Eirunepé. Aí nós fomos morar lá nos **Canudos**[192] (igarapé) que fica a baixo de Carauari. De lá que o papai voltou e foi atrás de um terreno ali, um local ali...
> [Cossaro] **Taquara**.
> [Salim] Onde tá agora o Taquara. Aí o papai plantou roçado, lá chegou o dono.
> [Cossaro] Vicente.
> [Salim] Papai saiu e veio para cá. Quando papai chegou aqui tinha um homem que morava aqui, o Nestor. Ele falou que ia ensinar uma terra para gente morar aqui. Aí ensinou o papai morar lá nessa localidade que agora a gente chama de **Aldeia Velha**. De lá que o papai voltou para cá de novo, depois que o homem (Nestor) saiu.
> [Ana Luiza] Vocês vieram com o pai de vocês, o Ado.
> [Salim] Foi.
> [Genoveva] Você nasceu no Canudo?
> [Cara] Não! Salim nasceu no Igarapé do Índio. Eu nasci acima de Eirunepé no **seringal Restauração**, terra de Kaxinawa, município de Eirunepé, quase município de Ipixuna. Minha irmã (Iraci) também nasceu lá. Primeiro seringal.
> [Genoveva] E você Pedro, Cossaro, nasceu onde?
> [Pedro-Cossaro] No **Igarapé do Índio**. Aí papai baixou para cá e eu estava pequeno.
> [Genoveva] Iba, você nasceu onde?
> [Iba] Eu nasci no rumo de cima, no rumo de Eirunepé.
> [Cara] No **Gregório** (rio).
> [Iba] Eu nasci no rumo de lá. Me criei no rumo de baixo e vim para cá bem com dez anos. Quando o vovô Ado morava aí pra cima (Aldeia Velha), acho que eu tinha uns dez a onze anos.
> [Cara] Foi o papai que criou ele.
> [Genoveva] Iba, quando vocês vieram do Gregório você morou onde?
> [Iba] No **Breuzinho**, lá em baixo. Abaixo da cidade de Juruá um pouco, o primeiro igarapé. De lá viemos para cá.
> [Genoveva] Quem estava aqui quando vocês chegaram?
> [Iba] Quando chegamos aqui estava a turma do tio Zé Pio (Cara), o Joãozinho (Jodsino, filho de Acora-Edmundo), já moravam na Aldeia Velha. Mamãe

[192] Igarapé dos Canudos, seringal onde morou e trabalhou Ado logo que desceu do Igarapé do Índio. Atualmente está localizada a comunidade Umarizal, Paraná do Açaí (Lago Cerrado). Seringal de José Camelo. Moraram no local Ado com suas duas esposas Maria Dsohe e Dsihuini (casa 3) e a família de Cara (casa 9). Terra natal de Mahuija (casa 12) e Anona (casa 4) (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

> veio morar pra cá. Passamos aqui uns três meses, baixamos para Carauari. Moramos no Taquara, no rumo ali de dentro, depois viemos pra cá de novo.
> [Genoveva] E tua família Pedro veio junto com a do Ado?
> [Cossaro-Pedro] Sim. Foram dos primeiros que chegaram para cá. Fizeram as casas primeiro. Depois o papai foi chamar o velho Edmundo lá no **Juruapuca**. O Edmundo, o Jodsino, o Namia moravam junto com a gente.
> [Cara] O Edmundo era pai daquela outra mulher do papai, a Dsihuini.
> [Salim] O pai do Pedro (Cossaro) era o Caido. Viajava junto com o papai.
> [Cossaro-Pedro] Era uma família só.
> [Iba] De primeiro os Madija andavam muito. Agora não, é mais difícil. Mas Madija não demorava não. Madija andava igual **queixada**[193].
> [Cossaro-Pedro] Kanamari também andava muito, agora ficaram quietos.
> [Cara] A gente agora é difícil andar, mas o pessoal de Baixo continua andando de novo.
> [Ana Luiza] Quando seu pai veio para cá ele veio atrás de algum familiar ou só estava andando mesmo? Ele tinha notícia que aqui viveu algum parente dele ou morreu...
> [Cara] Não. Porque eles vieram assim, porque não tinha onde ficar, onde fazer plantio, procurava lugar para plantar, para viver com a família.
> [Iba] **Acho que algum Madija já sabia desse igarapé há alguns anos**.
> [Cara] Aí pra cima (Alto Ueré) tem muita panela de barro[194] (cerâmicas antigas, sítio arqueológico), coisas assim, quando morava gente (Conversa com Cara, Salim, Iba e Cossaro-Pedro. Aldeia Matatibem, 15 de maio de 2022).

Moravam na Aldeia Velha: 1 – Acora-Edmundo casado com Simahi (irmã de Ado); 2 – Ado e Dsihuini; 3 – Caido-Zé Candido e Siteri-Madalena; 4 – Namia (falecido)[195] e Sama; 5 – Najora (Bernardo, filho do Chico Cidade) e Rojama (falecida; irmã de Majoro); 6 – Najora (filho de Equene. Equene era irmão do Dsono. Dsono era pai de Maria Miranda); 7 – Rohuidsi (filho do Najora, neto de Chico Cidade) e Dseppa (falecida; filha de Caido e Siteri); 8 – Dsoho (viúvo, mora atualmente na aldeia Mapiranga – TI Kumaru) e Maria (falecida, filha de Chico Cidade); 9 – Paroja e Egipson (servidor aposentado da Funai); Siara; Codidsa-Rita; e Corari. Próximo a Aldeia Velha moravam: Cohuero; Jore com a esposa Huama; Huatenoma; Siho e Ropi, Raimo (pai do Ropi) e Edi-Edson (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos).

[193] Aqui observamos Iba usando a metáfora também usada por Tone: os Kulina são *jidsama madija* (queixada *madija*). Características comuns entre queixadas e Kulina: percorrem vários lugares, mas sempre retornam as terras tradicionais conhecidas; andam sempre em bando; quando um vai em uma direção os outros vão atrás, ou o bando volta atrás daquele que ficou. Porém, na essência todo queixada já foi/é um Kulina que ao morrer, e descer ao patamar subterrâneo, foi devorado pelos *tocorime* queixadas (e se transformou em queixada).

[194] Apontam para a existência de um possível sítio arqueológico no Alto Ueré. Nossa equipe não conseguiu verificar a informação *in loco* pois necessitaríamos de mais tempo e recursos.

[195] Namia era filho de Siara e Jabono. O Siara era irmão de Codidsa (primeira esposa de Acora-Edmundo). Namia e Sama são primos cruzados. Também era filha de Siara e Jabono: Nomija, mora atualmente na aldeia Gaviãozinho (ex-esposa de Dahora); e Quiama, atualmente mora na aldeia Piau. Siara e Codidsa estão sepultados no cemitério localizado no quintal da aldeia Matatibem.

O local que os Kulina denominam atualmente de “Capoeira velha do Jore” (irmão de Maria Miranda) é onde o mesmo morou na boca do igarapé Bananal, na margem do igarapé do Sucuriju. No local morou também: Maria Miranda, Iba e Majahua (mãe do Iba); mais ou menos há 15 anos. Era uma época na qual os Kulina trabalhavam extraindo madeira para não indígenas. A aldeia ficava à margem esquerda do igarapé Sucuriju (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos).

Por mais que os Kulina afirmem que viviam fugindo do pessoal do Chico Cidade e que estabeleciam com “aquele pessoal” uma relação marcada por conflitos e mortes, observamos um fato curioso: sucessivas alianças feitas entre o pessoal do Ado e do Chico Cidade (com trocas mulheres). É salutar a presença dos filhos de Chico Cidade habitando aldeias com o pessoal do Ado; posso citar: Acora-Edmundo (casado com Simahi); Najora (casado com Rojama); Maria (casada com Dsoho); e Omada (casado com Noje). Mesmo fato acontece na geração dos netos de Chico Cidade: Sama (casa 31), Dsihuini (casa 3), Jassica (casa 29), Jodsineia (casa 18) e Rohuidsi (casou com a filha de Sipocahi).

4.5. Depoimento de Iraci Kulina: uma síntese da história do pessoal do Ado e a da habitação permanente no rio Ueré

Iraci Kulina, 70 anos, é filha de Ado (Adolfo Samuel dos Santos) e Maria Dsohe (Maria Ferreira de Lima). Ela é irmã do tuxaua Edi-Edson e das lideranças Salim e Cara. A partir de sua história de vida, a anciã nos conta os detalhes do processo de “descida” do rio Juruá e a chegada na TI Rio Ueré.

A família de Ado saiu do Alto Juruá, rio Gregório (seringal Restauração/Reconquista) por volta de 1967. O processo de descida envolveu alianças com outros subgrupos e moradia em várias terras tradicionais, como: seringal Santa Luzia, Igarapé do Índio, Igarapé dos Canudos, igarapé Taquara até a chegada ao rio Ueré (entre 1972, 1977 e 1985).

> [Iraci] Eu nasci acima de Eirunepé, **Restauração**. Mesmo lugar que nasceu o Zé Pio (Cara). Lá nasceu eu, Zé Pio e o **Raimundinho** (falecido), **mataram ele**.
> São filhos do Ado e da Maria Dsohe: eu, Cara (Zé Pio), Raimundo (falecido), Edson (Edi), Eunice, Salim. Éramos sete porque morreu uma menina (Teresinha) com idade de cinco anos. Morreu de febre, morreu no **Seringal Santa Luzia**. Santa Luzia é para cima de Carauari. Acima do Flechal. É um rio Santa Luzia, seringal. Aqui, no Igarapé do Índio, nasceu a Eunice, nasceu o Edi (Edson), nasceu Salim e a Teresinha, a que morreu.

[Genoveva] Por que veio lá de cima?
[Iraci] Porque o pessoal não gostava do papai (Ado). O pessoal do Chico Cidade, a turma do Chico Cidade. Tinha raiva do papai.
[Genoveva] Mas Ado não casou com uma neta dele (Dsihuini)?
[Iraci] Papai casou com uma neta do Chico Cidade. Casou com a Dsihuini que era filha do Edmundo. Foi trocado (troca de mulheres).
[Iraci] Repare, mataram meu tio, Antônio Samuel, mataram quando a gente morava lá no **Igarapé do Índio**. Na Restauração nunca aconteceu nada disso, o pessoal jurava de matar nós, o pessoal, né? Seringal Restauração. Papai cortava seringa. O nome do patrão dono do **seringal Restauração era Luiz Domingos**, o velho, pai dele era João Domingos, o velhão, o chefe dono desse lugar. O velho morreu aí o filho ficou tomando de conta do seringal do pai dele. Papai trabalhava com ele.
[Genoveva] Quando você veio tinha mais ou menos quantos anos?
[Iraci] Acho que eu já tinha uns 10 anos (quando saíram do seringal Restauração). Do Restauração viemos para o Igarapé do Índio. Quando a gente estava lá em cima o Chico Cidade já passava e dormia na casa do papai e voltava de novo, nunca parava num canto[196]. Aí o papai disse: "eu não vou ficar aqui mais não, no meio do caminho". Aí saímos baixando. Paramos no Igarapé do Índio, moramos uma poção de anos. O Zé Pio tinha dois anos...
[Genoveva] E tua mãe?
[Iraci] O pai da minha mãe era do Ceará, mas ele se casou com Madija (mãe da Maria Dsohe era Kulina. O pai da Maria Dsohe era não indígena). Eu não conheci minha avó não (avó materna). Nem o nome dela eu não sei. O pai do Ado era **Samuel** e a mãe dele nome era **Boho**[197], eram todos lá de cima. Tinha muitas casas lá no Restauração. Eram casa só de Madija, não tinha de *carihua* (não indígenas) não.
[Iraci] Nós estávamos no Igarapé do Índio, aí mataram meu tio, Antônio Samuel (Obo), irmão do meu pai Ado.
[Genoveva] E o Pedro-Cossaro Velho?
[Iraci] Era cunhado. Ele era irmão da minha mamãe ele, o finado Cossaro. O Pedro Cossaro Velho era irmão da mamãe (Maria Dsohe). Irmãos do papai Ado, eram: Aquido, Obo (Antônio Samuel), Ado... E tem mais (irmãos) da parte do pai dele (por parte do pai do Ado) da parte do Dsajo (avô paterno), eram de outra mulher. Meu avô tinha cinco mulheres.
[Genoveva] E a Ino?
[Iraci] A Ino era irmã do pai do Cossaro Novo. Ino e Sinoca (esposa Manoelzinho). Quirija era a mãe delas, da Ino e da Sinoca. Quirija era irmã do papai também. Também irmã do papai mais velha é a Quirija. Nanija (F), Deque (F), Simahi (F), essas são irmãs do mesmo pai e mãe, só.
[Iraci] O Pedro Cossaro Velho é irmão da minha mãe, Maria Dsohe, ele é cunhado do Ado. Só são eles dois de filhos, só um casal. Nome do pai dela (Maria Dsohe) era Francisco Piloto (*carihua* do Ceará), em Madija, Bidsijo. O nome da mãe dela era Jaraniji. A mãe da mamãe (ou seja avó materna da Iraci) era irmã do meu avô Samuel (que por sua vez é o pai do Ado, nesse caso Ado e Maria Dsohe eram primos cruzados. Casamento da filha da irmã Jaraniji com o filho do irmão Samuel). Foi trocado.
[Iraci] **Iraci** é meu nome. O pessoal aqui da cidade é que me chama de **Juraci**. (Eu lendo a identidade dela: Iraci Ferreira de Lima. Observei que não tem Kulina no sobrenome)
[Iraci] Não tem Kulina. Foi a mamãe que tirou. Você sabe que assim que nós chegamos aqui. Nós morávamos lá para o **Canudos**, quando nós chegamos

[196] Acentua a mobilidade Kulina desde o século passado.
[197] Siteri-Madalena falou que o nome de Boho, em português, era Etelvina.

aqui não tínhamos nem documentos. Aí ela tirou. Tirou pela cabeça mesmo dela. Naquele tempo a gente não sabia e a gente morava separado, num seringal, duas casas, três casas que nós morávamos.
[Genoveva] Vocês moraram muito tempo no Igarapé do Índio?
[Iraci] Acho que uns vinte anos. Papai resolveu sair de lá porque o pessoal não gostava dele. Nessa época o Chico Cidade morava no **Gaviãozinho**, eles vão para lá, comia a roça que tinha, ia embora. Aí foi que o papai saiu. Saímos, passamos acho que três anos aí no **Flechal**, no **Santa Luzia, no rio Jurandir**, foi cinco anos que passamos lá. Flechal está abaixo do Igarapé do Índio. Passamos cinco anos lá. Lá também mesma coisa. Aí mamãe disse: "quer saber, vambora embora daqui. E nem mais notícias". Saímos mesmo e viemos baixando. Aí demorou pouco baixaram um bocado e se socaram tudo aqui. Aqui no **Igarapé do Banho**. Pessoal do Chico Cidade veio e ficou aí. Aí nos baixamos e ficamos... Papai perguntou se tinha um igarapé que desse pra viver e trabalhar[198]. Aí um homem morador disse: "tem igarapé, tem **matrinxã**, tem tudo". Aí entramos, não tinha ninguém lá no Canudos. Aí para baixo. Não tinha ninguém não, só nós mesmos. Aí nós viemos pra lá e o papai começou a cortar **seringa**, tirar **sorva**. **Nós tiramos sorva, nós tudo** (todos trabalhavam). Já estamos todos grandes.
Zé Pio já estava casado com a Paroja. Zé Pio conheceu Paroja lá no Penedo. Ele trouxe Paroja do Penedo. Nós nunca moramos no Penedo. **Papai é que morava lá, se criou por lá mesmo, pelo Penedo. Antes meu pai morara lá, no Penedo. Minha mãe morava lá, meu avô morreu lá.**
[Iraci] Ele (Cara-Zé Pio) vinha com o Severo-Severino (rio Eiru, aldeia Estirão, Bobassassaji). Subiu pra lá. Quando ele voltou a mamãe foi buscar ele. Ele trouxe mulher. Aí ela passou a morar conosco. Nós nunca moramos no Penedo, só o papai que era de lá.
[Iraci] Ficamos uns dez anos no Igarapé dos Canudos, porque tinha **brigas e cachaça.** Era uma zoada doida, nós sofremos muito. Aí foi embora, o Raimundinho (irmão da Iraci). Nós só soubemos a notícia dele que ele tinha **morrido**. Passou, passou aí disseram que não morreu não, tá vivo. Agora ninguém sabe se já morreu.
Lá no Canudos só tinha duas casas, a do papai e a do Zé Pio. **A Socorro (filha do Zé Pio) nasceu no Canudo** mesmo. Depois dos Canudos nós viemos pra cá, pra **Carauari (cidade**). O papai foi pro **Taquara** (atualmente TI Kanamari) e nós ficamos aqui com a minha mãe. Aqui na cidade, compramos uma casa e ficamos. A mamãe era separada do papai.
[Genoveva] Quando foi que ele ficou com a Zeneide (Dsihuini)?
[Iraci] Foi o pai dela que deu ela pro papai. Quando a dona Zeneide era nova. O pai dela ficou com minha tia, a Júlia (Simahi). Ele tinha a Codidsa, mas ele ficou com duas, o Edmundo. Isso tudo foi no Igarapé do Índio (troca). O pessoal do Chico Cidade estava nessa época no Gaviãozinho. **O Edmundo andava com o Chico Cidade, era filho dele**. **Passou lá só pra trocar a mulher pela filha**. **Quando papai veio para o Igarapé dos Canudos já veio com as duas mulheres: Maria Dsohe e Dsihuini (Zeneide).** Dsihuini morava conosco. Aí ela começou a ter filhos, mas morreram muitos. Se não tivesse morrido muito ela teria muitas mulheres (filhas). Agora estão **filhos do Ado com a Dsihuini**: **Nita e Amazonina** (mora lá em Tefé); **Anona**; e uma que morreu já grande também e está enterrada lá nos Canudos...
Depois que viemos dos Canudos o pessoal foi para o Taquara e a mamãe ficou aqui. **Papai ficou com a Dsihuini e depois foram lá para o Ueré**. Aí a mamãe

[198] O elemento comum: um subgrupo (um pessoal); um rio ou igarapé; os peixes-matrinxãs; e a busca de um patrão melhor.

morreu por lá, pro Ueré. Sempre nós íamos para lá (Ueré), **meu irmão Edi plantava lá (fazia roçado lá), nós íamos fazer farinha**.
[Genoveva] Moraram muito tempo no Taquara?
[Iraci] Parece que foi dois anos ou três anos. Aí o chefe chegou, o Tavera, chegou com a família dele Kanamari. Aí ele queria a terra que ele comprou tudo. O papai saiu e foi procurar terra lá pro Ueré. **Nessa época o Edi morava aqui, com a mamãe, em Carauari, depois que ele foi pra lá pro Ueré, arrumou mulher.**
Quando o papai foi pra lá (pro Ueré) nós sempre íamos pra lá. Quando o papai era vivo. **Quando ele chegou foi morar lá na Aldeia Velha.** Aí disse que lá era ruim de peixe, ele baixou para onde está agora. Na Aldeia Velha tinha **seis a oito casas.**
[Genoveva] Morava muita gente com o Ado na Aldeia Velha?
[Iraci] Mesmo jeito que tá hoje. Aí um bocado foi embora. O pai do Ropi foi embora. **O pai do Ropi também morava na Aldeia Velha. O pessoal do Edmundo (Acora) passou uns três anos lá no Ueré, na Aldeia Velha, aí arribaram tudo (foram embora), ficou só a casa. Aí quando esse pessoal foi embora o papai desceu pro Matatibem**.
O Edi passava uns tempos com o pessoal da mulher dele e depois voltava para o Ueré de novo. Depois que o sogro dele saiu, foi embora (sogro do Edi-Edson), aí ele acompanhou o sogro dele para Tefé. Agora os irmãos dele chamaram ele para vim pra cá e ele veio. Ele estava aqui, o Edi. O menino dele está aqui, o Zaqueu, ele está estudando. O filho do Edi fica aqui na minha casa. Chegou agora da aula.
[Iraci] **Quem primeiro chegou para morar no lugar Matatibem, foi o Ado, o Zé Pio e o finado Zé Cândido (pai do Cossaro).** Era sobrinho do Ado, porque o pai do Zé Cândido, o Pedro Cossaro Velho, era também primo do Ado; pois a mãe da Maria Dsohe e do Pedro Cossaro Velho era irmã do Samuel Velho, pai do Ado.
[Genoveva] Quem são os filhos do Pedro Cossaro Velho?
[Iraci] Eram só três. Duas mulheres e um homem. Já morreram tudinho. Os filhos de Pedro Cossaro Velho[199] são: Zé Cândido–Caido (pai do Cossaro Novo); a Ino (mãe da Huaido, Issihui, Cana-Zefinha, Neca-Hilda...) e a Sinoca (que era a mulher do Manoelzinho). A mulher do Zé Cândido-Caido era a Siteri (Madalena).
[Iraci] **Eram quatro que moraram primeiro na Aldeia Velha e no Matatibem: Ado; Zé Pio; Zé Cândido-Caido; e Alexandre, Jaimo, pai do Ropi.**
[Genoveva] E o pessoal da Siho?
[Iraci] **O pessoal da Siho era só de passagem. Vinham e voltavam.**
[Genoveva] Quando Chico Cidade morreu[200]?
Iraci: Ele morreu quando nós morávamos no Igarapé dos Canudos. Morreu afogado, bêbado. Nós soubemos só a notícia, pois nós morávamos para ali, longe.
[Genoveva] Você foi batizada onde?
[Iraci] Em Eirunepé. O pessoal da aldeia Ueré foi batizado tudo aqui. Sempre, de primeiro o padre entrava para lá, mas eu não sei se batizaram por lá.
[Genoveva] O que tua mãe (Maria Dsohe) foi fazer lá? Tá enterrada lá? (Na TI Rio Ueré, próximo a Aldeia Velha)
[Iraci] Ela disse que foi fazer paneiro, vassoura. Ela estava morando aqui e ela foi lá. De vez em quando nós ia lá. Aí quando ela foi, quando soube notícia dela, ela já tinha morrido. Naquele tempo era tudo no remo. Se fosse no motor,

[199] Filhos de Pedro Cossaro Velho e Quirija.
[200] Chico Cidade-Omaco faleceu em 1978, em Carauari (Altmann, et al., 1983).

nera? Poderia ter trazido ela pra cá. Mas só no remo mesmo, nós íamos no remo pro Ueré. No verão no remo mesmo, a gente passava três dias, quatro dias para chegar lá na aldeia (Ueré, Aldeia Velha). Dormia na beira, no *siqui*-praia. Aí remava de novo. Até chegar lá. O roçado era lá pra fazer *poho ppejene* (caiçuma).
No tempo que eu plantava aqui eu fazia (caiçuma). Minha mãe morava aqui (Igarapé da Roça) em um terreno ali pra frente. Mamãe morreu e eu estava só eu lá. A casa é essa daqui mesmo (a madeira e os barrotes). Desmanchei lá e me mudei para cá. Me ajuntei com o pai desse menino aí. Ele disse que pra cá era mais perto para plantar roçado pra cá. Eu acompanhei ele. Ele ajeitou. O terreno lá o Edi vendeu. Vendeu no tempo que ele quis baixar para Tefé. Aí ele vendeu e foi embora. Quando eu casei minha mãe já tinha morrido.
[Iraci] Aí o **papai ficou morando todo tempo no Matatibem. O pessoal vinha passava uns tempos e depois ia embora. Fica a casa aí outro chega e mora**. E assim vai.
Quem morava primeiro no Matatibem eram: Ado, Zé Pio, Caido-Zé Cândido, Jaimo-Raimundo Alexandre (pai Ropi).
Ropi veio de lá, voltou de novo. Porque ele morava aqui, foi crido aqui no Ueré, o Ropi. Ele estava pro Penedo (Piau). Lá pro Piau de novo. Foram daqui, daí do Ueré foram pra lá. A Paroja (esposa Zé Pio) também é do Piau. Aí Ropi mora lá pro Piau e voltou de novo. Trouxe todos os filhos dele e ficou só o irmão dele, o Luís.
[Genoveva] E o pessoal da Suzana (filha de Deque, irmã de Ado)?
[Iraci] O pessoal da Suzana mesmo mora no Igarapé do Índio, no Eiru. Suzana e tudo nasceu no Igarapé do Índio. **Os irmãos da Suzana são: Coero, Loriano que mataram... morreram tudo os irmãos da Suzana. Tem só o Coero.** O Coero mora no Igarapé do Índio. Deque (mãe da Suzana) era casada com **Missaini**.
[Genoveva] E o pessoal do Iba?
[Iraci] O **pessoal do Iba** era também do **Penedo**, do **Gregório**, fica tudo pra lá que ela (mãe do Iba) veio, baixou. **Mataram o marido dela, aí ela fugiu com os filhos dela**. **Filhos dela são: Iba, Aro-Aroldo, Sipocai-Neide, Huatono, e Poho**. Poho faleceu no resguardo, estava operada aí escorregou, se bateu e morreu. Aro também **mataram** ele. Ele morava aqui (Ueré), plantava era muito. Plantava banana, cana... Tudo ele plantava.
Levaram ele pra lá. Ele veio aqui e me disse: "titia!" Ele é meu sobrinho também. A mãe dele é minha prima, a Majahua. A mãe dela não sei, o pai dela não sei, o pessoal dela morava lá pro Penedo. Ela é minha prima porque ela sabe e o papai sabe. Parente do papai.
[Iraci] (voltando a conversa sobre o Aroldo). Aí por lá **beberam** por lá e mataram ele. Ninguém sabe quem matou não. Soubemos só a notícia. Que mataram ele.
Mataram a mãe do Iba não sei porque. **Se estão todos bêbados ninguém sabe o que aconteceu.**
[Genoveva] Quem morava de *carihua* no Ueré (quando o Ado chegou)?
[Iraci] Era um velho que morava aqui, em Carauari, não sei se já morreu, **João** (não lembrou segundo nome). Foi ele que deu terra para o papai morar. Quando o papai chegou o João morava lá no Matatibem sozinho. Mas morava o pessoal na **Andrelândia**, lá pra cima. Tinha também pessoal na **Formosa**. Eram muitos *carihua* que moravam lá pra cima. Aí vai saindo, vai saindo, aí

> ficou só **Antônio Canequinho**[201] **(João Antônio)**. Esse daí é o mais velho morador de lá (Carauari, bairro Igarapé da Roça, 07 de junho 2022).

Por sua vez**,** Salim, liderança da terra indígena, irmão de Iraci, filho de Ado (Adolfo Samuel dos Santos) e Maria Dsohe (Maria Ferreira de Lima)[202] confirma que quando seus pais vieram morar no Igarapé dos Canudos ele tinha nascido e lá passou a infância. O pai morou no Igarapé dos Canudos com as duas mulheres. Depois a família veio para Carauari e Ado se separou de Maria Dsohe:

> [Salim] Separaram assim porque o papai veio para cá com a Dsihuini e a mamãe ficou em Carauari, ficou com a gente. Depois o Edi (Edson) veio para cá, casou com mãe do Samuel, que o pai dela morava lá pra cima (dentro do Ueré). Mamãe morava em Carauari, na rua do igarapé da Roça. A casa era pra cá de onde hoje está a casa da Iraci. Na época já tinha *carihua* também morando no bairro. Mamãe comprou uma casa com o Edi (Edson) Nessa época Chico Cidade já tinha morrido. Foi depois que ele morreu que a gente chegou para morar no Igarapé da Roça, em Carauari. Nós morava nos Canudos quando o Chico Cidade morreu. Aí o papai veio de lá para Carauari com a família da Dsihuini, veio passear e quando chegou aí viu que ele morreu afogado. O casamento da troca de filha (Dsihuini) pela irmã (Simahi) já veio de cima. Edmundo ficou com Codidsa e Simahi; e Ado com Maria Dsohe e Dsihuini.
>
> Papai desceu porque queria encontrar um canto para morar. Ele trabalhava nos seringais e não dava certo aí ele saía baixando. Aí eles vieram. Papai nunca morou perto do Chico Cidade. Sempre morou separado. Mesmo casando com a família do Chico Cidade porque casou com a Dsihuini neta dele (filha do Edmundo). Não desceu com ele. O pessoal desceu quase ao mesmo tempo, mas não se juntou.
>
> Quem primeiro chegou para morar aqui no Ueré foi o papai Ado e o finado Zé Candido-Caido (pai do Cossaro Novo). Primeiro moraram na Aldeia Velha. Depois que chegou a turma do Edmundo. Passaram mais ou menos um ano aí saíram de novo. Quando o Edi (Edson) veio para cá e casou com a mãe do Samuel ele chegou no Ueré quase junto com o papai. A família da mulher dele morava acima da Aldeia Velha. Samuel nasceu no Ariramba, quando a família do Edi (Edson) desceu para morar pra baixo. Depois daí, do Ariramba, que ele foi para Tefé (aldeia Matatibem, 03 de junho de 2022).

A sepultura de Maria Dsohe, esposa de Ado, está localizada em uma região da floresta (à margem direita do rio Ueré; à margem esquerda estava localizada a Aldeia

[201] Iraci casou com Manoel quando ele ficou viúvo. A primeira esposa de Manoel era irmã de Antônio Canequinho (João Antônio), que mora na comunidade não indígena Formosa (localizada dentro da TI Rio Ueré).

[202] Salim casou em Carauari com Helena (não indígena) e morou por muito tempo na cidade, mas o casal morou também na aldeia Matatibem. Depois Salim contraiu hepatite e a equipe de saúde o levou para Carauari. Salim ficou cerca de vinte e um dias hospitalizado: "Quase que eu morro". Depois ficou curado, mas o casamento acabou. Tempos depois Salim casou com Issihui que tinha ficado viúva. Issihui ajudou Salim a cuidar do filho Boro (Bororiano) que ainda era bebê. Recentemente Helena voltou para morar com a filha Fernanda, na aldeia Matatibem.

Velha). O local do cemitério era roçado, agora é antiga capoeira de mata alta, mas os Kulina mantem o local limpo[203]. No local estão sepultados Maria Dsohe e duas crianças (um era irmão do Cossaro-Pedro, a outra não souberam informar). Está escrito na cruz que Maria Dsohe faleceu em 1990. Maria Dsohe morava na cidade de Carauari, no bairro Igarapé da Roça, mas vinha sempre à Aldeia Velha para coletar cipós (para fazer paneiros e vassouras) ou fazer farinha (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos).

> [Cara] A mãe da minha mãe era indígena, mas o pai dela (de Maria Dsohe) era *carihua* do Ceará. O nome do meu avô era Francisco Bezerra. O nome indígena de minha avó era Jaraniji.
> Ela (Maria Dsohe) morava lá (Carauari) e veio aqui comigo. Veio pegar cipó para fazer vassoura[204].
> [Genoveva] A aldeia era daquele lado (margem esquerda) e a casa dela era desse lado (margem direita).
> [Cara] A casa do meu irmão, ele morava aqui, o Edi (Edson). Casa do Edi. Casa do pai do Samuel era do lado de cá, e do lado de lá que era a aldeia. Morava muita gente. Morava Dimondo; Najora, dois Najora; Namia; Jodsino; e Jore, irmão da Maria Miranda. O Jore Seguinte, aquele que morreu, caiu bêbado dentro d'agua, parece. Ele e a Iponi (moravam no lugar).
> [Cara] Os pais da Zefinha moravam aqui perto do **Poço de Ouro**. O nome dele era Zé da Onça, casou com a Ino (mãe da Zefinha). **Minha prima (Ino) morreu lá, e sepultada lá, na aldeia (Matatibem)**. O Zé da Onça era lá do Juruá (município) e veio pra cá. Ele morava do lado de cá (não era tão a frente do remanso). Vamos parar (mapear) também lá a capoeira do Cohuero.
> [Cara] Esta é a capoeira antiga do Cohuero, *carihuacca* Edmilson. Tinha muita pupunha aqui. Aqui era roçado grande. Quando a gente morava na Aldeia Velha o Cohuero[205] ele morava com a família dele aqui. No tempo que a Paroja veio aqui (CIMI) era um monte de casas aqui. Aqui era o Estirão do Galo (Estirão da Galinha). Cheio de buriti (TI Rio Ueré, 17 de maio de 2022).

Ado faleceu em Manaus, mas trouxeram o corpo e foi sepultado em Carauari[206]. De acordo com Iraci, Ado tinha diabetes. Depois de sua morte todos os filhos fizeram exames: "Eu fiz exames e não tinha, mas não sei agora. Está com seis anos que fiz exame. Papai tinha (diabetes). Quando ele (Ado) morreu nós fizemos exames. Eu e meus meninos não tínhamos. Não sei depois". Dessa conversa podemos extrair alguns marcos territoriais importantes para os Kulina, tais como: a relação de uma pessoa com o local onde nasceu

[203] Prática cultural condizente com a cosmologia Kulina: os cemitérios são marcos simbólicos imprescindíveis, não apenas por serem os locais onde os parentes estão sepultados, mas porque são rota de acesso ao patamar subterrâneo, ao *nami bodi* (local de morada dos seres extra humanos *tocorime*).
[204] Cara lembrou que sua mãe, Maria Dsohe, faleceu enquanto dormia: "dormiu e não acordou, amanheceu e estava morta".
[205] Cara informou que na antiga aldeia Estirão do Galo, morava Cohuero-Edmilson: "os outros Madija moravam na Aldeia Velha e ele morava aqui".
[206] Alguns contam que Ado faleceu ao contrair câncer no pé.

(afetividade e pertença); os locais de roçados; as antigas aldeias; e os locais onde foram realizados matrimônios.

Acora-Edmundo (filho de Chico Cidade-Omaco e Joana Kulina) casou primeiro com Codidsa-Rita e teve os seguintes filhos: Sama (casa 31); Dahora (casa 30); Dsihuini-Zeneide (casa 3); e Omada (faleceu em Manaus). Depois do casamento com Simahi, no Igarapé do Índio, Edmundo morou no Juruapuca, Vai-quem-quer, Joanico, cidade de Carauari, cidade de Juruá, Andirá, Ueré e voltou novamente para o Gaviãozinho, onde contraiu tuberculose. Seu irmão Dorome ficou sabendo da doença de Acora-Edmundo, o levou para tratamento na TI Kumaru. Contudo, anos depois Acora-Edmundo deixou de morar na aldeia Mapiranga (TI Kumaru) e voltou a morar no Juruapuca (Jaci) e na cidade de Juruá (onde está sepultado). Do casamento de Acora-Edmundo com Simahi (irmã de Ado) nasceram os seguintes filhos: Jodsino, Assico e Dsihuini (outra Dsihuini). A família adotou Huaido (filha de Ino, sobrinha de Simahi) desde pequena. Eu, Genoveva, conheci Acora-Edmundo em 1997, na aldeia Mapiranga.

4.6. Entrevista com a liderança-tuxaua Edi-Edson da aldeia Matatibem feita por Fábio Pereira, CIMI-Tefé, em 2019[207]

Edi-Edson aponta o ano 1987 como ano da chegada do pessoal do Ado na região do Rio Ueré. Porém, vale a pena fazermos duas considerações: primeiro, o Ueré não era habitado e conhecido apenas pela família do Ado (na época havia outras famílias Kulina espalhadas pelo rio Ueré); segundo, Edi-Edson ficou alguns anos morando na cidade de Carauari com sua mãe Maria Dsohe. Ele fixou residência no Ueré somente depois que casou com a não indígena Rosimar.

> [Edi] Bem gente, boa tarde, estamos aqui, fazendo pequena entrevista pra dizer que estamos aqui, somos povo Kulina representando nossas áreas, somos moradores daqui. De onde nós viemos. Viemos do **seringal do Lago Cerrado (Igarapé dos Canudos**), onde a gente morava, onde meu pai morava de antigamente, município de Carauari. Bem nós passamos a morar lá, papai passou a morar lá. Passamos francamente **uns doze anos morando lá.** O ano especifico eu acho que no **ano de 1978,** mais ou menos.
> [Fábio] Quantas pessoas da família de vocês?

[207] Transcrição da entrevista feita por mim.
Agradeço à Fábio Pereira por ter disponibilizado o material em áudio. A entrevista integra dados documentais do Projeto da Caritas-Tefé e CIMI-Tefé, apoiado pela União Europeia e Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional (CAFOD)" (CIMI-Tefé; Caritas-Tefé, 2019).

[Edi] Era uma família. Era só uma família, a família do papai. Eram doze pessoas.
[Fábio] Essa comunidade onde vocês moravam era indígena?
[Edi] Não era indígena. Era só uma localidade onde a gente morava. Aí de lá passamos para Carauari. De lá nós viemos para Carauari e o papai baixou para o Juruá, cidade de Juruá. **Quando foi no ano '85 (1985)** passamos a morar para Carauari. Compramos uma casa em Carauari, no final do São Jacó e o papai passou a morar no Juruá. Depois retornou para cá pro município de **Carauari, localizado em Taquara**. Onde hoje é a aldeia dos Kanamari.
[Fabio] Os Kanamari já estavam ali?
[Edi] Não! Eles não estavam não. Aí de lá o papai passou pra cá no ano de **1987**, que é onde hoje estamos morando.
[Fábio] Você fala o rio Ueré, não é especifico o local onde hoje está a aldeia...
[Edi] No rio Ueré, que agora estamos aqui na **Aldeia Velha** chamada. Situamos lá que o papai retornou para a localidade que está hoje.
[Fábio] Que ano vocês vieram para cá?
[Edi] **1987.**
[Fábio] Chegaram na Aldeia Velha que a gente vai conhecer daqui a pouco. Onde a gente está agora aqui é o...
[Edi] Aqui é a localidade onde está sepultada a minha mãe.
[Fábio] Cemitério?
[Edi] **Cemitério. Próximo a Aldeia Velha**.
[Fábio] Tinha um nome da aldeia?
[Edi] Não tinha um nome. A gente só chamava de Aldeia Velha.
[Fábio] Nessa época que vocês vieram do Taquara...
[Edi] É, papai veio do Taquara. A gente morava em Carauari. Ele veio para essa localidade Aldeia Velha.
[Fábio] Seu pai veio de que região para essa localidade...
[Edi] Ele veio de acima de Eirunepé. Veio trabalhando de seringal em seringal. O último seringal que ele trabalhou foi no seringal do seu **Jurandir Cavalcante**, chamado seringal **Santa Luzia**. De lá o papai baixou diretamente para o município de Carauari que é onde ele morou no igarapé dos **Canudos,** no seringal do **Lago Cerrado** onde nós fomos criados.

Todos os relatos e os dados históricos apontam que a Habitação Permanente dos Kulina é marcada pela mobilidade; e como essa mobilidade foi afetada pela frente colonizadora. Dito isso, é possível afirmarmos que a TI Kulina do Rio Ueré é uma terra de uso permanente dos Kulina, porque os mesmos têm outras formas de estabelecer seus marcos e sua relação com o território ancestral; muito embora a mobilidade não nos permita elaborar um quadro cronológico preciso com datas e locais. O que os relatos orais e os documentos históricos nos fornecem é uma teia de constantes idas e voltas dos Kulina em uma extensa região dos rios Juruá, Jutaí, Purus e Solimões (conforme mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Outro fator determinante da dispersão Kulina é o feitiço: famílias costumam morar próximas, mas têm dificuldades em morar juntas. A atual configuração da aldeia Matatibem, com praticamente todos os moradores da TI,

morando em um único local, é muito recente. Vimos como a família do Ado foi se refugiar no Igarapé dos Canudos em uma tentava de se afastar de todos.

Entretanto, vale enfatizar que os relatos e os registros históricos nos assinalam que o pessoal do Ado e do Chico Cidade-Omaco desceram da região do rio Gregório, Ipixuna e Penedo, no alto Juruá, em 1935. Chegaram na região de Carauari em 1967. Passaram por vários seringais do Médio e Baixo Juruá, na região do rio Xeruã, Gaviãozinho, Igarapé do Índio, Santa Luzia, Canudos, Juruapuca, Joanico, Vai-quem-quer, Breuzinho, Taquara, TI Kumaru e TI Rio Biá, até se fixarem de "modo definitivo", na região do rio Ueré, entre 1972 e 1985.

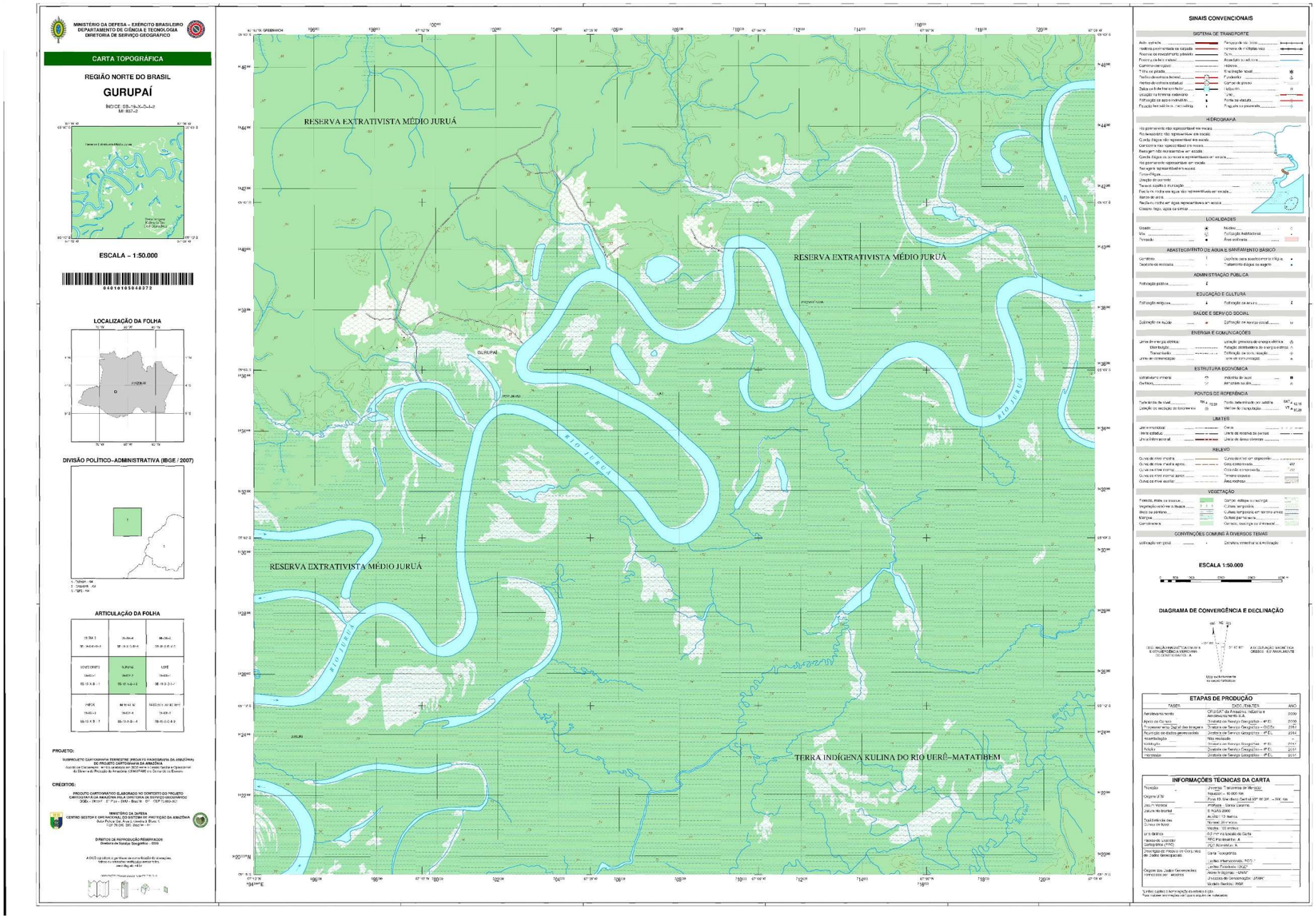
Em uma perspectiva histórica vimos o deslocamento do subgrupo *dsomaji madija* pelo rio Juruá à procura de um local bom para morar: um seringal e um bom patrão; e sossego longe de subgrupos rivais. O pessoal do Ado fugia tanto das frentes colonizadoras, como dos conflitos com o povo Huni-Kuni (Kaxinawa) e com o pessoal do Chico Cidade-subgrupo *biro madija*.

4.7. A Terra Indígena Kulina do Rio Ueré na Carta Topográfica do Exército

Uma fonte documental oficial, cartográfica e histórica de alta relevância sobre a ocupação tradicional dos Kulina no Rio Ueré vem do próprio Exército brasileiro. Durante a pesquisa para o Projeto Estudos Etnoterrritoriais, o cartógrafo Maurice Nilsson (2022) localizou a carta_topográfica_matricial "Gurupaí", (índice: SB-19-X-D-I-2), que pode ser visualizada abaixo, produzida pelo Serviço Geográfico do Ministério da Justiça – Exército Brasileiro. A carta "Gurupaí" localiza a "Terra Indígena Kulina do Rio Uerê – Matatibem", pelo menos desde 2014, exatamente na área de estudo atual. Em outras palavras, há um reconhecimento oficial do próprio Exército e do Ministério da Defesa de que a região do Rio Ueré é de ocupação do povo Kulina.

Carta Topográfica Gurupaí índice: SB-19-X-D-I-2

Mapa 12 – Carta Topográfica Gurupaí (Nilsson, 2022)



Mapa 12 - Carta Topográfica Gurupaí (Nilsson, 2022)

5. Descrição da distribuição das aldeias, com respectiva população e localização[208]

A Terra Indígena Kulina do Rio Ueré possui atualmente **257 habitantes**[209]; **43 casas e 58 famílias**[210]. A terra indígena possui apenas uma aldeia: Matatibem.

5.1. População, famílias e residência na aldeia Matatibem

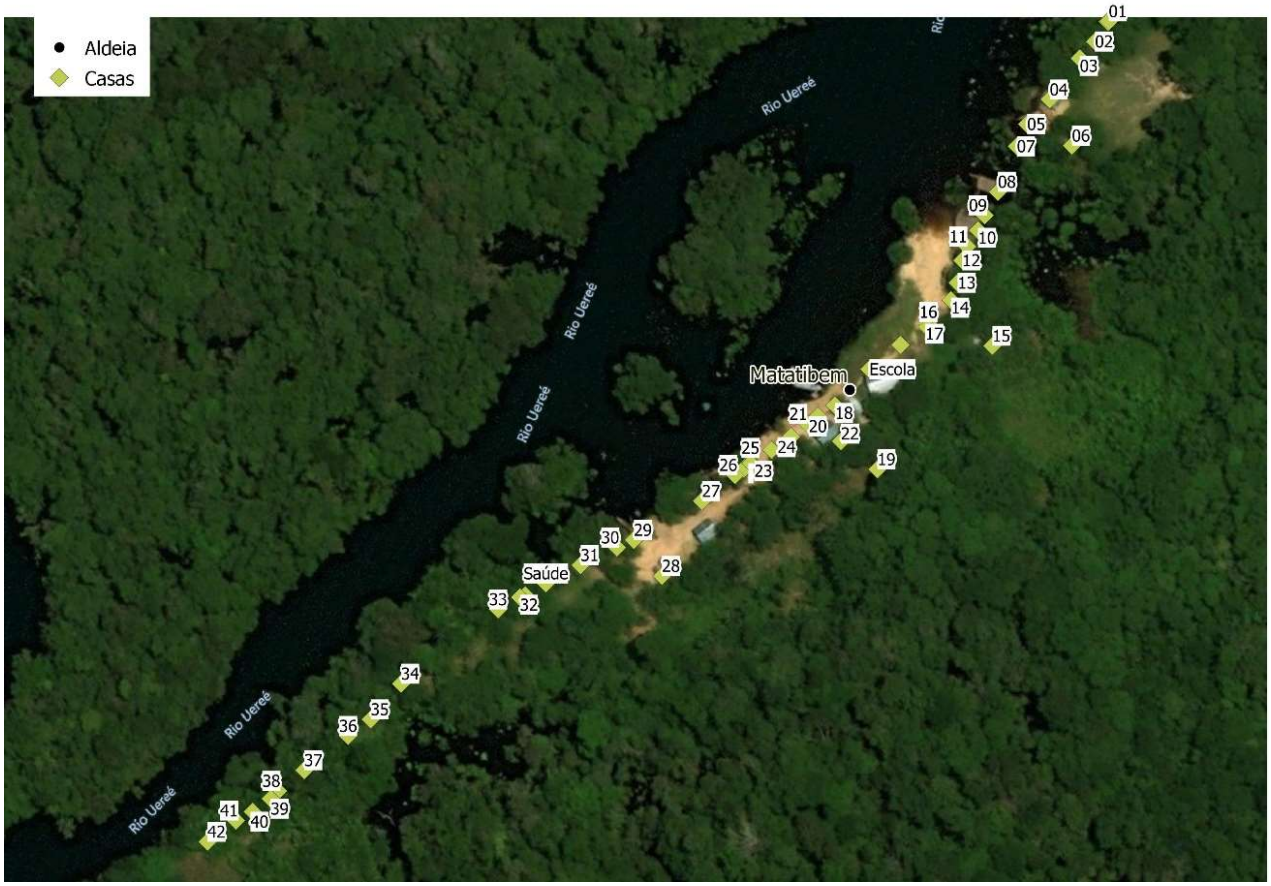


Figura 2 - Croqui da aldeia Matatibem (Nilsson, 2022)

[208] Na Quinta Parte desse relatório, através de relatos da memória oral que tratam das histórias de vida das famílias, descrevo os critérios do grupo para localização, construção e permanência das aldeias antigas e atuais.
[209] O censo completo da população da TI Kulina do Rio Ueré está no anexo desse relatório. No mesmo há o nome de cada pessoa em português e em Kulina, o nome dos pais e a data de nascimento (o levantamento populacional foi realizado por Genoveva Amorim e Ana Luiza Ramalho).
[210] Existem 15 famílias de jovens casais que moram na casa dos pais de um dos cônjuges.

Casa 1[211]	
Pai Ppihui Filho de Anona Duardo[212] e Birico-Sônia (casa 4). Nasceu na aldeia Matatibem	**Mãe** Raquel[213] Não indígena Filha de Raimundo Gomes Cardoso e Antônia Nelci Feitosa
Filhos do casal que moram na casa: - Raquely: 6 anos - Emily: 3 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 4 pessoas	

Casa 2	
Pai Nelson[214] Filho de Anona Duardo e Birico-Sônia (casa 4) Nasceu na aldeia Matatibem	**Mãe** Kaciane de Souza Não indígena Não mora na casa. Os filhos moram com o pai
Filhos do casal que moram na casa: - Izaque: 8 anos - Cieni: 6 anos - Rafaela: 4 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 4 pessoas	

Casa 3	
Pai Ado-Adolfo (falecido) Filho de Dsajo-Samuel e Boho-Etelvina Grande liderança do grupo Kulina que habita a TI Kulina do Rio Ueré. Liderou a descida do grupo do Alto Juruá até a atual terra indígena. É identificado como membro do subgrupo *dsomaji madiia* (onça *madija*) Nasceu e viveu no Penedo[215] mas depois do casamento, com Maria Dsohe, ele passou a morar no seringal Restauração onde nasceram alguns dos seus filhos[216]	**Mãe** Dsihuini-Zeneide Filha de Acora-Edmundo e Codidsa-Rita Nasceu no Ridodo (ou Jidodo). Desceu o Juruá com o pai e o grupo do avô paterno Omaco-Chico Cidade. Na aldeia do igarapé do Índio casou-se com Ado-Adolfo. Após o casamento, que selou a aliança entre os dois subgrupos rivais, Ado-Adolfo ficou com duas esposas: Maria Dsohe e Dsihuini-Zeneide. Por sua vez Acora-Edmundo também ficou com duas esposas: Codidsa-Rita e Simahi-Júlia

[211] A sequência e a numeração das casas foram feitas no sentido de baixo para cima (sentido do rio). Critério estabelecido pelos próprios Kulina na Oficina de levantamento junto ao povo Madija Kulina da região do rio Ueré, Carauari, Amazonas – Projeto de Estudos Etnoterritoriais, dia 15 de maio de 2022. Oficina ministrada por Ana Luiza Ramalho e Genoveva Amorim.

[212] Escreverei primeiro o nome das pessoas em Kulina. Após um hífen virá o nome da pessoa em português (ou o nome da pessoa na forma como foi grafado no registro civil).

[213] Irmã do não indígena Raimundo (Tucandeira, casa 13).

[214] Nelson foi adotado desde pequeno pela avó paterna Dsihuini-Zeneide.

[215] Na época os Kulina estavam dispersos em famílias extensas ou não. Habitavam vários locais ao longo do Riozinho do Penedo.

[216] O casamento de Ado-Adolfo com Dsihuini-Zeneide é fruto da famosa aliança entre os dois subgrupos rivais: *dsomaji madija* (onça *madija*, subgrupo do Ado-Adolfo) e o subgrupo *biro madija* (tucano araçari *madija*, subgrupo de Acora-Edmundo). Os subgrupos trocaram a irmã de Ado-Adolfo (Simahi-Júlia) pela

Filha do casal que mora na casa: - Nita-Marieta (nasceu: 08/04/1981). Moram na casa os filhos de Nita-Marieta: - Mito-Lucivane: 10 anos - Omada-Matheus: 8 anos Mora na casa também o casal: Roainu (filho de Nita-Marieta) e sua esposa Rosa[217] (filha de Aquiridso e Cassireni)
Total de pessoas que moram na casa: 6 pessoas

Casa 4	
Pai Anona Duardo Filho de Ado-Adolfo e Dsihuini-Zeneide (casa 3) Nasceu no seringal localizado no igarapé dos Canudos[218]. Quando a família deixou de morar no local ele tinha cerca de quatro anos de idade. Junto com a família morou no igarapé Taquara (atual terra indígena Kanamari). No rio Ueré morou na aldeia Velha, na aldeia Matatibem, na aldeia Ariramba e novamente na aldeia Matatibem	**Mãe** Birico[219]-Sonia Filha de Pedro[220] e Maria Kulina Silva (Maria Miranda, casa 36) Nasceu na cidade de Carauari, no igarapé do Banho. Morou na aldeia Juruapuca (atual RESEX Baixo rio Juruá). Na TI rio Ueré morou na comunidade Zabreu (boca do igarapé do Café); na aldeia Matatibem; aldeia Ariramba; e novamente na aldeia Matatibem
Filhos do casal que moram na casa: - Rijo-Lirro (M): 18 anos - Dsero (F): 16 anos - Zihuini (F): 16 anos - Bique-Raiane: 12 anos - Genilson Daura: 10 anos - Amuma Katarina: 8 anos - Raissa: 7 anos - Lorrane: 4 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 10 pessoas	

filha de Acora-Edmundo (Dsihuini-Zeneide). A aliança aconteceu com o consentimento da grande liderança *biro madija*: Omaco-Chico Cidade (pai de Acora-Edmundo).

[217] Rosa nasceu na aldeia Mapiranga (TI Kumaru).

[218] Seringal onde morou e trabalhou Ado-Adolfo logo que desceu do Igarapé do Índio. Atualmente no local existe uma comunidade de não indígena chamada Umarizal, no Paraná do Açaí, lago do Cerrado. Era seringal da família de José Camelo, de Carauari.

[219] O casal teve um filho que faleceu ainda recém-nascido. O mesmo foi sepultado no terreiro da aldeia Matatibem junto ao local onde foi sepultada Ino.

[220] Pedro (pai; falecido) é Kulina e morava na "aldeia Kulina" no rio Ipixuna, afluente do rio Biá-Jutaí. Atualmente o local faz parte da TI Katukina do Rio Biá. Os parentes de Pedro Kulina habitam a aldeia Batedor (rio Jutaí) e a aldeia Pau-Pixuna (TI Kumaru).

Casa 5	
Pai Camano-Salim Filho de Ado-Adolfo e Maria Dsohe (Maria Ferreira de Lima) Nasceu no Igarapé do Índio[221] Ao contrair hepatite se separou da esposa Helena Soares (não indígena). Depois casou com Issihui e juntos criaram os filhos	**Mãe** Issihui Filha de Darahui e Ino Nasceu no igarapé do Índio Ficou viúva quando seu esposo Samoja faleceu (afogado, bêbado) em Carauari
Na casa mora também os casais: 1. o casal Siquina-Francisca Jaqueline (filha de Camano-Salim e Maria Helena Soares) e Darahui[222] (filho de Samoja e Issihui). O casal não tem filhos. 2. o casal Assico-Edvânia (filha de Samoja e Issihui) e Rino-Cleinaldo (filho de Anona Duardo e Birico-Sonia: casa 4) - Samoja: 5 anos - Lucas: 01 ano	
Total de pessoas que moram na casa: 8 pessoas	

Casa 6
Mãe Anama-Fernanda Filha de Camano-Salim e Maria Helena Soares (não indígena) Nasceu na aldeia Matatibem
Pessoas que moram na casa: - Evelim: 9 anos - Tainá: 7 anos - Antônia Sebastiana: 5 anos - Sebastião: 3 anos - Marcelo-Sirico: 5 meses Na casa mora também Elena Soares, mãe de Fernanda.
Total de pessoas que moram na casa: 7 pessoas

Casa 7
Pai Edi-Edson Filho de Ado-Adolfo e Maria Dsohe (Maria Ferreira de Lima) Tuxaua da aldeia Matatibem Nasceu no Igarapé do Índio
Filho que moram na casa: - Zaqueu[223]
Total de pessoas que moram na casa: 2 pessoas

[221] Cara Kulina afirmou que o seu irmão Salim nasceu no Igarapé do Índio. Contudo, no documento de identidade (expedido em 2016) consta que Salim nasceu em Carauari.

[222] No registro civil consta outra pessoa como pai. Documentos dele foram expedidos quando ele morava na aldeia Piau.

[223] Cursa o ensino médio na cidade de Carauari. Passa o ano letivo na casa da tia Iraci. O pai separou da mãe.

Casa 8	
Pai Janoha-Ranoa Goiano Filho de Ropi -Moacy e Siho-Oneide Nasceu na aldeia Volta Grande (aldeia Velha), na TI Ueré Obreiro da igreja Assembleia de Deus na aldeia Matatibem	**Mãe** Quirija-Jocilene Filha de Cara (Zé Pio) e Paroja-Maria de Nazaré Nasceu na aldeia Vai-quem-quer, no Baixo rio Juruá Professora na escola da aldeia Matatibem
Na casa mora um filho de Quirija-Jocilene (outro pai): - Sandro: rapaz	
Total de pessoas que moram na casa: 3 pessoas	

Casa 9	
Pai Cara[224] Filho de Ado-Adolfo e Maria Dsohe (Maria Ferreira de Lima) Nasceu acima de Eirunepé no seringal Restauração[225] ("terra de Kaxinahua"). O local fica próximo ao município de Ipixuna, mas pertence ao município de Eirunepé	**Mãe** Paroja-Maria de Nazaré Filha de Rohuidsi-Luiz e Mahuija-Maria Nasceu na aldeia Cossija, no igarapé Chico Pinto, terra firme acima de Eirunepé
Filhos do casal que moram na casa: - José Paulo-Ado[226] e sua filha Mahuani-Maria Isis: mais ou menos 3 anos. Na casa também mora o casal: Roroia-Lindalva (filha de Baqui e Raimunda: casa 10) casada com Gabriel (não indígena). Lindalva é merendeira. O casal tem um filho, Gael: 1 ano. Na casa também moram os netos: - Cajima-Camila (filha de Sinoca-Alcilene): 14 anos - Baqui Henrique (filho de Sinoca-Alcilene e José Lima da Silva): 11 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 9 pessoas	

Casa 10	
Pai Baqui-Baki Filho de Majoro-Moacy e Bijo. Nasceu na aldeia Cumaru (TI Kumaru). Em 2001 Maria Raimunda Dsohe foi visitar os parentes na aldeia Cumaru e voltou casada para aldeia Matatibem	**Mãe** Maria Dsohe-Maria Raimunda Filha de Cara e Paroja-Maria de Nazaré Nasceu no seringal no Igarapé dos Canudos abaixo da cidade de Carauari
Filhos do casal que moram na casa: - Suzi: 16 anos	

[224] Huara filho de Cara e Paroja-Maria de Nazaré era rapaz quando faleceu ao contrair hepatite. Ele está sepultado no cemitério localizado no quintal da aldeia. Cemitério localizado ao lado do roçado atual do Cara.

[225] Informações do próprio Cara. Contudo, Cossaro falou que lá tem um lago que dá nome ao seringal: lago da Restauração.

[226] Ado-José Paulo nasceu em Carauari. É professor na escola da aldeia Matatibem.

- Senaha (M): 14 anos - Cohuama-Gisele: 7 anos - Ada-Vitória (F): 2 anos Na casa mora também o casal: - Antônio Saha casado com Zuileide (não indígena, professora)
Total de pessoas que moram na casa: 8 pessoas

Casa 11	
Pai Huanasaro-Cabeção Filho de Sedsa Nasceu na boca do igarapé Patauá, no rio Jutaí (RESEX rio Jutaí)	**Mãe** Bidada-Rosenilda Filha de Majoro-Moacy e Mahuija-Socorro Nasceu na aldeia Matatibem
Não têm filhos	
Total de pessoas que moram na casa: 2 pessoas	

Casa 12	
Pai Sebastião Mayoruna[227] Filho de Mani-Mani Mayuruna e Maria Mayuruna	**Mãe** Mahuija-Socorro Filha de Cara e Paroja-Maria de Nazaré Nasceu no seringal no Igarapé dos Canudos abaixo da cidade de Carauari
Na casa moram os filhos de Mahuija-Socorro com Majoro-Moacy: - Bibida-Francineide[228]: 20 anos - Majode-Moabi[229] (M): 15 anos - Maria Ireni: 12 anos Na casa mora também os casais: 1. Paroja-Francilene (filha de Majoro-Moacy e Mahuija-Socorro) e o marido Samuel[230] (filho de Siho-Oneide e Ropi: casa 28)[231] 2. Josida-Ciene (filha de Majoro-Moacy e Mahuija-Socorro) e Dedso (filho de Maria e Joaquim Tomai[232]). O casal tem um filho: Jamiel (criança)	
Total de pessoas que moram na casa: 10 pessoas	

Casa 13	
Pai Sebastião Feitosa (Tucandeira) Não indígena Filho de Raimundo Gomes Cardoso e Antônia Nelci Feitosa	**Mãe** Badsirani-Cristiane Filha de Majoro-Moacy e Mahuija-Socorro Nasceu na aldeia Matatibem

[227] Sebastião Mayoruna não tem nenhum filho com Mahuija-Socorro. O casal se conheceu na Casa do Índio, em Manaus, quando Mahuija fazia tratamento contra um câncer.
[228] Cursa o ensino médio em Carauari.
[229] Mora com mãe e com a irmã Badsirani (casa 13), pois ele ajuda a cuidar do pai Majoro-Moacy.
[230] Nasceu na aldeia Piau.
[231] O casal cursa o ensino médio em Carauari.
[232] Dedso é irmão de Jassica (casa 29), nasceu na aldeia Cumaru (TI Kumaru). Seus pais moram atualmente na aldeia Lago Preto (TI Kumaru).

Nasceu em Carauari. Casou em 2012 com Badsirani	Trabalha como merendeira na escola da aldeia Matatibem
Filhos do casal que moram na casa: - Huara-Leonardo: 9 anos - Mappi: 4 anos - Namari Ezequias: 3 meses Mora também na casa: - Majoro-Moacy (pai de Badsirani) filho de Caba-Amélia e Nojari-José. Nasceu em 05/03/1962, na aldeia Gaviãozinho. É pajé (*dsoppineje*)[233] e realiza curas nas pessoas que recorrem à ele em sua casa, contudo não executa o ritual do *Tocorime*. Majoro foi picado por uma cobra, perdeu uma perna e desenvolveu Parkinson.	
Total de pessoas que moram na casa: 6 pessoas	

Casa 14	
Pai Raimundo Filho de Ropi e Siho-Oneide Nasceu abaixo de Eirunepé no local chamado Paduai	**Mãe** Sinoca-Alcilene Filha de Cara e Paroja-Maria de Nazaré Nasceu na aldeia Taquara (atual aldeia Kanamari) próximo a cidade de Carauari
Filhos do casal que moram na casa: - Pihua-Mauricio: 08 anos Na casa mora também o casal: - Camano (filho de Sinoca-Alcilene) e a esposa Mahuadsi (filha de Sedsa-casa 16 e Rossama[234]). O casal tem um filho: Cara (dois meses).	
Total de pessoas que moram na casa: 6 pessoas	

Casa 15	
Pai Aroldo Justino Sales Não indígena Filho de Antônio Sales Mourão e Maria Justina da Silva Nasceu em Carauari	**Mãe** Adriana[235] Filha de Iraci Ferreira de Lima Nasceu em Carauari Agente de Saúde Indígena na aldeia Matatibem
Moram na casa: - Emily Valentina (filha de Aroldo Justino Sales e Adriana): 4 anos. - Branco-José Erison (filho de Adriana e Cleocimar São Bento Lima): 19 anos - Issomi-Cleocione (filho de Adriana e Cleocimar São Bento Lima): 17 anos - Iraci (mãe da Adriana): idosa - Luiz Henrique, filho de José Erison: um ano e sete meses Na casa mora também o casal: - Nonahi-Francimar (filho de Adriana e Cleocimar São Bento Lima) casado com Rejani-Rerrani (filha de Anona Duardo e Birico-Sonia, casa 4).	
Total de pessoas que moram na casa: 9 pessoas	

[233] Conhece a cura do feitiço de pedras ou *dori*.
[234] Faleceu em Eirunepé vítima de suicídio.
[235] Todos os filhos da Adriana nasceram em Carauari.

Casa 16	
Pai Coni Kanamari Nasceu na aldeia Flechal acima de Carauari	**Mãe** Sedsa Filha de Shauahi-Salvador[236] e Mazia-Iraci Morou na boca do igarapé do Patauá, no rio Jutaí. Depois que ficou viúva[237] morou no rio Xeruã (TI Deni). Atualmente mora na aldeia Matatibem
Pessoas que moram na casa: - Vanessa Kanamari, filha de Coni Kanamari: moça - Marioso, neto da Sedsa, filho da Casai: criança	
Total de pessoas que moram na casa: 4 pessoas	

Casa 17	
Pai Boro-Bororriano Davi Filho de Camano-Salim e Helena Soares (não indígena) Nasceu na aldeia Matatibem	**Mãe** Luana Não indígena Professora na aldeia Matatibem
Mora na casa: Um filho de Luana.	
Total de pessoas que moram na casa: 3 pessoas	

Casa 18	
Pai Iba Filho de Maho-Raimundo[238] e Majahua-Creuza[239] Nasceu no rio Gregório[240] Presidente do conselho local do CONDISI-DSEI-MRSA	**Mãe** Maria das Graças Filha de Caido-Zé Candido e Siteri-Madalena (casa 25) Nasceu na aldeia Vai-quem-quer, Baixo Juruá
Filhos do casal que moram na casa[241]: Jimana-João: 14 anos Ajie-Gabriel: 12 anos Dami-Daniel: 10 anos Nojima-Daniele: 7 anos	

[236] Sedsa é irmã de Siho (casa 28) e sobrinha de Rodsa (casa 22). Seu pai Shauahi-Salvador era pajé e morava na aldeia Cumaru (TI Kumaru) quando foi assassinado em 1998.
[237] Depois que o esposo (não indígena) conhecido com Carimbó, faleceu, ela saiu do local.
[238] Maho tem um irmão chamado Cobi que mora na TI Kumaru (casado com Jesseco) portanto, tio de Iba e Sipocahi (casa 23).
[239] Quando Majahua veio para a TI Rio Ueré, a família não morou junto com o pessoal na Aldeia Velha, mas em uma casa na outra margem do rio.
[240] Iba e Graça se casaram quando as famílias de seus pais moravam na aldeia Matatibem (estão casados há cerca de 23 anos).
[241] Iba e Graça tem uma filha chamada Sssiteri Sildomara que mora em Itamarati-AM. Ela casou com Biho (filho de pai não indígena e mãe Kulina).

Siquima-Rafael: 5 anos Na casa mora também o casal: - CahiJosé (filho de Iba e Graça) e Rodsineia[242] (filha de Jodsino e Assarina)
Total de pessoas que moram na casa: 9 pessoas

Casa 19	
Pai Alessandro Não indígena	**Mãe** Neca-Rosa Filha de Iba e Graça (casa 18) Nasceu na aldeia Matatibem
Filhos do casal que moram na casa: -Iba-Noelson: 4 anos - Neri Ruth: 2 anos Filho de Neca e Lucivaldo Feitosa Gomes (não indígena): - Caido Francisco: 9 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 5 pessoas	

Casa 20	
Pai Manohve-Manoelzinho Viúvo Filho de Corime-Antônio e Huedsaji-Maria Nasceu na aldeia Acuraua, no rio Tarauacá. A família saiu de lá depois que os pais morreram e o irmão morreu afogado e bêbado	**Mãe** Sinoca (falecida) Filha de Cossaro (Pedro Velho) e Quirija (irmã de Ado-Adolfo) Nasceu acima de Eirunepé, no Ipixuna[243]
Filha do casal que moram na casa: - Ssapo-Mariana (nasceu na aldeia Vai-quem-quer, Baixo Juruá, em 10/03/1986) Moram também na casa duas filhas da Ssapo-Mariana com Aro-Aroldo[244]: -Mahuija (12 anos) - Nair (3 anos)	
Total de pessoas que moram na casa: 4 pessoas	

[242] Jodsineia nasceu na aldeia Mapiranga (TI Kumaru) onde ainda habitam seus pais. É neta de Acora-Edmundo.

[243] Dados que constam na carteira de identidade da falecida Sinoca. Mariana me mostrou o documento da mãe Sinoca. No mesmo consta: nome dos pais Cossaro Kulina e Quirija Kulina, nascida no dia 20 de maio de 1945, no município de Ipixuna, carteira de identidade expedida em 31 de março de 2010.

[244] Aro-Aroldo é irmão de Iba (casa 18) e Sipocahi-Neide (casa 23). Foi assassinado no Igarapé do Índio. Filho de Maho e Majahua. A primeira filha de Mariana e Aro-Aroldo morreu e está sepultada no quintal da aldeia, junto com Codidsa e Seara. No cemitério que fica próximo ao roçado de Cara.

Casa 21	
Pai Francione-Thor Não indígena Filho de Francisco das Chagas Gondim e Maria Ferreira Gondim Nasceu na comunidade Barreira do Idó (RDS Uacari) É obreiro principal responsável pelas ações na igreja Assembleia de Deus local	**Mãe** Elizabeth Filha de Cossaro-Pedro e Ridoma (casa 27). Nasceu no igarapé do Índio Professora na escola da aldeia Matatibem
Filhos do casal que moram na casa: - Daniel: 08 anos - Gabriel: 06 anos - Mirian: 02 anos Mora também na casa a irmã de Elizabeth: Thou Thiana: 11 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 6 pessoas	

Casa 22
Mãe Rodsa Filha de Tanijoca (F) e Dsojena (M) Nasceu na aldeia Riozinho, igarapé do Brocado, acima da aldeia Piau e do Jari. Sua mãe morreu na aldeia Piau. Desceu o rio Juruá com o irmão Salvador. Morou em Carauari, na aldeia Juruapuca (RESEX Baixo Juruá) e na aldeia Cumaru e Pau-Pixuna (TI Kumaru). Casou com Jore (Seguinte), mas morreram todos os filhos. Ela ajudou a cuidar de Nodiha, filho de Jore[245]
Mora sozinha na casa. É cuidada pelo casal Franceone e Elizabeth (casa 21)
Total de pessoas que moram na casa: 1 pessoa

Casa 23	
Pai Railson Carvalho Costa - Tete Não indígena Filho de João de Deus Ferreira da Costa[246] e de Maria Carvalho da Silva	**Mãe** Sipocahi-Neide Filha de Maho-Raimundo e Majahua-Creuza Nasceu no rio Gregório
Filhos do casal que moram na casa: - Ailton Kulina: 15 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 03 pessoas	

[245] Jore (Seguinte) morreu afogado e bêbado na aldeia Pau-Pixuna. Nodiha atualmente mora na aldeia Batedor no rio Jutaí.

[246] Faleceu na localidade Zabreu, no igarapé do Café, TI Kulina do rio Ueré. A viúva Maria Carvalho da Silva, mora em Carauari.

Casa 24	
Pai Huarina-Antônio Filho do Iba e Graça Nasceu na aldeia Matatibem	**Mãe** Macconi-Luciana Filha do Corime-Antônio (Bufé, casa 25) e Jabura-Ana (casa 31) Nasceu na aldeia Gaviãozinho
Filha do casal que mora na casa: - Lucijeane: 4 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 3 pessoas	

Casa 25	
Pai Corime-Antônio (Bufé) Filho de Caido-Pima-Zé Candido (falecido) e Siteri-Madalena (viúva) Nasceu na aldeia Taquara (atual terra indígena Kanamari) próximo a cidade de Carauari	**Mãe** Rojama, Hueo Filha de Joji e Joria Nasceu na aldeia Mapiranga[247] (TI Kumaru)
Filhos do casal que moram na casa: - Antônio (M: 2 meses) - Leni (F: 4 anos) - Genival (M: 6 anos) Também mora na casa: Siteri-Madalena (filha de Huezarri-Maria e Korime-Antônio). Nasceu 08/01/1946, na aldeia Acuraua, no rio Tarauacá	
Total de pessoas que moram na casa: 06 pessoas	

Casa 26	
Pai José Carlos Azevedo Santos (Sula) Não indígena Filho de Maria do Socorro	**Mãe** Meire Filha de Tete (Railson Carvalho Costa) e Sipocahi-Neide (casa 23) Nasceu no Zabreu, no igarapé do Café, TI Kulina do rio Ueré
Filhos do casal que moram na casa: - Kezia: 4 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 3 pessoas	

[247] Corime-Bufé fez roçado na aldeia Mapiranga e deixou com os sogros. Irá fazer roçado novo na aldeia Matatibem.

Casa 27	
Pai Cossaro-Pedro[248] Filho de Caido-Zé Candido[249] e Siteri-Madalena Por alguns anos exerceu a função de primeiro tuxaua. Hoje é o quarto tuxaua na linha sucessória. Professor e pajé-*marinahua* conhecedor do feitiço das folhas e do ritual do *Rami* Nasceu no igarapé do Índio	**Mãe** Ridoma Filha de Oma e Toho[250]. São seus avós paternos: Cosohui (M) e Ramide (F). São seus avós maternos: Misseni (M) e Deque (F)[251] Nasceu no Igarapé do Índio
Filhos do casal que moram na casa: - Jessica: 9 anos - Dafine: 7 anos Moram na casa também os casais: - Ssenani-Celiane (filha de Cossaro-Pedro e Ridoma) com o marido Jassica[252] (filho do Comino e Huapahia). O casal tem um filho: Davi, 1 ano - Mina-Kátia (filha de Cossaro-Pedro e Ridoma) com o marido Mazinho (nasceu na aldeia Piau). Mina-Katia tem dois filhos: Cossaro-Cassio: 8 anos (pai é não indígena): e Casija: 3 anos (filho de Salvador[253])	
Total de pessoas que moram na casa: 11 pessoas	

Casa 28	
Pai Ropi Filho de Jaimo-Raimundo-Alexandre e Nanija-Manirra Nasceu na aldeia Piau[254]	**Mãe** Siho-Oneide Filha de Shauahi-Salvador e Mazia-Iraci Nasceu na aldeia Resemã (TI Deni)
Filhos do casal que moram na casa: - Rogério: 8 anos - Maria[255]: 15 anos - José:[256] 22 anos - Maria Jahua (Nonata Libu[257]) Moram também os netos: - Aquido[258] (filho de Nonata Libu e Mahuahui): 6 anos; e Miguel (filho de Nonata Libu com o não indígena José Erison Lima): 2 anos.	

[248] Irmão de Corime-Bufé (casa 25).
[249] Caído-Zé Candido é sobrinho de Ado, pois Pedro Cossaro Velho (pai de Caido) era irmão de Maria Dsohe, esposa de Ado.
[250] É irmã de Suzana (casa 34).
[251] Misseni era irmão do Dsoho (aldeia Mapiranga, TI Kumaru) e Deque é irmã de Ado. Deque mora com sua filha Suzana na casa 34.
[252] Nasceu na TI Deni. O pai Comino é filho do Shauahi-Salvador e Mazia-Iraci (é irmão da Siho-casa 28 e Sedsa-casa 16), a mãe Huapahia é filha de Huadsoco (Huadsoco é filha de Omaco-Chico Cidade)
[253] Salvador nasceu na aldeia Cumaru (TI Kumaru). É filho de Dsomami e Huapahi (avô paterno é Omaco-Chico Cidade).
[254] Os pais de Ropi estão sepultados na aldeia Piau.
[255] Nasceu na cidade de Ipixuna-AM.
[256] Nasceu na aldeia Piau. Viúvo, sua esposa suicidou-se e não deixou filhos.
[257] Nasceu no igarapé Quatro Bocas, acima da aldeia Piau.
[258] Aquido nasceu no Igarapé do Índio. Seu pai Mahuahui casou com uma mulher da aldeia Piau.

Na casa mora também o casal: Jeová Aquino (Bonito[259]) e sua esposa Toho-Soraia (filha de Cossaro-Pedro e Ridoma, casa 27). O casal tem uma filha pequena: Rosimeire: 4 anos
Total de pessoas que moram na casa: 11 pessoas

Casa 29	
Pai Caimo Filho do Cossaro-Pedro[260] e Ridoma (casa 27) Nasceu na aldeia Matatibem	**Mãe** Jassica-Noemia Filha de Joaquim Tomai e Maria-Marina Nasceu na aldeia Cumaru (TI Kumaru)[261]
Filhos do casal que moram na casa: - Arija (M): 3 anos - Idsehe (F): 4 meses	
Total de pessoas que moram na casa: 4 pessoas	

Casa 30	
Pai Dahora Filho de Acora-Edmundo e Codidsa-Rita.	**Mãe** Mamaisso Nasceu em Itamarati-AM
Moram na casa: - Bojoni (filha de Daura e Nocco-Fabiana[262]): 10 anos - Acora Edmundo (filha de Dahora e Nocco-Fabiana): 7 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 4 pessoas	

Casa 31	
Pai Namia (falecido) Filho de Siara e Jabono	**Mãe** Sama Filha de Acora-Edmundo e Codidsa-Rita
Moram na casa: - Jabora-Ana (filha de Sama e Namia) Na casa moram os netos filhos de Jabora e Corime-Antônio (casa 25): - Sama Samanta: 16 anos - Namia José: 10 anos - Joana: 8 anos - José Maicon: 5 anos Na casa mora o casal Samara[263] (filha de Maria Mamaisso e José Paulo-Ado) e Adsaro[264] (filho de Dseca e Anai). O casal tem uma filha: Maira (bebê)	

[259] Nasceu na aldeia Piau.
[260] Cossaro-Pedro é primo de Joaquim-Tomai. Huamo, mãe de Joaquim, era prima-irmã de Siteri-Madalena.
[261] Atualmente seus pais moram na aldeia Lago Preto (TI Kumaru). Quando Cossaro-Pedro foi à assembleia Kulina em 2016, na aldeia Pau-Pixuna (TI Kumaru) Jassica veio com ele passear na TI Kulina do Rio Ueré, conheceu e casou com Caimo.
[262] Nocco-Fabiana é filha de Bojoni e Dami. Nocco casou com Dahora e teve dois filhos. Depois viajou para a aldeia Batedor, no rio Jutaí, terra do seu pai. O pai de Nocco, Dami, foi um importante pajé no rio Jutaí e morreu assassinado. Sua mãe Bojoni mora atualmente na aldeia Pau-Pixuna (TI Kumaru).
[263] Sama adotou Samara ainda pequena.
[264] Nasceu na aldeia Morada Nova (TI Kumaru).

Mora também o casal Jabono-Diana[265] (filha de Sama e Namia) e Antônio de Freitas Pinto[266] (não indígena) e os filhos: Antônio Carlos Colina Pinto: 23 anos Vanessa Colina Pinto: 19 anos Antônio Carlos Colina Pinto: 14 anos Nando Kulina Pinto: 9 anos Giovana Colina Pinto: 34 anos Outras pessoas que moram na casa: Jailana Colina: 8 anos Marcio Jorge Kulina da Silva: 6 anos Filha da Giovana: 5 anos Filho da Vanessa com Biraci Neto: 4 anos
Total de pessoas que moram na casa: 20 pessoas

Casa 32	
Pai Dioni Filho de Ilson Mendonça (não indígena) e Suzana (casa 33) Nasceu na aldeia Taquara (atual terra indígena Kanamari) próximo a cidade de Carauari	**Mãe** Quina-Conceição Filha de Antônio Rocha Macura (apelido Macuxi, não indígena)[267] e Maria Kulina Silva (Maria Miranda, casa: 36) Nasceu no Igarapé do Café, na localidade Zabreu[268] (onde atualmente há umas mangueiras, TI Kulina do Rio Ueré)[269]
Filhos do casal que moram na casa: - Marcia: 13 anos - Shara: 10 anos - Jonathan: 8 anos - Jhon: 5 anos - Lidiane: 9 meses	
Total de pessoas que moram na casa: 7 pessoas	

Casa 33	
Pai Francisco das Chagas Lauriano Neres Não indígena Filho de José Laurino Barbosa e Benedita Neres Barbosa	**Mãe** Suzana Filha de Juvenal-Misseini e Deque Nasceu no igarapé do Índio Misseini faleceu no Igarapé do Índio
Moram na casa: - Anori-Josué[270] (filho Siho-Oneide e Ropi, adotado por Suzana): 14 anos - Mohuidi-Erica (neta de Suzana, filha de Ercília e José Paulo Adôzinho): 13 anos - Jotia (sobrinha de Suzana, filha de Loriano e Rora[271]): 12 anos	

[265] Estava morando em Itamarati, mas em junho 2022 voltou para morar na TI Rio Ueré.
[266] Nasceu onde hoje é a aldeia Taquara, próximo a cidade de Carauari.
[267] Macura-Macuxi atualmente mora na aldeia Morada Nova (TI Kumaru) e casou com Arissa.
[268] Nessa época, de acordo com Conceição, morava no Zabreu também a família da Sipocahi-Neide.
[269] Na certidão de nascimento consta Itamarati-AM.
[270] Nasceu na aldeia Piau.
[271] Loriano, irmão de Suzana, foi assassinado. Desde que o irmão faleceu Suzana cuida dos sobrinhos. Rora, mãe das crianças e adolescentes, está em Itamarati-AM e cuida dos outros filhos.

- Angelina (sobrinha de Suzana, filha de Loriano e Rora): 18 anos - Niro (sobrinho de Suzana, filha de Loriano e Rora): 6 anos - Deque, irmã de Ado-Adolfo. Mãe de Suzana: anciã
Total de pessoas que moram na casa: 8 pessoas

Casa 34
Mãe Iponi[272] Filha de Dsono-Miranda e Quina-Alcina Viúva. O esposo Jidoni morreu afogado bêbado Iponi passou a cuidar também de dois netos depois que sua filha Caba morreu afogada em Eirunepé[273]
Moram na casa filhos da Iponi com Jidoni: - André (M): criança - Dsono (M): rapaz - Ssoco (M): criança - Modsa (M): criança Moram também na casa os netos (filhos de Caba): - Idirani (filha de Caba e Dahora): 12 anos - Mono (filho de Caba e Dahora): rapaz
Total de pessoas que moram na casa: 7 pessoas

Casa 35	
Pai Amoco-Mazinho Filho de Anona Duardo e Birico-Sonia (casa 4) Nasceu na aldeia Matatibem	**Mãe** Ire-Isabel Filha de Adiro (falecido) e Anari-Ana Nasceu no Igarapé do Índio. Veio do igarapé do Índio visitar sua tia materna Ridoma (casa 27) conheceu Amoco e casou Seu pai (Adiro) faleceu no Igarapé do Índio. O pai morreu afogado e bêbado quando Ire era pequena. Sua mãe Anari-Ana mora atualmente no Igarapé do Índio
Filho do casal que moram na casa: - Amoco-Uamacu-Marcos: 4 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 3 pessoas	

[272] Irmã de Maria Miranda, casa 36.

[273] Nenhuma criança dessa casa possui registro de nascimento, as mesmas estavam fora da escola. A falta de documentação impede também o acesso de Iponi aos programas sociais. Na reunião com Joabe Kanamari, coordenador de educação escolar indígena do município de Carauari, comuniquei a situação. Joabe disse que não tinha ciência do fato e orientou os professores para a efetivação imediata da matrícula das crianças e adolescentes.

Casa 36	
Pai Antônio Rocha Macura (ex-marido)[274] Não indígena	**Mãe** Maria Kulina Silva (Maria Miranda)[275] Filha de Dsono-Miranda e Quina-Alcina. Maria Miranda quando moça morou na aldeia Velha com o pai (TI Rio Ueré). Depois morou no rio Biá-Jutaí; no igarapé do Banho-Carauari e na aldeia Juruapuca (RESEX Baixo Juruá). Na TI rio Ueré ela morou na comunidade Zabreu (boca do igarapé do Café); morou na entrada do igarapé do Bananal com seu esposo Macura (cerca de quinze anos atrás); aldeia Matatibem; aldeia Ariramba; e novamente na aldeia Matatibem
Moram na casa os netos (filhos de Tonani-Rosa[276]): - Robson (filho Tonani-Rosa e Bidai): 11 anos - Alex (filho de Tonani-Rosa e Bidai): 8 anos - Rogerio (filho de Tonani-Rosa e Bidai): 6 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 4 pessoas	

Casa 37	
Pai Oma-Erinilson Filho de Tone Evanilson e Weka Hilda Nasceu na aldeia Matatibem Oma viajou ao Igarapé do Índio. Lá conheceu e casou com Huatiani-Luana. Depois de casados vieram morar na aldeia Matatibem	**Mãe** Huatiani-Luana Filha de Aro-Aroldo e Daima Nasceu no Igarapé do Índio
Filho do casal que moram na casa: - Tonama: 2 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 3 pessoas	

[274] É conhecido como Macuxi, mas é não indígena.
[275] Irmã de Iponi, casa 34.
[276] Tonani-Rosa (filha de Antônio Rocha Macura e Maria Miranda) se suicidou na trave do campo da aldeia Matatibem: "campo das mulheres", próximo à casa do Cossaro-Pedro (casa 27). Tonani-Rosa tinha contraído matrimonio recente com José (filho de Siho-Oneide e Ropi, casa 28) e estava grávida de oito meses.

Casa 38	
Pai Cadsaro-Benjamim Filho de Azarro[277] e Cana (Zefinha) Nasceu no Igarapé do Índio[278]. Ainda pequeno sua mãe retornou para aldeia Matatibem	**Mãe** Ara[279] Filha de Etano (M) e Carroa-Nori (F) Nasceu na aldeia Taquara (ou Tiaquara) localizada acima de Eirunepé[280]
Filhos do casal que moram na casa: - -Dsome-Zome (F): 9 anos - Sihua (F): 6 anos - Manoel (M): 3 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 5 pessoas	

Casa 39
Cana (Zefinha) Filha de Missaini (M) e Ino (F) Nasceu no Igarapé do Índio Pajé *dsoppineje* conhecedora do feitiço das pedras-*dori*. Cura as pessoas que a procuram em sua casa
Total de pessoas que moram na casa: 1 pessoa

Casa 40	
Pai Dadso-Constantino[281] Filho de Etano (M) e Carroa-Nori (F) Nasceu no igarapé do Índio	**Mãe** Idirani (Dsaho) Filha de Macora-Najora e Cana-Zefinha Nasceu no Vai-quem-quer, Baixo rio Juruá
Filhos do casal que moram na casa: - Dsobija-Jailton: 15 anos - Tonani-Jamile: 11 anos - Issihui-Cristina: 9 anos - Cahuassiro-Muriru: 7 anos - Jaiane-Irimao: 5 anos - Huedsaji-Janieli: 1 ano	
Total de pessoas que moram na casa: 8 pessoas	

[277] Dados constam na carteira de identidade.
[278] Na carteira de identidade consta Eirunepé.
[279] Ara desceu até o Igarapé do Índio onde conheceu e casou com Cadsaro-Benjamim. É irmã de Dadso (casa 40).
[280] Etano mora na aldeia Piau. Carroa-Nori mora no igarapé Taquara (ou Tiquara), acima de Eirunepé.
[281] É irmão de Ara (casa 38).

Casa 41	
Pai Seri-Celino Filho de Adsaro[282] (M) e Cana-Zefinha (casa 39) Nasceu no Vai-quem-quer, Baixo Juruá O casal morou no Igarapé do Índio (cerca de três anos), na cidade de Itamarati (cerca de dois anos) e agora mora na aldeia Matatibem	**Mãe** Sada-Sandra Filha de Oma e Toho Nasceu no igarapé do Índio Oma e Toho moram no Igarapé do Índio e quando vieram visitar os filhos Tone (casa 42) e Ridoma (casa 27) trouxeram Sada-Sandra. Dessa forma ela conheceu Seri e se casou
Filhos do casal que moram na casa: - Caba-Sandrina: 11 anos - Nocco-Raisa (F): 8 anos - Leuma (M): 5 anos - Marcelino (M): 3 anos	
Total de pessoas que moram na casa: 6 pessoas	

Casa 42	
Pai Tone Evanilson Filho de Oma e Toho Nasceu no município de Pauini-AM, no Purus, em um seringal[283] Tone cresceu no Igarapé do Índio. Anos depois veio passar uns tempos na casa da irmã Ridoma (casa 27) e assim conheceu e casou com Neca	**Mãe** Neca-Hilda[284] Filha de Rrore (M: Jore-Seguinte) e Inu (F) Nasceu na Aldeia Velha (TI Rio Ueré)
Filhos do casal que moram na casa: - Birijaro-Naiara: 17 anos - Nete: 14 anos - Bija-Amanda: 10 anos - Huerani: 7 anos - Taina: 5 anos - Nanija (F): 1 ano Neti tem um filho: Anoma (M): 5 meses	
Total de pessoas que moram na casa: 9 pessoas	

[282] Adsaro, seu pai, mora na aldeia Morada Nova (TI Kumaru).

[283] Na época do nascimento de Tone a família morava e trabalhava no seringal em Pauini-AM.
A família atravessou a terra firme, que separa o rio Juruá do rio Purus, a pé. Há um varadouro abaixo da aldeia do Igarapé do Índio que dá acesso ao rio Purus, o mesmo está localizado um pouco abaixo do Igarapé do Gaviãozinho. Quando acabou o "tempo da seringa" o pai de Tone voltou com a família para o Igarapé do Índio. Oma, pai de Tone, é do Igarapé do Baú, localizado abaixo da aldeia Piau (acima de Eirunepé). Toho, mãe de Tone, nasceu no Igarapé do Índio.

[284] Dados constam no documento de identidade.

A família da casa 43 não tem casa na aldeia Matatibem, mas no local do roçado:

Casa 43	
Pai Adriano da Silva Ferreira[285] Não indígena Filho de Sebastião Alexandre Ferreira e Maria Marlenice Moreira da Silva Os pais moram em Manaus	**Mãe** Mara Antônia Filha de Tete (Railson Carvalho Costa) e Sipocahi-Neide
Filhos do casal que moram na casa: - Andreia: 9 anos - Andressa: 7 anos - Adriel: criança	
Total de pessoas que moram na casa: 5 pessoas	

As histórias das famílias se misturam com a ocupação histórica da TI Rio Ueré. Entretanto, a história da família de Ado é a que mais representa o processo de ocupação e "Habitação permanente" na região do Ueré, pois o mesmo foi capaz de consolidar aliança com o subgrupo rival e se fixar na terra indígena. Nessa família é possível percebermos como o modelo de territorialidade Kulina opera: alianças com o inimigo-cunhado, feitiço, conflitos, resiliências, deslocamentos e o cuidado com as terras tradicionais.

Os registros históricos, e os relatos da memória oral Kulina, mostram o ponto marcante da cultura Kulina: a mobilidade, o viajar e o cuidado com parentes que ficaram nas terras tradicionais. Vale sempre reforçar que as constantes idas e vindas, as ausências de pessoas (humanas) em determinado local, em um determinado tempo, não significa que aquele território está abandonado, mas sim que outros seres (ou os parentes mortos sepultados no local) ficaram e tomam conta do lugar. Percebemos que o rio Ueré era habitado e conhecido pelos Kulina desde tempo imemoriais, contudo, a invasão do mesmo, pelos não indígenas, tornou a moradia no local muito difícil. Isso acentuou a rotatividade das famílias que tinham relação e conhecimento da terra tradicional no Ueré. Nesse sentido, o pessoal do Ado se destacou porque em um determinado momento (**1985-1988**) resolveu se fixar no Ueré "enquanto os outros continuavam indo e voltando", como conta Iraci Kulina. Dentro desse contexto podemos entender como o pessoal *dsomaji madija* se consolidou como subgrupo majoritário, na terra tradicional no rio Ueré, e agora reivindica o reconhecimento pelo uso exclusivo dos recursos.

[285] No momento da pesquisa de campo (maio/junho/2022) a família estava em Manaus.

5.2. O reconhecimento legal da Terra Indígena Kulina do rio Ueré

Através da análise dos relatos da memória oral e dos registros históricos e bibliográficos é possível perceber o confronto de diferentes concepções de território. Na verdade, uma sobreposição de territorialidades, na qual os Kulina representam a parte menos ouvida na implantação das políticas públicas. Nesse sentido Alban Bensa – ao refletir a relação entre as elites e a população local de Paris – apresenta um exemplo que se aplica à relação entre os Kulina e o Estado Nacional:

> Por ejemplo, los proyectos relativos a la protección del patrimonio cultural, de montañas, litorales, ríos, son frecuentemente dispositivos de gran alambicamiento y basados en una concepción etérea de paisaje, y muy raramente toman en cuenta las prácticas efectivas de las poblaciones locales, agricultores, pescadores, etc. (Bensa, [2010] 2015, p. 61).

Bensa alerta ainda que a etnografia deve oferecer a possibilidade de escutar e fazer valer o ponto de vista legítimo daqueles que são poucos consultados e ouvidos (Bensa, [2010] 2015, p. 61). Assim, a título de conclusão, é possível perceber o processo de territorialização deflagrado pela instância política estatal e arbitrária – que classifica indivíduos e grupos a limites geográficos determinados – mas também a forma como os Kulina repensam e formam uma coletividade étnica que se distingue das demais (Pacheco de Oliveira, 2002, p. 278). No qual falar do passado é uma forma de reconstruir o presente, e assim refazer o projeto político.

Desenvolvi essa análise dentro de uma conexão entre história e memória, não a partir de uma visão historicista dos acontecimentos, mas sim observando como as imagens do passado, magicamente fortalecidas, irrompem em um momento de perigo (Taussig, [1987]1993, p. 344-345). Os Kulina associam de forma integrada ações, narrativas e personagens, e constroem uma memória "[...] tecida pelos próprios atores sociais em diferentes situações, trazendo para seus novos usos muitos sentidos infusos em usos anteriores" (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 26).

Parti do desafio de levar a sério a fala Kulina, quando afirmam que "somos *jidsama madija* (queixada *madija*)", e declaram que seus deslocamentos são formas de ir ao encontro de uma família, de um arbusto ritualístico ou de um roçado antigo. Descobri que não é a somente a presença dos vivos no território que o converte em um território Kulina, pois a maioria das pessoas vive em constantes deslocamentos – com famílias que

têm casas na cidade e em distintas aldeias. Apreendi que a concepção de território Kulina mistura o tempo mítico com o tempo atual, pois o território é habitado e guardado pelo *rami* (ser extra-humano); o território é do pai e do avô, pois refaz a "identidade" do subgrupo que sempre habitou ali; e o território é a rota de contato com o mundo subterrâneo dos parentes mortos. Dessa forma, o território é entranhado de carga afetiva e simbólica, visto que não separa em locais ou patamares fixos os humanos e os extra-humanos. Assim, é possível afirmar que a relação que os Kulina estabelecem com o território não está pautada na noção de propriedade, mas no vínculo com "quem ficou no lugar". Por isso, abrir mão desses lugares é abrir mão dos vínculos entre humanos e não humanos. O descuido com esses territórios implica punições de outra ordem, não previstas nos procedimentos de controle do Estado.

Por fim, a análise partiu da concepção de território como elemento fundamental na constituição dos Kulina como um grupo étnico. Compreender o rio Juruá como um grande território Kulina foi a chave para analisar a ocupação dos Kulina na terra tradicional no rio Ueré. E dentro dessa concepção Kulina é fundamental também compreender os subgrupos como um critério cultural e histórico de ocupação territorial. Os subgrupos *madija* representam um padrão de ocupação tradicional que orienta a distribuição da população em territórios, pois cada subgrupo habita as margens de um igarapé ou pequeno rio (como o rio Ueré). Esse critério de dispersão da população permite não apenas um acesso às áreas de caça, pesca, coleta, plantio, roçado e moradia, como indexa diferença e faz emergir a "identidade subgrupal". Por isso, assegurar a moradia na terra tradicional, as margens do rio Ueré, é uma forma efetiva de garantir os direitos dos Kulina de continuar sua existência no sentido mais amplo do termo.

Essa Segunda Parte tinha como objetivo também assinalar a Habitação Permanente dos Kulina, no rio Ueré. Dentro desse objetivo apresentei uma sequência de registros históricos e depoimentos dos Kulina que assinalam para a ocupação tradicional na terra indígena no rio Ueré**: antes, durante e posterior a 1988** (como determina a **Constituição Federal de 1988 e a nova Lei Federal nº 14.701/2023**):

1. Em 1935 o pessoal de Chico Cidade-Omaco saiu do rio Gregório/Reconquista, no alto Juruá, e inicia seu processo de descida pelo rio Juruá, até chegar em Carauari, em 1967; onde Chico Cidade faleceu em 1978 (Altmann, et.al., 1983). O pessoal do Ado e Chico Cidade andavam sempre próximos, trocando mulheres e feitiços.
2. Após a morte de Chico Cidade (em 1978), Ado saiu do Igarapé dos Canudos e foi morar no igarapé Taquara, onde passou pouco tempo até ser expulso e se deslocar

para morar na Aldeia Velha (TI Rio Ueré). Estimo que o grupo do Ado foi para o igarapé Taquara em 1981 e por volta de 1984 ou 1985 chegou à TI Rio Ueré.

3. Camano-Salim (casa 5), filho de Ado e Maria Dsohe, afirmou que quando a família saiu do Igarapé dos Canudos ele tinha 14 anos. No documento de identidade de Salim consta que ele nasceu em 11/07/1967. Seguindo sua informação, a família de Ado teria saído do Igarapé dos Canudos para o igarapé Taquara em 1981; e se deslocado do Taquara para a TI Kulina do Rio Ueré, Aldeia Velha, em 1985.
4. O relatório dos indigenistas do CIMI-Tefé, Antônio José Bentes e Iza Santos, informam a existência da aldeia no rio Ueré em 1985 (Bentes; Santos, p. 14).
5. Siho afirma que Janoha-Goiano nasceu na TI Rio Ueré, na Aldeia Velha. Por sua vez, o levantamento de saúde feito pela equipe do CIMI-Tefé traz informações que Janoha-Goiano tinha quatro anos, em 1990. Portanto, ele nasceu em 1986, na TI Rio Ueré (CIMI-Tefé, 1990, p. 08). Na época um dos nomes de Janoha-Goiano era Sahuahui, nome de seu avô materno. Os primeiros filhos de um casal recebem os nomes dos avôs.
6. No quadro cronológico "História da Migração" feito por Soares e Mochiizawa (1997, p. 08) os indigenistas estimam que os Kulina estavam no rio Ueré entre 1972 a 1977, portanto, datas muitos anteriores a 1988. A equipe indigenista coletou dados do próprio Ado sobre a chegada do mesmo na região de Carauari.
7. A liderança-tuxaua da TI Kulina do Rio Ueré, Edi-Edson, aponta o ano 1987 como a chegada do pessoal do Ado na região do rio Ueré onde permanece até os dias atuais.

Alerto que o fato do subgrupo *dsomaji madija* não possuir território reconhecido lhe agrega um valor depreciativo. Reforça conflitos dentro da própria etnia e aumenta os estereótipos externos que, por sua vez, acrescem a fragilidade e a vulnerabilidade Kulina. Constatamos como os Kulina no rio Ueré fizeram várias concessões a outros subgrupos Kulina e aos não indígenas para continuarem naquela terra tradicional. Nesse sentido, considero os casamentos com não indígenas e a "adesão" à igreja Assembleia de Deus como parte da mesma estratégia. Ressalto que a forma de ocupação territorial da TI Kulina do Rio Ueré encontra respaldo cultural e históricos fortíssimos. Portanto, é dentro desse marco argumentativo que se faz necessário o reconhecimento oficial da referida TI para que os Kulina possam assegurar uma vida de acordo com seus costumes e tradições, e principalmente, tenham acesso a um direito que lhes foi historicamente usurpado.

III – Terceira Parte

Atividades produtivas

Portaria n° 14/MJ/96:
Atividades produtivas
a) Descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;
b) Descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processam tais alterações;
c) Descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente.

6. A economia de subsistência dos Kulina

Marciel e Gurgel (1996) assinalam que entre o povo Kulina cada grupo doméstico, que compõe uma aldeia, possui uma relativa autonomia. Um grupo doméstico constitui uma unidade completa de produção e consumo, através do uso e manejo das áreas de caça, pesca, coleta e cultivo. Uma área de uso completa outra, tanto na produção como na reprodução cultural. Para estes pesquisadores a ocupação territorial Kulina é marcada pelos constantes movimentos de "migração", que podem provocar alterações populacionais significativas de um ano a outro, tanto em uma determinada aldeia como dentro da própria terra indígena. Dentro dessa linha teórica, apresentarei a seguir como determinadas atividades produtivas (tradicionais e/ou voltadas ao mercado), os recursos naturais e o meio ambiente são relevantes para a reprodução física e cultural do povo Kulina na TI Rio Ueré.

Conforme o Relatório Ambiental do Grupo de Pesquisa TI Kulina do Rio Ueré da bióloga Ana Luiza Melgaço Ramalho (anexo), "os Madija apresentam uma diversidade de atividades produtivas com dinâmica de uso dos espaços de acordo com os ciclos anuais, que orientam as atividades sazonais de produção, conforme as espécies de animais, peixes e frutos disponíveis em cada época e local. As atividades produtivas de caça, pesca, extrativismo vegetal e agricultura constituem a economia Madija, por meio da produção e consumo, a partir do uso e manejo de áreas de caça, pesca, coleta e cultivo, que contribui para estabelecer o território Madija" (Ramalho, 2022, p. 39).

Podemos afirmar que a alimentação básica das famílias está garantida através das atividades diárias de pesca, caça, agricultura e coleta. As pessoas se dirigem à cidade para adquirir produtos industrializados, como: gêneros alimentícios (café, açúcar e biscoito); utensílios domésticos (panelas, mosquiteiros, redes e roupas); produtos de limpeza (sabão, sabonete e água sanitária); instrumentos de transporte (motores, combustível e canoas) e instrumentos de trabalho (motosserra, machado, faca, terçado e enxada). Atualmente os Kulina não estão atrelados a um patrão que explora os recursos naturais de sua terra tradicional ou sua mão de obra. As pessoas que possuem casa na cidade têm sua vida econômica nas aldeias.

Os Kulina no rio Ueré criam galinhas, patos, cachorros, papagaios e algumas outras espécies de animais selvagens apreendidos em atividade de caça. Esses animais são criados soltos e costumam ficar na parte inferior das casas (embaixo das casas), estão sempre comendo as migalhas e resíduos de alimentos que passam pelo assoalho. Essa prática também foi verificada por Silva (1997) na aldeia Santa Júlia, no estado do Acre.

Observamos a categoria "dono" presente na socialidade Kulina e no cotidiano das relações, pois o roçado, as plantas frutíferas próxima das casas e os animais de estimação têm seus "donos". Quando morre "o dono", eles também morrem. Os frutos das plantas cultivadas se tornam *dori* da pessoa morta: quem comer poderá adoecer. Por isso, muitas vezes, quando falece "o dono" da árvore frutífera (ou do roçado), a mesma é derrubada ou abandonada.

Na minha dissertação, construí uma tabela da divisão tradicional das tarefas em uma família nuclear Kulina (Amorim, 2014):

Atividades	**Homem**	**Mulher**
Queima de roçado	+	-
Plantio	+	+
Limpeza do roçado	-	+
Colheita	-	+
Construção de casa	+	-
Caça	+	-
Pesca	+	-
Construção de armas	+	-
Construção de cestos	+	+
Construção de redes	-	+
Fiação de algodão	-	+
Preparo de carnes de caça (tirar o couro ou pelo)	+	-
Comida assado e cozida	-	+
Preparação de bebidas (ritual do *Rami*)	+	-
Preparação de bebidas (festas: *Ajie*)	-	+
Carregar lenha para casa	-	+

Carregar lenha para fazer farinha	+	-
Carregar lenha para cozinhar a macaxeira (*Ajie*)	+	-
Carregar mandioca (do roçado à casa de farinha)	-	+
Carregar água	-	+
Preparação de farinha	+	+
Coleta de frutas	-	+
Coleta de açaí e preparação do vinho	+	-
Confecção de roupa p/ Ritual do *Tocorime*	+	-
Confecção de adornos p/ as festas	+	+
Preparação tintura p/ pinturas (urucum e jenipapo)	-	+
Limpeza do terreiro da aldeia	-	+

Quadro 1 -Divisão tradicional das atividades (Amorim, 2014)

Ramalho (2022) construiu um quadro no qual apresentou as atividades produtivas dos Kulina na TI Rio Ueré a partir dos ciclos ecológicos do inverno e do verão amazônico (reproduzo a seguir):

***Dsadsajade* (Inverno)**	***Huajano* (Verão)**
Atividade de pesca nos igarapés e remansos da parte central e sudeste da terra	Atividade de pesca nos lagos na região norte da terra
Piracema de várias espécies de peixes que sobem para as cabeceiras dos igarapés para se reproduzirem	Acampamento de verão na beira dos lagos para coleta de ovos de tracajá e pesca de bodó
Atividade de coleta de açaí	Atividade de coleta de patauá e buriti
Atividade de coleta de cipó imbé e titica	Atividade de preparo dos roçados de terra firme (broca, queima e coivara)
Atividade de preparo (limpeza) dos roçados de praia	Atividade de plantio e colheita no roçado de praia
Acampamento no início e fim de inverno na parte central e sudeste da terra para pescar, caçar e coletar	Atividade de produção de farinha
Atividade de plantio nos roçados de terra firme e capoeira	Atividade de caça nos varadouros da parte norte e noroeste da terra
Atividade de caça nas restingas e varadouros próximos da aldeia	

Quadro 2 - Calendário ecológico – econômico da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 73)

6.1. As atividades de pesca

As expedições Kulina de pesca nos lagos, nos igarapés e nos rios Ueré e Juruá se intensificam no verão, quando várias famílias fazem acampamentos nas margens dos lagos e nas margens do rio Ueré (ver Mapa 02: Ocupação e uso dos recursos naturais). As expedições de pesca estão voltadas à captura de espécies, como: tambaqui, surubim, tucunaré, pirarucu, bodó, captura de "bichos de casco" e seus ovos (tartaruga, tracajás, zé prego, cabeçudo...); e ovos e filhotes de jacarés (para consumo). Nas expedições de pesca

– voltadas à comercialização – os Kulina utilizam: arpão e malhadeira. Enquanto que nas expedições de pesca – voltadas ao consumo – os Kulina utilizam: anzol, linha, arco e flecha, e zagaia.

O pescado faz parte do cardápio diário dos Kulina e representa umas das principais fontes de proteínas: consomem assado, moqueado ou cozido. As espécies de pescado preferidas para consumo são: matrinxã, pacu, tambaqui, curimatã, pirapitinga, tucunaré e piau. A pesca é uma atividade masculina, porém muitas vezes as mulheres acompanham o marido (principalmente casais jovens). Todos os membros da família participam das expedições de pesca ao peixe bodó, essas expedições podem durar dias. As famílias constroem acampamentos e nas margens dos rios e lagos, assam e comem peixes e tracajás. Segundo o Relatório Ambiental da TI Kulina do Rio Ueré, a pesca:

> [...] é uma atividade realizada durante todo o ano, sendo intensificada no verão amazônico (junho a outubro), pois o nível das águas dos rios e igarapés fica mais baixo, tornando-os mais claros e limpos. É no verão que também se formam os lagos, pelas voltas do rio, que se separam do leito principal. As famílias Madija do Ueré relataram que no verão, costumam fazer os acampamentos nas margens dos lagos de seu território. Na vazante e início do verão tem muito bicho de casco e peixes de couro no rio Juruá, é quando os bichos de casco estão descendo dos igapós, buscando praias para desovar e os peixes vão subindo para as cabeceiras dos igarapés, para a piracema, o período de reprodução dos peixes. No verão alguns pescadores Madija gostam de pescar no rio Juruá, vão pescando até o igarapé Xué, acompanhando os peixes de couro. Nesta época, no rio Ueré, próximo da aldeia Matatibem, tem muito jaraqui, curimatã, piau, matrinxã, porém o que as famílias mais gostam de fazer no verão, são as expedições de pesca na beira dos lagos. Acampam na boca dos lagos que formam praia, para pescar e comer bodó assado, ovo de jacaré e tracajá. Tem muitas espécies de peixes e bichos de casco nos lagos, os mais procurados são: bodó, tambaqui, pirarucu, pirarara, carauaçu, tamoatá, tracajá. Em alguns lagos mais distantes, quando está na vazante do rio, os homens levam a canoa e deixam no lago, para pescarem durante o verão. Em lagos mais próximos, levam uma canoa pequena, por terra, pelos varadouros. No inverno, a pesca costuma ser principalmente nos igarapés e poços, onde há abundância de matrinxã. Outros peixes mais encontrados durante o inverno são: pacú, cachorrão, pirapitinga, tambaqui e mandubé. [...] O Ueré é abundante em recursos pesqueiros e quelônios, diz-se que onde tem cobra grande, há abundância de peixes. É na beira do Ueré, onde costumam fazer "loca", esconderijo, e nos poços onde a cobra grande pesca, é onde tem mais peixes e animais aquáticos. Além dos peixes e tracajás, no Ueré há muito peixe boi, botos e ariranhas." (Ramalho, 2022, p. 40-41).

No diálogo abaixo há uma demonstração de como se dão as expedições de pesca na vida cotidiana.

> [Iba] Nesse ano nós viemos aqui (Lago do Bananal) ver se tinha bicho de casco aqui dentro e tinha bem uns oito. Só que nós viemos de verão, viemos por terra. No verão só vem por terra. No verão a gente vem só atrás de bicho de casco; mas tartaruga, tracajá, é ruim para carregar. Para pegar pirarucu a gente vem quando tá na vazante, quando está dando água nesse igarapé que nós baixamos (Igarapé do Sucuriju). Quando está bem razinho, lá na boca, a gente vem.
> No início da vazante a gente vem com as mulheres, comer assado de bodó. Tem muito tambaquizinho aqui também.
> [Ana Luiza] Vocês costumam vir muito para cá?
> [Iba] Quase todos os anos a gente vem. O ano passado nós viemos. Todos os anos quando chega o tempo de bicho de casco a gente vem atrás de pegar. Vem para dormir aqui. A gente passa de dois a três dias aqui. No início da vazante que as mulheres vêm. Às vezes a gente vem quando tá tudo seco, em agosto, mas vem só os homens porque as mulheres não gostam de andar por terra. A gente vem só para pescar aqui dentro. Aqui tem outro laguinho, lago do Paial que chamam, mas por aqui está muito cerrado. Lá tem tambaqui, pirarucu...
> (Iba continua falando e conta de uma pescaria com Camano-Salim)
> [Iba] Nós viemos pra cá atrás de bicho de casco, nós deixamos nossos acampamentos lá no outro laguinho, lá embaixo, onde a gente tava dormindo. A gente vinha para cá só pra nós pescar aqui dentro. Pegamos: tartaruga, tracajá e zé prego. Aqui não tem praia, mas eles botam ovos no barranco.
> Vamos subir de novo, não vamos no lago do Paial, se não fica muito longe (não marcamos ponto do Lago Paial, pois já estava tarde e tínhamos que voltar para a aldeia) (Conversa entre Ana Luiza-bióloga-ambientalista e Iba Kulina. Lago do Bananal, 18 de maio de 2022).

Um outro diálogo é revelador dos conhecimentos dos Kulina quanto aos peixes e ambientes aquáticos da região.

> [Cara] *Huasa*-bodó de lago – os Madija comem assado na praia, no verão. Tem mais bodó nos lagos de água branca. Lago Redondo tem e lago Ueré tem. *Carihua* pega para vender. Pegam de tarrafa e de malhadeira. Tem bodó grande no rio Juruá e os botos comem. Bodó pequeno-*mono*, fica na loca dos paus e nos lagos, nos igarapés não tem. *Huassa jessi* é um bodó todo amarelinho que só tem nos lagos.
> Tamoatá-*bacossi* tem na várzea do Juruá e do Ueré. Tem na boca do Carababá, no chavascal, nas locas e debaixo dos capins. Só no verão, quando seca, que eles ficam nas locas; cava com terçado, mas tem também poraquê e bodó também. Madija mata poraquê e enfia a mão para pegar os tamuatás. Tamoatá grande não tem esporão. Tamoatá pequeno com esporão, chama *sirohui* e mora nas locas das restingas e dos chavascais.
> A cobra comprida grande vira poraquê, fica metade poraquê e metade cobra surradeira. Cobra surradeira come até cobra venenosa.
> Há também o jacaré açu e o pirarucu metade cobra. Traíra bóia também, metade cobra e metade traíra.
> Piramutaba-*narima* tem no igarapé e no rio. No verão Madija pega muito de linha e de malhadeira, mas ela come tudo que não presta, por isso tem muito pitiú. No igarapé no inverno pega de linha e anzol.

> [Iba] Madija pesca com flecha os peixes aruanã, carauaçu e tucunaré. Surubim é com arpão. Os lagos de água branca são: Carababá, Pacu e Carababazinho. Os lagos de água preta são: Redondo, Comprido e Sucuriju. Piranha-*acomi* tem em todos igarapés e lagos. Se algo cai na água elas comem logo. Piranha caju=*acomi macconi*; piranha branca=*acomi pacconi*: é muito gostosa a caldeirada de piranha caju. Piranha preta=*acomi ssoeni*. Outra piranha branca comprida ou piranha mucura Madija chama *mocora*. Piranhas tem no inverno e no verão. Pesca de anzol e de malhadeira. Os lagos Sucuriju e Comprido são os lagos onde tem mais piranhas.

Fizemos levantamento e mapeamento dos lagos, igarapés e rios da TI Kulina do Rio Ueré. Para uma visão ampla desses recursos, reproduzo abaixo as tabelas elaboradas pela biológa-ambientalista Ana Luiza Melgaço Ramalho, com informações sobre os principais tipos de peixes e animais que habitam o mundo aquático.

Quadro 3 - Levantamento dos animais de pesca na TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 41-43)

Nome		Situação de abundância	Onde tem/ Ambiente	Esforço/ Distância	Tipo de pesca	Época de pesca	Usos
Madija	Português						
Botaní	Arraia	Muito	igarapé, lago, paraná	em frente à aldeia	arpão, anzol	verão	alimentação, remédio
Bauaru	Aruanã	Pouco	poço, igapó, lago	40 min	flecha, espinhel com isca	ano todo	alimentação
Bacco	Bacú do ferro	Pouco	Rio	240 min	arrastão	verão	alimentação
Huasa	Bodó	Muito	Lago	em frente à aldeia	Casueiro	verão	alimentação
Pissino	Cachorrão	Muito	poço, igarapé, lago	30 min	linha, anzol	inverno	alimentação
	Camarão	Muito	igarapé, lago	30 min	vaso, paneiro, panela velha	verão	alimentação
	Caparará	Muito	lago e rio	60 min	casueiro	verão	geração de renda
	Capitari	Médio	lago, rio	180 min	flecha, casueiro, linha com isca de palmito de murumuru	verão	alimentação
Iramá	Cará	Muito	Lago	em frente à aldeia	Casueiro, anzol	ano todo	alimentação
Bija apani	Carauaçu	Médio	lago, igapó, "em tronqueira de pau"	em frente à aldeia	flecha, casueiro, zagaia focando à noite	verão	alimentação, geração de renda
Aba hete joccarcara	Cascudo	Muito	igarapé, lago	em frente à aldeia	casueiro	ano todo	alimentação
Cuio	Cuiu cuiú	Muito	igarapé, lago	em frente à aldeia	casueiro	ano todo	alimentação
Ccodsa	Curimatã	Muito	igarapé, lago	em frente à aldeia	casueiro, tarrafa	ano todo	alimentação, remédio, geração de renda
Tuccodso	Jacaré açu	Muito	lago, rio	5 min	arpão com três pontas	verão	alimentação
Huama	Jacaré tinga	Pouco	igarapé, lago	5 min	arpão com três pontas com hastes de pracauúba	verão	alimentação
Tere	Jacundá	Muito	igarapé, lago, igapó	10 min	casueiro	ano todo	alimentação

	Jaraqui	Muito	igarapé, lago, boca de várzea	em frente à aldeia	anzol, flecha, casueiro	ano todo	alimentação, geração de renda
Capaidso abá	Jaú preto	Médio	poço de igarapé, lago de água branca e preta	25 min	anzol	verão	alimentação
Corubu	Jejú	Muito	Lago	em frente à aldeia	anzol, caniço	ano todo	alimentação
Bidamá	Jundiá	Muito	igarapé, lago	em frente à aldeia	linha, espinhel	ano todo	alimentação
Supaico	Mamurí	Muito	igarapé, igapó	em frente à aldeia	espinhel, zagaia, faxiando	ano todo	alimentação
Caraurí	Mandí	muito	igarapé, lago	em frente à aldeia	caniço, anzol com bolinha de jurizú, tarrafa e casueiro	ano todo	alimentação
Jodo	Mandubé	pouco	igarapé, paraná, lago	em frente à aldeia	casueiro	inverno	alimentação
	Mapará	muito	igarapé, lago	em frente à aldeia	casueiro	ano todo	alimentação
Quipi	Matá matá	pouco	baixio, chavascal	60 min	casueiro	verão	alimentação
Mamore	Matrinxã	muito	igarapé com água preta	em frente à aldeia	Flecha, anzol com linha	inverno	alimentação, geração de renda
	Mocinha	muito	poço de igarapé	120 min	casueiro	ano todo	alimentação
Cato nocco	Olho do gato	muito	igarapé	em frente à aldeia	linha	ano todo	alimentação
Bama	Pacú	muito	igarapé, lago	em frente à aldeia	casueiro, caniço com joão mole	inverno	alimentação, geração de renda
Supena	Peixe boi	muito	igarapé, poço, igapó	60 min	arpão	verão	alimentação
Quijaí	Pescado	muito	poço, igarapé, lago	30 min	linha, casueiro	ano todo	alimentação
Dsomohui	Piau	muito	igarapé, lago, igapó	em frente à aldeia	anzol com bolinha de trigo, caniço, casueiro	ano todo	alimentação
Narima	Piramutaba	muito	igarapé, lago	em frente à aldeia		ano todo	alimentação

Acomi	Piranha	muito	lago de água preta	em frente à aldeia	anzol, casueiro	ano todo	alimentação
Cabo bara	Pirapitinga	muito	igarapé, lago, rio	10 min	espinhel, casueiro, flecha, arpão	inverno	alimentação
Huajaba	Pirarara	muito	corredeira, rebojo, igarapé, lago	em frente à aldeia	ponta de linha, espinhel no raso	verão	alimentação, geração de renda
Huehe	Pirarucu	pouco	lago, igarapé	120 min	malhadeira grande	verão	alimentação, geração de renda
Minati	Poraquê	muito	igarapé, lago, paraná	em frente à aldeia	anzol, caniço, arpão, flecha	ano todo	alimentação, remédio
Nocoputaputá	Sardinhão	muito	igarapé, lago	em frente à aldeia	anzol	ano todo	alimentação
	Sulamba			em frente à aldeia			
Abapotajari	Surubim	médio	lago, cabeceira do igarapé, praia	30 min	arpão, linha com isca	ano todo	alimentação
Amasiri	Tambaqui	muito	rio, lago, poço	10 min	espinhel, casueiro, flecha, arpão	inverno	alimentação
Bacussi	Tamoatá	Muito	lago, chavascal	em frente à aldeia	cava buraco e pega com a mão	verão	alimentação
Sibore putajaro	Tartaruga	Pouco	lago, rio, paraná	180 min	casueiro, linha, arpão, flecha com pena	verão	alimentação, remédio
Caporo	Tartaruga do igapé	Pouco	lago, igapó	60 min	casueiro	verão	alimentação
Sibore	Tracajá	Médio	igarapé	120 min	flecha, casueiro	verão	alimentação
Sscao	Traíra	Muito	igarapé, lago	10 min	flecha, casueiro, anzol, caniço, faxiando, zagaia	ano todo	alimentação, remédio
Huassiro	Tucunaré	Muito	igarapé, lago	em frente à aldeia	flexa, casueiro, anzol, flecha, linha com peixe de plástico	ano todo	alimentação, geração de renda
	Zé prego	Pouco	igarapé	120 min	flecha, casueiro	verão	alimentação

Ainda segundo o relatório ambiental de Ramalho (2022, p. 40), “os instrumentos de pesca utilizados pelos Madija costumam ser artesanais, como flechas, arpão, zagaias, espinhel e caniços, segundo o levantamento realizado no Ueré, os mais usados são o anzol e “casueiro” (malhadeira pequena). As mulheres pescam principalmente com anzol e caniço, costumam usar a fruta conhecida como “joão mole” na ponta do caniço para pegar pacu, durante a vazante do rio. Também pescam de caniço a piranha, piau, sardinha e mamurí. A flecha também é muito usada, principalmente pelas crianças, estão sempre pescando com flecha na beira do Ueré, em frente a aldeia Matatibem. Nos lagos costumam pescar mais de casueiro e tarrafa. Para pegar surubim usam arpão. As famílias do Ueré não têm o costume de usar plantas tóxicas para a pesca, como a oaca e o tinguí, embora os Madija de outras terras façam uso, no Ueré relataram não fazerem uso pois há muita abundância de peixes e preferem utilizar outras técnicas e conhecimentos”.

De acordo com Ramalho (2022) no levantamento etnoecológico feito no Rio Juruá, temos o seguinte quadro quanto aos instrumentos de pesca:

Quadro 4 - Instrumentos de pesca utilizados pelo povo Kulina (Ramalho, 2022, p. 40)

Instrumentos de pesca	**Descrição**
Casueiro/ Malhadeira pequena	É uma rede, que chega a atingir até 40 metros de comprimento e é colocada no rio, em locais específicos como balseiros e tronqueiras.
Anzol	É mais utilizado pelas mulheres para pescarem no rio e nos igarapés e, geralmente, a isca usada no anzol é o tapuru do cocão. Os anzóis são confeccionados com arame ou comprados na cidade.
Flecha	É geralmente utilizada nas pescarias de peixes grandes no rio e também na pesca realizada pelas crianças na beira do rio em frente à aldeia.
Zagaia	É uma espécie de arpão, confeccionada com prego ou um pedaço de ferro fino, amarrado na ponta de uma vara, que é arremessada sobre o peixe. Em geral, é uma técnica usada somente pelos homens para matar arraia ou pescar peixes grandes quando o rio está raso.
Espinhel	É formado de uma linha principal da qual partem várias linhas secundárias que se prolongam por alças de arame de aço ou latão trazendo o anzol na sua extremidade livre.
Caniço	É como uma vara a de bambu ou taboca, com linha e anzol pendurado
Tarrafa	É uma rede circular com chumbo nas bordas e um fio comprido no meio, por onde o pescador segura para lançá-la sobre o cardume de peixes, que ficam presos dentro da rede. Pode ser usada em lagos,

	rios e igarapés. As tarrafas podem apresentar diversos tamanhos. As grandes geralmente são utilizadas por homens, mas as pequenas podem ser usadas por mulheres e até crianças.
Terçado/ Faxiando	É quando focam à noite para pescar, e utilizam o terçado para matar os peixes

(Fonte: FUNAI/ PPTAL/ GTZ, 2008 *apud* Ramalho, 2022, p. 40)

O relatório ambiental da TI Kulina do Rio Ueré traz informações importantes também sobre a comercialização do pescado:

> A pesca pode se constituir também como uma atividade econômica para geração de renda, os Madija do igarapé Ueré, disseram que dependendo da necessidade, se tiverem que comprar ou consertar alguma coisa, se mobilizam para pescar e comercializar o excedente. As vezes a comunidade se reúne para pescar e vender, quando precisam de algum bem para a comunidade, ou até mesmo para comprar diesel para abastecer o gerador da comunidade. Quando isso ocorre, esse tipo de pesca é realizado no começo da alagação, ou seja, no fim do verão e início do inverno, quando compram caixa de isopor com gelo, pescam e já levam direto para comercializar em Carauarí. Geralmente levam espécies com maior valor comercial no mercado local, como matrinxã, tucunaré, pacu, pirarara, jaraqui, carauaçu e capararí. Mesmo sendo abundante, os recursos pesqueiros na região do Ueré têm sido impactados pela pesca predatória empreendida por não indígenas com fins comerciais. Os Madija relataram que ao longo do tempo, espécies como tambaqui, pirarucu, pirapitinga, jaú, piau, estão diminuindo no tamanho e quantidade, quando comparado como era antigamente, indicando o impacto sobre a pressão na pesca. Os Madija relataram que não costumam mais pescar em determinados locais, para evitar conflito com pescadores comerciais" (Ramalho, 2022, p. 45).

6.2. As atividades de caça

Os Kulina repetem um padrão geral amazônico, as atividades de caça são intensificadas no inverno, de modo oposto ao que ocorre com a pesca, quando surgem as restingas (pequenas ilhas nas regiões de igapó), onde os animais se concentram nos poucos locais secos, tornando a atividade mais fácil do que no verão.

A caça também é uma atividade masculina e "os meninos aprendem a caçar desde muito novos, acompanhando o pai e/ou outros homens mais velhos nas caçadas. Faz parte da brincadeira das crianças na aldeia Matatibem, fazer arco e flecha e ficar caçando pássaros, calangos e outros animais próximos da aldeia. Os Madija costumam sair para caçar de duas a três vezes na semana, sozinho ou em grupo de até três pessoas." (Ramalho, 2022, p. 45). Nas expedições de caça, ao "centro" da terra firme (ou ao Alto

Ueré), pode participar toda a família que passa dias em um acampamento na floresta. Nessas expedições as mulheres realizam coletas de frutas, cipós e talas, que utilizam na confecção de utensílios domésticos (ou para venda: paneiros, vassouras, cestos...).

As áreas preferidas para caça de animais de grande porte (antas, queixadas, veados, macacos e caititus) são as áreas localizadas nas nascentes dos igarapés e do rio Ueré, onde há maior incidência de "barreiros" ou "chupadores" (os Kulina me explicaram são locais apreciados pelos animais silvestres de consistência argilosa com maior concentração de sal apreciados pelos animais. "Além das caçadas cotidianas, os Madija empreendem também expedições de caça na parte central sentido sudoeste, subindo o rio Ueré, costumam acampar por vários dias na floresta, e por vezes participam toda a família. As expedições subindo o Ueré ocorre umas duas vezes ao ano, no período da enchente e no início da vazante, como são locais distantes, pode chegar até dois dias subindo de canoa com motor rabeta, gostam de subir até a foz do igarapé Boa Fé ou até a foz do igarapé Cachaça. Caçam durante o dia e à noite, dependendo, se encontrar bicho de dia, à noite vão pescar ou ficam no acampamento. Gostam de caçar próximo a beira dos igarapés, na foz dos afluentes do Ueré onde tem os barreiros. Também caçam para o centro da mata, onde tem terra firme" (Ramalho, 2022, p. 45-46).

No roçado, e próximo à aldeia, os Kulina costumam abater pequenos animais, como: cutia, paca, porquinho, jabuti e tatu. A carne de anta pode ser utilizada para fins comerciais, enquanto que a carne de outros animais, como queixada e veado, é mais utilizada para consumo interno. Nas atividades de caça os Kulina utilizam espingardas, arco e flecha, e cacetes. Segundo o relatório ambiental:

> [...] No verão, os Madija costumam caçar em locais mais próximos da aldeia Matatibem, na porção norte da terra indígena, onde tem os principais varadouros usados para atividade de caça. Nesse período os animais estão mais dispersos no território. Os Madija gostam de caçar na beira do lago Carababá, onde costuma ter muita queixada, uma das carnes de caça mais apreciadas pelos Madija. As caçadas de queixadas são feitas coletivamente, os caçadores se organizam e fazem um cerco ao bando, e atiram. Antigamente usavam cacete e terçado para abater os animais. Os animais de grande porte são mais encontrados em áreas próximas das nascentes de igarapés. Nos roçados e próximo das aldeias, os Madija incluindo as mulheres costumam abater animais de pequeno porte, como porquinho, paca e tatu, porque ameaçam as plantações. No cotidiano, os animais caçados são mais os de menor porte e rápida reprodução, enquanto que os animais mais caçados nas expedições são animais de maior porte. O que se configura como uma importante estratégia de manejo e conservação. Aliado à isso, os Madija do Ueré, destinam uma parte do seu território para área de refúgio, na língua

> Madija, *dsama carahuaje bani*, lugar dos bichos estarem, fica na porção leste onde tem maior área de terra firme" (Ramalho, 2022, p. 46).

Pollock (1985) e Gordon (2006) afirmam que um grupo de parentes Kulina é constituído pela partilha das mesmas substâncias. Os co-residentes são feitos do mesmo sangue, da mesma "alma" (*tabari*) e da mesma "carne" (*ime*), ao consumirem a carne dos pecaris (*jidsama*: queixada) caçados na mata.

Entretanto, quero ressaltar a relevância dos queixadas, não apenas como animais de caça para a reprodução física, mas principalmente para a reprodução cultural. Pollock, ao estudar a cultura Kulina, afirmou que a "alma" do morto que é conduzida ao submundo *nami bodi* (patamar subterrâneo) é chamada de *tabari*; e somente passa a ser chamada *tocorime* depois de consumida pelos queixadas e transformada em queixada (1985, p. 61). Por sua vez, é o consumo de carne de queixada pelos humanos, que habitam o *nami* (o patamar terreno) que forma-constitui um grupo de pessoas aparentadas.

A importância cultural dos animais também é atestada no relatório ambiental anexo, segundo o qual "a atividade de caça é realizada pelos Madija, principalmente para aquisição de alimento, mas também com finalidade medicinal, alguns animais são usados em processos de cura de enfermos. A carne dos animais é consumida cotidianamente, mas a alma de alguns deles realiza a cura em momentos especiais. As almas dos animais vêm do nami budi através dos buracos sagrados, localizados nos caminhos entre o pátio da aldeia e os roçados, para o nami, com o objetivo de realizar a cura dos doentes. Os principais *ikorime* de animais que trabalham na cura são: cutia, cutiara, queixada e os diversos tipos de macaco (*jomo*)" (Araújo, 2012 *apud* Ramalho, 2022, p. 45).

Todavia, a intensidade das atividades de caça predatória, por parte dos não indígenas, e a falta de um lugar tranquilo para que os animais de caça possam andar e se reproduzir, está causando transtornos significativos nos Kulina, pois os mesmos não conseguem mais "topar" com bandos de queixadas[286].

No relato a seguir Cossaro e Salim nos oferecem uma aula de como uma relação predatória com os animais de caça ou com os frutos silvestres gera a ira dos "donos" e consequentemente doença por rapto de alma. Fabiana Maizza ao desenvolver pesquisa entre os Jarawara (tronco linguístico arawá) observou que transar e raptar a alma é uma

[286] De acordo com Pollock, os queixadas do submundo cantam e dançam um *Ajie* para a alma recém-chegada. Os queixadas dançam em círculo em torno da alma e ao final do ritual, os *tocorime*-queixadas saltam sobre a alma do morto e a consomem. Dessa forma a transformam em um *tocorime*-queixada. Em algum outro momento mais tarde, o pajé chama esses *tocorime* queixada que emergem na selva como queixadas, que são caçados e comidos pelos Kulina (Pollock, 1985, p. 95-96).

forma pela qual os ameríndios definem as ações de captura dos humanos por outros seres. Para muitos grupos indígenas o rapto da alma é a "doença mais perigosa" (Maizza, 2012, p. 88).

> [Cossaro] Eu arribei, saltei, passei. Cheguei no limpo. Aí eu escutei zoada para atrás. Olhei pra atrás, e vi uma pessoa. Eu fiquei lá com medo. Era de dia. Eu queria dar um tiro nele, mas fiquei pensando. Se eu der um tiro nele eu vou ficar doido. É melhor eu deixar. Eu deixei. Aí ele ficou encostado num pau branco, aí sumiu. Eu fui atrás dos queixadas. Quando eu cheguei lá. Onde estavam os queixadas e eu dei um tiro no queixada, rodou o bicho: "Aaaaaa!" Saiu rodando. Correu. Eu fiquei e lembrei daquela pessoa. Digo rapaz. Eu vi gente grande. Agora eu vou correr. Aí eu deixei a queixada e corri. Cheguei lá, onde está o roçado do Maioruna, eu parei, cansado. Fiquei por lá e fui embora. Cheguei lá, na aldeia, eu contei para a Ridoma. Ele disse: "tu tá mentindo". Eu disse: "é verdade o que eu tô contando". Aí nunca mais eu fui para o mato. Só eu (sozinho), eu não vou não! Se for duas pessoas, eu vou. Eu gostava de andar sozinho. Eu não esperava companheiro não, mas agora eu tenho medo. *Occapina*, eu tenho medo de andar sozinho no meio do mato. Para caçar mesmo eu só saio de três pessoas, duas pessoas. Para focar de noite eu também chamo um companheiro. Se for duas pessoas eu vou. Só eu não vou focar...
> (Camano-Salim começou a falar também)
> [Cossaro] Não tinha *ahuabono* (fruta) não. O *tocorime* que enganou a Issihui...
> [Salim] A Issihui andava comigo. Eu ia na frente andando e ela se atrasou. Aí ela disse que apareceu esse homem lá e saiu por outro caminho. Ela seguiu esse homem. O homem falou pra ela: "Vambora pra ali que ali tem pé de cupu".
> [Cossaro]: *Mappanoja poteratahui* (Tradução: frutas grandes de cupuí).
> [Salim] Ela disse que a roupa dele parecia com a minha. Ela sumiu. Aí eu gritei: "Issihui, tá pra onde?" Aí eu gritei. Ela respondeu já pra cima, na mata já. Eu gritei, gritei. Aí ela chegou. Ela vinha correndo aos gritos dentro da mata. Eu fui encontrar ela. "O que foi?" "Um homem que tava me levando pra outro canto". Eu falei: "não era não, era tua vista". Ela disse que era um homem mesmo.
> [Cossaro] Foi lá praquele roçado do Maioruna. Pra lá tem um caminho (por dentro da mata) até ali no roçado do Antônio, roçado do Iba (Conversa entre Cossaro e Salim. Tapiri, Alto Ueré, 28 de maio de 2022).

Abaixo podemos conferir um quadro com identificação dos animais de caça capturados e consumidos pelos Kulina na TI Rio Ueré (Ramalho, 2022).

Quadro 5 - Levantamento de animais de caça na TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 47-48)

Nome		Situação de abundância	Onde tem/ Ambiente	Esforço/ Distância	Como caça	Época de caça	Usos
Madija	**Português**						
Ahui	Anta	pouco	na beira dos igarapés	240 min	espera, de ponto, andar caçando	verão	alimentação
Huaracaidsa	Aracuã	muito	capoeira, casa de farinha	20 min	de ponto	ano todo	alimentação
Huaja	Arara vermelha	muito	igapó, terra firme, restinga	20 min	de ponto	inverno	alimentação, artesanato
	Carará	muito	lago, igarapé	20 min	arma, casueiro	ano todo	alimentação
Jana	Cigana	muito		15 min		ano todo	
	Cujubim	muito	Restinga	30 min	de ponto	ano todo	alimentação
Ssinama	Cutia	muito	capoeira, casa de farinha	20 min	de ponto e com cachorro	ano todo	alimentação
Huequedso	Cutiara	muito	baixo de iagarapé	20 min	de ponto e com cachorro	ano todo	alimentação
Cajahuiri	Gato maracajá	muito	capoeira, várzea, terra firme	20 min	não caça	ano todo	
Dsanicua	Jabuti	médio	Restinga	120 min	andando, quase não caçam, acham muito remoso	inverno/ vazante	alimentação, medicina
Tosipa	Jacamim	muito	terra firme	30 min	de ponto	ano todo	alimentação
Dapo	Jacú	muito	restinga, terra firme	20 min	de ponto	verão	alimentação
Vapa/ Huada	Macaco barrigudo	muito	terra firme e várzea	30 min	de ponto	ano todo/ vazante	alimentação
Mano	Macaco cairara	muito	várzea, igapó, terra firme	15 min	de ponto	ano todo	alimentação

Pissí	Macaco de cheiro	muito	várzea, igapó, terra firme	5 min	de ponto	ano todo	alimentação
Hore	Macaco guariba vermelho	muito	igapó, várzea	60 min	de ponto, flecha,	inverno	alimentação, medicina
Tamaccori	Macaco parauacú	médio	Igapó	30 min	de ponto	ano todo	alimentação
Dsuhiji	Macaco prego	muito	várzea, terra firme	30 min	de ponto	ano todo	alimentação
Jomo	Macaco preto	pouco	em barreiro de anta, na beira de igarapés	240 min	de ponto	ano todo	alimentação
Orohua	Macaco zogue zogue	médio	várzea, igapó, terra firme	30 min	de ponto	ano todo	alimentação
	Manguari	pouco	beira de igarapé, lago	30 min	tiro	ano todo	alimentação
	Marreco	pouco	lago do Ueré	60 min	tiro	verão	alimentação
Ibicco	Mutum	médio	beira de rio	60 min	de ponto	ano todo	alimentação
Macocahua	Nambú	muito	várzea, capoeira	20 min	arma, arapuca	ano todo	alimentação
Huasori	Nambu galinha	muito	Restinga	30 min	focando à noite	ano todo	alimentação
Dsomaji janui	Onça pintada	muito	beira de lago, roçado, restinga	20 min	de ponto	ano todo	alimentação, artesanato
Dsomaji macui	Onça vermelha	muito	beira de lago, capoeira, restinga	20 min	de ponto	ano todo	alimentação
Camanohui	Paca	muito	beira de rio, igapó	15 min	focando à noite	inverno/ vazante	alimentação
Huaro	Papagaio	muito	igapó, terra firme, restinga	20 min	pega no ninho, novinho	ano todo	alimentação
Pato	Pato do mato	muito	Igapó	30 min	espera à noite	ano todo	alimentação
Anu bedse	Porquinho	muito	roçado, capoeira, terra firme, várzea	15 min	de ponto, espera encima do pau	ano todo	alimentação
Dsotomi	Quati	muito	Restinga	20 min	de ponto	verão	alimentação

Macahuari	Quatipuru	muito	várzea, terra firme	30 min	de ponto	ano todo	alimentação
Jidsama	Queixada	pouco	várzea, baixio	180 min	Andando de dia a procura de vestígio, quando encontra chama outros caçadores, rastejando	inverno	alimentação, medicina
	Saracura	pouco	baixo, capoeira	30 min	baladeira, arapuca	ano todo	alimentação
Jonore	Socó boi	médio	beira de lago, igarapé	30 min	tiro	ano todo	alimentação
Banipe	Tamanduá bandeira	pouco	terra firme		não caça	ano todo	
	Tamatião	pouco	Lago	120 min	tiro	ano todo	alimentação
Huari cudse	Tatu	muito	capoeira, terra firme	30 min	focando de noite	inverno	alimentação, medicina
Banipe	Tatu canastra	pouco	beira de igarapé, terra firme	30 min	arma	ano todo	alimentação
Dsaqui	Tucano	muito		20 min	de ponto	ano todo	alimentação
Badu macuni	Veado capoeira	médio	Restinga	60 min	de ponto	inverno	alimentação
Badu curahua	Veado roxo	médio	Restinga	60 min	de ponto	inverno	alimentação, usa o osso para o bebê andar mais rápido

O relatório ambiental traz também algumas informações sobre técnicas de caça, ao relatar que entre as principais técnicas para caçar estão "a caçada de ponto, acampamento de caça e a espera em locais onde há alimentos para os animais, como flores e frutos silvestres. Na Terra Indígena Kulina do Rio Ueré, há um acordo de que não se pode caçar usando cachorro, para não espantar os animais para longe de seus territórios. Os principais instrumentos de caça utilizados pelos Madija são espingarda, cacetes, arco e flecha. Antigamente, os Madija usavam apenas flechas feitas de taboca para caçar" (Ramalho, 2022, p. 46-47).

Cerqueira (2015) em sua pesquisa no alto rio Purus, destaca a narrativa saudosa de um de seus interlocutores sobre a época em que faziam flechas com uma taboca muito venenosa (*hado kumata*), que utilizavam para caçar todo tipo de animal, utilizavam nos *doshe´e* (rituais de caçadas coletivas) e os principais animais que caçavam com as flechas era o macaco aranha, macaco capelão, porquinho e outros" (*apud* Ramalho, 2022, p. 47).

6.3. As atividades agrícolas

Apesar da mobilidade territorial, as atividades agrícolas têm grande importância para os Kulina, tanto do ponto de vista da reprodução física como cultural, como foi introduzido antes, de modo que há uma íntima relação entre os roçados e suas plantas especiais, como o *rami*, e as áreas de sepultamento. Conforme demonstrado também, os Kulina não abandonam as áreas cultivadas e de sepultamento, mantendo relações em níveis diversos de complexidade com esses lugares, pois são rotas de acesso ao mundo subterrâneo depois que pessoas são sepultadas no local.

O relatório ambiental do grupo de pesquisa da TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 64) informa que "os plantios dos roçados e das plantas cultivadas que enriquecem as capoeiras, junto com as atividades de pesca, caça e coleta garantem a sobrevivência de suas famílias, e como aponta Balestra (2018), garantem também a realização de importantes rituais culturais, como o *Koiza* e *Doshe´e*. Foram os heróis criadores dos Madija, Tamacô e Quíria, que criaram os roçados, secando um lago grande onde tinha muitos peixes, eles moquearam os peixes grandes e saíram jogando por aí, quando caiam na terra viravam os roçados, com macaxeira, banana, milho e outras plantas. Talvez por isso, os Madija tenham grande zelo com as plantas, uma vez cultivadas em determinado lugar, eles se sentem responsáveis, estabelecendo uma relação com as plantas e o lugar,

e por mais que os Madija tenham intensa mobilidade, a retomada de antigos lugares é comum".

Os Kulina têm como unidade de produção a família nuclear, contudo as primeiras atividades necessárias para "abrir" um novo roçado são coletivas (cortes de árvores e queimada) e exclusivamente masculinas. Na TI Rio Ueré eles costumam trabalhar "trocando dias", isto é, uma pessoa trabalha dias no roçado de alguém, em contrapartida receberá ajuda nas atividades iniciais do seu roçado novo.

Para trabalhar no roçado os Kulina utilizam terçados, machados, motosserra e enxadas. Depois que o roçado é queimado, cada família nuclear passa a fazer os trabalhos de coivara e plantio (com posse exclusiva da colheita daquela parcela do território). No roçado grande, do tuxaua, todos trabalham. Uma parte da produção é destinada à manutenção da família do tuxaua e outra parte é destinada à alimentação de visitantes ou às festas. Segundo o relatório ambiental anexo,

> [...] As unidades de produção dos Madija no Ueré são diversificadas, eles dizem que as áreas de plantio que tem são o roçado e a capoeira. A capoeira que eles se referem são áreas de antigos roçados, que foram enriquecidas com espécies frutíferas, é como um sítio agroflorestal. Os roçados tem de dois tipos, os que são feitos em áreas de terra firme, na mata bruta (virgem) e/ou na capoeira e os roçados de praia, em áreas de várzea. Também costumam fazer plantios de frutíferas nos quintais próximos das casas.
> [...] Depois da queimada, cada família nuclear passa a fazer os trabalhos de coivara, plantio, limpeza e colheita. As atividades de abertura dos roçados e início da broca são realizadas no início do verão, em abril começam a roçar, abrir a área, entre maio e junho fazem a derrubada das árvores, e entre agosto e setembro fazem a queimada. O plantio é realizado no início das chuvas, no inverno amazônico, mas no roçado de praia a dinâmica é diferente, e o plantio é realizado quando as águas começam a baixar, no início do verão. Durante todo o ano é realizada a colheita, de acordo com as espécies que foram cultivadas. Durante o verão, busca-se alimentos nos roçados de terra firme e também naqueles de praia, com ênfase no feijão, melancia e milho. Existem roçados em que as espécies são misturadas por toda a área. Em outros, além dos espaços com plantios consorciados, há pequenos espaços destinados a determinadas espécies, como abacaxi e cana de açúcar. (Ramalho, 2022, p. 65).



Nos roçados Kulina geralmente são plantados: macaxeira, mandioca, caju, banana, batata, cará, abacaxi, cana, taioba, milho, mamão, pupunha, flecha, pimenta e outros. A macaxeira é consumida com peixes ou carnes, em forma de caiçuma (líquida ou em forma de pasta) ou ainda em forma de beijus. A mandioca é consumida em forma de farinha, grolado, bolos e beijus. Os Kulina costumam plantar algumas espécies frutíferas próximas as suas casas, como: ingá, banana, limão, cuia, urucum, coco, pupunha, buriti, açaí e biribá.

Na oficina de levantamento que realizamos no dia 15 de maio de 2022, os Kulina fizeram uma lista dos roçados com indicação do nome dos donos e a localização. Eles organizaram os roçados em três grandes blocos:

1. Roçados localizados abaixo da aldeia Matatibem: Salim e Issihui; Goiano e Quirija; Baqui e Raimunda; Francione e Elizabeth; Cossaro-Pedro e Ridoma[287]; Boro e Luana; Darahui e Ssiquina; Anona e Birico; Nelson; Ppihui e Raquel; e Amoco e Ire;

2. Roçados localizados próximos à aldeia (acesso através de um varadouro que sai do quintal da aldeia): Cara e Paroja; Raimundo e Sinoca; e Sebastiao Mayoruna e Socorro-Mahuija;

3. Roçados localizados do outro lado do rio Ueré (ou acima da aldeia Matatibem): Sipocahi e Tete; Sula e Mari; Iba e Graça; Huarina e Macconi; Cahi e Jodsineia; Adriano e Maria; Francione e Elizabeth (roçado novo); Sebastiao Feitosa e Badsirani; Alessandro e Rossa; e Cossaro-Pedro e Ridoma. Há também os roçados novos dentro do Igarapé do Cajueiro, de: Francisco Loriano e Suzana; Dioni e Conceição; e Ropi e Siho. Os Kulina replantam os roçados por dois anos.

No dia 21 de maio de 2022, eu e Ana Luiza fomos ao roçado do Dioni e da Conceição (casa 32), localizados às margens do Igarapé do Cajueiro. Fomos na canoa com a família do Dioni, mas visitamos também os roçados de Chico Loriano e Suzana (casa 33) e de Siho e Ropi (casa 28). Conceição e Dioni nos mostraram todo o roçado e as espécies cultivadas. Mostraram as variedades de mandioca e nos apresentaram a mandioca "Piriquitinha", que Conceição estranha muito o nome, mas ganhou a maniva de conhecidos, que moram em uma comunidade não indígena. Informou também que é a primeira vez que estão plantando. Cultivam também as variedades de mandioca: Cumaru, Tefezinha e Sete anos ("dizem que pode ficar até sete anos no solo e a raiz não apodrece"). O roçado do Dioni limita-se com o roçado de Chico Loriano. E uma baixa (depressão) marca o limite com o roçado de Siho e Ropi (Encontramos Siho e Ropi capinando o roçado). Dioni falou que no verão o Igarapé do Cajueiro tem muito matrinxã; que o igarapé mantem um bom fluxo de água; e que a terra firme é boa de plantar, pois não é muito dura: "é uma mistura de barro e areia. E ressaltou que o solo da aldeia Matatibem é composto por um barro "tipo massapê" que é duro para plantar e capinar. Dioni tem um roçado antigo perto de sua casa, na aldeia, onde plantou muito caju; porém, ele disse que está com dificuldades em capinar, pois além da terra ser dura, o plantio está tomado por capins.

[287] Cossaro Kulina nos disse: "*bija ette dsepppe* (cará mão de cachorro com dedo), dá em um lugar só. A banana comprida chifre de bode é *bare tomomo*. *Majonana dacoco* é uma cana bem mole, *majonana macconi* é a cana vermelha ou roxa. *Onona* banana macã, *huassara* é outro tipo de banana comprida".

As famílias de Dioni e de Francisco Loriano estavam terminando de fazer uma casa de farinha nova. No roçado eles construíram também uma casa de apoio para a família dormir quando vier fazer farinha[288].

> [Conceição] Mandioca amarela faz farinha com massa puba. Mandioca branca faz farinha seca ralada, sevada na hora. Mandioca Tefezinha colhida hoje, amarela, junta com massa puba sevada na hora, para farinha não ficar nem muito azeda e nem muita amarga. Se sevar na hora e fazer só da mandioca amarela, a farinha fica muito amarga[289] (Igarapé Cajueiro, 21 de maio de 2022).

Quando chegamos ao roçado da Siho ela nos mostrou os seus cultivares: *maidsoca*-mandioca, *poho*-macaxeira, *ssami*-abacaxi, *dsahuida*-pupunha, *majonana*-cana-de-açúcar, *bare*-banana comprida, *ossara*-espécie de banana, *bija*-cará, *anoha*-caju... Ela nos disse que plantou perto de casa: *mappanoja*-cupuaçu, capaidso-mamão, *jahuadsora*-bacaba, *dsahuida*-pupunha e *maro*-buriti: "*issini* a banana dos Madija, que veio do *nami bodi*, pode comer antes de ficar totalmente madura".

A seguir apresento a transcrição de uma conversa efetuada entre Genoveva (antropóloga), Ana Luiza (bióloga-ambientalista), Cossaro, Salim, Iba e Cara. Considero relevante porque os Kulina na TI Rio Ueré comentam e trazem dados sobre uma relação mais mercantilista com os recursos naturais dos seus territórios.

> [Cara] Quando precisa pesca e leva o peixe, vende. Agora que os meninos pescaram para vender. Meu sobrinho aqui, mas a gente não pescava não. Era só para consumo mesmo.
> [Cossaro] A gente vende farinha também. Vende de saco. Leva na canoa ou na chalana e vai embora.
> [Cara] Vendi farinha, a saca a oitenta reais.
> [Iba] Tem tempo que a farinha sobe e tem tempo que a farinha baixa preço. Quando tem muita farinha ela baixa. Quando tem pouca farinha ela sobe. Quando tem pouca ela fica 140 (cento e quarenta reais), 150 (cento e cinquenta reais). Agora que tem pouca ela tá de 160 (cento e sessenta reais) a saca. Em 2019 parece, faltou farinha e a saca chegou a 300 reais (trezentos reais), 400 (quatrocentos reais).
> [Cara] Deu crise de farinha porque o pessoal não plantou. Veio a alagação grande acabou com tudo (acabou com as plantações da várzea).

[288] Há a prática de construir casas de apoio à família e de farinha nos roçados (Iba, Adriano, Dioni e Tete). Dia 23 de maio de 2022 visitamos os roçados de Franceone e Elizabeth; e de Cossaro e Ridoma.
No dia 24 de maio de 2022 fomos com Cossaro à capoeira velha e antigo pomar de Ado. No local havia cupuaçu, jamelão (azeitona) e pupunha. Cossaro, Corime-Bufe, Iba, Ropi, Franceone, Salim, Baqui, Raimundo, Dahora e Majoro também possuem capoeiras no local.

[289] Naquele dia arrancamos e descascamos a mandioca. Dioni passou a mandioca no cevador. Em seguida eles misturaram a massa puba com a massa cevada na hora, colocaram na prensa e deixaram no roçado. Disseram que voltariam no dia seguinte para torrar.

[Iba] Mas esse preço durou só um mês. Porque o pessoal tinha muita roça e não queria fazer. A roça tava verde. Aí veio farinha de Eirunepé já com preço caro.
[Ana Luiza] Vocês falaram que vendem também vassouras, paneiros...
[Cossaro] Vende. Agora acho que tá de 10 reais (dez reais), mas aquela vassoura chata assim, 15 reais (quinze reais). Vassoura de cipó titica.
[Cara] O *quiqui*, o paneiro, de 50 reais (cinquenta reais), 60 (sessenta reais), 30 (trinta reais), 40 (quarenta reais). Depende do tamanho. Paneiro de cipó titica é mais caro: 50 (cinquenta reais). O paneiro de cipó ambé (*topi*) vende a 30 (trinta reais). Abano a gente não vende não, não procuram não. Mas o cesto, com tampa, não demora não, tem de 20 (vinte reais), 10 (dez reais), 15 (quinze reais); feito de cipó titica.
[Iba] Banana maçã, banana comprida, banana prata.
[Genoveva] Leva para vender em Carauari, farinha, banana, vassoura, paneiro... Leva macaxeira também, cará... Essas coisas...
[Iba] Não! Só se tiver encomenda.
[Genoveva] Peneira?
[Cossaro] Não! Só paneiro.
[Genoveva] E remo faz também para vender?
[Cossaro] Sim, vende em Carauari e aqui mesmo na aldeia.
[Genoveva] E óleo de andiroba, vocês vendem?
[Cossaro] Não. Madija não sabe ainda trabalhar com óleos de copaíba e andiroba. Tinha uma mulher que sabia fazer tupé de tala, mas ela foi embora. As mulheres querem aprender.
[Cara] A gente vende também os artesanatos que o pessoal encomenda e minha filha leva, essas pulseiras aqui (de miçanga)
[Genoveva] Onde vocês conseguem as miçangas?
[Cara] Em Carauari, compra e faz. Oriori (Jabora, casa 31) faz.
[Ana Luiza] Vocês tem uma semente também, pretinha...
[Cossaro] *Memesi*, aqui tinha.
[Cara] Minha menina foi com o pessoal do CIMI fazer curso. A gente faz e os Kanamari compra, pessoal do Taquara compra. Ela faz bolsa de miçanga, a Sinoca (casa 14) (Conversa com Cara, Salim, Iba e Cossaro. Aldeia Matatibem, 15 de maio de 2022).

Apresento abaixo um quadro elaborado pela ambientalista Ramalho (2022), na qual há uma sistematização das principais plantas cultivadas pelos Kulina no Ueré.

Quadro 6 - Levantamento das plantas cultivadas na TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 67-69)

Nome		Variedade	Situação de abundância	Onde planta	Época de plantio	Época de colheita
Madija	**Português**					
	Mandioca	Piriquitinha	pouco	roçado de mata virgem	Setembro	maio
	Mandioca	Tefezinha	muito		Setembro	
	Mandioca	Cumarú	muito		Setembro	
	Mandioca	7 anos	muito		Setembro	
	Mandioca	Índia	pouco		Setembro	
	Mandioca	Baxotinha			Setembro	
Poho	Macaxeira	Caboclinha	muito		Setembro	
	Macaxeira	Amarelinha	muito		Setembro	
	Macaxeira	Baezinha	pouco		Setembro	
	Macaxeira	Macaxeirão			Setembro	
	Macaxeira	Pajurá			Setembro	
	Macaxeira	Imbiguda			Setembro	
Baré	Banana	Cumprida	muito	roçado e quintal	Setembro	
Ussará	Banana	Maçã	muito	roçado e quintal	Setembro	
Issini	Banana	Issimi	muito	roçado e quintal	Setembro	
Maccoco	Banana	Roxa	muito	roçado e perto de casa de farinha	Setembro	
Huessesse	Banana	Branca	muito	roçado e perto de casa de farinha	Setembro	
Humao	Banana	Baié	muito	roçado e perto de casa de farinha	Setembro	

Pioco	Ariá	Branco	muito		Setembro	setembro
Matô	Taioba	Branca e grande	muito		setembro/ outubro	setembro
Pajo	Cuia/ Coité		pouco		Inverno	janeiro, fevereiro
Dsahuidá	Pupunha		pouco	quintal, capoeira e roçado	Inverno	outubro, novembro
Imí	Ingá	Doce	muito	quintal, capoeira e roçado	Inverno	todo tempo
	Jambo		pouco	quintal e capoeira	Inverno	março a maio
Irimão	Limão	tangerina	pouco	quintal e perto da casa de farinha	Inverno	outubro à maio
	Limão	original	pouco	quintal e perto da casa de farinha	Inverno	outubro à maio
	Manga	manguita	muito	quintal e perto da casa de farinha	Inverno	janeiro
	Manga	rosa		capoeira e roçado	Inverno	janeiro
	Manga	original		capoeira e roçado	Inverno	janeiro
Bacasê	Abacate	roxo	muito	capoeira e quintal	Inverno	outubro à janeiro
Ssamí sosso	Ananás		muito	roçado e perto de casa de farinha	todo tempo	agosto
Ssamí sacaca	Abacaxi		muito	roçado e perto de casa de farinha	todo tempo	agosto
Jarissi	batata doce	roxa	muito	roçado	setembro	outubro
	batata doce	branca	muito	roçado novo	setembro	outubro
Dsoromo	Jerimum	caboclo	pouco	roçado	setembro	outubro/ novembro

	Jerimum	original	pouco	roçado	setembro	outubro/ novembro
	Jerimum	leite	pouco	roçado	setembro	outubro/ novembro
Bija	Cará	Roxo	muito	roçado	setembro	maio
	Cará	mão de onça	pouco	roçado	setembro	maio
	Cará	mão de cachorro	muito	roçado	setembro	maio
Anohua macuí	Cajú	vermelho	muito	roçado e capoeira	setembro/ outubro	agosto
Anohua pacuí	Cajú	branco	muito	quintal	setembro/ outubro	agosto
Majonana	cana	vermelha	pouco	roçado	setembro/ outubro	março à maio
	cana	branca	muito	roçado	setembro/ outubro	março à maio
	cana	estrelada/ rajada	muito	roçado	setembro/ outubro	março à maio
	cana	do açúcar	muito	roçado	setembro/ outubro	março à maio
Tapá	Milho	do índio	médio	roçado de praia	setembro	outubro à janeiro
	Milho	branco e duro	médio	roçado de praia	setembro	outubro à janeiro
	Milho	roxo	médio	roçado de praia	setembro	outubro à janeiro
	Milho	branco	médio	roçado de praia	setembro	outubro à janeiro
Capaidso	Mamão		pouco	roçado e perto de casa de farinha		
	Melancia		muito	roçado de praia		

	Mangarataia		muito	roçado e perto de casa de farinha		
Cassi	Pimenta	ardosa	muito	roçado e perto de casa de farinha		
	Pimenta	doce	muito	roçado e perto de casa de farinha		
	Feijão	de praia/ branco	muito	roçado de praia		

Ainda segundo o relatório ambiental (Ramalho, 2022, p. 70), "geralmente as plantas cultivadas são de uso cotidiano, utilizadas especialmente na alimentação. A macaxeira é consumida acompanhando peixes ou carnes, em forma de caiçuma, cozida e beijus. A mandioca é consumida em forma de farinha, grolado e beijus. Os Madija costumam comercializar alguma produção excedente de farinha e banana, quando precisam de recurso. Além do uso para alimentação, algumas plantas cultivadas são essenciais para a realização de festas e cerimônias".

Conforme discutido na Segunda Parte, os roçados têm ligação com as passagens para o mundo subterrâneo invisível e são, por isso mesmo, uma razão central para os Kulina sempre retornaram aos locais de moradia, nunca abandonando o território onde habitaram, plantaram suas roças e sepultaram seus mortos. "Tanto o roçado quanto a aldeia são lugares 'domesticados' e estão relacionados. Os caminhos para os roçados têm uma dupla finalidade, a primeira é a de ligar o local da produção de alimentos para a aldeia. E a segunda é que esses caminhos são fundamentais, por existir ao longo deles os buracos sagrados por onde os *ikorime* saem, por solicitação do *dsoppineje*, para realizar a cura ou para participar das brincadeiras, quando são evocados pelas mulheres através de canções durante a festa do *Tokorime*. São estes caminhos, portanto, que ligam este mundo (*nami*) ao mundo que fica embaixo da terra (*nami budi*)" (Araújo, 2012 *apud* Ramalho, 2022, p. 70).

6.4. Os roçados anteriores a 1988 nas imagens de satélite

O cartógrafo Maurice Nilsson, que integrou o grupo de pesquisa da TI Kulina do Rio Ueré, realizou um levantamento comparativo a partir de imagens Landsat entre 1987 e agosto de 2019 (figuras cabaixo). Conforme análise da bióloga Ana Luíza Ramalho (2022, p. 26-27), nessa comparação é possível constatar que na primeira há "uma profusão de roçados dispersos pela calha do Ueré, com três blocos distintos acompanhando a posição onde hoje se encontra a atual comunidade, e seguido mais ao sul, nas cabeceiras. Havendo novas aberturas, algumas do próprio ano da imagem, com marcas de queimadas recentes" (Ramalho, 2022, p. 26).

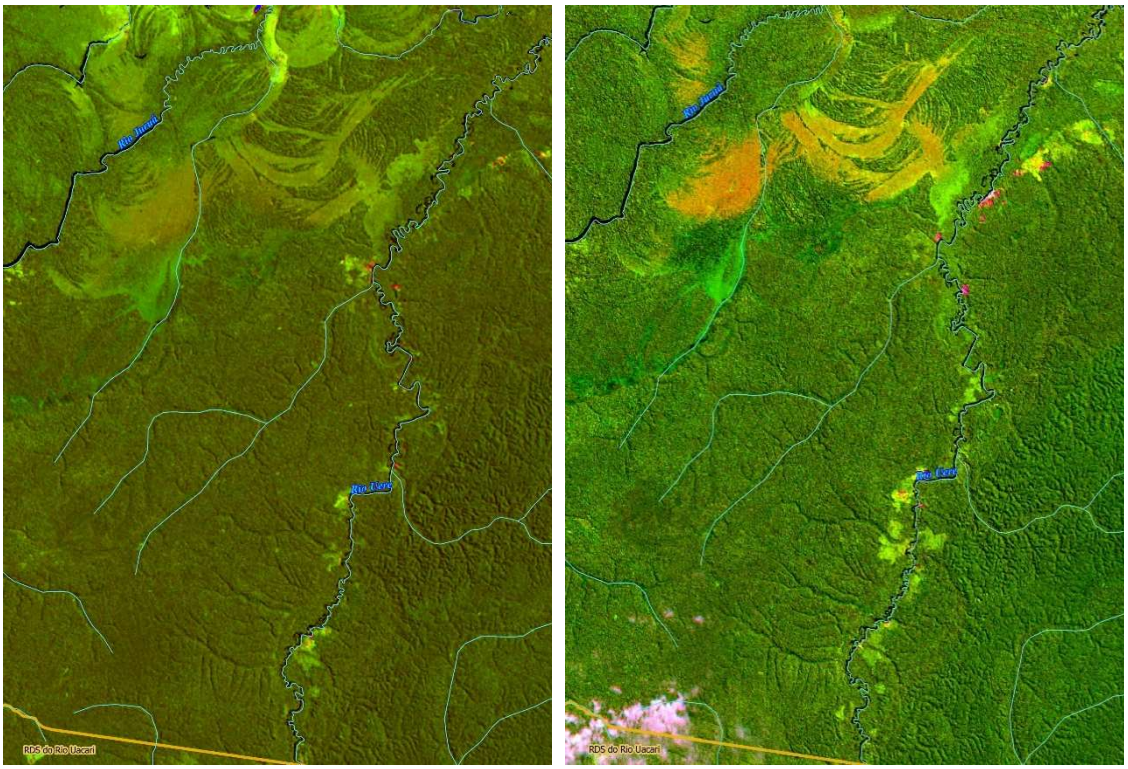


Figura 3 - Imagens Landsat comparativas de julho de 1987 e agosto de 2019 (Nilsson, 2022)

Essas imagens demonstram a transformação da paisagem; há diversos pontos de ocupação em 1987. O local da comunidade Matatibem encontra-se na parte central superior, à margem direita do Rio Ueré, em frente ao conjunto de várzeas formadas pelos meandros abandonados do Rio Juruá. A linha laranja ao sul da imagem delimita a RDS-Uacari e a linha amarela ao leste constitui o divisor de águas com as bacias do Tefé e do Tapauá, sendo o limite do município de Carauari (Nilsson, 2020).

Ainda segundo a análise da bióloga Ana Luiza, "Nilsson (2020) analisou também imagens de 1984, onde percebeu presença de roças interiorizadas, existentes, porém em menor profusão. No curso do rio Ueré, acima dos atuais pontos ocupados, há também diversas aberturas em locais distintos, e indica que a ocupação tem início nas margens de meandros abandonados, e não na calha do rio Ueré, para onde se mudam e se concentram depois da metade da década de 1980" (Ramalho, 2022, p. 26-27).

Essa análise corrobora plenamente os registros bibliográficos mais recentes sobre a habitação de famílias Kulina ao longo do Ueré antes, durante e posterior a 1988, conforme demonstrado em maiores detalhes na Segunda Parte do relatório. "A partir de todos esses registros, desde Chandless, pressupõe-se que essas regiões se incluem na territorialidade Madija, e que havia um conhecimento prévio, uma prática sobre esse

território, que fez os Madija assumirem para si o compromisso dele cuidar, como indica Nilsson (2020)" (Ramalho, 2022, p. 27).

Conforme enfatizado antes, para um Kulina um território nunca é abandonado. Meu estudo anterior (Amorin, 2019) demonstra que os Kulina podem viajar, mas nunca abandona o território onde ficam os mortos (cemitérios), as plantas cultivadas e os seres extra-humanos (como o *Rami*).

No mapa "Territórios históricos e cosmológicos", citado antes, também há um levantamento feito pelo cartógrafo Maurice Nilsson com as áreas de roçados Kulina de 1984 a 2022. Ainda conforme a análise do relatório ambiental, o mapa "apresenta as localidades das moradias antigas dos Madija, as mencionadas acima e outras indicadas pelos moradores da aldeia Matatibem. O que há de remanescente nessas localidades são as palmeiras apontadas pelos *Madija*, como uma característica dos locais que foram habitados por eles no passado, são encontrados principalmente açaizais e buritizais. No mapa há também as áreas historicamente usadas para os acampamentos de verão, algumas delas ainda são usadas nos dias de hoje, para acamparem na beira dos lagos, pescarem e caçarem tracajá" (Ramalho, 2022, p. 28).

Em síntese, as imagens de satélite analisadas, referentes a antigas áreas de cultivo, corroboram as informações bibliográficas e na memória oral dos Kulina quanto à ocupação tradicional e permanente na região do Rio Ueré. **Comprova-se uma habitação tradicional: antes, durante e posterior a 1988** (artigo 231 da CF/1988 e a nova Lei Federal nº 14.701/2023).

6.5. Coleta de recursos vegetais

Neste item, apresentarei os recursos vegetais da TI Rio Ueré a partir das falas dos Kulina e, posteriormente, o quadro elaborado pela bióloga-ambientalista Ana Luiza Ramalho. A organização dos itens considera a legenda do mapa 02 "Ocupação e uso dos recursos naturais" (mapa consta no início desse relatório). Segundo o relatório ambiental anexo.

> [...] Para os Madija, tudo aquilo que está além da aldeia e que tem a ver com os recursos florestais é chamado de mata. É na mata que são retiradas plantas, por meio de coleta e da extração, essencial para a sobrevivência Madija (Araújo, 2012). Fazem parte das plantas da mata as frutíferas, que são utilizadas como alimento, as madeiras usadas para construções, de casas e embarcações, os remédios, preparados a partir de plantas medicinais; tinturas

> para pintura do corpo e de tecidos, materiais para ornamentação, utensílios e ferramentas para o dia a dia e para práticas produtivas. As mulheres e homens participam da atividade de coleta e extrativismo vegetal, que é bem diversificada e como mencionado, tem diferentes finalidades. Pode-se dizer que a atividade de coleta e extrativismo vegetal mais presente no dia a dia das famílias Madija do Ueré é "tirar cipó" e "colher as frutas da mata". Araújo (2012) indica uma classificação das plantas da mata, pelos Madija do rio Envira, em quatro categorias, a saber: plantas pequenas, árvores ou madeira, palmeiras e cipós. No caso dos Madija do Ueré, se vê parte dessa classificação, no entanto complexificamos um pouco mais, de acordo com os usos e explicações que eles davam sobre as plantas da floresta utilizadas e seus conhecimentos associados, nesse caso, tendo sido agrupada como madeira, palmeiras, cipós, frutas da floresta ou silvestres e produtos não madeireiros." (Ramalho, 2022, p. 49).

Durante a oficina realizada no dia 15 de maio de 2022, as mulheres fizeram mapas mentais nos quais desenharam paneiros, vassouras, peneiras e abanos. Elas informaram que há alguns cipós próximos à aldeia, que utilizam o varadouro atrás da aldeia e o percorrem a floresta a pé. Saem da aldeia cerca de oito horas da manhã e por volta das dez horas estão no local onde costumam coletar cipós. Nessa atividade retornam para casa a tardezinha. Contudo, nem sempre costumam coletar cipós no mesmo local, pois "têm que deixar cipó nascer mais". Homens e mulheres coletam cipós juntos. E o melhor período para colher cipós é no inverno, pois a cheia do rio, e dos igarapés, permite uma locomoção melhor. No verão os cipós "ficam muito longe, pois o cipó titica só tem em terra firme".

Ssaji é a palavra usada para o "cipó titica geral". Há o cipó titica chato=*ssaji sapa sapa*; cipó titica redondo=*pahui*; e o cipó boia=*ssaji huire huire*. Com os cipós as mulheres confeccionam: cesto, abano, vassoura, paneiro e peneira. Usavam cipós titica para amarrar os caibros das casas: "agora ainda usa, mas usa pregos também". Porém, continuam usando o cipó titica para amarrar caibros dos tapiris dos acampamentos.

Há o *topi*= cipó ambé que dá na várzea e nos caminhos dos roçados, com ele confeccionam paneiros e cestos. E com o cipó boia, que cresce na região de várzea, raspam a casca e usam para fazer paneiros. Com a tala de tarumã fazem cesto, tupé (tapete grande feito com tala de tarumã) e peneira ("mas Madija não sabe fazer tipiti"). Tem tarumã no Igarapé do Cajueiro e nas beiras dos igarapés na terra firme. São as mulheres que trabalham com os cipós e as talas.

> [Ridoma] Para tirar cipó ambé tem que subir na árvore porque ambé dá nas árvores. Tem muito cipó ambé. É mais perto, do outro lado da aldeia tem. Cipó titica que fica longe e mais difícil de achar. Cipó ambé é o homem que sobe e corta. Cipó ambé colhe no inverno e no verão, dá na restinga e na terra firme.

No que diz respeito aos frutos coletados, os Kulina possuem um conhecimento amplo das árvores frutíferas silvestres. A coleta de frutos é uma atividade feminina. Geralmente a excursão é organizada por uma mulher que convida noras e filhas, mas o esposo, ou o filho rapaz, costuma ir junto. Os Kulina retêm um conhecimento do local onde há determinado fruto, bem como a época em que o mesmo está próprio para consumo. De acordo com Cossaro Kulina a maioria dos "frutos do mato" estão prontos para serem consumidos entre os meses de outubro e janeiro: "começa com a enchente, toda fruta do mato" (ver mapa 2: Ocupação e uso dos recursos naturais).

> [Cossaro] *Cajoco*, *bobara*, *huanaco* e *dsoja* são frutas de Madija, não sabemos nome em português.
> *Cojoco* é verde e amarelo, doce, dá na terra firme. É uma árvore e tem muito perto da aldeia.
> *Bobara* quando maduro é verde claro, doce. O carroço é pequeno, parece carroço de biribá (menor). É avore grande da terra firme. É boa para lenha, tem muito perto da aldeia.
> *Huanaco* é doce, a parte que come é vermelha, tem casca vermelha, é do tamanho de um patauá.
> *Dsoja* é doce e vermelha. A árvore é grande e tem na terra firme. Tem muito no igarapé Cajueiro e aqui perto da aldeia.
> Caju-*anoha*, cajuí, tem o caju plantado e tem caju da terra firme. É doce o caju do mato. A árvore do caju de terra firme é bem alta. Madija limpa o mato e pega embaixo (capina embaixo). Paca gosta muito. Madija planta do outro caju no roçado. Há poucos pés de caju do mato.
> *Amocomene*-gulosa ou cabocla bonita. Sobe na árvore ao lado ou na árvore que está o cipó. É um cipó e tem muito leite. Tem muito cipó (*amocomene*) com fruto na restinga e na terra firme. Os homens e as mulheres vão coletar. Agora é o tempo dela (maio/junho).
> *Amaina pano* é uma fruta que tem a cara do macaco uacari.
> *Ainajari tapari*-bacuri de anta, é uma fruta que dá na restinga. Tem muito; deixa cair maduro. Dá também no igapó. As frutas ficam boiando na água e Madija pega. Mas o pessoal está acabando, tirando a madeira para fazer canoa, assoalho, parede, barrote e esteio. A árvore é grossa, mas agora tem pouco. Perto da aldeia só tem árvore pequena.
> *Mappanoja*-cupuí é uma fruta boa para comer. A casca da árvore usa para fazer rapé: mistura a cinza com a folha de tabaco. Tem na terra firme e na beira do igarapé. Não tem na várzea. O homem sobe e derruba usando um cambito.
> A cueira *pajo*-coité os Madija plantam. Os Madija fazem cuia com a fruta, mas Madija faz remédio também para dente que está doendo, e tá só o caquinho: raspa a casca da cuia mistura com pouco de tabaco, fuma. Passa uns dias e o dente começa a quebrar sozinho. Fica só o restinho do dente, rente na gengiva, e para de doer. Melhor jeito é colocar no cachimbo e fumar.

> Sorva-*jihui* – tem só árvore fina, as árvores grossas *carihua* derrubou tudo. Tem os tipos de sorva: a sorvinha (só tem longe, no chavascal, dá fruta grande, não precisa derrubar para tirar); a sorva arara; e a sorva seringa. Antigamente tirava o leite da sorva. Madija gosta de comer o fruto, é doce. Madija sobe na árvore pequena para tirar o fruto.
> *Huaniri* – fruta pequena, comprida, doce igual mel de abelha. Tem na várzea. Madija usa a madeira para fazer casa. A madeira dura uns vinte anos.
> Jatobá – *tamacana* – tem fruta docinha. Madija come a parte de dentro. Madija também faz chá da casca, pois é bom para tosse. Tem no igapó na várzea e no caminho do roçado. Pega fruta no chão ou sobe para pegar (aldeia Matatibem, 24 de maio de 2022).

Segundo o relatório ambiental de Ramalho (2022, p. 51), "é das frutas da floresta que também se faz tingimento de tecidos e pinturas corporais. Antigamente as mulheres Madija costumavam tingir os tecidos, as tinturas mais utilizadas eram do aguano (mogno), violeta, urucum e jenipapo, e existem muitas outras plantas utilizadas para tingir tecidos (FUNAI/ PPTAL/ GTZ, 2008)."

A seguir farei uma apresentação da relação que os Kulina no Ueré estabelecem com as palmeiras, madeiras e outros recursos naturais, a partir das conversas com Cosssaro-Pedro, Siho, Iba, Adriana e Cara.

> [Cossaro[290]] Tem muita caranaí no igarapé do Caju. Pelo varadouro do Café anda menos de uma hora e encontra o palharal de caranaí. A palha que Madija usa para cobrir casa é caranai-*odsa*: corta as palhas, limpa, amarra com envira e carrega para a aldeia. Pode coletar palhas de caranai em qualquer época do ano. Homem e mulheres colhem e tecem caranai. Na hora de cobrir e amarrar as palhas nos caibros da casa o homem sobe e a mulher fica embaixo entregando as palhas tecidas.
> O *maro*-buriti tem muito no caminho, no varadouro do Café. Madija faz vinho para tomar e óleo para passar no cabelo. A roupa do *tocorime* o *cohuama* é feita com a palha do olho do buriti (uso ritual). No Igarapé do Café, no acero do roçado (do Cossaro) tem muito buriti. Quando está caindo buriti maduro junta muito bicho (caça) para comer.
> O cesto *ssapoto*, que *carihua* chama pira, faz com a palha de açaí, bacaba e patauá (cesto que faz na floresta para carregar frutas). Do fruto do *maraca*-açaí faz vinho e óleo para cabelo. Às vezes Madija coloca açaí num saco bem enxuto e leva para vender em Carauari. Tem muito açaí no igarapé do Cajueiro, no baixio e na beira do igarapé. Os Madija não plantam açaí, pois tem muito na floresta. O açaí começa em janeiro e acaba em maio ou junho, depois da friagem grande. Antigamente Madija fazia assoalho de casa com a madeira da casca do tronco do açaí. O último açaí que Madija bebe, no ano, vem das cabeceiras do igarapé do Cajueiro.
> *Marodoiri*-buritirana é comida de matrinxã, cai o fruto no igapó e o matrinxã come. Madija usa para pescar matrinxã. Tronco da palmeira serve de assoalho de casa, é igual paxiubão. Para fazer assoalho o homem derruba, tira o espinho com machado, tira a bucha do meio, bate antes de abrir.

[290] Cossaro se empenhou em contribuir nesse levantamento e trabalhávamos em sua casa. Ele fez uma lista dos recursos com informações que julgava importante.

> Da *jahuadsora*-bacaba faz vinho e óleo para o cabelo. Madija também planta bacaba perto de casa. Tem muita bacaba nas capoeiras. Na restinga da Ariramba e do Monteiro tem muita bacaba. A madeira do tronco da palmeira bacaba os Madija usam para fazer arco.
> *Dsahuana*-murumuru tem na terra firme e na restinga. Da palha nova do olho da palmeira faz chapéu e cocar; que usa quando vai beber *Rami* (uso ritual). Homem e mulher usam cocar. Não precisa andar muito para encontrar murumuru.
> *Huabohui*-paxiubão tem muito na restinga. Com a madeira Madija faz cerca, e assoalho e parede para casa. Antigamente Madija fazia canoa de paxiubão: abria e fazia canoa, jangada. O tronco da palmeira é largo e por isso que Madija usava como canoa. A canoa de madeira Madija aprendeu fazer com os brancos. Remo também Madija aprendeu fazer com os brancos. Madija usava só varejão.
> As flechas Madija pega no flechal no Juruá ou no Ariramba (dentro da TI Rio Ueré) (Aldeia Matatibem, 23 de maio de 2022).

No que diz respeito às palmeiras, o relatório ambiental de Ramalho (2022, p. 50-51) traz muitas informações importantes:

> [...] As palmeiras (*hauappo*) são utilizadas para cobertura de casas, artesanato (sementes, palha) e alimentação (frutos, bebidas, palmito). Costumam realizar plantios de algumas palmeiras próximo da aldeia, principalmente de açaí, buriti, pupunha e bacaba. As palmeiras são muito abundantes no território, além de ser uma vegetação característica da região. Nos locais de moradias antigas Madija, nota-se há grande concentração de buritis, que é uma planta muito importante culturalmente para os Madija, e também açaizais, que foram plantados no passado pelos antigos Madija.
> Há uma rica diversidade de palmeiras nos interflúvios, há áreas de tucumãzal, próximo das nascentes do Igarapé Café e do Igarapé Santarém, na mata ciliar do rio Ueré tem muitos buritizais, patauás, bacaba, açaís do mato ou solteiro, nas nascentes dos afluentes subindo o Ueré tem grandes áreas de caranaizal, coco jací, paxiubão, paxiubinha, tarumã e tucum.
> Antigamente, os Madija faziam corda de tucum para pescar, usavam como linha de pesca para pescar tambaqui grande e jaú. [...] Para fazer cestos, peneira, tupé e tipiti, os Madija usam o tarumã, no entanto poucas pessoas na aldeia Matatibem detém esse conhecimento, as mulheres costumam ser as guardiãs desse saber. [...] As casas Madija antigamente eram todas cobertas de palmeiras, usavam muito o caranaí, patauá, buriti, coco jací, paxiubinha, no entanto, atualmente as moradias são cobertas com telhas, costumam usar as palhas de caranaí principalmente para cobrir as casas de farinha e a cozinha. Além desses usos, os frutos são muito apreciados na alimentação e também para fabricação de vinho, de açaí, patauá, bacaba e buriti. Na aldeia Matatibem há ao menos três despolpadeiras que são usadas intensamente na safra do açaí, que ocorre durante todo o inverno. A colheita do açaí são os homens que fazem, ao menos uma vez na semana no período do inverno, os homens saem para colher açaí, a aldeia toda se anima quando tem. Geralmente a família que colheu e preparou o açaí, compartilha com os parentes e pessoas mais próximas. Entre os meses de janeiro a junho há fartura de açaí na aldeia.

O diálogo a seguir traz informações importantes sobre o uso da madeira e outros recursos das árvores pelos Kulina.

> [Cossaro] Miratauá tinha muito na beira do Ueré, mas acabou. *Carihua* acabou com tudo. A madeira serve para fazer casa, remo, canoa e bajola (Canoa de tábua). Antes tiravam de machado agora usam motosserra. Tem no igarapé do Cajueiro e no Santarém.
> Itaúba tem pouco. Tem muito toco de itaúba nas beiradas do Ueré das árvores que foram tiradas por *carihua*. Agora só tem itaúba novinha porque as velhas foram derrubadas. Árvore grossa e velha está difícil de encontrar. Madija chama de várzea o igapó do Ueré, na época do verão.
> Loiro itaúba não tem muito, mas é possível encontrar. Toda época do ano é possível derrubar para extrair a madeira. Mas a época melhor é o inverno, porque fica melhor para carregar.
> Loiro pixori, que tem foto no roçado do Franceone do tronco velho, *carihua* que tirou. Tinha na terra firme, mas agora está difícil de encontrar.
> Orelha de burro tem muito na restinga, mas só tem filhote, pequeno.
> Araba-*sapo*: antigamente não tinha *poho*-macaxeira e nem mandioca. Madija enchia a bacia da fruta ralada, torrava e comia com matrinxã assado, ficava igual farinha. Ralava o carroço da fruta.
> Do açacu-*ccaraja* faz tabua, casa e parede, e boia de flutuante. *Carihua* usa leite de açacu para derramar no lago para pescar (peixes ficam boiando). No Ueré só tem árvores pequenas, grandes não tem mais, *carihua* tiraram tudo. Tira a casca e retalha para tirar o leite; deixa por duas semanas, mas tem que ter muito cuidado, pois se pingar no olho cega.
> Caucho não tem palavra em Madija. As árvores grandes tem pouco, pois os madeireiros derrubaram muito. Faziam grandes jangadas de madeira. Serve para parede de casa, tem na restinga e no igapó, e na beira do igarapé. A madeira do caucho branco apodrece logo. Mas a madeira do caucho vermelho é boa para fazer parede. Antigamente usavam o leite para misturar com o leite da seringa, agora não usa mais.
> Do torem Madija faz chá da folha para ficar forte. Mas não usa a madeira. Tem muita árvore na terra firme. Nasce muito igual embaúba.
> Tanibuca – *bojissipa* – tem muito. A ponte da aldeia é da madeira de tanibuca. No Ueré tem árvores grandes e pequenas. A pequena está no meio do chavascal e dá fruto pequeno e amarelo que Madija come.
> Amapá – *mapa* – tem muito. Madija tira leite, pois é bom para curar ferida e para o fígado. Toma o leite e um ovo de galinha. Antes o pessoal tirava leite de sorva e misturava com o leite de amapá para pesar bem e assim ganhar mais.
> Amapá garote – tem no igapó e serve para misturar com leite de sorva. Para tirar leite Madija sobe no cabo lá em cima e corta com a faca de seringa.
> Mata-mata vermelho – *saída* – a madeira é boa para fazer casa. No Igarapé do Índio tiraram muito e agora não tem mais. Aqui ainda tem na terra firme, na beira do rio e do lago, pois os *carihua* daqui não sabe usar, por isso tem muito.
> *Dsotomi dsojori* – acapu – serve para esteio, barrote; tabua de mesa; não presta para parede. Tem no igarapé Cajueiro, na terra firme e na restinga. Acapu da folha grande a madeira estraga logo. Acapu da folha miúda, da terra firme, a madeira é melhor, dura para acabar, uns vinte anos.
> Acariquara serve para barrote, esteio, não dá para fazer parede. Faz poste de luz também. Aqui se fosse só *carihua* tinha acabado.

> Angelim tem muito; os bem grossos os *carihua* serraram, os pequenos estamos deixando para crescer; tem na terra firme (aldeia Matatibem, 26 de maio de 2022).
> Copaíba branca – tem na restinga e tem folha grande. Copaíba vermelha, da folha miúda, tem na terra firme e dá mais óleo. Madija não tira óleo de copaíba, falta material para tirar. Tem muita copaíba na restinga do Monteiro e no Alto Ueré (tem dos dois tipos).
> *Macaraba* – andiroba – tem muito, mas somente árvores pequenas; andiroba grande e grossa não tem. *Carihua* faz canoa com a madeira de andiroba. Na restinga do Seringueiro tem andiroba.
> Seringa dá na terra firme e tem na restinga do Monteiro. Se Madija abrir estrada poderia ganhar dinheiro. No igarapé Santarém tinha quatro estradas de seringa[291]. Eunice e Iraci cortavam seringa, mulher também tira. Tira leite de seringa no verão.

O relatório ambiental de Ramalho (2022, p. 49-50) traz outras informações sobre o uso da madeira e outros produtos das árvores:

> [...] o principal uso da madeira é para construções, mas também são extraídas para confecção de utensílios, artesanatos e medicina. Com a madeira constroem cascos, ubás, casas e remos. A extração de madeiras para a construção de casas e de embarcações é uma tarefa exclusivamente masculina, antigamente era realizada manualmente, com o uso de machado e/ou terçado, hoje em dia no Ueré usam mais a motosserra para a retirada de madeira.
> As principais madeiras utilizadas são encontradas em área de terra firme e restinga. Mesmo tendo sido muito explorada no passado, para extração de madeira por não indígenas, a terra tradicionalmente ocupada pelos Madija é muito rica em espécies madeireiras. Atualmente, os Madija, quando precisam usar madeira, preferem tirar das áreas manejadas de capoeira. E o período para extração de madeira é no inverno amazônico, quando o rio está cheio e facilita o transporte da madeira.
> Para construir casas, os Madija disseram que gostam de usar madeiras fortes, que têm âmago. As mais usadas são: ucuubão, jacareúba, massaranduba, cupiúba, tauarí e acapu. A ponte da aldeia, que conecta as casas de uma ponta a outra, é toda feita de massaranduba e tanimbuca. Usam também a tanimbuca e acariquara para fazer barrote e esteio de casas. Para construírem embarcações, gostam de usar tauarí e guaíba. Porém, quase não fazem barcos de madeira, usam prioritariamente barcos de alumínio. No entanto, ainda fabricam muitos remos, tanto para remar nos igapós quanto como utensílio usado na torra da farinha.
> As cascas das árvores, folhas e sementes são muito usadas também para fins medicinal, os Madija têm um largo conhecimento de plantas com propriedades medicinais, que são chamadas de "remédios da mata". Geralmente, quando precisam destes remédios, vão buscá-los na floresta. Existem remédios que são apenas de conhecimento dos homens, como, por exemplo, os remédios utilizados para atrair caças. Existem outros que apenas as mulheres conhecem, como é o caso de remédios para evitar gravidez. E existem, também, remédios que são de conhecimento geral, como é o caso dos remédios utilizados em caso de picada de "insetos" (cobras, aranhas, arraia e outros animais peçonhentos).

[291] No igarapé Santarém "Tinha estrada e tapiri de seringa dentro do Santarém, tem também chupador de anta (local de caça). No inverno fica alagado o chupador-barreiro" (Cossaro, 27 de maio de 2022).

No quadro abaixo, elaborado por Ramalho, poderemos conferir os principais recursos vegetais da TI Kulina do Rio Ueré:

Quadro 7 - Levantamento do extrativismo vegetal na TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 55-62)

Nome		**Situação de abundância**	**Onde tem/ Ambiente**	**Esforço/ Distância**	**Como coleta**	**Época de coleta**	**Usos**	**Quem coleta**
Madija	**Português**							
Huasoma	Abiorana	muito	terra firme	10 min	derruba o pé para colher	outubro (início da chuva)	Alimentação	homem
Maraca	Açaí	muito	beira do igarapé, baixio	5 minutos	sob na palmeira com peconha e corta o cacho com terçado	jan a maio	Alimentação, Medicina/ Espiritualidade, Cestaria, Construção (assoalho)	
Dsotoni dsojurí	Acapú	muito	terra firme, restinga, várzea	40 min	Motosserra	ano todo	Construção (esteio, barrote), mesa	
	Acariquara	muito	terra firme	30 min	Motosserra	ano todo	Construção (esteio, barrote), poste	
	Amapá	muito	terra firme	20 min		ano todo	Medicina	homem
Macaraba	Andiroba	muito	Restinga	30 min	Juntam a semente que cai	outubro, novembro, dezembro	quase não usam	
	Angelim	muito	terra firme, várzea	20 min	Motosserra	ano todo	Construção (casa, parede, assoalho), mesa, canoa	
Sapo	Araba	muito	terra firme		Junta no pé ou derrubam com motosserra	outubro, novembro, dezembro	Alimentação	homem

Araso	Araçá boi	muito	restinga, quintal	30 min	sobe e tira no pé ou junto	outubro, novembro e dezembro, janeiro	Alimentação	homem, mulher
	Araçá goiaba	muito	beira de igarapé	5 min	colhe no pé	abril, maio, junho	Alimentação	homem, mulher
Iro	Araparí vermelho	muito	beira de igarapé	5 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção	homem
Ccaraja	Assacú	pouco	várzea, beira de lago	5 min	talha com machado, tira casca	início inverno	Construção	homem
Dsoho	Azeitona do mato	pouco	terra firme	30 min	junta as frutas que caem	junho, julho	Alimentação	homem, mulher e criança
Jahuazorá	Bacaba	muito	beira do igarapé, restinga, quintal, capoeira	1 min	sobe de peconha e corta com terçado	dezembro, janeiro	Alimentação, artefato (arco)	homem e mulher
Jahuaruzí	Bacabão	muito	terra firme, cabeceira de igarapé	360 min	sobe de peconha e corta com terçado	junho, julho, dezembro, janeiro	Alimentação, beleza	homem
Ainajarí taparí	Bacuri de anta	pouco	restinga, igapó, beira de igarapé	20 min	Junta as frutas que caem, no pé, na água etc.	outubro, novembro, dezembro, janeiro	Alimentação, construção	homem
Ppoppo	Bacurizinho	muito	terra firme, várzea	15 min	sobe, balança galho e junta as frutas que caem	janeiro, fevereiro	Alimentação	homem, mulher e criança
Maro	Buriti	Muito	Baixio	5 min	se não for muito alto sobe, senão derruba	junho, julho	Alimentação, beleza, roupa (roupa do tucuriman), construção (cobertura)	

Marozirí	Buritirana	Muito	igapó, várzea	10 min	derruba, tira espinho com machado, corta, bate	inverno	Alimentação, construção (assoalho)	homem
Dsohueiro	Cacau do mato	Muito	Restinga		colhe no pé	outubro, novembro e dezembro	Alimentação	homem, mulher e criança
Jobo	Cajá do mato	Muito	Restinga	5 min	junta as frutas que caem	outubro, novembro e dezembro	Alimentação, medicina	homem, mulher e criança
Anojá	Cajuí	Pouco	terra firme	15 min	junta as frutas que caem	outubro a dezembro	Alimentação	homem, mulher e criança
Darupata	Capurana	Muito	terra firme				Medicina (usa para ameba), carvão	
Odsa	Caranaí	Muito	terra firme	60 min	corta os talos com as folhas e amarra os feixes com envira	ano todo	Construção (cobertura de casa	
	Castanha de cutia	Muito	terra firme, restinga	20 min	Junta no pé	janeiro a maio	Alimentação (faz com beijú)	homem, mulher
	Castanheira	Pouco	terra firme	30 min	Junta no pé os ouriços	janeiro, fevereiro	Alimentação (comem a castanha)	homem, mulher
	Caucho vermelho	Muito	beira de igarapé, igapó	20 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção (parede)	homem
	Cedro água	muito	terra firme	20 min	Motosserra	ano todo	Construção (parede, assoalho, ripão), canoa	
Sacuruná putajari	Chacrona	muito			colhe as folhas com a mão		Medicina/ Espiritualidade	

Sacuruná birijarí	Chacrona	muito			colhe as folhas com a mão		Medicina/ Espiritualidade	
Topí	cipó imbé	muito	restinga, terra firme	30 min	sobe na árvore e corta do alto com terçado	ano todo	Utensílios (paneiro, cest)	mulher e homem sabido
Ssají huire huire	cipó bóia	muito	Várzea				Utensílios (cesto, vasoura)	mulher e homem
Ssají sapa sapa	Cipó titica chato	muito						
Pahuí	cipó titica roliço	muito	terra firme	240 min	puxando o cipó, não puxa tudo, deixa uns para crescer	inverno	Utensílios (cestos, vassoura, peneira, abano, paneiro), construção	mulher e homem sabido
Birijarí	Coco	pouco	cabeceira de igarapé	360 min	colhe no pé, dá um cacho baixinho		Alimentação, artesanato (anel)	
Nara	Coco jací	pouco	cabeceira de igarapé	360 min	derruba para tirar palha	ano todo	Construção (cobertura de casa)	homem
	Copaíba branca (folha grande)	muito	restinga, beira igarapé	20 min		ano todo	quase não usam	
	Copaíba vermelha (tem muito óleo, folha miúda)	muito	terra firme	20 min		ano todo	a madeira é boa, mas quase não tiram. Estão planejando começar a extrair o óleo	
	Copiúba	Muito	terra firme, capoeira	30 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção (assoalho)	homem
	Cumarú	muito	terra firme	10 min	Motosserra	ano todo	Construção (parede, assoalho), mesa, chalana	

Mappanoja	Cupuí	médio	terra firme, beira igarapé	20 min	sobe e puxa com "cambito', derruba	outubro a dezembro	Alimentação, medicina (faz rapé)	homem e mulher
	Garrote	muito	Várzea	20 min		ano todo	Construção (assoalho)	homem
Imi cocobo	Ingá da costela do boto	muito	Várzea	120 min	sobe e tira no pé, derruba	outubro, novembro e dezembro	Alimentação, construção (faz assoalho)	homem, mulher
	Itaúba	pouco	terra firme, várzea	120 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção	homem
Tocodso noccossi	Jacareúba	muito	beira de igarapé, restinga, terra firme	30 min		ano todo	Construção (parede, canoa)	homem
Tamaccana	Jatobá	muito	Igapó	20 min	Junta as frutas que caem, colhe no pé	outubro, novembro, dezembro	Alimentação, medicina	homem
Ora	Jenipapo	muito	beira de igarapé	5 min	junta no chão	abril, maio	Alimentação, pintura corporal	homem, mulher
	Loro itaúba	médio	terra firme	20 min	Derruba com motosserra	ano todo	Canoa, remo	homem
	Loro pixurí	pouco	terra firme	40 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção (canoa, casa, remo)	homem
	Mamuí	pouco	terra firme, várzea	60 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção	homem
Abaridscca ssohue	Maracujá do urubu	muito	beira de igarapé, capoeira	15 min	colhe no pé	março, abril, maio	Alimentação	homem, mulher, criança
Marí	Marí	pouco	capoeira, terra firme		junta as frutas que caem	outubro (início da chuva)	Alimentação	homem, mulher e criança

Huaniri	Mari mari	muito	Várzea	30 min	Sobe para tirar a fruta, derruba	novembro, dezembro, janeiro	Alimentação (come a fruta), construção (usa a madeira para assoalho)	homem, mulher
Rami Jahií	Mariri (branco)	muito	Restinga		corta e tira a raiz		Medicina/ Espiritualidade	
Rami nuara	Mariri (com nó)	muito			corta a raiz e o cipó		Medicina/ Espiritualidade	
Rami ssuhuehui	Mariri (com três pernas, preto)	muito			tira a raiz, usa dois feiches e deixa um		Medicina/ Espiritualidade	
Rami puna	Mariri (feiche com muitos)	muito			só usa a raiz		Medicina/ Espiritualidade	
Apuma	Massaranduba	muito	Várzea	10 min	Motosserra, ou sobre pelo cipó para pegar a fruta	outubro, novembro, dezembro	Construção (casa, ripa), chalana, cerca, poste, alimentação (come a fruta, é bem doce)	
Ssaida	Mata mata	muito	terra firme, restinga, beira de rio, lago	30 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção	homem
	Miratauá	pouco	terra firme	180 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção (canoa, remo etc)	homem
Dsoja	Moratinga	muito	terra firme	5 min	quando não dá para subir, derruba	outubro a dezembro	Alimentação	homem
Dsahuana	Muru muru	muito	restinga, terra firme, várzea	10 min	tira o olho e o coco dos que estão baixo	outubro	Artesanato (anel, chapéu), faz combustível com o óleo	homem e mulher
	Orelha de burro	muito	várzea, restinga	20 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção, remo	homem

	Paricá	muito	terra firme		tira a casca		Medicina/ Espiritualidade	
Jahuá	Patauá	muito	baixio	5 min	sob na palmeira com peconha e corta o cacho com terçado	junho, julho	Alimentação, beleza, construção (cobertura)	homem
Huabohuí	Paxiubão	muito	restinga	240 min	derruba	inverno	Construção (assoalho, cerca, parede)	homem
Dsani	Paxiubinha	muito	chavascal, terra firme	60 min	derruba ou usa só as palhas	ano todo	Construção (parede, assoalho, cobertura)	homem e mulher
Pitiá	Piquiá	muito	terra firme	20 min	junta as frutas que caem	outubro, novembro, dezembro	Alimentação	homem, mulher
	Saboeiro	muito	igapó, beira igarapé	5 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção	homem
Oreré	Samaúma	muito		180 min	tira a casca		Medicina (usa a casca no rami, para ver o outro mundo, espiritual), antigamente usavam madeira	homem
Amocomene	Sapota/ Gulosa/ Cabocla bonita	muito	terra firme, restinga	15 min	junta as frutas que caem	maio, junho	Alimentação	homem, mulher e criança
	Seringueira	muito	terra firme, restinga	120 min	Corte com faca para tirar o látex	verão	Comercialização, já não estão tirando	homem, mulher
Jihuí	Sova arara	muito	terra firme	30 min	Derruba para tirar as frutas, ou sobe em árvore	outubro, novembro	Alimentação (comem o fruto), antigamente tiravam o leite	homem, mulher, criança

					ao lado, se for baixa			
Jihuí	Sovinha	muito	chavascal	180 min	Pega no pé	outubro, novembro	Alimentação (comem o fruto), antigamente tiravam o leite	homem, mulher, criança
	Sucupira	muito	várzea, igapó, restinga, terra firme	20 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção (casa, barrote, assoalho)	
Bojissipa	Tanimbuca	muito	terra firme, várzea, igapó	10 min	Derruba com motosserra	maio, junho	Construção, alimentação	homem
	Tarumã	muito	beira do igarapé	20 min	corta embaixo e encima, deixa os feixes murchando e depois tira o talo	ano todo	Utensílios (cesto, peneira, tupé, tipiti)	homem
Dsoico	Tauarí	muito	terra firme	15 min	Junta no pé a fruta, motosserra	outubro, novembro	Construção (casa), canoa, brinquedo, alimentação (comem coquinho de dentro da fruta)	
	Torem	muito	terra firme, capoeira	20 min	colhe as folhas com a mão	ano todo	Medicina	homem, mulher
Coriá	Tucum	muito	terra firme, cabeceira de igarapé	40 min	corta só o "olho" da folha	ano todo	Utensílio(corda, rede)	homem e mulher
Tocoma	Tucumã	muito	terra firme, capoeira	10 min	colhe no chão	novembro, dezembro, janeiro	Alimentação, artesanato (anel, pulseira)	homem e mulher

Deri	Ucuuba vermelha	muito	várzea	15 min	Derruba com motosserra	ano todo	Construção	homem
Deri putajaru	Ucuubão	muito	terra firme	15 min	Motosserra	ano todo	Construção (assoalho, ripão), mesa	
Dsiqui	uma palmeira muito pequena	muito	terra firme	150 min	tira no pé	janeiro, fevereiro	Alimentação (come a fruta), defumação (antigamente defumava o látex da seringueira)	homem, mulher
	Uxí	muito	terra firme	30 min	juntas as frutas que caem	outubro, novembro, dezembro	Alimentação	
	Valdemar	muito	várzea	10 min	Motosserra	ano todo	Construção (assoalho, esteio, tábua)	
Juná		muito	várzea	30 min	motosserra	ano todo	Construção (assoalho)	homem
Cojoco		muito	terra firme	5 min	derruba o pé para colher	outubro a dezembro	Alimentação	homem
Bobara		muito	terra firme	5 min	quando não dá para subir, derruba	outubro a dezembro	Alimentação, lenha	homem
Huanaco		Muito	terra firme	5 min	quando não dá para subir, derruba	outubro a dezembro	Alimentação	homem

Em conclusão, pode-se dizer que "o extrativismo vegetal é de extrema importância para a reprodução física e cultural dos Madija, e tem importantes conhecimentos associados, não apenas no modo de coleta e uso, mas também conhecimentos ecológicos e espirituais. A coleta tradicional dos variados recursos naturais mencionados é, na maior parte dos casos, para uso e consumo próprio, mesmo a confecção dos artesanatos. Há uma intenção de investirem na produção de artesanato para comercializar, atualmente ocorre em baixíssima escala." (Ramalho, 2022, p. 63)

6.6. Conhecimentos específicos e outras relações com os recursos naturais

A relação dos Kulina com os animais de caça, com os peixes e animais do mundo aquático, com o roçado, com os frutos silvestres ou qualquer outro produto extrativista não é pautada na exploração que visa a geração de bens e riquezas no sentido capitalista do termo. A relação com o mundo terrestre e aquático é sempre permeada pela questão simbólica. Essa relação diferente que os Kulina estabelecem com o meio ambiente não desmerece seu direito ao território, mas sim atesta ainda mais a manutenção de sua cultura, bem como a importância da terra tradicional na Reprodução Fisica e Cultural do povo (como veremos na Quinta Parte desse relatório). Os Kulina praticam agricultura, caça e pesca de baixa intensidade e apenas para consumo nas aldeias. Apenas recentemente alguns homens aprenderam a pescar pirarucus, por exemplo. Nesse sentido a terra tradicional tem um papel fundamental na preservação do meio ambiente, pois os Kulina caçam, pescam, coletam e praticam agricultura na perspectiva de garantir a soberania alimentar nas aldeias. Entretanto, há muito cuidado para que essas atividades não provoquem impactos na preservação das espécies vegetais e animais ou na relação que os mesmos estabelecem com os seres extrahumanos.

No diálogo abaixo, os Kulina explicam o uso de produtos diversos de origem animal e vegetal.

> [Cossaro] *Ora*-jenipapo pequeno – não tem plantado só tem do mato. Tem na beira do igarapé. Usa para pintar o rosto e para pintar talha de cestos. No inverno tem frutos, no verão só tem flores. Madija usa jenipapo para pintar e guarda a tintura em um vidrinho. Para tirar tinta de jenipapo mistura a raspa da fruta com a tirna (fuligem) do

breu-*pacara*. Tira breu com forquilha, queima e mistura com jenipapo. As mulheres gostam muito de fazer tintura de jenipapo[292].

[Siho] Tucum *amasso naco, cahuari, cababa, nedsa idi cahuari, pina poho cahuaride* (tradução: tira o olho, o palmito da palmeira tucum e coloca para cozinhar. Quando cozida fica parecendo macaxeira. Era a comida de nossos avôs).

[Cossaro] O olho do tucumã, olho da palmeira do tucumã também.

[Iba] *Botani*-arraia, tira a banha, torra e tira o óleo, guarda. Quando mulher está parindo passa na barriga e na bacia (quadris) para que o bebê nasça logo e nasça bem. A banha do fígado da arraia; o fígado da arraia se derrete todo em banha.

Esporão da arraia usa para tirar lêndea de piolhos e aquele mofo preto que dá nos cabelos. *Botani* tem em todos os ambientes, mas tem mais no verão. No porto da aldeia Matatibem, no verão, uma arraia ferrou um Madija. *Botani coroaro* pega de linha, de anzol, ela tem uns botões, é escura e grande. *Botani conoini* pega de linha de anzol, é arraia grande e branca, só tem no Juruá. Há outra arraia de esporão grande comprido igual corda. *Botani birijaro* tem no igarapé pequeno, pega com um pau da ponta fina, com arpão, e com flecha. No verão tem mais. No Paraná do Carababá tem muito. Madija come arraia só quando não tem outro peixe: corta a aba, tira o couro. Carne dela cozida, assada ou moqueca.

Minati-peixe elétrico, *minati aba soaro*, é grande e tem no rio Ueré. *Minati simo* é pequeno e fica dentro do oco do pau, mas derruba até carroço (fruto) do açaí maduro, do açaizeiro. Ele dá choque no açaizeiro e os frutos caem e ele come. Ele dá choque nos açaizeiros que estão no igapó, no inverno. Se ele der um choque no açaizeiro e a pessoa estiver lá em cima, a pessoa sente o choque, aconteceu com os Madija. *Minati* mais comum todos conhecem. Tira a banha para passar nas pernas e braços para reumatismo. Osso do *minati* queima, torra, faz um pozinho, faz chá e bebe. Madija come *minati* ticado, salgado e cozido; ou assado na folha, ou na palha. Pega de caniço, flecha e arpão. No verão tem mais, mas no inverno também tem.

Ssaco traíra, banha de traíra pinga a banha dentro do ouvido para parar a dor.

[292] Lorrain analisa o uso da pintura facial e do urucum como meio de sedução. Como onça e caçadores, mulheres e homens usam a pintura facial para tornarem-se atraentes. Usam principalmente a tinta de urucum com alguns toques de tinta de jenipapo. Entre os Kulina o poder de atração de urucum é dito ser visual, mas também pode estar relacionado com o cheiro: é com o cheiro de *dori* pintado com urucum que o pajé atrai queixadas do submundo.
Por sua vez os homens pintam seus rostos com urucum para caçar na floresta e atrair caça, "parecendo onças". E no submundo há um jaguar sobrenatural, *Arayori*, que é pintado com urucum e jenipapo (Lorrain, 1994, p. 68, 93).

[Adriana] *Ccodsa*-curimatã: tira o fato (vísceras) e tira a banha do fato, frita, guarda e passa na farpa que não quer sair. Passa que sai; depois é só espremer que sai. Tem muito na piracema no inverno.

Dsoaroca =espécie de sapo que canta a noite. Usa só para remédio. Tira o couro do sapo e coloca encima da furada que "chupa", sai tudo que é farpa. Tira o couro do sapo e coloca o couro recém tirado no lugar que tem a farpa. Coloca do jeito que foi tirado do sapo, sem assar.

Jidsama ino – dente de queixada – queima, tira o pozinho, coloca na água e ferve, depois coa e toma. Serve para curar pneumonia.

Carroço de patauá torrado faz chá e toma para hemorragia *jahua nocconi*.

Corta o cabelo do pai para fazer chá quando a mulher dele está para perder a criança. Para criança não nascer antes da hora.

Casco de cima do jabuti, torra e passa o pozinho encima das assaduras do bebê.

Carroço de abacate ralado tira a goma bota para secar. Pozinho da goma joga encima da ferida que não quer sarar, principalmente se a pessoa sofrer de diabetes.

Banha do tatu pinga no olho para limpar a catarata.

[Cara] Acupurana-*daroppata* usa a casca raspada para colocar na ferida. Para diarreia coloca casca na água, não ferve, toma essa água. Para infecção de mulher também é bom beber essa água. Madeira dela é boa para carvão. É muito amarga a água dela. Madija usa também para matar ameba.

A seguir apresento um relato que traz alguns elementos sobre a relação íntima, profunda e complexa entre as atividades produtivas dos Kulina e o seu universo cosmológico, na medida em que a floresta e os ambientes aquáticos são habitados por seres invisíveis (tocorime) que interagem com os humanos durante as suas atividades de subsistência.

O habitante da floresta escura: o jamo jamo[293]

[293] *Jamo jamo* – é um *tocorime* muito temido pelos Kulina, ele vive no fundo da terra. Quando um xamã morre, *Jamojamo* junta todos os feitiços que possuía no corpo e se transforma num animal esquisito que ora parece uma onça, ora um cachorro e ora um gato. O "bicho" passa por uma fase de crescimento e ao torna-se adulto, vem à superfície da terra na floresta. Ele possui um canto: joooo, joooo, hum, hum, sorari. Quando esse canto é ouvido por alguém em determinada lugar na floresta, os Kulina sentem muito medo e deixam de pescar ou caçar naquele local. Só um xamã experiente consegue dominar o *Jamo jamo*, aquele

> [Cara] O marido e a mulher foram caçar no centro da mata. O homem matou um macaco e a mulher assou, fez moquém. Mas o homem não gostava da mulher e queria que a onça comesse a mulher dele. Aí ele subiu no buritizeiro e ficou lá em cima. Foi dormir lá no olho do pau, o marido dela. Aí ela ficou embaixo. A noite estava muito escura quando a mulher escutou um barulho. O barulho vinha de dentro do buraco de um pau. O buraco era a casa deles (dos bichos). A mulher escutou a zoada e bateu no toco do buriti para o marido descer. Mas ele não desceu, ficou lá. Pensando ele que iria deixar a mulher morrer só. Mas os bichos vieram e o homem morreu primeiro. Os bichos subiram lá em cima, através dos galhos dos paus.
>
> A mulher correu e afundou no rio (*bijinidsa jatani*). *Boretajaro* (e levantava a cabeça só para respirar). Os bichos velhos pularam na água. Ela mergulhava de novo. Até que amanheceu o dia, os bichos afastaram, foram embora.
>
> As pessoas que conheciam o casal ficaram sabendo e foram atrás do *jamo jamo* e viram o buraco no tronco do pau. Aí foram chamar os outros. Fizeram um fogo no toco do pau. Tacaram fogo que derrubou o pau. O pau era grosso. Um buraco muito fundo. Primeiro subiram e tamparam a boca do buraco lá encima da árvore. Depois tacaram fogo.
>
> [Cossaro] *Ponipe cachoeiradsa jetajaro. Ahuadsa dapodsa najaro* (Tradução: Ela mergulhou na cachoeira. Ela ficou mergulhada segurando em um pau-vara. Quando ela afundou segurou em um pau-vara para ficar submersa).
>
> Enfiou uma vara lá no meio da Cachoeira. Quando o bicho caía na água não dava para conseguir pegar ela. Ela mergulhava, aí corre, ne? A cachoeira, aí levava eles (a força da correnteza da cachoeira levava os bichos que conseguiram pegá-la). (História antiga contada por Cara e Cossaro no Tapiri. Alto Ueré, 28 de maio de 2022).

Além da relação simbólica que os Kulina têm com os queixadas, com o roçado (que se torna local de acesso ao patamar subterrâneo quando pessoas são sepultadas no local) e com o mundo das águas (local privilegiado de acesso aos seres tocorime), vimos como a relação dos Kulina, com os animais e vegetais, é também a base dos modelos de subgrupos, que por sua vez organizam a vida terrena, ao criar identidade e diferença (a

que vai ao encontro do *Jamo jamo* se protege passando rapé no corpo, e colocando rapé entre o lábio inferior e os dentes. Com um punhado de rapé na mão o xamã entra na floresta imitando o canto do *Jamo jamo*. O rapé é deixado em determinado local, quando o *Jamo jamo* sente o cheiro do rapé se aproxima e pega. O xamã então conversa com o *tocorime* e o domina. O *Jamo jamo* vai diminuindo até ficar um *dori tabarini* de posse do xamã (Soares; Mochiizawa, 1997, p. 47-48).

partir das características do animal ou planta homônimo). A pertença a um subgrupo determina quem habita um território; a posição de uma pessoa na rede de distribuição de alimentos; o acesso aos recursos de determinado território; as alianças matrimoniais, e principalmente, quem é amigo ou inimigo. Todavia, a relação dos Kulina com os animais e vegetais adquire uma relevância simbólica maior, se pensarmos como a diversidade ambiental é projetada também na vida social dos seres tocorime que habitam outros patamares cosmológicos. Assim, é com o evento a seguir – no qual os Kulina teimam em nos mostrar a relação próxima que estabelecem com os seres tocorime – que encerro essa parte.

> Quando saí da casa da Assico[294] estava anoitecendo e sentamos na casa de Teneja. Sua mulher Jeco começou a contar histórias. O sol estava indo embora e deixava no céu um rastro vermelho. Jeco falou:
>
> - *Macconi diritahui*, *oppinatani amoneje ejedeni toccamacossadsati*! (O céu escreveu vermelho, faz medo, pois uma criança acabou de subir!)[295].
>
> E continuou:
>
> - Quando o céu fica assim e uma mulher tem dado à luz a uma criança naquele dia, à noite os *tocorime* homens ***dsohuiji*** **(macaco-prego)**, do ***mono*** **(macaco cairara)** e do **pássaro jaçanã,** puxam o *tocorime* da mulher parida para debaixo da terra e transam com ela, transam, transam... Nos dias seguintes a mulher fica fraca e fica magrinha. Os *tocorime* mulheres ***dsohuiji*** (**macaco-prego**), ***dsohua dsohua*** (**preguiça**), *huaricodse* (**tatu**)... Também puxam o *tocorime* do homem parido e transam, transam com ele... A pessoa não sabe (o homem e a mulher de resguardo), o corpo dele fica aqui na terra, é só o *tocorime* dele e dela que vai. Se o *tocorime* deles não conseguir se livrar dos *tocorime* de debaixo da terra, o corpo da pessoa morre. Foram os pajés antigos que falaram. Os pajés que andaram por debaixo do chão e viram os *tocorime* transando com as mulheres paridas. Quando uma mulher ganha neném e há um pajé na aldeia, ele vê quando os *tocorime* vêm puxar o *tocorime* da mulher parida; então usando muito rapé o pajé consegue "pegar" os *tocorime* ou mandar eles de volta para *nami bodicca* (debaixo da terra) (aldeia Mapiranga, 12 de outubro de 2000).

[294] Filha de Acora-Edmundo e Simahi. Assico é sobrinha de Ado e morou na Aldeia Velha (TI Rio Ueré).
[295] Ou: "ocaso rubro (na cultura kulina é prenúncio de perigo iminente, guerra, ataque, morte" (Kanaú; Monserrat, 1984, p. 37).

7. Descrição das relações socioeconômicas e culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente

7.1. Relações socioeconômicas e culturais com a sociedade envolvente: a reocupação Kulina da cidade de Carauari

Nesse item julgo necessário analisar a etnicidade Kulina na cidade de Carauari e como a reocupação da cidade se insere na concepção de territorialidade Kulina. O desafio é construir uma etnografia do ser-estar Madija na cidade: como os Kulina se afirmam na cidade e como lutam pelo direito a um território ancestral e afetivo. O foco é a cidade de Carauari, mas estudos semelhantes podem ser desenvolvidos nas sedes urbanas dos municípios de: Eirunepé-AM, Juruá-AM, Envira-AM, Ipixuna-AM, Itamarati-AM, Tefé-AM e Fonte Boa-AM.

Nesse sentido, vale ressaltar os documentos históricos que descrevem a presença constante dos Kulina na cidade de Carauari em 1978 (igarapé do Banho) e 1985 (Igarapé da Roça). A relação de ambiguidade dos Kulina com os moradores das cidades, na calha do rio Juruá, é marcada por aproximação e distância: incorporação dos Kulina como mão de obra barata; ou a expulsão. Recentemente temos a reocupação do lago de Carauari nas palafitas do Bairro da Ponte. São dezesseis famílias Kulina que possuem casas na cidade de Carauari. A maioria mora no Bairro da Ponte, mas há a presença histórica dos Kulina no bairro Igarapé da Roça e Igarapé do Banho. Muitas famílias possuem casas na TI Rio Ueré e vivem um processo constante de deslocamento entre as duas residências. Há famílias que têm duas ou três casas (uma casa na cidade, uma casa na aldeia e outra casa no roçado). Muitos afirmam que mantêm a casa na cidade para garantir a escola para os filhos maiores que cursam o ensino médio (que não é oferecido na escola da aldeia Matatibem)[296]. A vida escolar das crianças e jovens Kulina na cidade de Carauari é igual à de todos os outros alunos, isto é, a escola não considera sua diversidade cultural,

[296] Situação similar foi constatada por Benites (2012) entre os Ava Kaiowá: "Paralelamente, entre os não indígenas surgiram também dúvidas sobre se as crianças indígenas teriam capacidade de ler e escrever bem, argumentando que é sobretudo muito difícil lidar com a palavra escrita, ou seja, ler e escrever não faria parte do modo de ser e viver dos Kaiowa. Desse modo os indígenas foram estigmatizados por esses discursos adversos" (Benites, 2012, p. 82).

linguística e histórica. Há muita evasão escolar ou os adolescentes acabam se envolvendo em processos de alcoolização (ou outras drogas) o que por sua vez acaba reforçando o estigma corrente entre não indígenas sobre a incapacidade Kulina de aprender a ler e a escrever.

Outros Kulina dizem que mantém a casa na cidade como base de hospedagem para receber os benefícios sociais (programas sociais e aposentadorias) ou seus salários (professores e agente de saúde). As residências na cidade são também ponto de hospedagem, ou de abrigo, aos parentes Kulina que possuem casas apenas nas aldeias; a demanda por hospedagem na cidade é muito grande.

Os programas assistenciais do Governo Federal são fontes externas de renda e movimentam a vida econômica dos Kulina na terra indígena, como: benefícios do Programa Bolsa Família e Aposentadoria social rural. Outras fontes de recursos externos são os salários dos professores e agentes de saúde. Há também venda esporádica de artesanato, animais domésticos (galinhas e patos) e peixes.

A seguir apresento uma lista de famílias que têm residência na cidade de Carauari. A apresentação dessa lista não tem o propósito de fixar essas famílias ao território da cidade, mas constitui um registro para que seja respeitado o direito dos Kulina de viver na cidade. Em outras palavras, que os Kulina sejam reconhecidos como moradores da cidade[297], mesmo que, por algum período, essas famílias estejam na aldeia.

Famílias Kulina que tem casas na cidade de Carauari **Junho 2022**		
	Nome	**Bairro**
01	Manoelzinho	Flutuante no sacado Carauari
02	Cara	Flutuante no sacado Carauari
03	Elizabeth (hospedam: Rodsa, Cossaro, Siteri e Bufe)	Bairro da Ponte
04	Sama (hospedam: Jabora e Dahora)	Bairro da Ponte
05	Jabono (filha da Sama)	Bairro da Ponte
06	Amohua-Giovana (neta de Sama, filha da Jabono)	Bairro da Ponte

[297] "Essas famílias vivem de maneira relativamente similar aos seus antepassados, pois, como sujeitos históricos, não são estáticos, mudam com o tempo e no espaço, interagindo em condições históricas diferentes" (Benites, 2012, p. 97).

07	Badsireni e Majoro	Bairro da Ponte
08	Mahuija-Socorro	Bairro da Ponte
09	Suzana (hospeda Dioni)	Bairro da Ponte
10	Camano-Salim	Bairro da Ponte
11	Dsihuini-Zeneide	Bairro da Ponte
12	Nita	Bairro da Ponte
13	Birico	Bairro da Ponte
14	Iraci	Igarapé da Roça
15	Maria Eunice Kulina (filha do Ado e Maria Dsohe)	São Joaquim
16	Samuel (filho de Edi)	

Quando eu estava na cidade de Juruá, em 2015, em pesquisa de campo de doutorado, lembrei de perguntar por Rodsa (casa 22) e solicitei aos Kulina informações:

> [Genoveva] Cadê **Rodsa**? Irmã do Salvador?
>
> [Huaido] Rodsa, a velha? Está morando no **Ueré**.
>
> [Genoveva] Espera, e a **Amohua**[298]?
>
> [Huaido] Amohua tem uma filha e está grávida. Eu vi lá, em Carauari. Ela está magrinha, magrinha. As Amohua são magras (risos). O nome da irmã dela é Adriana, o nome dela em português é **Giovana**. A Amohua mora no **Ueré e em Carauari.**
>
> [Tone] Igual Madija daqui que tem casa aqui e no Jaci. Eles vão para o **Ueré**, fazem farinha, passam bem três semanas pra lá.
>
> [Huaido] Aqui também é assim. Eles vão para o Jaci e fazem farinha, voltam pra cá. Quando acaba farinha vão pra lá de novo. Fica lá, faz roçado novo também. Joppino está pra lá, ele colocou seis sacas de mandioca de molho. E a mamãe foi pra lá também. Mamãe (**Simahi**) disse que vai tirar goma. Mamãe mesmo que não se dá aqui (não se acostuma). Ela falava:
>
> - Quero ir embora, quero plantar.
>
> Até que acostumou um pouquinho, mas ela vai e volta. Tem que levar ela pra ver a casa dela. Papai (**Acora-Edmundo**) também era

[298] Amohua Kulina ou Amohua *onini dsati* (Amohua, a outra nova) tem nome igual ao meu, pois eu cortei o seu cordão umbilical, limpei e a massageei quando nasceu. Giovana-Amohua nasceu na aldeia Mapiranga (TI Kumaru), em 10 de abril de 1998.
Quando visitei os Kulina no Bairro da Ponte encontrei com Giovana-Amohua. Ela está casada com não indígena. Giovana-Amohua é neta de Sama (casa 31).

> desse jeito, ele gritava, reclamava para ir embora para a aldeia. Ele falava:
>
> - Vamos embora, eu quero ir embora, eu não quero *carihua,* não.
>
> Eu ficava com pena dele, ele não enxergava mais, não andava mais (cidade de Juruá, dezembro de 2015).

A concepção de território Kulina não nos permite reduzi-los ou enquadrá-los a classificação corrente de "índios na cidade", pois os Kulina extrapolam todas essas denominações generalizantes com suas múltiplas possibilidades de morar.

Por outro lado, os Kulina denominam "Comunidade de branco" os locais onde habitam os carihua (não indígenas).

Os Kulina falaram que agora não é mais o pastor Robson e nem o pastor Caio (Caio Valença, presidente da IEADAM/Carauari), mas a comunidade ribeirinha Gumo do Falcão que presta assistência religiosa às pessoas da aldeia Matatibem: "Pastor Caio que nos ajudou a acabar com o álcool, é da Assembleia de Deus, seis anos que tem igreja. Antes quem era o responsável era o pastor Robson, da comunidade Nova Esperança" (Horário dos cultos: sábado, as 19h00; domingo as 8h00; e quinta das 19h00 às 21h00). No dia 19 de maio de 2022 quando estávamos mapeando os lagos na Boca do Ueré, em companhia de Cara Kulina, encontramos uma canoa com três não indígenas missionários da comunidade Gumo do Falcão. Eles chegaram por volta do meio dia na aldeia Matatibem. A noite celebraram na igreja (que esteve lotada naquele evento) e dormiram na sede da igreja. Foram embora na manhã do dia seguinte.

Entretanto, há uma relação conflitiva com os moradores das comunidades não indígenas que estão dentro da terra tradicional Kulina (como veremos na Sétima Parte desse relatório). Pois os moradores dessas comunidades muitas vezes são aqueles que extraem recursos da TI sem o consentimento dos indígenas. Alguns não indígenas mantêm áreas de moradias sazonais, áreas de sítio e até roçados e pastos ao longo do rio Ueré, acima da aldeia Matatibem, mais à montante. O uso e ocupação dos não indígenas da terra tradicional impacta os recursos naturais e ameaça à integridade socioambiental da terra indígena e a sua sustentabilidade.

Nesse contexto a não demarcação do território coloca em risco a vida dessas pessoas, pois a invisibilidade de seu valor para o Estado e para a sociedade envolvente

permite uma violência contínua e disfarçada muitas vezes de "boa vizinhança". Ao mesmo tempo, a saída da terra tradicional para acessar serviços públicos básicos, força a migração de famílias para fora da TI ou para as cidades próximas, rompendo os processos próprios de aprendizagem e continuidade cultural.

7.2. Relações socioculturais com outros grupos indígenas da região

Os constantes deslocamentos dos Kulina, a dispersão dos mesmos nas margens dos rios Juruá e Jutaí, bem como a relação com os povos Kanamari e Deni (Jamamadi) foram registrados por Antônio José Bentes e Iza Maria Sousa, membros do CIMI. As informações a seguir constam no "Relatório de Atividades" de outubro de 1985:

> Os kulinas fazem muita peregrinação entre os rios Juruá e Jutaí, repercutindo com isso num frequente contato com os Kariú, principalmente ribeirinho. Várias famílias que hoje moram aqui (se referindo a aldeia Juruapuca), vieram do Macarrão ou de outros lugares do rio Jutaí. Existem também três Jamamady e uma Kanamari do alto Xeruã (Bentes; Santos, 1985a, s/p).

Conforme apresentado na Segunda Parte desse relatório (quando discorri sobre a relação entre terra tradicional, organização social e subgrupos), Viveiros de Castro (1978) alertou para a necessidade de ampliar os estudos das unidades sociais (subgrupos) devido ao fato do povo Kanamari (povo indígena de tronco linguístico Katukina e vizinhos históricos dos Kulina) também estarem organizados a partir desse modelo.

Os subgrupos Kanamari recebem o nome de um animal seguido do sufixo –dyapa. Quando o antropólogo Luiz Costa perguntou aos Kanamari sobre a existência de "–dyapa hipotéticos", eles responderam que não conheciam, mas que deveria existir. Indicaram ainda que tais subgrupos existiam entre os Kulina no Alto Purus, e afirmaram que os subgrupos madija dos Kulina eram idênticos aos seus. Da relação Kulina-Kanamari, Costa conclui que os Kulina são para os Kanamari "como uma espécie de inquietante alter-ego": mesmo que os Kanamari os considerem perigosos, "traiçoeiros" e propensos

a "inimizá-los", os Kulina podem tornar-se –tawari em certas situações, tais como trocas matrimoniais. Os Kulina "são quase iguais aos Kanamari" (Costa, 2007, p. 274, 228). Relembrando que Tastevin conta que o grupo Kulina da região do rio Marari era numeroso e denominado Kólö (uma espécie de rã) pelos Kanamari (Rivet; Tastevin, 1938, p. 73). É a partir dessa denominação que teria surgido o termo "Colo", "Colina", "Curina" e posteriormente, Kulina. Tastevin afirma ainda que toda a região é de ocupação tradicional dos índios Kulina, Kanamari e Deni (Jamamadi do rio Xeruã) (Tastevin, 1920, p. 132).

A forma como os Kulina concebem a territorialidade – e o contato com as frentes de expansão colonial – fez que os mesmos habitassem predominantemente as margens dos rios Juruá e Jutaí. Desta forma os Kulina se distanciaram de outros povos arawá – que habitam o rio Purus – e se aproximaram dos Kanamari e dos Katukina (falantes do tronco linguístico Katukina)299. Os Kulina passaram a estabelecer trocas históricas diversas com os Kanamari e os Katukina, e compartilham com estes povos aspectos xamânicos e mitológicos. Entre essas etnias há uma rede de intercâmbio que envolve alianças matrimoniais e xamanismo.

Os Kulina na TI Rio Ueré mantem interação estreita com os Kanamari que habitam as terras tradicionais no Taquara (não demarcada) e no rio Bauana (dentro da área reconhecida como RDS-Uacari).

Em 1992 a equipe indigenista do CIMI, que trabalhava com o povo Deni no Xeruã, ao descrever as ações desenvolvidas nos anos 1990-1992, apresenta um panorama geral da situação dos Deni no rio Xeruã. Contam que no primeiro semestre de 1992 aconteceu uma epidemia de sarampo entre os Deni na qual morreram 58 pessoas. Num trecho mais adiante, no qual relatam a situação da economia Deni, relatam a estreita relação entre os Deni e os Kulina no rio Ueré (Eré):

> A queda do preço da borracha fez com que os patrões do rio Xeruã, se interessassem pela madeira e carne de caça, levando os Deni das aldeias Madeira e Mutum a se deslocarem para a boca do igarapé Reseman, a fim de extrair madeira, gerando o fator determinante para a ocorrência da epidemia de sarampo; no local, na mesma época, chegaram várias

[299] Os Kanamari falam língua própria pertencente à família linguística Katukina, sendo que o termo *tüküna* é usado como autodenominação dos Kanamari e dos Katukina do Biá.

> famílias Kulinas, oriundas do rio Eré que transmitiram a doença (Jacintho; Gil, 1992, s/p).

A interação entre os Deni e os Kulina no rio Ueré perdura até hoje, mas é anterior ao aparecimento das etnias. Como exemplo apresento o caso das irmãs Siho (casa 28) e Sedsa (casa 16): as duas nasceram na aldeia Resemã e moraram no local por alguns anos. Atualmente na aldeia Terra Nova (TI Deni) moram os primos de Siho (filhos de Mahuadsi, irmã de Mazia); e na aldeia Morada Nova (TI Deni) mora o irmão de Siho, Comino (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Se fossemos utilizar como critério de identidade apenas a terra natal, Siho e Sedsa seriam Deni, mas o traço constante de identidade das duas não é a identificação étnica, ser Kulina ou Deni, mas a pertença ao subgrupo dsotomi madija (quati madija). Observamos como alguns subgrupos, como o dsotomi madija e jahua madija, estão na fronteira étnica entre os Kulina e os Deni. As pessoas que pertencem a esses subgrupos ora são identificadas como Deni, ora são identificadas como Kulina ou como Jamamadi.

São várias pessoas da TI Rio Ueré que casaram com Deni e foram morar na TI Deni. Em maio, por ocasião da pesquisa de campo, observei quando um grupo de homens, mulheres, rapazes e moças, partiram da TI Rio Ueré para a TI Deni. Avisaram que iriam participar da Assembleia Deni e do manaco (sistema de trocas) de torneio de futebol: Sinoca e Raimundo (casa 14); Lucia e Alessandro (casa 19), Jeová Aquino e sua Toho-Soraia (casa 28), Iré e Amoco (casa 35), Anona (casa 4), Janoha-Goiano (casa 8), Corime-Bufe (casa 25), José (filho Siho, casa 28), Josué (filho Siho, casa 28), Ppihui (casa 1), Rijo (filho Anona, casa 4), Anaho (casa 33), Adsaro (casa 31), Jassica (M, casa 27) e Mazinho (casa 27).

Sandro, filho da Quirija (casa 8) está casado com mulher Deni. Sibida (filha do Aro-Aroldo, sobrinha do Iba) casou com um homem Deni e mora na aldeia Itaúba. Ultimamente três rapazes Kulina no Ueré estão na TI Deni: Ericson, filho da Adriana (casa 15); e dois filhos da Siho (José e Josué). Eles foram para a assembleia e não voltaram. Alguns acham que os rapazes retornarão, outros apostam que contrairão matrimônio com moças Deni e não retornarão. Os Kulina disseram que ultimamente os novos casais tendem a fixar residência no Xeruã, independente do sexo. Uma viagem da TI Rio Ueré à TI Deni dura cerca de dois dias em um motor rabeta 13 hp (até aldeia Terra Nova), viajando sem parar para dormir.

Em novembro do ano passado (2021) os Deni vieram participar de um torneio de futebol na aldeia Matatibem. O evento coincidiu com o suicídio de Tonani-Rosa (filha da Maria Miranda: 03 de novembro de 2021): "Aí ficou triste o torneio. Mas eles conversaram e jogaram ainda". E depois ficou certo o manaco dos Kulina: jogar futebol na aldeia Morada Nova e na aldeia Itaúba.

Durante a realização da IV Etapa de Formação dos Professores Indígenas Kulina300 (Projeto Pirayawara), quando atuei como docente da disciplina de Língua Indígena (25 de novembro a 05 de dezembro de 2015), na região do Baixo Juruá; iniciei um debate sobre etnicidade e fluidez das fronteiras étnicas. Nesse sentido incentivei os Kulina a pensarem sua relação com o povo Deni. Desenvolvi essa atividade diretamente com os professores a partir de um texto escrito em língua Deni. Constatei que os Kulina conseguem ler e entender o que está escrito em língua Deni. Durante a leitura eles iam observando os vocábulos diferentes, contudo conhecidos por alguns. Mas os Kulina fizeram questão de frisar que os Deni são outro povo e possuem outra língua.

Quando os indaguei sobre a etnia das pessoas Kulina que moram na TI Deni e são casados com Deni, os Kulina afirmaram que eles viraram Deni. Para os Kulina uma pessoa vira Deni quando passa a falar a língua Deni, mora na TI Deni e come lagarta (larvas cultivadas no tronco das palmeiras de buriti)301. Para o professor Tone Kulina: "na verdade eles não são Deni, *deni* significa gente, muita gente, eles são Jamamadi".

Através desses relatos podemos encontrar pistas da forma como estes dois povos indígenas, tão semelhantes, constroem a sua etnicidade. Destaca-se também a dificuldade prática de estabelecer uma fronteira entre quem é Kulina e quem é Deni. Uma pessoa é Deni porque mora na TI Xeruã, come assim, fala assim. Mas ela pode ser filha de pais Kulina e ter nascido em terras Kulina[302]. O fato de "estar" ou de "ser" *madija* no Xeruã muda sua condição étnica, e o elemento que marca a diferença passa a ser o território

[300] Formação Inicial de Professores Indígenas (Projeto Pirayawara do Governo do Estado do Amazonas).
[301] "As larvas podem ser eventualmente adquiridas em troncos caídos encontrados na floresta, mas o que observamos foi diferente, algo que poderia ser considerado de semicultivo. Derrubam-se buritis, cujos troncos são deixados no solo, para que besouros depositem seus ovos na madeira. Depois de um mês, os índios vão até o tronco e o abrem para coletar as larvas que, depois da eclosão, engordaram e cresceram alimentando-se da matéria orgânica vegetal. Observamos duas destas coletas, cada uma rendendo mais de dez larvas grandes. O consumo de mel foi observado em duas casas, evidenciados pela presença de favos de cera embaixo das mesmas, e por caçadores que voltavam comendo também as larvas no interior dos favos" (Pezzutti; Chaves, 2009, p. 134).
[302] "No Xeruã, há algumas famílias Kulina vivendo em aldeias de predomínio Deni e vice-versa, sendo comumente frisada a identidade Kulina quando mencionam essas pessoas. A divisão interna aos Deni, por sua vez, raras vezes é listada gratuitamente" (Florido, 2013, p. 122, nota: 167).

físico. Nesse sentido o território é possível de marcar a diferença, mesmo que fluída e contextual. E a identificação como membro das etnias oficializadas: Kulina ou Deni é uma condição meramente situacional. Quer dizer, depende do local onde a pessoa está, do interlocutor e dos jogos políticos.

Quero ressaltar que os Kulina e os Deni não vivem em conflitos diários visando estabelecer fronteiras étnicas. Os conflitos e alianças giram em torno de outras questões, pois no fundo todos são um pouco de tudo, todos são "misturados". Ao mesmo tempo é necessário observar como os Deni e os Kulina, tão próximos e tão misturados, são capazes de constitui-se etnicamente a partir de critérios de diferença e de "simultaneidade". Critérios pautados em: conflitos de poder; xamanismo; unidade linguística; alimentação; e organização comunitária. Ou ainda através da forma de se relacionar com os *carihua* (por exemplo: o prestígio Deni decorre de uma presença constante de ONGs na TI Deni no rio Xeruã), pois o modelo de etnicidade Deni acabou se firmando e ficando reconhecido, na região, como o não Kulina, "o índio bom"[303]:

> Essa afirmação é dos próprios Deni, de que os coletivos foram tendo encontros que levaram à constituição dos Deni. Um desses encontrou foi com os Kulina, mas as diferenças linguísticas fizeram com que eles mantivessem identidades separadas. Na percepção Deni, a relação entre sua língua e a kulina é a mesma que existe entre o português e o espanhol. (deni:kulina::português:espanhol) (Florido, 2013, p. 122 nota 166).

[303] O colonizador – a partir de mecanismos de oposição entre "nós e eles" – cria o "bom e o mau" índio. Nesse cenário os Deni – e de certa forma os Katukina do rio Biá – ocupam o imaginário regional de "índios bons", enquanto que os Kulina estão no polo oposto.

IV – Quarta Parte

Meio ambiente

	Portaria n° 14/MJ/96:
	Meio ambiente
a)	Identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena;
b)	Explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias.

8. Classificações etnoambientais e as áreas imprescindíveis para os Kulina na TI Rio Ueré

Para os Kulina há duas épocas distintas que marcam o tempo: *dsadsajade*-inverno (ou águas fundas) e *huajano*-verão[304]. Todos os acontecimentos (nascimento; casamento; morte...) se desenrolam a partir desses marcadores. Contudo, a "medida de tempo" é o *huajano*-verão. Assim, é possível saber que algo aconteceu há *ojari*-um, *pamahui*-dois, ou *pamatojari*-três verões (a partir daí serão muitos *huajano*-verões).

Acontecimentos em menor escala são "contados" a partir do "calendário lunar", onde o que classificamos como mês seria mais ou menos equivalente ao aparecimento da lua quarto crescente-*abadsico dsati* (quando é possível ver a lua nova no céu, os Kulina falam que essa é a lua de tal mês, numa aproximação ao nosso calendário). Entretanto, os Kulina possuem termos básicos para as fases da lua: *abadsico dsati*-lua nova; *abadsico imehi*-lua cheia; *abadsico toccadsidsihui*-lua quarto minguante; e *abadsico cahittahui*-lua quarto crescente. Há outras classificações de tempo e ambientes em Kulina, como: hoje-*jidapana*; amanhã-*dsamassa*; noite-*dsome*; cheia, enchente-*ppani*; cacimba, vertente, olho d'água-*ppadsanani*; remanso pequeno, redemoinho-*toquedsahuaja*; e várzea-*bijini huapidsa*.

[304] Huajano também significa cigarra; e nome feminino.

> [Cara] *Dsama cara*: terra firme; praia-*siqui*; restinga-*dsama tabodi*; várzea-*dsama tabodi*, igarapé-*bijini*, igapó-*ssatabaqui qquihui*; rio-*hueni*; lago-*coridsa*; paraná-*coridsa issoni*, canarana-*ssanapa*; capim membeca-*mina*; ressaca-*passo nabotani*. Quando igarapé central vaza, todo peixe sobe.
>
> *Ata* são os chupadores (barreiros) na mata. Lá ficam as antas, os queixadas, os veados e os porquinhos para lamber o sal (do solo argiloso).

A vida Kulina se movimenta em torno do *dsadsajade*-inverno e do *huajano*-verão. O início do *dsadsajade*-inverno coincide com a época de fartura de frutas silvestres (principalmente o açaí). É tempo de grandes caçadas, pois com a inundação de parte da floresta, a caça fica acuada em capoeiras e restingas (pequenas ilhas) e fica mais fácil abatê-la com pouco recursos. A época do inverno é marcada também pelos acampamentos no centro da floresta, onde toda a família (ou apenas os homens) fica por vários dias envolvida em atividades de coleta (cipós, palhas e frutas), caça e pesca. O empreendimento se torna viável, pois a cheia dos rios e igarapés torna mais fácil o acesso ao Alto Ueré e o transporte dos recursos. As viagens são vantajosas devido ao acesso aos furos (atalhos pelos igapós) e a melhora na navegabilidade, pois a cheia do rio deixa submerso muitos troncos e árvores caídos nos cursos dos igarapés.

No fim do inverno, ao ouvirem os trovões dos temporais do verão, os Kulina falam que é um aviso: "os tracajás estão subindo as praias para desovar". E ficam entusiasmados diante da perspectiva de acampar nas praias para comerem peixes e tracajás assados; nas margens dos rios, lagos e igarapés (vimos desde Chandless e Tastevin que Kulina não possuíam canoas, mas isso não os impedia de realizar acampamentos nas praias do Juruá para comer peixes e quelônios). O fim da temporada da coleta de tracajás, nas praias, coincide com a época de encoivarar os roçados novos e limpar os roçados antigos. O plantio do roçado novo (mandioca, macaxeira, abacaxi, banana...) acontece geralmente no fim de outubro e início de novembro. Porém, quando o verão está chegando ao

fim e os Kulina ouvem os tucanos cantarem, falam: “Amohua, você está ouvindo o tucano? Eles cantam-choram com saudades do açaí”.

Badsirani (liderança, merendeira e filha do pajé Majoro) deu um depoimento sobre a vida na aldeia Matatibem no inverno e no verão:

> Fica um lago na frente da nossa casa (no verão). Na frente da casa da Zefinha também fica um laguinho no verão. Dá muito peixe, jaraqui, piau, cará, traíra...É assim. Pra cá também, por esse caminho, por trás do campo, é um igarapezinho igual a esse igarapezão aí (Ueré). Aí fica lá para dentro, igarapezinho, bem assim, água igual de torneira a água de lá, bem friinha. O pessoal às vezes toma banho lá. Lá mesmo tem muita traíra mapa, tudo grandão, o pessoal pega no anzol. O pessoal às vezes eles comem o peixe assado lá. *Huasa*, *acomi*, *aba macco, jiquejerade* (Tradução: tem bodó e piranha, muitos peixes). Eu acho bom no verão também.
>
> Nesse estirão aqui de frente da aldeia Matatibem pegava pirapitinga, matrinxã de linha, pacu, aruanã. Pegava peixe de anzol igual hoje pega de malhadeira. Com “joão mole” (fruta) puxava, puxava, pacu. Pirapitinga pegava muito na isca.
>
> Os peixes descem e depois sobem de novo, ficam lá de cima no Ueré. Eles descem para desovar lá em baixo. Depois que nascem eles sobem, mas vão ficando por aí, pra crescer. No dia que estava passando mesmo, deu muito matrinxã. Passam aqui na frente da aldeia. Aí na boca do Ueré fica cheio de *carihua* (não indígenas).
>
> A gente come muito matrinxã assado com macaxeira. Tem muito peixe ainda escondido, debaixo das árvores, no inverno.
>
> Se matar cobra grande, o lago seca. Quando *maccape* vai embora ela deixa praia no lago (aparecerá nova praia no verão). No verão *maccape* fica no poço dela.
>
> Matrinxã fica também por aqui. Quando tá secando pega muito matrinxã de anzol e de linha. *Jassica* (boto), quando tá cheio o Ueré (rio), ele fica por aqui. Quando tá seco ele desce pra baixo, lá pro Juruá (rio). Pirarucu novo também a gente vê aqui, na frente da aldeia, no verão (perto casa da Zefinha). Ver de ninhada no rio que parece traíra, a mãe protege os filhos na boca.
>
> No verão tem muita fartura de aruanã. Fica igual cobra. Madija não gosta muito de *bahuairo* (aruanã), gosta mais de matrinxã, *bama* (pacu), *amassiri* (tambaqui), *dsomohui* (piau), *huassa* (bodó). Eu acho bom “comer na beirada” (acampamentos de verão nos quais os Kulina ficam dias pescando e comendo peixes e tracajás assados). Pegar matrinxã e assar.

> Nós fomos lá pra cima (quando sua mãe Mahuija-Socorro ainda estava casada com Majoro). Onde o pessoal chama igarapé Matrinxã. Lá pra dentro mesmo tem um igarapezinho. Pra dentro do igarapé assim, lá de trás. Nós fomos lá por terra mesmo. Chega tem matrinxã igual piaba, de primeiro, né (antigamente). O papai pegava muito matrinxã e a mamãe colocava em enfieira. Nós descamamos e assamos. *Bicatani nanidsa mamore! Sibatahui mamore!* (Tradução: Muito bom os matrinxãs de lá! Muitos matrinxãs)
>
> Antes a gente não tinha máquina de bater açaí, tinha que bater na mão. Aqui tem muito açaí. De primeiro pisava no pilão também, na gamela. Papai fazia, aí passava para a peneira. Patauá e bacaba também bate na máquina. Buriti estão tudo maduro (aldeia Matatibem, 04 de junho de 2022).

Nas palavras da ambientalista do grupo de pesquisa da TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 91), "atualmente os ciclos temporais que influenciam diretamente a forma como os Madija organizam suas atividades e o uso dos recursos naturais, tem correspondência com o regime hídrico da região e os ciclos de inundações, e coincidem com o sistema de classificação amazônico, marcado por duas estações: inverno e verão. O verão tem início em maio e vai até final de setembro, sendo considerado o período seco, em que quase não chove. Para os Madija, o verão é considerado a época de botar roçado, construir casas e fazer os acampamentos de pesca na beira dos lagos. Quando finaliza a safra do açaí e os cachos de patauá e os frutos da palma ficam maduros, é o sinal de que começou o verão. É nesta época que o rio começa a secar e aparecer as praias. O período da vazante dos rios se caracteriza pela abundância de alimentos silvestres e cultivados. Os peixes-boi e ariranha começam a aparecer nos poços de igarapés e lagos, os tracajás e tartarugas começam a aparecer nas praias. O inverno começa em outubro, se estendendo até fim de abril, é a época das grandes chuvas e das cheias dos rios. Época da piracema, a 'arribada' de várias espécies de peixes, que sobem para as cabeceiras dos rios e igarapés para se reproduzirem. O inverno é época de fartura, muitas frutas da floresta estão produzindo, o que atrai também os animais de caça. Muitos animais ficam 'presos' nas áreas de restinga por conta das alagações."

8.1. Classificações etnoespaciais

Conforme descrito no relatório ambiental anexo (Ramalho, 2022), dados de um levantamento etnoecológico anterior entre os Kulina do Alto Purus (Araújo, 2012) demonstram uma relação direta entre os conceitos nativos referentes a unidades da paisagem /lugares e a respectiva cosmologia, segundo a qual o plano visível em que vivemos relaciona-se intrinsecamente com outras dimensões espaciais invisíveis. Esses dados são importantes para o entendimento de como os Kulina classificam o espaço (dimensão visível e invisível), onde se insere a TI Kulina do Rio Ueré, a partir de suas próprias categorias culturais.

Quadro 8 - Cosmologia Kulina: paisagens e lugares (Fonte: Pollock, 1985, p. 59-60)[305]

Cosmologia Kulina: paisagens e lugares	
Classificação etnoespacial	**Descrição**
Meme esseni	É o céu visível à luz do dia que está acima da terra ou "céu nublado". É a área em que os pássaros voam, os aviões são vistos passando por cima e as nuvens flutuam.
Passo dsamarini	É o céu localizado entre o *meme esseni* e o *meme ssoeni.* É a terra da chuva e da água. Este nível é o lar dos heróis mitológicos, aqueles seres que criaram o mundo, as pessoas e as outras criaturas. *Kira* é a figura proeminente neste patamar, o ser que formou os humanos a partir da semente de coco ouricori. Ele mora no *passo dsamarini* com seus irmãos, *Idsohua* e *Tamaco*. O *passo dsamarini* e o submundo (*nami bodi*) é quase uma duplicata do mundo terrestre: possui uma grande aldeia, roçados e assim por diante. A região possui um grande lago com enormes rochas. O trovão é produzido quando essas rochas se chocam, espirrando água que cai como chuva na crosta terrestre (*nami*). Os Kulina discernem este papel de produção de chuva como a função atual única, mas ainda assim crítica, do *passo dsamarini*. Sem água, diz-se, a comida não cresce e as pessoas têm sede.
Meme ssoeni	Está localizado no nível mais alto. É o céu azul-escuro visível à noite, é onde as estrelas estão localizadas.

[305] Quadro elaborado por Genoveva Amorim.

Nami	Terra palpável, conhecida e habitada preferencialmente por todos os humanos. É a crosta terrestre, o nível no qual os humanos interagem com o submundo e a terra da água. Na visão Kulina a crosta terrestre é mantida pela interação com esses outros níveis.
Nami bodi	Localizado abaixo da crosta terrestre. O *nami bodi* (literalmente "subterrâneo") é quase idêntico à crosta terrestre. Também possui florestas, rios, animais e aldeias. É o reino dos mortos e dos que ainda não nasceram. Os mortos e os que não nasceram integram a classe geral dos espíritos conhecidos como *tocorime*. Espíritos que vivem de maneira semelhante à dos humanos e animais terrestres.

Segundo Ramalho (2022, p. 89), "no *Nami*, lugar onde os humanos Madija habitam, existem diferentes ambientes e paisagens. Geralmente a classificação de unidades de paisagens e ambientes levam em consideração a combinação de tipos de solo, vegetação e relevo/ localização da área". O levantamento feito entre os Kulina do rio Ueré pela ambientalista do grupo de pesquisa identificou unidades de paisagem similares a algumas existentes na TI Kulina do Igarapé do Pau durante levantamento etnoecológico das terras indígenas da bacia do rio Juruá (FUNAI/ PPTAL/ GTZ, 2008 *apud* Ramalho, 2022).

Quadro 9 - Classificação Kulina de unidades de paisagem na TI Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 89)

Paisagem	**Descrição**
Várzea/ Terra baixa/ Baixo	Correspondem às planícies de inundação que são representadas por uma faixa de largura variável ao longo dos rios e igarapés. A concepção dos Madija de área de várzea é diferente do usual em outras partes do Amazonas, para os Madija, a várzea está associada com o igapó, com o local está alagado chamam de igapó, quando abaixa a água do igapó, vira a várzea, mesmo quando o rio ou igarapé que alaga, tem água preta.
Dsama cara/ Terra firme	Consistem nas áreas que comumente não são inundadas pelas águas dos rios, possui solo de areia e argila coberto por uma camada de matéria orgânica, e é considerado o local mais adequado para a construção de casas, implantação dos roçados e coleta de frutos silvestres e cipós. Possui tipos de

	vegetação de mata bruta e capoeira. A mata bruta é uma mata fechada, densa, o mesmo que "mata virgem". E a capoeira é uma vegetação de origem antropogênica, onde provavelmente existiu um antigo roçado ou pasto de criação de gado, que foram abandonados e, portanto, a vegetação natural voltou a se desenvolver. Dependendo do estágio de sucessão em que a capoeira se encontra, pode ser denominada de capoeira alta (mais antiga) ou capoeira baixa (mais nova).
Ssiqui/ Praia	São pequenas extensões de areia fina na beira do rio, enriquecidas anualmente com nutrientes provenientes das alagações na época das chuvas. Local onde os Madija costumam fazer o roçado de praia, para plantar milho, melancia, feijão e jerimum.
Restinga/ *Dsama tobodi*	É uma ilha, no período da alagação fica cercada de igapó, e na vazante, se forma a várzea. O solo é de barro duro e vermelho parecido com de terra firme, e a vegetação também é parecida.
Beira dos lagos	Ambiente formado na beira dos lagos. Local onde os Madija costumam fazer os acampamentos de verão, para pescar.
Beira de igarapé	Ambiente formado na beira de igarapés. Local de caça, onde encontram "barreiro" de anta e outros animais de caça.

(Fonte: FUNAI/ PPTAL/ GTZ, 2008 *apud* Ramalho, 2022, p. 89)

Ainda segundo o relatório ambiental referido, "além desses ambientes, os Madija classificam também áreas com manchas de vegetação, onde predominam determinadas espécies, especialmente palmeiras, como jarinal, tucumanzal, buritizal e açaizal, todas associadas com ambientes à beira de igarapé, e jarinal e paxiubal mais predominante próximo às nascentes dos igarapés. As águas formam também ambientes que são identificados pelos Madija de acordo com as formas dos cursos d´água e o tamanho. Os Madija do rio Ueré classificam os recursos hídricos nas categorias: rios, lagos, igarapés, paranás, igapós e poço ou remanso" (Ramalho, 2022, p. 89-90).

Quadro 10 - Classificação Kulina das águas (Ramalho, 2022, p. 90)

Nome	**Descrição**

Hueni/ Rios	O rio Juruá é considerado um grande rio que banha diferentes territórios Madija. É de água barrenta e formam as áreas de "várzea" no período das chuvas. As famílias da área de estudo, ficam na beira do rio Ueré, que tem a coloração de água preta, ou seja, menos sedimentos suspensos na água. O rio Ueré é afluente do rio Juruá, é de menor porte quando comparado ao Juruá que é um rio principal.
Coridsa/ Lagos	Há importantes lagos na área de estudo, alguns são formados pelas antigas voltas do rio Ueré, que se separaram do leito principal, mas que se interconectam com o rio na época das cheias. Existem muitas espécies de peixes que vivem, preferencialmente, nos lagos, como é o caso do pirarucu. Durante o verão há intensa atividade de pesca nos lagos.
Ssatabaqui qquihui/ Igapós	Os igapós são áreas frequentemente inundadas, principalmente no inverno, mas que podem secar no período do verão, na época em que não há ocorrência de chuvas. A água do igapó é preta.
Igarapés	São pequenos cursos d´água que ocorrem dentro da mata, geralmente possuem água mais transparente e com menos sedimentos que a água dos rios. Há inúmeros igarapés na área de estudo.
Dsajani/ Poço ou remanso	Os poços ou remanso ocorrem nos igarapés, geralmente depois de correntezas e movimentos de agitação intensa, correntezas que se tornam águas calmas, mansa. Nesses locais os Madija acreditam que é onde vive a cobra grande, tem muitos peixes boi e fartura de peixes. Eles relacionam a presença da cobra grande com a abundância de peixes.

(Fonte: FUNAI/ PPTAL/ GTZ, 2008 *apud* Ramalho, 2022, p. 90)

8.2. Áreas imprescindíveis na Terra Indígena Kulina do Rio Ueré

De acordo com Ramalho (2022) em termos sintéticos, a TI Kulina do Rio Ueré contém o eixo fluvial do Rio Ueré, afluente do Rio Juruá, com os vários lagos e igarapés associados, utilizados para a pesca, principalmente, e as áreas de floresta preservadas destinadas às atividades de caça, coleta e agricultura. Foram incluídas também algumas cabeceiras de rios de outras bacias, como o Rio Tefé, que deságua no Rio Amazonas, ou o Rio Tapauá, que desagua no Rio Purus, por estarem localizadas em áreas utilizadas para atividades de caça dos Kulina ou serem consideradas como importantes zonas de refúgio ambiental.

Conforme o relatório ambiental anexo, de Ana Luíza Melgaço Ramalho (2022, p. 76-77), que fez uma descrição detalhada da área, “as áreas imprescindíveis para os *Madija* do Rio Ueré consideram a visão dos mesmos sobre o território, durante o etnomapeamento, as entrevistas com informantes chave, diálogos semi estruturados e visitas guiadas. Foi possível fazer o levantamento e identificação das áreas específicas indispensáveis às atividades produtivas, ao uso e conservação dos recursos naturais essenciais à reprodução física e sociocultural do povo”. O levantamento se aliou a “observações em campo e à pesquisa de dados secundários, principalmente dos aspectos ambientais, e análises geoespaciais, que compõem as informações da área proposta”.

Ramalho (2022) dá destaque em primeiro lugar ao eixo fluvial e adjacências, em razão da sua grande centralidade para o modo de vida dos Kulina na região em questão.

> Para descrever as áreas imprescindíveis, é necessário começar pelas águas, por sua importância e papel de destaque no dia a dia dos Madija do Ueré na constituição de sua relação com a terra tradicionalmente ocupada. São inúmeros rios, igarapés, lagos e igapós que formam um emaranhado de corpos d´água e conectam os Madija com suas áreas de uso e ocupação. As áreas imprescindíveis para a reprodução física e cultural dos Madija vão desde o médio rio Juruá, adentrando pela foz do rio Ueré até suas cabeceiras, da porção norte à sudoeste da delimitação proposta. E é ao longo desse eixo fluvial que as principais atividades produtivas acontecem e a aldeia Matatibem se encontra, local onde as famílias Madija vivem e se organizam, com as casas distribuídas à beira do Ueré ao norte. Atualmente, as áreas utilizadas para plantios não são muito distantes da aldeia, podem ser divididas em três porções, os roçados e capoeiras à montante da aldeia, os de trás da aldeia e os à jusante. O eixo fluvial do Ueré e afluentes, somando os igarapés e lagos distribuídos entre a porção norte e noroeste do território, é onde a atividade de pesca Madija ocorre (Ramalho, 2022, p. 76).

A bióloga descreve também as áreas relacionadas aos rios que são importantes para a conservação dos recursos naturais. “Já as cabeceiras do rio Ueré, na porção sudoeste, tem sua importância para a conservação da principal

bacia hidrográfica utilizada na terra indígena proposta, além de ser o lugar de reprodução de muitos dos peixes encontrados na região. A área que engloba parte das cabeceiras do rio Tefé, localizado à nordeste, passando por toda área leste até parte das cabeceiras de afluente do rio Tapauá, no extremo sul, além de também contribuir para a conservação do recurso hídrico e de animais aquáticos, é uma área destinada pelos *Madija* principalmente para o refúgio dos animais, *dsama carahuaje bani*, 'lugar dos bichos estarem'. É a parte do território com maior extensão de terra firme, todo o lado oeste e extremo norte é de terrenos aluviais, com porções de planície de inundação e terraços fluviais" (Ramalho, 2022, p. 76).

Em outra parte, o relatório ambiental descreve a área utilizada para caça, que "abrange desde a parte norte, onde estão concentrados os varadouros de caçada, na região onde está localizada a aldeia Matatibem, descendo pela parte central até a porção sudoeste ao longo do rio Ueré e alguns afluentes, onde se encontram alguns barreiros e frutas silvestres que os animais se alimentam, constituindo os locais de caça. Em alguns lugares ao longo do Ueré na direção sudoeste, os *Madija* costumam fazer acampamento de caça" (Ramalho, 2022, p. 46). O relatório contém também as áreas destinadas ao extrativismo vegetal. "Ao longo desse eixo fluvial do Ueré, desde afluentes próximos à região de ocupação, onde estão as moradias e áreas de plantio, na porção norte da terra, até bem mais acima da aldeia Matatibem, à montante, é onde estão dispersos os principais recursos de extrativismo vegetal. Dependendo do recurso, a cada ano é utilizado um local de coleta, fazendo assim um rodízio e manejo entre as áreas para que sempre tenha disponível os recursos, como é o caso dos cipós ambé e titica, de significativa importância e utilidade para a cultura *Madija*" (Ramalho, 2022, p. 77).

Embora não vá ser feita aqui uma descrição das áreas voltadas à agricultura, é importante lembrar, conforme dito na Terceira Parte, que as áreas de roçado têm importância extraordinária para os Kulina, tanto do ponto de vista da reprodução física como cultural, mesmo se levando em consideração a mobilidade territorial que os caracteriza. Os Kulina não abandonam as áreas cultivadas e de sepultamento, mantendo relações em níveis diversos de

complexidade com esses lugares, pois são rotas de acesso ao mundo subterrâneo depois que as pessoas são sepultadas no local, tema a ser abordado na Quinta Parte.

A bióloga explica ainda os principais critérios para definição das áreas imprescindíveis à TI Kulina do Rio Ueré. “Em resumo, a definição das áreas imprescindíveis aos Madija do Rio Ueré em termos ambientais, considerou as áreas destinadas às atividades produtivas, as áreas de uso e conservação dos recursos naturais e conhecimentos madija associados, e as áreas de conectividade, que envolvem a capacidade das unidades de paisagem de facilitar os fluxos biológicos, garantindo a sustentabilidade do território e da reprodução física e cultural dos Madija” (Ramalho, 2022, p. 76).

Para acompanhar a descrição dessas áreas imprescindíveis, é importante a visualização do Mapa 02: Ocupação e Uso dos Recursos, com a delimitação e abrangência da área imprescindível, que consta nas páginas iniciais desse relatório.

8.3. Áreas de pesca

A atividade de pesca é essencial ao povo Kulina, conforme demonstrado na Terceira Parte, e a TI Kulina do Rio Ueré tem o Rio Ueré e os lagos e igarapés adjacentes como principal fonte de recursos pesqueiros. O quadro a seguir, elaborado pela bióloga do grupo de pesquisa, apresenta os nomes dos principais lagos, paranás e igarapés da terra indígena, próximos dos limites norte, nordeste e noroeste, os quais podem ser visualizados em maior detalhe no Mapa 02: Ocupação e Uso dos Recursos (início desse relatório). Conforme Ramalho (2022, p. 79), os lagos têm “tamanhos variados, alguns bem grandes e com abundância de peixes”, onde os Kulina “costumam empreender expedições de pesca e em alguns deles, acampamentos no verão”.

Quadro 11 - Principais locais para pescaria dos Kulina na parte norte, nordeste e noroeste da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 81)

Nome	Atividade	Período	Peixes mais encontrados

Lago do Pacú	Acampamento de pesca na beira do lago para comer bodó assado e ovo de jacaré e tracajá, pescam peixes pequenos para consumo	Verão	Arraia, bodó, cará, carauaçu, cuiú cuiú, curimatã, jacaré, jaú pequeno, jaraqui, mandí, mocinha, pacú, piranha, piau, pirarara, poraquê, surubim, traíra, tucunaré, sulamba, tracajá, tartaruga
Lago Carababazinho	Pescaria de pirarucu e quelônios, fazem acampamento de pesca	Verão	Bodó, pirarucu, tartaruga grande, tracajá
Lago Redondo	Pescaria de peixe de couro e pirarucu para consumo	Verão	Caparari, boto, jundiá, peixe boi, pirarucu, surubim, tartaruga
Lago Cumprido	Pescaria para consumo	Verão	Cachorrão, carauaçú, pescada, sardinhão vermelho, boto
Lago Ueré	Pescaria para consumo, fazem acampamento. Tem desova de tracajá na beira do lago.	Verão	Bodó, cará, piranha, pescada, pirarara, pacú, peixe-boi, surubim, tracajá
Lago Camaleão	Pescaria de pirarucu	Verão	Cará, pirarucu
Lago do Peteca	Pescaria para consumo	Verão	Aruanã, carauaçú, tucunaré
Lago Sucurijú	Pescaria para consumo, e fazem varadouro para aldeia Matatibem. É um dos lagos	Verão	Caparari, carauaçú, curimatã, matrinxã, mocinha, pacú, piau, tambaqui, tartaruga

	com maior exploração de pesca comercial por não indígenas.		
Lago Bananal	É muito usado pelos Madija, as famílias costumam deixar a canoa no verão para pescar, fazem acampamento de 2 a 3 dias, comem bodó assado. No verão os homens chegam pelo varadouro para pescar e caçar.	Vazante (fim do inverno)	Bodó, pirarucu, tracajá, tartaruga,
Lago do Jacaré	Pescaria de pirarucu	Verão	Jacaré açu e pirarucu
Lago do Cigano	Pescaria de pirarucu e	Verão	Aruanã, caruaçu, pirarucu, tucunaré
Lago Paranazinho da Samaúma	Pescaria de tambaqui e pirapitinga. O pessoal da comunidade do Roque da Resex Médio Juruá, vão pescar no verão.	Verão	Tambaqui, pirapitinga e pirarucu.
Lago do Xibé	Pescaria, fazem acampamento	Verão	Não especificado
Lago Ariramba	Pescaria de tucunaré	Verão	Tem muito tucunaré
Paraná da Cruz e Paranazinho da Samaúma	Pescaria de pirarucu e quelônio	Vazante e Verão	Aruanã, pirarucu, tartaruga, tambaqui

Furo e igarapé Sucurijú	Pescaria de peixes para consumo	Verão	Caruaçu, pirapitinga, piranha caju, tucunaré
Igarapé da Campina	Pescaria de peixes para consumo. Tem entrada para a cabeceira do lago Sucurijú.	Verão	Tambaqui pequeno, pirapitinga.
Igarapé do Moquém	A boca deságua no lago Sucurijú, há pressão de pesca de não indígenas	Verão	Não especificado
Igarapé Jiburí	Pescaria para consumo	Verão	Caparari, curimatã, matrinxã, mocinha, pacú, piau, tambaqui, tamoatá
Rio Ueré	Pescaria para consumo	Inverno/ Verão	Curimatã, jaraqui, matrinxã e piau
Rio Juruá	Pescaria de peixe de couro, para consumo e comercializam quando há necessidade. Pescam quelônios. Tartarugas desovam nas praias do rio Juruá.	Verão	Bacú de ferro, caparari, surubim, tambaqui, tartaruga
Lago "sem nome" tem muito pirarucu	Pescaria para consumo	Verão	Pirarucu
Lago do "Aruanã"	Pescaria para consumo	Verão	Aruanã, bodó, curimatã, carauaçu, quelônios, piranha, tucunaré

Lago "sem nome" tem muito tamoatá	Pescaria para consumo	Verão	Tamoatá, tambaqui, pirarucu

Em outro quadro do relatório ambiental, são listados os principais locais de pesca dos Kulina na parte central e sudoeste da terra indígena. "Diferente da região norte, onde estão concentrados os lagos da Terra Indígena, na parte central e sudoeste tem dezenas de afluentes ao longo do Rio Ueré, que são usados principalmente no período de inverno. Os principais locais de pesca nessa região são os poços que se formam ao longo do rio Ueré e a foz de alguns afluentes à montante do Ueré" (Ramalho, 2022, p. 81).

Quadro 12 - Principais locais para pescaria dos Kulina na parte central e sudoeste da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 82)

Nome	**Atividade**	**Período**	**Peixes mais encontrados**
Igarapé Cachaça	Fazem acampamento de caça e pesca	Inverno/ Vazante	Matrinxã, jaraqui, mamorí, tracajá
Igarapé Boa Fé	Fazem acampamento de caça e pesca	Inverno/ Vazante	Matrinxã, jaraqui, mamorí, tracajá
Poços ao longo do Rio Ueré	Pescaria para consumo	Inverno/ Verão	Matrinxã, curimatã, jaraqui, piau, peixe boi
Igarapé Cauxí	Pescaria para consumo	Verão	Matrinxã

A região do Ueré é conhecida pelos antigos Kulina como local de muitos matrinxãs. Os matrinxãs são os peixes por excelência no cardápio Kulina. Famílias sobem o rio Ueré para capturar matrinxãs e passam dias acampadas em pescarias. Há um conhecimento específico que é acessado para capturá-lo: conhecimentos relacionados aos hábitos alimentares e aos locais onde a espécie se encontra em diferentes épocas do ano. Por outro lado, os matrinxãs, na época

da desova, descem o igarapé até o rio Juruá. Quando o cardume passa na frente da aldeia Matatibem causa um grande alvoroço e alegria. Os Kulina querem preservar os matrinxãs, para a segurança alimentar, mas também porque a espécie tem relevância simbólica: nomeia um subgrupo (*mamore madija*) e está presente em cantos do ritual do *odsosse*, que precede o grande ritual do *Ajie-Coidsa.*

De acordo com Lorrain (1994) o *Odsosse* é uma maneira agradável e eficaz de produzir alimentos em abundância e pode ocorrer a qualquer momento quando as mulheres estão insatisfeitas com a caça ou a pesca dos homens. Porém, o *Odsosse* está relacionado também a grandes festas como *Ajie* (ou *Ejete*) e *Coidsa*. Em sua grande maioria os cantos do *Odsosse* são uma ordem e uma forma de provocação sexual das mulheres para com os homens (pode ocorrer *odsosse* revertido; isto é, *odsosse* onde são os homens que ordenam que as mulheres providenciem alimentação). A seguir apresento um canto do ritual *Odsosse*:

Idi ponima tia odsosse jerani (bis)

mamore tohui tia odsosse jaro (bis)

Ini ponima tia odsosse jerani (bis)

Poho tohui tia odsosse jaro (bis)

Idi ponima tia odsosse jerani (bis)

Maraca tohui tia odsosse jaro (bis)

[Tradução[306]]

Vovô à toa você não obedeceu à ordem

Vá pegar matrinxã no (para o) ritual.

Vovó à toa você não obedeceu à ordem.

Vá ao roçado pegar macaxeira no (para o) ritual.

[306] A transcrição e tradução são minhas.

Vovô você não obedeceu à ordem

Vá pegar açaí no (para o) o ritual.

8.4. Áreas de caça

Em termos gerais, as atividades de caça se relacionam aos varadouros que os Kulina percorrem na TI Kulina do Rio Ueré. Segundo o relatório ambiental de Ramalho (2022, p. 82), a atividade de caça no cotidiano ocorre nos varadouros próximos da aldeia Matatibem, "principalmente em locais de caçada perto do Igarapé do Café e da Restinga do Monteiro, os locais próximos do Igarapé Santarém e Igarapé Cajueiro também são muito usados". Conforme pode ser melhor visualizado no Mapa 02: Ocupação e Uso dos Recursos, os varadouros mencionados estão "localizados na porção norte, nordeste e noroeste, indo para a parte central da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré. Os outros varadouros e locais de caça dessa região são usados no período do verão. Da Restinga do Monteiro vão pelo varadouro até a na beira do Lago Carababa, onde costuma ter muita queixada no verão. E do Igarapé Cajueiro vão caçando pelo varadouro que vai até o pique de caçada do Igarapé Moquém, perto do Igarapé Sucurijú. Os *Madija* não costumam passar de lá, para não encontrar com os não indígenas, que vem da cidade de Carauarí no verão, para caçar, entram pelo Igarapé Carababa e vão ficar perto do Igarapé Sucurijú, e caçar para trás" (Ramalho, 2022, p. 82).

No dia 22 de maio de 2022, eu e Ana Luiza (bióloga-ambientalista) fizemos uma caminhada com Cossaro pelo varadouro que inicia no quintal da aldeia e passa perto do cemitério e do roçado de Cara (mesmo caminho do *noma*) (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos). Saímos da aldeia sete horas da manhã e chegamos às cabeceiras do Igarapé do Café ao meio-dia. Paramos no local cerca de meia hora e voltamos. Chegamos à aldeia Matatibem às dezesseis e trinta horas. Durante todo o percurso Cossaro nos informou como o varadouro é utilizado para atividades de caça, mas também comentou como cada vez está mais difícil "topar" com bandos de queixadas ou antas. Tínhamos andado um pouco quando passamos por uma capoeira velha do Ado e por um roçado pequeno do Raimundo (casa 14).

No meio da floresta existe uma bifurcação: um caminho dá acesso igarapé Santarém, e o outro às cabeceiras do Igarapé do Café. O varadouro possui outros caminhos que dão acesso a coleta de frutas, como açaí e buriti, e a pontos de coleta de cipós: titica e ambé. Cossaro nos mostrou algumas árvores novas que poderão ser usadas para extrair madeiras no futuro, mas mostrou também trocos velhos de árvores que foram serradas.

Acessamos a cabeceira do Igarapé do Café depois de atravessarmos uma região de chavascal onde havia muitas palmeiras de açaí. Por todo o varadouro encontramos muitas palhas caranaí-*odsa*; as palhas preferidas dos Kulina para o telhado das casas. Percebi que o varadouro do Café-Santarém é um local de acesso exclusivo dos Kulina e eles gostam disso. Aquela é a única área da floresta onde as pessoas se sentem seguras para coletar cipós, frutas, caçar e pescar, pois sabem que não encontrarão não indígenas e não correm o risco de serem vítimas de armadilhas de caça. Por isso os Kulina solicitam a ampliação e a proteção de toda essa área de terra firme que fica atrás da aldeia e chega ao rio Tefé e ao rio Cancho. A região de terra firme do Alto Tefé é terra tradicional Kulina, pois no local Cara Kulina (casa 9) morou e trabalhou na extração de seringa e sorva (conforme depoimento na Primeira Parte desse relatório). O depoimento de Iba abaixo faz um breve relato sobre o uso dos varadouros.

> [Iba] Pelo Café (igarapé) sai no Santarém (igarapé). É perto assim, uma hora e meia andando da aldeia até o Café e uma hora e meia da aldeia até o Santarém, andando. Do Café para o Santarém, acho que dá uns 20 minutos. Lá do final, do caminho, do Café que a gente vara para o Santarém. E quando vai pro Santarém também pode varar pro Café. Há um caminho, varadouro, que sai da aldeia e dá acesso tanto ao Igarapé do Café como ao igarapé Santarém. Tem muito açaí. Buriti estraga muito, é difícil de carregar porque é longe. Mata queixada também (Conversa com Iba quando estávamos mapeando capoeiras, cemitérios e o igarapé Santarém, 17 maio 2022).

Os quadros abaixo contêm os principais locais de caça da TI Kulina do Rio Ueré. O primeiro, a seguir, contém os locais da porção **norte** da terra indígena, os quais podem ser visualizados no Mapa de Ocupação e Uso dos Recursos.

Quadro 13 - Principais locais de caçada dos Kulina da parte central para norte, nordeste e noroeste da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 83)

Nome	Atividade	Período	Animais mais mencionados
Beira do Igarapé Café	Muito usado para caçada	Inverno/ Verão	Porquinho, paca, tatu
Beira do Igarapé Santarém	Muito usado para caçada	Verão	Porquinho, paca, veado
Beira do Igarapé Cajueiro	Caçada, tem alguns piques com muita comida/frutas para os animais (massaranduba, açaí, buriti, coco jauarí)	Verão	Macaco barrigudo, queixada e paca, porquinho
Restinga do Monteiro	Caçam no varadouro que vai até o Carababa	Verão/ Inverno	Queixada, veado
Beira do Lago Carababa	Caçam na beira do lago	Verão	Queixada, veado, anta
Igarapé Moquém	Caçam desde o varadouro que sai do Igarapé Cajueiro até o Igarapé Moquém, perto do Ig. Sucurijú	Verão	Queixada, mutum, porquinho, jabuti

Segundo Ramalho (2022, p. 83), a respeito das áreas de caça, "na parte acima da aldeia Matatibem à montante do Ueré, na porção centro-sudoeste, é onde há locais de caçada usados principalmente no inverno. Os Madija costumam subir o rio Ueré, até quase a foz dos últimos afluentes, antes de chegar nas cabeceiras do Ueré, no início e no fim do inverno, correspondendo com a subida das águas e no início da vazante. A atividade de caça nessa área, por conta da distância da aldeia, costuma ser mais esporádica, e por isso concomitante a outras atividades, como extração de cipó e também a pesca. Os Madija aproveitam as expedições para essa parte do território para caçar, pescar e coletar cipós. Há muitos barreiros de anta e de outros animais de caça, onde há árvores de uxi, açaí, buriti,

massaranduba, principalmente em áreas próximas da foz dos igarapés que desaguam no Ueré, e da mata ciliar. Nessa região, os Madija costumam caçar mais na beirada dos igarapés, e aproveitam para pescar também. Costumam fazer acampamentos na beira do Ueré acima. Muitos preferem não adentrar muito na mata, pois em algumas regiões há muitas armadilhas de caçada de não indígenas".

O quadro a seguir descreve os principais locais de caçada na parte central e sudoeste da terra indígena.

Quadro 14 - Principais locais de caçada dos Kulina na parte central e sudoeste da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 84)

Nome	**Atividade**	**Período**	**Animais mais mencionados**
Beira do Igarapé Cachaça	Fazem acampamento de caça, caçam mais na beira do igarapé e várzea	Inverno/ Início do verão	Queixada, veado, anta, paca, macaco barrigudo
Beira do Igarapé Boa Fé	Fazem acampamento de caça, caçam mais na beira do igarapé e várzea	Inverno/ Início do verão	Queixada, veado, anta, paca, macaco barrigudo
Foz do Igarapé Poraquê	Muito usado para caçada	Inverno/ Início do verão	Veado, anta, paca, macaco barrigudo
Foz do Igarapé das Cobras	Muito usado para caçada	Inverno/ Início do verão	Veado, anta, paca, macaco barrigudo
Foz do Igarapé Apuí	Muito usado para caçada	Inverno/ Início do verão	Veado, anta, paca, macaco barrigudo
Lago Embaubinha	Muito usado para caçada	Inverno/ Início do verão	Veado, anta, paca, macaco barrigudo
Foz do Igarapé Campina	Muito usado para caçada	Inverno/ Início do verão	Veado, anta, paca, macaco barrigudo

Beira do Rio Ueré	Muito usado para caçada	Inverno/ Início do verão	

8.5. Áreas de coleta

Conforme demonstrado pela bióloga Ana Luiza Ramalho (2022, p. 84-85), além das áreas de pesca e caça, são essenciais também as áreas de coleta de recursos vegetais, na medida em que se trata de "uma atividade bastante diversificada que envolve múltiplas espécies vegetais, existentes em larga escala e com distribuição dispersa na área estudada. No Mapa de Ocupação e Uso dos Recursos Naturais, estão representados os principais pontos de coleta dos recursos mais utilizados, mas não quer dizer que somente ocorrem nas áreas indicadas".

Ramalho (2022) nota também que, assim como ocorre nas atividades de caça e pesca, "os principais pontos de coleta de recursos vegetais também seguem o fluxo fluvial do rio Ueré, na margem dos cursos d´água e florestas que se encontram mais próximas da aldeia. A escolha por esses ambientes deve-se ao fato de esta atividade estar relacionada a outras práticas, como mencionado. E claro, à situação de abundância dos recursos em diferentes unidades de paisagem" (2022, p. 85).

Os locais mais utilizados para coleta estão dispersos entre a região norte e centro-oeste, conforme o quadro abaixo.

Quadro 15 - Principais locais de coleta vegetal na Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (Ramalho, 2022, p. 86)

Nome	**Atividade**	**Período**	**Vegetais mais mencionados**
Beira do Igarapé Cajueiro	Coleta de cipós para fabricação de cestos e artesanatos;	Inverno/ Verão	Cipós: imbé, titica

	Coleta de palhas para construção, artesantos e confecção de vestimentas rituais; Coleta de frutas silvestres para alimentação		Palmeiras: tarumã, patauá, açaí, coco jací, paxiubão, paxiubinha, caranaí Frutas silvestres: uxi, castanheira Madeiras: miratauá, acapu, maçaranduba
Beira do Igarapé Santarém	Coleta de cipós para fabricação de cestos e artesanatos; Coleta de frutas de palmeiras para alimentação; Coleta de madeira para construção	Inverno/ Verão	Cipós: imbé, titica Palmeiras: açaí, patauá, dsiqui Madeira: miratauá
Beira do Igarapé Café	Coleta de frutas de palmeiras para alimentação	Inverno/ Verão	Palmeiras: tucumã, buriti, patauá, bacabão Produtos não madeireiro: copaíba, andiroba, seringueira Cipós: imbé, titica
Restinga do Monteiro	Coleta de produtos não madeireiros para fins rituais e medicinais; Coleta de cipós para confecção de cestos e artesanatos	Verão	Produtos não madeireiro: cipó e folhas que preparam o rami, chá de uso ritual e medicinal Cipós: imbé, titica
Beira do Igarapé Soveira	Coleta de frutas de palmeira para alimentação	Inverno	Palmeiras: açaí
Beira do Lago Ariramba	Coleta de flechal para	Verão	Flechal

	confecção de flechas		
Beira do Rio Juruá	Coleta de flechal para confecção de flechas	Verão	Flechal
Moradias antigas	Coleta de frutas de palmeiras para alimentação	Inverno	Palmeiras: açaí, buriti
Capoeiras	Coleta de frutas para alimentação	Inverno/ Verão	Palmeiras: tucumã, bacaba Frutas silvestres: marí, cupuaçu

Outros locais de importância para a coleta são as aldeias e moradias antigas dos Kulina os quais têm "como característica a presença de buritizais e açaizais, que são hoje um dos principais pontos de coleta dos cachos das frutas que complementam a dieta alimentar dos Madija" (Ramalho, 2022, p. 86).

As capoeiras, que são as áreas de roçados antigos, também são muito relevantes, pois "foram enriquecidas com espécies cultivadas e também silvestres, de grande interesse pelos *Madija* e que fazem parte da dieta alimentar das famílias. As áreas de capoeira são próximas dos roçados atuais e da aldeia Matatibem, são áreas cuidadas pelas famílias, e na época de frutificação, as famílias fazem a colheita" (Ramalho, 2022, p. 86).

Os símbolos no mapa de Ocupação e Uso dos Recursos Naturais que representam "Produtos Não Madeireiros", na região nordeste, na área de refúgio, conforme o relatório, referem-se a área rica em seringueiras, próximo ao rio Tefé, onde os Kulina extraíram látex no passado para os donos do seringal na época.

8.6. Áreas de refúgio da vida silvestre e/ou de proteção ambiental

Uma parte da área da TI Kulina do Rio Ueré diz respeito a áreas de refúgio da vida silvestre, que são importantes áreas de proteção ambiental para

resguardar a sustentabilidade da terra indígena a longo prazo. Nas palavras da bióloga do grupo de trabalho, "o fato dos Madija considerarem uma área 'para os animais silvestres estarem', *dsama carahuaje bani,* que é o que chamamos de área de refúgio, funciona como uma importante prática de conservação, que não impacta somente os animais, mas também toda a vegetação e ambiente" (Ramalho, 2022, p. 87).

A área pode ser visualizada no Mapa de Ocupação e Uso dos Recursos Naturais, que demonstra que "as atividades agroextrativistas se concentram no fluxo fluvial do rio Ueré. Não há ocupação e nem pressão de caça, pesca e extrativismo na área de refúgio, impactando positivamente o habitat dos animais. Considerando a dinâmica fonte-sumidouro, supõe-se que a área de refúgio funcione como habitat matriz para muitas espécies" (Ramalho, 2022, p. 87).

Em termos de localização espacial na terra indígena, "a área de refúgio corresponde a toda parte leste da terra indígena proposta, desde as cabeceiras do rio Tefé, na porção nordeste, descendo toda a área leste até o extremo sul, nas cabeceiras de afluente do rio Tapauá. Essa forma de gestão ambiental dos *Madija* permite a conectividade entre ambientes na região, sendo fundamental para o deslocamento de populações animais, possibilitando que haja fluxo genético entre populações" (Ramalho, 2022, p. 87).

Ana Luíza Ramalho (2022) também lembra o fato central de que essa forma de gestão ambiental "tem total coerência com a vocação da região onde a terra indígena está inserida, que (...) se insere em um contínuo de áreas protegidas que é parte do Corredor Central da Amazônia, que tem grande importância biológica e sociocultural, e visa a manutenção da conectividade dos ambientes nele inseridos" (2022, p. 87).

Dentro dessa visão, o conceito de conectividade de áreas protegidas é fundamental para propiciar a conservação e sustentabilidade dos recursos naturais da terra indígena, para garantir o bem estar econômico e cultural dos Kulina da TI Rio Ueré. Segundo Ramalho, (2022, p. 87), "a conectividade é uma propriedade das paisagens que influencia fortemente a abundância e a

distribuição da biodiversidade e é chave para entender as interações entre organismos e os processos ecológicos resultantes de tais interações. Como a conectividade da paisagem é afetada tanto pela estrutura da paisagem como pelo comportamento e características dos organismos, tanto fatores intrínsecos quanto extrínsecos devem ser considerados (Santos, 2018)".

O relatório ambiental conclui que a inclusão dessas áreas de refúgio, juntamente com a proteção das cabeceiras do Rio Ueré, uma parte da cabeceira do rio Tefé e da cabeceira de afluente do rio Tapauá, que foram incluídas na terra indígena, "são fundamentais para a qualidade dos recursos naturais e dos modos de vida, contribuindo para a sustentabilidade do uso dos recursos faunísticos, vegetais e hídricos, para a presente e futuras gerações *Madija*" (Ramalho, 2022, p. 87).

9. Principais conflitos socioambientais na terra tradicional Kulina no rio Ueré

Os conflitos entre os Kulina e os não índigenas pelos recursos da TI Kulina do Rio Ueré estão sendo apresentados de maneira variada ao longo desse relatório. Apresentarei aqui um resumo dos impactos da presença dos não indígenas no território Ueré a partir do Relatório Ambiental (Ramalho, 2022):

"17.2. Pesca predatória

[...]

Há em Carauari um grupo muito grande de pescadores comerciais, e uma colônia de pescadores antiga e com muitos associados, isso faz com que haja uma grade pressão sobre os recursos naturais da região. Os indígenas indicaram que os peixes essenciais para a alimentação Madija, estão se concentrando cada vez mais distantes da aldeia Matatibem. Relataram também, que o os peixes estão cada vez menor, está diminuindo o tamanho e a quantidade de peixes. Disseram que antigamente era uma abundância de peixes grandes, tambaqui, pirarucu, jaú, um maior que o outro, hoje em dia ainda há esses peixes, porém só os encontram pequenos.

Os não indígenas pescam no verão e inverno para comercialização. Na vazante vão atrás de tambaqui e no verão atrás de pirarucu nos lagos. Ao longo da enchente e vazante do rio, as invasões de pescadores não indígenas se tornam mais frequentes, entre os meses de dezembro e fevereiro a pressão ameaça principalmente o pirarucu, matrinxã, bagres e, em menor escala, os bichos de casco.

Esse tipo de pesca comercial é predatória, pois é feita pela prática de arrastão, e não há um manejo dos recursos. Os não indígenas colocam rede de arrastão de uma ponta a outra acima do lago Ueré, usam malhadeiras grandes e ficam pegando bicho de casco, peixes de couro, tambaqui, todo tipo de peixe, pois com esse tipo de pesca há um represamento dos peixes em grande quantidade e sem nenhuma seletividade. Quando não estão pescando nos lagos no verão, vão pescar no rio Sucurijú durante o inverno, onde estabeleceram bases de acampamento para esse fim.

A médio e longo prazo, a pesca comercial pode colocar em risco a subsistência do povo Madija, devido a forma como é praticada. A pesca no período reprodutivo dos peixes compromete a própria existência das espécies, a diminuição da quantidade de peixes é um impacto desse tipo de pesca predatória e a diminuição do tamanho dos peixes também, sem o manejo dos rios e lagos, não respeitando o período de reprodução e a pressão sobre as populações de peixes, também acarreta na diminuição do tamanho dos peixes. É imprescindível o reconhecimento da terra tradicionalmente ocupada pelos Madija, para lhes garantir o usufruto também dos recursos pesqueiros.

17.3 Caça predatória

A invasão do território Madija por não-indígenas para realizar caça predatória também é uma grande ameaça. A exploração desses recursos para serem comercializados clandestinamente ou até mesmo junto de produtos regularizados, em mercados da região e externos, como denuncia documento elaborado pelo CIMI (2019), altera a dinâmica ecológica e econômica dos Madija. A prática ilegal de caça tem ameaçado não só a saúde ambiental, como a integridade física dos Madija, já que a caça ilegal é realizada com armadilhas letais, feitas com armas de fogo. Há relatos de uma liderança Madija, de já terem ocorrido três graves acidentes.

Além de usarem armadilhas, os caçadores invasores também caçam com cachorro, espantando os animais de caça da região e interferindo nos caminhos e áreas de uso tradicional dos Madija, comprometendo suas práticas produtivas de caça, pesca e coleta de frutos, e de gestão do território. As áreas onde mais ocorre caça predatória é no alto rio Ueré, realizada pelos não indígenas que tem sítio e moradia na região, mas vivem em Carauari, e vão para o Ueré, alguns semanalmente para dentre outras atividades, praticar a caça predatória com finalidade comercial.

Outra área onde sofre impacto com invasão de caçadores, é na região dos lagos explorados para pesca comercial, na porção noroeste da terra. No período do verão, os mesmos pescadores não indígenas que vão pescar comercialmente, também praticam caça nos varadouros próximos. O que também comprometendo a atividade de caça dos Madija, que para evitar conflitos ou de se colocarem em perigo e serem atingidos pelas armadilhas, preferem evitar andar por essas áreas para caçar.

17.4 Exploração madeireira

No passado houve intensa exploração madeireira no território Madija, até a época que ainda existia a vila de Andrelândia. Dizem na região, que com a queda da exploração da borracha, os antigos donos de seringal migraram os negócios para exploração madeireira, e as famílias donas das antigas empresas madeireiras, hoje em dia são donas dos maiores comércios do município de Carauri, incluindo postos de combustível.

A exploração madeireira diminuiu, mas ainda é possível encontrar as áreas desmatadas. Como mencionado, muitas das áreas desmatadas estão associadas às áreas de ocupação de não indígenas. Atualmente, têm-se notícia de uma família que faz extração ilegal de madeiras nobres para construção e comercialização em larga escala, de canoas. Essa família tem um sítio na região acima da aldeia Matatibem, onde coincide com uma das áreas desmatadas. Essa situação é motivo de conflito entre os Madija com os não indígenas, em 2021 o cacique da aldeia Matatibem apreendeu uma canoa que foi feita com a extração ilegal de madeira.

Os indígenas relataram que por mês, deve passar mais de 30 canoas feitas com madeira retirada da terra Madija. Depois desse conflito direto onde uma canoa foi apreendida, as famílias não indígenas envolvidas com exploração dos recursos, seja a extração de madeira para fabricação de canoas, a caça para comercializar e os peixes, costumam viajar somente de madrugada, para que os indígenas não vejam a carga e os recursos que estão levando para o município de Carauari."

(Ramalho, 2022, p. 101-103).

9.1. Relatos dos próprios Kulina sobre as ameaças ambientais e os projetos de futuro: porque é necessário o reconhecimento da TI Rio Ueré

Nessa parte do relatório, irei concluir a argumentação com a fala dos Kulina em forma de depoimentos. Nessa série de depoimentos, as principais lideranças da TI (homens e mulheres) falam sobre as condições de vida atual, os conflitos com os não indígenas e a necessidade de preservação dos recursos naturais para assegurar o seu bem-estar e a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Dessa forma, alertam para a proteção dos lagos, dos rios, dos remansos, dos igarapés, dos igapós, da várzea, dos peixes, das árvores, dos jacarés, dos animais de caça, das cobras e dos bichos de casco. De maneira direta ressaltam a importância das "áreas de refúgio": *inequeriquihui huajine*=para reunir os animais; para preservar os animais.

Depoimento da liderança, professor e pajé *marinahua* Cossaro Kulina[307]

> Ajijaro dsama marcanani huajinepe badsima ia precisa inedsa dsama. Icca dsama marcanani inedsape iadsa bicatani tohui. Iadsa icca coridsa, bijini reserva nahuatona huajine. Iadsa aba tossiba huajine: huehe tossiba huajine, amassiri, ssibore, surubim, najari jicadsa carihuadeni jine. Jicajari icca aba tossiba jerahui. Maittaccadsamapa aba jicajarahui. Jidapanapa aba noerani, pirapitinga Uerédsa tojahirini. Najaro dsama marca ponima marcanani huajine jerani. Ojinodeni, ijacama, icca ato bodini taji. Najari potememanedsati cajicaji tocca nedsape dsama caperemanani tohui najaro. Carihuadsa huatti huatti nedsape jidapanape marcanani huajine icca dsama. Najaro aje ia naqui imejocohui carainani paji inanipe.
>
> Icca plantação huidsaja jadani, ssami, majonana, mappanoja najari badsima plantação naco ppainani huajine. Icca ejedeni ijinodenideni idsoqqueni naqui iccatocca maqqui ijidobadi toma conta nani huajine, icca plantaçãodsa, icca dsama marcanani tohui. Najaro ponima jerani precisa inedsa.
>
> Jidapanape icca ahua naqui madeira huajine icca odsa huajine, carihua inajiquemanedsa. Maitta huahuatitiredsa. Jidapanape iadsa anijaro icca dsama marcanani huajine, badsima precisa inani. Imejocohipe ohuape nahuatonani. Obodi precisa inani, aja ejedeni napimedsati ponideni ssamomotahui. Aniji iape precisa inani icca ahua odsa huajine, potememanedsati cajicaji nadsa tadsarideni ahua huissinani huajine nahuatone huajine najaro. Pohuadsa amossi najaro.

[307] Transcrições e traduções feitas por mim.

Criação naco pato, tacara criainani huajine jidinani huajine najaro. Icca dsama inajaro carihuadsa huatihuati najaro. Carihuapa badsima dsama tohui najaripa pohuama jerahui carihuapa nahuatotahui tarabaia nahui. Fazenda nahuatotahui huajine, boi criainani huajine, poroco crianani huajine, pato crianani huajine, tacara crianani huajine. Huidsaja nahuatahui huajine, jadani ppaitani huajine, majonana ppaitani huajine, mappanoja ppaitani huajine, laranja ppaitani huajine, dsahuida ppaitani huajine, badsima plantação jicajarahui. Carihua iboratahuipa plantaçao imehi nahuatotahui tohui najaro. Nama najari carihua: "ah! Iadsa dsama! Madijapa tarabaia quenajarahui. Madijapa ibobotahui, tarabaio ssamotahui". Obodi pensa nahui ssamotahui quenahui, iadsa carihuadeni. Neraha pina omittejerani nanijenani.

Carihuapa pajissa huati huati toque najari: "ah! Tiadenipe terra firme acco tique jerani? Ppatiquenaji? Pedro, coaje jadani? Coaje paridsa? Teccanimanaji mitteinana Carauaridsa. Dsinero tohui tiquenejerajaro nitide terra firme acco tiquejerani quequenahui iadsa". Jidapana ajijaro marcanani ajidsape badsima tarabainani huajine. Amoneje solteiro naqui tarabaianani danani. Ponima huima huati huati huajine nejerani. Dsahuida ppatani huajine, majonana ppatani huajine, jadani ppainani huajine. Ssamipe ibotahuicca ppappa. Ssamipe ponima ppati najaro tinebonahui huajano huahuadsa qquitanipe bono anini tohui. Ssamipe ibotahuicca ppappa, ssami jicajeranipe danani ritirani bononi, huatine rapariteraha danani dsinero ticcajinani najaro. Jidapanape icca dsama anidsape, iadsa bicatani tohui ejedeni potememanedsati dseinebohi nedsana pohuinaneje, icca dsama inebojerani tohui. Iquemahui naqui marcanani naqui icca dsama zelai nani huajine. Limpa imani huajine najaro, huati huati najaro. Huationapo manacana.

Icca dsama marcanani natinipe, jidacca manajari icca huima, plantaçãocca huima, banicca huima najaro. Icca bani cuidanani huajine cca huima, aba cuidananicca huima, ssibore cuidanani huajine.

Resolve nahuatone jine nahui natinipe iadsa bicatani huajine icca associação. Icca associação icca ttemenani huajine, papeope aniponi, funda nani huajine toa neraha para nedsape noerajaro ajijaro paje. Marcanani natinipe icca associação aje parente Deni nemainani jine. Denideni seinani jine. Icca associação funciona nani huajine, nanipe iadsa Deni tobiccani nani tohui, icca associação icca ttemenadsape. Parente Deni nema quenajari pohuadeni bicatajaro. Pohuadenidsa ajuda mottarajaro. Associação huajine iadsa huajitanicca naco anihi tohui iadsa ajuda quenahui huajine. Najaro paje occa huima. Jica!

[Tradução]

A importância dessa terra ser demarcada é porque todos nós precisamos dela. Nós ficaremos felizes quando nossa terra for demarcada. Nós **iremos reservar lagos, igarapés e rios**. Faremos o manejo sustentável para termos muitos peixes: teremos muito pirarucu, tambaqui, tracajá e surubim. Com o manejo poderemos vender peixes aos não indígenas. Assim nossos peixes nunca irão acabar. Antigamente tinha muito peixe.

Agora tem pouco peixe, ninguém vê mais pirapitinga no rio Ueré. Por isso não é à toa que a gente está pedindo a demarcação da nossa terra. Estamos pensando na alimentação dos nossos filhos e netos. Eles vão crescer, e se não demarcar, não terão terra para morar. Há muito tempo os não indígenas prometem a demarcação de nossa terra, mas somente agora veio uma equipe fazer um estudo. Agora eu sou adulto e ainda não saiu a demarcação.

Queremos nossa terra para que todos possam f**azer roçado com plantação de banana, abacaxi, cana-de-açúcar e cupuaçu**. Quando nós, os mais velhos, morrerem nossos filhos, netos e genros irão toma conta da plantação e irão cuidar da nossa terra demarcada. Não é à toa que pedimos a demarcação de nossa terra, nós precisamos.

Os não indígenas acabaram com nossas **árvores grandes** extraindo madeira. Agora não temos mais madeira para fazer nossas casas. Eu falei-contei muito isso. Agora irá sair a demarcação de nossa terra, pois nós precisamos. Agora estou ficando velho e sábio. Penso como precisamos de nossa terra, mas essas crianças não sabem. Quando eles crescerem irão precisar de árvores para extrair **madeira** para construir suas casas.

Nós também queremos criar patos e galinhas para vender. **Há muitos não indígenas em nossas terras.** Eles não estão trabalhando à toa. Eles fizeram uma pequena fazenda de boi, criam porcos, patos e galinhas. Fizeram roçados para plantar banana, cana-de-açúcar, cupuaçu, laranja, pupunha e outros plantios. Não indígena trabalhou e fez plantação grande. Depois **não indígena falou assim: "ah! Essa é nossa terra! Madija não trabalha. Os Madija são preguiçosos, não sabem trabalhar**". Eu fiquei pensando: os não indígenas falam que não sabemos. Mas eu não vou ouvir isso.

É verdade que os não indígenas falaram: "ah! Para que vocês ficam querendo (sovinando) terra firme? Vocês plantam? Pedro (Cossaro), cadê banana? Cadê farinha? Vocês compram farinha em Carauari. Vocês compram farinha com dinheiro e sovinam terra firme para nós". Mas nós queremos nossa terra demarcada para trabalharmos nela. As moças solteiras também trabalham no roçado. A gente não está falando à toa. Iremos plantar pupunha, cana-de açúcar, banana e abacaxi. Você não planta abacaxi à toa. Abacaxi é uma planta boa, você planta e com um ano tem fruto. Vamos plantar muito abacaxi para vender, abacaxi está caro e dá dinheiro. Agora teremos nossa terra, nós estaremos bem com nossas crianças crescendo. Nunca abandonaremos nossa terra. **Nós zelaremos por nossa terra demarcada. Vamos manter os piques limpos**. Eu estou falando.

Agora eu vou voltar à história anterior, onde eu falava da **importância de demarcar áreas de terra firme e falei das plantações. Queremos terra firme não apenas para plantar, mas para a caça andar. Vou falar de caça. Queremos cuidar de nossos bichos de caça, assim como queremos cuidar de nossos peixes e de nossos tracajás**.

Quando resolver a demarcação de nossa terra, quando estiver terminado todo processo, e para nossa vida ficar melhor, **fundaremos uma associação**. Nós começamos a criar uma associação, temos alguns papéis. A gente ia fundar, mas paramos. Quando demarcar nossa terra fundaremos uma associação igual à que

os parentes Deni têm. Os Deni irão nos ajudar a fundar nossa associação para que ela funcione bem. Deni sabe como funciona associação e eles virão de longe nos ajudar. Essa é minha história (ou minha fala). Acabou!

Depoimento da liderança e professora Quirija-Jocilene Kulina

Ohua onipe Quirija madijacca, carihuacca Jocilene najaro Jocilene Kulina. Najaro ohuationana najaro. Icca dsama demarcanedsape ia tobicani tohui denima. Lutadsa iqueje neradeja jidapanape ia tobiccani tohui. Icca dsama marcanedsape, icca coridsa aba tosibahui. Coridsa onihi onihi najarodsa aba toqueriqui tohui, ijinodenideni potema najaridsa bodideni huajine. Nidsa potemanedsa aldeia onihi nahuatomana dsanapona huajine. Madeira naqui demarca nedsape madeiradsa dsojodsajaro ahua potemajari nahui tohui. Nedsa icca ejedeni, ijinodeni najari odsa nahuatomana dsanapohui huajine. Najaro huati huati najaro.

[Tradução]

Meu nome em língua Kulina é **Quirija**, em Português meu nome é **Jocilene** Kulina. Agora eu vou falar. Quando sair a demarcação de nossa terra nós ficaremos muito felizes. Há tempo a gente luta, mas agora estamos contentes com a equipe que está fazendo estudo. Quando sair a demarcação de nossa terra os nossos lagos voltarão a ter muitos peixes. **Todos os lagos terão muitos peixes e os nossos netos não terão problema na sua alimentação** (garantia da segurança alimentar). Nossos netos terão **local para fazer novas aldeias.** Também estamos preocupados com a **conservação das árvores para termos madeira**, com a demarcação guardaremos (cuidaremos-seguraremos) as árvores para que elas possam crescer. Assim, nossos netos terão material para construir suas casas. É essa a minha fala (ou é esse o meu depoimento).

Depoimento da liderança Salim Kulina (segundo tuxaua)

Ohua oni, eu sou tuxaua, segundo tuxaua da aldeia, ohua oni Camano Kulina. Carihuacca Salim Ferreira de Lima najaro. Occa dsama tamineni huationana najaro. Nedsape icca dsama tobicani huajine demarcação de terra icca dsama proteja inani huajine. Iadsa carihua dsama aconi iadsa boque boque nadsa. Coridsa reserva inedsa aninani huajine, icca Madija

tosibadsa pemi accoterani noppine. Aba cria inahui huajine. Ssibore carihua jina jiquemana nadsa.

Icca dsama biqui tedsa ajari dsama fecha inana inajaro icca dsama inajaro. Dsama cotani huaje, dsama ccarahuaji bani: ahui, jidsama, ccamanohui. Nedsa bijinicca mamore najaro tosibemanini huajine.

Icca Madija tosibadsa aldeia onihi nahuatojaro nani huajine. Inajaro icca dsama inajaro. Icca huidsaja ppainani huajine, maidsoca, jadani, majonana, dsahuida, ssami najaro ppappainani huajine. Inajaro icca dsama inajaro.

[Tradução]

Meu nome, eu sou tuxaua, segundo tuxaua da aldeia, meu nome é **Camano Kulina**. Em português sou **Salim Ferreira de Lima**. Eu vou falar sobre a minha terra.

Precisamos da demarcação de nossa terra para que ela fique bem e protegida**. Os não indígenas são bravos e nos sovinam essa terra**. **Nós queremos deixar alguns lagos de reserva para que os peixes possam procriar** e os Kulina (nossas pessoas) não passem fome ou comam peixes sovinados. Por isso, queremos cuidar dos peixes. **Os não indígenas estão acabando com os nossos tracajás**.

Nós precisamos de uma terra grande e fechada para que os não indígenas não entrem. **Precisamos de terra no Alto Ueré, para os bichos de caça irem para a terra firme (*dsama ccara huaji*):** anta, queixada e paca. Agora também **precisamos do rio protegido porque é nele que os matrinxãs se reproduzem** (para termos muitos matrinxãs).

Nós precisamos de **terra firme** também para que possamos **construir aldeias** quando formos muitos Kulina. Precisamos de **terra firme para fazermos roçados e plantar**: mandioca, banana, cana-de-açúcar, pupunha e abacaxi. Essa é a nossa terra.

<u>Depoimento da liderança Issihui Kulina (esposa do segundo tuxaua Camano-Salim)</u>

Ohua onipe Issihui Madija Kulina. Cariahuaccape Edina. Ohuape tuxaua bedimeni ojani ohuape.

Icca dsama marcanani huajine huidsaja: jadani, ssami, majonana, bare najaro ppatani huajine. Carihua pesca quenahui damamaradsa dsama marcanani huajine. Acca Ueré ajaridsama, aba tosibemanehui huajine. Madija tosiba ajadsana peminahui denica terahui noppine.

Ueré cote huaje naqui mamore carihuadeni ijidemanedsa jidapanape marcanani huajine. Mamore tosibemaneni huajine Madija jipemanani huajine ijipenema nahui. Jicani, ppepeji.

[Tradução]

Meu nome é **Issihui Madija Kulina.** Em português me chama de **Edina**. Eu sou a esposa do tuxaua (liderança feminina).

Precisamos de nossa **terra demarcada para plantarmos**: banana, abacaxi, cana-de-açúcar e banana comprida (banana pacovã). **Precisamos de nossa terra demarcada porque os não indígenas pescam muito na nossa terra. Precisamos fechar a boca do sacado do rio Ueré para que aumentem os peixes**. Precisamos proteger nossa terra para no futuro, quando formos muitos, a gente (Madija) não passe fome.

Precisamos demarcar a nossa terra para **proteger o Alto Ueré,** pois os não indígenas estão acabando com os **matrinxãs**. Queremos ter muito **matrinxãs para que os Madija possam comer, para comermos bem.** Fim, acabei (acabei meu depoimento).

Depoimento da liderança Iba Kulina (presidente do conselho local do CONDISI-DSEI-MRSA)

Ohua onipe Iba Kulina, presidente do Conselho Local (CONDISI-DSEI-MRSA).

Icca huima bicatani. Aje icca dsama demarca nani huajine qquihuine nedsa tohui najaro, icca aba tosiba huajine, bicatani huajine icca dsama. Aje coridsa naqui aba mottarajari noerahui iadsa nema najaro tosibahui huajine. Huehe jicajaro carihuadeni nena jicanaja. Aba jicajeraha carihuadeni jine nanajicanaja. Najari iadsa aba tosibejadsa napohui nahui nema najaro.

Dsama naqui icca dsama bicatahui huajine huajitani icca dsama badsitani huajine inajaro. Najaro huajine huidsaja inahuatoni huajine. Icca dsama dsedsede ani huajine bani inequeriquihui huajine najari. Aje tattini huaje nahui jicajejaro bani carihuadeni najiquemanahui. Ia jahuijera iadsapa accotera jijicotahui ajadsa. Icca Madija naco iadsapa ticca Madija ohuadsapa nohuerahui. Nema najari ia badsima ticca jitani huajine. Najaro icca dsama demarcanani huajine bicatani huajine iadsa. Demarca nedsape ecohadsape noerani tatttini huaje naqui carihua tosoniquima noerahui. Batto huaje naqui coridsa huaje jassijassinani nohuerani tohui. Ohua ojarini acco batto jassitajari coridsa cotte naco jassitajari preserva najari. Iadsa aba tosibani huajine.

Associação tohui, nema najaro nahuatodsa ia tobicani huajine najaro. Icca dsama tohui demarcanani huajine qquiqquinajidsa iqquineri nanidsapohui najaro. Maittarani najaro dsamape aje 2000, 2001 começa neraha nema. Nedsape 2000 Deni huaje começa neratterani. Ohuape 2000 dsama participa nedsapa neraha pajina 2022 baccocanani nema najaro.

Icca dsama tohui, huidsaja huajine, bani huajine. Icca bani naco tosibere dsanaponi najari huajine. Ppepeji.

[Tradução]

Meu nome é **Iba Kulina**, presidente do Conselho Local (CONDISI-DSEI-MRSA).

Nossa fala boa (nossa história boa). Essa nossa **terra demarcada é para ser cuidada para que aumente os nossos peixes**, assim nossa terra será bonita (ou estará bem). Nossos lagos não tem mais peixes grandes, por isso queremos cuidar para termos muitos peixes grandes. **Os não indígenas acabaram com os nossos pirarucus. Os não indígenas estão acabando com os nossos peixes**. Desse modo nós queremos que aumente a quantidade de todos os peixes.

Queremos ter acesso seguro a uma faixa longa de terra firme, agora só podemos usar (com segurança) uma pequena parte. Queremos **terra firme para fazermos roçado**. **Queremos terra firme como área de refúgio para os bichos de caça**[308] **(*inequeriquihui huajine*=para reunir os animais[309]; para preservar os animais[310]).** Os não indígenas estão acabando com os animais de caça no Alto Ueré. Nós queremos ter acesso às áreas de caça, mas eles nos sovinam, dizem que a terra é deles. Nós também precisamos caçar. Por isso nós precisamos de nossa terra demarcada para que ela fique bonita (para que a terra fique bem). Quando demarcar a nossa terra nós não deixaremos mais os não indígenas subir o rio (para caçar). Também não deixaremos eles descasarem (pararem para pescar) nas áreas baixas onde estão os nossos lagos. Somente Kulina ficará nas cabeceiras dos lagos, irá vigiar os lagos para preservar, para que tenhamos mais peixes.

Nós também buscaremos **fundar uma associação** para ficar ainda melhor nossa organização. Nós precisamos ver nossa terra demarcada. Há muito tempo buscamos a demarcação de nossa terra; desde 2000, 2001 que começamos. Em 2000 eu falei da demarcação na assembleia dos Deni, mas somente agora, em 2022, veio uma equipe fazer o primeiro estudo.

Nós queremos nossa terra demarcada para **plantarmos roçados** e para os animais de caça. Para que tenhamos muitos animais de caça. Fim (ou: é isso).

[308] Minha tradução.
[309] Tradução de Huaido Madija Kulina (por *WhatsApp*).
[310] Tradução de Adriana Kulina (por *WhatsApp*).

Depoimento da liderança Cara Kulina (fundador da aldeia)

Ohuape liderança Cara Kulina da aldeia Matatibem nanicca ohuape maitta jirani occa abi Adolfo Samuel Santos dsama ojajaro nanidsa. Ohua aldeia funda onajaro. Fundamento ohua na paje. Occa ami dsoqque nanidsa omadijaro.

Icca dsama nossa mãe. Ijipani huajine, poho ppai najari. Bani huajine. Reserva inani huajine, icca aba iqueriqueni huajine, ssibore iqueriqueni huajine badsima nani huajine. Icca dsama Madijacca dsama. Icca dsama najarope icca.

Najaro bicatani huajine, icca ejedenideni, ijinodenideni dsanapohui huajine. Nema dsanapohui huajine, tobicani huajine icca aldeia bicatani huajine. Icca demarcação anidsa associação inahuatojaro nani huajine.

Nema dsanaponi huajine bicatani huajine. Icca ejedeni tocca huatere jine. Escola anijaro, bicatajaro ejedeni toccata ajadsa sssamotahui icca huatte jahui jine, nemanani huajine, prefeito iquejenani huajine dsanapohui huajine. Maittaccadsama iquehicosse iquehicosse ineraha jidapanape icca aldeia tojedsape bicatajaro.

Bicajerani nanissatajaro icca Madijadeni dsoqquede noerajari. Najari bicatani iadsape Madija huahuadsape jirani batto huaje jira, tattini huaje jira, noera iadsape bicatani. Badsima aje nema najari naco carihua branco naco ticcadeni dsama, ticcadeni aldeia bicatani iquenahui, bom quenai najaro. Badsima icca ejedenideni toccahuaterani bicatani huajine.

Aja carihuacca huimape nebodsa. Icca Madija anihui huajine toccahuatte ajari. Iape nidsa inajaro huanatipa manaco ijinodeni pajama bicatani huajine nema najaro. Aje Amohua huattari. Najarope Amohua ia ajuda inajaro acco dsama qquinaridsajaro. Dsama dope, bijini cote, dsama jahui jaridsajaro najaro paje, nemanajaro ia ajuda najaro. Maittaccadsamape nohueraccani, iadsa ajudade nohuerani. Pina escondido iqqueje najaro nani icca aldeiadsa. Noerahui jidapanana ia qquihicosse qquihicose dserohi jidapanana iadsa tobiccani nani tohui. Amohua aje ohuaje cajonaje, Amohua ijinodeni. Jicani.

[Tradução]

Eu sou a liderança **Cara Kulina** da aldeia Matatibem estou aqui há muito tempo. Cheguei aqui com meu pai, Adolfo Samuel Santos. Eu fundei a aldeia. Eu sou o fundamento. Minha mãe morreu aqui, quando eu morava aqui.

Nossa terra é nossa mãe. **É para plantamos macaxeira para comermos. É para os bichos de caça. É para reservar lagos para termos muitos**

peixes, tracajás e outros bichos. Nossa terra é terra dos Kulina. Essa terra é nossa.

Depois que sair a demarcação da nossa terra vamos **fundar nossa associação**. Com a associação a nossa terra vai ficar melhor para nossas crianças e netos. Nossa aldeia vai ficar mais bonita.

Na nossa aldeia temos escola para nossas crianças ficarem mais sabidos. Antes não tínhamos escola e não sabíamos ler, mas agora o prefeito colocou escola. Agora todos podem ir à escola e aprender. Antigamente não estudávamos na nossa aldeia, mas a gente pediu, pediu escola e agora temos.

Na nossa aldeia nossos Kulina estão bem, aqui eles não estão morrendo. A gente ouve falar que os Kulina no Baixo Juruá não estão bem, que os Kulina no Alto Juruá estão morrendo, mas aqui não é assim, aqui estamos bem. Todos falam que estamos bem, até os não indígenas dizem que estamos bem, que nossa terra e aldeia são bem cuidadas, dizem que está tudo bom aqui. Todos estão bem e nossas crianças estão aprendendo.

Vamos fazer essas nossas histórias chegar aos não indígenas. Estamos pensando no futuro de nossos netos para que eles vivam bem. Agora Amohua (Genoveva) está aqui sentada (me ouvindo). É a Amohua (Genoveva) que nos ajudará. Ela veio ver nossa terra. Fomos com ela até as regiões mais distantes de terra firme (Alto Ueré), fomos às cabeceiras do rio e dos igarapés. Pegamos varadouros e fizemos caminhadas no meio da floresta. Essa é a ajuda que eu estou falando. Antigamente não tínhamos ajuda de ninguém. Nós vivíamos como que escondidos em nossa aldeia. Ninguém nos via. Agora irão nos conhecer e poderemos viver bem. Amohua (Genoveva) veio aqui para fazer estudo da terra. Eu digo que Amohua (Genoveva) é minha neta. Fim.

Depoimento da liderança Samuel, filho do tuxaua Edi-Edson

Eu me chamo **Samuel**, da etnia Kulina, meu nome em Madija é **Dsajo**. A importância da **demarcação das terras, na nossa aldeia, se dá por conta da dificuldade que a gente vem enfrentando até no âmbito da saúde mesmo.** Muitas das vezes a gente é impedido de receber um poço artesiano. A gente é impedido de receber uma saúde de qualidade porque o próprio DSEI (DSEI-MRSA) alega a demarcação da terra, o impedimento ser a demarcação da terra, a terra ainda não ser demarcada. Dentre essas coisas temos também a questão da preservação da nossa floresta, a preservação do meio ambiente porque a gente sabe que hoje a degradação está grande no nosso país. E a gente depende daquele lugar para viver. A gente depende daquele lugar para viver uma agricultura sustentável, familiar. A gente depende daquele lugar para se alimentar. A gente depende daquele lugar para tudo. A nossa vida praticamente cem por cento depende daquelas terras. E é muito importante que hoje aconteça a demarcação. A gente vem lutando há mais de trinta anos, lutando nessa causa da demarcação de terra ali do Ueré. É uma batalha

> que a gente está lutando a cada dia para conquistar. A gente tem fé em Deus que vai se concluir, vai se concretizar esse projeto da demarcação da terra. E a importância maior dessa demarcação é que a nossa vida depende daquele lugar. A vida de cada criança que está crescendo. O futuro de cada criança que está crescendo, indígena, nossos parentes, nossos irmãos, são totalmente dependentes futuramente daquelas terras. E é uma preocupação muito grande por causa do **desmatamento de invasores, caçadores ilegais**. A **caça predatória** que acontece lá, **botando em risco a vida dos indígenas**. Caçadores que vão caçar lá com **armadilhas de arma caseira**, tirando a nossa sustentabilidade, que era pra ser da nossa aldeia. E é muito importante essa situação, tudo isso para nós, porque nós somos totalmente, cem por cento dependentes daquelas terras, nossa família, nossos filhos, nossos netos. Então é uma luta que a gente está muito ansioso para conquistar e que com muita fé a gente vai conseguir.

Depoimento da liderança Siho e Cossaro sobre o processo de autodemarcação[311] da TI Kulina do Médio Juruá[312]

Durante a expedição no Alto Ueré (no acampamento) Siho e Cossaro nos contaram como foi a participação deles no processo de autodemarcação da TI Kulina Médio Juruá. Cossaro relembrou sua participação a partir da sua estada na aldeia Bobassassaji, localizada no rio Eiru. A aldeia é terra do seu tio Severino (Nodiha-falecido). Relembraram o processo de demarcação e de desintrusão das famílias de não indígenas daquela terra tradicional (muitos moradores da cidade de Eirunepé criavam bois na terra indígena e ficaram com raiva).

[311] Na última reunião a Rede Interinstitucional de Atenção ao povo indígena Madija Kulina, realizada dia 12 de julho de 2022, Pedro Moutinho, antropólogo, assessor do Ministério Público do Estado do Amazonas, ressaltou o protagonismo histórico dos Madija-Kulina ao serem um dos primeiros povos indígenas do Brasil a iniciar o processo de autodemarcação de suas terras tradicionais.

[312] Rosa Monteiro, indigenista da OPAN, ficou conhecida entre os Kulina com o nome de Mito.
Apresento agora um trecho de um artigo no qual ela descreve o processo de autodemarcação da TI Kulina Médio Juruá (iniciativa pioneira no Brasil):
"A demarcação física da área indígena Kulina do Médio Juruá, que se efetivou entre 1991 e início de 1998, foi uma iniciativa corajosa dos próprios índios e favoreceu novas perspectivas de mobilização e organização para todos os que a apoiaram e nela se envolveram. A inspiração veio dos Kulina do rio Purus, no Estado do Acre, que, em meados da década passada, demarcaram eles mesmos suas terras. Lá não havia mapas ou sequer uma portaria de delimitação da FUNAI. E assim foram os Kulina, que, com o apoio da OPAN - Operação Amazônia Nativa (então, Operação Anchieta) e da IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, enfrentaram o desafio de fixar os limites da área que ocupavam (Monteiro, 1999, p. 155).

[Cossaro] Eu fui para o Envira. De lá eu fui para o Eiru (rio). Aquele que eu fui, falei que ajudei na demarcação da terra (TI Kulina Médio Juruá). Fui ajudar meu tio Severino (Nodiha) e fiquei lá pelo Eiru. Aí depois (quando terminou a demarcação) teve festa grande. Depois da festa grande eu fui para o Cacau (aldeia). Eu fui para o Cacau e de lá eu fui pro Macapá (aldeia). Depois do Macapá eu voltei pra cá. Fiquei lá no Igarapé do Índio. Aí eu me casei com a Ridoma. Passei um ano lá no Igarapé do Índio e de lá eu vim. Mas só para beber *Rami* (ritual no qual é consumido o chá do cipó ayahuasca) eu fiquei lá no Aliança (aldeia), passei um ano também. Lá morreu nossa primeira criança (seu primeiro filho). Ridoma teve um meninozinho novo, morreu, e nós enterramos lá na Aliança. Aí nós viemos de lá para cá. Nunca mais eu fui pra lá. Mas eu fui ainda pra pegar a Elizabeth (sua filha), nossa menina ficou lá no Igarapé do Índio com a avó. Depois a UNI-Tefé (ano 2000, época de fundação do DSEI-MRSA) começou a trabalhar. Naquele tempo o Marcelo (atual coordenador do DSEI-MRSA em Carauari) era bem novo. Eu falei para o Marcelo que eu ia lá no Igarapé do Índio pegar a menina (Elizabeth). Ele falou: "se tu quiser ir comigo nós vamos lá pegar tua menina. Aí tu vem de novo". Aí tá bom. Nós fomos, eu e a Ridoma. E agora nunca mais eu fui pra lá.

[Siho-Oneide] Dsome, tacara huaneraha, pina, Morao baquihique najaro, São José, Quinomacca dsama. Nani Quinomacca dsama bacco nedsa passeia najaro. Occa jarote Severinocca dsama bacco najaro. Nanidsa bacco nedsa. Nanidsa omadi, omadi, nani Nodiha (Severino) dajoni noerahua nade. Ohuape dsama occanini tohui. Jahui marcanani aniridsade. Jahui toquedsipani tanipo najaro nema quetosaro baccodsipa inajaro. Nedsape Ropidsa: "jina, dsama iquedanini tohui!" Najaro. Nanidsa abadsico iquenajari cahuittemani, dajonidsa pina ohua inebonina najaro São Josedsa. Ohua inebonimana neje. Ohua inebonimanaRopitedseje: "jina, ccocco! Quinoma dsoqquehui" nade najari ajijaro pajideja. Jahui iquedsipani São Josedsa ohuedsopajarodeja. Jina ticanina! Jahui tijainina acca Ajitiniti ccaninani tohui. Huajitani. Ropidsa: jina! Ssiho nani São Jose iquehuadija majicca, toccahui.

Bijini onini naco: Atalaia. Atalaiadsa jippe huainanijaro. Bijini capomacossahui. Bijini capomacosa dsamapohi, aje estrada jahui titojidsani titejenani, jahui marcanani titajari nahui. Tohuedsidsani tocca tocca najari. Nejani nani iquedanide, maji onze horas raha Atalaia baccodsipanide. Mamore jicajahui. Mamore ojari jerani. Jidsama jicajarahui, jahuidsa. Bani ojari jerahui. Dsama mohui occani accani nade. Nema neraha tiquenattera onani nade. Nanidsa oquedsippa nijarope, maji tomaittaniraha, igarapé Branco bacco iadsa. Igarapé Branco qquenahuipa.

Madija jojohe coadeja tetahui. Ojariha tajonajarahui. Ropide maidsataco: coaje tiquedanijaro? Te tamine nerade. Nahui dsique huadija meio diadsa oquedsipanijaro. Bacco dsipanijaro. Idi Itijora pacca dsama bacconanidsape manaco dajoni. Dajoni ori namacossajarope. Ahuadija Madijadenidsa huada. Aje ori nema cossajarope Porto Velho (aldeia) oquedsipanijaro. Dsama Porto Velho, Piau. Ajitinicca dsama onini.

Dsomaji huajerata! Porto Velho Itijocca dsama. Nanina Itijo ajijaro pajide jahui marcanani titojippanijaro pajide. Huajitani titoquenadsa marcade. Dsama mohuini. Dsamapodeja ahua dopani. Aji dsama mohui dsadso Jutaí quenade nema najaro topori macossanade. Najidsa oquedsipanipo nedsape cahuadsapa bacco dsipanide. Maji meio dia cahuasao dsipanide. Cahuasao maji, maji majide Degredo (Penedo), Bau bacconanipe. Jahui titohuippani. Jina! Jahui titodsippani marcanani, nanina toccani, toccani jaro.

Nadsapa nanidsa ia accodsa Medonho jahuijidsa. Jahui jine coco Mattodsa, Raimo. Aviãodsa cassonanidsa ajiccadsa iquejena iquejenana. Ppihui (Valter, COMIM) nahuidsa baccotajari. Ppihui casso najari ajaccadsa. Ppihui bacco janahuipe jahui equejemori quenana, odsa piri. Nadsapa Ppihui ssenejarode, poho ppejenedsa sicca sicca canajahui. Ppihui ia tasicahui najaro pajide. Anijidsa poho ppejenedsa, poho huessepedsa.

[Cossaro] Nidsa ia nemanani tohui. Nidsa ajihe cassihuaja, ssihuapa

[Siho] Ppihui nahuidsa madiraha avião casso nedsape nani campo casso nedsapa Ppihui toccanijaro, pocca dsama huaje.

[Cossaro] Madija badsima, acco tattini tide tabobodsa jitimanahuipa quarenta e cinco pessoas. Manaco aja Eiru ipe huaje ia pina trinta e cinco. Iape siberainana. Nanidsa cahuattadsa iquedsippani maji oito horas. Passamos dois meses trabalhando, abrindo as picadas, no meio do mato, lá no Eiru, cortando mato (falou em português).

[Siho] Nani oquedsippani nedsape maji oito horasdsa panopano tomaittani.

[Cossaro] Eram quatro caçadores e quarenta e três pessoas (falou em português).

[Siho] Ponima passeia najarode Nodihadsa. Jiti inana. Noerahui, Ropideni huadani. Ropi dseppe jiranahui, toto caji, panera caji. Ajama nejaha Mito quenajo querani.

[Cossaro] Amohua jitimainana queneraqui?

[Tradução]

[Siho] Ainda era madrugada quando chegamos a aldeia São José, terra de Quinoma. Fomos à terra de Quinoma somente para passear. Depois eu fui para a terra do Severino-Nodiha. Cheguei lá na terra do Severino (aldeia Estirão, no rio Eiru) e morei por dois meses. Como nós não tínhamos canoa, na aldeia do Nodiha-Severino, nós fomos andando por terra. Fomos ajudar a abrir as picadas da demarcação. Um dia Ropi falou: “vamos embora daqui”. Mas não tínhamos canoa e passamos uma lua (um mês) ainda na aldeia do Nodiha-Severino. Não encontrávamos quem nos levássemos de volta a aldeia São José. Um dia chegaram uns Madija, da

aldeia São José, chamaram o Ropi e avisaram que o nosso parente Quinoma tinha morrido. Assim, retornamos para a aldeia São José.

Ficamos por uns tempos brocando e abrindo picadas da demarcação também nas margens do igarapé Atalaia. Trabalhávamos até as onze horas da manhã e depois voltávamos para o tapiri nas margens do Atalaia. Lá tinha muito matrinxã, muitos matrinxãs mesmo. E tinha muito queixada também no caminho das picadas. Quando estávamos abrindo as picadas, no meio da floresta, encontrávamos muitos animais de caça. Nós trabalhávamos muito dentro da mata. Um dia, no fim da tarde, conseguimos chegar no igarapé Branco.

Durante o trabalho os Madija aproveitavam também para tirar cipós e fazer vassouras. As pessoas faziam muitas vassouras.

Estávamos em São José quando nos chamaram de novo para ajudarmos a abrir picadas de demarcação na aldeia Ajitini. E então fomos para a aldeia Ajitini. Mas Ajitini é muito longe e Ropi queria voltar para à aldeia São José.

Um dia o Ropi brincou dizendo que não sabia do caminho. Mas ao meio dia chegamos a aldeia do avô Itijo (ou velho Itijo). Depois passamos a viajar de canoa e com um dia de viagem chegamos a Porto Velho (aldeia). Nome da terra é Porto Velho, Piau. No caminho ouvimos o esturro da onça! Porto Velho é a terra do Itijo. Fomos ajudar Itijo a brocar-limpar picadas da demarcação. Fomos longe abrindo picadas, dentro da terra firme. Limpamos picadas debaixo de árvores grandes. A terra parecia com a terra do rio Jutaí. Trabalhamos muito, vários sóis (dias) até que um dia, ao meio dia, chegamos no Penedo, igarapé do Baú. Ao chegarmos lá nos convidaram para continuarmos ajudando a abrir as picadas da autodemarcação.

Então fomos para o Medonho. Fomos até a terra do meu tio (sogro) Matto-Raimo. Foi lá desceu o avião trazendo o Ppihui (Valter Sass, do COMIM). Ppihui desceu lá. Ppihui chegou e ficou hospedado em uma casa, mas não ficou quase nada lá. Ppihui ficou mesmo foi dançando no terreiro e bebendo caiçuma azeda, pois era a grande festa da demarcação (conclusão do processo de autodemarcação). Havia muita caiçuma de macaxeira.

[Cossaro] Nós também faremos assim. Nós faremos um grande *Ajie* (ritual, festa, dança, canto) até amanhecer, quando sair a demarcação de nossa terra.

[Siho] Ppihui ficou uns dias lá na aldeia Medonho, mas depois o avião voltou e o levou embora para a terra dele.

[Cossaro] Todas as pessoas (Madija) trabalharam na autodemarcação lá de cima (TI Médio Juruá). Muitos ajudaram a brocar e a abrir picadas. Havia uma turma que trabalhava de um lado, mais ou menos umas quarenta e cinco pessoas (essas pessoas que trabalhavam com Siho e Ropi). Mas, em contrapartida, havia nós que trabalhávamos abrindo picada do lado do rio Eiru, uma turma com cerca de trinta e cinco pessoas. Passamos dois meses trabalhando, abrindo as picadas, no meio do mato, lá no Eiru, cortando mato.

> [Siho] A gente saia para trabalhar as oito horas da manhã e só parávamos a tardezinha.
>
> [Cossaro] Eram quatro caçadores e quarenta e três pessoas (trabalhadores abrindo picadas).
>
> [Siho] Nós também fomos passear na terra do Nodiha (Severino, Eiru). Mas lá também nos convidaram a ajudar na demarcação. Lá o Ropi não ajudou a brocar, limpar picadas, Ropi fazia parte da turma que carregava as panelas e as espingardas. Lá nos trabalhamos junto com a Mito (Rosa Monteiro-indigenista da OPAN).
>
> [Cossaro] Amohua (Genoveva) será que o pessoal mantém limpo todas aquelas picadas-limites?

Nessa sequência de depoimentos percebemos a preocupação dos Kulina com as ameaças ambientais e a relação predatória que os não indígenas estabelecem com as espécies animais e vegetais existentes na TI Kulina do Rio Ueré. Nesse sentido os Kulina reiteram como ponto fundamental fechar a foz do sacado do rio Ueré, no rio Juruá, isto é, que o limite da TI Rio Ueré proteja a região de desembocadura do rio Ueré no rio Juruá; e também proteja todo o grande complexo de lagos (ver mapa: Ocupação e uso dos recursos naturais): lago Ueré, lago Comprido, Redondo, Pacu, Camaleão, Paraná das Cruzes e principalmente o lago Sucuriju. Esse último possui relevância econômica e simbólica, pois é local onde aparece uma grande cobra numa praia que desponta no meio do lago.

A relação dos Kulina com toda a calha do rio Ueré (região de igapós, remansos, restingas e terra firme) perpassa a questão econômica e histórica para tomar uma dimensão transcendental. Assim, o remanso do rio Ueré, conhecido como Poço de Ouro, próximo a antiga Aldeia Velha, é o local onde aparece a plataforma de ouro, a cobra e todos os *tocorime* que cuidam do local; e a restinga da Seringueira é protegida e habitada pelo *Rami*. Os Kulina querem garantir uma boa relação com os *tocorime* donos da caça que habitam o igarapé Matrinxã; ou com o *tocorime* dono da friagem que habita as cabeceiras do igarapé do Paraíso; ou querem proteger o longínquo, mas conhecido, igarapé do Mamori (*mamori*=matrinxã), onde eles afirmam ter *dsipa*=potes velhos (sítio arqueológico).

Como vimos na Segunda Parte desse relatório, se os roçados são rotas de acesso ao mundo subterrâneo, depois que pessoas são sepultadas no local, os rios, lagos e igarapés são rotas "naturais" para o mundo subterrâneo dos mortos (Pollock, 1985, p. 38). Para os Kulina é a preservação de toda a massa de água que irá garantir a vida de todos os seres que ali habitam. Eles se preocupam não apenas com o aspecto econômico da preservação dos recursos, mas também na manutenção de uma boa relação com todos os seres não humanos. Uma interação ruim, com os seres que habitam esses locais, significa doença ou feitiço por rapto de alma (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos).

Todavia, os Kulina percebem que necessitam de áreas de terra firme, pois a parte norte, nordeste e noroeste da TI é totalmente alagável, dificultando a fixação de moradias ou atividades de agricultura. Os Kulina também têm muita preocupação com a expansão das atividades de caça, pesca e extração de madeiras no Médio e Alto Ueré por não indígenas. O aumento da pressão sobre esses recursos tem deixado os Kulina recuados e com medo: temem acidentes ao tropeçarem em armadilhas de caça dos não indígenas (ou como eles mesmo dizem: "não queremos sofrer humilhação de terra sovinada pelos *carihua*"). Os Kulina são reconhecidos historicamente como um povo de terra firme (Chandless e Tastevin); e podemos observar no mapa "Territórios históricos e cosmológicos" que os Kulina tinham acampamentos e aldeias no Alto Ueré, (inclusive sítio arqueológico). Entretanto, agora eles não podem andar tranquilos pela floresta para fazerem coletas de frutas, cipós e palhas. Assim, a proteção das áreas de terra firme no Médio e Alto Ueré (a região das cabeceiras do Ueré) será também uma retomada a uma terra tradicional do qual os Kulina foram deslocados.

Somente com a demarcação e a desintrusão dos não indígenas da TI Rio Ueré os Kulina terão segurança para implantar o seu projeto de futuro: local sossegado para que seus filhos possam morar e fazer novas aldeias; deixar as árvores crescer sem serem serradas prematuramente; terão terras para sua agricultura, (abrir novos roçados); e área de refúgio, uma área que os Kulina afirmam como imprescindível para que os bichos de caça possam andar com tranquilidade e se reproduzir.

V – Quinta Parte

Reprodução física e cultural

Portaria n° 14/MJ/96:
Reprodução física e cultural
a) Dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;
b) Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc. explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;
c) Identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicitando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim.

10. A reprodução física do povo Kulina

Tentei obter dados de natalidade e mortalidade dos Kulina no rio Ueré com o Coordenador do Polo Base de Carauari DSEI-MRSA, mas não tive êxito. Então, eu e Ana Luiza (bióloga-ambientalista) fizemos um censo de todos os moradores da TI Rio Ueré (consta nos anexos desse relatório)[313]. A mobilidade Kulina, o modelo de territorialidade Kulina (vimos que a ocupação tradicional de uma terra não é medida pela presença de seres humanos vivos no local, pois a terra tradicional é cuidada e habitada pelos Kulina vivos e mortos; e pelos diversos seres conhecidos como *tocorime*) e a ausência de dados não nos permitem traçar uma projeção confiável de crescimento da população. Contudo, elaborei a tabela abaixo com dados populacionais da região do rio Ueré. Dados que consegui levantar a partir dos documentos históricos.

Quadro 16 - População Kulina na região do rio Ueré

População Kulina na região do rio Ueré Carauari/AM, Tapauá-AM e Tefé-AM		
Data	**População**	**Autor**
1985-1989	287 pessoas[314]Baixo Juruá	Bentes e Santos (1990a)
1989	19 pessoas	Bentes e Santos (1989b)
1990	57 pessoas[315]	Bentes e Santos (1990)

[313] O censo consta nos anexos desse relatório e contou com a colaboração de Adriana Kulina (agente de saúde da aldeia Matatibem).
[314] Os autores esclarecem que esse é a soma total dos habitantes: "Das três aldeias do baixo Juruá, 2 estão localizadas no município de Caitaú (ou Juruá) e a outra do **rio Eré** encontra-se na região do município de Carauarì (mais pra médio Juruá), ambas no Estado do Amazonas. A população total dessas aldeias é de **287 pessoas** entre adultos e crianças" (Bentes; Santos, 1990a, p. 14).
[315] Número de pessoas que saíram da aldeia Juruapuca para morar na região do rio Ueré.

06/05/1990	118 pessoas[316]	Bentes, et al., (1990)
30/11/1990	157 pessoas	CIMI-Tefé (1990)
06/2022	257 pessoas	Amorim (2022)

Os dados nos permitem visualizar uma presença constante dos Kulina na TI Rio Ueré e apontam para o crescimento da população na terra indígena. Desse modo, a demarcação da TI se faz necessária para garantir a existência física e cultural dessas pessoas, bem como o acolhimento de novos moradores.

10.1. Dados sobre mortalidade na Terra Indígena Kulina do Rio Ueré a partir da história de vida das famílias [317]

Os moradores da TI Kulina do Rio Ueré procuram apresentá-la como uma zona de refúgio e tranquilidade diante do quadro atual de vulnerabilidade que atravessa os Kulina em toda a calha do rio Juruá (como vimos na Primeira Parte desse relatório na Recomendação Legal nº 09/2022). Contudo, constatei que todas as famílias estão envolvidas em alguma tragédia. Em cada família há um irmão, um pai, uma irmã, uma mãe, um filho ou uma filha que foi assassinado(a) ou faleceu bêbado-afogado; outro que cometeu suicídio; ou uma mulher-menina que foi abusada... São violências que iniciaram com as frentes de exploração da seringa e do caucho (como vimos na Primeira Parte desse relatório) e continuam fazendo parte do cotidiano das famílias.

Avalio que a principal causa de morte dos Kulina no Ueré são homicídios (assassinatos) e os afogamentos (envolvendo ou não o uso de bebidas alcoólicas) e o suicídio[318]. Cheguei a essa conclusão ao ouvir as histórias das famílias (extensas) na TI Rio Ueré.

Vale relembrar que todas essas famílias fazem parte do "pessoal do Ado" e se movimentavam (e se movimentam) por toda a calha do rio Juruá; e também rio Purus, Solimões e Jutaí. Se fizermos um recorte histórico, podemos observar em determinado momento (após algum conflito por motivo de feitiço) a movimentação de uma única família extensa (por exemplo, temos: quando Ado morou no Igarapé dos Canudos; ou quando a família de Deque morou no seringal Concórdia). Entretanto, os relatos da

[316] Levantamento populacional feito *in loco* pela equipe indigenista.
[317] Reconstruí as histórias das famílias a partir de conversas dirigidas efetuadas em todas as casas da aldeia Matatibem. As conversas foram realizadas em Kulina e em Português. As mesmas foram gravadas e transcritas.
[318] Quando estávamos na TI Rio Ueré havia confirmação de vários casos de malária através de teste rápido.

memória oral e os documentos históricos (apresentados na Segunda Parte desse relatório) trazem a informação principal: a movimentação dos Kulina não é aleatória, eles são "queixadas *madija*" (*jidsama madija*; nas palavras de Tone e Iba), isto é, os deslocamentos, as idas e vindas, são sempre um retorno a alguma terra tradicional para cuidar daqueles que ficaram para trás (um roçado-cemitério, uma plantação de *rami*...). Assim, na região do Médio e Baixo Juruá, as famílias que fazem parte do pessoal do Ado se movimentaram principalmente nas seguintes terras tradicionais (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios): Igarapé do Gaviãozinho, Igarapé do Índio, seringal Santa Luzia-Flechal, rio Xeruã, Xué, Taquara, Ueré, Vai-quem-quer, Breuzinho, Andirá, Juruapuca-Jaci, TI Kumaru, Jutaí-Batedor e rio Biá. Também constatamos a presença histórica dos Kulina em áreas atualmente reconhecidos como bairros da cidade de Carauari (igarapé da Roça e igarapé do Banho) e da cidade de Juruá (igarapé Branco e Campo do Marcondes). Não traçarei uma cronologia de quando determinada família estava em determinado local: primeiro porque os Kulina têm outra concepção de tempo (no qual o tempo mítico se mistura com o tempo atual e com o tempo dos avôs); segundo, porque os constantes deslocamentos dos Kulina não nos permitem isso[319].

Ressalto que essa parte do relatório dedicada à reprodução física e cultural do povo Kulina que habita a TI Rio Ueré começará com a memória histórica e os vínculos de parentesco das famílias Kulina na TI Rio Ueré. Em seguida apresentarei a série histórica de dados sobre o suicídio no DSEI-MRSA (2011-2016); e dados gerais das principais causa de morte dos Kulina no DSEI-MRSA (2015 e 2016) (dados que obtive durante minha pesquisa de doutorado); depois farei uma análise sobre a situação de vulnerabilidade que os Kulina atravessam: o processo de alcoolização, o suicídio, a violência e a falta de políticas públicas. E por fim, voltaremos ao sorriso, à resiliência Kulina: os projetos de futuro, o conhecimento xamânico e a relação com os territórios ancestrais e sagrados.

10.1.1. A família de Maho e Majahua: pais de Sipocahi (casa 23) e Iba (casa 18)

[319] O desenho cronológico de ocupação das terras tradicionais é traçado na Segunda Parte desse relatório. Na ocasião apresentei as listas com nome das famílias que habitavam Juruapuca, Andirá, Ueré e Vai-quem-quer nos anos 80 e 90, a partir dos registros históricos encontrados nos arquivos do CIMI-Tefé.

De acordo com Sipocahi seus pais moravam no rio Gregório (afluente do rio Juruá) e tiveram que abandonar a terra tradicional porque o pai estava ameaçado de morte ("juraram matar ele"). Sipocahi lembra que a aldeia no rio Gregório possuía poucas casas, "poucos Madija morando" (cerca de três casas). Os homens trabalhavam cortando seringa. Contudo, Sipocahi não lembra o nome do seringal, pois era muito pequena. Na aldeia no rio Gregório nasceram: Sipocahi, Iba e Aro-Haroldo (falecido). Eunice (irmã falecida) nasceu no Igarapé do Índio. Huatono (F; irmã) nasceu no Breuzinho. Depois que baixaram da aldeia no rio Gregório, a famílias morou no igarapé do Gaviãozinho e no Igarapé do Índio. Quando Maho Kulina, pai de Sipocahi e Iba, foi assassinado (por não indígenas) a família morava no igarapé Menecê, afluente do igarapé Breuzinho, tributário do rio Juruá (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Após o assassinato do pai vieram com a mãe (Majahua) morar na TI Rio Ueré, na Aldeia Velha (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos). Nessa época moravam na Aldeia Velha as famílias de Ado e de Acora-Edmundo. Sipocahi chama Ado de vovô e contou-me que quando o pai foi assassinado, no Breuzinho, o "avô Ado" foi pegá-la com a mãe e os irmãos, em uma balsa-canoa tradicional[320].

Majahua, mãe de Sipocahi e Iba, foi assassinada, bêbada, na aldeia Matatibem por um não indígena. Ela está sepultada no cemitério localizado no quintal da aldeia (próximo ao roçado de Cara Kulina. Ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos).

Sipocahi tem uma filha de nome Roselina que contraiu matrimônio com Rohuidsi (filho de Najora. Rohuidsi, e seu pai Najora, moraram na TI Rio Ueré nos anos '80). O casal morava na aldeia Mapiranga (TI Kumaru), mas agora está morando na aldeia Batedor (rio Jutaí). Huatono (F), irmã de Sipocahi e Iba, mora atualmente com o marido (não indígena) Zé Caboclo, no igarapé do Xué. No igarapé Medonho moram duas tias maternas de Sipochi e Iba: Canoja e Jeri (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

Sipocahi conta que estava morando na Aldeia Velha, com a mãe e os irmãos, quando conheceu e casou com Tete (não indígena). Depois de casada foi morar no Igarapé do Paraíso ("dentro do igarapé, subindo, na terra firme"). Tempos depois saíram do

[320] De acordo com informações de Siteri-Madalena, Majahua era filha do Ado com Siroja. Ado teria conhecido Siroja (avó materna de Sipocahi e Iba) no Igarapé do Índio. Ado teria engravidado Siroja, mas não casou com a mesma. Como sabemos, Ado casou primeiro com Maria Dsohe e tempos depois casou com Dsihuini-Zeneide. Ado tinha duas esposas. A troca de mulheres aconteceu com o consentimento da grande liderança *biro madija* (tucano araçari *madija*) Chico Cidade-Omaco e aconteceu no igarapé Gaviãozinho.

Igarapé do Paraíso e foram morar no Igarapé do Café, no local que os não indígenas colocaram o nome de Zabreu (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos). A família de Sipocahi morou no Zabreu, na mesma época que a família da Conceição. Anos depois Sipocahi veio com os filhos morar na aldeia Matatibem e Tete foi para Carauari. Depois Tete retornou e a família ficou morando na aldeia Matatibem (a família também tem uma casa no roçado, localizado acima da aldeia).

Aro-Haroldo, irmão de Sipocahi e Iba, morava na aldeia Matatibem. É pai de Mahuadsi, filha da Mariana (casa 20). Ele foi assassinado quando viajava ao município de Itamarati-AM ("todos estavam bêbados").

> O irmão do Iba, finado Aro (Aroldo), tirava muito buriti. Assim, ele subia no pé. Mataram ele com faca. De lá não sei como foi a confusão. Todos estavam bêbados. Cachaça ninguém tem amigos. Não faltava açaí na casa dele. Ele botava roça, plantava banana. Na casa dele mesmo era tudo banana madura pendurada. Ele trazia surubim no arpão quando ele ia pescar, surubim grande.

Iba morou com sua mãe Majahua, na entrada para o igarapé do Bananal, na mesma época em que Maria Miranda e Jore moraram no local (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos).

10.1.2. A família de Deque e sua filha Suzana

Deque, mãe da Suzana, é a anciã da aldeia (83 anos). Deque é irmã de Ado-Adolfo, é filha de Samuel e Etelvina. Deque e Simahi[321] são as únicas irmãs vivas. A família se identifica como membro do subgrupo *dsomaji madija* (onça *madija*). Deque nasceu no Igarapé do Índio, depois morou na aldeia Piau e no igarapé Belém (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Ela casou com Juvenal-Misseini e teve os seguintes filhos: Toho, mora no Igarapé do Índio (mãe da Ridoma, casa 27; do Tone, casa 42; e da Sada-Sandra, casa 41); Suzana (casa 33); Coero (M; mora na aldeia Piau); Cazuza (falecido; assassinado por não indígenas); Loriano (falecido; "mataram ele já está com três anos". Está sepultado na aldeia Piau); Obai (M; falecido, assassinado por não indígenas); e Elizei ("morreu de sarampo com mais ou menos três anos de idade, no Igarapé do Índio"). O casal teve outras três filhas: Nanija (F); Quirija (F) e Sobija (F) que também faleceram.

[321] Simahi casou com Acora-Edmundo, mora atualmente na aldeia Jaci e na cidade de Juruá.

> Só tem dois irmãos da Suzana vivos, o resto *carihua* mataram tudo. Aí para cima estavam em uma festa. Os *carihua* mataram três irmãos dela, de faca[322].

Suzana (61 anos) me contou que depois que ela nasceu no Igarapé do Índio seus pais vieram morar dentro do Seringal do Concórdia, localizado no Igarapé Sarabi, abaixo de Carauari, moraram cerca de um ano no local até a morte do pai (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Suzana tinha cerca de 10 anos quando a família veio morar no Seringal do Concórdia. Após a morte do pai vieram morar na aldeia Taquara (atual terra indígena Kanamari, próximo a cidade de Carauari). Depois Ado convidou todos para morar na TI Rio Ueré: "ele falou que tinha muito matrinxã pra cá".

> [Suzana] Aí o finado Nestor, *carihua,* deu terreno para o Ado morar pra cá, pro Ueré. Nestor era dono do seringal que ficava aqui no Ueré, no local onde hoje é Matatibem, morava o Nestor. Ado foi morar com o pessoal lá para cima, lá na Aldeia Velha. Aldeia Velha que está na ponta do Estirão do Galo.
> Na Aldeia Velha trabalhava de cipó, fazendo vassouras, tirava madeira, derrubava pra cá e pra lá pro Sucuriju (aldeia Matatibem, 02 de junho de 2022).

De acordo com Suzana, os Kulina foram descendo devagar da Aldeia Velha e se juntando com a família de Ado no local Matatibem. Quando sua família chegou a Matatibem havia quatro casas: Namia e Sama; Cara e Paroja; Caido-Zé Candido e Siteri; e Ado e Dsihuini. Foi na aldeia Taquara que Suzana conheceu o pai de Dioni e Ercília: "não tinha Kanamari lá". Dioni nasceu na aldeia Taquara: "mesmo onde o Jacaúna mora" (Jacaúna Kanamari, tuxaua da aldeia Taquara). Ercília, irmã de Dioni, nasceu no Japó, em Carauari, perto do cemitério[323].

Dioni e Ercília são filhos de Suzana com o não indígena Ilson Mendonça. Na época os irmãos de Suzana não aprovaram o casamento. Então, quando Dioni tinha cerca de quatro anos, os irmãos de Suzana a levaram para morar na aldeia Piau. Depois Suzana veio morar no Igarapé do Índio ("passou uns dois anos por lá e depois subiu mais até o Piau. Tudo remando. Quem mais gostava de remar era o irmão da Suzana, o Coero"). Dioni e Ercília foram criados pela mãe e os tios maternos; os dois conheceram o pai (não indígena) somente depois de adultos.

[322] Informante solicitou que não fosse identificado.
[323] [Suzana] "Eu tava com o pai do Dioni aí nós viemos para a cidade e senti dores e Ercília nasceu" (aldeia Matatibem, 02 de junho de 2022).

Anos depois Dioni veio visitar os parentes na TI Rio Ueré, conheceu e casou com Conceição. Em seguida Suzana "desceu" atrás do filho Dioni e levou toda a família para passear na aldeia Piau. Passaram um ano na aldeia Piau e depois retornaram para a TI Rio Ueré. Nesse retorno Ercília, irmã do Dioni, conheceu Paulo-Ado (casa 9) e com ele teve a filha Mohuidi-Érica. Entretanto, o relacionamento com Paulo-Ado não prosperou, Ercília voltou para a aldeia Piau e levou consigo a filha pequena. Ercilia continuou morando por algum tempo na aldeia Piau, cuidou da filha e permaneceu solteira. Suzana, preocupada com o futuro da filha, sugeriu que Ercília fosse passar uns tempos com o pai Ilson Mendonça, em Manaus. Ercília não quis ir, alegou não ter nenhuma relação com o pai; por outro lado ela também não queria voltar a morar na TI Rio Ueré. Um dia algo a chateou e ela fugiu com uma corda: "ninguém pensava que ela iria se matar" (cometer suicídio). Suzana foi procurar Ercília e a encontrou morta: "Estava só o couro". Depois da morte de Ercília toda a família resolveu sair da aldeia Piau e retornar para a TI Rio Ueré. Quando Ercília se suicidou Mohuidi-Erica tinha cerca de três anos de idade (Mohuidi-Erica está agora com 13 anos). Chegando a TI Rio Ueré a família foi morar na aldeia Ariramba (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos). As famílias do Dioni (casa 32), da Suzana (casa 33), da Birico (casa 4), da Maria Miranda (casa 36), da Dsihuini (casa 3)[324] e do Nelson (casa 2) moravam na aldeia Ariramba até mais ou menos 2017: "O pessoal queria que a gente viesse para aumentar as casas aqui. Aí a gente veio".

Suzana atualmente está casada com o não indígena Francisco das Chagas Lauriano Neres (Chico Loriano). Moram na casa de Suzana: sua mãe Deque, sua neta Mohuidi-Érica; e seus três sobrinhos: Angelina (jovem), Jotia (adolescente) e Niro (6 anos). Os órfãos de pai são filhos de Loriano (falecido) e Rora. Mora também na casa, Josué (filho de Siho, casa 28), um rapaz que foi adotado por Suzana desde recém-nascido[325].

Rora, viúva de Loriano (cunhada de Suzana) está na cidade de Itamarati-AM e cuida de outros filhos: Danilo, Jassica e Iraco. Soja (casou com Ssomi), Bruna (moça) e Danilo (rapaz) também são filhos de Rora e Loriano e estão morando na aldeia Piau. Rora tentou um novo casamento, com um não indígena, mas provavelmente voltará para a TI Rio Ueré somente com os filhos. Depois que o marido Loriano foi assassinado Rora

[324] Conceição chama Dsihuini de vovó. Ela disse que Quina, mãe de Maria Miranda era sobrinha de Dsihuini (nesse caso a Quina é filha de uma prima-irmã de Dsihuini).
[325] Foi para a assembleia dos Deni e ainda não voltou. Ele ficou com seu irmão José (viúvo).

morou cerca de dois meses na aldeia Matatibem: “Estão dizendo que o Ssomi, Soja, Jassica e Rora estão voltando para morar aqui, eles ligaram avisando”.

Os registros de nascimentos dos filhos do Dioni e Conceição nos oferecem uma ideia da movimentação da família nos últimos anos: Márcia, nasceu na aldeia Ariramba, em 2009; Shara, nasceu em uma viagem a Carauari, em 2012; Jonathan, nasceu na aldeia Ariramba, em 2014; Jhon nasceu no hospital, em Carauari, em 2017; Lidiane, nasceu em casa, na aldeia Matatibem, em 2021.

Francisco das Chagas Lauriano Neres (Chico Loriano), não indígena, esposo de Suzana, nasceu em 02/04/1964, é filho de Benedita Neres Barbosa e José Laurino Barbosa. Chico Loriano contou-me que sua família morava na região do rio Xeruã e chegou a TI Rio Ueré quando ele tinha 19 anos (agora com 59 anos). A família morou primeiro próximo ao Poço de Ouro. Chico Loriano conta também que viu quando a família de Ado veio dos Canudos-Taquara para se fixar no Ueré. Falou que na ocasião ele tinha 23 anos. Em um cálculo rápido, a partir do ano de nascimento de Chico Loriano, mais uma vez, para fins de registros históricos-cronológicos, temos a indicação **do ano de 1987 como o ano em que a família do Ado chegou para se fixar na TI Rio Ueré. Comprova-se uma habitação continuada: antes, durante e posterior a 1988** (apresentada, justificada e citada a Lei nº 14.701/2023).

10.1.3. História da família da Conceição e sua mãe Maria Miranda

Maria Miranda[326] é filha de Dsono-Miranda (avós paternos: Dsacade e Sssahua) e Quina-Alcina (avós maternos: Jore e Codidsa). Dsacade veio do igarapé Huessesse, abaixo do Piau (aldeia Ajitini); e Ssahua veio do Cruzeiro do Sul. A família morava no Igarapé Gaviãozinho. Os filhos de Dsono-Miranda e Quina-Alcina, são: Jore (falecido); Sseno (mora na aldeia Pau-Pixuna, TI Kumaru); Huatenoma (mora na aldeia **Batedor**, no rio Jutaí); Maria Miranda; e Iponi (casa 34) (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

Quando Maria Miranda era moça morava na Aldeia Velha (TI Rio Ueré). Na época havia muitas festas na aldeia, os não indígenas que moravam próximo vinham participar e namorar. Às vezes eram os não indígenas que promoviam festas na aldeia:

[326] O nome não indígena de Dsono, pai de Maria, era Miranda; por isso Maria ficou conhecida como Maria Miranda (Maria, a filha do Miranda).

"Era um monte de *carihua*, levava bebida, aí fazia festa e iam dançar. Na época eram todas novinhas, as mulheres. Era tudo novinha, tudo bonita e solteira. Não era festa de *ajie*, era forró mesmo. Mas tinha também *ajie*".

O primeiro marido de Maria Miranda foi Pedro Kulina, era natural da Aldeia Kulina, localizada dentro da TI Rio Biá (atual TI Katukina do rio Biá. Ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Maria Miranda se encontrou com o Pedro ao acessar o rio Biá através de Carauari (acessa uma estrada em Carauari, atravessa o rio Riozinho de canoa, na outra margem percorre a pé um varadouro que sai no rio Ipixuna, afluente do rio Biá). Pedro Kulina era filho de José Sousa (irmão da Ropahi-TI Kumaru). Pedro é pai de Birico (casa 4). Maria Miranda deixou o marido porque a mãe, Quina-Alcina, foi buscá-la. Depois que Maria Miranda veio da TI Rio Biá morou em Carauari (bairro Igarapé do Banho) onde conheceu e casou com o não indígena Macuxi (Antônio Macura). Birico (casa 4) nasceu no Igarapé do Banho, em Carauari.

> [Maria Miranda] Birico é filha de outro pai. Nome dele é Pedro. Ele morreu. Ele era Madija. Ele faleceu em Jutaí. Eu casei e morei com ele lá. Tu sabe Biá, né? Eu morei no Biá (local atualmente conhecido como Aldeia Kulina). Eu morava lá, mas a minha mãe foi lá e me pegou de volta. Eu estava grávida com barriga grande (grávida de vários meses). Mas mamãe me tomou. Mamãe valente. Amoco (Pedro) queria brigar com a mamãe. Aí mamãe valente falava: "tô aqui, mata eu". Mas eu falei: "mamãe não é assim não, deixa ele aí, vamos embora". Papai ficou aqui, em Carauari. Eu fui para o Jutaí sozinha com o meu irmão Jore[327]. Aí mamãe disse: "vambora Maria, desce, desce. Vamos simbora, tá de noite". Aí Pedro Amoco disse: "A mãe dela me tomou, agora minha mulher foi embora, levaram". A minha mãe ficou sabendo porque o pessoal de Carauari andava pelo Biá e falava pra ela. Aí mamãe ficou com raiva. Aí chegou lá (e disse): "Maria! Maria!" De manhã mamãe chegou lá no Ipixuna. Aí aquele Dami, Dami de Baixo. Ele chama irmã, para a mamãe. Meu *coco* (tio-sogro de Maria; primo cruzado, ou irmão de Alcina). Aí Dami disse: "Alcina pode levar!". Pedro-Amoco é Madija, filho de Zé Sousa, nome dele Sioca, em Madija. Aí Corima falou: "Deixa ela ir embora. Quando estava aqui tu não cuidava da tua mulher, deixa ela ir embora". Aí eu vim embora (aldeia Matatibem, 04 de junho de 2022).

Quando a família de Ado morava na Aldeia Velha, as famílias de Maria Miranda e seu irmão Jore moravam próximo, mas na outra margem do rio Ueré. Jore se separou de sua esposa Huama e ela foi embora para o Envira (onde faleceu de *dori*-feitiço). Depois disso Jore se mudou para a aldeia Pau-Pixuna (TI Kumaru) com o filho (Nodiha). Jore se

[327] Foi com o irmão Jore pelo varadouro de Carauari que dá acesso a TI Rio Biá.

casou com Rodsa (casa 22) e a mesma criou Nodiha[328]. Jore faleceu, bêbado afogado na aldeia Pau-Pixuna (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

Huatenoma, outro irmão de Maria Miranda, também morou próximo a Aldeia Velha e atualmente mora na aldeia Batedor, no rio Jutaí.

Maria Miranda e Pedro Kulina são pais de Birico (casa 4). Conceição e Tonani-Rosa (falecida) são filhas de Maria Miranda com o não indígena Antônio Macura (Macuxi). Maria Miranda teve ainda dois abortos ("de meninas") que foram sepultadas no terreiro-cemitério-campo da aldeia, próximo a sepultura de Ino.

Tonani-Rosa, filha de Maria Miranda, estava casada com José (filho de Siho e Ropi, casa 28) quando se suicidou no "campo das mulheres", no dia 03 novembro de 2021. O campo está localizado próximo à casa do Pedro-Cossaro (casa 27). Tonani estava grávida de oito meses quando faleceu.

Contam que dia 02 de novembro de 2021 Tonani-Rosa estava bem e foi colher mangas com as amigas, no dia seguinte praticou o suicídio[329]. Tonani-Rosa deixou três filhos: Dsono, Macora e Timo (Robson, Alex e Rogério). Os mesmos não são filhos de José, mas são filhos de Bidai Kulina que contraiu matrimônio com outra pessoa na TI Deni. As crianças (órfãos) estão agora sobre os cuidados da avó materna, Maria Miranda[330].

Conceição, filha de Maria Miranda, morou na localidade Zabreu, na boca do Igarapé do Café, na mesma época na qual morava no local a família de Sipocahi-Neide (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos). Conceição disse que "já era menina grande" (uns 10 anos) quando saíram do Zabreu e foram morar na aldeia Matatibem. Porém, como havia alguns conflitos, tempos depois foram morar na aldeia Ariramba. Só recentemente voltaram para a aldeia Matatibem.

Iponi, casa 36, irmã de Maria Miranda é viúva de Jidoni que faleceu, afogado e bêbado. Na casa de Iponi moram sete pessoas: três crianças filhas de Iponi; e dois adolescentes (netos de Iponi). Os adolescentes são filhos de Caba (filha de Iponi) que faleceu afogada, bêbada, em Eirunepé (caiu de uma balsa). Essa família estaria, digamos, em estado de extrema pobreza e vulnerabilidade, se não integrasse a rede de distribuição

[328] Nodiha atualmente mora na aldeia Batedor (rio Jutaí).
[329] Após o suicídio de Tonani-Rosa, Conceição e Dioni foram passar três meses em Manaus, na casa do pai de Dioni.
[330] De acordo com Maria Miranda, Antônio Macura disse que iria trabalhar em Tefé e retornaria, mas não retornou. Contam que ele teria casado com outra pessoa. Maria Miranda cuida dos três netos (filhos de Tonani Rosa) sozinha. Ela possui aposentaria social e recebe apoio da comunidade dentro da rede de distribuição de alimentos própria da cultura Kulina.

de alimentos e serviços próprios do universo cultural Kulina. Nenhuma criança ou adolescente dessa casa possui registro de nascimento e frequentava a escola. A falta de documentação impede também o acesso de Iponi aos programas sociais do Governo Federal[331].

Os Kulina enfrentam todas as dificuldades, traumas e tragédias e acolhem todos os órfãos e viúvas. Entretanto, para que a vida seja *bicatani* (boa em todos os aspectos) eles necessitam que a TI Kulina do Rio Ueré seja demarcada e eles possam ter acesso a todas as políticas públicas na forma como lhes assegura a Constituição Federal de 1988. A falta de uma CTL-FUNAI em Carauari dificulta o acesso dos Kulina aos serviços básicos de documentação. O povo Kulina têm orgulho de sua língua, mas o fato de Iponi falar em Kulina o impede de acessar todos os serviços públicos aos quais tem direito. Observei que todos esses fatores incidem diretamente no aumento de preconceitos e estereótipos. Digo isso ao constatar que os registros civis dos Kulina têm uma série de erros graves: não consta a etnia; os Kulina são registrados com nome e sobrenome de não indígenas; e quando consta o nome da pessoa, em língua Kulina, o mesmo é impronunciável ou indecifrável. Os profissionais do cartório não têm nenhum conhecimento da grafia de palavras em Kulina e escrevem o nome de forma errada. Muitos Kulina têm vergonha de dizer o nome na língua materna por medo ou vergonha. Eu ouvi de um Kulina, que possui nome e sobrenome de não indígena, seu desejo de mudar o nome: colocar o nome em língua Kulina e a etnia como sobrenome. Porém, quando ele expressou esse desejo a um profissional que poderia ajuda-lhe, o mesmo teria dito que isso não se faz, que quem muda de nome é bandido.

10.1.4. História dos irmãos Siteri-Madalena e Manohve-Manoelzinho

Siteri (76 anos) e seu irmão Manoelzinho (78 anos) nasceram na aldeia Acuraua, no rio Tarauacá. No seringal Acuraua os homens trabalhavam cortando seringa. O dono do seringal era "o patrão Ribamar". Depois trabalharam para o patrão Bibiu e o patrão Taveira ("depois o patrão Taveira foi embora para Manaus"). De acordo com Manoelzinho a família morava no Acuraua, mas tiveram que sair após o falecimento de três membros da família: o pai (Corime) e a mãe (Huedsaji) faleceram vítimas de

[331] Na reunião com Joabes Kanamari, coordenador de educação escolar indígena do município de Carauari, comuniquei a situação. Joabes disse que não tinha ciência do fato e orientou os professores para a efetivação imediata da matrícula das crianças e adolescentes. Carauari está sem um representante da CTL-FUNAI desde o ano de 2019.

dsamacoma, *dori* (feitiço relacionado ao mundo dos não indígenas ou feitiço externo); e o irmão Maidso-Cahi morreu afogado, bêbado. Siteri completou: "Viemos embora, baixando, remando". Depois que saíram do Acuraua foram morar na aldeia Cacau e no Igarapé do Índio (onde Manoelzinho trabalhou cortando seringa). Moraram também em Caitaú (Juruá-Juruapuca) e na aldeia Vai-quem-quer (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Saíram de lá e vieram para o Ueré onde moraram primeiro na Aldeia Velha.

Manoelzinho contraiu matrimônio com Sinoca; e sua irmã Siteri casou com Caido-Zé Candido. Casamentos com troca de irmãs, pois Sinoca era irmã de Caido-Zé Candido. São filhos de Pedro Cossaro Velho e Quirija: Sinoca, Ino e Caido-Zé Cândido. O casal teve apenas três filhos, pois Cossaro Velho logo faleceu.

Cossaro Novo conta que Pedro-Cossaro Velho morreu jovem de feitiço (*dori*). Quirija ficou viúva e casou novamente com Joji (Alcides; tio materno de Maria Miranda). Siteri me contou que Caido-Zé Candido nasceu no Lago da Restauração[332] ("lago dos Kaxinawa"), acima de Eirunepé (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Por sua vez, Pedro Cossaro Velho é irmão de Maria Dsohe; e Quirija é irmã de Ado.

De acordo com Manoelzinho, sua esposa Sinoca morreu de *dsamacoma* (feitiço relacionado ao mundo dos não indígenas ou feitiço externo). Manoelzinho conheceu e se casou com Sinoca no Igarapé do Índio. Mariana, filha de Manoelzinho e Sinoca, nasceu na aldeia Vai-quem-quer. O casal teve uma filha de nome Rora (F), que faleceu adolescente vítima de sarampo.

Os pais de Manoelzinho e Siteri são: Corime (Antônio Kulina) e Huedsaji (Mariquinha). Os filhos de Corime e Huedsaji são: Siteri-Madalena, Manohve-Manoelzinho, Dami (casado com a Sojoma, falecido, morava na aldeia Pau-Pixuna, TI Kumaru), Jaho (mora na aldeia Cacau) e Maidso-Cahi (M; morreu afogado, bêbado). Ele desapareceu no Lago do Sacado, e seu corpo apareceu na praia de Santa Luzia, onde foi sepultado (terra tradicional Kulina nos Igarapés do Índio/Gaviãozinho). A terra natal de Corime, pai de Siteri e Manoelzinho, era a aldeia Dsidsirihua, no Acuraua (Tarauacá). A terra natal de Huedsaji era a aldeia Acuraua (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

Dsajo (Samuel), pai de Ado, era irmão de Huedsaji, mãe de Siteri e Manoelzinho (Ado era primo cruzado de Siteri). Por outro lado, Caido-Zé Candido (esposo de Siteri)

[332] Vimos nos registros históricos que o Lago da Restauração é terra tradicional dos Kulina (ver Segunda Parte desse relatório).

era sobrinho de Ado, pois era filho de sua irmã Quirija. Contudo, Caido-Zé Candido era também sobrinho de Maria Dsohe (primeira esposa de Ado), pois Cossaro Velho (esposo de Quirija e pai de Caido) era irmão de Maria Dsohe. Temos aqui a realização do matrimônio preferencial do sistema de parentesco Kulina: casamentos entre primos cruzados com troca de irmãs (Siteri casou o primo cruzado Caido-Zé Candido; e Sinoca casou com o primo cruzado Manoelzinho).

Siteri conta que a família morou no Igarapé do Índio, no igarapé Vai-quem-quer e na aldeia Taquara. Entretanto, saíram do Taquara porque o prefeito disse que não dava para eles morarem lá: "mandou a gente embora e os Kanamari chegaram". Então eles saíram e foram morar na Aldeia Velha (TI Rio Ueré). As primeiras casas na Aldeia Velha eram do Zé Pio (Cara), Caido-Zé Candido, Manoelzinho, Cossaro-Pedro Novo (depois de casado), Jodsino, Namia, Acora-Edmundo, Najora, Rohuidsi (na época casado Dseppa), Corari, Ado, Najora (filho Chico Cidade) e Equene.

Perguntei a Siteri como foi o processo de mudança de local da aldeia (deixar de morar na Aldeia Velha e morar na aldeia Matatibem) e ela respondeu:

> [Siteri] A gente achou muito longe morar lá em cima e mudamos a aldeia pra cá, para Matatibem. Foi aqui que meu marido ficou doente. Levaram ele para Manaus, mas ele morreu no hospital. Trouxeram para Carauari e enterraram ele lá.

Para Siteri seu esposo Caido-Zé Candido morreu de feitiço ou *dsamacoma* (feitiço relacionado ao mundo dos não indígenas ou feitiço externo). Siteri teve outros filhos que morreram ainda criança: "ou de gripe (pneumonia) ou de diarreia (desidratação) "*Maittacccadsama nohueradsapa jemedsi* (tradução: Antigamente não havia remédios)". Filhos de Siteri-Madalena e Caido-Zé Cândido: Cossaro-Pedro (casa 27), Graça (casa 18) e Corime-Bufe (casa 25).

No registro civil de Cossaro consta seu nome: Pedro José Francisco da Silva, nascido no dia 22 de outubro de 1970, filho de José Francisco da Silva (Caido) e Madalena Kulina (Siteri). Cossaro conta que nasceu no Igarapé do Índio e veio com três meses para a região do Baixo Juruá, para a aldeia Juruapuca. Quando saíram do Juruapuca, para morar no Ueré, Cossaro afirma que era rapaz novo, tinha cerca de 15 anos[333], quando veio morar na Aldeia Velha (esse dado também aponta a presença dos Kulina no Rio Ueré no

[333] Essa memória de Cossaro é confirmada nos documentos do CIMI-Tefé que aponta esse grupo de Kulina se deslocando da aldeia Juruapuca em 1985 (Bentes; Santos, 1985)

ano de 1985). Cossaro-Pedro lembra que chegou a participar das aulas ministradas por Antônio José Bentes[334] (1985-1990).

De acordo com Cossaro, Acora-Edmundo ficou chateado quando houve uma grande briga no Juruapuca[335]; e em decorrência desse conflito resolveu se mudar para a TI Rio Ueré: "porque aqui era bom, tinha muito peixe e era mais longe da cidade"[336]. Caido-Zé Cândido "fez roçado novo e aí foi avisar o pessoal que aqui tinha muito peixe". Depois Cossaro e Jodsino (filho de Acora-Edmundo) baixaram até a aldeia Juruapuca para desmanchar os roçados (fazer farinha com as mandiocas dos roçados)[337].

A esposa de Cossaro é Ridoma, filha de Oma e Toho. Os pais de Ridoma moram no Igarapé do Índio; sua mãe Toho é filha de Deque (casa 33). São filhos de Oma e Toho: Ridoma (casa 27); Anari-Ana (F; mãe de Ire, casa 35); Lucimar (F; mora no Igarapé do Índio); Tone (casa 42); Erineu (M; mora no Igarapé do Índio); Sada-Sandra (casa 41); Daima (F; viúva de Aroldo-Aro, mora no Igarapé do Índio, mãe de Huatiani-Luana, casa 37); Roni (F; mora no Igarapé do Índio); e Mariana (mora no Igarapé do Índio).

Corime-Bufe, filho mais novo de Siteri (casa 25), casou com Rojama-Hueo, filha de Joji e Joria (nasceu na aldeia Mapiranga, TI Kumaru). Bufe contou que ano passado (2021) esteve na aldeia Mapiranga fazendo roçado para os sogros (brocou, queimou, plantou e "deixou grandinha as plantas"). Joria (sogra de Bufe) morava na aldeia Jaci e na cidade de Juruá, mas após o falecimento de sua filha Soro (suicídio em novembro de 2019, na cidade de Juruá) a família voltou a morar na aldeia Mapiranga; "desmanchou" a casa que possuía na aldeia Jaci (Juruapuca) e abandonou a casa que possuía na cidade de Juruá. Os sogros de Bufe vieram à aldeia Matatibem para passear e disseram que virão novamente esse ano. Bufe disse que vai brocar um roçado novo na TI Rio Ueré, junto com o irmão Cossaro, perto do local do roçado do Iba: "pra onde eu fazia é muito longe para carregar a mandioca e colocar de molho no igarapé, no verão. Longe também para carregar a farinha".

[334] Como vimos na Segunda Parte, o próprio Antônio José Bentes registrou a presença de Cossaro na terra tradicional no Juruapuca e Ueré.
[335] Em maio de 1989 houve um conflito grave entre os Kulina que estavam na terra tradicional no Juruapuca, brigas com feridos após consumo de bebidas alcoólicas na festa do santo na cidade de Juruá (conferir na Segunda Parte).
[336] A antiga aldeia Juruapuca ficava mais próxima da cidade de Juruá, do que a antiga Aldeia Velha da cidade de Carauari.
[337] Cossaro lembra na época que Jodsino estava casado com Assarina e tinha nascido a primeira filha do casal: Huadsorini.

10.1.5. A família de Siho e Sedsa, filhas de Salvador e Mazia

Siho nos conta que seu pai Salvador era natural do Riozinho, acima de Eirunepé (avós paternos: Sahuaino e Rodo). A família desceu o Juruá como parte do pessoal do Chico Cidade (Omaco). Ede, avó materna de Siho[338] era natural do Alto Purus. Salvador e Mazia moraram na aldeia Rezemã no rio Xeruã (atual TI Deni). Mazia faleceu quando o grupo de Acora-Edmundo morava no Igarapé Branco, na cidade de Juruá; ela foi sepultada no cemitério da cidade (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios). Quando Chico Cidade (Omaco) morreu bêbado-afogado, em Carauari (1978) acusaram Paimaro, irmão de Mazia (tio materno de Siho) de ter colocado feitiço. Paimaro foi assassinado.

Filhos da Mazia e Salvador: Sedsa (F); Corica (F); Siho (F); Amo (F); Siquina (F); e Comino (M). Siquina faleceu em Rio Branco. Na aldeia Terra Nova (TI Deni) moram os primos de Siho (filhos da tia materna Mahuadsi). Na aldeia Morada Nova (TI Deni) mora Comino, irmão de Siho (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

Siho é casada com Ropi. Os pais de Ropi são Jaimo e Nanija. A família de Ropi morava no Igarapé do Índio, mas depois baixou o rio (sozinha) até a cidade de Juruá. Na cidade de Juruá a família se juntou ao pessoal do Ado, depois que Ropi contraiu matrimonio com Siho. Após o casamento Ropi e Siho foram morar na aldeia Volta Grande (TI Rio Ueré). De acordo com Siho seu filho Janoha-Goiano, nasceu na aldeia Volta Grande. Na certidão de nascimento de Janoha consta que ele nasceu no dia 07/09/1988 (dado relevante que comprova a ocupação tradicional dos Kulina na terra indígena no rio Ueré).

Siho ficou morando na aldeia Volta Grande, e o pai Salvador continuou descendo o rio Juruá junto com o grupo de Dorome (filho de Chico Cidade que assumiu a liderança do grupo após a morte do pai) indo morar na aldeia Cumaru. Por sua vez, os pais de Ropi (Jaimo e Nanija) deixaram de morar na aldeia Volta Grande e foram para a aldeia Piau, no município de Ipixuna, onde faleceram.

Eu, Genoveva, conheci Salvador (pai de Siho), viúvo, morando com sua irmã Rodsa (casa 22) na aldeia Cumaru (TI Kumaru). Ele era pajé, realizava curas em crianças, e era também um bom pescador de matrinxãs (sempre nos trazia um matrinxã no fim da

[338] Siho lembra o subgrupo *madija* do pai e da avó materna. De acordo com a regra de descendência Siho é *dsotomi madija* (quati *madija*). Salvador era *jahua madija* (patauá *madija*). Ede, avó materna de Siho era do subgrupo *dsotomi madija* (quati *madija*).

tarde). Entretanto, Salvador foi assassinado em 1998 enquanto pescava matrinxã no igapó.

Siho viajou conosco na expedição ao Alto Ueré (de 27 a 30 de maio de 2022). A noite ela sentava e começava a falar; ou falava sentada na canoa quando revia os locais onde morou com a família. Foi assim que Siho contou que abaixo de Eirunepé, no local Paduai, nasceu Raimundo, seu segundo filho. E quando a família morava na aldeia Piau nasceram os filhos: Bonito, José, Samuel, Josué e Rogério. Enquanto que Maria nasceu no hospital na cidade de Ipixuna-AM; e Ribo nasceu no igarapé Quatro Bocas, acima da aldeia Piau. Siho teve uma filha de nome Mazia, mais velha do que Janoha-Goiano, que faleceu vítima de sarampo e está sepultada na aldeia Volta Grande. Vemos aqui como o território histórico e cosmológico tem significação muito próxima em Kulina: roçado=aldeia=cemitério=*tocorime* (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos). Siho lembra de mais dois filhos pequenos que morreram vítimas de pneumonia (um faleceu e foi sepultado em Carauari; o outro na aldeia Piau).

A família de Siho morou até recentemente na aldeia Piau. Porém, Janoha Goiano e Raimundo desceram o rio Juruá até a TI Rio Ueré, e na aldeia Matatibem contraíram matrimonio. Depois Raimundo foi à aldeia Piau chamar os pais (Siho e Ropi) para voltar a morar em Matatibem[339].

10.1.6. Ino é sepultada no cemitério-terreiro-campo da aldeia Matatibem

Ino era filha de Pedro Cossaro Velho e Quirija. Era irmã de Caido-Zé Candido (esposo de Siteri) e de Sinoca (esposa de Manoelzinho). São filhos de Ino: Cana-Zefinha (casa 39) nasceu no Igarapé do Índio (filha de Ino e Missaini-Darahui); Issihui (casa 5) nasceu no Igarapé do Índio (filha de Ino e Missaini-Darahui); Huaido nasceu no Vai-quem-quer, mora na aldeia Jaci, Juruapuca (filha de Ino e o não indígena Napoleão); Deone nasceu no Igarapé do Índio, mora na cidade de Juruá (filha de Ino e Maidso[340]); Ivar nasceu no Vai-quem-quer e mora em Tefé-AM; e Neca-Hilda (casa 42) também nasceu no Vai-quem-quer (filha de Ino com o não indígena Zé da Onça).

Depois de seu nascimento, no Igarapé do Índio, Issihui conta que a família foi para cima, para o igarapé Jaraqui, lá seu pai morreu (igarapé localizado abaixo de Itamarati, mas acima de Carauari. Ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

[339] Toda essa história consta na Segunda Parte desse relatório.
[340] Falecido, irmão de Manoelzinho e Siteri.

Depois saíram do igarapé Jaraqui e vieram morar na aldeia Juruapuca (Baixo Juruá). Moraram por uns tempos no Vai-quem-quer, mas depois retornaram ao Igarapé do Índio. Quando vieram morar na Aldeia Velha (TI Rio Ueré) Issihui era moça. Ela lembra que havia muitas casas na Aldeia Velha; as casas do Ado, Acora-Edmundo, Dahora (Jacuba), Namia, Amohuesi, Najora e Cara. Tempos depois Acora-Edmundo deixou de morar na Aldeia Velha. Quem primeiro baixou da Aldeia Velha, para morar na aldeia Matatibem foi Ado e Cara: "Ado chamou todo mundo que tinha ficado lá para baixar para o Matatibem, para fazer aldeia grande". Na época Salim casou com a não indígena Helena e foi morar na cidade de Carauari. Edi-Edson estava casado com não indígena e morava em Tefé-AM.

Samoja (primeiro esposo de Issihui) veio passear na Aldeia Velha, os dois se conheceram e se casaram. Quando Issihui morava na Aldeia Velha sua mãe Ino ainda estava viva. Ino ficou doente quando veio morar na aldeia Matatibem, adoeceu com vômitos e diarreia. Quando Ino faleceu Issihui não estava em Matatibem. Ela estava casada com Samoja e morava na TI Kumaru: "quando minha mãe faleceu a Zefinha foi remando até a aldeia Cumaru atrás de mim, aí eu vim aqui". De acordo com Issihui havia apenas três casas na aldeia Matatibem quando sua mãe faleceu. Eram as casas do Majoro, Cara e Ado. Mahuija-Socorro estava casada com Majoro. Os filhos de Issihui com Samoja (falecido) nasceram na antiga aldeia Cumaru (TI Kumaru): Darahui (casa 5), Assico (casa 5) e Ino (falecida).

Conheci Issihui em 1997. Ela morava na aldeia Mapiranga (TI Kumaru) e estava casada com Samoja. Em uma viagem da família, à Carauari, Samoja morreu, afogado e bêbado ao cair de um flutuante na cidade. Depois do ocorrido Issihui não voltou para TI Kumaru e casou com Salim (filho de Ado e Maria Dsohe).

Quando eu estava levantando dados sobre a população e história de vida das famílias na TI Rio Ueré, andei em todas as casas. Lembro que quando subi a casa de Dsihuini-Zeneide (segunda esposa de Ado; casa 3) encontrei com Nita (filha de Dsihuini e Ado). Ela queria muito falar e me contar sobre o assassinato recente do filho. Mostrou-me fotos no celular e também fez questão de mostrar uma pasta onde tinha todos os documentos da família. Na pasta havia a certidão de nascimento e de óbito de Zino Zito Kulina, um rapaz de 18 anos que foi assassinado dia 30 de abril de 2021. Na certidão de óbito consta como causa da morte: "a) Parada Cardiorrespiratória; b) Choque Hipovolêmico; c) por arma de fogo (espingarda)".

Nessa sequência de tragédias registro também aqui o assassinato de Raimundinho, filho do Ado e Maria Dsohe (irmão de Iraci, Cara, Salim e Edi).

10.1.7. O dsoppineje-pajé Majoro-Moacy

A história do pajé Majoro tem especial importância porque introduz dados sobre a relação xamânica com lugares especiais, do ponto de vista cultural e simbólico, e que por isso devem ser incluídos na terra indígena, o que será retomado em maiores detalhes mais à frente.

Majoro nasceu na aldeia Gaviãozinho, é filho de Caba-Amélia e Nojari-José. São seus irmãos Rojama (F; falecida; esposa de Najora; o casal morou na Aldeia Velha. Najora era filho de Omaco-Chico Cidade); Mono (M; falecido); Jodso (M; falecido; assassinado na cidade de Juruá quando estava embriagado. Jodso era tuxaua e pajé da aldeia Pau-Pixuna-TI Kumaru); e Jore (M): liderança, pajé e pastor na aldeia Pau-Pixuna (TI Kumaru). Docore (professor e pajé da aldeia Pau-Pixuna) é primo-irmão de Majoro-Moacy[341]. De acordo com Majoro seu pai cortava seringa na aldeia Gaviãozinho. Majoro era criança quando seu pai foi assassinado. Ele foi adotado por Misso ("outro Misso"). Depois que assassinaram seu pai (Nojari-José) eles "vieram embora com a mãe". Primeiro a família subiu até Eirunepé e depois usou o varadouro que dá acesso ao rio Juruazinho (Alto Jutaí). Ao chegar no rio Jutaí a família desceu até a Aldeia Bola (atual RESEX Rio Jutaí) onde morou com o pessoal de Madahui (João Caboclo; pai do Docore). Da aldeia Bola foram para a TI Kumaru onde moraram na aldeia Cumaru, aldeia Monte Cristo e depois fundaram a aldeia Pau-Pixuna[342] (ver mapa: Origem e vínculos com outros territórios).

Majoro falou que trabalhou cortando seringa e sorva no rio Jutaí, Juruazinho, na aldeia Bola e na aldeia Cumaru (TI Kumaru): "trabalhei lá por três anos, aí terminou negócio de seringa". E trabalhou "cortando" madeira para o patrão Dadi (Baixo Juruá). Antes de Majoro casar com Mahuija-Socorro ele esteve casado com Ipi. O casamento com Ipi aconteceu quando ele morava na aldeia no Juruazinho. Majoro morou com Ipi na

[341] Badsirani conta que foi na aldeia Pau-Pixuna quando era pequena. Majoro levou a família para conhecer os parentes: "Papai levou nós de remo daqui pra lá para passear". Majoro tem muitas saudades do irmão e dos primos que moram na aldeia Pau-Pixuna.
São parentes de Majoro: Dodo (falecida; mãe de Docore) é sua *ami onihi* (tia; outra mãe); Irani (mora na aldeia Pau-Pixuna) também é sua *ami onihi* "ela é irmã da minha mãe". Miho (M; falecido) era irmão de Caba (mãe de Majoro).
[342] Conheci Majoro-Moacy quando ele morava na aldeia Pau-Pixuna (em 1995-1996).

aldeia Cumaru e na Pau-Pixuna. O casal teve três filhos: Arrussa (M, mora na aldeia Pau-Pixuna); Sojoma (F); e Cana (F). Depois que Majoro se separou de Ipi ela passou um ano na aldeia Pau-Pixuna com os filhos, depois foi embora levando os filhos. Ipi morou por alguns anos na aldeia Piau, mas agora está morando na aldeia Macapá onde casou novamente.

Majoro-Moacy se casou com Mahuija-Socorro em uma visita da família de Cara Kulina (pai de Mahuija-Socorro) a aldeia Pau-Pixuna. O casamento constitui uma aliança entre os subgrupos *dsomaji madija* (onça *madija*) subgrupo de Cara e *dsohuiji madija* (macaco-prego *madija*) subgrupo de Majoro. O matrimônio envolveu também *manaco* (troca/ou serviço de noiva[343]) que abrangeu o processo de iniciação xamânica de Cara. Após o casamento Majoro-Moacy deixou o seu subgrupo na aldeia Pau-Pixuna e mudou-se para a aldeia Matatibem (combatível com a regra de residência Kulina que é uxorilocal).

Os filhos de Majoro-Moacy e Mahuija-Socorro[344] são: Badsirani (F), Bidada (F), Rocida (F), Paroja (F), Bibida (F), Irani (F) e Majode (M). Houve uma filha do casal que faleceu ainda bebê (Neocirene; está sepultada onde atualmente está localizada a casa de Bidada; casa 11)[345]. Majoro é pajé (*dsoppineje*) conhecedor do feitiço das pedras (*dori*), contudo, deixou de executar o ritual do *tocorime*[346] depois que foi picado por uma cobra, perdeu uma perna e desenvolveu Parkinson. Entretanto, realiza cura nas pessoas que recorrem a ele em sua casa.

[343] "O que os Pirahã enfatizam com os pagamentos necessários para se obter uma mulher é estruturalmente semelhante ao 'serviço da noiva', não parecendo relacionar-se ao que se pode denominar como 'compra da noiva'. Quando um indivíduo obtém uma mulher, é ele que fica responsável por fornecer bens ao sogro, não depende de seu pai ou de seus irmãos para efetuar esta prestação, o que seria esperado numa sociedade que praticasse o *bridewealth* (Rivière, 1985:9)" (Goncalves, 1997, p. 80).

[344] Atualmente Mahuija-Socorro está casada com Sebastião Mayoruna e não teve nenhum filho com o mesmo. O casal se conheceu na Casa do Índio, em Manaus, quando Socorro fazia tratamento contra um câncer.

[345] Os Kulina costumam sepultar os recém-nascidos (e aqueles bebês que ainda não falam) próximo a suas casas ou embaixo das casas, pois essas crianças ainda não são totalmente pessoas. Os Kulina se tornam gente quando são massageados após o nascimento, recebem um nome, comem junto com seus parentes e começam a falar a língua Kulina de modo coerente.

[346] Ressalto novamente que a palavra genérica *tocorime*, tem vários sentidos. A raiz do termo *tocorime*, *corime*, é algo similar a "imagem" (reflexo, símbolo ou sombra). Vale salientar que *corime*, bem como o termo *tabari*, não são pronunciados pelos Kulina separados do morfema to; de acordo com Tiss, ele é usado quando o ser de referência de um nome dependente esteja sem relação com qualquer outro ser, ou quando o falante sabe a quem pertence, mas quer evitar citar o nome próprio da pessoa que entraria como complemento (Tiss, F. 2004, p. 71). Contudo, reitero que não é possível traduzir genericamente o termo *tocorime* como alma ou espírito dos mortos. Apesar dos *tocorime* apresentarem muitas vezes características humanas e muitos serem humanos mortos transformados em queixada (ou não). Há *tocorime* que tem outras "origens" ou histórias e habitam o "patamar das águas", o "mundo subterrâneo" e a floresta.

Havia um grande caminho *noma jahuini* (caminho do *noma*) que passava ao lado da casa de Majoro (casa 13) e conectava o terreiro com o roçado-cemitério localizado no quintal da aldeia. *Noma* é uma pedra de feitiço (ou feitiço) que possui a capacidade de amolecer e assim permitir a interação do pajé com outros seres e mundos/patamares cósmicos; também a pedra de feitiço usada na formação de pajés iniciantes.

> O *noma* abre os caminhos entre os mundos, transformando a matéria dos mundos e dos corpos. Sua potência de amolecer (*dakona'i*) é o que permite a transposição de mundos, é o que abre os caminhos (*hawi*) para os mundos dos *tokorime* e de outros seres não humanos. [...] o *noma* significaria uma capacidade para fixar determinado caminho de interação com determinado tipo de ser. Seria uma espécie de diapasão que quando disparado, ou utilizado, tornasse possível a ressonância do corpo do *zupinehe* com determinado tipo de ser e/ou mundo (Cerqueira, 2015, p. 274).

O caminho do *noma* agora está obstruído pela ponte de madeira (ponte feita recentemente e atravessa toda a aldeia). Majoro falou que não consegue subir e descer a ponte. Antes ele cantava sozinho o ritual do *Tocorime,* que se baseia em uma relação xamânica com seres invisíveis que vivem em outras dimensões não visíveis da terra indígena. Cana-Zefinha[347] (que também é *dsoppineje*-pajé e mora na casa 39) vinha para ajudar a cantar e curar, mas ficava junto com as mulheres. Tudo isso acontecia quando Majoro tinha as duas pernas (antes do acidente com a cobra). Todavia, ele ainda coloca *ahuabono* (pedra de feitiço anticoncepcional) e tira *dori*[348] (pedra de feitiço): "O *noma* não sumiu, ainda sou *dsoppineje*".

Perguntei a Majoro quais os "*tocorime* dele" e ele falou[349]:

> [Majoro] *Ccoccojohi, tonoccojohi, cassissi made, Dassissi madija* (Tradução: São *tocorime* do Marojo: *ccoccojohi*, *tonoccojohi*, *cassissi* e *tocorime* de uma pessoa morta chamada Dassissi) (Depois Majoro continuou falando em português). De primeiro eu ia pescar e andava por aí. Os *tocorime* me levavam pra debaixo das casas, debaixo da terra.
> [Genoveva] O que os *tocorime* te mostravam?

[347] Infelizmente não consegui entrevistar Cana-Zefinha sobre a sua vida como pajé, pois ela viajou para visitar os parentes na TI Kumaru.
[348] "O *dori* seria a doença mais perigosa. Dentro desta categoria, há subcategorias. A descrição da doença *dori* é bastante simples. A inserção de substâncias mágicas dentro de um corpo faz este corpo adoecer e, se não curado apropriadamente morrer. Esta substância é uma objetificação de seres muito perigosos, os espíritos *tokorime*, que habitam o *namibudi*, um mundo distante não apenas horizontalmente, mas verticalmente, o interior da terra. Estes seres são relativamente os mais *wadita'i,* isto é, com menor capacidade de *etiowata'i*. A doença *dori* é, portanto, fruto do cruzamento dos mundos mais distantes" (Cerqueira, 2015, p. 266).
[349] Todas as traduções a seguir foram feitas por mim.

[Majoro] Eles me mostravam laranja, *jadani* (banana), *ssami* (abacaxi)[350]. Os *tocorime* me davam *poho ppejene* (caiçuma de macaxeira), mas eu não bebi não. *Tocorime* me levava assim, agarrado no braço, nas costas dele.
[Genoveva] Para curar as pessoas no ritual *tocorime*?
[Majoro] Primeiro ele vem pra cá e cura a pessoa.
[Genoveva] E o *noma* (pedra de feitiço)?
[Majoro] O *noma* é pra fazer aprender outro Madija (iniciação de pajé). Pra colocar no outro para ser pajé.
[Genoveva] *Ahuabono*?
[Majoro] Para mulher não engravidar.
[Genoveva] *Jamo jamo* (espécie de bicho-ogro, espírito, que devora as pessoas).
[Majoro] Vive debaixo da terra. O *jidsama* (*tocorime* queixada ou gente queixada que vivem no patamar subterrâneo). Pajé que trouxe os *jidsama* (queixada) lá debaixo e deixa lá no mato. Quando a pessoa morre vai pro *nami bodi* (patamar subterrâneo ou debaixo da terra). Quando o morto chega lá embaixo é como aqui. Lá embaixo tem água, tem igarapé, tem *poho ppejene* (caiçuma de macaxeira), *ajie* (ritual, festa, dança, canto). Tem muita gente assim no *boroni* (terreiro), dançando e cantando. *Ami nani toja* (minha mãe está lá), *abi nanidsa madihui* (meu pai mora lá). Eu vi eles lá embaixo (quando chega lá o pajé reconhece os parentes). Debaixo da terra tem muita gente. *Boroni imeni* (terreiro grande), muito grande. Muita rodada (círculo grande) de gente no *ajie* (festa, dança, canto). Embaixo tem muito *poho ppejene* (caiçuma) e muito rapé.
Antes bebia *Rami* mas agora não bebo mais não. Também sabia cantar *Rami* e fazer o chá. O dono do *Rami* é um caboclinho do mato, *boqquetahui. Tocorime cossitahui*. *Rami acconi* (tradução: o dono do *rami* é valente, bravo. O *tocorime* dá surra nas pessoas porque ele tem ciúmes-sovina o cipó ayahuasca e a folha chacrona). Se quando for pegar *Rami* e não enganar ele mesmo, ele fica com raiva.
[Genoveva] Como faz para pegar *Rami* e ele não ficar com raiva?
[Badsirani] Dá *ssina* (rapé) tabaco para ele. Ele sovina *sacorona* (chacrona) também.
[Majoro e Badsirani falando] Madija bebem *Rami* para ver as outras aldeias, pra ver as cidades. *Bani qquitajari* (pra ver os animais de caça), ver onça, *macca* (cobra).
[Genoveva] E Madija faz *Rami*?
[Majoro] Cossaro *Rami nahuatotahui. Dsoppineje huape. Dsomaji occaji, jamo jamo occaji, jidsama occaji* (Tradução: Cossaro sabe fazer *Rami* /ou/ Cossaro é pajé conhecedor do feitiço das folhas, cipós e cascas de árvores. Eu sou pajé conhecedor do feitiço das pedras. Eu tenho *tocorime* da onça, eu tenho *tocorime* do *jamo jamo*, eu tenho *tocorime* do queixada).
[Majoro] Essas pedras são *noma*. Leva para o mato e deixa lá. Lá eles viram gente. De noite leva para o mato as pedras de *noma* e eles viram gente. Quando eu ando só, aparece muito *Madija* (*tocorime*) pra mim.
(Eu perguntei se era perigoso pegar ou tirar foto das pedras. Ele disse que não tinha problema, pois eram pedras *noma*. Eu perguntei como elas faziam medo ou dano às pessoas. E Majoro me apresentou as três pedras).
[Majoro] *Jassicacca noma* (pedra de feitiço do boto); *Dassissicca noma* (pedra de feitiço do falecido Dassisssi). *Dassissi* é Madija (é uma pessoa-

[350] Nas viagens que Majoro fazia ao patamar subterrâneo os *tocorime* mostravam à ele os produtos de seus roçados.

> *tocorime*). *Ajijaro Eroehedeni corojede* (essa pedra de feitiço é do povo antigo, que andava sem roupa e era chamado de povo Eroehe)[351].
> Eu sou pajé-*dsoppineje* (conhecedor do feitiço de pedra). Eu tenho *tocorime* da onça, do *jamo jamo* e do queixada. Tudo eu tenho[352]. No *noma jahuini* (caminho do feitiço) a noite o *jamo jamo* (*tocorime*, bicho-ogro) aparece pra mim. Todos eles aparecem pra mim.
> Os *tocorime* me chamaram no Cumaru (aldeia). Me perguntaram se eu queria virar pajé[353]. Pra aprender a ser pajé. Eu falei pra ele: "rapaz, se eu quiser aprender, me ensine o senhor". Depois eu comecei a trabalhar com o pessoal (casa do Majoro, aldeia Matatibem, 01 de junho de 2022).

Soares e Mochiizawa (1997) fizeram a seguinte apresentação do *ahuabono* (anticoncepcional) Kulina, que também se relaciona com seres invisíveis que vivem em certos lugares do território:

> *Codsahuaro*: esse *tocorime* é associado a uma mulher gorda e branca que vive no centro da mata. *Codsahuaro* possui um *ahuabono* muito eficaz para evitar gravidez, sendo um dos mais solicitados pelas mulheres. Os pajés preparam o *ahuabono* com os olhos de peixes, caroço de frutas de palmeiras e pedaços de *noma*. O pajé leva para a floresta miçanga (*ssihuite*) e rapé para trocar-manaco com *Codsahuaro* (troca por *ahuabono*). Ao voltar da floresta o pajé introduz o *ahuabono* nas mulheres como que estivesse beliscando na região abaixo das axilas, na dobra entre o braço e o antebraço, no ventre e nos quadris. Os efeitos do ahuabono da *Codsahuaro* são rápidos, as mulheres engordam, não sentem problemas de fraqueza e o sangramento menstrual normaliza. As mulheres que tem o *ahuabono* no corpo são chamadas *maja*. Quando uma maja quer voltar a ter filhos pede ao pajé que retire o *ahuabono* do seu corpo. Existem outros *tocorime* que possuem também *ahuabono*, porém, alguns enganam a mulher. O *ahuabono* do *mano* (macaco cairara) é forte como o da *Codsahuaro*, mas é desconfortável, pois faz a mulher sentir fortes cólicas menstruais, tonturas e frieza nos pés e nas mãos (Soares; Mochiizawa, 1997, p. 47).

O relato da história de vida de Majoro continua. Dessa vez é Badsirani (sua filha) que me contou o episódio que envolveu a picada de uma cobra. Majoro foi picado por

---

[351] Majoro me mostrou as pedras de *noma* que estavam guardadas dentro de uma bolsa. Ele chamou seu neto para trazer a bolsa com os *noma*.

[352] As contribuições de Carlos Fausto nos ajudam a entendermos a relação dos *tocorime* (não-humanos) e o pajé Majoro como dono dos *noma* e dos *dori*.
"Ser dono representa prestígio e responsabilidade: os patronos de rituais tornam-se pessoas públicas por alimentarem a coletividade humana e os espíritos-donos das festas, que são considerados seus 'filhos'. A categoria dono-mestre aplica-se ainda aos depositários de conhecimentos intangíveis: os especialistas rituais são 'mestres do canto' (*eginhoto*), os rezadores são 'mestres de reza' (*kehegeoto*), os feiticeiros são 'mestres do feitiço' (*kugiheoto*) e assim por diante" (Fausto, 2008, p. 331).

[353] De acordo com Majoro ele não foi iniciado por outro pajé. A iniciação xamânica aconteceu a partir da interação direta dele com o *tocorime*, "uma dádiva"; que ele respondeu de modo respeitoso: "Quero aprender, que o senhor me ensine". É impressionante como Cerqueira conseguiu captar o mesmo processo entre os Kulina no Alto Purus, na aldeia Majonaua:
"O *dori* é uma substância corporal concebida pelos Kulina como um presente, uma dádiva, seja do pajé mais velho, seja dos espíritos encontrados no 'caminho'. É ao mesmo tempo concebido como processo corporal, como artefato e como dotado de agência" (Cerqueira, 2015, p. 314).

uma cobra quando foi caçar no Alto Ueré. Majoro passou cerca de sete dias no hospital de Carauari antes que o encaminhassem para Manaus. A situação teria se agravado quando um médico do hospital (em Carauari) fez três pequenos cortes na perna de Majoro (médico teria justificado o ato como forma de expelir o sangue e, consequentemente o veneno da cobra). Depois desse procedimento a perna de Majoro começou a gangrenar ("apodreceu a perna dele"). Dias depois encaminharam Majoro a Manaus, mas infelizmente os médicos amputaram a perna: "a perna dele ficou toda inchada, estava podre, arrancaram até os dedos do pé dele"[354]. Majoro passou sete meses em recuperação na Casa do Índio, em Manaus.

Iraci Kulina também contou como foi a viagem na qual a cobra picou Majoro-Moacy:

> [Iraci] Sempre que eu quero pegar material pra fazer vassouras (cipó titica) eu vou pra lá. Fui eu, Zeneide (Dsihuini), Birico, Anona. Nós saímos com os meninos deles. Aí ele (Majoro) desceu com a roupa na mão, a rede e o mosquiteiro. Disse que ia mais nós, tirar cipó (cipó titica para fazer vassouras) para comprar pano para enrolar aquele menino dele, Majode. A Socorro estava buchuda do Majode. Ele disse que não tinha dinheiro para comprar a roupa e os panos para enrolar o menino (recém-nascido). Aí ele foi mais nós. Nós fomos. Dormimos no meio de viagem. Fomos e paramos em um canto, montamos tapiri. No outro dia os homens foram caçar. Foram caçar e fazer pique para tirarmos cipó. Aí foram. Quando deu quatro horas da tarde nós escutamos o motor zoar: zoando, zoando... De longe ele gritou. Ele (Majoro) me chama de mãe: "Mãe, cobra me mordeu!" Jogado no porão da canoa. Só sangue dele nas pernas dele. Ele não queria vir pra cá, pra fora, ele queria ficar lá. Aí eu disse: "Não meu filho, vambora, vambora, vambora!" Saímos seis horas de lá. Baixamos. Chegamos meia noite lá na aldeia (Matatibem). Aí passamos a noite todinha com ele lá. Cinco horas da madrugada o Zé Pio (Cara) baixou com ele, pra Carauari. Foi internado no hospital. Aí disseram que era bom (para picada de cobra) jabuti, casco de jabuti. Aí eu tinha. Eu queimei, pisei, fiz o chá e levei pra ele. Dentro do hospital. Eu fui lá. Aí dei pra ele. Ele tomou e desinchou a perna dele. Ficou normal. Por lá um doutor riscou a perna dele na frente e dos lados. Aí foi pior. Foi aqui que estragaram ele. Aí disse que quebrou o dente da cobra na perna dele. Disseram que tiraram, que tinha ficado preso lá dentro. Aí não deram jeito. Deu hemorragia nele e deu tudo, aí que levaram. Zé Pio foi com ele pra Manaus.
> Ele (Majoro) estava mordido de cobra, ele estava com hepatite, tudo isso. Ele ficou com aquele tremelique (Parkinson) por causa dessa cobra. Ele não tinha não. Agora ele tem. Aí ele está assim agora (Igarapé da Roça, 07 de junho de 2022).

[354] Majoro pediu uma cadeira de roda para se locomover em Carauari (para receber a aposentadoria). Ele não consegue andar com muletas por causa do tremor do Parkinson. São muitas as dificuldades de acessibilidade que Majoro e a família enfrentam. A família não dispõe de banheiro interno na casa, o filho de Majoro e o genro o carregam (nas costas) até a floresta (próxima à aldeia) para "fazer suas necessidades fisiológicas".

Para entendermos a importância dos pajés para o povo Kulina é necessário fazer uma breve apresentação do ritual do *Tocorime*. De acordo com Lorrain (1992) é no *Tocorimecca Ajie* ("o canto-dança dos espíritos") que as mulheres adquirirem as pedras xamânicas que lhes permitem cantar tão bem em *Ajie* e *Ejete*. As pedras xamânicas são inseridos em seus corpos por espíritos incorporados pelos pajés. Esses espíritos também inserirem bagas contraceptivos no abdômen da mulher e realizam curas com a ajuda de tabaco-rapé. E, finalmente, nesses rituais xamânicos as manadas de queixadas, ou espíritos dos mortos, são chamados pelos pajés para serem caçados e consumidos por seus parentes. *Tocorimecca Ajie* começa no início da noite, quando as mulheres se reúnem no terreiro da aldeia e ficam de frente para o caminho no qual os espíritos entram na aldeia vindo do roçado. As mulheres cantam e suas vozes atraem os espíritos. Enquanto isso, o pajé está no roçado atrás da aldeia, assobiando, para atrair os seus *tocorime*. Depois de algum tempo um *tocorime* entra na aldeia, usando uma máscara feita com palhas de buriti (*cohuama*). Ele canta e dança com um grupo de mulheres a quem ele ensina canções xamânicas e, ocasionalmente, ele para e realiza curas. Em seguida, retorna para o roçado atrás da aldeia. Depois outro espírito é chamado, e assim por diante até o amanhecer (Lorrain, 1992, p. 79).

A seguir conectaremos a realidade da TI Rio Ueré (violência, suicídio e processo de alcoolização) com a realidade de todo povo Kulina. E veremos como essa série de desafios requer múltiplas respostas por parte do Estado Brasileiro. A Recomendação Legal nº 09/2022, apresentada na Primeira Parte desse relatório, aponta a demarcação da TI Rio Ueré como um encaminhamento urgente e necessário para restaurar a dignidade desse povo.

10.2. Fatores que interferem no crescimento populacional

Vimos nos relatos das famílias os desafios enfrentados pelos Kulina e como a vida de todos está marcada por violências, homicídios e mortes por embriaguez[355]. Se não bastassem todas essas tragédias nos últimos anos, começaram a ocorrer uma série de suicídios que foram se espalhando nas terras tradicionais. Os Kulina passaram a refletir o

[355] O processo de alcoolização direciona o foco para os discursos e usos das bebidas alcoólicas do ponto de vista dos próprios atores. A temática passa a ser vista com base nos processos sociais e códigos socioculturais que situam as utilizações das bebidas alcoólicas (Ghiggi Júnior; Langdon, 2014).

suicídio e o classificaram não apenas como um tipo de feitiço (comarini), mas também como uma epidemia.

Nos anos de 2014 e 2016 deparei-me com uma série de suicídios Kulina. E a partir daí esse tema tornou-se um desafio para mim, pois se por um lado tinha que enfrentar a perda de pessoas queridas (pessoas conhecidas que se suicidaram no Baixo Juruá), por outro, enquanto pesquisadora e falante da língua Kulina, fui procurada por entidades e representantes de órgãos públicos para pensar formas de explicação e de intervenção. Assim, na minha tese, analisei dados estatísticos sobre os suicídios; fiz análise de formas de intervenção dos agentes públicos; e verifiquei os conhecimentos e as reflexões que os Kulina acessam para entender e enfrentar esse desafio. Como forma de ampliar o debate, estabeleci conexões com outros pesquisadores que se debruçaram a respeito do ato do suicídio em outras populações indígenas (Amorim, 2019).

10.2.1. Dados gerais do suicídio Kulina

Moutinho (2017), analista do Ministério Público Federal, desenvolveu um laudo antropológico para apurar as causas do elevado índice de suicídios entre indígenas do povo Kulina (Madiha) da Terra Indígena Alto Purus356. Assim, de dezembro de 2015 até fevereiro de 2017 foram identificadas quatorze mortes por suicídio entre os Kulina da TI Alto Purus: duas em 2015, oito em 2016 e quatro em 2017. Ainda de acordo com o autor "[...] do total de óbitos entre indígenas em 2014, na área atendida pelo DSEI-MRSA, 49% incidiram sobre os Kulina, embora sua população represente apenas 16% do total de indígenas da região" (Moutinho, 2017, p. 24)357.

Apresento agora uma série histórica de dados do suicídio Kulina de 2011 a 2016[358].

[356] O laudo analisou os suicídios que aconteceram no período de 2015 a 2017 e teve como objetivo central: "[...] analisar o que as descrições e interpretações dos Madiha indicam sobre os possíveis fatores envolvidos na ocorrência dos casos de 'suicídio' no Alto Purus, buscando refletir sobre as ações mais adequadas para prevenir novas mortes dessa natureza" (Moutinho, 2017, p. 07).
A terra indígena está localizada nos municípios de Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano (AC).

[357] Moutinho, 2017, página 24, nota de rodapé: 26.

[358] O Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Solimões e Afluentes apresenta uma área de extensão territorial de 361.478,3 Km², situados na abrangência dos municípios de Maraã, Tefé, Uarini, Japurá, Juruá, Jutaí, Eirunepé, Envira, Carauari, Itamarati, Ipixuna, Alvarães, Fonte Boa e Coari, situados no estado do Amazonas.

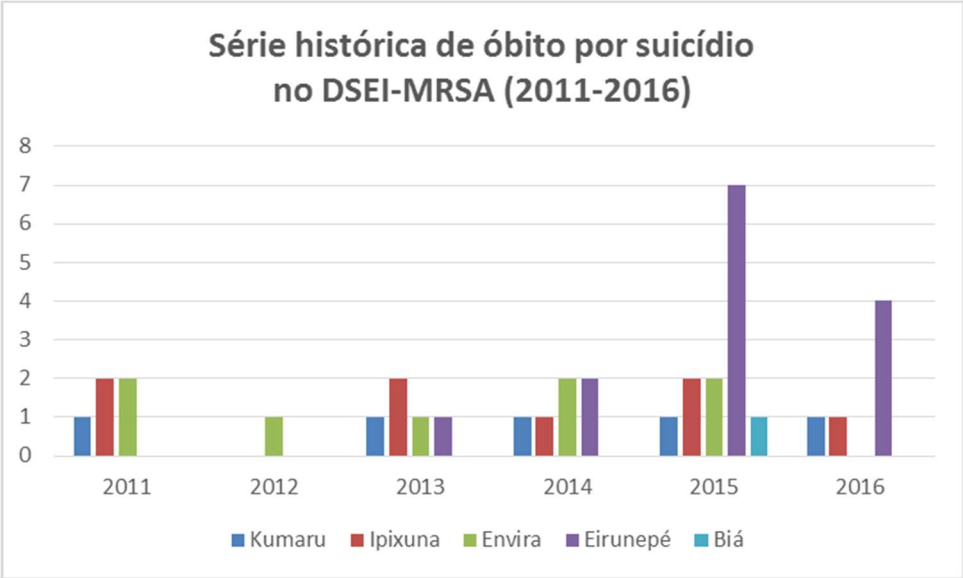


Gráfico 1 - Série histórica de óbito por suicídio 2011-2016

Ao observamos o gráfico percebemos um aumento considerável dos casos de suicídios nos polos base[359] nos quais se encontram aldeias Kulina, tais como: Kumaru, Ipixuna, Envira e Eirunepé. Dentre esses, percebemos como o polo base Eirunepé, que não possuía suicídios notificados em 2011 ou 2012, passou a apresentar sete casos em 2015 e quatro casos em 2016[360].

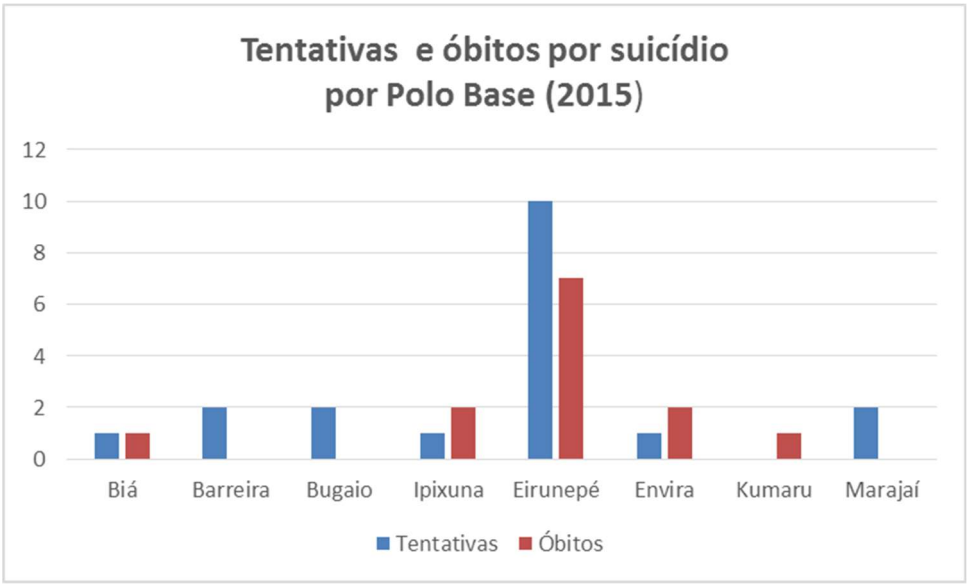


Gráfico 2 - Tentativas e óbitos por suicídio por Polo Base 2015

[359] Os Kulina estão presentes em seis polos bases que pertencem ao DSEI-MRSA: Eirunepé, Itamarati, Carauari, Ipixuna, Kumaru e Envira.

[360] População Kulina atendida pelo DSEI-MRSA: 3.336 pessoas (SIASI 2013). Total geral da população indígena do DSEI-MRSA: 21.508 indivíduos (dados fornecidos por Oraide Siqueira, outubro de 2016). Agradeço a Oraide o convite para ministrar o curso aos profissionais de saúde do DSEI-MRSA; a trocas de dados e a sensibilidade na relação com os Kulina.

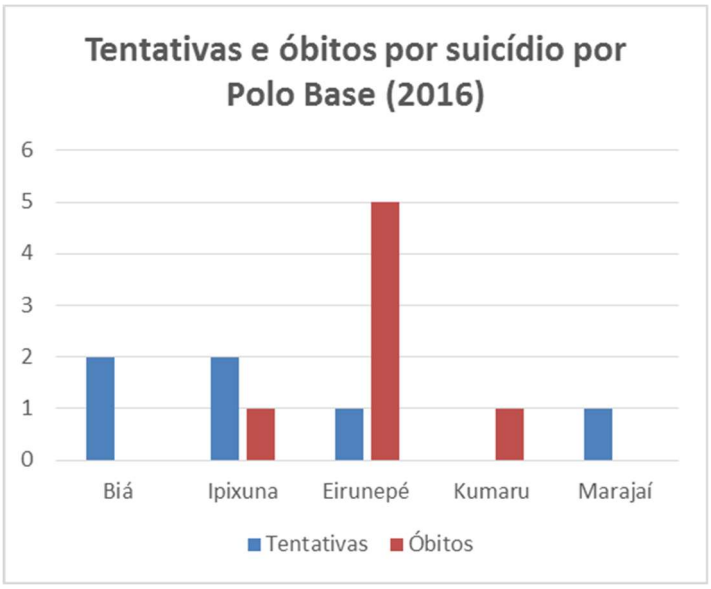


Gráfico 3 - Tentativas e óbitos por suicídio por Polo Base 2016

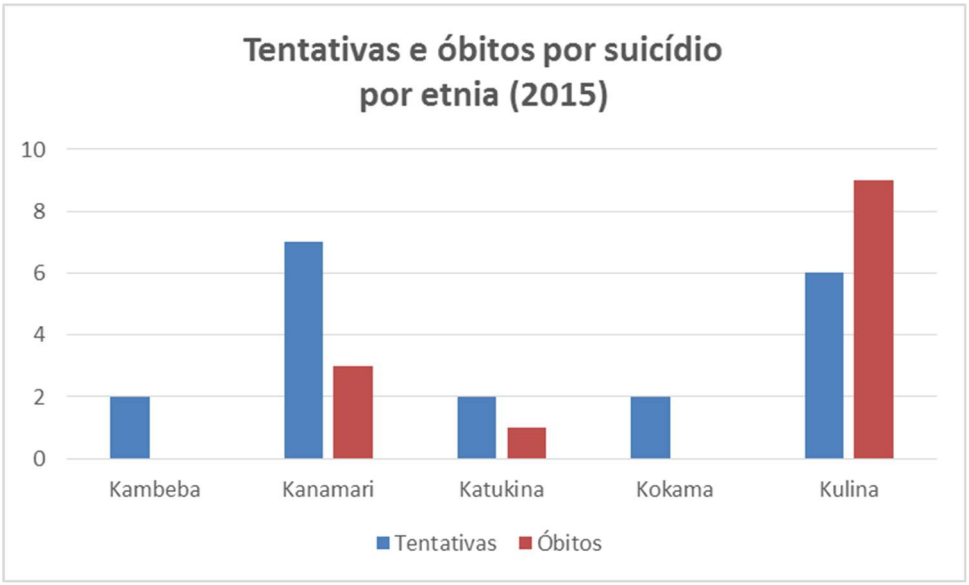


Gráfico 4 - Tentativas de suicídio por etnia 2015

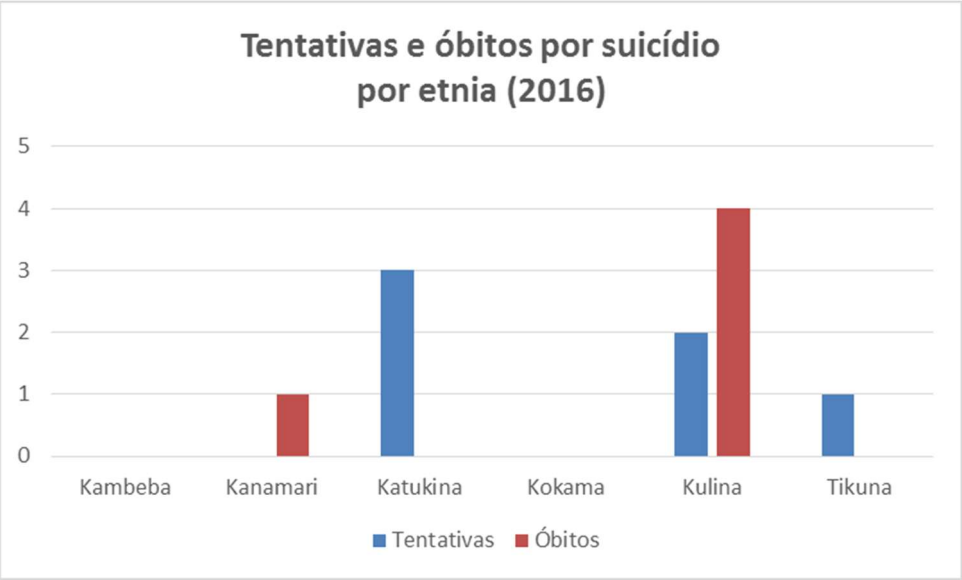


Gráfico 5 - Tentativas e óbitos suicídio por etnia 2016

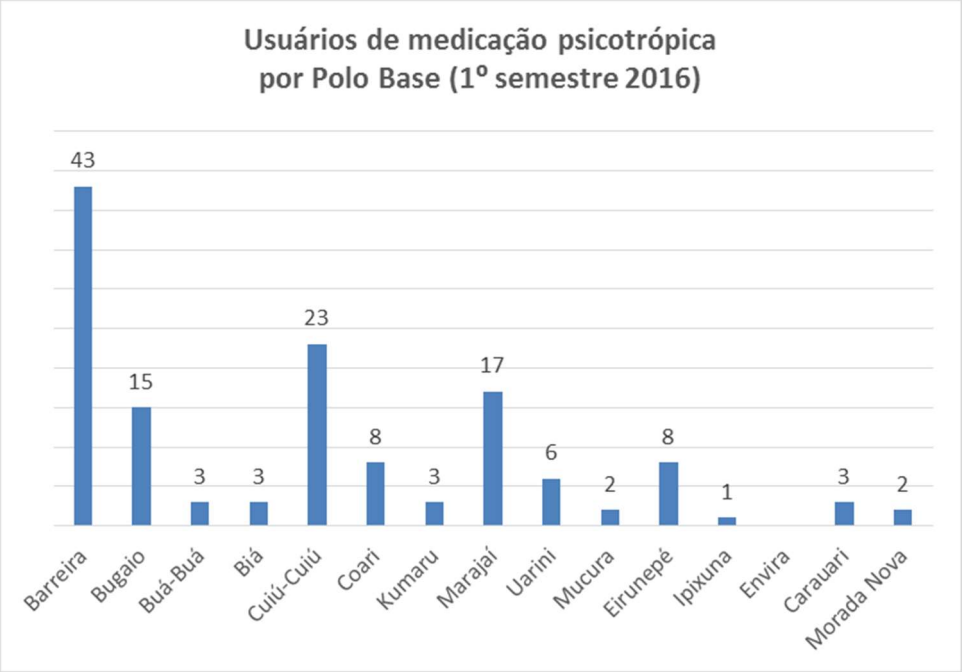


Gráfico 6 - Usuários de medicação psicotrópica 1º semestre 2016

Nos gráficos apresentados observa-se o alto índice de suicídio e de tentativas de suicídio entre os Kulina. E, além disso, é possível observar os Kulina fazendo usos de medicação psicotrópica: três pessoas do polo base Kumaru; oito pessoas no polo base Eirunepé; uma pessoa no polo base Ipixuna; e três pessoas do polo base Carauari (que presta atenção em saúde aos Kanamari e aos Kulina na TI Rio Ueré). Dados relevantes

visto que o Material Orientador ("Atenção Psicossocial aos Povos Indígenas: Tecendo redes para promoção do bem viver") – elaborado pelo Ministério da Saúde – indica apenas o monitoramento de pessoas que há anos fazem uso desse tipo de medicação. Não traça, em nenhum momento, uma política de introdução de medicação psicotrópica.

> Além desses agravos à saúde, há preocupação com o uso racional de medicamentos psicotrópicos, já que muitas populações indígenas têm contato com as intervenções medicamentosas sobre o sofrimento mental há décadas. Assim, optou-se por monitorar o uso de medicamentos psicotrópicos, organizando-se uma vigilância permanente sobre os cuidados ofertados às pessoas que fazem uso desse tipo de fármaco (Ministério da Saúde, 2015, p. 46).

10.2.2. Dados do processo de alcoolização entre os Kulina

Os dados que apresentarei a seguir fazem parte de um esforço da SESAI; da equipe de saúde mental do DSEI-MRSA e das equipes de saúde locais (EMSI) em quantificar e qualificar os dados em saúde mental indígena. Apresento agora os gráficos com dados do processo de alcoolização:

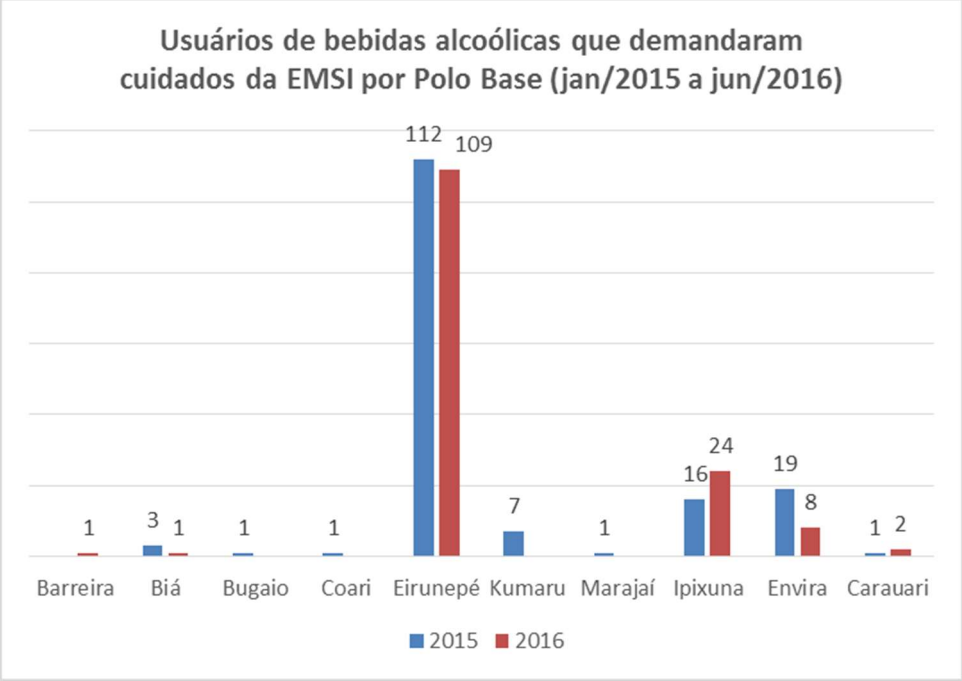


Gráfico 7 - Usuários de bebidas alcoólicas 2015-2016

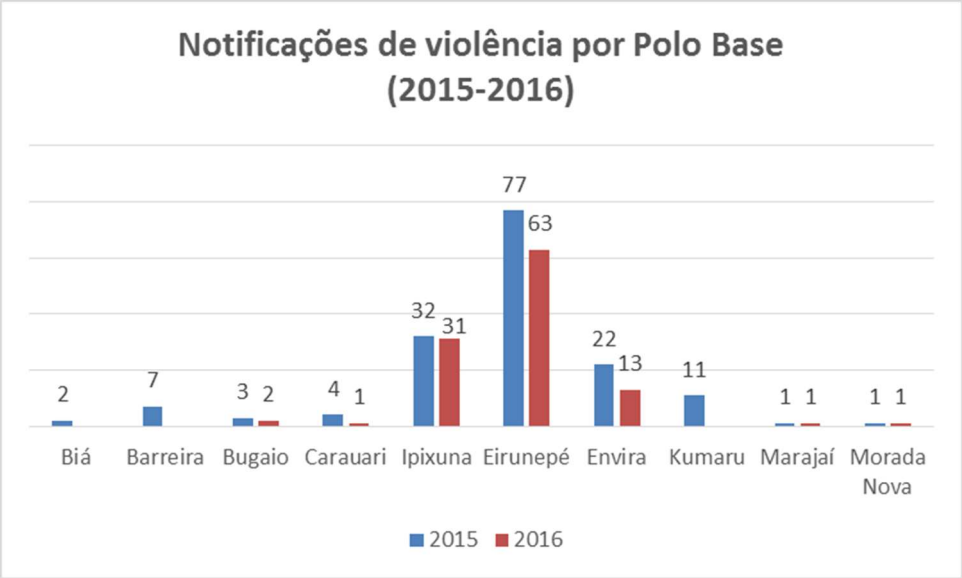


Gráfico 8 - Notificações de violência por Polo Base 2015-2016

No gráfico "Notificações de violência por polo base (2015-2016)" percebemos como a violência aumentou entre os Kulina. Os casos notificados são altos. Além disso, se consideramos que há casos que não são comunicados as EMSI, os números podem ser maiores.

10.2.3. Análise do suicídio: tentativas de compreender esse evento multifatorial

10.2.3.1. Suicídio e epidemia

Para Moutinho, um ponto a ser destacado é o fato de os suicídios ocorrerem em cadeia, como uma epidemia. O fato é amplamente atribuído ao "aprendizado" do método, transmitido em última instância pelos "brancos" (2017, p. 78).

> De acordo com as diferentes narrativas apresentadas, tal categoria pode ser qualificada tanto como 'doença de índio' / 'doença de Madiha' / 'doença de pajé', relacionando-a ao dori ('feitiço'), como também pode ser associada à ação do Demônio / Satanás / Capeta, podendo ser classificada como 'doença do Demônio', a partir de um discurso fortemente influenciado pelo cristianismo. Há também relatos que utilizam a categoria 'doença de branco', sugerindo que o enforcamento teria sido 'ensinado' aos Kulina, em última instância, pelos karia ('brancos') (Moutinho, 2017, p. 50).

Contudo, Moutinho alerta que os eventos de suicídio não podem ser analisados de forma isolada, pois os mesmos "estão inseridos em um quadro mais amplo de violências, discriminação e inadequação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas" (2017, p. 24). O suicídio é, portanto, um "fenômeno multifatorial" que exige uma análise qualificada das narrativas e dos discursos para revelar a relação entre os casos de suicídio, "as dinâmicas sociais mais amplas e as condições de vida dos Kulina no Alto Purus" (Moutinho, 2017, p. 56).

O pesquisador Spensy Pimentel analisou a relação entre a "epidemia do suicídio", entre os Guarani e Kaiowa, e a compreensão do ato como forma de protesto. Pimentel discordou dos estudos e discursos que explicam o suicídio relacionando-o com o alcoolismo, a aculturação, a proximidade com a cidade, a ação evangélica, o feitiço, as brigas familiares ou mesmo vinculando-o aos "costumes tradicionais" ("se matam para ir ao paraíso") (Pimentel, 2017, p. 290). O pesquisador propõe uma leitura a partir da relação entre o xamanismo e o contexto histórico crítico. O impulso inicial das famílias Guarani e Kaiowa, em relação ao suicídio, é negar a possibilidade de que a morte tenha sido obra do próprio morto: quem se mata está acometido por alguma forma de feitiço. Nas reservas superlotadas é quase impossível viver de maneira sã e segura, do ponto de vista físico, mental e espiritual. Nesse sentido a pesquisa levou o autor a um estudo sobre o envolvimento dos Guarani na luta pela terra: a demarcação de mais terras é uma condição incontestável para combater o mal estar que impera nas aldeias. Conclui o pesquisador: análises simplificadas responsabilizam os próprios indígenas pelas violências que os atingem, tornando-os culpadas pela sua desgraça (Pimentel, 2017, p. 304).

10.2.3.2. Suicídio, raiva e tristeza

A tristeza não é bem vista pelos Kulina. Quando uma pessoa está parada, pensando, os Kulina perguntam imediatamente se a mesma está apaixonada ou com saudades (*bodi huatinani* = falando para dentro: tradução literal); ou ainda se está triste (*comahi*). Há relatos de casos de suicídios nos quais: "A pessoa estava bem. De repente alguém faz algo que ela não gostou. A pessoa fica com raiva ou triste (*comahi*)".

Moutinho, ao realizar a investigação entre os Kulina do Alto Purus, concluiu que os suicídios aconteceram depois de brigas e situações de conflitos que provocaram nas pessoas sentimentos de raiva e consequente, a morte (2017, p. 62).

Para Pimentel (2017) a interpretação xamânica reconhece a existência de perturbações pessoais que terminam por levar os jovens à forca. Entre estas perturbações pessoais está o sentimento denominado *nhemyrô*: "A polissemia em torno da sua tradução já indica: seria algo entre o desespero, a raiva/ira, a contrariedade e a tristeza, podendo até mesmo ser traduzido como pirraça" (Pimentel, 2017, p. 300). Os jovens que morrem não estão protestando, eles estariam "contrariados". Entretanto, a forma como os Guarani e Kaiowa são hoje obrigados a viver, confinados em reservas, torna os jovens vulneráveis a tudo isso.

O suicídio causado por ingestão de timbó é a causa principal da morte entre os Suruwaha (povo arawá). Como vimos, o cenário Suruwaha, marcado na década de 1920 pela experiência de massacre, resultou na unificação dos sobreviventes dos vários subgrupos (*dawa*) em uma única residência. O isolamento, diante do avanço das frentes de contato, e o suicídio, constituíram uma nova forma de organizar o tecido de relações (Aparicio, 2015a, p. 67-68). Em estudos mais recentes Aparicio (2015b) aponta[361]:

> A ingestão do veneno *kunaha* explode a partir de um conflito, e segue um procedimento homogêneo, previsível, que caracteriza o expediente "suicida" como um ritual de envenenamento que transforma as pessoas em "presas do timbó". Como ponto de partida, o motivo da procura do veneno é o sentimento de *zawa* (raiva), que provoca na pessoa um estado de ruptura, um comportamento não humano (*jadawasu*) [...] Ainda, a pessoa que busca a morte por envenenamento é capaz de provocar a morte de outras pessoas (*dudy*), causando uma reação em cadeia de pessoas à procura de timbó (Aparicio, 2015b, p. 321).

Apesar de todos os avanços que apresenta a Portaria Nº 2.759/2007, na prática a ação das equipes locais está voltada para o atendimento da pessoa que tentou o suicídio ou das pessoas que estão próximas à pessoa que se suicidou. A noção de grupo de risco parte da noção ocidental de cuidados à pessoa (indivíduo) e não parte da noção de pessoa Kulina. Além disso, há também a medicalização dos indígenas através do uso de psicotrópicos. Essa forma de intervenção estigmatiza pessoas e famílias, isto é, as pessoas passam a se sentirem diferentes e se tornam "dependentes", de certa forma, de pessoas externas (da equipe de saúde). Quer dizer, a intervenção pautada na noção de "pessoa em

[361] "Os discursos nativos sobre a morte por envenenamento com timbó vão além do que poderia chamar-se sociologia do conflito e se dirigem ao marco das transformações na pessoa e nas suas ligações à escala cósmica. Não se trata apenas de um mecanismo de manejo das tensões sociais ou de uma adaptação das práticas de feitiçaria a uma nova conjuntura socioespacial: a metamorfose desenvolvida mobiliza o 'coletivo plural' e também o 'coletivo singular': a pessoa e sua rede relacional com sujeitos heterogêneos do universo" (Aparicio, 2015b, p. 322).

risco" coloca nas equipes locais de saúde uma responsabilidade acima de sua capacidade e competência. A questão da prevenção e combate ao suicídio é bem mais ampla do que o monitorando de "pessoas em risco" ou da medicalização dos indígenas.

No livro "Los pueblos indígenas americanos y la práctica do suicidio. Una reseña crítica", Livia Vitenti (2016) nos convoca a realizar uma leitura da polissemia de significados associados ou simbolizados no ato suicida. Considerar o suicídio como um fenômeno social é a chave para não cairmos na armadilha de entendê-lo como uma patologia. Quer dizer, nos convoca a compreender o suicídio como um enunciado ativo e crítico sobre o mundo, e como eventos gerados na situação de subordinação histórica na qual as populações indígenas estão submetidas (Vitenti, 2016, p. 10-12). Esse argumento é o ponto central, pois sempre me pareceu muito fácil colocar o peso e a responsabilidade das mortes por suicídio (ou mesmo as mortes decorrentes do uso do álcool) como própria dos Kulina. Muitos discursos giram em torno da vitimização, ou do reforço a preconceitos e estereótipos, que permeiam a concepção dos carihua – da região do Baixo Juruá – do que é ser Kulina.

Os Kulina interpretam o suicídio como um feitiço comarini que provoca a morte repentina da pessoa. E por isso que a pessoa "não dá sinal", por isso que não dá para prever traçando genogramas. A maioria das pessoas vive sua vida normal até que o inesperado acontece: um conflito gera raiva, tristeza ou vergonha imediata. A pessoa – acometida pelo feitiço – passa a não agir de modo normal e procura "a corda ou o timbó para tomar". A pessoa Kulina "que se mata, não está se matando" (Souza; Ferreira, 2014), ela é vítima de um feitiço que foi lançado por um pajé ou por um tocorime. O tratamento é feito com um pajé.

> Esses dias uma menina morreu. Antes estávamos todos animados por lá. Eu lembro que ela chegou e encostou assim na varanda, na casa da minha cunhada, com as outras moças. Ela queria porque queria jogar bola. As meninas disseram:
> - Não! Espera aí. Vamos acalmar mais e a gente vai.
> As outras ficaram dormindo lá. Eu chamei minha cunhada para ir lá em casa. A menina ficou por lá. Não demorou cinco minutos começaram a gritar que alguém tinha morrido. Perguntei quem morreu. Fiquei admirada porque ela estava conosco há pouco tempo. Minha filha disse:
> - Poxa, se eu tivesse ficado, ela não tinha saído. Eu estou me sentindo culpada porque saí.
> Eu disse que era porque tinha que acontecer.
> - Como que a gente ia saber?
> A gente nunca pensava que aquela menina ia fazer isso. Aquela menina não tinha briga com outros. Era uma menina trabalhadora. Ela trabalhava e era uma menina animada. Eu quase não acreditei que ela foi capaz disso.

> Eu perguntei por que foi que ela morreu. Me disseram que quando ela chegou lá, na casa, a cunhada pegou a roupa dela, a rede, e jogou no meio do terreiro, porque não queria mais ela lá. Porque ela estava solta por aí e o irmão dela estava com raiva.
> Meu sobrinho tem só nove anos e andava atrás de boi para matar. Ele disse que só via aquele galho mexer, mexer, mexer. Eles correram para lá. Ela estava já pendurada. Ele quando chegou lá, ela ainda estava batendo as pernas. Ninguém conseguiu subir. Alguns adolescentes disseram:
> - Ela queria morrer assim.
> E acabou ela morrendo. Ela se acabou lá.
> A explicação é que o pajé coloca feitiço. Coloca feitiço para a pessoa se matar, para alguém matar ele, ou ele morrer afogado[362]. Ou ele é acidentado de cobra, de qualquer coisa (Eirunepé, outubro de 2016).

Souza e Ferreira (2014) alertam para a noção de pessoa que opera nas sociedades indígenas. Noção pautada nos grupos de parentesco, nos laços de sangue, na importância do leite materno e do sêmen, nos processos de construção da pessoa. Para as sociedades indígenas as relações de parentesco e as relações estabelecidas com outros seres do cosmos são constitutivas da pessoa. Quando um "branco" se casa com um indígena aos poucos ele começa a fazer parte daquele grupo de parentes, pelo fato de comer junto e de aprender um pouco da língua indígena. O que um membro da família faz (ou come) afeta a saúde de todos os outros, e de modo especial afeta a saúde dos bebês. Por isso, para os indígenas, nem sempre a causa de uma doença está na pessoa doente. A causa pode estar em algum ato (ou quebra de regras) que outro membro de sua família cometeu. Não dá para transpor os conceitos biomédicos de suicídio para os contextos das sociedades indígenas. Para os povos indígenas é muito difícil falar na intencionalidade individual do suicídio. Pois a compreensão dos processos de saúde-doença-morte passa pela relação que os mesmos estabelecem com outros seres, sejam eles humanos ou não humanos. Relações essas marcadas por alianças, intercâmbios, trocas de conhecimentos, mas também marcadas por rapto de almas e agressões por feitiço. Para os povos indígenas, o sujeito que se mata não é reconhecido como o autor de sua morte, porque a morte de qualquer pessoa, em qualquer situação, é provocada por um terceiro, um inimigo humano ou não humano.

Erthal (2001), ao pesquisar o suicídio Ticuna no alto Solimões, percebeu como os Ticuna relacionam a morte e a doença à interferência de seres ou espíritos enviados pelos xamas-pajés e a quebra de tabus alimentares. O suicídio é compreendido, pelos

[362] Maria Kulina (falecida, morou na Aldeia Velha, filha de Acora-Edmundo) me falou: "os adultos que morrem afogados têm seus corpos comidos pela cobra. As crianças que morrem afogadas (menores de dois anos) têm seus corpos levados pelo boto" (aldeia Marupá, 2016).

Ticuna, como um ato de feitiço que pode atingir jovens, adultos e velhos. O consumo de álcool indica não a existência de indivíduos portadores de patologias, ou com problemas de adaptação, mas a existência de conjunturas econômicas e sociais desfavoráveis, que favorecem o surgimento de momentos de tensão entre grupos sociais. Para os Ticuna os suicídios seriam resultado do enfeitiçamento específico de um espírito mau que o pajé manda para atormentar seus inimigos (o feitiço *tchatchacuna*). Além disso, as explicações do suicídio Ticuna não podem estar separadas dos conflitos provocados pelo faccionalismo político e religioso, pelas interações interétnicas, e pelas invasões de lagos de preservação. O estudo do suicídio indígena deve ser visto como um modelo culturalmente desenhado para responder a determinadas situações de conflitos.

10.3. O território *comade* da embriaguez: conhecimento, prazer e morte

Como foi apontado, não há uma relação entre as mortes por suicídio e o uso do álcool (ou de outras substâncias), mas é pertinente traçar análise dos processos de alcoolização, pois as políticas públicas estão tratando essa realidade como questão de saúde mental. Por sua vez os Kulina querem falar do assunto, mas ao mesmo tempo temem a punição da sociedade externa[363]. Em outras palavras, os Kulina perceberam que a "lombra" da cachaça é mais perigosa do que a "lombra" do *rami*.

> Quando você está *rami comatani*, muito lombrado de *Rami*, se você provocar e aparecer uma cobra, vai parecer que você está provocando uma cobra dessa grossura (grande). Você vai começar a gritar. Vai ficar doido!
> Eu tomei muito pra eu ver mesmo (a cobra)!
> Você deve cantar para passar a lombra. Ela passa também com água com limão e raiz de mamão (batida na água). Logo passa o efeito.
> Mas se você for dormir, ainda sobre o efeito do *rami*, você fica doido.
> Eu bebi *rami* no Mapiranga que as minhas pernas estavam assim pra cima e a minha cabeça pra baixo. Quando acordei eu fiquei doidinho e sai. Pra mim eu estava andando no ar, mas eu estava andando era dentro de casa mesmo.
> Eu fui lá com o *marinahua* (pajé), e ele disse:
> - O que é?
> Eu disse:
> - Agora tu vai ter que tirar o feitiço do meu ouvido, porque eu estou doidinho.
> Ele começou a chupar todo o feitiço e eu fiquei normal de novo.
> Aquele dali que é bom mesmo (o *rami* que é bom).

[363] Os Kulina se preocupam como as mortes por enforcamento de seus parentes, mas também se preocupam diante do efeito dessas mortes aos olhos dos "brancos". O risco de serem presos, condenados, ou o aumento do preconceito e estigmatização social (Moutinho, 2017, p. 13).

> Se você não quiser mais a lombra dele é só comer alguma coisa de azedo. Passa rapidinho. A cachaça não! Você toma cachaça. E você bebe café (para acabar a embriaguez), você pula na água, corre... Mas ainda não passa (cidade de Juruá, outubro de 2016).

A relação com a cachaça envolve processos de alcoolização que se expandem para além do habiente das aldeias e abarcam aliciamentos históricos, agentes externos, conflitos e violências. Nos últimos anos observei o aumento do consumo de bebidas alcoólicas, bem como o aumento da violência e das mortes (afogamentos e homicídios) relacionados ao uso de bebidas alcoólicas. O processo de alcoolização se tornou uma preocupação para as lideranças nas aldeias e na cidade. Dentro deste contexto o tema foi pauta principal da I Assembleia Kulina na TI Kumaru. Porém, como vimos o processo de alcoolização não é algo que acomete apenas as pessoas que habitam a TI Kumaru do Lago Ualá, mas representa um desafio que se estende, em menor ou maior intensidade, a todas as aldeias e TI's Kulina.

Em outras palavras, os projetos de intervenção e de prevenção ao suicídio devem ir além dos problemas imediatos – de saúde mental ou de consumo de álcool e outras drogas – e apresentar planos para a intervenção em saúde e educação escolar, bem como políticas de defesa de direitos e a demarcação das terras tradicionais (Ueré, iagarapé do Gaviãozinho e Igarapé do Índio). A reprodução física dos Kulina do Rio Ueré e seu bem estar físico e social tem relação direta com a demarcação da terra indígena, como pauta prioritária em um conjunto de ações de reparação pelas perdas advindas com a colonização e garantia de direitos humanos e direitos constitucionais.

11. Reprodução cultural: relação entre território e xamanismo

As "doenças" (*dori, bebe, dsacoma*) para os Kulina associam-se ao descuido com os territórios sagrados dos *tocorime,* seres invisíveis que habitam a terra indígena em locais visíveis apenas aos xamãs.

Pollock (1985) foi o primeiro pesquisador a descrever a noção de doença para os Kulina[364]. Para o autor, as doenças Kulina são classificadas como: internas e externas. As

[364] Para aprofundamento da noção de pessoa, doença e morte, para os Kulina, recomendo a leitura de Pollock (1985), Gordon (2006), Cerqueira (2015), Pino Venero (2012) e Moutinho (2017).

doenças externas são *dsamacoma* (*dsama*[365]=floresta, *coma*=dor ou doença). *Dsamacoma* pode ser traduzido como toda doença externa que é provocada por seres da floresta. Ou seja, doença de seres estrangeiros que estão fora do ambiente da aldeia. As doenças externas se manifestam na cabeça, na pele, nos músculos. Na forma de ferimentos, acidentes, e picadas de insetos e cobras. Os Kulina passaram a classificar como *dsamacoma* as doenças adquiridas pós-contato, como: febre, dor de cabeça, gripe, gonorréia, tuberculose[366], sarampo e malária. As doenças externas (*dsamacoma*) não são contagiosas, pois as mesmas são frutos de relações pessoais estabelecidas entre o doente e os seres da floresta. Geralmente a pessoa com *dsamacoma* não vem a óbito, contudo picada de cobra é a única *dsamacoma* que leva o paciente a óbito. As doenças internas são: *dori* (feitiço), que atinge as crianças maiores e os adultos; e o *eppetoccahi* ou *rihua rihua*, feitiço que atinge os bebês.

O processo de iniciação xamânica e a diferença entre *dori* e *noma*[367]:

> *Noma* (um tipo de pedra de feitiço usada por pajés iniciantes) dói no estomago. E cheira, cheira rapé e passa. *Dori* não passa, *dori* você morre. Esta aqui é pedra de *dori* (pegando na pedra e me mostrando).
> Para formar pajé, coloca primeiro *noma*, depois coloca *dori* no corpo dele. Se o homem está com três meses com *noma*, se ele transar com uma mulher, o *noma* some. Ele vai falar com o pajé e não tem mais nada. Se ele ficar com *noma* por mais de quatro ou cinco meses, ele começa a ver *tocorime* (virou pajé) (dezembro de 2015).

O feitiço na forma de folha-*bebe* ou na forma de pedra-*dori* é a única *causa mortis* para os Kulina. O pajé bom de uma aldeia pode ser o pajé mau para outra. Os Kulina de uma aldeia geralmente acusam os pajés de outro subgrupo, ou de outra aldeia, pelas mortes na comunidade. Quando o pajé morre, os *tocorime,* com seus poderes de *dori*-feitiço, saem do seu corpo, e os feitiços, em forma de doença, podem se espalhar por toda a aldeia.

Como exemplo, cito um evento ocorrido no dia 19 de maio de 2022. Chegaram à aldeia Matatibem Neti, seu esposo Coni e os filhos: Johuaino e Reginaldo. Neti e Coni moram na aldeia Marupá na TI Kumaru. Surpreendi-me ao encontrá-los, pois conheço a

[365] *Dsama* é um termo polissêmico e pode ser traduzido como mata-floresta, ou parte da floresta que não é conhecida ou habitada (o desconhecido). Mas dependendo do lugar onde está o enunciador, *dsama* pode significar "terra tradicional" = *occa dsama* (minha terra).
[366] Cristiane Tiss (2009) é médica e trabalhou com os Kulina no Médio Juruá. Ela desenvolveu uma pesquisa com objetivo de compreender como os Kulina refletem e classificam a tuberculose, se a mesma é uma doença que se encaixa dentro da categoria *dsamacoma* ou dentro da categoria *dori*.
[367] O autor do relato pediu para não ser identificado para preservá-lo de conflitos xamânicos.

família desde os anos ‘90. Dias depois, o pajé Majoro me falou: “A Neti veio com o filho para eu tirar *dori*: eu tiro *dori*!”

Contam que Reginaldo estava caçando com o tio na floresta, próxima à aldeia Marupá (TI Kumaru), quando uma barata o esporou. Depois do ocorrido ele andou um pouco com o tio; porém, logo depois ele disse que iria fazer algo na floresta e retornaria à casa (estavam próximos da aldeia). O tio chegou em casa e todos ficaram esperando Reginaldo que não retornou; “anoiteceu e nada”. Todos ficaram preocupados e começaram a procurá-lo. Reginaldo “se perdeu” no lago Marupá e apareceu quatro dias depois na cabeceira do lago Mapiranga (muito distante). “Ele ficou doido[368]”. Os pais (Neti e Coni) levaram Reginaldo para tratamento com os pajés da aldeia Pau-Pixuna, para que os mesmos retirassem o feitiço. Mas os pajés não conseguiram tirar todo o *dori* (feitiço). Por isso os pais viajaram até a aldeia Matatibem para que Majoro e Zefinha fizessem o tratamento completo de retirada dos *dori*.

Lorrain afirma que para os Kulina os seres humanos têm três espíritos: a sombra da pessoa projetada sobre a terra, que vai para o submundo após a morte; a sombra ou reflexo da pessoa sobre a água, que vai para o mundo superior após a morte e é devorada por *maji* (sol); e um espírito que vagueia no mundo após a morte. Todos os três são chamados *tocorime*. Contudo, Lorrain alerta que traduzir o termo *tocorime* como "alma" ("espírito") não é adequado, pois um *tocorime* é uma entidade concreta e integral.

Entretanto, Jodsino Kulina nos explica de modo didático o destino *post mortem* a partir da existência de quatro *tabari* (quatro “almas”)

> [Jodsino]
> Namidsapa, ajidsapa maji toccanidsa ccanini tohui. Camacossani. Meme naqui toccamacossani. Nedsapa Tamaco cajona tohuati huati nedsapa, tabari aje huaje. Tabari ajimanani, aje qqui. Ajimanipe ajidsa, onihi huati huati dopani huaje, meme huaje najaro, totabari.
> Itabari ajimani nani, Amohua qqui (coloca quatro dedos na mão). Quatro nani. Ajijaro passodsa dajonidsa tabarini assidseje najaro. Ajijaro três najaro, maji tiquenaji dsanapojaro ajijaro, (pegando no dedo) ajijaro dsomecca itabari ani najaro quatro nani. Itabari dopanicca, passocca, dsomecca, memecca. Dsomeccape ajidsa canidsajaro. Pina dsome ajimanedsa... (assobia). *Tocorime* pina matinta perera. Najari paja, ajie iquena najaro, dsomecca. Nami bodiccapa boronidsa jarahui tohui. Dsoppineje ajie jiridsana ccajonani tohui, ccajona ajie jirinahui.

[368] “A doença por ‘rapto da alma’ comporta, em suma, duas ordens de realidade: para os parentes humanos do paciente — que o veem definhar, perder a força e esvair-se —, trata-se de uma morte; já para a entidade que roubou a alma, trata-se da transformação de outro em parente. A doença seria, enfim, a predação familiarizante dos animais” (Fausto, 2002, p. 13).

> [Tradução] [369]
> Quando uma pessoa morre uma alma *tabari* desce para o *nami* (patamar subterrâneo) quando o sol vai embora. O outro *tabari* sobe para o céu. *Tamaco* vem buscar, fala com a alma e leva. As almas dos *Madija* são assim. Uma alma vai para baixo, outra vai para o céu.
> *Amohua* (Genoveva), olha para cá! (Apresenta os quatro dedos da mão). São quatro almas. (Pega em cada dedo e fala).
> Esta alma é a que fica na água, a sombra da pessoa na água. Aquela que a gente pode ver quando está na canoa (imagem ou sombra na água)[370].
> Esta outra é a que sobe para o céu e vai ao encontro de *Maji* (sol como ser extra-humano).
> Outra é a alma da noite (ou sombra na noite).
> E a outra desce para o patamar subterrâneo.
> As almas são quatro. As almas dos *Madija* são quatro: a do patamar subterrâneo, a da água, a da noite e a do céu.
> A alma da noite aparece e assobia na noite escura. Parece o *tocorime* da matinta perera. Elas dançam *ajie* de noite no terreiro do patamar subterrâneo. Quando os pajés cantam *ajie* no patamar terrestre os *tocorime* sobem para cantar junto (cidade de Juruá, em dezembro de 2015).

O pajé faz a cura do doente sugando o feitiço-pedra-*dori* com a boca ou tirando-a com as mãos. Comumente a cura dos pacientes é feita na casa do mesmo, mas há casos graves no qual é necessário realizar o ritual do *tocorime*: nele o pajé usa o rapé para entrar em estado *comane*[371]. O ritual do *tocorime* está relacionado aos *dsoppineje* (pajés que conhecem e possuem o poder do *dori*). De modo geral o ritual é patrocinado por uma pessoa que não conseguiu a cura através das sessões ordinárias de extração do *dori*. A pessoa doente (ou sua família) é responsável pela coleta das palhas de buriti, utilizadas na confecção do traje ritual (*cohuama*), bem como no fornecimento de rapé a ser usado pelos pajés (tanto para consumo próprio como para trocar com os *tocorime*). O ritual é realizado à noite, no terreiro. A participação marcante das mulheres acontece através do canto. Durante o ritual do *tocorime* é o canto das mulheres, no terreiro, que favorece o poder que o pajé tem de se transformar em um determinado *tocorime*. No ritual do *tocorime* os Kulina aprendem cantos novos (que depois podem se transformar em cantos de *ajie*); brincam com os *tocorime* (observando uma etiqueta própria. Por exemplo: as pessoas não podem tocar no pajé-*tocorime*; é vedada a participação de mulheres

[369] Tradução feita por mim.
[370] É essa alma-tabari que habita os lagos, rios, remansos e igarapés.
[371] "De toda forma, a atuação do pajé enquanto curador era sempre ressaltada em outros casos de doença, sobretudo quando os Madiha reclamavam da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) do DSEI, que muitas vezes conduzia a pessoa doente para o hospital antes de ser avaliada e tratada pelo pajé. Também chegaram a relatar que um pajé foi impedido de entrar no hospital de Manoel Urbano para curar um doente. Ao conversar com a equipe do Polo Base a respeito desse episódio, alegaram que o indígena foi barrado no hospital pois estava embriagado, embora o estado de embriaguez do pajé não seja visto pelos Kulina como limitador de sua atuação xamânica" (Moutinho, 2017, p. 75).

menstruadas); e as mulheres recebem *ahuabono* (anticoncepcional). As canções do ritual do *tocorime* não podem ser cantadas fora do contexto ritual.

O procedimento para retirar o feitiço das folhas (*bebe*) é muito similar ao empregado na cura do feitiço das pedras (*dori*). Porém, os feitiços (*bebe*) mais difíceis de retirar são extraídos no ritual do *rami* no qual o pajé toma o chá *ayahuasca*. O ritual *rami* acontece com a orientação e responsabilidade do *marinahua*: pajés que conhecem o poder das folhas, cipós, raízes e cascas de árvores.

> As características do feitiço *bebe* ("feitiço das folhas") são dor de cabeça, dor nos olhos, indisposição, perda de peso e vômito. Uma pessoa ao ser identificada com sintomas de *bebe* é tratada com fumaça de tabaco e ervas pelo *marinahua*. As folhas que transmitem o feitiço *bebe* ou *bebe comani* ("folhas que embriagam") são chamadas genericamente de *dsamacca bebe comatajaro* ("folhas da floresta que deixam as pessoas embriagadas ou doentes"). Enquanto que as folhas que são usadas para fazer o tratamento são chamadas de *bebe majo bica* ("folhas de cheiro bom") (Amorim, 2014, p. 47).

O ritual do *rami* acontece à noite, mas sua preparação começa pela manhã, quando os pajés se dirigem à mata para coletar o cipó *ayahuasca*, folhas de chacrona e outras ervas (ou cascas). Nesse ritual, através das visões, os Kulina se aproximam de animais de caça, realizam cura e reencontram com espíritos de pessoas mortas ou que estão distantes (membros da família ou alguém pelo qual se está enamorado). O ritual do *rami* possui uma série de etiquetas. Enquanto dura o ritual do *rami* as pessoas devem permanecer sentadas e cantando (as pessoas se levantam apenas para vomitar). Toda aldeia deve permanecer em silêncio e às escuras (os focos de luz das casas devem permanecer camuflados para que não reflitam nas pessoas que estão no ritual). As canções do ritual do *rami* também não podem ser cantadas fora do contexto ritual. Quando o chá começa a fazer efeito, ninguém pode passar na frente dos que estão bebendo. Se a pessoa precisa sair, para fazer algo, ela sai por trás. A pessoa não pode olhar para o lado, para o seu companheiro, porque pode prever a morte do mesmo.

A doença interna do recém-nascido é *eppetoccahi* ou *rihua rihua*. Ela deriva da quebra de tabus impostos aos pais do bebê. Essa doença se apresenta na forma de distúrbio no sistema digestivo da criança, sinalizada por dores abdominais, vômitos e diarreias.

Quando nasce um Kulina os seres *tocorime* vêm do patamar subterrâneo para transar com os pais do bebê[372]. O ato sexual é na verdade um mecanismo que rapta o

[372] Conforme relato apresentado no final da Terceira Parte desse relatório.

tocorime dos pais. Os pais passam por um processo de adoecimento que pode levá-los à morte. Somente o pajé pode ver esses seres e tratar as pessoas.

Os bebês Kulina se transformam em pessoas quando recebem nome, mamam, falam e comem carne de caça, de preferência carne de queixada. Os cuidados com o corpo do recém-nascido morto são diferentes dos cuidados, e tabus, que envolvem o corpo de um adulto falecido (os recém-nascido pode ser sepultado embaixo das casas, por exemplo. Ver também: Pollock, 1985; e Gordon, 2006).

Por fim, quando alguém adoece, numa aldeia Kulina, as pessoas fazem logo o diagnóstico. Após descobrirem as causas da doença procuram o tratamento: que deve ser feito com o pajé ou com os profissionais de saúde do DSEI. *Dsamacoma* é doença trazida pelo *carihua* e, portanto, pode ser tratada por ele.

> Neste sentido, podemos apreender as doenças como dádivas ou retribuições não adequadas à comunidade da pessoa afetada. O estabelecimento de interações não adequadas com seres da mata, não índios ou de *namibudi* implica em trocas de artefatos também não adequados que, ao invés de contribuir para o aprendizado e para a sobrevivência da pessoa, contribui de modo a torná-la doente ou inadequada para a vida em sua comunidade. Em outras palavras, a doença pode ser apreendida como uma dádiva não adequada, uma dádiva feita em outros termos, não nos da comunidade na qual a pessoa está envolvida. Isto nos leva a pensar que tais objetos introduzidos nos corpos que se constituem como doenças podem ser apreendidos em outros contextos não como doenças, mas como índices de outros tipos de interações com estes seres estrangeiros (Cerqueira, 2015, p. 270).

O território *tocorime* é um estado/lugar invisível associado a uma transformação do corpo e da consciência, porém depende de uma interação permanente com o território físico e visível onde os Kulina habitam ao modo tradicional.

11.1. O cuidado com os territórios dos *tocorime* é saúde e conhecimento

Os Kulina usam o verbo *comade* para expressar qualquer forma de dor ou doença, mas também para expressar todo estado de embriaguez, êxtase ou alucinação. O verbo *comade* é usado para indicar quem está com feitiço (*dori comani*, dor de feitiço); nominar o doente (*coma*); a doença (*comahe*); para o estado alterado de consciência causado pelo *rami* ou pelo rapé (*rami comane*); para a embriaguez causada pela cachaça

(cachaça *comane; comanihua*); para quem está com sono[373] (*huada comane*); para indicar tristeza (*comahi*); para o feitiço que atinge o suicida (*comarini*) e também para o orgasmo (*ajade comane*). Como vimos *comade* é um termo polissêmico e extrapola nossa noção de doença, de embriaguez, de alucinação ou de tristeza. E está relacionado diretamente com as formas Kulina de adquirir conhecimento

A relação com os seres extra-humanos (*rami e/ou tocorime*) é cheia de ambiguidades e implica conhecimento, cura e doença. Por exemplo, só se acessa o território invisível dos *tocorime* (território *comade*), que existe paralelamente ao território visível, quando se está *comane* ou *comanihua*. Porém, para aproximarmos do conceito *comade* é necessário nos despir da forma de conceber realidade, território e conhecimento; isto é "levar a sério o outro" (Bensa, [2010]2015, p. 138). A pessoa *comane* ou *comanihua* está no território dos *tocorime* e pode interagir com eles. Quando a pessoa está doente (*dori comani*), se o pajé não retirar o feitiço, a pessoa poderá ficar para sempre no território dos seres extra-humanos. Para os humanos, ela morrerá, mas para esses seres a pessoa será um novo membro de seu povo. Durante o ritual do *tocorime* ou durante o ritual do *rami*, o pajé *comane* tem visões de animais de caça, vê pessoas vivas que estão distantes, vê pessoas que morreram, aprende cantos novos e faz curas. Observei que é também no estado *comanihua*, da embriaguez da cachaça, que os Kulina falam bem o português e tem orgulho de sua cultura. Ressalto novamente que o território *tocorime* é um estado/lugar invisível associado a uma transformação do corpo e da consciência, porém depende de uma interação permanente com o território físico e visível onde os Kulina habitam ao modo tradicional.

12. Locais importantes do ponto de vista cultural e simbólico na terra indígena: os portais de acesso ao mundo dos *tocorime*

[373] A palavra *huada* pode significar: dia, sono e sonho. Ao pesquisar o suicídio entre os Kulina no Alto Purus Moutinho (2017) observou: "Em três casos, as pessoas que se mataram haviam sonhado previamente com parentes falecidos ou que estavam distantes. Sonhar com os mortos poderia sinalizar a atuação direta do 'espírito' da pessoa falecida sobre o parente vivo, no sentido de atraí-lo para o 'mundo dos mortos', o *namibudi* [...]. Há também o caso de um jovem que estava muito triste com a perda do irmão, morto por enforcamento um mês antes, o que era interpretado como um possível estímulo à sua própria morte [...]. Assim, a aproximação com o morto, seja em sonho, seja através do sentimento de 'saudade' gerado pela perda de um parente próximo, representava um perigo real, uma vez que, para os Kulina, os mortos têm o poder de atrair os vivos para o *namibudi*" (Moutinho, 2017, p. 69).

12.1.O território sagrado do terreiro-roçado-cemitério

Como vimos na Segunda Parte – se os roçados são rotas de acesso ao mundo subterrâneo depois que pessoas são sepultadas no local – por sua vez, os rios, lagos, remansos e igarapés são rotas por excelência de acesso ao mundo subterrâneo dos mortos (Pollock, 1985, p. 38). Assim, os cemitérios são territórios sagrados não apenas porque são locais onde estão sepultados os parentes mortos, mas porque são portais de acesso ao mundo dos *tocorime* ou locais habitados pelos *tocorime*.

Lembramos que Majoro contou que andava pelo caminho quando um *tocorime* o chamou e perguntou se ele não queria ser pajé (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos). O *noma jahuini* (caminho do *noma*) que passa ao lado da casa de Majoro conecta o terreiro-cemitério com o roçado-cemitério localizado no quintal da aldeia, e se estende ao primeiro roçado de Ado e a floresta densa do varadouro do Café (percorrido por mim, Ana Luiza e Cossaro).

Todo cemitério Kulina foi um roçado, ou melhor, todo cemitério Kulina é uma capoeira. No cemitério-quintal da comunidade, que era um antigo roçado, estão sepultados: Codidsa (primeira esposa de Acora-Edmundo; mãe de Sama, Dahora e Dsihuini); Siara (irmão de Codidsa); Majahua (mãe de Iba e Sipocahi); Francisco Huara (filho de Cara que faleceu após contrair hepatite); uma moça filha da Majahua que faleceu em Manaus; a primeira filha de Aro-Aroldo e Mariana (casa 20); e dois recém-nascidos filhos de Adriana.

No terreiro-campo da aldeia Matatibem, situado à frente da casa do Majoro, onde crianças jogam bola, ou onde os Kulina cantam *ajie* e cantavam o ritual do *Tocorime* e *Rami*; é um cemitério onde estão sepultadas:

- Ino, que os Kulina afirmam ter morrido de feitiço-*dori* (mãe de Issihui, Cana-Zefinha e Neca-Ilda);

- Cahuedidsa, uma moça que os Kulina contam que foi "mordida" por um sapo e a partir daí ficou doente e faleceu (Contraiu *dori* na relação direta e indevida com o *tocorime*. Uma doença por rapto de alma);

- Rora, uma moça que faleceu após contrair sarampo;

- uma criança recém-nascida filha de Maria Miranda;

- um filho recém-nascido de Birico e Anona.

Na aldeia Matatibem os territórios sagrados de morada dos *tocorime* e dos parentes mortos possuem uma conexão próxima ao mundo dos vivos. Por exemplo, os Kulina costumam sepultar os recém-nascidos no quintal ou embaixo das casas (na TI Rio Ueré há uma criança sepultada embaixo da casa de Bidada; casa 11). Por outro lado, se concebermos cemitério, como o local onde estão sepultadas pessoas, o terreiro-campo da aldeia Matatibem é um cemitério. Esse fato dificulta a separação habitual que fazemos entre cemitérios, roçados e moradia; pois aldeias e roçados são territórios sagrados porque são cemitérios (vimos que a Aldeia Velha também é um cemitério porque há pessoas sepultadas).

Mais uma vez os Kulina embaralham nossas concepções de espaço e tempo, pois enquanto os humanos cantam, dançam e comem queixadas no terreiro da aldeia, para se constituírem como um grupo de parentes (vale lembrar que os queixadas são os parentes mortos transformados que subiram como queixadas para o patamar terrestre), por outro lado e ao "mesmo tempo", no *nami bodi*, no patamar subterrâneo, são *tocorime* gente queixada que cantam, dançam e devoram as almas dos humanos-mortos para que as almas se transformem em queixada (seus parentes).

O igarapé do Paraíso, local de moradia antiga dos Kulina (moraram as famílias da Sipocahi e da Conceição), também é um território sagrado, pois nas suas cabeceiras mora o *tocorime* "dono da friagem ("de lá que vem a friagem"). A friagem é um marcador de tempo fundamental para os Kulina, pois indica o fim do inverno ("caem todos os frutos maduros de açaí") e o início do período da vazante e do verão (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos)[374].

12.2. O sítio arqueológico do igarapé Mamori (matrinxã) e os *dsipa* (pote ou cerâmicas antigas)

O Igarapé Mamori (matrinxã) é um dos primeiros afluentes a margem esquerda do rio Ueré. Os Kulina querem cuidar do local pois afirmam que há vestígios de material arqueológico (cerâmicas antigas) (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos)

> [Genoveva] Lá pra cima tem prato velho de Madija?
> [Iba] Eu nunca vi não!
> [Cara] Tem! Lá na boca do **Mamori** tinha. Aparecia.

[374] Visitamos com Cossaro um pomar de cupuaçu de Ado; no local há também árvores de jambo e pupunha plantados por ele.

> [Genoveva] Lá na boca do Igarapé do Matrinxã?
> [Iba] Não, é outro igarapé mais em cima.
> [Cara] Tinha panela de barro desse tamanho.
> [Cossaro] *Jehe, canihui nanidsa dsipa arobeni* (tradução[375]: Sim, lá tem pedaços de cerâmicas antigas).
> [Cara] Igarapé Mamori, fica abaixo do Cruzeiro.
> [Salim] *Ajidsa naqui anini nitide, Pedro? Maitta anini naqui*? (Tradução: aqui parece que também tem, não é, Pedro? Aquele que tínhamos visto antes)
> [Cossaro-Pedro] Oh! *Jehe! Nanidsa naqui anide. Jicajerade, maitta* (tradução: Oh! Sim! Lá também tem! Havia muitos).
> [Salim] Igarapé Boa Fé *naqui* (tradução: Também tem no **igarapé Boa Fé**).
> [Genoveva] Onde que tem?
> [Cossaro] É para cima. Acima do igarapé do Boa Fé. *Madijacca dsipa* (tradução: Tem cerâmicas antigas de Kulina) (aldeia Matatibem, 15 de maio 2022)

12.3. O Poço de Ouro dos *tocorime*

O Poço de Ouro está localizado em um remanso no rio Ueré. Os Kulina e os não indígenas, que moraram no local, afirmam que sob a água do rio aparece uma "plataforma" com uma criança em uma bacia. Outros afirmam ser impossível morar próximo ao local, pois os *tocorime* fazem muito barulho à noite (ver mapa: Territórios históricos e cosmológicos).

> [Cara] Aqui chama **Poço de Ouro**, aqui. Esse remanso aí na frente. Diz que tem ouro aí. Começa daqui. Pessoal antigo que morava disse que viu bacia desse tamanho (fazendo gesto com as mãos), aqui na frente, nesse remanso aí. Viram a bacia aqui, que fica rodando, plataforma. *Tocorime*, *ourocca tocorime* (Tradução: ouro do *Tocorime*). *Totabari. Ourope* (Tradução: ouro dos espíritos) tem cheio de plataforma, ne? Parece sério mesmo, pessoal dá notícia.
> O pessoal enxergou três crianças pulando n'agua, mas não era criança, era *tocorime*. Do Santarém (boca igarapé) pra baixo, um morador disse que não dormia não. Corria um pessoal de noite, corria, corria... Aí parava aí, parava lá. Uma zoada doida. Uma gritaria doida. Outras horas da noite voltava correndo de novo. Aí a zoada sumia de novo.
> Aqui é a plataforma deles. Todo canto que tem ouro tem esse negócio, plataforma. Na cabeiras do Jutaí, meu sobrinho, que mora lá no Gaviãozinho, ele foi dormir lá nas cabeiras do Jutaí, disse que de um lado toparam ouro. Naquele barro quebrado ouro, ouro, desse tamanho assim, pegando só ouro. Aí levaram para Eirunepé e mostraram para o pessoal lá. Ouro puro, puro e não tinham dinheiro para pagar. Mas pagaram e eles pegaram dinheiro e beberam de cachaça. Queria ir pra lá para ver esse negócio aí (TI Rio Ueré, Poço de Ouro, 17 de maio de 2022)

[375] Traduções feitas por mim.

12.4. O lago Sucuriju, moradia do *tocorime* cobra

Por sua vez o Lago Sucuriju, área de ocupação histórica e de grande importância econômica (grande concentração de peixes e bichos de cascos), possui também relevância simbólica: é o território da cobra grande (*maccape*).

> [Cara] Falam que existe uma cobra grande morando lá, uma Sucuriju. Foi uma criança que sumiu ou jogaram n'agua que virou cobra. Aí os seringueiros quando cortavam seringa viam ela cantar. Aí ela cantou de novo (a cobra). Aí o cara ficou com medo. Meia noite o cara foi lá aí viu praia, estrondou, estremeceu tudinho, ela (cobra) ficou no meio da praia. Aí cara pensou em furar ela pra ver se saia sangue, mas ele ficou com medo. Deu água aí ele ficou com medo. Aí ficou lá. A praia sumiu. A praia aparece no meio do lago igual a história sobre a cobra grande (história contada quando mapeávamos os lagos Comprido, Redondo e lago Ueré. TI Rio Ueré, 16 maio de 2022).

12.5. Igarapé do Matrinxã e o dono da caça[376]

O igarapé do Matrinxã é reconhecido pelos Kulina pelo seu papel na reprodução da espécie homônima; por ser local de antigos acampamentos de pesca (local que contribuiu para que o Ueré fosse reconhecido por todos os Kulina como celeiro do peixe matrinxã); contudo, os Kulina querem também preservar esse território por ser moradia do *tocorime* "dono da caça":

> [Cossaro] No igarapé do Matrinxã tem uma forquilha. Lá para cima que é boca do igarapé Jaraqui; bem na forquilha (onde o Jaraqui desagua no Matrinxã) tem um chupador-barreiro que é *banicca dsama* (terra dos animais de caça). Lá mora o dono da caça, precisa ter coragem para caçar lá: anta, arara, *jomo, bado*, queixada grande. Numa noite chega aparecer até cinco antas.
> Lá na forquilha tem um chupador grande no encontro do Jaraqui (pequeno igarapé que abastece o igarapé do Matrinxã), fica o chupador mal assombrado. Não aparece nada, só assovia, assopra, aquela risada. Não fica com medo não.

[376] "Em suma, tudo em princípio tem ou pode ter um dono: a floresta, os animais, os rios e as lagoas, mas também uma espécie animal, outra espécie vegetal, ou ainda aquele bambuzal, aquela curva de rio, determinada árvore, uma montanha particular. Afirmar que o cosmos atual está estruturado por relações de domínio não significa, porém, concebê-lo como organizado exaustivamente em espaços discretos (territórios e jurisdições), como se resultasse de uma série de *enclosure acts* decretados ao final do tempo mítico. A passagem do contínuo ao discreto, que a mitologia ameríndia se propõe a contar, implica a constituição de um mundo *atravessado por relações de domínio*, mas não uma cartografia cósmica de propriedades distintas e exclusivas. Essas relações de domínio são múltiplas e potencialmente infinitas. Tampouco estão dadas de uma vez por todas: elas têm sua dinâmica pós-mítica, sendo possível apropriar-se ou ser apropriado, inserindo-se em uma nova relação de domínio. Objetos são fabricados, crianças são engendradas, capacidades são adquiridas, animais são capturados, inimigos são mortos, espíritos são familiarizados, coletivos humanos são conquistados" (Fausto, 2008, p. 340-341).

> Eu estava pensando que era mentira, mas é verdade mesmo, lá dentro. É uma hora de viagem pra chegar lá. *Banicca dsama* (Tradução: terra dos animais de caça). Chupador, *bani jinede* (Tradução: dono dos animais de caça). Tem anta, tem arara, *jomo* (macaco barrigudo) tem tudo, *bado* (veado), *anobedse* (porquinho), queixada. Chupador é como dali até lá do outro lado, é grande. A anta fica lá no meio.
> O *carihua* que viu e nasceu lá, já morreu, tem o filho dele vivo em Carauari, que tem uma oficina. Ele morava bem na boca do Matrinxã, ele tinha uma capoeira lá. Capoeira velha. Quando eles cortavam sorva, seringa, aí quando acabou a seringa, a sorva, aí o *carihua* desceu. O nome do *carihua* era seu Nino, mas faleceu, só tem os filhos dele. Foi ele que me ensinou (mostrou o local). Eu pensava que era mentira dele, mas é verdade mesmo. É longe. Chupador grande. *Ahui jicajerani* (Tradução: Lá tem muita anta). Só numa noite dá quatro, cinco. Vem assim, assim, anta.
> Mas outros *carihua* nunca foram pra lá não. Os *carihua* vão até no meio de viagem. Até outro chupadorzinho pequeno. O chupador grande fica *huajitani* (longe) uma hora de viagem. O cara vai e encosta lá dentro e vai beirando a terra firme. Vai acompanhando a beira do igarapé, na terra firme... Lá dentro ouve o barulho dos donos da caça (aldeia Matatibem, 25 de maio de 2022).

> (Cossaro contou outro evento envolvendo atividade de caça)
> Iba caçava toda noite sozinho. Uma vez ele estava fazendo hora (esperando o momento dos bichos começar a andar). Quando escureceu o tapiri (acampamento) tremeu e apareceu um homem com dois espetos de carne. O homem tinha olhos de fogo. O homem ofereceu carne para Iba e ele não quis. De repente o homem sumiu. Desde esse dia Iba parou de caçar por uns tempos e parou de caçar sozinho. Antes ele matava até cinco pacas por noite (Tapiri no Alto Ueré, 28 de maio de 2022).

No dia 26 de setembro de 2022 conversei por *WhatsApp* com Antônio José Bentes, indigenista que trabalhou no CIMI-Tefé junto aos Kulina no Baixo Juruá de1985 a 1990 (na Segunda Parte desse relatório apresentei vários registros históricos feitos por ele). Solicitei que Antônio José me contasse um pouco sobre a presença Kulina na TI Rio Ueré. Então ele respondeu com as seguintes mensagens:

> [Antônio José] O pai do Jodsino, o Dimodo e o pai do Rohuidsi (Najora) conheciam detalhadamente o Rio Ueré e todos os locais lá. Eles relatavam que era um local com muita fartura de peixe, principalmente **matrinxã**, inclusive me levaram em um afluente do rio Ueré que havia muito matrinxã só para comprovar o que diziam, e realmente havia muito mesmo (levaram Antônio José ao igarapé do Matrinxã).
> [Genoveva] E quando foi isso?
> [Antônio José] Em **1986.** No Juruapuca, não havia quase palha para a cobertura das casas, situação que no rio Ueré havia uma grande abundância de palhas, dentre elas o Ubim que Madija considerava a melhor palha para a cobertura de suas casas. **O Ueré funcionava como uma espécie de reserva para as necessidades deles, quando não tinha como resolver no Juruapuca eles iam para o Ueré.** A permanência no Juruapuca se justificava mais por

> conta do acesso aos serviços da cidade de Caetau (Juruá), mais por isso ficavam ali.
> A pressão sobre a pesca era grande naquela época, havia muita pesca predatória sobre os quelônios, tambaqui e pirarucu. As áreas dos Madija eram muito pressionadas e havia muito conflito no Juruapuca e nos Macacos (TI Kumaru) na turma do Dorome.
> [Genoveva] Quando você foi até o **Igarapé do Matrinxã** com o Dimodo e o Najora (pai do Rohuidsi) em **1986**, havia alguma casa ou tapiri de outros Madija?
> [Antônio José] Lá tinha umas **5 casas** lá, mas na ocasião não consegui identificar de quem era porque não estavam no momento que passamos, ficamos dois dias na floresta tirando ubins para cobrir casas no Juruapuca. Então não sei te falar de quem eram as casas. Se a irmã de Jesseco estiver viva que era casada com um *carihua* de lá poderia te falar esses detalhes.
> [Genoveva] Eu imaginei porque havia os Madija casados com *carihua* também. E vi que moravam bem espalhados. Na viagem de 1990 você fez um ótimo levantamento com nome, localização...
> [Antônio José] Isso as casas eram afastadas umas das outras.
> [Genoveva] Quem era a irmã da Jesseco?
> [Antônio José] Eu não estou agora lembrando, vou pensar.
> [Genoveva] Nossa, mas muito bom. Os Madija focam muito no Ado nos relatos atuais... que ele chegou primeiro. Mas Madija anda muito. E não anda em bloco... Muitas vezes é apenas uma família.
> [Antônio José] Isso, e tem a ver com a história do feitiço que você se referiu, os Madija eram muito visados por causa disso. Daí que se organizaram em grupos na extensão do território rio Juruá para minimizar a extensão desse conflito.
> (Continuação da conversa no dia 29 de setembro)
> [Genoveva] Olhando as listas de nomes aqui lembrei da Janani, casada com o José Felipe.
> [Antônio José] Ela mesma, casada com José Felipe. Eles moravam lá no Ueré e estavam na ocasião passando um tempo no Juruapuca por causa dos pais dela
> (Janani é filha de Camaidso e Ajibora, mora atualmente na aldeia Morada Nova na TI Kumaru).

Assim, apresento o Igarapé Matrinxã também como um marcador de tempo e de tradicionalidade da ocupação da TI Rio Ueré pelos Kulina: 1986 (em reverência ao Art.231, da Constituição Federal de 1988, que trata do conceito de "terras tradicionalmente ocupadas", e em conformidade com a Lei Federal nº 14.701/2023: comprova-se uma habitação antes, durante e posterior a 1988). De acordo com Bentes a terra tradicional no rio Ueré funcionava como uma espécie de "território reserva" onde os Kulina recorriam para acessar recursos imprescindíveis a sua reprodução física e cultural. No Igarapé Matrinxã os Kulina coletavam palhas e peixes, mesmo habitando outros locais. Bentes relembrou que na época existia uma pressão sobre os recursos pesqueiros. Lembrou também que os conflitos por motivo de feitiço compeliam para uma dispersão de famílias Kulina ao longo do rio Juruá e seus afluentes.

12.6. O território sagrado do *Rami*

Retomando ao objetivo inicial dessa sessão – comprovar o direito originário dos Kulina a terra tradicional do Ueré e a relevância para a Reprodução Física e Cultural – voltaremos agora ao tema do *Rami* como guardião-demarcador-morador da terra indígena no rio Ueré (na Segunda Parte desse relatório apresentamos o *rami* como demarcador da terra tradicional no Juruapuca).

A Restinga da Seringueira, ou Restinga do *Rami*, consta no mapa "Terra Indígena Kulina do Rio Ueré – Territórios históricos e cosmológicos" (legenda: "Lugar de poder xamânico"). Avalio que a relação dos Kulina com o *Rami* não pode ser classificada como "recurso natural" ou integrar a parte de "modo de produção". Pois os cipós, as folhas, as raízes e as cascas de árvores usadas para fazer o chá do *Rami* são sujeitos que interagem com os Kulina; possuem agência, demarcam e protegem territórios; ao mesmo tempo que são "plantações" de seres *tocorime*. Nesse quesito a cosmologia Kulina insiste que não existem patamares fixos onde cada ser ocupa o seu espaço (patamar terreno: os humanos; patamar subterrâneo os *tocorime*; e patamar superior o sol-*maji* e os heróis míticos Tamaco e Quira). Percebemos também como o mundo das representações continua demarcando e ressignificando territórios. Os Kulina no rio Ueré tem uma relação de respeito e medo pelo *Rami* (conforme relato do pajé Majoro). Eles colhem os cipós, cascas e folhas apenas para o momento do ritual, não armazenam, vendem ou trocam seus componentes ou o chá.

A relação dos Kulina na região do rio Ueré com o *Rami* foi tratado no Relatório Ambiental (Ramalho 2022). Transcrevo as seguintes informações:

> Cipós (*mado*) - Os cipós fazem parte dos grupos de plantas que possuem bastante importância para o povo Madija, em especial o cipó *rami* (produto extrativista que merece destaque pela importância cultural), de uso medicinal e espiritual, base da preparação de *dsoppineje* e para espantar as feras dos poços (jacaré Açu e sucuri), além da utilidade direta, o cipó *rami* tem grande contribuição no fortalecimento da cultura e identidade Madija, é por meio do *rami* que se entra em contato com o mundo dos espíritos, e o conhecimento ancestral é transmitido.
> [...]
> Além dos artesanatos, faz parte do grupo dos cipós, o uso ritual do *rami*, um cipó que prepara uma bebida do mesmo nome, e como mencionado tem muita importância para o povo Madija. Na aldeia Matatibem tem *marinawa*, que é o conhecedor do *rami*, é quem faz a colheita, prepara a bebida e conduz o ritual. O *marinawa* do Ueré, disse que aprendeu com um *marinawa* do Purus, e que

> bebe desde pequenininho. Na aldeia, antigamente bebiam o *rami* todo fim de semana. Hoje em dia bebe uma vez por mês, e sempre tem alguém que acompanha. Existe uma restinga próxima da aldeia, que os Madija chamam de restinga do *rami*, é lá que costuma coletar o cipó e as folhas para preparar a bebida. O *marinawa* conhece algumas variedades do *rami*, que dependendo do objetivo que vai preparar o chá, é escolhido uma variedade de acordo com o objetivo e o efeito que cada variedade proporciona (Ramalho, 2022, p. 53-54).

Durante o tempo que passamos em trabalho de campo na TI Rio Ueré instiguei os Kulina a respeito da realização dos rituais do *Rami*, *Ajie* e *Tocorime*.

Cossaro Kulina é *marinahua*, pajé que executa o ritual do *Rami* e conhece o poder das folhas, raízes, cascas e cipós (é também liderança e professor da aldeia Matatibem). Cossaro nos contou sobre os poderes do *rami*:

> *Omada* é uma planta igual ao ucuubão de terra firme. O chá da casca só o pajé que toma para ver os *tocorime*.
> *Orere* – sumaúma, coloca a casca no chá do *Rami* (uso ritual). Antigamente Madija derrubava para vender para *carihua*, agora parou.
> *Rami* – cipó ayuasca – tem na Restinga da Seringueira. Tem muito. *Tocorime* plantou ali. Cipó branco (*jahii*) da raiz grossa: usa só a raiz. Cipó preto de três pernas (*rami ssohuehui*) usa a raiz, tira dois e deixa um, não tem nó. *Rami pona* dá de fecho, um monte só num canto igual *ssaji* (igual cipó titica): corta e arranca a raiz, usa só a raiz o restante fica. *Rami noara* cipó com nó bem pertinho um do outro; tira a raiz de um cipó e deixa os outros. Só homem que tira; se mulher souber ela pode cozinhar também (ele não quis afirmar que as mulheres não preparam o chá); mas é o homem que cozinha fora da aldeia.
> *Sacorona potajari* – chacrona de folha grande; e *sacorona birijari* de folha pequena. Todas têm na Restinga da Seringueira; colhe só a folha e coloca no chá do *rami*. A árvore é pequena e tem muito.
> *Rami* preto não tem nó, mas para fazer chá tanto faz depois que cozinha.
> Quando coloca *orere* – sumaúma no chá de *Rami*, aí vê muita cobra da terra firme, jiboia. A mistura com a casca da sumaúma vê outro mundo. Se mistura com *parica* (breu), tira pedaço da casca coloca junto com *Rami*, vê peixe, floresta, avião e moto...
> Cada mistura vê coisas diferentes. Com o olho da palmeira de açaí você conhece parentes, famílias... E se você está namorando, vê a pessoa ou vê o namorado(a) conversando com outro; o *Rami* mostra...
> *Memesi* usa a folha e o caroço (semente); ferve no chá do *Rami*. Você se vê todo bonito com colares e pulseiras (*memesi* são sementes pretas que os Kulina usam como contas para fazer colares e pulseiras). Costuma ter *memesi* na beira do igarapé no verão, quando igarapé seca aparece de novo os pés[377].
> *Marinahuapa ohua* (eu sou o pajé que conhece feitiço das folhas, raízes e cascas) e outro é *dsoppineje* (o outro é o pajé que conhece o feitiço das pedras) (aldeia Matatibem, 26 de maio de 2022).

[377] Cara contou no acampamento no Alto Ueré que uma vez tomou *Rami* (no ritual) para saber-ver onde estava o motosserra dele que alguém roubou.

A partir de vários eventos, conclui – como a chegada de Neti com seu filho Reginaldo para que Majoro o curasse de *dori* (feitiço)[378] – que os *Tocorime* e o *Rami* ainda são temidos e respeitados. Pareceu-me impossível uma representação performática dos rituais do *Rami* e do *Tocorime* como "cultura com aspas" para que forasteiros possam apreciar. Os Kulina sabem e temem as punições que podem recair sobre eles.

No início cheguei a relacionar a ausência dos rituais, na aldeia Matatibem, com a presença da igreja Assembleia de Deus. Porém, aos poucos percebi que, embora ocorra de fato algumas transformações, o xamanismo Kulina, seja ele na forma de pedra de feitiço (*dori*) ou na forma de folhas (*bebe*), continua vivo. Podemos afirmar, como a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, que o *ajie* virou "cultura com aspas", pois as crianças cantam *ajie* na escola e no terreiro quando querem mostrar a "cultura" aos não indígenas que visitam a aldeia.

> Uma dessas categorias é a "cultura". Noções como "raça", e mais tarde "cultura", a par de outras como "trabalho", "dinheiro" e "higiene", são todas elas bens (ou males) exportados. [...]
> Com a "cultura" o caso é mais complicado, porque supostamente trata-se de algo que esses povos já previamente teriam e conservariam. [...] De todo modo, não resta dúvida de que a maioria deles adquiriu essa última espécie de "cultura" a "cultura para si", e pode agora exibi-la diante do mundo. Entretanto, como vários antropólogos apontaram desde o final dos anos 1960 (e outros redescobrem com estrépito de tempos em tempos), essa é uma faca de dois gumes, já que obriga seus possuidores a demonstrar performaticamente a "sua cultura" (Cunha, 2009b, p. 312-313).

Felipe Cerqueira, em sua recente pesquisa sobre o xamanismo na aldeia Maronaua (Alto Purus), chegou a uma conclusão que resume bem a resiliência do *dori* e nos mostra a genialidade dos Kulina em desenvolver mecanismos de reprodução cultural a despeito dos prejuízos, violências e imposições externas.

> O *dori* permanece, retorna, se multiplica, cresce e se torna mais perigoso. As técnicas *karia* não conseguem lidar com ele. Os evangélicos buscam expeli-lo por expurgo, por proibição. Ele volta mais forte, as mortes persistem, os doentes persistem, as acusações aumentam. Só os xamãs sabem. As estórias antigas estão repletas de menções a ele. Os demiurgos estão envolvidos de um modo ou outro. Os acontecimentos originários são perpassados por ele. As estórias dos antigos, dos tempos em que os Kulina viviam suas guerras, que viviam em grupos familiares extensos em malocas localizadas no mato, estão repletas de acontecimentos em que o principal protagonista é o *dori*. As estórias mais recentes também estão repletas de *dori*. E a vida cotidiana da

[378] Mais à frente apresentarei as transcrições de algumas conversas dirigidas que tracei com o Majoro e como ele explica que o *Tocorime* dono do *Rami* é muito bravo e sovina.

> aldeia é perpassada por crises de todo o tipo e um dos grandes protagonistas é este objeto, ser, coisa, conceito, categoria. A capacidade deste objeto de ser tão pervasivo entre as diferentes dimensões, tempos e acontecimentos da vida Kulina implica no que pode ser visto como sua alta potência de significação. Em outras palavras, este objeto se explica de diferenciadas maneiras. Pode-se pensa-lo como um objeto-categoria que constitui uma rede extensa de significações, perpassando o universo mítico, histórico, pessoal, de parentesco, social. E é também uma categoria aberta, que serve para explicar acontecimentos novos (Cerqueira, 2015, p. 256).

Ouso afirmar que a existência da igreja evangélica, na aldeia Matatibem, é uma estratégia que os Kulina acessaram para conter a onda de suicídio, o processo de alcoolização (já que os não indígenas evangélicos pregam o não consumo de bebidas alcoólicas), os homicídios e a violência. E principalmente, barra a realização de festas não indígenas, pois as mesmas se tornaram ambientes favoráveis a conflitos e assassinatos devido ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas[379]. Não cabe aqui um julgamento da natureza do empreendimento e tampouco a sua eficácia. Quero apenas apontar tal "intervenção" como mais uma tática que os Kulina utilizam diante do abandono e ausência de políticas públicas que esse subgrupo está submetido há séculos. Vi também como a igreja representa uma forma de diminuir a carga negativa e estereotipada que os Kulina no Ueré carregam em toda região; uma forma de serem aceitos pelos não indígenas, seus vizinhos, como "irmãos" (seria interessante analisar a troca do termo "parente" pelo termo "irmão").

12.7. A volta ao sorriso: o projeto histórico e a emergência de cuidar dos territórios sagrados

Compreender a categoria *comade* não significa cruzar os braços para as violências que os Kulina são vítimas, mas requer compromisso em tornar visível um processo histórico de violências e aliciamentos. De forma ampla, o conhecimento Kulina é experiência. As crianças aprendem experimentando, fazendo o que faz seu pai e sua mãe, e as pessoas a sua volta; tudo com bastante autonomia. Os rapazes adquirem conhecimento viajando pelas aldeias e se hospedando nas casas das pessoas que às vezes não são seus parentes. Aprendem também a se relacionar com o mundo dos *carihua* nas viagens nos barcos regionais, ou nas viagens de excursões pelo rio Juruá. Por sua vez, o

[379] Nos relatos da Siho constatamos como os seus filhos Janoha-Goiano e Raimundo se transformaram em obreiros ao se relacionarem com os missionários do SIL quando a família morava na aldeia Piau, no município de Ipixuna-AM.

conhecimento xamânico é experiência e embriaguez. O pajé-mestre coloca a pedra de feitiço (*noma*) no corpo do iniciante e sopra rapé no seu nariz. Embriagado, o iniciante se dirige sozinho à floresta (isso se repete por vários dias). Quando o iniciante encontra com o grande *tocorime*-onça, aprende dele seus cantos e as formas de curar: se torna pajé.

Ações como a I Assembleia Kulina mobilizam as lideranças e fomentam a sensação de presença do Estado, e das políticas públicas, em regiões longínquas e desassistidas[380]. A assembleia, uma ferramenta externa, criada e idealizada por órgãos e entidades externas, foi apropriada pelos Kulina e tornou-se um momento de reflexão do projeto histórico, e, além disso, se tornou um momento de interação entre as aldeias de várias terras indígenas (lembramos que Cossaro, da TI Rio Ueré, participou da assembleia). Ao final da I Assembleia foi elaborado o documento "Carta aberta do povo Madija Kulina" aos vários órgãos públicos e entidades. Entretanto, a falta de implementação das ações propostas na I Assembleia da TI Kumaru provocou desânimo nos Kulina e dentro desse contexto surgiu o documento Recomendação Legal nº 09/2022 do Ministério Público Federal (apresentado na Primeira Parte desse relatório).

Para finalizar, quero retomar as histórias das famílias extensas apresentadas nessa parte. Histórias marcadas por tragédias, deslocamentos forçados, trabalho nos seringais, busca pelo bom patrão, medo da morte, suicídios, homicídios, aliciamentos... Ajuízo que todas essas narrativas encontram eco na história de vida do pajé Majoro-Moacy, pois a mesma congrega violências, mortes decorrentes do contato *dsamacoma* (sarampo, hepatite, pneumonia...), assassinatos, explorações, deslocamentos forçados, xamanismo, aliança matrimonial e *manaco*[381]. A história de Majoro é a sinopse do encontro entre tragédia e ressignificação da vida e da cultura. Se por um lado Majoro é comum como os seus ao compartilhar as mesmas tragédias (pai e irmão são vítimas de assassinatos; e a perda da perna após a picada da cobra), por outro, Majoro carrega o sorriso e a insistência de se afirmar pajé. Entretanto, a forma como os Kulina relatam o episódio traumático que culminou na perda completa da perna de Majoro (a gangrena dos tecidos do pé e da perna) no hospital de Carauari aponta para uma provável negligência

[380] "A dificuldade de mediação (ou a mediação mal sucedida) no contexto urbano é evidente e se reflete em uma série de fatores, entre os quais podemos citar: as agressões físicas, os estupros e assassinatos; o sofrimento e desgaste causados pela dificuldade em acessar os benefícios sociais e a demora em obter a documentação necessária; e o consumo excessivo de álcool. Vários desses pontos, como o 'preconceito por serem Madiha', a 'documentação' e a 'bebida', foram listados pelos próprios indígenas enquanto possíveis motivações para as 'mortes com corda" (Moutinho, 2017, p. 86).

[381] *Manaco* pode ser traduzido como "troca positiva ou negativa" em detrimento do significado polissêmico do termo.

médica ou no mínimo um acompanhamento inadequado. Quer dizer, somente a resiliência Kulina nos permite compreender como famílias que vivem totalmente à margem das políticas públicas (sem direito ao básico, como uma certidão de nascimento, por exemplo) vítimas de violência mais vis, conseguem se manter em um território e "gerar vida". Arrisco afirmar que isso somente é possível porque são capazes de acessar estratégias diplomáticas de convívio e "boa vizinhança" com os não indígenas, com os outros subgrupos Kulina e com os seres *tocorime*.

Nesse contexto de extrema vulnerabilidade, a demarcação da TI Rio Ueré adquire uma significação especial: reconhecer o direito territorial do subgrupo *dsomaji madija* sobre a terra tradicional no rio Ueré é atribuir prestígio a esse subgrupo diante dos demais Kulina; é a constituição da TI como zona de refúgio dos órfãos e viúvas. É assegurar a todo o povo uma terra onde os Kulina poderão recorrer à cura com seus melhores pajés; é conservar as boas relações com os seres *tocorime* que vivem na área reivindicada; é a garantia de acesso a seus direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988, como: proteção territorial, atenção em saúde, educação escolar, projetos de geração de renda, dentre outros. Desta feita a demarcação da TI Rio Ueré desponta como uma ação de extrema urgência para que os Kulina possam gozar do seu direito de usufruto exclusivo a sua terra tradicional; e de fato se torne possível e viável a sua "Reprodução Física e Cultural".

VI – Sexta Parte

Levantamento fundiário

Portaria n° 14/MJ/96:
Levantamento fundiário
a) Identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;
b) Descrição da(s) áreas(s) por eles(s) ocupadas, com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);
c) Informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;
d) Informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.

13. O processo histórico de ocupação não indígena na região do rio Ueré

O contexto histórico de ocupação não indígena na região do rio Juruá – onde está localizada a terra indígena Kulina do rio Ueré – está relacionado diretamente como a exploração da borracha e do caucho, na segunda metade do século XIX. Apresentamos na Primeira Parte desse relatório a descrição feita por Tastevin (1920) do processo de colonização no rio Juruá – a chegada dos exploradores das riquezas, os novos moradores vindos da região nordeste do Brasil, a expropriação dos territórios tradicionais indígenas através do deslocamento forçado e o desaparecimento de grupos indígenas (como o povo indígena Arawá). Nesse sentido, Tastevin afirma que, antes da viagem de Chandless (1869), os portugueses nunca pensaram em se fixar no rio Juruá, pois o consideravam menor e menos importante que o rio Jutaí. Anteriormente, os mercadores se estabeleciam em Tefé e subiam o rio Juruá em junho, quando o rio volta ao seu leito e permite o trabalho na várzea, e partiam para Tefé em novembro ou dezembro, quando a água do rio passa a inundar a baixada e inviabiliza o trabalho da coleta da seringa (Tastevin, 1920, p. 134). Porém, após a viagem de Chandless[382], espalhou-se a fama das riquezas do Juruá, e os mercadores do Baixo Amazonas (ou seja, da província do Pará) começaram a vir em busca de fortuna. Ao não encontrarem mão de obra suficiente na região, foram procurá-la nas províncias do litoral nordestino: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe etc.

[382] A viagem de Chandless ocorreu nos últimos cinco meses de 1867, e as informações a respeito dela foram publicadas apenas em 1869. O explorador inglês registrou a presença expressiva dos Kulina em toda a calha do rio Juruá e, de modo especial, na área em processo de demarcação.

(Tastevin, 1920, p. 134). Sem interesses – ou mesmo sem a possibilidade de voltar a Tefé durante o período de inundação da várzea – os recém-chegados se estabeleceram permanentemente às margens do rio Juruá. Em 1881, chegaram ao rio Tarauacá; em 1889, ao rio Ipixuna; e em 1900, já não havia um ponto na bacia do Juruá que não fosse explorado, ocupado e compartilhado entre os "invasores". Não havia mais um rio ou igarapé que não fosse rastreado até sua nascente. Ao longo do rio Juruá e de seus grandes afluentes, surgiram casas comerciais que eram o centro de imensas propriedades, onde trabalhavam de 50 a 300 empregados. De acordo com Tastevin, o número de habitantes "civilizados" chegava a 40.000 no rio Juruá, enquanto os índios não passavam de 4.000 (Tastevin, 1920, p. 140). Muitos trabalhadores casaram ou trouxeram suas famílias para se estabelecer definitivamente no rio Juruá, porém também houve uma quantidade significativa de empregados mortos ao contraírem malária e beribéri. Dessa forma, as propriedades começaram a se concentrar, de um ano para o outro, nas mãos de poucos – seja porque o comerciante infeliz cedesse seus títulos a outro mais habilidoso, ou porque este já estivesse cansado da vida na floresta e quisesse desfrutar um pouco de sua fortuna vivendo na cidade, ou ainda porque as casas comerciais de Manaus e do Pará, a quem as pessoas deviam financiamentos, tomassem suas propriedades como pagamento das dívidas (Tastevin, 1920, p. 136).

Dessa forma, o caráter exploratório mudou e os não indígenas passaram a fixar moradia nas margens do rio Juruá estabelecendo o sistema de seringais. A estrutura do seringal favorecia que uma pessoa influente (seringalista) adquirisse o direito sobre determinada parcela de terra na qual poderia extrair o látex e explorar a mão de obra. Através dos barracões os seringalistas vendiam mercadorias para os seringueiros que eram obrigados a vender a ele toda borracha e caucho produzido (dentro do sistema de aviamento-endividamento do seringueiro, como já apresentado). Por sua vez, a população indígena que habitava a região sofreu as consequências da invasão de suas terras (invasões e incêndios de aldeias inteiras, violências sexuais e epidemias); foi obrigada a trabalhar na indústria seringueira; ou ainda fugiu para as cabeceiras de rios e igarapés.

Indígenas e não indígenas (nordestinos) trabalhavam na extração do látex e caucho. De modo particular, na terra tradicional no rio Ueré, os Kulina trabalharam na extração de caucho e seringa. A queda abrupta do preço da borracha no mercado internacional provocou o declínio dos seringais, abandono da produção de látex e êxodo rural.

Na Segunda Parte desse relatório citamos a pesquisa de Viveiros de Castro (1978) junto aos Kulina nas aldeias Maronaua e Santo Amaro, no estado do Acre. O objetivo do trabalho era fornecer subsídios à Funai para a implantação de um Projeto de Desenvolvimento Comunitário junto à população Kulina. Nesse relatório o pesquisador alertava para a frente de expansão agropecuária que ameaçava os povos indígenas do Acre desde 1970. E concluiu que os grandes projetos de grupos econômicos destruíam não apenas a empresa seringalista tradicional, mas promoviam igualmente a grilagem de terras, e expulsavam "barranqueiros" e seringueiros. Índios, seringueiros e posseiros se transformaram em peões que trabalhavam desmatando a floresta para implantar as fazendas de gado (Viveiros de Castro, 1978, p. 11). Porém, a principal característica da frente de expansão agropecuária seria a transformação da relação com o território:

> [...] a terra passa a ser mercadoria, passa a ser renda capitalizada, e se define como território contínuo, fechado e homogêneo. A especulação fundiária, que vem caracterizando a ocupação da Amazônia pelos grandes grupos econômicos a partir da década de 1970, é um processo que transforma a terra (mesmo sem que esteja produzindo) em mercadoria: os grandes desmatamentos e serviços de instalação de fazendas implicam, por seu lado, na expulsão de mão de obra ou na transformação de uma parte desta em peões sem nenhuma vinculação com a terra (Viveiros de Castro, 1978, p. 11).

Diante dessa realidade, o pesquisador aponta como indispensável a necessidade da FUNAI de demarcar as terras indígenas. Ressalta, dessa forma, que somente a definição de territórios indígenas, reconhecidos legalmente, irá permitir que os grupos indígenas possam enfrentar essa nova condição de existência, caso contrário essas populações correm o risco de desaparecerem definitivamente (Viveiros de Castro, 1978, p. 12).

14. Levantamento fundiário preliminar realizado pelo Grupo Técnico de Identificação e Delimitação

Registramos a presença de não indígenas na TI Rio Ueré ao fazermos o mapeamento dos lagos com Cara Kulina e Iba Kulina; e durante a expedição ao Alto Ueré. É necessário ponderar, contudo, que a maioria dos não indígenas que tem casa ou tapiri na TI Kulina do rio Ueré tem boa relação com os Kulina. Muitos são pessoas trabalhadoras que não têm nenhuma fonte de renda na cidade de Carauari ou nas

comunidades vizinhas; os recursos da TI Rio Ueré constituem uma maneira de geração de renda para essas pessoas.

De acordo com o levantamento feito em campo foram identificadas 28 (vinte e oito) ocupações não indígenas na TI Kulina do Rio Ueré.

Quadro 17 - Ocupantes não indígenas da TI Kulina do Rio Ueré

Ocupantes não indígenas da TI Kulina do Rio Ueré	
Comunidade Formosa	10 ocupações
Médio rio Ueré	4 ocupações
Lago Sucuriju	3 ocupações
Sacado do rio Ueré	1 ocupação
Ig. Santarém	4 ocupações
Comunidade Ueré	1 ocupação
Tucunaré	2 ocupações
Alto rio Ueré	1 ocupação
Baixo rio Ueré	1 ocupação
Boca do rio Ueré	1 ocupação

No dia 18 de maio de 2022, juntamente com Iba Kulina, mapeamos os lagos mais distantes da aldeia. Por todo o percurso vimos muitas canoas, com não indígenas, com suas malhadeiras e armadilhas de pesca. E vi também uma geladeira velha boiando abandonada no lago Sucuriju. As geladeiras velhas costumam ser usadas pelos regionais como caixas de gelo para armazenar peixes. Contudo, o descarte incorreto desse tipo de material poluente acaba causando danos ambientais ao lago.

O primeiro acampamento de não indígena está localizado em frente ao Poço da Helena, no lago Sucuriju: “é lá que pessoal fala que aparece a cobra”. Observei algumas bananeiras e palmeiras bacabas. O acampamento tem quatro casas com cobertura de zinco e alumínio; e assoalho e parede de madeira. O não indígena Leopoldo, que possui uma casa no lago Sucuriju, conhecia Iba e nos chamou. Encostamos no seu porto e ele nos convidou para subir, mas o próprio Iba disse que estávamos de passagem e permanecemos na canoa. Os dois tiveram uma breve conversa sobre a movimentação dos peixes no lago Sucuriju.

Mais à frente encontramos outro acampamento de não indígenas, com mais quatro casas; umas cobertas apenas com lona e outras cobertas com zinco. Continuamos subindo até a foz do igarapé do Jiburi (não entramos) e fomos até a cabeceira de cima do lago Sucuriju.

> No lago tem muita tartaruga, tracajá, zé prego, pirarucu e tambaqui. Tracajá sobe nos barrancos do lago, no verão, para desovar. *Carihua* agora estão pescando os peixes que estão subindo: pacu, curimatá, matrinxã, tambaqui, piau, mocinha, caparari e surubim.
> *Carihua* pesca mais no inverno, no verão tem só dois, o **Quincas** e o **Doca**.
> Lá pra cima tem outro igarapé (que não sabe o nome). Os peixes estão subindo para esses dois igarapés.
> No lado Sucuriju tem uma restinga do lado esquerdo (baixando) que tem muito jabuti e os jacarés costumam desovar. Madija vem pegar jabuti e coletar ovos de jacarés[383].

Ao passarmos na desembocadura do Igarapé do Moquém Iba nos mostrou a saída do varadouro do Igarapé do Cajueiro (varadouro de caça): "A pessoa pega o varadouro no Igarapé do Cajueiro e sai nesse Igarapé do Moquém que sai aqui (no lago Sucuriju)". No nosso retorno encontramos mais dois pescadores não indígenas subindo para o lago Sucuriju. Depois de passarmos pelo Igarapé do Bananal chegamos ao Laguinho ou Lago do Bananal (local de acampamento dos Kulina no verão) (ver mapa: Pressões, ameaças e entorno):

> [Iba] Há muito pirarucu. Pessoal mata muito pirarucu no verão. Lago pequeno, mas tem pirarucu e tartaruga. Os *carihua* tão acabando pirarucu aqui. Madija vem para cá no verão, só dá pra vir por terra, Madija vem pegar bicho de casco. Para pescar pirarucu o pessoal vem no início da vazante. Os Madija vêm com a mulherada para acampar no início do verão, passa três dias aqui, comendo bodó e tracajá assado. Com a mulherada tem que vir no início da vazante de canoa ainda. Quando os homens vêm para pescar, está mais seco e vem por terra. Pelo varadouro vem só os homens.

Chegamos até o igarapé do Paraná das Cruzes e ao Paranazinho da Sumaúma. Iba nos falou que ainda há tambaqui no igapó, mas: "tinha muito mais tambaqui que ficava preto. Mas agora tem menos tambaqui e pirarucu também. Comunidade Roque vem pescar só no verão. Há um caminho que o pessoal do Roque usa. Madija também pesca no verão. Sai tartaruga e tracajá, todo bicho de casco".

Das cabeceiras do lago Paraná da Sumaúma saímos no lago do Chibé. Lago com muito peixe miúdo, aruanã e tracajás; porém, devido ao excesso de pesca, não tem mais tem pirarucu. Quando chegamos no igarapé do Chibé, Iba nos disse que o local fica bem raso no verão e "só tem tracajá". Do igarapé do Chibé saímos na cabeceira do lago Comprido. Chegamos de volta, a aldeia Matatibem, as dezoito horas.

[383] O informante preferiu não ter o nome identificado nesse relatório.

Entretanto, no Alto Ueré a situação é mais delicada. Confesso que não senti segurança nos próprios Kulina para fazermos o mapeamento da região. A expedição só saiu da aldeia Matatibem quando contava com duas canoas e onze pessoas. Havia medo dos Kulina diante da possibilidade de sermos atingidos por alguma armadilha de caça. Durante todo o percurso paramos apenas duas vezes para montarmos acampamento e não paramos no porto da comunidade Formosa (localizada á margem direita do rio Ueré, acima da aldeia Matatibem. Ver mapa: Pressões, ameaças e entorno). Fizemos uma parada rápida na casa do Branco Alvo somente porque não havia ninguém no local (há apenas uma casa e está localizada à margem esquerda do rio Ueré. Ver mapa: Pressões, ameaças e entorno).

A expedição ao Médio e Alto Ueré saiu da aldeia Matatibem dia 27 de maio de 2022 às nove horas da manhã. O objetivo da expedição era mapear toda a área do Médio e Alto Ueré: as antigas aldeias e roçados; e os acampamentos antigos e atuais que os Kulina usam como pontos de apoio para coleta de cipós e palhas, e atividades de caça e pesca[384] (ver mapa: Ocupação e uso dos recursos naturais). Todavia, o objetivo principal da expedição era fazer um levantamento da presença de não indígenas na terra tradicional no Ueré: registro dos pontos e das formas de ocupação, bem como mapear os conflitos. Usamos como transporte duas canoas como motores rabetas de 13hp. Em uma canoa viajava o grupo técnico, Cossaro, Iba, Siho e seu neto Aquido (criança). Cossaro era o proeiro e Iba era o motorista e operador de motosserra (havia muitas árvores caídas no curso do rio Ueré). Na outra canoa viajavam: Salim, Cara e seus netos Nonahi (adolescente) e Johuaino (rapaz, mora na TI Kumaru e estava com os pais Neti e Coni, em Matatibem, para tratamento do irmão Reginaldo).

Chico Loriano (não indígena, esposo de Suzana) me informou que os não indígenas que habitam a região do Médio e Alto Ueré vieram dos seringais da região do rio Xeruã, nos anos ‘80; e que na TI eles trabalham com construção de canoas, extração de madeira, criação de gado e porcos, e atividades de caça e pesca.

Casas e pontos de ocupação de não indígenas na TI Rio Ueré (sentido: foz-cabeceira do rio). Como detalhei anteriormente, a expedição partiu da aldeia Matatibem:

1. Passamos em um local onde os Kulina afirmaram que os não indígenas extraíram muita madeira-pixuri. Foi feita denuncia e o IBAMA “prendeu a

[384] Registramos antigos acampamentos de coleta de cipós de Ado e Cossaro (alguns acampamentos os Kulina disseram que não fazem coleta há anos para que os cipós possam se recuperar).

jangada e apodreceu a madeira lá" (ponto está marcado como local de exploração de madeira);
2. Casa do Davi;
3. Casa do Pedro: "ele não caça não! Ele só planta e cuida do roçado dele". O ponto também indica moradia antiga Kulina, pois Sipocahi e Tete moravam no local (o roçado atual é do não indígena Pedro);
4. Casa do Frota;
5. Comunidade Formosa (localizada acima da aldeia Matatibem; à margem direita do rio Ueré. Ver mapa: Pressões, ameaças e entorno): tem onze casas construídas e áreas de roçado próxima. Os Kulina informaram que as casas da comunidade Formosa foram construídas pelo prefeito atual de Carauari (Bruno Luís Litaiff Ramalho). Houve um tempo que somente o Antônio Canequinho seguiu morando na comunidade Formosa: "Agora estão voltando tudo de novo";
6. Casa do Torquato. Quando passamos ele estava sozinho fazendo uma cerca de madeira serrada em meio a um terreno desmatado-descampado. Os Kulina disseram que ele estava fazendo um cercado para criar porcos. Havia no local uma casa velha e mau coberta;
7. Andrelândia (seringal da Cristina) era uma vila de mais ou menos vinte e três casas que deixou de existir há cerca de dez anos. O pessoal da vila Andrelândia trabalhava com extração de seringa, mas o que movimentava a economia da vila era o comércio e extração de madeira: "comunidade feita para extrair madeira, comunidade grande, tinha campo de futebol, igreja, duas escolas...". O local atualmente parece uma grande capoeira, com algumas árvores de açaí e buriti;
8. Casa de Raimundo Caipora e um campo de pastagem para criação de gado;
9. Casa de Jonas, filho do Antônio Canequinho (o nome de Antônio Canequinho é João Antônio. Ele é apontado como o morador mais antigo e sempre permaneceu na comunidade);
10. Casas de dois não indígenas: um conhecido como Garimpeiro; o outro conhecido como Pinguça;
11. Acampamento de caça e pesca de não indígenas;
12. Furo da velha Rosa (local onde morava uma não indígena de nome Rosa);
13. Localidade Campo Grande: atualmente uma grande capoeira. Antigo projeto de vila-assentamento do prefeito Beto (de Carauari) (por volta de 1988[385]). O prefeito teria convidado várias pessoas para morar no local e construído infraestrutura, como: casas residenciais; delegacia; padaria; pista de pouso; campo de pastagem para criação de gado; e plantações de andiroba e seringa. Entretanto, ele não se reelegeu e pôs fim no assentamento; levou todo o pessoal de volta para a cidade de Carauari;

[385] De 1983 a 1988 o prefeito de Carauari foi José Pinheiro Alves. O mandato seguinte foi de Francisco Costa dos Santos (1989-1992).

14. Local onde inicia o território reconhecido como RDS-Uacari. Há um pique que dá acesso a uma sonda da Petrobras e a comunidade Bom Jesus (localizada dentro da RDS-Uacari): cerca de três horas a pé pela floresta para chegar à comunidade;
15. Dois acampamentos de caça e pesca de não indígenas;
16. Outro acampamento de não indígena. Encontramos os dois filhos do Canequinho pescando em uma canoa. Mais à frente outro acampamento de não indígenas com caixa de isopores e sal (não havia ninguém no local quando passamos);
17. Casa do Raimundo Antônio (filho do Branco Alvo). A casa tinha mosquiteiro, rede e roupas espalhadas nos caibros da casa. Na parede da casa de paxiúba estava escrito: "Estamo pra cima. Derlei".

Paramos para montar acampamento na margem direita do rio Ueré (sentido cabeceira-foz). Os Kulina disseram que os não indígenas também usam o local como ponto de apoio. De fato, o local estava meio descampado, havia varas enfiadas no chão e alguns sacos plásticos. Contudo, o local é ponto de apoio histórico dos Kulina para expedições de coleta de cipó. Os Kulina contam que uma vez estavam no acampamento e um *carihua* disse que eles não podiam ficar, pois a terra era do não indígena.

Na manhã seguinte, dia 28 de maio de 2022, fizemos café e saímos às oito horas e trinta minutos. Continuamos subindo o rio, que ficava mais estreito e raso, e começamos a ver as primeiras praias do verão. Avistamos algo amarrado nas folhas de uma árvore às margens do rio Ueré. Iba nos disse que aquilo era um sinalizador: naquela parte da mata havia armadilha de caça. Na armadilha são usadas armas caseiras conectadas a uma linha preta. A pessoa que coloca o artefato fica em um ponto de apoio e apenas se dirige ao local, para recolher o animal, após escutar o som do disparo da arma:

> Tem uns que colocam armadilhas. Linha de costura que coloca, linha preta. Uma vez os *carihua* mesmo foram caçar aqui no Ueré. Aí se acidentaram com armadilha que o outro colocou. Outra vez o menino quase não escapava. Ele quase passa por cima da armadilha. Linha fina, linha preta, pessoal coloca[386].

Às dez horas e trinta minutos, do dia 28 de maio de 2022, em uma curva do rio, nos deparamos com uma cena inusitada: na margem do rio havia um girau e sobre ele várias peças de carnes. De pé, retalhando a carne, estava um não indígena que gritou para que parássemos. Olhamos para a cena e Iba seguiu viagem sem parar. No entanto, parados

[386]O informante preferiu não ter o nome identificado nesse relatório

no local estavam Cara e Salim (que viajavam à nossa frente). Depois ficamos sabendo que o sujeito era Pinguça, que "presenteou" a turma de Cara com peças de carne de anta. Ficamos sabendo também que no acampamento havia mais animais abatidos.

À medida que subíamos o rio encontrávamos mais dificuldades para passarmos com nossa canoa, então por volta das duas horas da tarde paramos para montar acampamento na margem esquerda do rio Ueré. O local também era acampamento de não indígenas. Havia varas enfiadas no chão e alguns sacos plásticos jogados.

Dia 29 de maio de 2022 a equipe se dividiu em dois grupos: Iba e Maurice subiram o rio Ueré remando até antiga colocação Boa Fé (ver mapa: Pressões, ameaças e entorno). Outro grupo, formado por mim, Ana Luiza, Cossaro, Cara, Salim, Siho, Aquido, Johuaino e Nonahi, fez uma caminhada na floresta do acampamento. Durante a caminhada Siho e Cossaro coletaram cipó titica.

Dia 30 de maio de 2022 retornamos do acampamento, no Alto Ueré, para a aldeia Matatibem. Saímos às oito horas e trinta minutos e chegamos à aldeia às dezesseis horas e trinta minutos.

Os Kulina nos informaram que no igarapé Paraíso há uma sonda da Petrobras. E que próximo ao lago Ueré (no sacado) há um pomar do não indígena Deusimar: "ele planta muita banana, limão, laranja e lima; o local é limpo e cuidado. O *carihua* vende as frutas dele de canoada em Carauari" (ver mapa: Pressões, ameaças e entorno).

Por sua vez, o cartógrafo Maurice Nilsson fez levantamento no Cadastro Ambiental Rural – CAR e encontrou onze registros dentro da TI Rio Ueré; próximo ao limite norte.

A seguir apresento uma entrevista[387], de 2019, feita por Fábio Pereira–CIMI-Tefé a Edi-Edson, tuxaua da aldeia Matatibem, na qual ele fala da relação com os não indígenas e da importância da demarcação da TI Kulina do Rio Ueré.

> [Edi-Edson] Minha mãe faleceu no dia 02 de fevereiro de 1990, hoje estamos na sepultura dela.
> [Fábio] Quantas pessoas na família de vocês vieram para cá, para dentro do rio Ueré?
> [Edi] Para cá, para dentro do Ueré, no tempo que o papai veio pra cá veio umas quinze pessoas para cá. Veio três famílias para cá. Ficamos nessa localidade.
> [Fábio] Tinha outros moradores nessa beirada do rio Ueré?

[387] Transcrição da entrevista feita por mim.
Agradeço à Fábio Pereira por ter disponibilizado o material em áudio. A entrevista integra dados do Projeto da Caritas-Tefé e CIMI-Tefé, apoiado pela União Europeia e Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional (CAFOD)" (CIMI-Tefé; Caritas-Tefé, 2019).

[Edi] Tinha. Aqui para cima tinha, fora indígena, que somos nós que estávamos morando aí, podemos situar ali, tinha uns **trabalhadores tiradores de sorvas, cortador de seringa** aqui para cima. Hoje ainda estão morando em uma localidade aqui para cima. Tem cinco moradias. **Cinco famílias de agricultores** que estão permanecendo ainda.
[Fabio] Estas cinco famílias, esses cinco moradores, estão dentro da área pretendida por vocês a ser demarcada?
[Edi] Tem. Está dentro da área indígena a ser demarcada.
[Fábio] Como é a relação de vocês com eles?
[Edi] Pessoalmente a gente tem uma boa relação. Mas no momento de preservação que nós estamos querendo entrar em acordo com eles, eles não querem entrar em acordo pra gente ajudar, fazer parceria com eles.
[Fabio] Você lembra a data específica de quando vocês entraram com o **pedido de demarcação junto a FUNAI?**
[Edi] Não! Nessa data eu não estava aqui. Estava o Zé Pio (Cara Kulina). Mas acho que foi entrado com pedido em **2005**.
[Fábio] Como era a vida na comunidade da Aldeia Velha, o cotidiano?
[Edi] O cotidiano nosso era viver de agricultura, de pesca, de alimentação, de caça e de brincar também de *jahi jahi*, dança tradicional, era isso que a gente fazia.
[Fabio] Daqueles anos para hoje você observa que houve uma diminuição de pescado, de caça, de madeira? Era mais fartura do que hoje?
[Edi] Naquela época que nós chegamos aqui, que passamos a morar aqui, **tinha mais recurso de pescado** assim para a gente sobreviver de que hoje. Hoje está mais escasso, mais espantado de peixe porque o pessoal pescou muito.
Também **tiração (extração) de madeira.** A madeira também foi muito tirada. Agora não, nesses três últimos anos moderou mais a tiração de madeira, mas foi tirado muita madeira pelo pessoal não indígena.
[Fabio] Por parte da prefeitura, quem era o prefeito daquela época?
[Edi] Naquela época era o Manoel Fernandes, o José Fernandes, o Zé Pinheiro.
[Fábio] Existia escola na aldeia?
[Edi] Não! Nunca existiu escola, não tinha atendimento por parte de educação e saúde.
[Fábio] Dessa entrada do Ueré, avançando lá para dentro eram essas cinco famílias mais vocês?
[Edi] Tinha **outros que moravam lá para baixo**. Tinha uns moradores lá no **Café** (igarapé), tinha aqui no **Ariramba** outros moradores. Tinha o pessoal que tirava madeira. Uma localidade no tempo que o Raimundo Lobo comprava madeira. Aí tinha os comerciantes dele que comprava madeira e tirava também.
[Fábio] Naquela época seu pai manifestava interesse em demarcar a terra, como terra indígena?
[Edi] Ele falava da gente beneficiar o terreno. O território pra gente, pra preservar o território pra nós. Só que naquela época a família era pequena aí a gente não tinha como se manifestar, mas agora não. A gente tem mais famílias, tem mais gente e tem mais possibilidade da gente se manifestar para demarcar a nossa área.

A maioria dos não indígenas usam as casas na TI Rio Ueré apenas como ponto de apoio para caçar, pescar, extrair madeiras ou criar bois e porcos (ver mapa: Pressões, ameaças e entorno). No caso da atividade de caça, os não indígenas que frequentam o

Médio e Alto Ueré, costumam caçar com armadilhas, uma atividade predatória que coloca em risco não apenas o futuro da vida dos animais, mas a vida dos próprios Kulina. Agora os Kulina têm medo de andar na sua terra tradicional, pois as áreas de terra firme e de várzea parecem mais a locais de guerra ceifados por minas terrestres. Os artefatos explosivos, deixados na floresta, são feitos com armas caseiras e integram pólvora, vários pedaços de ferro, pregos e arames. A arma caseira está conectada a uma linha de costura preta que atravessa áreas da floresta. É praticamente impossível um animal ou um ser humano enxergar o artefato à sombra das árvores da floresta amazônica. Por isso os Kulina estão acuados, eles têm receios de sofrer algum acidente grave com essas armas.

A presença dos não indígenas na TI Rio Ueré, para atividades pesqueiras, se dá o ano inteiro. O Médio e Alto Ueré é conhecido como área de reprodução e concentração de matrinxã, então os pescadores não indígenas sempre estão subindo ou descendo o rio com caixas de gelo. Todavia, no período do verão intensifica a procura por pirarucu, peixe-boi, bichos de cascos e seus ovos. Na época da cheia (época em que desenvolvemos pesquisa de campo) comprovamos a presença intensa de não indígenas no lago Sucuriju com grandes malhadeiras atravessando o lago. Após a saída de nossa equipe, da TI Rio Ueré, os Kulina nos comunicaram que o fluxo de pescadores não indígenas se concentrou na foz do sacado do rio Ueré. As malhadeiras na desembocadura do rio Ueré prejudicam tanto o retorno dos peixes para a TI como a locomoção dos Kulina (as malhadeiras atravessaram o rio de uma margem a outra e os Kulina têm dificuldades de passar com suas canoas e motores rabetas).

Depois que os Kulina reclamaram das ações predatórias, os não indígenas que possuem casas (ou tapiris-acampamentos) no Médio e Alto Ueré, passaram a descer o rio Ueré (fazer a viagem de volta a Carauari) altas horas da noite ou da madrugada. Usam essa estratégia para que os Kulina não vejam as suas canoas lotadas de caixas de gelo (com peixe ou carne de caça), de madeiras ou de canoas novas.

Diante do exposto, e antes que aconteça graves acidentes com os Kulina; para que eles possam cuidar de sua terra tradicional; e possam ter acesso exclusivo aos recursos, na forma como lhes assegura a Constituição de 1988, é urgente a demarcação da TI Rio Ueré.

14.1. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e as sondas da Petrobrás

Uma parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari, criada pelo Decreto n.º 25.039, do Governo do Estado do Amazonas, em 1º de junho de 2005[388], com uma área aproximada de 632.949,023 hectares se sobrepõe à TI Kulina do Rio Ueré. Conforme levantamento feito pelo grupo de pesquisa do Projeto Estudos Etnoterritoriais (Nilsson, 2022), há uma sobreposição de 77.238 ha da RDS sobre a terra indígena (274.524 ha), ou seja, a RDS se sobrepõe em cerca de 28% da terra indígena. Além disso, cerca de metade da bacia do Rio Ueré é afetada pela RDS Uacari.

No momento atual, ainda não podemos falar em conflito da população Kulina com os moradores da RDS-Uacari, mas diante da sobreposição dos territórios, a bióloga-profissional da área ambiental, Ana Luiza Ramalho, fez a seguinte ponderação no Relatório Ambiental:

> A proposta de criação partiu de uma demanda da comunidade local apresentada em 2003 por meio de uma solicitação formal pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), através de seu Conselho Regional de Carauari/ AM (AMAZONAS, 2010).
> As comunidades da RDS Uacari estão distribuídas à beira do rio Juruá, e são vizinhas da Resex Médio Juruá. No entanto, as cabeceiras do rio Ueré ficaram dentro do limite da RDS Uacari, mesmo que não seja área de uso das comunidades extrativistas, talvez tenha sido considerada na criação da RDS pelo critério de proteção das nascentes e bacias hidrográficas.
> A RDS Uacari foi criada parcialmente sobreposta à terra tradicionalmente ocupada pelos Madija, até o momento a sobreposição não se configura como uma ameaça, porém no futuro ela pode acarretar conflitos e disputa pela gestão e controle do uso do espaço e dos recursos.
> A área da RDS é sobreposta a uma área de extrema relevância para os Madija, onde há locais de caça, pesca e pontos de coleta de cipó e área de refúgio, por sua importância ecológica para reprodução de animais aquáticos e terrestres. Nota-se que a área em sobreposição não é área de uso das comunidades extrativistas, segundo o mapa abaixo (Figura 18), extraído do Plano de Manejo da RDS Uacari. A área de sobreposição é área destinada à preservação, exceto um pequeno trecho que configura como área de uso extensivo da comunidade Bom Jesus. No entanto, os Madija que frequentam e fazem uso direto não mencionaram pressão sobre os recursos por parte dos moradores das comunidades da RDS Uacari, apenas por parte dos moradores não indígenas que vivem em Carauari e mantem sítio no Ueré. Os Madija nem tinham conhecimento de onde estava o limite da RDS Uacari, e que havia sobreposição com a área de uso deles.
> [...]
> Como sugere Cardoso et al. (2012) no caso de sobreposição de UCs com a TI Mata Medonha do povo Pataxó no sul da Bahia, a relação entre os indígenas e a UC pode ser uma forma de ampliar a garantia de conservação dos recursos naturais, desde que haja respeito pelos itens constitucionais, já que a

[388] Vimos que o pedido de demarcação da TI é anterior e consta com anuência de todos seus vizinhos: ribeirinhos; extrativistas; órgãos governamentais e parceiros. Conforme "Carta dos Kulina à Coordenação da FUNAI, em Manaus, em 10 de dezembro de 2000" apresentada na Primeira Parte desse relatório.

> Constituição Federal de 1988, pressupõe o usufruto exclusivo dos recursos pela população indígena. Desta forma há dois caminhos que podem ser tomados, parte da área da RDS Uacari sobreposta ao território tradicional identificado por este estudo, seja revista e modificada, ou buscar conciliar as diversas territorialidades com fins de gestão integrada, podendo se utilizar de diferentes instrumentos, como um termo de compromisso entre as diferentes áreas protegidas, ou mesmo a criação de um mosaico de áreas protegidas com um plano de gestão integrada (Ramalho, 2022, p. 103-104).

Conforme consta no relatório ambiental, os Kulina sequer conhecem os limites da RDS Uacari, que foi criada sem qualquer consulta à população indígena local, e não tinham ciência de que as cabeceiras do Rio Ueré – vitais para a sustentabilidade dos recursos naturais utilizados pela população indígena – estavam dentro da RDS. Há inclusive comunidades Kanamari que habitam dentro da RDS, na região do Igarapé Bauana, com os quais os Kulina não têm conflitos, que também não foram consultadas a respeito da criação da RDS e que também reivindicam o reconhecimento oficial de uma terra indígena no local em que vivem.

O relato abaixo de Iba Kulina traz informações sobre a ocupação tradicional Kulina na área onde foi criada a RDS Uacari:

> [Iba] **Igarapé Novo Destino** fui acima dele, perto da forquilha dele, do igarapé, com o Ueré. Há partes em que o Ueré fica bem estreito, depois abre de novo. Lá é onde fica mais matrinxã.
> [Ana Luiza] Vocês chegam perto do Bauana ou vocês passam do Bauana?
> [Iba] A gente passa do Bauana. A gente anda muito para caçar porque a gente passa dois dias subindo em um motor rabeta seis e meio.
> [Ana Luiza] Então é sobreposição mesmo com a RDS...
> [Iba] O igarapé do Carababá, aí é lago, lago...Encontra um furo que sai no rio (Juruá) abaixo de Imperatriz (localidade não indígena) bem pouquinho. Do Sucuriju (lago) pra lá dá bem uns trinta minutos de motor para sair no rio (Juruá). Já fica bem perto do Bom Jesus. Nós mapeamos esses lagos, com o CIMI, Amaral. E ficam acima da aldeia (Aldeia Matatibem, 15 de maio de 2022).

O Relatório Ambiental traz também importantes informações sobre a pesquisa para exploração de gás e petróleo na Província Petrolífera Urucu, no Município de Carauari, tanto dentro como nas imediações da TI Kulina do Rio Ueré, que ocorreu na década de 80 e foi retomada mais recentemente.

> Sabe-se que há intensa exploração de petróleo e gás na região de Tefé e Coari, onde está a Província Petrolífera de Urucu, hoje a maior reserva terrestre de gás do Brasil. No início da década de 80, a Petrobras realizou pesquisas de petróleo e gás no município de Carauari, foram perfurados poços, e logo foram abandonados. Os Madija mencionaram que há sondas da Petrobras no interior

> da terra indígena e no limite oeste, onde hoje tem a RDS Uacari. Dentro da terra indígena as sondas se encontram próximas da cabeceira do igarapé Cajueiro e Soveira, e também no limite da RDS Uacari, que se sobrepõe à terra Madija, próximo do igarapé Braço Raso. No entanto, não se têm notícia de exploração de petróleo e gás no interior da terra indígena.
> No entanto, anos depois, o interesse de exploração de petróleo e gás no município de Carauari, foi reavivado, e em 2013 e 2019, foram instaladas sondas de prospecção da Petrobras, no entorno da terra tradicionalmente ocupada pelos Madija, no limite leste. Recentemente foram feitos novos estudos, e em 2020 foi divulgada a versão executiva do documento do Estudo Ambiental de Área Sedimentar na Bacia Sedimentar Terrestre do Solimões - EAAS Solimões (PIATAM/COPPETEC, 2020), destinado a subsidiar a concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, além de indicar recomendações ao licenciamento ambiental de novas atividades petrolíferas na bacia sedimentar do Solimões.
> Neste estudo, foi apresentado um mapa com classificação de aptidão da Bacia Efetiva para às atividades petrolíferas, e a parte da terra indígena localizada no município de Tefé é classificada como uma área concedida. A parte que corresponde ao município de Tapauá e uma parte no município de Tefé são classificadas como uma área apta à concessão. O que se configura como uma grande ameaça ao território e ao povo Madija, devido aos impactos socioambientais que esse tipo de exploração traz.
> [...]
> Em janeiro de 2020, foi realizada uma consulta pública em Carauari, para apresentar o EAAS Solimões, tirar dúvidas e ouvir contribuições do público presente. Embora tenha tido essa consulta, a classificação de algumas áreas da terra tradicionalmente ocupada pelos Madija como aptas à concessão evidencia a necessidade de regularizar a área proposta, pois um dos indicadores para classificar quanto à aptidão, como não aptas à concessão, é ser uma terra indígena regularizada. No caso do EAAS Solimões, a Terra Indígena Kulina do Rio Ueré, que aparece nas cartas do Exército pelo menos desde 2014, ficou invisibilizada e ameaçada com a classificação de se tratar de uma área apta à concessão à exploração de petróleo. Quando sabemos que a necessidade de conservação da área para a reprodução física e cultural do povo Madija e da relevante biodiversidade é incompatível com os impactos e riscos não mitigáveis associados à exploração petrolífera (Ramalho, 2022, p. 102-103).

Diante da situação apresentada, em que uma parte da terra indígena foi classificada como área “concedida” e outra parte como “apta à concessão” para a exploração petrolífera, é urgente a regularização fundiária da TI Kulina do Rio Ueré, diante da magnitude dos riscos ambientais, os quais podem inviabilizar a reprodução física e cultural dos modos tradicionais de vida do povo Kulina do Rio Ueré.

15. Levantamento fundiário realizado pelo Grupo Técnico Fundiário[389]

Na etapa de campo dos estudos de natureza fundiária, o grupo técnico dedicou-se a estudos complentares e levantamento de ocupantes não indígenas no perímetro da TI. Esses estudos complementares de levantamento fundiário integra o conjunto de estudos técnicos desenvolvidos no âmbito do Projeto Amazônia Indígena, resultado do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), publicado no Diário Oficial da União em 21 de março de 2024. As atividades do GT foram orientadas pela legislação vigente, artigo 231 da Constituição Federal, Decreto n.º 1.775/1996, Portarias MJ n.º 14/1996 e n.º 2.498/2011 e Lei n.º 14.701/2023.

O levantamento fundiário da TI Kulina do Rio Ueré teve como objetivo identificar, mapear e caracterizar as ocupações não indígenas incidentes na área delimitada. O trabalho envolveu a análise dos aspectos dominiais, jurídicos, socioeconômicos e territoriais, a partir da consolidação de dados de bases fundiárias oficiais e de informações coletadas em campo pelo Grupo Técnico (GT).

Esse GT de estudos de natureza fundiária e cartorial foi designado pela Portaria Funai nº 1.246, de 29 de novembro de 2024 e publicado no Diário Oficial da União de 4 de dezembro de 2024. Em seguida a Portaria foi alterada para incluir indicações dos entes federados. Compuseram o GT os seguintes técnicos:

- Noara Modesto Pimentel, engenheira florestal e doutora em Ciências Florestais, como analista fundiária de campo;
- Sarah M. Novais Frota, mestre em Geografia, analista fundiária de gabinete;
- Ildnei Tomás do Carmo, chefe de divisão técnica, lotado na Coordenação Regional do Alto Solimões, como assistente;
- Ricardo Tavares de Albuquerque, assessor da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios, como representante técnico indicado pelo Governo do Estado do Amazonas;
- Gilberto Kaywa, assistente administrativo da Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas, como suplente do representante técnico indicado pelo Governo do Estado do Amazonas;

[389] A versão completa do Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário, de autoria da analista fundiária de gabinete Sarah Martins Novais Frota, com referências bibliográficas e anexos, encontra-se anexa a este relatório.

- Jaciel dos Santos Souza, engenheiro florestal, Secretário de Meio Ambiente de Turismo do município de Tapauá, no estado do Amazonas, como representante técnico indicado pelo município.

Destaca-se que os representantes técnicos do Governo do Estado do Amazonas e de Tapauá participaram de reuniões com os demais membros do GT e com Funai, momento em que foram apresentados a proposta de limites da TI e o contexto fundiário identificado nos estudos de gabinete. Na etapa de campo, no entanto, os indicados não manifestaram interesse em acompanhar as atividades.

16. Metodologia

O estudos de natureza fundiária, como todos os outros estudos multidisciplinares do procedimento de identificação e delimitação, seguiram estritamente as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, e em especial a lei n.º 14.701/2023, que juntamente ao Decreto n.º 1.775/1996, assegura o contraditório e a ampla defesa aos ocupantes não indígenas incidentes na área da TI.

A metodologia adotada neste levantamento fundiário seguiu também as diretrizes do Manual de Orientações Básicas para Estudo de Natureza Fundiária, elaborado pela Funai. As atividades foram organizadas em quatro etapas operacionais principais:

1) **Planejamento e levantamento preliminar de gabinete**

- Condução de reuniões técnicas de alinhamento com a área técnica da Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas
- Reuniões técnicas entre Didem, Grupo Técnico (GT) e representantes dos entes federativos envolvidos no processo.
- Consulta e análise de bases de dados oficiais para a identificação preliminar de imóveis e registros fundiários incidentes na área em estudo (conforme detalhado no item 3.1).
- Elaboração de mapas preliminares com informações fundiárias e territoriais, destinados a subsidiar as atividades da etapa de campo.
- Realização de reunião preparatória à etapa de campo, com a participação do GT fundiário, do antropólogo coordenador responsável pelo Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) e de técnicos da Funai.

2) **Levantamento de campo**

- Utilização de instrumento próprio para levantamento fundiário, com o objetivo de identificar e caracterizar as ocupações não indígenas na área em estudo.
- Realização de notificações formais aos ocupantes não indígenas, assegurando sua ciência quanto ao andamento do processo em curso.
- Sistematização das informações obtidas em campo, incluindo identificação pessoal dos ocupantes, localização geográfica (coordenadas), extensão da área utilizada (quando possível), forma de uso do solo, existência de benfeitorias e tempo de permanência na área.

3) Sistematização e análise dos dados

- Sistematização e organização das informações obtidas nas fases de gabinete e de trabalho de campo.
- Elaboração de quadro síntese com a identificação detalhada das ocupações não indígenas registradas durante o levantamento.
- Produção de mapa cadastral representando espacialmente as ocupações não indígenas incidentes na área da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré.
- Realização de análise integrada dos dados qualitativos e quantitativos, contemplando os aspectos dominiais, jurídicos e socioeconômicos das ocupações, bem como a verificação de seus vínculos territoriais e documentais.

4) Consulta cartorial

Encaminhamento do Quadro de Ocupantes Não Indígenas aos cartórios de registro de imóveis, visando à verificação da existência de matrículas, registros e cadeias dominiais eventualmente relacionadas às ocupações incidentes na área em estudo.

16.1. Fontes de dados oficiais

O levantamento fundiário teve como base a análise de informações extraídas de sistemas e cadastros oficiais, assegurando a confiabilidade, a atualização e a conformidade legal dos dados fundiários, territoriais e ambientais utilizados. As principais bases consultadas estão sistematizadas no Quadro 18.

Quadro 18 - Bases de dados utilizados na análise fundiária de gabinete

Base de Dados	Sigla	Órgão Responsável	Finalidade Principal	Natureza Jurídica

Base de Assentamentos da Reforma Agrária	SIPRA	INCRA	Cadastro dos assentamentos rurais vinculados à reforma agrária, incluindo dados georreferenciados e socioeconômicos.	Pública e administrativa
Base de Terras Indígenas	–	FUNAI	Limites oficiais das terras indígenas em diferentes fases do processo administrativo.	Pública e administrativa
Base de Territórios Quilombolas	–	INCRA	Registro dos territórios quilombolas, titulados, delimitados ou em processo de regularização.	Pública e administrativa
Cadastro Ambiental Rural / Sistema Nacional do CAR	CAR / SICAR	SICAR/MGI	Registro ambiental dos imóveis rurais, com informações sobre APP, Reserva Legal e uso do solo.	Pública, administrativa e autodeclaratória
Cadastro Nacional de Florestas Públicas	CNFP	SFB	Registrar e gerenciar as florestas públicas da União, Estados e Municípios.	Pública e administrativa
Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	CNUC / SNUC	MMA	Consolidar e disponibilizar os limites oficiais das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais.	Pública e administrativa
Sistema de Gestão Fundiária	SIGEF	INCRA	Registro georreferenciado de imóveis rurais públicos e privados, com controle dos limites e situação fundiária.	Pública e administrativa
Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais	SNCI	INCRA	Sistema anterior ao SIGEF, responsável pela certificação dos imóveis rurais.	Pública e administrativa

Fonte: elaborado por Sarah Martins N. Frota

17. Sobreposições

A TI Kulina do Rio Ueré está localizada no estado do Amazonas, abrangendo uma área de aproximadamente 274.526 hectares, distribuída entre os municípios de Carauari (61,3%), Tapauá (30,5%) e Tefé (8,2%), todos situados na região sudoeste do estado. A

área encontra-se inserida integralmente no bioma Amazônia, caracterizado por florestas tropicais densas, com elevada biodiversidade e redes hidrográficas extensas que desempenham papel fundamental na dinâmica socioambiental da região.

Do ponto de vista hidrográfico, a TI está situada na macrorregião hidrográfica Amazônica, na mesorregião hidrográfica Solimões/Purus e na microrregião hidrográfica do Médio Juruá. Seu principal acesso se dá exclusivamente por via fluvial, através do Rio Juruá, que é um dos mais importantes afluentes da margem direita do Rio Solimões.

Os principais topônimos que delimitam a TI Kulina do Rio Ueré são: ao norte, o Rio Juruá; ao leste, Rio Repartimento que também demarca a Terra; ao sul e ao oeste, a RDS Uacari.

17.1. Levantamento fundiário nas bases de dados oficiais

Através do levantamento em bases públicas foram identificadas a sobreposição de imóveis em quatro bancos de dados, são eles: CNUC, CNPF, SICAR e SIGEF. Não foram identificadas sobreposições com imóveis particulares ou públicos registrados nos sistemas SNCI, nem nas bases de áreas quilombolas e assentamento da reforma agrária.

Portanto, abaixo encontram-se os tipos de categorias fundiárias em sobreposição a área em estudo, entre elas: unidade de conservação de uso sustentável, gleba arrecadada e imóveis rurais inscritos no SIGEF e CAR. O Quadro 19, a seguir, apresenta uma síntese destas categorias.

Quadro 19 - Categorias fundiárias incidentes sobre a proposta da TI Kulina do Rio Ueré

Fonte	Categoria Fundiária	Nome	Proteção	Qtde. de unidades	área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à proposta de TI
CNUC	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS Uacari	Uso Sustentável	1	87.217	32,3%
CNFP	Gleba arrecadada	Gleba estadual FRANCISCO ORELLANA (tipo B)	Sem destinação	1	77.035	28,3%
CNFP	Gleba arrecadada	GLEBA ESTADUAL RIO TEFÉ (TIPO B)	Sem destinação	1	12.414	4,5%
SIGEF	PRIVADO	T D Anacleto - Parte 1	TITULADA_NAO_REGISTRADA	1	10.093	3,7%

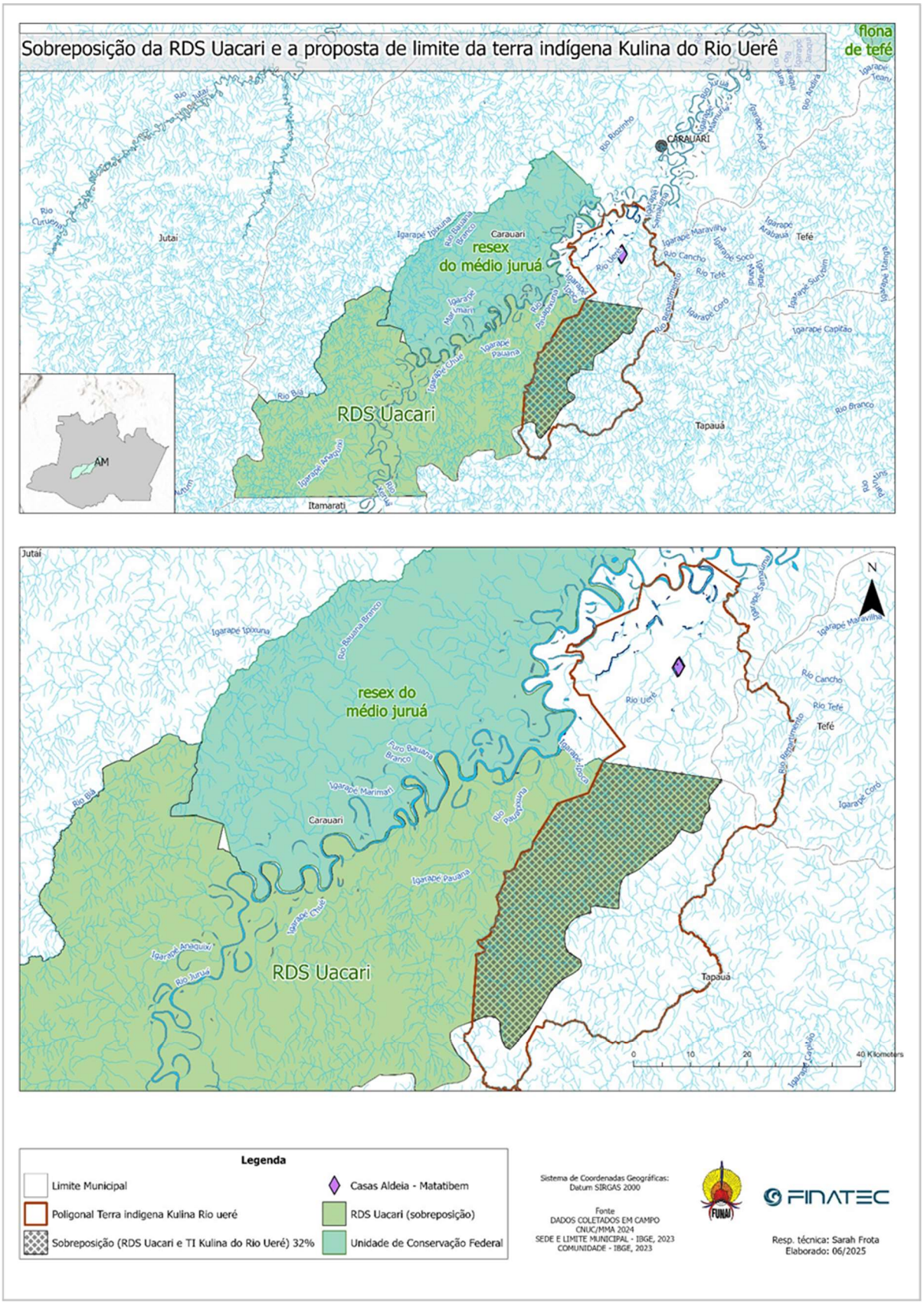
Fonte: elaborado por Sarah Martins N. Frota

17.2. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) configuram-se como unidades de conservação de domínio público, instituídas com a finalidade de promover o uso sustentável dos recursos naturais por populações tradicionais residentes em seu interior. Essas áreas visam integrar a proteção ambiental à valorização sociocultural, permitindo que as comunidades desenvolvam práticas produtivas compatíveis com a conservação da biodiversidade. A permanência nessas unidades é regularizada por meio de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), formalizados entre o Estado e os beneficiários.

A RDS Uacari foi criada em 2005 pelo Governo do Estado do Amazonas, no município de Jutaí, e possui uma área total de aproximadamente 632.949,00 mil hectares. Parte dessa unidade se sobrepõe à área em estudo, totalizando 87.217 hectares, o que representa 32,3% da superfície da área analisada. Para acessar a reserva leva cerca de 2h20 de avião de Manaus até Carauari, seguido de 4 horas de lancha rápida até o interior da unidade. Por via fluvial (lancha regional), a viagem desde Manaus pode durar entre 5 a 7 dias. O Mapa 13 representa de forma espacial a sobreposição da área em estudo com a RDS Uacari.

A administração da RDS Uacari integra o Sistema Estadual de Meio Ambiente do Amazonas, sob responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).



Mapa 13 - Sobreposição da RDS Uacari e a proposta de limite da Terra Indígena Kulina Rio Ueré Fonte: elaborado por Sarah Martins N. Frota

Como complementação aos dados da RDS Uacari, segue o Quadro 20 com as informações dos atos normativos e documentos que fundamentam a criação e regulamentação da RDS Uacari.

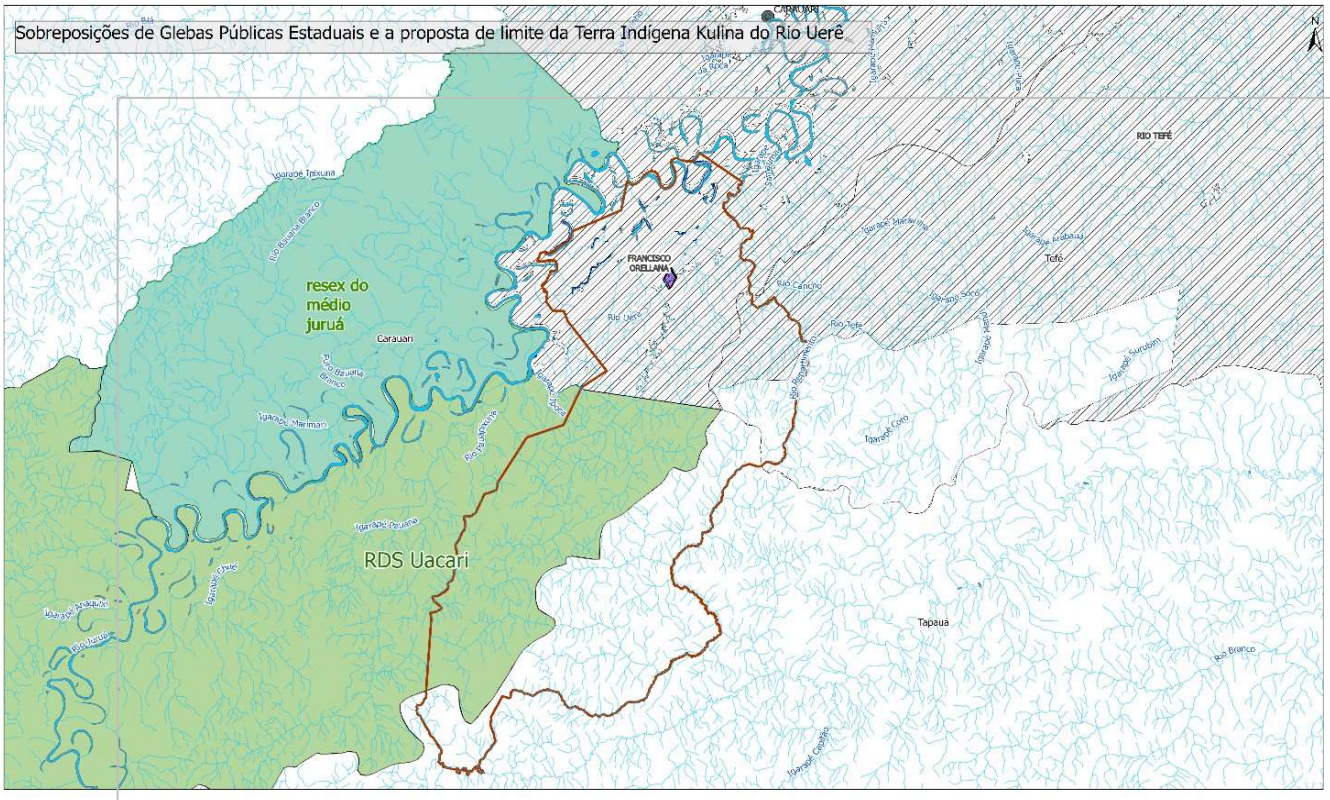
Quadro 20 - Dados administrativos, normativos e de gestão da RDS Uacari

Documento	Ano	Função principal	Decreto ou Portaria
Decreto de criação	2005	Institucionalização da RDS	Decreto Estadual nº 25.039, de 01/06/2005
Plano de Gestão/Manejo (1ª versão)	2008	Diagnóstico socioambiental, zoneamento, programas de gestão	Portaria SDS/GS nº 64, de 30/06/2008
Plano de Gestão/Manejo (revisado)	2019	Atualização do zoneamento e diretrizes operacionais	Portaria CEUC/SDS nº 031, de 27/03/2019
Regimento Interno do Conselho	2008	Estabelecimento das normas de governança do conselho gestor	Portaria SDS nº 010, de 27/03/2008
Regimento Interno (atualizado)	2025	Revisão das competências e estrutura do conselho deliberativo	Portaria SEMA nº 047, de 02/04/2025
Contrato de Concessão de Uso (CCDRU)	Variável	Formalização do direito real de uso às comunidades tradicionais	Baseado na Lei nº 11.284/2006 (art. 17-A)
Convênios e programas (ARPA, Bolsa Floresta)	Desde 2008	Apoio técnico, financeiro e institucional às ações de sustentabilidade	Protocolos com FAS, GCF, SEMA, entre outros

Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente/AM – SEMA

17.3. Glebas públicas

Atualmente, 28,3% da superfície da área em estudo se sobrepõe à Gleba Estadual Francisco Orellana e 4,5% à Gleba Estadual Rio Tefé. Essa condição implica que grande parte da área se encontra inserida em terras públicas estaduais, ainda pendentes de definição quanto ao seu uso e ocupação formal. O Mapa 14 ilustra essa sobreposição, evidenciando a abrangência das duas glebas sobre a área proposta para a delimitação da TI Kulina do Rio Ueré.



nome	categoria	protecao	tipo	governo	comunitari	classe
FRANCISCO ORELLANA	GLEBA ARRECADADA	SEM DESTINACAO	TIPO B	ESTADUAL	NAO	GLEBAEST
RIO TEFE	GLEBA ARRECADADA	SEM DESTINACAO	TIPO B	ESTADUAL	NAO	GLEBAEST

Mapa 14 - Sobreposição de Glebas Públicas Estaduais e a proposta de limite da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré Fonte: elaborado por Sarah Martins N. Frota

17.3.1. Glebas Francisco Orellana e Rio Tefé

As Glebas Estaduais Francisco Orellana e Rio Tefé são áreas de terra pública classificadas como "gleba do tipo B sem destinação", conforme a tipologia adotada pelo Serviço Florestal Brasileiro. Essa classificação indica que se trata de uma área formalmente arrecadada pelo Estado do Amazonas, que se encontra sob domínio público, mas ainda não possui destinação específica. Ou seja, não foi vinculada a nenhuma finalidade definida, como criação de unidades de conservação, regularização de territórios tradicionais, concessões florestais ou outros usos previstos em lei.

17.3.2. Aspectos jurídicos da destinação das Glebas Francisco Orellena e Rio Tefé

As Glebas Estaduais Francisco Orellana e Rio Tefé abrangem, respectivamente, 28,3% e 4,5% da superfície da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré. Ambas são classificadas como terras públicas estaduais do tipo B, ou seja, arrecadadas pelo Estado, mas ainda sem destinação formal definida.

Conforme a Lei nº 11.284/2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas) e os normativos do Serviço Florestal Brasileiro, glebas públicas sem destinação podem ser destinadas prioritariamente à regularização de territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais.

No caso de glebas públicas federais sobrepostas a propostas de delimitação de Terras Indígenas (TIs), o procedimento mais adequado para fins de regularização fundiária é a destinação da área por meio da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais (CTD), conforme previsto no Decreto nº 10.592/2020. Esse processo visa garantir a segurança jurídica da posse coletiva e impedir sobreposições indevidas com outras formas de uso. Já em relação às glebas públicas estaduais, como no caso do Estado do Amazonas, a regularização fundiária segue a legislação estadual, especialmente a Lei nº 2.313/1994 e o Decreto nº 42.036/2020, sendo conduzida pelo Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM), órgão responsável pela gestão, arrecadação e destinação dessas áreas.

17.4. Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um sistema autodeclaratório, no qual os próprios responsáveis inserem informações relativas aos imóveis rurais, incluindo dados georreferenciados e ambientais, sem exigência de validação prévia quanto à veracidade dos limites informados ou à situação fundiária. Por esse motivo, o CAR não constitui prova de posse ou de propriedade, tampouco substitui documentos legais de domínio.

Na área em estudo, foram identificados 40 (quarenta) registros no CAR, entre os quais se destaca um dos maiores cadastros com 4 módulos fiscais: o CAR-PCT de toda área da RDS Uacari (número 10), que por sua vez está sobreposto também aos CAR de número: 26, 35, 36 (ver mapa abaixo). Essa modalidade coletiva do CAR é voltada ao registro de áreas tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais que praticam o uso coletivo e sustentável do território, conforme previsto no Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O CAR-PCT reconhece o uso comum do território independentemente da existência de título de propriedade, permitindo que comunidades tradicionais sejam incluídas em políticas de regularização ambiental e territorial.

Entretanto, o caráter declaratório do sistema pode favorecer o uso indevido do CAR como instrumento de sobreposição ou grilagem fundiária, dado que permite a inserção de informações sem a comprovação da legitimidade da ocupação.

O Quadro 21, a seguir, apresenta a listagem dos imóveis cadastrados e suas principais características. Já o Mapa 15 ilustra a distribuição espacial desses cadastros na área analisada.

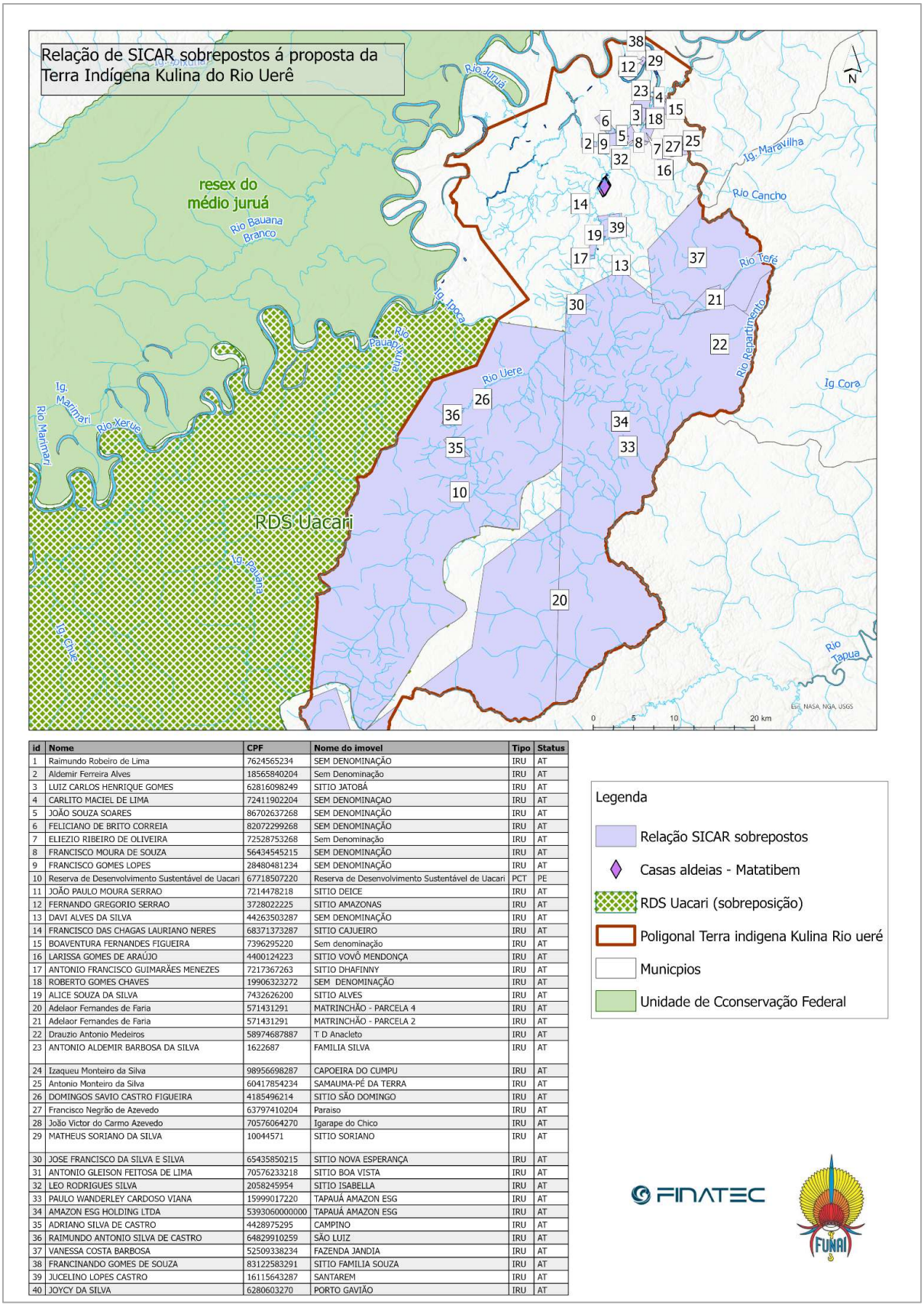
Quadro 21 - Relação de imóveis rurais (CAR) sobrepostos à proposta de delimitação da TI Kulina do Rio Ueré

Ordem	Nome	CPF	Nome do imóvel	Tipo	Status	município
1	Raimundo Robeiro de Lima	076.245.652-34	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT	Carauari
2	Aldemir Ferreira Alves	185.658.402-04	Sem Denominação	IRU	AT	Carauari
3	LUIZ CARLOS	628.160.982-	SITIO JATOBÁ	IRU	AT	Caraua

	HENRIQUE GOMES	49				ri
4	CARLITO MACIEL DE LIMA	724.119.022-04	SEM DENOMINAÇAO	IRU	AT	Caraua ri
5	JOÃO SOUZA SOARES	867.026.372-68	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT	Caraua ri
6	FELICIANO DE BRITO CORREIA	820.722.992-68	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT	Caraua ri
7	ELIEZIO RIBEIRO DE OLIVEIRA	725.287.532-68	Sem Denominação	IRU	AT	Caraua ri
8	FRANCISCO MOURA DE SOUZA	564.345.452-15	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT	Caraua ri
9	FRANCISCO GOMES LOPES	284.804.812-34	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT	Caraua ri
10	Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari	677.185.072-20	Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari	PCT	PE	Caraua ri
11	JOÃO PAULO MOURA SERRAO	072.144.782-18	SITIO DEICE	IRU	AT	Caraua ri
12	FERNANDO GREGORIO SERRAO	037.280.222-25	SITIO AMAZONAS	IRU	AT	Caraua ri
13	DAVI ALVES DA SILVA	442.635.032-87	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT	Caraua ri
14	FRANCISCO DAS CHAGAS LAURIANO NERES	683.713.732-87	SITIO CAJUEIRO	IRU	AT	Caraua ri
15	BOAVENTURA FERNANDES FIGUEIRA	073.962.952-20	Sem denominação	IRU	AT	Caraua ri
16	LARISSA GOMES DE ARAÚJO	044.001.242-23	SITIO VOVÔ MENDONÇA	IRU	AT	Caraua ri
17	ANTONIO FRANCISCO GUIMARÃES MENEZES	072.173.672-63	SITIO DHAFINNY	IRU	AT	Caraua ri
18	ROBERTO GOMES CHAVES	199.063.232-72	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT	Caraua ri
19	ALICE SOUZA DA SILVA	074.326.262-00	SITIO ALVES	IRU	AT	Caraua ri
20	Adelaor Fernandes de Faria	005.714.312-91	MATRINCHÃO - PARCELA 4	IRU	AT	Tapaua
21	Adelaor Fernandes de Faria	005.714.312-91	MATRINCHÃO - PARCELA 2	IRU	AT	Tefe
22	Drauzio Antonio Medeiros	589.746.878-87	T D Anacleto	IRU	AT	Tefe
23	ANTONIO ALDEMIR BARBOSA DA SILVA	000.016.226-87	FAMILIA SILVA	IRU	AT	Caraua ri
24	Izaqueu Monteiro da Silva	989.566.982-87	CAPOEIRA DO CUMPU	IRU	AT	Caraua ri
25	Antonio Monteiro da Silva	604.178.542-34	SAMAUMA-PÉ DA TERRA	IRU	AT	Caraua ri
26	DOMINGOS SAVIO CASTRO FIGUEIRA	041.854.962-14	SITIO SÃO DOMINGO	IRU	AT	Caraua ri
27	Francisco Negrão de Azevedo	637.974.102-04	Paraiso	IRU	AT	Caraua ri
28	João Victor do Carmo Azevedo	705.760.642-70	Igarape do Chico	IRU	AT	Caraua ri
29	MATHEUS SORIANO DA SILVA	000.100.445-71	SITIO SORIANO	IRU	AT	Caraua ri

30	JOSE FRANCISCO DA SILVA E SILVA	654.358.502-15	SITIO NOVA ESPERANÇA	IRU	AT	Carauari
31	ANTONIO GLEISON FEITOSA DE LIMA	705.762.332-18	SITIO BOA VISTA	IRU	AT	Carauari
32	LEO RODRIGUES SILVA	020.582.459-54	SITIO ISABELLA	IRU	AT	Carauari
33	PAULO WANDERLEY CARDOSO VIANA	159.990.172-20	TAPAUÁ AMAZON ESG	IRU	AT	Tapaua
34	AMAZON ESG HOLDING LTDA	53930.600.000-00	TAPAUÁ AMAZON ESG	IRU	AT	Tapaua
35	ADRIANO SILVA DE CASTRO	044.289.752-95	CAMPINO	IRU	AT	Carauari
36	RAIMUNDO ANTONIO SILVA DE CASTRO	648.299.102-59	SÃO LUIZ	IRU	AT	Carauari
37	VANESSA COSTA BARBOSA	525.093.382-34	FAZENDA JANDIA	IRU	AT	Tefe
38	FRANCINANDO GOMES DE SOUZA	831.225.832-91	SITIO FAMILIA SOUZA	IRU	AT	Carauari
39	JUCELINO LOPES CASTRO	161.156.432-87	SANTAREM	IRU	AT	Carauari
40	JOYCY DA SILVA	062.806.032-70	PORTO GAVIÃO	IRU	AT	Carauari

Fonte: SICAR/M



id	Nome	CPF	Nome do imovel	Tipo	Status
1	Raimundo Robeiro de Lima	7624565234	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT
2	Aldemir Ferreira Alves	18565840204	Sem Denominação	IRU	AT
3	LUIZ CARLOS HENRIQUE GOMES	62816098249	SITIO JATOBÁ	IRU	AT
4	CARLITO MACIEL DE LIMA	72411902204	SEM DENOMINAÇAO	IRU	AT
5	JOÃO SOUZA SOARES	86702637268	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT
6	FELICIANO DE BRITO CORREIA	82072299268	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT
7	ELIEZIO RIBEIRO DE OLIVEIRA	72528753268	Sem Denominação	IRU	AT
8	FRANCISCO MOURA DE SOUZA	56434545215	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT
9	FRANCISCO GOMES LOPES	28480481234	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT
10	Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari	67718507220	Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari	PCT	PE
11	JOÃO PAULO MOURA SERRAO	7214478218	SITIO DEICE	IRU	AT
12	FERNANDO GREGORIO SERRAO	3728022225	SITIO AMAZONAS	IRU	AT
13	DAVI ALVES DA SILVA	44263503287	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT
14	FRANCISCO DAS CHAGAS LAURIANO NERES	68371373287	SITIO CAJUEIRO	IRU	AT
15	BOAVENTURA FERNANDES FIGUEIRA	7396295220	Sem denominação	IRU	AT
16	LARISSA GOMES DE ARAÚJO	4400124223	SITIO VOVÔ MENDONÇA	IRU	AT
17	ANTONIO FRANCISCO GUIMARÃES MENEZES	7217367263	SITIO DHAFINNY	IRU	AT
18	ROBERTO GOMES CHAVES	19906323272	SEM DENOMINAÇÃO	IRU	AT
19	ALICE SOUZA DA SILVA	7432626200	SITIO ALVES	IRU	AT
20	Adelaor Fernandes de Faria	571431291	MATRINCHÃO - PARCELA 4	IRU	AT
21	Adelaor Fernandes de Faria	571431291	MATRINCHÃO - PARCELA 2	IRU	AT
22	Drauzio Antonio Medeiros	58974687887	T D Anacleto	IRU	AT
23	ANTONIO ALDEMIR BARBOSA DA SILVA	1622687	FAMILIA SILVA	IRU	AT
24	Izaqueu Monteiro da Silva	98956698287	CAPOEIRA DO CUMPU	IRU	AT
25	Antonio Monteiro da Silva	60417854234	SAMAUMA-PÉ DA TERRA	IRU	AT
26	DOMINGOS SAVIO CASTRO FIGUEIRA	4185496214	SITIO SÃO DOMINGO	IRU	AT
27	Francisco Negrão de Azevedo	63797410204	Paraiso	IRU	AT
28	João Victor do Carmo Azevedo	70576064270	Igarape do Chico	IRU	AT
29	MATHEUS SORIANO DA SILVA	10044571	SITIO SORIANO	IRU	AT
30	JOSE FRANCISCO DA SILVA E SILVA	65435850215	SITIO NOVA ESPERANÇA	IRU	AT
31	ANTONIO GLEISON FEITOSA DE LIMA	70576233218	SITIO BOA VISTA	IRU	AT
32	LEO RODRIGUES SILVA	2058245954	SITIO ISABELLA	IRU	AT
33	PAULO WANDERLEY CARDOSO VIANA	15999017220	TAPAUÁ AMAZON ESG	IRU	AT
34	AMAZON ESG HOLDING LTDA	5393060000000	TAPAUÁ AMAZON ESG	IRU	AT
35	ADRIANO SILVA DE CASTRO	4428975295	CAMPINO	IRU	AT
36	RAIMUNDO ANTONIO SILVA DE CASTRO	64829910259	SÃO LUIZ	IRU	AT
37	VANESSA COSTA BARBOSA	52509338234	FAZENDA JANDIA	IRU	AT
38	FRANCINANDO GOMES DE SOUZA	83122583291	SITIO FAMILIA SOUZA	IRU	AT
39	JUCELINO LOPES CASTRO	16115643287	SANTAREM	IRU	AT
40	JOYCY DA SILVA	6280603270	PORTO GAVIÃO	IRU	AT

Mapa 15 - Imóvel rural (CAR) incidente na proposta da TI Kulina do Rio Ueré

Fonte: SICAR/MGI

Elaboração: Sarah Martins N. Frota

Dos quarenta imóveis analisados, seis estão classificados como grandes propriedades rurais, conforme os critérios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 8.629/1993, e um como imóvel de médio porte. O quadro 22, a seguir, ilustra essa informação**.**

Quadro 22 - Classificação dos imóveis rurais (CAR) com sobreposição à TI Kulina do Rio Ueré

Municipio	**Tipo de imóvel**	**Quantidade de imóveis**	**Área total ha**
Carauari	Minifúndio	8	284
Carauari	Média propriedade	4	822
Carauari	Pequena propriedade	22	5396
Tapauá	Grande propriedade	3	191102
Tefé	Grande propriedade	3	42872

*Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. No caso do município de Itamarati o módulo fiscal equivale a 100 hectares.

Fonte:SICAR/MGI Elaboração: Sarah Martins N. Frota

Destaca-se, nesse conjunto, o expressivo domínio de ocupações vinculadas ao Sr. Adelaor Fernandes de Faria, que figura como titular de dois imóveis (Matrinchão parcela 2 e 4), totalizando uma área de aproximadamente 77.778,22 hectares. Na sequência aparecem dois imóveis - Tapauá ESG holding, cujos polígonos estão sobrepostos e possuindo código de cadastros diferentes, bem como diferem na titularridade: Amazon ESG holding LTDA e Paulo Wanderley Cardosa Viana.

17.5. Levantamento fundiário em campo

O levantamento de campo identificou 28 (vinte e oito) ocupações não indígenas inseridas na área em estudo, distribuídas em 11 localidades: Sacado do Ueré, Sucuriju, Igarapé Santarém, Comunidade Formosa, Médio Rio Ueré, Comunidade Ueré, Tucunaré, Alto Rio Ueré.

A população total das ocupações não indígenas identificadas em campo soma 82 pessoas, distribuídas em 23 famílias, com maior concentração nas comunidades Formosa e Igarapé Santarém. A situação fundiária predominante é a posse.

17.5.1. Descrição por comunidade e/ou localidade

As principais atividades econômicas desenvolvidas concentram-se na agricultura, no extrativismo e na pesca.

As benfeitorias identificadas são, em sua maioria, edificações destinadas a usos residenciais, produtivos e de apoio, abrangendo moradias (casas), instalações para criação de animais (como galinheiros, chiqueiros e canis), unidades de processamento (casas de farinha), depósitos e estruturas para abrigo de motor gerador de energia.

Localidade: Sacado do Ueré (LF 01)

Ocupação produtiva permanente, porém sem residência no local.

LF 01: O ocupante é posseiro, com 29 anos de existência e mais de 29 anos de exploração da área.

Principal atividade econômica: agricultura.

Localidade: Sucuriju (LF 02, 03 e 04)

Há três ocupações provisórias registradas na localidade do Sucuriju.

LF 02: Ocupação temporária (habitual) voltada à extração de madeira, com exploração de caráter indeterminado, e sem apresentação de documento que comprovasse a exploração;

LF 03 e 04: Ocupações destinadas à pesca, também de caráter provisório, com tempo de exploração indeterminado.

Nenhuma das ocupações possui residentes de caráter permanente

Localidade: Médio Rio Ueré / Igarapé Santarém (LF 05, 06, 07 e 08)

Concentra quatro ocupações permanentes de posseiros.

LF 05: Residente, com 27 anos de exploração; atividades de agricultura e extrativismo.

LF 06: Residente, 25 anos de exploração; agricultura.

LF 07: Ocupação provisória, 26 anos de exploração; agricultura.

LF 08: Residente, 6 anos de exploração; agricultura.

Localidade: Médio Rio Ueré / Comunidade Formosa (LF 09 a 17)

A comunidade Formosa concentra nove ocupações. Os tempos de exploração variam entre 5 e 35 anos.

As atividades predominantes são agricultura e extrativismo, embora algumas ocupações estejam registradas como 'outros', englobando criações de subsistência, como galinhas e pequenos animais. Entre os casos:

LF 09: Não residente, com 10 anos de atividade agrícola.

LF 11: Ocupante residente, com 35 anos de exploração em agricultura.

LF 10, 12, 14 e 17: Não residentes, com explorações de 5 a 6 anos.

LF 15 e 16: Ocupantes residentes, com 5 a 24 anos de exploração.

LF 13: Não residente, com 5 anos de exploração agrícola.

LF 14: Tempo de exploração não preenchido.

Localidade: Médio Rio Ueré (LF 18, 19 e 20)

Três ocupações permanentes de posseiros estão registradas nesta localidade, todas com residentes no imóvel.

LF 18: Tempo de exploração de 15 anos, com atividade agrícola.

LF 19: Tempo de exploração de 4 anos, com atividade agrícola.

LF 20: Tempo de exploração de 10 anos, com atividade agrícola.

Localidade: Médio Rio Ueré (sem complemento) (LF 21)

LF 21: Ocupação não residencial com menos de 1 ano de existência, voltada a atividades classificadas como "outros". Situação fundiária: posse.

Localidade: Comunidade Ueré (LF 22)

LF 22: Ocupante residente, com tempo de existência declarado de 10 anos (tempo de exploração não informado).

Situação fundiária: posse.

Localidade: Tucunaré (LF 23 e 24)

Duas ocupações permanentes registradas, ambas sem residentes no imóvel.

LF 23 e LF 24: Cada uma com 6 anos de exploração, voltadas a atividades classificadas como "outros".

Situação fundiária: posse.

Localidade: Alto Rio Ueré (LF 25)

LF 25: Ocupante residente, com 30 anos de existência e 60 anos de exploração. Atividades: agricultura e extrativismo.

Situação fundiária: posse.

LFs com problemas (LF 26[390], 27 e 28)

[390] LF 26: Este laudo fundiário foi preenchido em campo de forma equivocada, em nome de Noé Pereira Mendonça, mas o mesmo não se encontra dentro da proposta da Terra Indígena (ver mapa 4)

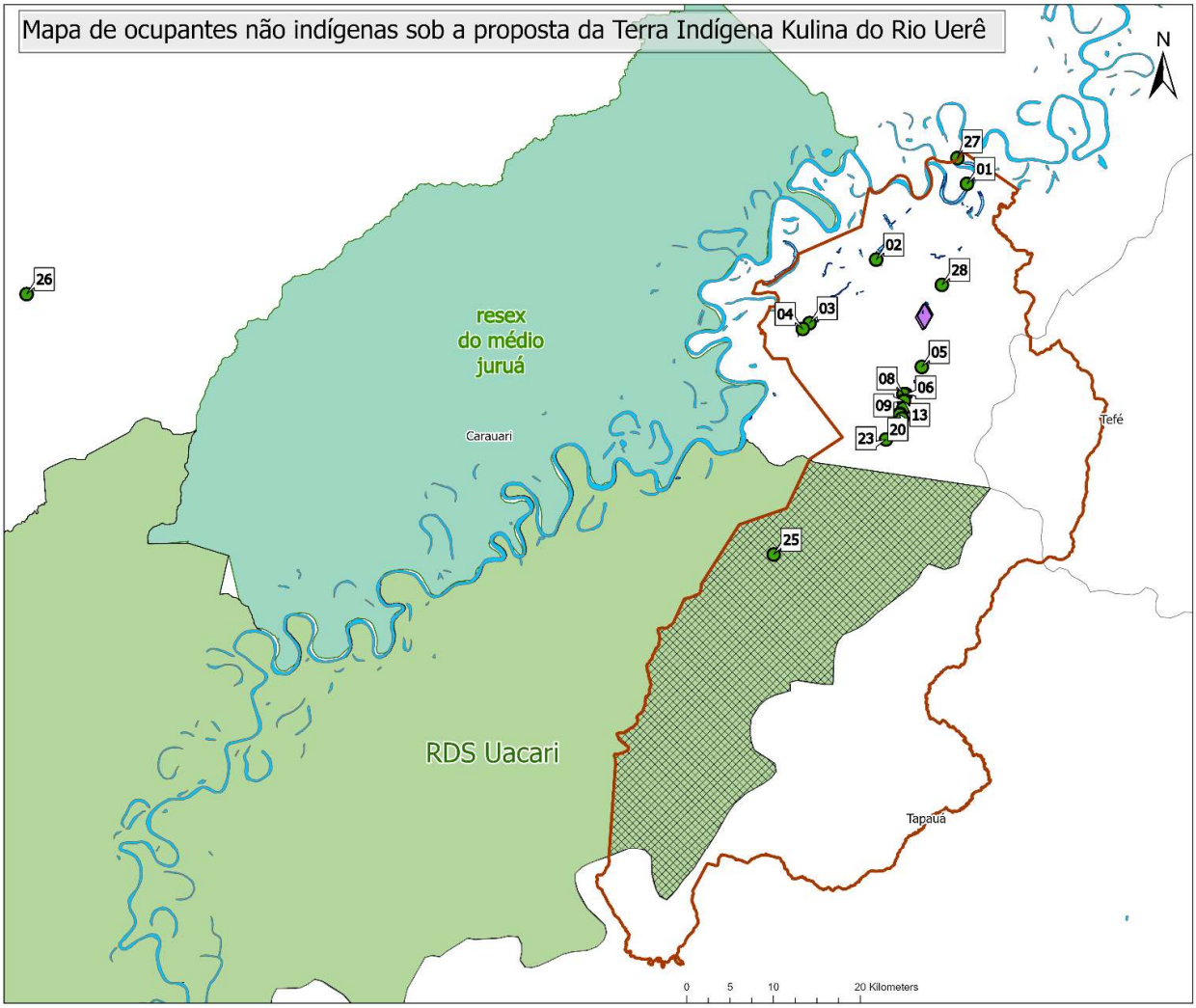
LF 26: Este laudo fundiário foi preenchido em campo de forma equivocada, em nome de Noé Pereira Mendonça, mas o mesmo não se encontra dentro da proposta da Terra Indígena.

LF 27 – Este levantamento refere-se a um CAR sobreposto em nome de Francisco Gomes da Silva, identificado por meio do cruzamento com a base do CAR.

LF 28 – Este levantamento refere-se a um CAR sobreposto em nome de Leo Rodrigues Silva, identificado por meio do cruzamento com a base do CAR.

De forma geral, a caracterização das ocupações coletadas em campo revela um quadro fundiário marcado pela predominância de posseiros, com ocupações consolidadas há décadas, voltadas para atividades de subsistência. Foram identificadas benfeitorias compatíveis com esse perfil, tais como casas de moradia, casas de farinha, galinheiros, chiqueiros, canis, depósitos e casas de motor de luz, que reforçam o uso doméstico e produtivo de pequena escala nas áreas ocupadas.

O Mapa 16, a seguir, apresenta a distribuição espacial das ocupações não indígenas cadastradas pela equipe de campo, enquanto o Quadro 23 sistematiza os dados coletados em campo com a caracterização e o perfil socioeconômico das ocupações não indígenas.



Informações levantadas em campo de Não indígenas incidentes sob a proposta da Terra Indígena Kulina do Rio Uerê

Nº DE ORD	Nş DO LF	PROPRIETÁRIO	LOCALIDADE	MUNÍCIPIO
01	1	DEUSIMAR GREGORIO MATOS	SACADO DO UERĘ	CARAUARI
02	2	OCUPAÇÃO TEMPORARIA - EXTRAÇÃO DE MADEIRA	SUCURIJU	CARAUARI
03	3	ROSINEIDE ALBANO DOS SANTOS	SUCURIJU	CARAUARI
04	4	OCUPAÇÕES TEMPORARIAS (04) PARA PESCARIA NOS	SUCURIJU	CARAUARI
05	5	DAVI ALVES DA SILVA	MEDIO RIO UERĘ/ IGARAPE SANTAREM	CARAUARI
06	6	MARCOS GUIMARAES DE MENEZES	MEDIO RIO UERĘ/ IGARAPE SANTAREM	CARAUARI
07	7	PEDRO LOPES DE MENEZES	MEDIO RIO UERĘ/ IGARAPE SANTAREM	CARAUARI
08	8	ITALO GUIMARAES MENEZES	MEDIO RIO UERĘ/ IGARAPE SANTAREM	CARAUARI
09	9	FRANCISCO FLAVIO	MEDIO RIO UERĘ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI
10	10	IRANI FAUSTINE DE PAULA	MEDIO RIO UERĘ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI
11	11	ANTÔNIO FERREIRA LIMA	MEDIO RIO UERĘ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI
12	12	JULIANA LIMA DA SILVA	MEDIO RIO UERĘ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI
13	13	GENILDA CRUZ DE LIMA	MEDIO RIO UERĘ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI
14	14	JOSÉ CRUZ DE LIMA	MEDIO RIO UERĘ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI
15	15	LUCAS DA CRUZ LIMA	MEDIO RIO UERĘ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI
16	16	ADRIANA SOUZA DE LIMA	MEDIO RIO UERĘ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI
17	17	SIDINEY CRUZ DE LIMA	MEDIO RIO UERĘ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI
18	18	WELINTON DA SILVA DE LIMA	MEDIO RIO UERĘ	CARAUARI
19	19	JONAS PEREIRA MENDONÇA	MEDIO RIO UERĘ	CARAUARI
20	20	JONAS DA CRUZ LIMA	MEDIO RIO UERĘ	CARAUARI
21	21	FRANCISCO FERREIRA LIMA	MEDIO RIO UERĘ	CARAUARI
22	22	RAIMUNDO HENRIQUE DE ARAUJO	COMUNIDADE UERĘ	CARAUARI
23	23	EDNIEL CRUZ LIMA	TUCUNARÉ	CARAUARI
24	24	CONHECIDO COMO PINGUNÇU	TUCUNARÉ	CARAUARI
25	25	RAIMUNDO ANTONIO SILVA DE CASTRO	ALTO RIO UERĘ	CARAUARI
26	26	NOE PEREIRA MENDONÇA	IG. PARAISO	CARAUARI
27	27	INDETERMINADO	BOCA DO RIO UERĘ	CARAUARI
28	28	COMUNIDADE ZABREU	BAIXO RIO UERE	CARAUARI

Legenda
- Não indígenas
- CAR - PCT
- Limite Municipal
- Casas Aldeia - Matatibem
- RDS Uacari (sobreposição)
- Poligonal Terra indigena Kulina Rio ueré
- Unidade de Conservação Federal

Escala:1:341.088

Sistema de Coordenadas Geográficas:
Datum SIRGAS 2000

Fonte:
DADOS COLETADOS EM CAMPO
CNUC/MMA 2024
SEDE E LIMITE MUNICIPAL - IBGE, 2023
COMUNIDADE - IBGE, 2023

FUNAI
FINATEC

Resp. técnica: Sarah Frota
Elaborado: 08/2025

Mapa 16 - Mapa de ocupantes não indígenas na proposta da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré

Quadro 23 - Caracterização dos ocupantes não indígenas incidentes nos limites da proposta de delimitação da TI Kulina do Rio Ueré

N° DE ORD.	Nº DO LF	NOME DO OCUPANTE	CPF/RG	LOCALIDADE	MUNÍCIPIO	Reside no imovel	Situação do ocupante	Tempo de existência da ocupação	Tempo de exploração da ocupação	Principal atividade economica
1	1	DEUSIMAR GREGORIO MATOS	Não informado	SACADO DO UERÉ	CARAUARI	NÃO	Posseiro	29	+ 29 anos	Agricultura;
2	2	OCUPAÇÃO TEMPORARIA - EXTRAÇÃO DE MADEIRA	Não informado	SUCURIJU	CARAUARI	NÃO	Ocupação Sazonal	SEM INFORMAÇÃO	indeterminada	extrativismo (atividade aparentemente ilegal;)
3	3	ROSINEIDE ALBANO DOS SANTOS	Não informado	SUCURIJU	CARAUARI	NÃO	Ocupação Sazonal	SEM INFORMAÇÃO	indeterminada	pesca
4	4	OCUPAÇÕES TEMPORARIAS (04) PARA PESCARIA	Não informado	SUCURIJU	CARAUARI	NÃO	Ocupação Sazonal	SEM INFORMAÇÃO	indeterminada	pesca
5	5	DAVI ALVES DA SILVA	442.***.032-87	MEDIO RIO UERÉ/ IGARAPE SANTAREM	CARAUARI	SIM	Posseiro	27	27 anos	Agricultura e extravismo
6	6	MARCOS GUIMARAES DE MENEZES	030.***.462-94	MEDIO RIO UERÉ/ IGARAPE SANTAREM	CARAUARI	SIM	Posseiro	14	25 ANOS	Agricultura
7	7	PEDRO LOPES DE MENEZES	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ IGARAPE SANTAREM	CARAUARI	NÃO	Posseiro	14	26 ANOS	Agricultura
8	8	ITALO GUIMARAES MENEZES	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ IGARAPE SANTAREM	CARAUARI	SIM	Posseiro	5	6 ANOS	Agricultura
9	9	FRANCISCO FLAVIO	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI	NÃO	Posseiro	2	10 anos	Agricultura
10	10	IRANI FAUSTINE DE PAULA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI	NÃO	Posseiro	6	6 ANOS	Outros
11	11	ANTÔNIO FERREIRA LIMA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI	SIM	Posseiro	35	35 ANOS	Agricultura
12	12	JULIANA LIMA DA SILVA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI	NÃO	Posseiro	6	6 ANOS	Outros
13	13	GENILDA CRUZ DE LIMA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI	NÃO	Posseiro	5	5 anos	Agricultura

14	14	JOSÉ CRUZ DE LIMA	Não informado	não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI	NÃO	Posseiro	SEM INFORMAÇÃO	não preenchido	outros	05° 19' 45,5'' S	67° 02' 52,5'' W
15	15	LUCAS DA CRUZ LIMA	Não informado	97984474881	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI	SIM	Posseiro	5	5 anos	Agricultura e extrativismo	05° 19' 45,7'' S	67° 02' 52,4'' W
16	16	ADRIANA SOUZA DE LIMA	011.***.192-28	não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI	SIM	Posseiro	24	24 anos	Agricultura	05° 19' 45,9'' S	67° 02' 52,2'' W
17	17	SIDINEY CRUZ DE LIMA	Não informado	não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CARAUARI	NÃO	Posseiro	SEM INFORMAÇÃO	5 anos	outros	05° 19' 45,9'' S	67° 02' 52,2'' W
18	18	WELINTON DA SILVA DE LIMA	779.***.582-15	979842412345	MEDIO RIO UERÉ	CARAUARI	SIM	Posseiro	15	15 anos	Agricultura	05° 20' 13,7'' S	67° 02' 54,6'' W
19	19	JONAS PEREIRA MENDONÇA	054.***.232-94	não informado	MEDIO RIO UERÉ	CARAUARI	SIM	Posseiro	4	4 anos	Agricultura	05° 20' 33,2'' S	67° 03' 07,1'' W
20	20	JONAS DA CRUZ LIMA	019.***.452-24	não informado	MEDIO RIO UERÉ	CARAUARI	SIM	Posseiro	10	10 anos	Agricultura	05° 20' 36,1'' S	67° 03' 08,0'' W
21	21	FRANCISCO FERREIRA LIMA	Não informado	não informado	MEDIO RIO UERÉ	CARAUARI	NÃO	Posseiro	1	menos de 1 ano	outros	05° 20' 51,9'' S	67° 02' 59,8'' W
22	22	RAIMUNDO HENRIQUE DE ARAUJO	Não informado	não informado	COMUNIDADE UERÉ	CARAUARI	SIM	Posseiro	10			05° 21' 46,7'' S	67° 03' 24,7'' W
23	23	EDNIEL CRUZ LIMA	Não informado	não informado	TUCUNARÉ	CARAUARI	NÃO	Posseiro	8	6 anos	outros	05° 22' 10,0'' S	67° 03' 58,8'' W
24	24	CONHECIDO COMO PINGUNÇU	Não informado	não informado	TUCUNARÉ	CARAUARI	NÃO	Posseiro	8	6 anos	outros	05° 22' 10,0'' S	67° 03' 58,8'' W
25	25	RAIMUNDO ANTONIO SILVA DE CASTRO	Não informado	929920457866	ALTO RIO UERÉ	CARAUARI	SIM	Posseiro	30	60 anos	Agricultura e extravismo	05° 29' 23,7'' S	67° 10' 58,4'' W
26	26	NOE PEREIRA MENDONÇA (**Invalidado**)	039.***.992-64	97984309568	Igarapé Paraíso (FORA DA TI)	CARAUARI		posseiro	30	50	12	05° 13' 11,11'' S	67° 57' 36,5'' W
27	27	FRANCINANDO GOMES DE SOUZA (**indeterminado**)	831.***.832-91	não informado	BOCA DO RIO UERÉ	CARAUARI	NÃO	CAR INCIDENTE	SEM INFORMAÇÃO			05° 04' 32,1'' S	66° 59' 35,6'' W
28	28	LEO RODRIGUES SILVA (**Comunidade Zabreu**)	020.***.459-54	não informado	BAIXO RIO UERE	CARAUARI	NÃO	CAR INCIDENTE	SEM INFORMAÇÃO			05° 12' 28,1'' S	67° 00' 31,5'' W

18. Pesquisa cartorial

A pesquisa cartorial realizada no contexto do levantamento fundiário tem como objetivo identificar a existência de registros formais de posse e/ou domínio incidentes sobre a área em estudo, além de qualificar sua natureza, origem e situação atual. Essa etapa permite verificar se há títulos formalizados e avaliar sua regularidade jurídica.

Para esta etapa, foram utilizados como referência os dados dos ocupantes não indígenas levantados em campo, bem como os registros de imóveis sobrepostos identificados nas bases públicas, especialmente no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e nas informações sobre a Gleba Pública Francisco Orellana e Rio Tefé e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari.

Foram consultados os Cartórios Extrajudiciais das Comarcas de Carauari, Tapauá e Tefé, para os quais foi enviado quadro de ocupantes não indígenas levantados pelo GT.

19. Quadro total de ocupantes não indígenas

O quadro 24, a seguir, apresenta o conjunto total de dados dos ocupantes não indígenas identificados em campo em pesquisas de gabinete nas bases fundiárias oficiais.

Quadro 24 - Quadro de ocupantes não indígenas identificados em campo e em pequisa nas bases fundiárias oficiais.

Nº Ordem	Nº DO LF	NOME DO OCUPANTE	CPF	LOCALIDADE	Nome do imóvel	Fonte
1	1	DEUSIMAR GREGORIO MATOS	Não informado	SACADO DO UERÉ	DEUSIMAR	LF
2	2	OCUPAÇÃO TEMPORARIA - EXTRAÇÃO DE MADEIRA	Não informado	SUCURIJU	SEM INFORMAÇÃO	LF
3	3	ROSINEIDE ALBANO DOS SANTOS	Não informado	SUCURIJU	POÇO DA HELENA	LF
4	4	OCUPAÇÕES TEMPORARIAS (04) PARA PESCARIA	Não informado	SUCURIJU	SEM INFORMAÇÃO	LF
5	5	DAVI ALVES DA SILVA	442.***.032-87	MEDIO RIO UERÉ/ IGARAPE SANTAREM	SíTIO ALVES	LF+SICAR
6	6	MARCOS GUIMARAES DE MENEZES	030.***.462-94	MEDIO RIO UERÉ/ IGARAPE SANTAREM	SITIO DHAFINY	LF
7	7	PEDRO LOPES DE MENEZES	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ IGARAPE SANTAREM	SITIO DEUS É FIEL	LF
8	8	ITALO GUIMARAES MENEZES	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ IGARAPE SANTAREM	BOM FUTURO	LF

9	9	FRANCISCO FLAVIO	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CASA 01	LF
10	10	IRANI FAUSTINE DE PAULA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CASA 02	LF
11	11	ANTÔNIO FERREIRA LIMA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CASA 03	LF
12	12	JULIANA LIMA DA SILVA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CASA 04	LF
13	13	GENILDA CRUZ DE LIMA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CASA 05	LF
14	14	JOSÉ CRUZ DE LIMA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CASA 06	LF
15	15	LUCAS DA CRUZ LIMA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CASA 07	LF
16	16	ADRIANA SOUZA DE LIMA	011.***.192-28	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CASA 08	LF
17	17	SIDINEY CRUZ DE LIMA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ/ COMUNIDADE FORMOSA	CASA 09	LF
18	18	WELINTON DA SILVA DE LIMA	779.***.582-15	MEDIO RIO UERÉ	SÍTIO DO BOLA	LF
19	19	JONAS PEREIRA MENDONÇA	054.***.232-94	MEDIO RIO UERÉ	SÍTIO DO JONAS	LF
20	20	JONAS DA CRUZ LIMA	019.***.452-24	MEDIO RIO UERÉ	SÍTIO AÇAÍ	LF
21	21	FRANCISCO FERREIRA LIMA	Não informado	MEDIO RIO UERÉ	SÍTIO BACABA	LF
22	22	RAIMUNDO HENRIQUE DE ARAUJO	Não informado	COMUNIDADE UERÉ	PORTO DO GAVIÃO	LF
23	23	EDNIEL CRUZ LIMA	Não informado	TUCUNARÉ	SEM INFORMAÇÃO	LF
24	24	CONHECIDO COMO PINGUNÇU	Não informado	TUCUNARÉ	SEM INFORMAÇÃO	LF
25	25	RAIMUNDO ANTONIO SILVA DE CASTRO	648.***.102-59	ALTO RIO UERÉ	SÃO LUIZ	LF+SICAR
26	26	NOE PEREIRA MENDONÇA	039.***.992-64	RUA DO PUIÁ, 46	SITIO VOVO MENDONÇA	LF
27	27	FRANCINANDO GOMES DE SOUZA/ INDETERMINADO	831.***.832-91	BOCA DO RIO UERÉ	SITIO FAMILIA SOUZA	LF+SICAR
28	28	Leo Rodrigues Silva/COMUNIDADE ZABREU	020.***.459-54	BAIXO RIO UERE	SITIO ISABELLA	LF+SICAR
29	--	Adelaor Fernandes de Faria	005.***.312-91	MARGEM DO RIO UERÉ - TAPAUA AM	MATRINCHÃO - PARCELA 4	SICAR
30	--	Adelaor Fernandes de Faria	005.***.312-91	MARGEM DO RIO UERÉ	MATRINCHÃO - PARCELA 2	SICAR
31	--	ADRIANO SILVA DE CASTRO	044.***.752-95	RUA LUCAS DOS ANJOS	CAMPINO	SICAR
32	--	Aldemir Ferreira Alves	185.***.402-04	Rua Emitácio Cavalcante	Sem Denominação	SICAR
33	--	ALICE SOUZA DA SILVA	074.***.262-00	RUA FRANCISCA BERTOZO DA SILVA	SITIO ALVES	SICAR

34	--	AMAZON ESG HOLDING LTDA	05.393.***/0001-24	RIO TAPAUÁ	TAPAUÁ AMAZON ESG	SICAR
35	--	ANTONIO ALDEMIR BARBOSA DA SILVA	016.***.872-64		FAMILIA SILVA	SICAR
36	--	ANTONIO FRANCISCO GUIMARÃES MENEZES	072.***.672-63	BC RAIMUNDO PAIXÃO	SITIO DHAFINNY	SICAR
37	--	ANTONIO GLEISON FEITOSA DE LIMA	705.***.332-18	R GAVIÃO	SITIO BOA VISTA	SICAR
38	--	Antonio Monteiro da Silva	604.***.542-34	rua alfredo marques	SAMAUMA-PÉ DA TERRA	SICAR
39	--	BOAVENTURA FERNANDES FIGUEIRA	073.***.952-20	Rua Arcanjo Pessoa	Sem denominação	SICAR
40	--	CARLITO MACIEL DE LIMA	724.***.022-04	RUA LUIZ CATOLE	SEM DENOMINAÇAO	SICAR
41	--	DOMINGOS SAVIO CASTRO FIGUEIRA	041.***.962-14	RUA LUCAS DOS ANJOS	SITIO SÃO DOMINGO	SICAR
42	--	Drauzio Antonio Medeiros	589.***.878-87	Avenida das Flores	T D Anacleto	SICAR
43	--	ELIEZIO RIBEIRO DE OLIVEIRA	725.***.532-68	RUA JOAO BOSCO	Sem Denominação	SICAR
44	--	FELICIANO DE BRITO CORREIA	820.***.992-68	SACADO	SEM DENOMINAÇÃO	SICAR
45	--	FERNANDO GREGORIO SERRAO	037.***.222-25	RUA LUCAS DOS ANJOS	SITIO AMAZONAS	SICAR
46	--	FRANCISCO DAS CHAGAS LAURIANO NERES	683.***.732-87	CM LAGO DO FUTURO	SITIO CAJUEIRO	SICAR
47	--	FRANCISCO GOMES LOPES	284.***.812-34	RUA DO FLAMENGO	SEM DENOMINAÇÃO	SICAR
48	--	FRANCISCO MOURA DE SOUZA	564.***.452-15	RUA DUQUE DE CAXIAS	SEM DENOMINAÇÃO	SICAR
49	--	Francisco Negrão de Azevedo	637.***.102-04	R lago preto	Paraiso	SICAR
50	--	Izaqueu Monteiro da Silva	989.***.982-87	JOSE RODRIGUES DE AMORIN	CAPOEIRA DO CUMPU	SICAR
51	--	JOÃO PAULO MOURA SERRAO	072.***.782-18	RUA FLORIANO PEIXOTO	SITIO DEICE	SICAR
52	--	JOÃO SOUZA SOARES	867.***.372-68	RUA SENADOR ALVARO MAIA	SEM DENOMINAÇÃO	SICAR
53	--	João Victor do Carmo Azevedo	705.***.642-70	R lago preto	Igarape do Chico	SICAR
54	--	JOSE FRANCISCO DA SILVA E SILVA	654.***.502-15	ET GAVIÃO	SITIO NOVA ESPERANÇA	SICAR
55	--	JOYCY DA SILVA	062.***.032-70	RUA ANDRÉ COSTA PEREIRA	PORTO GAVIÃO	SICAR
56	--	JUCELINO LOPES CASTRO	161.***.432-87	Lucas dos Anjos	SANTAREM	SICAR
57	--	LARISSA GOMES DE ARAÚJO	044.***.242-23	RUA CANAMARI	SITIO VOVÔ MENDONÇA	SICAR
58	--	LUIZ CARLOS HENRIQUE GOMES	628.***.982-49	RUA ANTÔNIO PAIXÃO	SITIO JATOBÁ	SICAR
59	--	MATHEUS SORIANO DA SILVA	100.***.712-08		SITIO SORIANO	SICAR
60	--	PAULO WANDERLEY CARDOSO VIANA	159.***.172-20	RIO TAPAUA	TAPAUÁ AMAZON ESG	SICAR
61	--	Raimundo Robeiro de Lima	076.***.652-34	Rua Arthur Sá	SEM DENOMINAÇÃO	SICAR
62	--	Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari		Av. Mário Ypiranga	Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari	SICAR

63	--	ROBERTO GOMES CHAVES	199.***.232-72	RUA SÃO JOCOB	SEM DENOMINAÇÃO	SICAR
64	--	VANESSA COSTA BARBOSA	525.***.382-34	RUA BARÃO DE INDAIA	FAZENDA JANDIA	SICAR
65	--	HARMONIA EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E PARTICIPACOES LTDA (T D Anacleto - Parte 1)	01.646.***/0001-00			SIGEF

Fonte: SICAR/SIGEF/Campo

O cartório de Tapauá respondeu que não existem em seu acervo os imóveis: 1) Matrinchão - Parcela 4, eventualmente registrado em nome de Adelaor Fernandes de Faria; 2) TAPAUÁ AMAZON ESG, eventualmente registrado em nome de Paulo Wanderley Cardoso Viana e 3) TAPAUÁ AMAZON ESG, eventualmente registrado na empresa Amazon Esg Holding LTDA. O cartório de Tefé informou que não dispõe das informações solicitadas. Não houve manifestação do cartório de Carauari.

20. Notificação / citação de ocupantes não indígenas

A notificação ou citação dos ocupantes não indígenas tem como objetivo garantir que essas pessoas sejam formalmente informadas de que suas ocupações estão dentro dos limites de uma Terra Indígena em estudo, em cumprimento à Lei nº 14.701/2023 e ao Decreto nº 1.775/1996, que regulamenta o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas. Esse procedimento assegura o direito à informação, permite que os ocupantes se manifestem e contribui para a transparência e segurança jurídica no processo de demarcação.

No âmbito deste levantamento fundiário, foram adotadas todas as medidas cabíveis para efetivar as notificações, por meio de entregas presenciais (*in loco*) durante as atividades de campo. Para notificação dos ocupantes não indígenas identificados pelas bases oficiais e que não foram localizados em campo, foi publicado o Edital de Notificação n.º 7, no Diário Oficial da União em 7 de outubro de 2025. O Edital incluiu todos os ocupantes não indígenas identificados, até mesmo os já citados em campo.

As informações detalhadas constam no Quadro 25 a seguir, que indica, para cada ocupante, a realização ou não da citação, sua data e a forma utilizada (*in loco*, ou Edital).

Quadro 25 - Relação dos ocupantes não indígenas x realização da citação

N° DE ORD.	Nº LF	NOME DO OCUPANTE	Citação Realizada (Sim/Não)	Data Da Citação	Forma (In Loco/ Oficio / DOU)
1	1	DEUSIMAR GREGORIO MATOS	não		Edital
2	2	INDETERMINADO	não		Edital
3	3	ROSINEIDE ALBANO DOS SANTOS	não		Edital
4	4	INDETERMINADO	não		Edital
5	5	DAVI ALVES DA SILVA	sim	14/12/2024	*in loco e* Edital
6	6	MARCOS GUIMARAES DE MENEZES	sim	14/12/2024	*in loco e* Edital
7	7	PEDRO LOPES DE MENEZES	sim	14/12/2024	*in loco e* Edital
8	8	ITALO GUIMARAES MENEZES	sim	14/12/2024	*in loco e* Edital
9	9	FRANCISCO FLAVIO	sim	14/12/2024	*in loco e* Edital
10	10	IRANI FAUSTINE DE PAULA	sim	14/12/2024	*in loco e* Edital
11	11	ANTÔNIO FERREIRA LIMA	sim	14/12/2024	*in loco e* Edital
12	12	JULIANA LIMA DA SILVA	sim	14/12/2024	*in loco e* Edital
13	13	GENILDA CRUZ DE LIMA	não		Edital
14	14	JOSÉ CRUZ DE LIMA	sim	14/12/2024	*in loco e* Edital
15	15	LUCAS DA CRUZ LIMA	Sim	14/12/2024	*in loco e* Edital
16	16	ADRIANA SOUZA DE LIMA	sim	15/12/2024	*in loco e* Edital
17	17	SIDINEY CRUZ DE LIMA	não		Edital
18	18	WELINTON DA SILVA DE LIMA	sim	15/12/2024	*in loco e* Edital
19	19	JONAS PEREIRA MENDONÇA	sim	15/12/2024	*in loco e* Edital
20	20	JONAS DA CRUZ LIMA	sim	15/12/2024	*in loco e* Edital
21	21	FRANCISCO FERREIRA LIMA	sim	15/12/2024	*in loco e* Edital
22	22	RAIMUNDO HENRIQUE DE ARAUJO	sim	15/12/2024	*in loco e* Edital
23	23	EDNIEL CRUZ LIMA	sim	15/12/2024	*in loco e* Edital

24	24	CONHECIDO COMO PINGUNÇU	sim	15/12/2024	*in loco e* Edital
25	25	RAIMUNDO ANTONIO SILVA DE CASTRO	sim	15/12/2024	*in loco e* Edital
26	26	NOE PEREIRA MENDONÇA (Invalidado)	sim		Edital
27	27	FRANCISCO GOMES DE SOUZA (INDETERMINADO)	não		Edital
28	28	LEO RODRIGUES SILVA (Comunidade Zabreu)	não		Edital

Elaboração: Sarah Martins N. Frota

Até o presente momento, não foi recepcionada nenhuma manifestação referente às citações realizadas *in loco*.

19. Síntese fundiária da área em estudo

A TI Kulina do Rio Ueré, com uma área total aproximada de 274.526 hectares, encontra-se em uma região marcada pela presença de outras unidades territoriais, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e a Floresta Estadual não destinada Gleba Francisco Orellana e Rio Tefé

A RDS Uacari, criada em 2005, apresenta uma interação significativa com a área em estudo, com uma sobreposição territorial de 87.217 hectares (32,3% da área em estudo apresenta sobreposição à RDS), o que evidencia potenciais conflitos de uso e gestão do território.

Parte norte da Terra indígena Kulina do Rio Ueré se sobrepõe a duas glebas citadas acima. Essa característica da Gleba tipo B representa um elemento estratégico na política de regularização fundiária, pois oferece margem legal para a destinação dessas terras à proteção de territórios indígenas ocupados tradicionalmente. A ausência de destinação formal facilita, em tese, a consolidação jurídica da TI Kulina do Rio Ueré, uma vez que não há outros usos públicos legalmente instituídos que colidam com a reivindicação indígena.

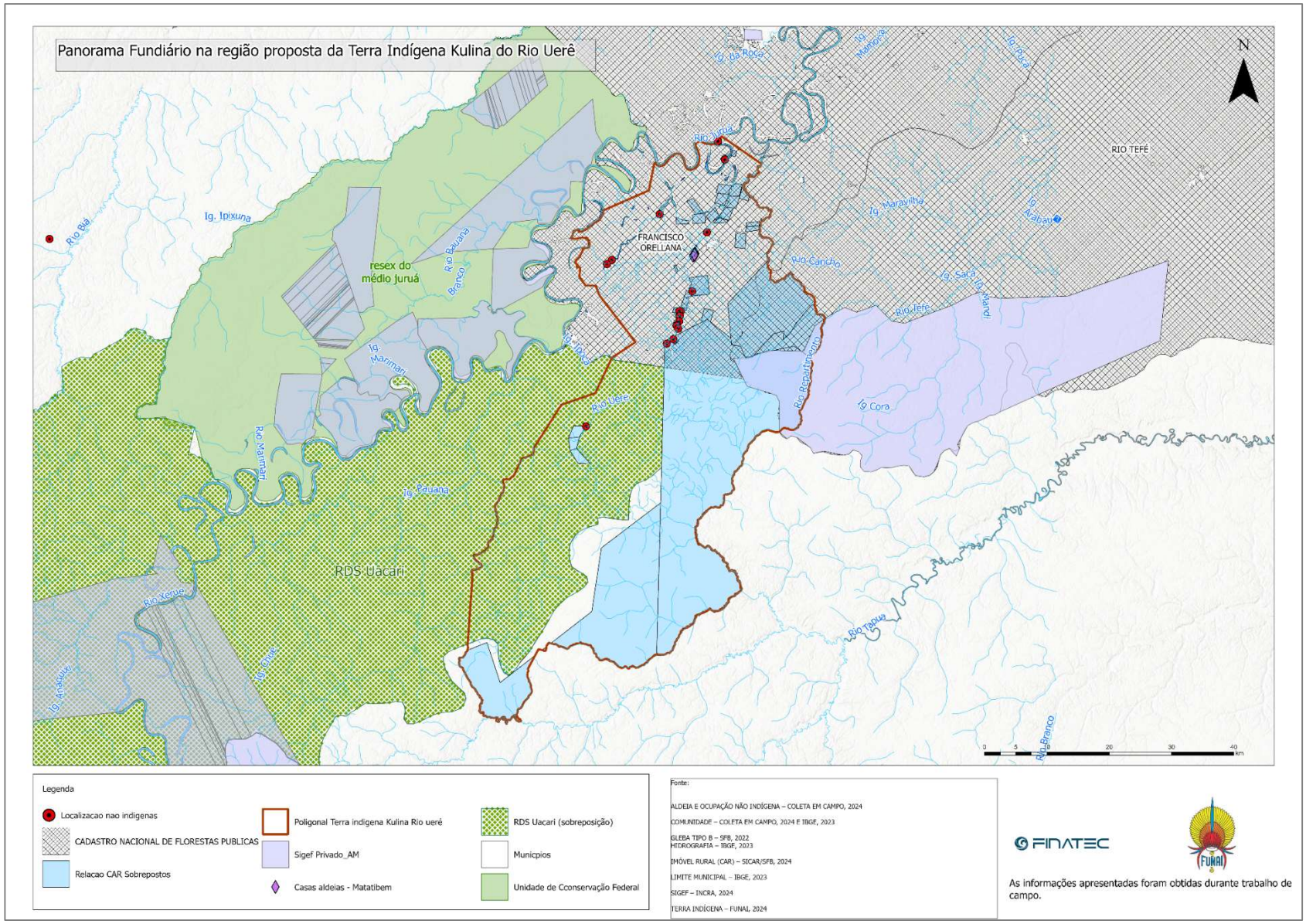
Além dessas categorias, foram identificados 40 (quarenta) cadastros de imóveis rurais vinculados ao CAR-PCT (Povos e Comunidades Tradicionais) no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), localizados dentro dos limites da proposta da Terra

Indígena Kulina do Rio Ueré. Dentre esses registros, 4 (quatro) apresentam correspondência nominal com os LFs (Levantamentos Fundiários) realizados em campo.

Na coleta de dados em campo, foram identificadas 28 (vinte e oito) ocupações não indígenas inseridas na área em estudo. A maioria dos imóveis apresenta caráter de ocupação permanente, com presença de residências fixas, indicando vínculos estáveis com o território. A situação fundiária predominante é a posse, seguida por arrendamento e, em menor número, usufruto. As moradias destinam-se, em sua maioria, à subsistência, fundamentada em atividades como agricultura, extrativismo e pesca.

Por fim, foram constatados 28 (vinte e oito) registros de ocupações não indígenas em campo, 40 (quarenta) cadastros de imóveis rurais no SICAR e 1 (um) no SIGEF privado, totalizando 65 (sessenta e cinco) ocupações não indígenas. Dentre elas, 4 (quatro) são recorrentes, por terem sido identificadas tanto no CAR quanto em campo.

O Mapa 17 apresenta o quadro fundiário e as sobreposições das ocupações não indígenas.



Mapa 17 - Panorama fundiário na região da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré

21. Conclusão

A análise fundiária realizada indica que a área proposta para a delimitação da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré incide, majoritariamente, sobre terras públicas estaduais não destinadas, compreendidas nas glebas estaduais Francisco Orellana e Rio Tefé. Parte da área também sobrepõe a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari, unidade de conservação de uso sustentável. Ressalta-se ainda a existência, na porção leste da área proposta, de uma faixa territorial que não se encontra vinculada a nenhuma gleba arrecadada.

As ocupações não indígenas identificadas no interior da área não apresentam, até o momento, documentos que atestem a formalização da propriedade. Predominam situações de posse, contratos de arrendamento ou registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR), os quais, por sua natureza declaratória, não configuram direito real sobre a terra nem constituem impedimento jurídico ao processo de demarcação, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei nº 14.701/2023.

Todas as etapas dos procedimento foram conduzidas em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, garantindo às partes envolvidas o direito à manifestação, conforme prevê a legislação vigente.

VII – Sétima Parte

Conclusão e delimitação

Portaria n° 14/MJ/96:
Conclusão e delimitação
Conclusão e delimitação, contendo a proposta de limites da área demarcada.

22. Conclusão sobre a ocupação tradicional dos Kulina na terra tradicional no Rio Ueré

As pesquisas bibliográficas, históricas e os relatos dos Kulina, durante a pesquisa de campo, nos permitem concluir que o povo indígena Kulina é notadamente reconhecido como numeroso e habitante majoritariamente do rio Juruá. Porém, há registros históricos e atuais de presença Kulina no alto rio Purus, no rio Jutaí e no rio Solimões. O acervo histórico utilizado, como base das informações contidas nesse relatório, vai desde o viajante inglês Chandless ao missionário-etnólogo Tastevin, e aos documentos do Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Viajantes, exploradores, missionários, etnólogos e Inspetores do SPI salientam que: as correrias provocaram deslocamentos das terras tradicionais, escravidão, incorporação de mão de obra na exploração do caucho e da borracha, e também epidemias.

Os registros históricos apontam que antes da chegada da frente colonizadora (principalmente do caucho e da seringa) os Kulina moravam nos pequenos rios e igarapés (nas regiões de terra firme), e desciam ao rio Juruá apenas para acampamentos das praias do verão (como vimos no relato de Chandless, 1869). A implantação dos seringais fixou os não indígenas, no rio Juruá, que por sua vez promoveram as ações das "correrias", as epidemias, e provocaram fuga e deslocamentos das populações indígenas. Tanto os caucheiros (vindos do Peru) como os seringueiros (brasileiros) moveram perseguição implacável contra os povos indígenas da região. As "correrias" dizimavam grupos inteiros e visavam a liberação dos seringais e terras de cauchos nativos, bem como a incorporação da mão de obra nativa na indústria extrativista.

Por sua vez Tastevin relata que encontrou um grupo de "Colinas" (Kulina) à margem direita do rio Juruá, na região do rio "Marary"; acima e próximo ao igarapé Xué, ao rio Bauana Preto e ao rio Ueré. Tastevin descreve toda essa região como uma área de

ocupação tradicional dos índios Kulina que utilizavam caminhos pela floresta de terra firme, nas cabeceiras dos rios e igarapés, para acessar a região do alto rio Tapauá, afluente do rio Purus (Tastevin, 1920, p. 132). Além disso, registra-se que a Terra Indígena Kulina do Rio Ueré é uma terra tradicional e histórica desse povo, pois vários relatos da **memória oral e os documentos históricos disponíveis nos arquivos do CIMI-Tefé comprovam a presença Kulina na TI rio Ueré: antes, durante e posterior a 1988** (em reverência ao **Art. 231, da Constituição Federal de 1988**, que trata do conceito de "terras tradicionalmente ocupadas", e em conformidade com a **Lei Federal nº 14.701/2023**). Existem abundantes dados da bibliografia, memória oral e imagens de satélite que comprovam a ocupação permanente da bacia do rio Ueré pelos atuais Kulina desde as décadas de 1970 e 1980, o que decorre de um contexto tradicional e cultural de grande mobilidade pela calha do Rio Juruá e também das consequências da colonização da região. Há também uma carta topográfica oficial do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro que reconhece, pelo menos desde 2014, a região do Rio Ueré como "Terra Indígena Kulina do Rio Uerê – Matatibem".

Assim, através dos vários documentos históricos e relatos da memória oral, aqui apresentados, concluímos que o Estado Brasileiro tem uma dívida histórica com os povos indígenas dessa região. De modo particular consideramos os danos que os Kulina sofreram nesse processo histórico: perda de acesso as terras tradicionais; redução da mobilidade; mortes violentas; mulheres e filhas raptadas e abusadas; filhos escravizados; destruição de aldeias; e aliciamento com bebidas alcoólicas.

Por outro lado, as pesquisas bibliográficas recentes nos apontam que a cultura Kulina sofreu uma série de transformações, mas segue com seus padrões de ocupação tradicional e estratégias de contato com a sociedade nacional. Dessa feita a não viabilização do processo demarcatório coloca os Kulina em risco e fere um direito constitucional. Recentemente o Ministério Público Federal, na Recomendação Legal nº 09/2022, exigiu a urgente demarcação da referida TI, como forma de restabelecer o direito dos Kulina ao usufruto exclusivo de sua terra tradicional.

A título de conclusão desse relatório antropológico, reitero seis pontos fundamentais que justificam a demarcação da TI Kulina do Rio Ueré. Essa síntese deixa claro a ocupação tradicional, bem como a relevância da terra indígena para a reprodução física e cultural dos Kulina, de acordo com seus usos, costumes e tradições:

1. Concepção de território: Quando os Kulina afirmam: "somos *jidsama madija*" e se deslocam ao encontro de uma família, de um arbusto ritualístico ou de um roçado antigo, eles operam a partir de outros conceitos. A concepção de território Kulina mistura o tempo mítico com o tempo atual, pois para um Kulina o território é: habitado e guardado pelo *rami*; lembrança do pai e do avô (através das plantas); local que constrói diferença, "identidade" do subgrupo que "sempre" habitou ali; rota de contato com o mundo subterrâneo dos parentes mortos; é o local do conhecimento, pois é o portal que permite o pajé acessar o território dos seres extra humanos. Por sua vez o território é entranhado de carga afetiva e simbólica e não separa em locais ou patamares fixos os humanos e os extra-humanos. A relação que os Kulina estabelecem com o território não está pautada na noção de propriedade, mas no vínculo com "quem ficou no lugar". Abrir mão desses lugares é abrir mão dos vínculos entre humanos e não humanos. O descuido com esses territórios implica punições de outra ordem, não previstas nos procedimentos de controle do Estado.
2. A TI Rio Ueré é terra tradicional do subgrupo *dsomaji madija* (onça *madija*). Os subgrupos *madija* representam um padrão de ocupação tradicional que orienta a distribuição da população Kulina nas terras tradicionais. Cada subgrupo habita as margens de um igarapé ou pequeno rio (como o rio Ueré), afluente do rio principal. É a organização subgrupal que estabelece critério de acesso às áreas de caça, pesca, plantio, coleta e moradia; uma posição na rede de distribuição de alimentos; e indexa diferença ("identidade"). Assegurar o direito do subgrupo *dsomaji madija* a sua terra tradicional é uma forma efetiva de garantir a continuação da existência dos indígenas no sentido mais amplo do termo, e eleva a autoestima das pessoas que integram esse subgrupo.
3. Os registros do CIMI-Tefé e imagens de satélite de roçados antigos confirmam a presença dos Kulina, no rio Ueré, em 1985 ou ainda antes. Relatos da memória oral apontam para uma ocupação ainda mais antiga: 1972-1977. Comprova-se uma habitação continuada: antes, durante e posterior a 1988 (apresentada, justificada e citada a Lei nº 14.701).
4. A pesquisa documental em arquivos do Sistema Eletrônico de Informações – SEI-FUNAI, realizada com leituras e análises dos processos administrativos e judiciais referentes a demarcação da TI Kulina do Rio Ueré, nos apontam que a FUNAI tem conhecimento do pedido de demarcação da TI do Rio Ueré desde o ano 2000

quando os Kulina enviaram os primeiros documentos reivindicando o reconhecimento oficial de sua terra tradicional. Quer dizer, há mais de vinte e três anos os Kulina, no rio Ueré, solicitam providências efetivas do poder público para que sejam realizados estudos qualificados que registrem o direito originário sobre a terra que tradicionalmente ocupam. Diante da morosidade da FUNAI-União, os Kulina acessaram o Ministério Público Federal – MPF através da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB (Carta Nº 052/CE/COIAB/2009). A denúncia deu origem ao Inquérito Civil Público nº 1.13.000.000699/2010-84, instaurado por meio da Portaria nº 57/2010 1º Ofício Cível/PR/AM (30.05.2010-fls.01/04). Diante de reiteradas respostas processuais ou meramente protocolares por parte da FUNAI, o MPF acionou ao poder judiciário solicitando "Ação Civil Pública, com pedido de liminar". Logo, foi concedida a Ação Civil Pública (ACP) nº 0000699-95.2015.4.01.3202, com sentença datada de 15 de novembro de 2016 na qual a União e FUNAI foram condenadas a concluírem o processo demarcatório em no máximo 36 meses, sob pena de multa diária de R$ 10 mil/ mês, com reversão dos valores em favor da comunidade indígena implicada.

5. A Recomendação Legal nº 09/2022, e os dados do DSEI-MRSA, apresentam o povo Kulina como uma população em situação de vulnerabilidade. Os relatos das histórias de vidas das famílias apontam para um alto nível de mortes por homicídios, afogamento decorrentes de processos de embriaguez; e suicídio. Nesse sentido a TI Rio Ueré representa um local seguro onde refugiados e órfãos encontram abrigo e cuidado.
6. Mais da metade da TI Rio Ueré é composta por área inundável. Por isso, as áreas terra firme são fundamentais para construir aldeias e roçados; e preservar árvores para que os Kulina possam coletar frutas e cipós, e extrair madeiras para construir suas casas. Os roçados não apenas fornecem alimentos para as pessoas, mas são cemitérios e portais de acesso ao mundo dos seres extra humanos. Por outro lado, os Kulina reiteram que as áreas de refúgio são imprescindíveis ao meio ambiente, pois garantem a reprodução dos animais de caça; mas os Kulina vão além da questão funcional e econômica, e afirmam a importância dessas áreas como forma de garantir uma boa relação com os seres extra humanos que habitam esses locais (por exemplo, os donos da caça).

7. Uma população crescente precisa dos lagos e rios protegidos para garantir a segurança alimentar e a geração de renda. Os Kulina são pescadores, caçadores, coletores e agricultores, e planejam manejo de lagos para pesca de pirarucu e outras espécies. Mas a preservação dos lagos, rios, igarapés e remansos é também uma forma de cuidar desses locais extremamente perigosos, pois são moradas de um *tabari* dos mortos (alma)[391]. Os Kulina querem ter segurança e certeza de uma boa relação com os seres extra humanos que habitam o lago Sucuriju; o remanso do Poço de Ouro; o dono da friagem que mora no alto igarapé Paraíso; o dono da caça que habita o igarapé do Matrinxã; e principalmente, a boa relação com o ser extra humano que mora, protege e cultiva o *rami* na Restinga da Seringueira.

23. Delimitação da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré

No dia 31 de maio de 2022, às oito e trinta da manhã, na casa do Iba Kulina, diante da presença de adultos, jovens, crianças e idosos, os Kulina se reuniram para construir a proposta de limites visando a demarcação da TI Kulina do Rio Ueré. Na ocasião os Kulina solicitaram a imediata desintrusão dos não indígenas de sua terra tradicional e formaram consenso sobre a delimitação da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré. Optaram pelo limite ser a desembocadura do sacado do rio Ueré no rio Juruá, conforme consta no Mapa 01 e no Memorial descritivo (Marco 27 e 28; Nilsson, 2022)

Na ocasião os Kulina reiteraram que os não indígenas colocam muitas malhadeiras fechando a foz do sacado do rio Ueré, ato que impede não apenas o retorno dos cardumes de peixes a TI, mas as viagens dos Kulina. As pessoas falam, que no início do verão, é necessária muita atenção, pois a todo momento é necessário levantar a rabeta do motor para que a palheta não enrosque nas malhadeiras. Os Kulina também salientaram a importância do Paraná das Cruzes, fizeram questão de frisar que integra a terra tradicional e local necessário para a preservação de peixes e quelônios. Alertaram também para a pesca predatória que há no Paraná das Cruzes por parte de não indígenas que habitam comunidades próximas. Reclamaram do fato de haver uma preocupação em preservação dos lagos da RDS-Uacari, em detrimento da pesca em larga escala na TI Rio

[391] Como vimos na Segunda Parte desse relatório: se os roçados são rotas de acesso ao mundo subterrâneo depois que pessoas são sepultadas no local; por sua vez, os rios, lagos, remansos e igarapés são rotas por excelência de acesso ao mundo subterrâneo dos mortos (é o local de morada de um *tabari*-alma do morto).

Ueré. Os Kulina afirmam que o excesso de atividade pesqueira está provocando uma mudança na configuração de todo o corpo de água e salientaram para a relevância dos animais que habitam os rios, lagos, remansos, igarapés e igapós (peixes, cobras, jacarés e quelônios) na manutenção dos mesmos (ver Carta de Anuência nos Anexos desse relatório).

Em 20 de agosto de 2022, os antropólogos Patrícia de Mendonça Rodrigues (Coordenadora do Projeto Estudos Etnoterritoriais-FINATEC-UnB) e Luiz Fernandes estiveram na aldeia Matatibem para realizar uma reunião com os Kulina no Ueré. A reunião contou com a participação do tuxaua Edi-Edson, que estivera ausente antes, e todos os Kulina e teve como objetivo: ajustar os limites de delimitação da TI de modo a reduzir o tamanho das linhas secas, na parte baixa e na região dos lagos; e traçar melhor os limites no Alto Ueré e nas cabeceiras do Tapauá, Repartimento, Tefé e Cancho, de maneira que facilitasse o monitoramento com linhas fluviais, evitando-se linhas secas nas áreas de floresta. A reunião levou a uma maior compreensão dos Kulina sobre a proposta de delimitação e a um consenso pleno, que foi manifesto em um termo de anuência assinado pela comunidade.

Quadro 26 - Lista dos Marcos utilizados na proposta de delimitação da TI Kulina do Rio Ueré, suas coordenadas e descrições a partir dos quatro preceitos constantes no art. 231 da Constituição Federal

Marco	**Local**	**Longitude**	**Latitude**	**Descrição dos preceitos constitucionais**
M-01	Boca do Paraná do Samauma no Sacado Samaúma	W 66° 56’12"	S 05° 06' 29"	proteção do Paraná Samauma: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar
M-02	Boca do Igarapé Samauma	W 66° 57’04"	S 05° 07' 55"	proteção do Paraná Samauma: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar
M-03	Confluência de cabeceiras do Igarapé Samauma	W 66° 55’02"	S 05° 15' 43"	área de reproduçao de vida silvestre: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar
M-04	Cabeceiras do Rio Cancho	W 66° 55’ 01"	S 05° 16' 34"	área de reproduçao de vida silvestre: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar
M-05	Cabeceiras do Rio Cancho	W 66° 52`05"	S 05° 17' 31"	área de reproduçao de vida silvestre: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar
M-06	Afluente cabeceira do Rio Tefé	W 66° 51` 40"	S 05° 17' 49"	área de reproduçao de vida silvestre: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar; necessárias à sua reprodução física e cultural
M-07	Afluente cabeceira Rio Repartimento	W 66° 54` 29"	S 05° 29' 53"	área de reproduçao de vida silvestre:

				imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar
M-08	Afluente cabeceira Rio Tapauá	W 66°55`08"	S 05° 29' 38"	área de reproduçao de vida silvestre: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar; necessárias à sua reprodução física e cultural.
M-09	Cabeceiras de Afluente do Tapauá	W 67°15' 04"	S 05° 48 50"	área de reproduçao de vida silvestre: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar
M-10	Cabeceiras de Afluente do Tapauá	W 67°15' 58"	S 05° 50' 31"	área de reproduçao de vida silvestre: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar necessárias à sua reprodução física e cultural.
M-11	Cabeceiras de Afluente do Tapauá	W 67° 21' 11"	S 05° 48' 29"	Area de usufruto Kulina: importantes para as atividades produtivas
M-12	Confluência de cabeceiras do Rio Pauana	W 67° 20' 49"	S 05° 42' 25"	Area de usufruto Kulina: importantes para as atividades produtivas; necessárias à sua reprodução física e cultural
M-13	Confluência de cabeceiras do Rio Pauana	W 67° 17' 10"	S 05° 33' 33"	Area de usufruto Kulina: necessárias à sua reprodução física e cultural; importantes para as atividades produtivas.
M-14	Confluência de cabeceiras do Rio Pauana	W 67° 16' 44"	S 05° 32' 38"	divide águas das Bacias diretas do Juruá e dos tributários do Ueré: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar; área de habitação permanente.
M-15	Confluência de igarapés de cabeceira do Pauapixuna	W 67°15' 29"	S 05° 31' 16"	Area de usufruto Kulina: importantes para as atividades produtivas;
M-16	Divisor de águas Ueré (elevação, topo)	W 67°13' 08"	S 05° 27' 32"	Area de usufruto Kulina: importantes para as atividades produtivas;
M-17	divisor de águas Bacia Ueré	W 67°10' 08"	S 05° 26' 31"	Area de usufruto Kulina: importantes para as atividades produtivas; área habitada de forma permanente.
M-18	Igarapé Ipoca (confluência com tributário sem nome	W 67° 08' 46"	S 05° 23' 24"	limites da bacia do Ueré dentro da RDS Uacari: importantes para as atividades produtivas; área habitada de forma permanente.
M-19	divisor de águas Bacia Ueré	W 67° 06' 43"	S 05° 22' 01"	Area de usufruto Kulina: importantes para as atividades produtivas; área habitada de forma permanente.
M-20	terra firme (limite de bacia hidrográfica	W 67°09' 50"	S 05° 18' 00"	divide águas das Bacias diretas do Juruá e dos tributários do Ueré: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar; necessárias à sua reprodução física e cultural.
M-21	ponto cotado (77m)	W 67°10' 08"	S 05° 17' 10"	divide águas das Bacias diretas do Juruá e dos tributários do Ueré: imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar; necessárias à sua reprodução física e cultural.
M-22	Cabeceiras do Sucuriju	W 67°11' 02"	S 05° 17' 10"	local de pesca e reproducão da vida silvestre e aquática: importantes para as atividades produtivas; imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar.

M-23	Cabeceiras do Sucuriju	W 67°11' 35"	S 05° 16' 23"	local de pesca e reprodução da vida silvestre e aquática: importantes para as atividades produtivas; imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar.
M-24	Cabeceiras do Jiburi	W 67°11' 31"	S 05° 15' 43"	local de pesca e reprodução da vida silvestre e aquática: importantes para as atividades produtivas; imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar.
M-25	Margem do Lago Uati	W 67° 09'32"	S 05° 10' 34"	Protege os lagos utilizados na coleta de tracajás: importantes para as atividades produtivas; imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar.
M-26	vértice da divisa, Marco 3	W 67° 05' 35"	S 05° 08' 49"	local de pesca e reprodução da vida silvestre e aquática: importantes para as atividades produtivas; imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar.
M-27	Sangradouro do Lago	W 67° 05' 06"	S 05° 06' 29"	local de pesca e reprodução da vida silvestre e aquática: importantes para as atividades produtivas; imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar.
M-28	Sacado Ueré Juruá	W 67° 00' 29"	S 05° 04' 44"	proteção a territórios de pesca e coleta: importantes para as atividades produtivas; áreas habitadas de forma permanente.
M-29	Foz do Sacado Ueré	W 66° 59` 42"	S 05° 04 41"	proteção a territórios de pesca e coleta: importantes para as atividades produtivas; imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar; habitadas de forma permanente.
M-30	Praia do Rio Juruá (1,5km da Boca do Sacado Ueré)	W 66° 59`17"	S 05° 04' 05"	proteção a territórios de pesca e coleta: importantes para as atividades produtivas; imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar; habitadas de forma permanente.

De acordo com o “Memorial descritivo”, a Terra Indígena Kulina do Rio Ueré abrange a bacia hidrográfica do Rio Ueré, no município de Carauari, e também porções nos municípios de Tefé e Tapauá, todos no Estado do Amazonas. O polígono perfaz uma área de 274.526 hectares, dos quais 160.152 hectares dentro da Bacia do Ueré, 44 mil na planície aluvial (alagável) e 116 mil em terra firme. A área apresenta 341, 534 km de perímetro, sendo 83 deles em linhas secas (ver mapa 01 apresentado no início desse relatório. Nilsson, 2022):

- **Marco 01** na desembocadura do Paraná Samaúma, no Sacado Samauma, de coordenadas: W 66º 56'12" e S 05º 06'29", seguindo pelo Paraná do Samaúma, em direção predominante oeste, até encontrar o
- **Marco 02** na desembocadura do Igarapé Samaúma, nas coordenadas W 66º 57'04" e S 05º 07'55", seguindo pelo curso d'água do Igarapé Samaúma a montante, até a última confluência de cabeceiras do Igarapé Samaúma, onde localiza-se o
- **Marco 03** com coordenadas W 66º 55'02" e S 05º 15'43"; partindo desse ponto, segue em linha seca na direção sul, até encontrar o afluente de cabeceira do Rio Cancho, no
- **Marco 04** de coordenadas W 66º 55'01" e S 05º 16'34" desce por esse braço e sobe na primeira confluência, até encontrar a cabeceira desse outro afluente de cabeceira do Rio Cancho, onde se localiza o
- **Marco 05**, sob as coordenadas W 66º 52'05" e S 05º 05'17"; os limites seguem por linha seca para a direção sudeste, medindo __ metros até encontrar o
- **Marco 06**, localizado num afluente de cabeceira do Rio Tefé, de coordenadas W 66º 51'40" e S 05º 17'49" e desce esse afluente, encontra Rio Tefé, por onde desce até a confluência do Rio Repartimento, por ele subindo o desse ponto segue em linha seca até o
- **Marco 07**, num afluente de cabeceira do Rio Repartimento, com as coordenadas W 66º 54'29" e S 05º 29'53". Este Marco 07 é ligado por linha seca por __metros na direção oeste ao
- **Marco 08**, de coordenadas W 66º 55'08" e S 05º 29'38", localizado num afluente de cabeceira do Rio Tapauá. Os limites da Terra Indígena seguem rio abaixo nesse afluente, por mais de 32 km, onde encontrará um outro afluente sem nome do Rio Tapauá, e por ele subirá até suas cabeceiras, encontrando o
- **Marco 09** nas coordenadas W 67º 15'04" e S 05º 48'50"; dessa cabeceira, seguirá por linha seca por 3,4 quilômetros ao sul-sudoeste, onde encontra o
- **Marco 10**, localizado em outra cabeceira do Rio Tapauá, com coordenadas W 67º 15'58" e S 05º 50'31" dessa cabeceira, o limite segue ao sul pelo referido curso de água sem nome, até esse afluente do Tapauá desaguar no afluente maior, e sobe por esse afluente, até sua cabeceira, onde encontra o
- **Marco 11**, de coordenadas W 67º 21'11" e S 05º 48'29". Do Marco 11, segue por uma linha seca de 11296,43m para o norte, onde encontra o
- **Marco 12**, localizado numa confluência de cabeceiras do Rio Pauana, com coordenadas W 67º 20'49" e S 05º 42'25"; segue pelo igarapé formado por esses dois pequenos braços, descendo por ele por 20,05km até as coordenadas W 67º 18'12" e S 05º 34'20", onde se encontra um pequeno afluente desse mesmo curso, e por ele sobe, até o

- **Marco 13**, na confluência desse afluente do Rio Pauana, de coordenadas W 67º 17’09” e S 05º 33’33”; do Marco 13 segue por linha seca de 1880m para o nor-nordeste até o
- **Marco 14**, localizado em outro afluente de cabeceiras do Rio Pauana, de coordenadas W 67º 16’44” e S 05º 32’38” seguindo então por linha seca de 11296 m de direção norte, e encontrando o
- **Marco 15**, de coordenadas W 67º 15’ 29” e S 05º 31’16” localizado em confluência de cabeceira de dois afluentes do Igarapé Pauapixuna, descendo por esse curso por uma extensão de 2932m, onde localiza-se o
- **Marco 16**, de coordenadas W 67º 13’ 08” e S 05º 27’ 32” que dá início a uma sequência de linhas secas, cada vértice correspondendo ao marco seguinte, sendo a primeira de direção nordeste, com azimute 32,34º E, e extensão de 8240m, culminando no
- **Marco 17** de coordenadas W 67º 15’ 29” e S 05º 31’16”, seguindo outra linha com 5830,42m de distância e azimute de 70,45º E, para o
- **Marco 18**, de coordenadas W 67º 08’ 46” e S 05º 23’24”, na confluência do Igarapé Ipoca, com um tributário sem nome. Segue outra linha seca, no azimute 56,14º E, e extensão de 4552m culminando no
- **Marco 19**, de coordenadas W 67º 06’ 43” e S 05º 22’01”; a linha seguinte tem extensão de 9555,05m e azimute de 37,76º W culminando no
- **Marco 20,** de coordenadas W 67º 09’ 50” e S 05º 18’ 00” e segue por nova linha de 1661,6 m de extensão e azimute de 20,73º W culminando no
- **Marco 21**, de coordenadas W 67º 10’ 08” e S 05º 17’10” e o próximo segmento possui 1616,42m de extensão, com azimute 89,63º W, culminando no
- **Marco 22**, de coordenadas W 67º 11’ 02” e S 05º 17’10”; o próximo segmento possui 1681,81m de extensão e azimute de 36,18º W culminando no
- **Marco 23**, de coordenadas W 67º 11’ 35” e S 05º 16’23”; e o último segmento dessa linha seca, possui extensão de 1274,71m e azimute de 6,11º E, culminando com o
- **Marco 24** de coordenadas W 67º 11’ 31” e S 05º 15’43”, localizado nas cabeceiras do Igarapé Jiburi, seguindo esse curso de água em direção tortuosa, até este encontrar o Lago Juburi, seguindo pelas suas margens, até encontrar o escoadouro que liga com as águas do Lago Uati, seguindo pelas margens desse lago, ao leste, até encontrar o
- **Marco 25**, de coordenadas W 67º 09’ 32” e S 05º 10’34”. Partindo desse marco, uma nova linha seca delimita a Terra Indígena, com dois segmentos: o primeiro medindo 8022,83 m e com azimute 153,54 E, e culminando no
- **Marco 26**, de coordenadas W 67º 05’ 35” e S 05º 08’49”, e o segundo medindo 4484,79 m de extensão, e com azimute 11,15º E, culminando no

- **Marco 27**, de coordenadas W 67º 05’ 06” e S 05º 06’29”, localizado à beira do Sangradouro do Lago, e por ele seguindo por cerca de 177 m até a sua foz no Rio Juruá. A partir desse ponto, segue pela margem do Rio Juruá por 15,614 km, até encontrar a desembocadura do Sacado do Rio Ueré, onde está localizado o
- **Marco 28**, de coordenadas W 67º 00’ 29” e S 05º 04’44”. Segue, ainda pelo Rio Juruá, por mais 1529 m, até a desembocadura maior do Sacado do Rio Ueré, no Rio Juruá, onde se encontra o
- **Marco 29** de coordenadas W 66º 59’ 42” e S 05º 04’41”; Pelas margens do Rio Juruá, ainda, segue por mais 1376m, em uma praia fluvial, onde encontramos o
- **Marco 30**, de coordenadas W 66º 59’ 17” e S 05º 04’05” de onde segue por terra, em linha seca, com extensão de 7790 m, e azimute 124,49º E, onde, finalmente encontra o ponto inicial dessa delimitação, definida pelo **Marco 01**, na desembocadura do Paraná Samaúma, no Sacado Samauma, de coordenadas: W 66º 56’12” e S 05º 06’29”.

Santarém, outubro de 2025

Genoveva Santos Amorim
Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas
Coordenadora do Grupo Técnico
Portaria nº 649/PRES/FUNAI, de 19.04.23

Referências bibliográficas

ALTMANN, Lori. **Maittaccadsama. Categorias de espaço e tempo como referenciais para a construção da identidade kulina (madija).** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.

_____. **"Poho e jidsama: construções de gênero entre o povo indígena kulina".** Trabalho apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, São Paulo, SP, Brasil. 2012.

AMORIM, Genoveva. **Os Coletivos *madija* e o ritual do *Ajie*: Relações de alteridade entre os Kulina no Baixo Juruá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2014.

_____, **Entre viajar e morar: narrativas sobre a territorialidade Kulina**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas. 2019.

_____, **Relatório Antropológico**. Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (AM). Projeto Estudos Etnoterritoriais, Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC (Universidade de Brasília – UnB – Brasília). 2023.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, (1991) 2008.

APARICIO, Miguel. "Os Suruwaha e sua rede de relações. Uma hipótese sobre localidades e co-letivos Arawa". In: AMOROSO, M. – MENDES DOS SANTOS, G. (orgs**.). Paisagens Ameríndias. Lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, p. 247-273. 2013.

_____, **Relações Alteradas: ideias suruwaha sobre animais e caça**. Ilha, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 37-68, 2014.

_____. **Presas del veneno.** Cosmopolítica y transformaciones Suruwaha. Quito-Equador: Editorial Universitaria Abya-Yala. 2015.

BALESTRA, Aline Alcarde. **"Owa, manako... tia, manako" O mal-entendido e a troca no universo Madiha**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2018.

BARABAS, Alicia M. La territorialidad simbólica y los derechos territoriales indígenas: reflexiones para el Estado pluriétnico. In: **Alteridades**, 14 (27): 105-119, 2004.

BARTOLOMÉ, Miguel A. "Los pobladores del 'Desierto' genocidio, etnocidio y etnogénesis en la Argentina. In: **Cuadernos de Antropología Social**, Nº 17: 162-189, FFyL – UBA. 2003.

_____. As Etnogêneses: Velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. In: **Mana: Estudos de Antropologia Social,** 12(1): 39-68. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ. 2006.

BEHENCK, Agueda, SOARES, Rosiclei; MOCHIIZAWA, Hidenori. **Relatório de atividades e financeiro**. Período: segundo semestre de 1991. Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Fonte Boa (AM), janeiro de 1991.

_____. **Relatório de atividades e financeiro.** Período: segundo semestre de 1992. Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Fonte Boa (AM) 30 dezembro de 1992.

BENITES, Tonico. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas.** Rio de Janeiro: Contra Capa. 2012.

BENSA, Alban. **Después de Lévi-Strauss.** Por uma antropologia de escala humana. Una conversación con Bertrand Richard/Alban Bensa, Trad. Liliana Padilha Villagómez. México: Fondo de Cultura Económica, Colec. Umbrales, (2010) 2015.

BENTES, Antônio José; SANTOS, Iza Maria. **Índios Kulina.** Coleção de dados. Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Tefé (AM), 1985a.

_____. **Projeto povo Kulina.** Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Tefé (AM), 1985b.

_____. **Relatório de atividades janeiro a julho de 1989.** Aldeia Juruapuca. Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Tefé (AM), 1989a.

_____. **Projeto Brasil 218. Projeto de Continuidade junto ao Povo Kulina para o triênio de 1990, 1991, e 1992 –** Prelazia de Tefé – Amazonas-Brasil, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Tefé (AM), 1989b.

_____. **Relatório de educação junto aos Kulina na região do Baixo Juruá,** município de Caetaú, aldeia Vila Nova- Juruapuca (igarapé Grande). Período: 1986 a 1989. Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Tefé (AM), 1990a.

_____. **Relatório de atividades.** Período: dezembro de 1989. Aldeia Juruapuca (Vila Nova). Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Tefé (AM), 1990b.

BENTES, Antônio José; SANTOS, Iza Maria; COELHO, Raimundo Guimarães; MARQUES, Eliosa Assis; BEHENCK, Agueda. Relatório de todas as atividades do Projeto Kulina Brasil 218. Referentes ao primeiro semestre de 1990. Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Tefé (AM), 1990.

BONILLA, Oiara. "O bom patrão e o inimigo voraz: predação e comércio na economia paumari". **Mana**. Estudos de Antropologia Social, n. 11(1): 41-46. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2005a.

_____. Cosmologia e organização social dos Paumari do médio Purus (Amazonas). In: **Revista de Estudos e Pesquisas,** v. 2 (1): 7-60. Brasília: FUNAI, 2005b.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1998

CABRAL DE OLIVEIRA, Joana. Mundos de roças e florestas. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 115-131, jan./abr. 2016.

CERQUEIRA, Felipe Agostini. **Os Mundos, os Corpos e os Objetos: o xamanismo como troca entre madihas e outros seres.** Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CHANDLESS, William. "Ascent of the river Purús". **The Journal of the Royal Geographical Society**, Londres, XXXVI. pp. 86-118. 1866.

_____. "Extract of a Letter frons Mr. W. Chandless Gold Medallist R.G.S., Now exploring e Tributaries of the Amazons**". Royal Geographical Society of London (with the Institute of British Geographers)**, Vol. 12, No. 5, pp. 339-340. 1868.

_____. 1869. "Notes of a journey up the river Juruá". **The Journal of the Royal Geographical Society**, Londres, XXXIX. pp. 296-311. 1869.

CHAUVIN, Carlos Eugenio. **Carta ao Ministro João Alberto**. Inspetoria do Serviço de Proteção aos Indios do Estado do Amazonas e território do Acre, Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1940.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/666_Sede-da-Inspetoria/Caixa 54/Planilha 380(1)
Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&pagfis=4184
Acesso em: 15/10/2020

CIMI – Conselho Indigenista Missionário CIMI-Tefé. **Levantamento de Saúde do Povo Kulina.** Região Rio Juruá-Amazonas. Fonte Boa-AM. 1990.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário CIMI-Tefé e Caritas-Tefé. **Terras indígenas e os desafios da demarcação – estudo de caso Kanamari e Kulina.** Carauari-AM, 2019.

COSTA, Luiz Antônio. **As Faces do Jaguar. Parentesco, história e mitologia entre os Kanamari da Amazônia Ocidental.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá.** Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

_____, **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009

DERRIDA, Jacques. **Da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

ERTHAL, Regina. O suicídio Tikuna no Alto Solimões: uma expressão de conflitos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 17 (2): 299-311, 2001.

FAULHABER, Priscila. **Relatório de Identificação e Delimitação da A. I. Cumaru** (Kulina/Madija). Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Brasília, 1994.

FAUSTO, Carlos. 2002. "Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia". **Mana**. Estudos de Antropologia Social, n. 8(2): 7-44. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ.

_____ 2008. "Donos demais: Maestria e Domínio na Amazônia". **Mana**. Estudos de Antropologia Social, n. 14(2): 329-366. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ.

FLORIDO, Marcelo. **Os Deni do Cuniuá**: Um estudo do parentesco. São Paulo, Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo. 2013.

GHIGGI JUNIOR, Ari; LANGDON Esther Jean. Reflexões sobre estratégias de intervenção a partir do processo de alcoolização e das práticas de autoatenção entre os índios Kaingang, Santa Catarina, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30(6): 1-10. 2014.

GONÇALVES, Marco, A. O valor da afinidade: Parentesco e casamento entre os Pirahã. **Revista de Antropologia,** São Paulo, USP, 1997, V. 40 nº 1.

GORDON, Flávio. **Os Kulina do Sudoeste Amazônico**: história e socialidade. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ. 2006.

JACINTHO, Jean Pinheiro; GIL, Pamela Alves. **Projeto de Continuidade junto ao povo Deni do rio Xeruã**. Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Tefé (AM), 1992.

INEI – Instituto Nacional de Estadística e Informática (Peru). **Censos Nacionales**, 2007. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos Acesso em: 10/09/2020

KROEMER, Günter. 1994. **Kunahã Made**, o povo do veneno, sociedade e cultura do povo Zuruahá. Belém: Edições Mensageiro. 1994.

KOOP, Gordon; LINGENFELTER, Sherwood. **Os Deni do Brasil Ocidental**. Um Estudo de Organização Sócio-Política e Desenvolvimento Comunitário. Dallas, Texas: Museu Internacional de Culturas. 1983.

LORRAIN, Claire. **Making Ancestors.** The symbolism, economics and politics of gender among the Kulina of Southwest Amazonia (Brazil). Tese (Doutorado em Antropologia Social). Cambridge: University of Cambridge. 1994.

MACIEL, Niviane; GURGEL, Otávio. **A ação da Petrobrás na Terra Indígena Cumaru do lago Ualá**. Diagnóstico Socioambiental. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). 1996.

MAIZZA, Fabiana. **Cosmografia de um mundo perigoso**. Espaço e relações de afinidade entre os Jarawara da Amazônia. São Paulo: Nankin Editorial/Edusp. 2012.

MARCUS, George. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, v. 11 (22): Págs. 111-127. 2001.

MELATTI, J. C. **Áreas Etnográficas da América Indígena**. Capítulo G1: Juruá-Purus. Brasília-DF: DAN-ICS-UnB. Retocado em 2016. Disponível em: http://www.juliomelatti.pro.br/areas/g1jurpur.pdf Acesso em: 14/ 09/ 2020

MÉTRAUX, Alfred. 1948. "Tribes of the Juruá-Purus basins". In: Julian Steward (ed.). **Handbook of South American Indians**, vol. 3. Washington D. C.: Smithsonian Institution/Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. pp. 657-686, 1948.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Recomendação Legal nº 09/2022** (27/05/2022) Conjunta - 5º Ofício/PR/AM e PR/AC.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria Nº 2.759**, 25 de outubro de 2007. Estabelece diretrizes gerais para a política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas e cria o Comitê Gestor. 2007.

_____. **Material Orientador para Prevenção do Suicídio em Povos Indígenas.** Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Coordenação Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena. Área técnica de Saúde Mental e Medicinas Tradicionais CGAPSI/DASI/SESAI. Brasília-DF. 2015.

MONTEIRO, Rosa. 1999. "Vamos acabar nosso trabalho!": a demarcação da área indígena Kulina do Médio Juruá". In: KASBURG, Camila; GRAMKOW, Maria (Orgs.). **Demarcando terras indígenas; experiências e desafios de um projeto de parceria**, p. 155-165. Brasília: FUNAI; PPTAL; GTZ.

MOUTINHO, Pedro. **Laudo técnico** Nº 09/2017. São Paulo/Manaus: Ministério Público Federal, Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise. 2017

NILSSON, Maurice. **Relatório preliminar de Estudos Cartográficos da ocupação Kulina Madijá do Rio Ueré, Carauari, Amazonas.** Brasília: FINATEC, 2020.

_____. **Relatório Cartográfico. Estudos e levantamentos cartográficos na identificação e delimitação da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré**, Florianópolis: FINATEC, 2022.

OPAN – Operação Amazônia Nativa. **Território Kulina do Ueré.** Manaus- AM. 2p., 2019.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1978. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. **Encontros com a Civilização Brasileira.** v. 11, p. 101-147. 1978.

_____. Uma etnologia dos "índios misturados": situação colonial, territorialização e fluxos culturais". **Mana: Estudos de Antropologia Social** 4 (1): 47-77. 1998

_____. Ação indigenista e utopia milenarista. As múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida R. (Orgs.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-amazônico**, p. 277-309. São Paulo: Editora UNESP. 2002.

_____. **Ementa da disciplina Antropologia do Território.** PPGAS-UFAM. 2012.

_____. **Nascimento do Brasil e outros ensaios**: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2016.

PEZZUTI, Juarez; CHAVES, Rodrigo P. Etnografia e manejo de recursos naturais pelos índios Deni, Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, vol. 39(1): 121 – 138. 2009.

POLLOCK, Donald. **Personhood and Illness among the Culina of Western Brazil.** PhD Thesis. New York: The University of Rochester. 1985.

PY-DANIEL, Victor. **Um contraste de sentimento.** A Uni-Diversidade nos nativos amazônicos. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais. 2008.

RAMALHO, Ana Luiza. **Relatório Ambiental da Terra Indigena Kulina do Rio Ueré**. Carauari: FINATEC. 2022.

RANGEL, Lúcia. **Os Jamamadi e as armadilhas do tempo histórico**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. 1994.

RIVET, P.; C. TASTEVIN. "Les tribus indiennes des basins du Purus et des regions limitrophes". **La Geographie** 35: 449-482. 1921.

RIVET, P.; C. TASTEVIN. "Les langues Arawak du Purus et du Jurua". **Journal de la Societé des Américanistes de Paris** 30: 71-114. 1938.

SIASI-SESAI – 2014. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos Acesso em: 10/09/2020

SCHIEL, Juliana. **Tronco velho: histórias Apurinã**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2004.

SILVA, Abel; MONSERRAT, Ruth. **Dicionário Kulina-Português e Português-Kulina** (Dialeto do Igarapé do Anjo). Rio Branco: CIMI-Acre. 1984.

SILVA, Alfredo. **Posto Indígena do Riosinho do Penêdo 14 de novembro de 1928.** Ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e território do Acre. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1928.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/006_Barbosa-Rodrigues/Caixa 52/Planilha 362(1)
Disponível em:

http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&pagfis=1031
Acesso em: 15/10/2020

_____. **Posto Indígena do Rio Gregório 15 de Dezembro de 1929**. Ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e território do Acre. Oficio nº 24. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1929.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/006_Barbosa-Rodrigues/Caixa 52/Planilha 361(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=Planilha%20362&pagfis=977
Acesso em: 15/10/2020

_____. **Posto Indígena do Rio Gregório 20 de janeiro de 1930**. Ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Acre. Oficio nº 01. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1930.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/006_Barbosa-Rodrigues/Caixa 52/Planilha 361(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=Planilha%20362&pagfis=977
Acesso em: 15/10/2020

_____. **Posto Indígena do Rio Gregório 16 de julho de 1930**. Ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Acre. Oficio nº 17. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1930.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/006_Barbosa-Rodrigues/Caixa 52/Planilha 361(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=Planilha%20362&pagfis=977
Acesso em: 15/10/2020

_____. **Posto Indígena do Rio Gregório 28 de julho de 1930**. Ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Acre. Oficio nº 18. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1930.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/006_Barbosa-Rodrigues/Caixa 52/Planilha 361(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=Planilha%20362&pagfis=977
Acesso em: 15/10/2020

_____. **Posto Indígena do Rio Gregório 30 de agosto de 1930**. Ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Acre. Oficio nº 22. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1930.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/006_Barbosa-Rodrigues/Caixa 52/Planilha 361(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=Planilha%20362&pagfis=977
Acesso em: 15/10/2020

_____. **Posto Indígena do Rio Gregório 15 de setembro de 1930**. Ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Acre. Oficio nº 26. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1930.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/006_Barbosa-Rodrigues/Caixa 52/Planilha 361(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=Planilha%20362&pagfis=977
Acesso em: 15/10/2020

_____. **Relatório**. Ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Acre. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1930.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/006_Barbosa-Rodrigues/Caixa 52/Planilha 361(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=Planilha%20362&pagfis=977
Acesso em: 15/10/2020

SILVA, Dagoberto. **Relatório da excursão ao Alto Juruá**. Inspetoria do Serviço de Proteção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionais no Amazonas e Território do Acre. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1912.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/666_Sede-da-Inspetoria/Caixa 54/Planilha 380(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=Planilha%20362&pagfis=4184
Acesso em: 15/10/2020

SILVA, Domingos. **Música e Pessoalidade**: por uma antropologia da música entre os Kulina do Alto Purus. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. 1997.

SOARES, Rosiclei; MOCHIIZAWA, Hidenori. **O Povo Kulina** Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Manaus, 1997.

SOUZA, Maximiliano; FERREIRA, Luciane. *Jurupari* se suicidou?: Notas para investigação do suicídio no contexto indígena. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.3, pp.1064-1076. 2014.

SOUSA, Torquato Faria, **Relatório apresentado pelo auxiliar Torquato Faria e Sousa** ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Acre. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1928.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/006_Barbosa-Rodrigues/Caixa 52/Planilha 362(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&pagfis=1031
Acesso em: 15/10/2020

SOUSA, Julio. **Carta ao Diretor da Inspetoria dos Índios no Amazonas.** "Xibauá" 22 de março de 1941. (Registro arquivo nº 128). Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1941.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/666_Sede-da-Inspetoria/Caixa 54/Planilha 380(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=Planilha%20362&pagfis=4184
Acesso em: 15/10/2020

SOUZA, João Chysóstamo de. **Carta ao inspetor Sr. Bento M. Pereira de Lemos**, chefe da Inspetoria do Amazonas e Acre. Manaus: Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). 1919.
Site: Museu do Índio - Acervo Arquivístico
Acervo SPI/Inspetoria Regional-1_IR1/666_Sede-da-Inspetoria/Caixa 55/Planilha 383(1)
Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=Planilha%20362&pagfis=4486
Acesso em: 15/10/2020

TASTEVIN, Constant. Mapa "Divisões Ecclesiasticas do Amazonas". **Carte ecclesiastique**. Tefé-AM: Arquivo da Prelazia de Tefé. s/d.

_____."Le Fleuve Juruá". **La Geographie** XXXIII nº 02, Janvier (Amazonnie 1-22 et 131-148). 1920.

_____. "Les études ethnographiques et linguistiques du P . Tastevin en Amazonie". **Journal de la Société des Américanistes de Paris**, Volume 16, Número 1; p. 421 – 425. 1924.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem.** Um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Editora Paz e Terra. (1987) 1993.

TISS, Frank. **Gramática da língua madiha** (Kulina). Eirunepé: COMIN. 2004.

TISS, Christiane. Tuberculose e/ou Thothoho. Conceitos madiha-kulina sobre tuberculose. Tuberculosis and/or Thothoho. Madiha-Culina concepts about tuberculosis. **Tellus**, Ano 9, n. 16, p. 149-180. Campo Grande. 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Os Kulina do Alto Purus, Acre**. Relatório de viagem realizada em janeiro-fevereiro de 1978. Brasília: Fundação Nacional do Índio (FUNAI). 1978.

Processos pesquisados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI-FUNAI

1. **Tipo: Identificação e Delimitação de Terras Indígenas. Processo nº 08620.013417/2018-84 SEI nº 1059104**. Data de geração: 05/09/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023
2. **Tipo: Direitos Indígenas. Processo nº 00428.0000322016-60**. Data de geração: 20/01/2016. Interessados: União Federal. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023
3. **Tipo: Reivindicação Fundiária: Terras Indígenas. Processo: 08620.012095/2018-56**. Data de geração: 08/08/2018. Interessados: Povo Indígena Madija Kulina. Acesso permitido de 12 a 25 de maio de 2023

Anexos

1. Fotografias



Foto nº 1: porto da família do Dioni (Genoveva Amorim)


Foto nº 2: chegada a aldeia Matatibem (Genoveva Amorim)



Foto nº 3: aldeia Matatibem (Genoveva Amorim)


Foto nº 4: aldeia Matatibem (Genoveva Amorim)



Foto nº 5: aldeia Matatibem (Genoveva Amorim)


Foto nº 6: Sihua, Tonani, Issihui e Cohuassiro (filhos da Idirani e da Ara-esquerda para direita) (Genoveva Amorim)



Foto nº 7: o *dsoppineje*-pajé Majoro Moacy (Genoveva Amorim)


Foto nº 8: Issihui, sua filha Assico e os netos, Samoja e Lucas (sentido esquerda para direita) (Genoveva Amorim)



Foto nº 9: Camano-Salim, segundo tuxaua (Genoveva Amorim)



Foto nº 10: Siteri, Paroja e Mahuani (neta da Paroja; sentido esquerda para direita) (Genoveva Amorim)



Foto nº 11: Maria Miranda limpando matrinxãs (Genoveva Amorim)



Foto nº 12: a anciã Deque (Genoveva Amorim)



Foto nº 13: Ridoma confeccionando paneiro e cuidando do mutum de estimação (Genoveva Amorim)



Foto nº 14: urucum no quintal da Suzana (Genoveva Amorim)



Foto nº 15: Cossaro, pajé *marinahua*, liderança e professor - mapeamento das cabeceiras do igarapé do Café (Genoveva Amorim)



Foto nº 16: palha caranai, varadouro do igarapé do Café (Genoveva Amorim)



Foto nº 17: árvore serrada por não indígena e abandonada no varadouro do Igarapé do Café (Genoveva Amorim)


Foto nº 18: terreiro-campo-cemitério da aldeia Matatibem (Genoveva Amorim)



Foto nº 19: cemitério-quintal da aldeia Matatibem (Genoveva Amorim)



Foto nº 20: cemitério roçado Aldeia Velha-Maria Dsohe (Genoveva Amorim)



Foto nº 21: Restinga da Seringueira – Restinga do *Rami* (Genoveva Amorim)



Foto nº 22: roçado do Tone e Neca (Genoveva Amorim)



Foto nº 23: roçado do Cossaro e Ridoma (Genoveva Amorim)



Foto nº 24: roçado do Dioni e Conceição (Genoveva Amorim)



Foto nº 25: casa de apoio no roçado do Dioni e Conceição (Genoveva Amorim)


Foto nº 26: casa de farinha do Dioni e Conceição (Genoveva Amorim)



Foto nº 27: cobertura casa de farinha do Dioni e Conceição-palha caranai (Genoveva Amorim)



Foto nº 28: roçado do Iba (Genoveva Amorim)



Foto nº 29: árvore de cupuaçu na capoeira velha do Ado (Genoveva Amorim):



Foto nº 30: Coleta de açaí feita por Iba (Genoveva Amorim)



Foto nº 31: Siho e seu neto Aquido coletando cipó titica no Alto Ueré (Genoveva Amorim)


Foto nº 32: acampamento na expedição no Alto Ueré (Genoveva Amorim)



Foto nº 33: Siho contando histórias no acampamento no Alto Ueré (Genoveva Amorim)



Foto nº 34: Pupeca de matrinxã, Alto Ueré (Genoveva Amorim)



Foto nº 35: matrinxã assado na pupeca com palha caranai (Genoveva Amoorim)



Foto nº 36: Comunidade não indígena Formosa (Genoveva Amorim)



Foto nº 37: casa do não indígena Raimundo Caipora (Genoveva Amorim)



Foto nº 38: casa do não indígena Raimundo Antônio (Genoveva Amorim)



Foto nº 39: Reunião de apresentação da equipe e planejamento das atividades (Ana Luiza Ramalho)



Foto nº 40: Reunião de apresentação da equipe e planejamento das atividades (Ana Luiza Ramalho)



Foto nº 41: Cara, Graça, Quirija e Neide participando Oficina de levantamento junto ao povo Madija Kulina da região do rio Ueré, (sentido esquerda para direita) (Genoveva Amorim)


Foto nº 42: Oficina de levantamento junto ao povo Madija Kulina da região do rio Ueré (Genoveva Amorim)



Foto nº 43: Rodsa participando da Oficina de levantamento junto ao povo Madija Kulina da região do rio Ueré (Genoveva Amorim)



Foto nº 44: Genoveva e Cara. Oficina de levantamento junto ao povo Madija Kulina da região do rio Ueré (Ana Luiza Ramalho)



Foto nº 45: Reunião na casa do Iba (Genoveva Amorim)



Foto nº 46: Reunião para fechar acordos sobre a proposta de delimitação da terra tradicional a ser demarcada (Ana Luiza Ramalho)



Foto nº 47: Reunião para fechar acordos sobre a proposta de delimitação da terra tradicional a ser demarcada (Ana Luiza Ramalho)


Foto nº 48: Reunião para fechar acordos sobre a proposta de delimitação da terra tradicional a ser demarcada (Ana Luiza Ramalho)



Foto nº 49: casa da Sama e da Jabono, Bairro da Ponte-Carauari-AM (sentido esquerda para direita) (Genoveva Amorim)



Foto nº 50: a antropóloga Genoveva Amorim, a liderança Camano-Salim e os alunos. Participação nas atividades no dia do Meio Ambiente (professor Cleudinaldo de Lima)

2. Glossário

A

Abaridsa – urubu

Ahuabono – pedra de feitiço que possui efeito contraceptivo

Ainade – não humanos queixadas que habitam o patamar subterrâneo e comem *tabari* (uma das almas) dos Kulina mortos

Ajie – ritual; festa; dança; canto

Amohua – nome da antropóloga em Kulina

Anopi – garça; denominação de subgrupo Kulina

B

Bacco – peito

Bare – banana-comprida ou pacovan

Bebe – feitiço das folhas que possuem cheiro ruim

Bicatahui – bom; bonito; saudável (masculino)

Biro – tucano araçari; nome de subgrupo Kulina

Bodi – dentro

Bono – fruto

Botenani – quase maduro

C

Canorara – variedade de banana cultivada pelos Kulina antes do contato (não identificada pela pesquisadora)

Capaidso – mamão

Carihua – não indígenas: ribeirinhos, moradores das cidades, agentes do Estado e indigenistas

Carihuacca – coisas de não indígenas; algo que pertence aos não indígenas

Comade – doer; adoecer; embriagar; alucinar; extasiar; conhecer

Comani – dor de feitiço

Coma – doente

Comahe – doença

Comane / **comanihua** – estado alterado de consciência causado pelo *rami*, rapé, cachaça, orgasmo e sono

Comahi – triste

Comarini – feitiço que atinge o suicida (ou todo tipo de feitiço que provoca morte repentina)

Corobo – peixe jeju; denominação de subgrupo Kulina

D

Dori – pedra de feitiço; feitiço (atinge as crianças maiores e os adultos)

Dsaho – pessoa com deficiência física ou intelectual

Dsahuida – pupunha (palmeira, fruto)

Dsahuida ppajani – caiçuma de pupunha

Dsama – mata; floresta; terra tradicional

Dsamacoma – doença externa

Dsarahua – claro; esbranquiçado

Dsohuiji – macaco-prego; denominação de subgrupo Kulina

Dsomaji – onça; denominação de subgrupo Kulina

Dsoppineje – pajé; xamã (relacionado ao ritual do *tocorime* e ao feitiço das pedras)

E

Eppetoccahi – feitiço que atinge os bebês

Ero – barata

Ette – cachorro; nome de subgrupo Kulina

H

Huaditahui – aquele que não gosta dos Kulina

Huaja – arara

Huima dori – fofoca (ou tradução literal: *huima*=história; *dori*=feitiço)

Huasiro – peixe piau

I

Issini – variedade de banana cultivadas pelos Kulina antes do contato (não identificada pela pesquisadora)

J

Jadsire – briga

Jahua – patauá (palmeira, fruto); nome de subgrupo Kulina

Jarissi – batata-doce; nome de subgrupo Kulina

Jidsama – queixada

Jirahui – ruim (masculino)

Jomo – macaco-preto; nome de subgrupo Kulina

M

Maccape – sucuri; cobras que vivem na água

Madija – autodenominação dos Kulina; termo que acompanha nome dos subgrupos

Madijadeni – pessoas; pessoal

Maji – sol; ser não humano que habita o patamar superior e devora *tabari* (uma das almas) dos Kulina

Manaco – troca positiva ou negativa

Maro mequene – larva de buriti

Marinahua – pajé; xamã; relacionado ao ritual do *rami* e ao feitiço das folhas

Mittade – pedir ou comprar (relação que pode incluir o *manaco*); ouvir; escutar

N

Nacota – lagarta; larva de buriti

Nami bodi – patamar subterrâneo

Nara – palmeira-jaci; nome de subgrupo Kulina

Neppe – ovo

Noma – pedra de feitiço (ou feitiço) que possui a capacidade de amolecer e assim permitir a interação do pajé com outros seres e mundos/patamares cósmicos; também a pedra de feitiço usada na formação de pajés iniciantes

Nocco – olho

O

Ossara – variedade de banana cultivada pelos Kulina adquirida pós-contato

P

Ppanade – plantar; sepultar

Poho ppejene – caiçuma de macaxeira

Q

Quira – herói criador

Quiriro – variedade de cana-de açúcar cultivada pelos Kulina antes do contato

R

Rami – ritual; ser extra-humano; arbusto *psychotria viridis*

Ramino – companheiro do pajé (*marinahua*) no ritual do *rami*

Rihua rihua – feitiço que atinge os bebês

S

Ssabira – ariranha; nome de subgrupo Kulina

Seneniji – dançando

Sibore – tracajá

T

Tabari – almas; espíritos de uma pessoa; imagem refletida na água; sombra

Tamaco – herói criador

Tamine – liderança tradicional; pode ser traduzida também como tuxaua ou cacique.

Tedseme – cocar

Tocodso – jacaré-açu; nome de subgrupo Kulina

Tocorime – ritual; ser extra-humano; imagem; sombra

Tohuairo – pássaro inhambu; nome do *tocorime* que mora no *nami bodi* (patamar subterrâneo)

3. Censo da população da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré – junho – 2022

	Casa	Nome na certidão de nascimento	Nome em Kulina	Nome da mãe	Nome do pai	Sexo		Data de nascimento
						F	M	
1	1	Ppihui Wanderson Kulina	Ppihui	Birico Lorrana Kulina	Anoma Duardo Kulina		X	06/01/2001
2		Raquel Feitosa	Não indígena	Nelci Feitosa		X		12/06/2001
3		Raquely Feitosa Kulina		Raquel Feitosa	Ppihui Wanderson Kulina	X		12/04/2016
4		Emily Feitosa Kulina		Raquel Feitosa	Ppihui Wanderson Kulina	X		23/10/2019
5	2	Nelson Eduardo Kulina		Birico Lorrana Kulina	Anoma Duardo Kulina		X	01/05/1997
6		Izaque Souza Kulina		Kaciane de Souza	Nelson Eduardo Kulina		X	12/11/2014
7		Cieni Kulina		Kaciane de Souza	Nelson Eduardo Kulina	X		17/10/2016
8		Rafaela Kulina		Kaciane de Souza	Nelson Eduardo Kulina	X		03/12/2018
9	3	Zeneide Kulina	Dsihuini	Kudisa Rita Kulina	Akura Edmundo Kulina	X		01/03/1942
10		Marieta da Silva e Silva	Nita	Zeneide Kulina		X		08/04/1981
11		Roainu Kulina	Johuaino	Marieta da Silva e Silva			X	08/01/2007
12		Rosa Madija Kulina	Esposa Johuaino	Aquiridso Madija Kulina	Cassireni Madija Kulina	X		Adulto
13		Matheus da Silva Kulina	Omada	Marieta da Silva e Silva			X	14/12/2014
14		Lucivane Kulina	Mito	Marieta da Silva e Silva		X		16/01/2012
15	4	Anona Duardo Kulina	Anona	Zeneide Kulina	Adolfo Samuel dos Santos		X	07/08/1978
16		Birico Lorrana Kulina	Birico	Maria Kulina Silva	Pedro Kulina	X		07/09/1980
17		Lirro Elcio Kulina	Rijo	Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina		X	07/11/2002

18		Dsero Maria Kulina	Dsero	Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina	X		06/05/2006
19		Zihuini Marcela Kulina	Dsihuini	Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina	X		06/05/2006
20		Raiane Kulina	Bique	Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina	X		11/10/2010
21		Genilson Daura Kulina	Dahora	Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina		X	29/05/2012
22		Amuma Katarina Kulina	Amoma	Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina	X		12/01/2014
23		Raissa Kulina	Raidsa	Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina	X		17/11/2015
24		Lorrane Kulina		Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina	X		07/01/2018
25	5	Salim Kamanum Kulina	Camano	Maria Ferreira de Lima	Adolfo Samuel dos Santos		X	11/07/1967
26		Issihui Madija Kulina	Issihui	Inu Madija Kulina	Darahui Madija Kulina	X		15/09/1969
27		Francisca Jaqueline Batista de Lima	Siquina	Maria Helena Soares Batista	Salim Kamanum Kulina	X		18/11/1994
28		Darahui Kulina	Darahui	Iriqui Lucia Kulina	Augustinho Culina		X	29/01/1996
29		Edvania Asseco Kulina	Assico	Issihui Madija Kulina	Samoja Madija Kulina	X		02/03/1997
30		Rino Cleinaldo Kulina	Rijo	Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina		X	04/09/2003
31		Samoja Kulina	Samoja	Edvania Asseco Kulina	Rino Cleinaldo Kulina		X	1 ano
32		Lucas Kulina		Edvania Asseco Kulina	Rino Cleinaldo Kulina		X	26/09/2016
33	6	Fernanda Anamã Kulina	Anama	Maria Helena Soares Batista	Salim Kamanum Kulina	X		01/01/1992
34		Evelim		Fernanda Anamã Kulina		X		09 anos
35		Tainá		Fernanda Anamã Kulina		X		07 anos
36		Antonia Sebastiana		Fernanda Anamã Kulina				05 anos
37		Sebastiao		Fernanda Anamã Kulina				03 anos
38		Marcelo-Sirico	Sirico	Fernanda Anamã Kulina				05 meses
39		Maria Helena Soares Batista	não indígena			X		adulta
40	7	Edson Kulina	Edi	Maria Ferreira de Lima	Adolfo Samuel dos Santos		X	Adulto
41		Zaqueu			Edson Kulina		X	Rapaz
42	8	Ranoa Goiano Kulina	Janoha	Oneide Kina Kulina/ Siho	Rupi Culina		X	07/09/1988

43		Jocilene dos Santos Lima	Quirija	Maria de Nazaré Kulina	Cara Kulina	X		23/03/1982
44		Sandro Lima		Jocilene dos Santos Lima				18/08/2001
45	9	Cara Kulina		Maria Ferreira de Lima	Adolfo Samuel dos Santos		X	02/01/1957
46		Maria de Nazaré Kulina	Paroja	Maria Kulina	Luiz Kulina	X		01/01/1939
47		José Paulo dos Santos Kulina	Ado	Maria de Nazaré Kulina	Cara Kulina		X	27/11/1991
48		Maria Isis Kulina	Mahuani	mãe não indígena	José Paulo dos Santos Kulina	X		uns tres anos
49		Carrima Camila Kulina	Cajima	Alcilene dos Santos Lima/ Sinoca			X	05/08/2008
50		Baqui Henrique Kulina	Baqui	Alcilene dos Santos Lima/ Sinoca	José Lima da Silva		X	09/05/2011
51		Roroia Lindalva Kulina	Rojohia	Maria Raimunda dos Santos Kulina	Baki Madija Kulina	X		12/08/1998
52		Gabriel	não indígena				X	Adulto
53		Gael Kulina		Roroia Lindalva Kulina	Gabriel			01 ano
54	10	Baki Madija Kulina	Baqui	Bijo Madija Kulina	Moacir Kulina		X	07/04/1983
55		Maria Raimunda dos Santos Kulina	Maria Dsohe	Maria de Nazaré Kulina	Cara Kulina	X		23/08/1981
56		Antonio Sahá Lima Kulina	Saja	Maria Raimunda dos Santos Kulina	Baki Madija Kulina		X	02/05/2003
57		Zuileide	não indígena				X	Adulta
58		Suzi Kulina		Maria Raimunda dos Santos Kulina	Baki Madija Kulina	X		02/02/2006
59		Senaha Natalício Lima Kulina	Senaja	Maria Raimunda dos Santos Kulina	Baki Madija Kulina		X	29/11/2008
60		Kuaman Gisele Lima Kulina	Cohuama	Maria Raimunda dos Santos Kulina	Baki Madija Kulina	X		15/03/2015
61		Vitoria Kulina	Ada	Maria Raimunda dos Santos Kulina	Baki Madija Kulina	X		12/04/2020
62	11	Huanasaro Kulina	Huanasaro	Sedsa Kulina			X	Adulto

63		Bidada Rosenilda Kulina	Bidada	Socorro Maiha Kulina	Moacy Mahurum Kulina	X		26/07/1998
64	12	Socorro Maiha Kulina	Mahuija	Maria de Nazaré Kulina	Cara Kulina	X		01/01/1975
65		Sebastião Mayuruna		Maria Mayuruna	Mani-Mani Mayuruna		X	05/06/1978
66		Parurrá Francilene Kulina	Paroja	Socorro Maiha Kulina	Moacy Mahurum Kulina	X		20/02/2001
67		Samuel dos Santos Kulina	marido Paroja	Oneide Kina Kulina/ Siú	Rupi Culina		X	15/03/2005
68		Bibidá Francineide Kulina	Bidada	Socorro Maiha Kulina	Moacy Mahurum Kulina	X		03/12/2002
69		Rocida Ciene Kulina	Josida	Socorro Maiha Kulina	Moacy Mahurum Kulina	X		10/02/2005
70		Dedsu (irmão da Rassica)	marido da Josida	Maria Kulina	Joaquim Tomai Kulina	X		Adulto
71		Jamiel Kulina		Rocida Ciene Kulina	Dedsu Kulina			Criança
72		Marrodé Moabi Kulina	Majode	Socorro Maiha Kulina	Moacy Mahurum Kulina		X	16/07/2007
73		Maria Ireni Kulina		Socorro Maiha Kulina	Moacy Mahurum Kulina	X		03/08/2010
74	13	Bazirani Cristiane Kulina	Badsirani	Socorro Maiha Kulina	Moacy Mahurum Kulina	X		10/11/1995
75		Sebastião Feitosa	não indígena	Antonia Nelci Feitosa	Raimundo Gomes Cardoso		X	21/01/1987
76		Uara Leonardo Feitosa Kulina	Huara	Bazirani Cristiane Kulina	Sebastião Feitosa		X	26/09/2013
77		Mappi Kulina	Mappi	Bazirani Cristiane Kulina	Sebastião Feitosa		X	31/01/2018
78		Namari Ezequias Gomes Kulina	Namari	Bazirani Cristiane Kulina	Sebastião Feitosa		X	03 meses
79		Moacy Mahurum Kulina	Majoro	Amélia Kulina	Jose Kulina		X	05/03/1962
80	14	Alcilene dos Santos Lima	Sinoca	Maria de Nazaré Kulina	Cara Kulina	X		04/05/1989
81		Raimundo Kulina		Oneide Kina Kulina/ Siho	Rupi Culina		X	08/02/1990
82		Mauricio Pihua Kulina	Pihua	Alcilene dos Santos Lima/ Sinoca	Raimundo Kulina		X	12/04/2014
83		Camano Cláudio Kulina	Camano	Alcilene dos Santos Lima	Rossama Kulina		X	08/08/2004
84		Mahuadsi Kulina	Mahuadsi	Diana Kulina		X		
85		Cara Kulina	Cara	Camano Kulina	Mahuadsi Kulina		X	Dois meses
86	15	Adriana Ferreira de Lima		Iraci Ferreira de Lima		X		17/05/1985

87		Aroldo Justino Sales	não indígena	Maria Justina da Silva	Antônio Sales Mourão		X	22/06/1979
88		Emilly Valentina Kulina		Adriana Ferreira de Lima	Aroldo Justino Sales	X		26/04/2018
89		José Erison Lima de Lima		Adriana Ferreira de Lima	Cleocimar São Bento Lima		X	05/05/2003
90		Cleocione Lima de Lima	Issomi	Adriana Ferreira de Lima	Cleocimar São Bento Lima		X	28/10/2005
91		Francimar Lima de Lima	Nonahi	Adriana Ferreira de Lima	Cleocimar São Bento Lima		X	13/12/2006
92		Rerrani Kulina	Rejani	Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina		X	14/02/2009
93		Iraci Ferreira de Lima		Maria Ferreira de Lima	Adolfo Samuel dos Santos	X		05/07/1952
94		Luiz Henrique Freitas de Lima Kulina		não indígena	José Erison Lima de Lima		X	Um ano e sete meses
95	16	Sedsa Kulina	Sedsa	Iraci Mazia Kulina	Salvador Shauahi Kulina	X		Adulto
96		Coni Kanamari	Coni				X	Adulto
97		Vanessa Kanamari			Coni Kanamari	X		Moça
98		Marioso Kulina	neto Sedsa	Casai Kulina			X	Criança
99	17	Bororriano Davi Kulina	Boro	Maria Helena Soares Batista	Salim Kamanum Kulina	X		28/08/1998
100		Luana	não indígena				X	Adulto
101		Filho da Luana	não indígena	Luana		X		
102	18	Iba Kulina	Iba	Marahua Kulina	Mao Kulina		X	05/08/1981
103		Maria das Graças Kulina		Madalena Kulina	José Kulina Bezerra/ Caido	X		10/06/1983
104		Kai José Kulina	Cahi	Maria das Graças Kulina	Iba Kulina		X	05/01/2005
105		Rosineia Kulina	Jodsineia	Assarina Madija Kulina	Jodsino Madija Kulina	X		Adulto
106		Limana João Kulina	Jimana	Maria das Graças Kulina	Iba Kulina		X	01/01/2008
107		Ahie Gabriel Kulina	Ajie	Maria das Graças Kulina	Iba Kulina		X	12/05/2010
108		Damim Daniel Kulina	Dami	Maria das Graças Kulina	Iba Kulina		X	14/01/2012
109		Norrima Daniele Kulina	Nojima	Maria das Graças Kulina	Iba Kulina	X		06/02/2015

110		Siquima Rafael Kulina	Siquima	Maria das Graças Kulina	Iba Kulina	X		21/03/2017
111	19	Neka Rosa Kulina	Neca	Maria das Graças Kulina	Iba Kulina	X		27/12/2000
112		Alessandro	não indígena				X	Adulto
113		Kaido Francisco Kulina Gomes	Caido	Neka Rosa Kulina	Lucivaldo Feitosa Gomes		X	14/08/2013
114		Iba Noelson Kulina	Iba	Neka Rosa Kulina	Alessandro		X	02/04/2018
115		Neri Ruth Kulina	Neri	Neka Rosa Kulina	Alessandro	X		13/06/2020
116	20	Manohve Kulina	Manoelzinho	Huezarri Kulina	Korime Kulina		X	08/09/1944
117		Ssapo Kulina	Ssapo	Ssinoca Kulina	Manohve Kulina	X		10/03/1986
118		Marina Kulina	Mahuija	Ssapo Kulina	Aroldo Aro Kulina	X		20/03/2008
119		Nair Kulina		Ssapo Kulina	Aroldo Aro Kulina	X		03 anos
120	21	Francione Ferreira Gondim	não indígena	Maria Ferreira Gondim	Francisco das Chagas Gondim		X	24/09/1991
121		Elizabete Kulina		Ridoma Kulina	Pedro José Francisco da Silva	X		20/01/1995
122		Daniel Kulina Gondim		Elizabete Kulina	Francione Ferreira Gondim	X		16/10/2013
123		Gabriel Kulina Gondim		Elizabete Kulina	Francione Ferreira Gondim		X	25/02/2016
124		Mirian Kulina Gondim		Elizabete Kulina	Francione Ferreira Gondim	X		2 anos
125	22	Rodsa Kulina		Tanijoca Kulina	Dsojena Kulina	X		Anciã
126	23	Neide Kulina	Sipocahi	Majahua Kulina	Mao Kulina	X		01/07/1974
127		Railson Carvalho Costa	não indígena	Maria Carvalho da Silva	João de Deus Ferreira da Costa		X	08/10/1970
128		Ailton Kulina		Neide Kulina	Railson Carvalho Costa		X	29/11/2007
129	24	Huarina Antonio Kulina	Huarina	Maria das Graças Kulina	Ibá Kulina		X	06/02/2004
130		Makuneh Kulina	Macconi	Rrabura Ana Kulina	Antonio José Kulina Bezerra	X		25/01/1996
131		Lucijane Kulina		Maconi Luciana Kulina	Huarina Antonio Kulina	X		Uns 4 anos

132	25	Antonio José Kulina Bezerra	Corime/Bufe	Madalena Kulina/ Siteri	José Kulina Bezerra/ Caido		X	25/04/1984
133		Rojama Madija Kulina	Hueo	Joria Madija Kulina	Joji Madija Kulina	X		Adulto
134		Antonio Kulina		Rojama Madija Kulina	Antonio José Kulina Bezerra		X	dois meses
135		Leni Kulina		Rojama Madija Kulina	Antonio José Kulina Bezerra		X	Uns 4 anos
136		Genilval Kulina		Rojama Madija Kulina	Antonio José Kulina Bezerra		X	Uns 6 anos
137		Madalena Kulina	Siteri	Huezarri Kulina	Korime Kulina	X		08/01/1946
138	26	José Carlos Azevedo Santos	não indígena	Maria do Socorro			X	25/09/1983
139		Meire de Lima de Deus		Neide Kulina	Railson Carvalho Costa	X		19/01/2004
140		Kezia de Deus Santos		Meire de Lima de Deus	José Carlos Azevedo Santos	X		12/02/2019
141	27	Pedro José Francisco da Silva	Cossaro	Madalena Kulina/ Siteri	José Kulina Bezerra/ Caido		X	22/10/1970
142		Ridoma Kulima	Ridoma	Toho Kulina	Oma Kulina	X		20/07/1980
143		Ssenani Celiane Kulina	Ssenani	Ridoma Kulima	Pedro José Francisco da Silva	X		15/04/2007
144		Jassica Madija Kulina	Jassica	Huapahia Madija Kulina	Comino Madija Kulina		X	Adulto
145		Davi Kulina		Ssenani Celiane Kulina	Jassica Madija Kulina		X	01 ano
146		Thou Thiana Kulina	Toho	Ridoma Kulima	Pedro José Francisco da Silva	X		28/03/2011
147		Jessica Kulina da Silva		Ridoma Kulima	Pedro José Francisco da Silva	X		01/06/2013
148		Dafine Kulina da Silva		Ridoma Kulima	Pedro José Francisco da Silva	X		30/07/2015
149		Mina Katia Kulina	Mina	Ridoma Kulima	Pedro José Francisco da Silva	X		04/05/2000
150		Mazinho Kulina	Marido de Mina				X	Adulto

151		Kussaro Cassio Kulina	Cossaro	Mina Katia Kulina	pai não indigena		X	24/05/2014
152		Casija Kulina	Casija	Mina Katia Kulina		X		03 anos
153	28	Rupi Culina	Ropi	Manirra Kulina	Raimundo Culina		X	24/08/1974
154		Oneide Kina Kulina	Siho	Iraci Mazia Kulina	Salvador Shauahi Kulina	X		04/04/1961
155		Rogerio dos Santos Kulina		Oneide Kina Kulina	Rupi Culina		X	05/07/2014
156		José dos Santos Kulina		Oneide Kina Kulina	Rupi Culina		X	05/05/2000
157		Jeová Aquino dos Santos Kulina		Oneide Kina Kulina	Rupi Culina		X	15/05/1995
158		Toho Kulina		Ridoma Kulina	Pedro José Francisco da Silva	X		30/10/2004
159		Rosimere Kulina		Toho Kulina	Jeová Aquino dos Santos Kulina	X		10/07/2018
160		Nonata Libu Kulina	Jahua	Oneide Kina Kulina	Rupi Culina	X		10/10/1998
161		Akido Alexandre Kulina	Aquido	Nonata Libu Kulina	Mahuahui Kulina		X	02/07/2016
162		Alessandro Miguel Kulina		Nonata Libu Kulina	José Erison Lima/ Branco		X	01/04/2020
163		Maria de Lourdes dos Santos Kulina	Maria	Oneide Kina Kulina	Rupi Culina	X		06/01/2007
164	29	Caimo Kulina	Caimo	Ridoma Kulina	Pedro José Francisco da Silva		X	02/05/2003
165		Noemia Aparrizo Kulina	Jassica	Maria Kulina	Joaquim Tomai Kulina	X		20/01/1995
166		Arija Madija Kulina	Arija	Noemia Aparrizo Kulina	Caimo Kulina		X	2 anos
167		Idsehe Kulina	Idsehe	Noemia Aparrizo Kulina	Caimo Kulina	X		4 meses
168	30	Daura Kulina	Dahora	Kudisa Rita Kulina	Akura Edmundo Kulina		X	01/01/1970
169		Maria Mamaissa Kulina	Mamaisso			X		adulto
170		Buhuni Madija Kulina	Bojoni	Noku Fabiana Kulina	Daura Kulina	X		04/09/2012
171		Akura Edmundo Kulina	Acora	Noku Fabiana Kulina	Daura Kulina		X	13/02/2015
172	31	Sama Kulina	Sama	Kudisa Rita Kulina	Akura Edmundo Kulina	X		20/01/1961
173		Sama Samanta Kulina Bezerra		Rrabura Ana Kulina	Antonio Francisco Bezerra	X		02/05/2006

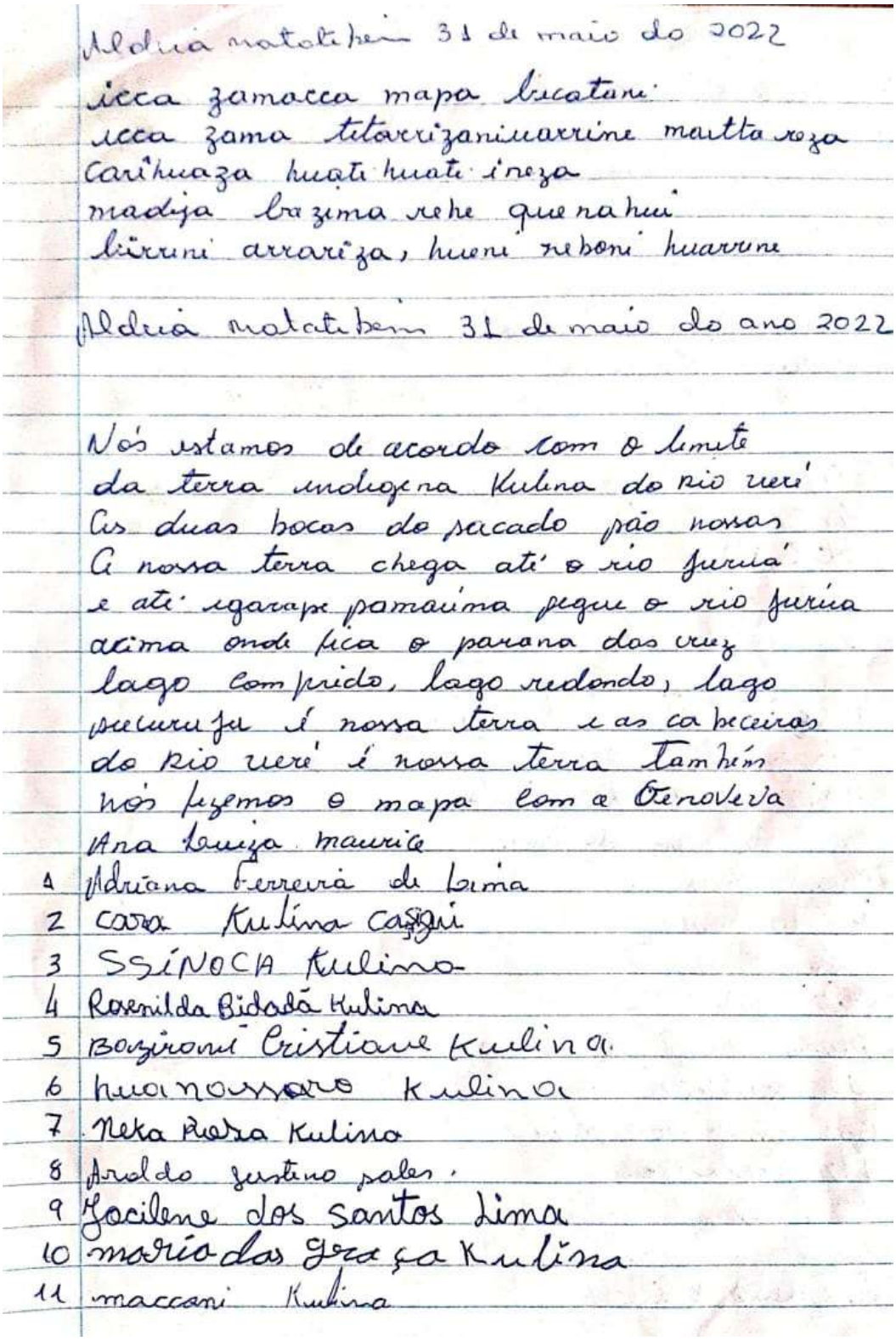
174		Samara Kulina		Maria Mamaissa Kulina	José Paulo Adô Kulina	X		03/05/2007
175		Maira Kulina		Samara Kulina	Adsaro Madija Kulina	X		Bebê
176		Adsaro Madija Kulina	Adsaro	Anai Madija Kulina	Dseca Madija Kulina		X	Adulto
177		Rrabura Ana Kulina	Jabora	Sama Kulina	Namia Kulina	X		06/09/1978
178		Nomia José Kulina		Rrabura Ana Kulina	Antonio José Kulina Bezerra		X	18/05/2012
179		Joana Kulina		Rrabura Ana Kulina	Antonio José Kulina Bezerra	X		19/05/2014
180		José Maicon Kulina		Rrabura Ana Kulina	Antonio José Kulina Bezerra		X	01/12/2017
181		Diana Colina	Jabono	Sama Kulina	Namia Kulina	X		26/04/1975
182		Antonio de Freitas Pinto	não indigena				X	05/08/1976
183		Antonio Carlos Colina Pinto		Diana Kulina	Antonio de Freitas Pinto		X	17/01/1999
184		Vanessa Colina Pinto			Antonio de Freitas Pinto	X		15/09/2003
185		Antonio Carlos Colina Pinto		Diana Kulina	Antonio de Freitas Pinto		X	11/09/2008
186		Nando Kulina Pinto		Diana Kulina	Antonio de Freitas Pinto		X	10/06/2013
187		Filho da Vanessa		Vanessa Colina Pinto	Biraci Neto		X	06/01/2018
188		Giovana Colina Pinto	Amohua	Diana Kulina	Antonio de Freitas Pinto	X		10/04/1998
189		Jailana Colina		Giovana Colina Pinto		X		21/05/2014
190		Márcio Jorge Kulina da Silva					X	23/02/2016
191		filha da Giovana		Giovana Colina Pinto		X		13/01/2017
192	32	Dioni Culina	Dioni	Suzana Kulina	Ilson Mendonça		X	12/12/1989
193		Maria da Conceição Quiná Kulina	Quina	Maria Kulina Silva	Antonio Rocha Macura	X		04/05/1989
194		Márcia Kulina		Maria da Conceição Quiná Kulina	Dioni Culina	X		01/08/2009
195		Shara da Silva Kulina		Maria da Conceição Quiná Kulina	Dioni Culina	X		31/05/2012

196		Jonathan da Silva Kulina		Maria da Conceição Quiná Kulina	Dioni Culina		X	14/12/2014
197		Jhon Kulina		Maria da Conceição Quiná Kulina	Dioni Culina		X	17/09/2017
198		Lidiane Kulina		Maria da Conceição Quiná Kulina	Dioni Culina	X		xx/09/2021
199	33	Francisco das Chagas Lauriano Neres	não indigena	Benedita Neres Barbosa	José Laurino Barbosa		X	02/04/1964
200		Suzana Kulina		Deque Kulina	Juvenal Culina (Misseini)	X		19/04/1961
201		Deque Kulina	Deque	Samuel Kulina	Etelvina Kulina	X		23/10/1939
202		Josué Anori Kulina	Anori	Oneide Kina Kulina/ Siho	Rupi Kulina		X	05/10/2008
203		Muidi Erica Kulina	Mohuidi	Ercília Kulina	José Paulo Adô Kulina	X		25/09/2009
204		Jotia Kulina	Jotia	Loriano Kulina	Rora Kulina	X		12 anos
205		Angelina Kulina		Loriano Kulina	Rora Kulina	X		18 anos
206		Niro Kulina	Niro	Loriano Kulina	Rora Kulina		X	06 anos
207	34	Iponi Kulina	Iponi	Alcina Kulina	Miranda Kulina	X		Adulta
208		André Kulina		Iponi Kulina	Jidoni Kulina		X	Criança
209		Dsono Kulina	Dsono	Iponi Kulina	Jidoni Kulina		X	Rapaz
210		Ssoco Kulina	Ssoco	Iponi Kulina	Jidoni Kulina		X	Criança
211		Modsa Kulina	Modsa	Iponi Kulina	Jidoni Kulina		X	Criança
212		Idirani (neta da Iponi)	Idirani	Caba Kulina	Dahura Kulina	X		Uns 12 anos
213		Mono (neto da Iponi)	Mono	Caba Kulina	Dahura Kulina		X	Uns 15 anos
214	35	Amuco Mazinho Kulina	Amoco	Birico Lorrana Kulina	Anona Duardo Kulina		X	01/01/1997
215		Ire Isabel Kulina	Ire	Anari Ana Kulina	Adiro Kulina	X		01/01/1998
216		Marcos Uamacu Kulina	Amoco	Ire Isabel Kulina	Amuco Mazinho Kulina		X	06/01/2018
217	36	Maria Kulina Silva		Alcina Kulina	Miranda Kulina	X		03/05/1945
218		Robson Kulina		Tonani Sidney Kulina	Bidai Kulina		X	09/02/2011

219		Alex Madija Kulina		Tonani Sidney Kulina	Bidai Kulina		X	25/09/2014
220		Rogério Kulina		Tonani Sidney Kulina	Bidai Kulina		X	25/11/2016
221	37	Oma Erinilson Kulina	Oma	Neka Hilda Kulina	Toné Evanilson Kulina		X	15/12/2001
222		Luana Kulina	Huatiani	Daima Kulina	Aroldo Aro Kulina	X		19 anos
223		Tonama Kulina	Tonama	Luana Kulina	Oma Erinilson Kulina		X	02 anos
224	38	Cazaro Kulina	Cadsaro	Cana Kulina	Azaro Kulina		X	07/05/2001
225		Ara Kulina	Ara	Carroá Kulina	Etano Kulina	X		01/01/1999
226		Zome Kulina	Dsome	Ara Kulina	Cazaro Kulina	X		09 anos
227		Sihua Kulina	Sihua	Ara Kulina	Cazaro Kulina	X		06 anos
228		Manoel Kulina		Ara Kulina	Cazaro Kulina		X	03 anos
229	39	Cana Kulina		Inu Madija Kulina	Missaini Kulina	X		01/04/1950
230	40	Constantino Kulina	Dadso	Carroá Kulina	Etano Kulina		X	01/01/1988
231		Idirani Edilene Kulina	Idirani	Cana Kulina	Macora Kulina	X		08/09/1982
232		Jailton Zubirra Kulina	Dsobija	Idirani Edilene Kulina	Constantino Kulina		X	29/05/2007
233		Jamile Kulina	Tonani	Idirani Edilene Kulina	Constantino Kulina	X		21/07/2011
234		Ishiwi Cristina Kulina	Issihui	Idirani Edilene Kulina	Constantino Kulina	X		20/10/2013
235		Muriru Kulina	Cahuassiro	Idirani Edilene Kulina	Constantino Kulina		X	28/08/2015
236		Jaiane Kulina	Irimao	Idirani Edilene Kulina	Constantino Kulina	X		05 anos
237		Janieli Kulina	Huedsaji	Idirani Edilene Kulina	Constantino Kulina	X		01 ano
238	41	Celino Seve Kulina	Seri	Cana Kulina	Adsaro Madija Kulina		X	01/01/1990
239		Sadá Sandra Kulina	Sada	Toho Kulina	Omar Kulina	X		01/01/1995
240		Leumar Kulina		Sadá Sandra Kulina	Celino Kulina		X	01/01/2017
241		Raisa Kulina	Nocco	Sadá Sandra Kulina	Celino Kulina	X		08 anos
242		Marcelino Kulina		Sadá Sandra Kulina	Celino Kulina		X	03 anos
243		Sandrina Kulina	Caba	Sadá Sandra Kulina	Celino Kulina	X		13/06/2011
244	42	Toné Evanilson Kulina	Tone	Toho Kulina	Oma Kulina		X	08/09/1986
245		Neka Hilda Kulina	Neca	Inu Madija Kulina	Rrore Kulina	X		02/01/1996

246		Biriharu Kulina	Birijaro	Neka Hilda Kulina	Toné Evanilson Kulina	X		29/12/2005
247		Nete Kulina	Nete	Neka Hilda Kulina	Toné Evanilson Kulina	X		24/03/2008
248		Amanda Kulina	Bija	Neka Hilda Kulina	Toné Evanilson Kulina	X		20/01/2012
249		Huerani Kulina	Huerani	Neka Hilda Kulina	Toné Evanilson Kulina		X	07 anos
250		Taina Kulina	Taina	Neka Hilda Kulina	Toné Evanilson Kulina	X		05 anos
251		Nanija Kulina	Nanija	Neka Hilda Kulina	Toné Evanilson Kulina	X		01 ano
252		Anoma Kulina	Anoma	Nete Kulina			X	05 meses
253	43	Adriano da Silva Ferreira	não indígena	Maria Marlenice Moreira da Silva	Sebastião Alexandre Ferreira		X	05/01/1993
254		Maria Antônia Kulina		Neide Kulina	Railson Carvalho Costa	X		30/08/1999
255		Andreia Kulina		Maria Antônia Kulina	Railson Carvalho Costa	X		16/07/2013
256		Andreza Kulina		Maria Antônia Kulina	Railson Carvalho Costa	X		19/08/2015
257		Adriel Kulina			Railson Carvalho Costa		X	Criança

4. Carta de Anuência



Aldeia nataitebem 31 de maio do 2022

icca zamacca mapa bicatani
icca zama titarrizaniuarrine mautta reza
Carihuaza huati huati ireza
nadja bazima rehe quenahui
birruni arrariza, hueni reboni huarrune

Aldeia nataitebem 31 de maio do ano 2022

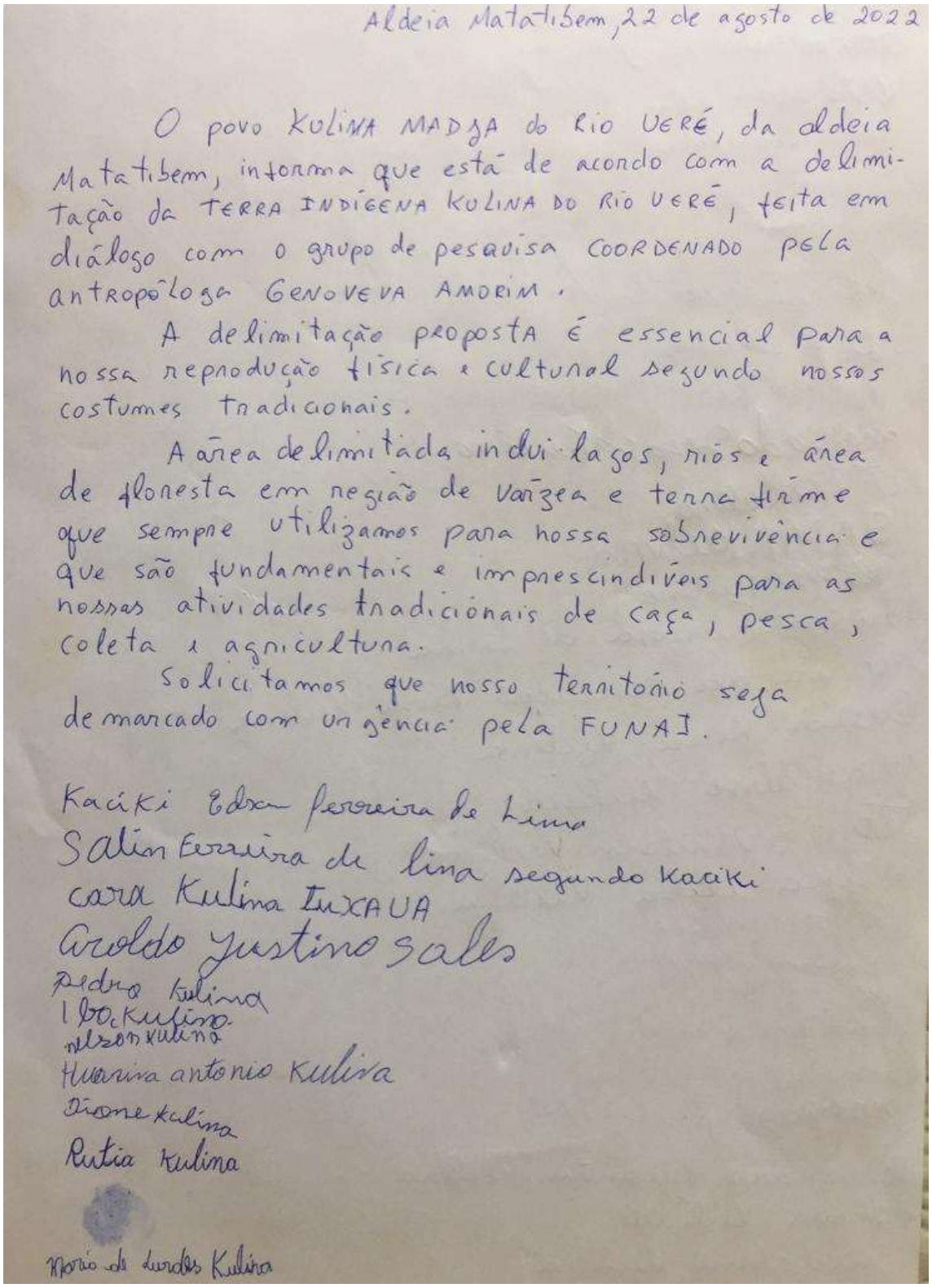
Nós estamos de acordo com o limite
da terra indigena Kulina do rio ueré
Os duas bocas do sacado pão nossas
A nossa terra chega até o rio juruá
e até igarape pamaúna pegue o rio juruá
acima onde fica o parana dos urez
lago comprido, lago redondo, lago
pucuruja é nossa terra e as cabeceiras
do rio ueré é nossa terra também
nós fizemos o mapa com a Otenoveva
Ana Luiza maurica

1 Adriana Ferreira de Lima
2 cara Kulina Cassiri
3 SSÍNOCA Kulina
4 Rosenilda Bidadã Kulina
5 Bozironi Cristiane Kulina
6 huanorraro Kulina
7 Neka Rosa Kulina
8 Araldo Justino sales.
9 Jocilene dos santos Lima
10 maria das Graça Kulina
11 maccani Kulina

12 Maria Lindalva Kulina
13 [illegible]
14 marina Kulina
15 Rosenilda Kulina
16 Bizomi Kulina
17 Francisca antonia Kulina
18 Ramon Goiano Kulina
19 Amuco Kulina
20 Salim Ferreira de lima Kulina
21 AHIE gabriel Kulina
22 Tume Kulina
23 Antônio K Bezerra
24 SOZANA Kulina
25 Natalicio lima Kulina
26 necilda Kulina
27 Ridoma Kulina
28 Francisco · Chaga Kulina
29 dorzo KULINA
30 RAIMUNDO KULINA
31 Meire de Lima de Deus
32 Neide Kulina
33 KESIA Deus
34 Adam Kulina
35 RAIMUNDO KULINA
36 pedro josé Kulina
37 ire kulina
38 Bonifácio Dani kulina
39 Ilza Kulina
40 Diane kulina
41 Maria da Conceição guiomar Kulina
42 Elizabete Kulina

43 Graciane Ferreira gondim
44 Nina Kátia Kulina
45 Irineu Kulina.
46 Severiano Celiane Kulina
47 NONATALIBU KULINA
48 Toko Kulina
50 Mario de Jundiaí Kulina
51 PHAHAVI KULINA
52 naimia Kulina
53 Sama Kulina
54 Francisca Lima e Lima
55 Nine Reinalde Kulina
56 Jailson Zelouna Kulina
57 CELINOCERINO Kulina
58 oneide Kina Kulina
59 RUPTCULINA KULINA
60 ISSIHUI MADITA KULINA →
61 Cassio Kulina de Lima
62 ARAKULINA
63 neti kulina
64 Rivanaro Ponte Kulina
65 Erica Kulina
66 MARIA KULINA SILVA →
67 Nine Reinalde Kulina
68 LUANA KULINA →
69 Rutia Kulina
70 Antonio Samuel Rocha de Lima Kulina
71
72
73
74

5. II Carta de Anuência



Aldeia Matatibem, 22 de agosto de 2022

O povo KULINA MADJA do Rio UERÉ, da aldeia Matatibem, informa que está de acordo com a delimitação da TERRA INDÍGENA KULINA DO RIO UERÉ, feita em diálogo com o grupo de pesquisa COORDENADO pela antropóloga GENOVEVA AMORIM.

A delimitação proposta é essencial para a nossa reprodução física e cultural segundo nossos costumes tradicionais.

A área delimitada inclui lagos, rios e área de floresta em região de Varzea e terra firme que sempre utilizamos para nossa sobrevivência e que são fundamentais e imprescindíveis para as nossas atividades tradicionais de caça, pesca, coleta e agricultura.

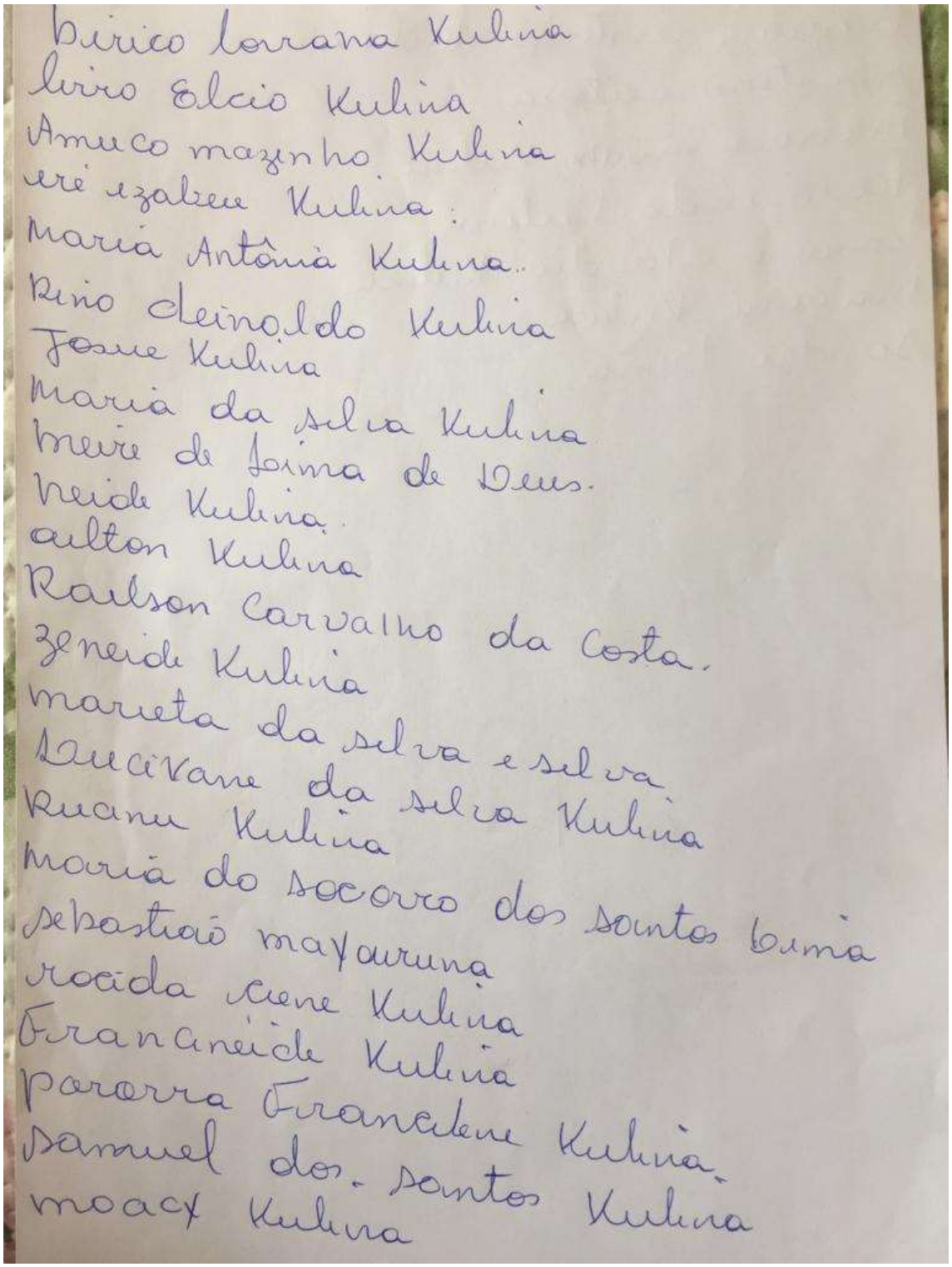
Solicitamos que nosso território seja demarcado com urgência pela FUNAI.

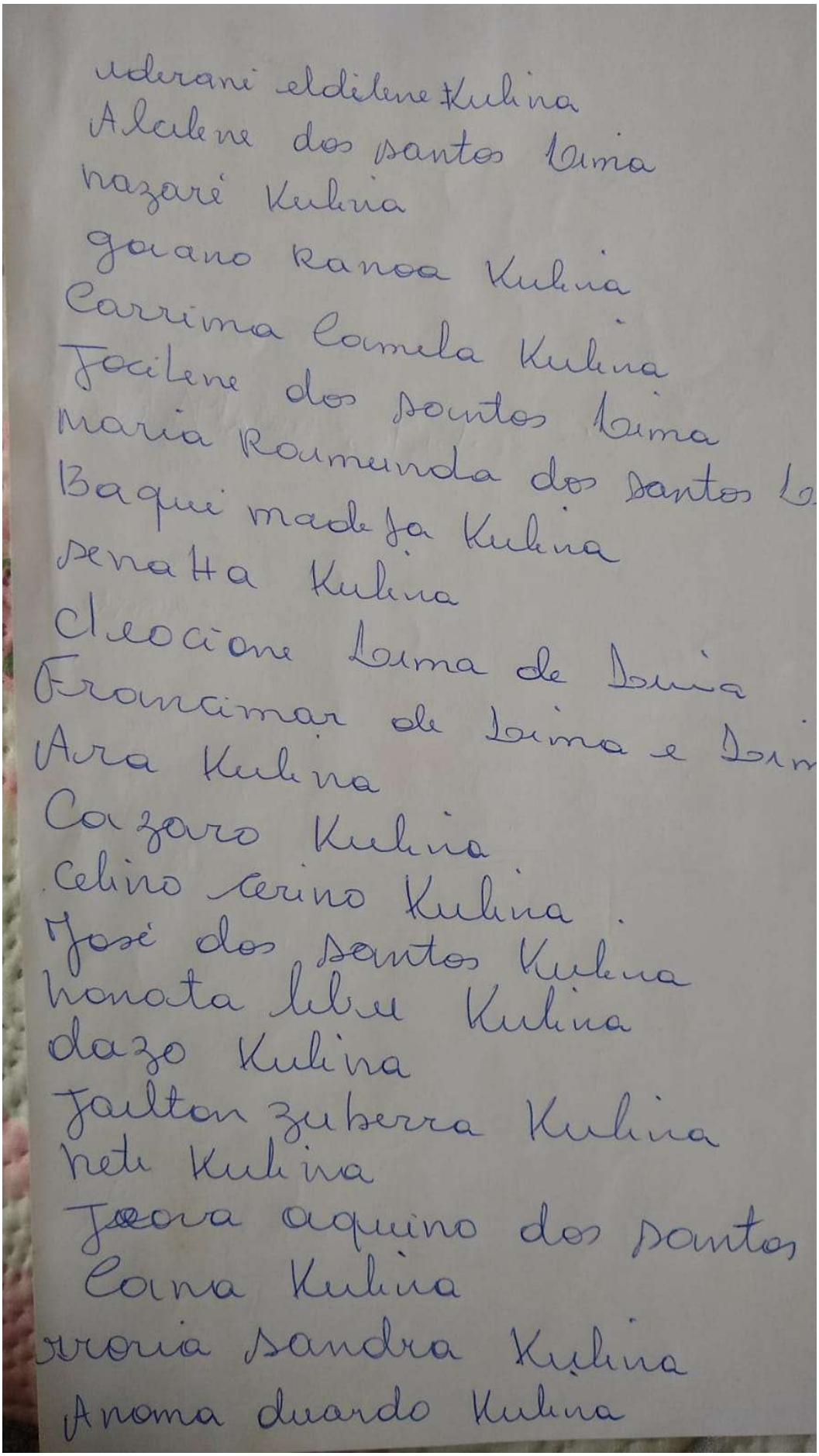
Kacíki Edson Ferreira de Lima
Salin Ferreira de lima segundo Kacíki
cara Kulina IUXAUA
Aroldo Justino Sales
Pedro Kulina
Ivo Kulina
Nilson Kulina
Huarina antonio Kulina
Dione Kulina
Rutia Kulina

Maria de Lurdes Kulina

Comano Claudio Kulina
Antonio Saha Laina KULINA
Wzero Maria Kulina
Zihuini Marcela Kulina

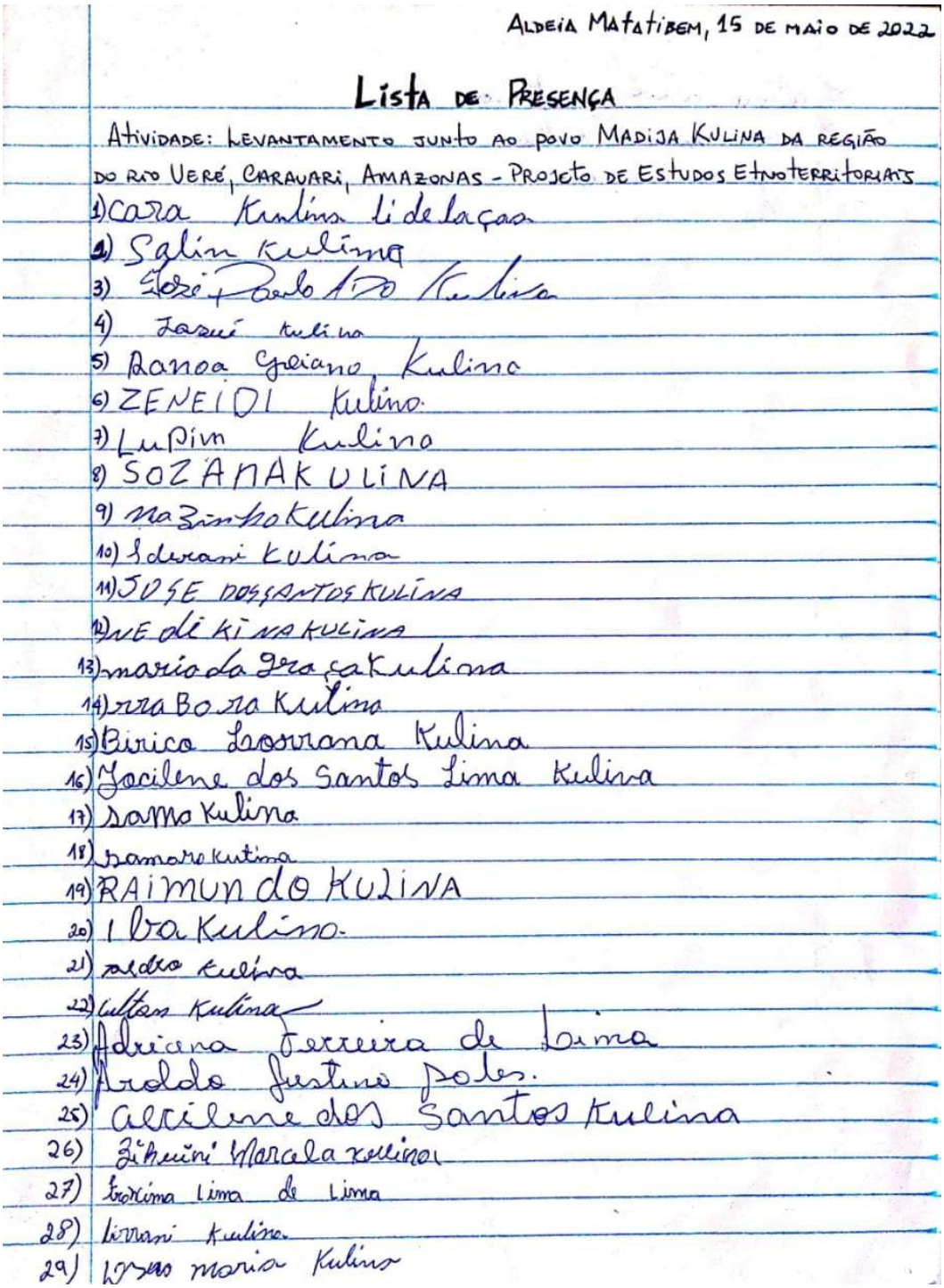
José Paulo dos Santos Lima Kulina
Damana João Kulina
macuva Kulina
Maria do Graça Kulina
JOÃO Kulina
SAMA Kulina
SAMARA Kulina
Adriana Ferreira de Lima
maria da conceição Kena Kulina
Oneide Kena Kulina
Manauisa Kulina
Tonê & Vanilson Kulina
Weka Ilda Kulina
[illegible]
[illegible]
[illegible]
Perwani Kulina
ROSA BORO KULINA
Berraro Ruanta Kulina
Omar Kulina
Madalena Kulina
Watenem Kulina


Birico Lorana Kulina
Biro Elcio Kulina
Amuco mazinho Kulina
Irineza Kulina
Maria Antônia Kulina
Rino Cleinoldo Kulina
Josue Kulina
Maria da silva Kulina
Meire de Jesus de Deus
Neide Kulina
Aulton Kulina
Raulson Carvalho da Costa
Zeneide Kulina
Marieta da silva e silva
Lucivane da silva Kulina
Ruane Kulina
Maria do Socorro dos Santos Lima
Sebastião Mayaruna
Rocida Irene Kulina
Francineide Kulina
Pararra Francilene Kulina
Samuel dos Santos Kulina
Moacy Kulina


uderani eldilene Kukina
Alalene dos Santos Lima
nazaré Kukina
gaiano Ranoa Kukina
Carrima Camila Kukina
Jacilene dos Santos Lima
Maria Raimunda dos Santos L
Baqui madeja Kukina
Renata Kukina
Cleociane Lima de Souza
Franciman de Lima e Sou
Ara Kukina
Cazaro Kukina
Celino Serino Kukina
José dos Santos Kukina
Honata Libu Kukina
dazo Kukina
Jailton Zuberra Kukina
Neti Kukina
Joana aquino dos Santos
Cana Kukina
Maria Sandra Kukina
Anoma duardo Kukina

Bazirane cristiane Kulina
sebastião Teitosa
marrode moabe Kulina
Roumundo Kulina
Kamano cláudio Kulina
Mahuazi Kulina
Sandro Lima

6. Lista de presença da Oficina Levantamento junto ao povo Madija Kulina na região do rio Ueré



ALDEIA MATATIBEM, 15 DE MAIO DE 2022

LISTA DE PRESENÇA

ATIVIDADE: LEVANTAMENTO JUNTO AO POVO MADIJA KULINA DA REGIÃO DO RIO UERÉ, CARAUARI, AMAZONAS - PROJETO DE ESTUDOS ETNOTERRITORIAIS

1) Cara Kulina Lidelaças
2) Salin Kulina
3) Zezé Pedro Kulina
4) Jazuí kulina
5) Ranoa Graiano Kulina
6) ZENEIDI Kulina
7) Lupim Kulina
8) SOZANAK ULINA
9) nazinho Kulina
10) Edevani Kulina
11) JOSE DOS SANTOS KULINA
12) WEDEKINA KULINA
13) maria da Graça Kulina
14) rra Bora Kulina
15) Birico Leovrana Kulina
16) Jocilene dos Santos Lima Kulina
17) Sama Kulina
18) Ramara Kulina
19) RAIMUNDO KULINA
20) Iora Kulina
21) Pedro Kulina
22) Cultan Kulina
23) Adriana Ferreira de Lima
24) Adolo Justino Pedes.
25) Aciclene dos Santos Kulina
26) Zuleni Marcela Kulina
27) Jocima Lima de Lima
28) Levani Kulina
29) Rosa maria Kulina

30) Nina Kátia Kuikuro
31) Aine clinalda kuikuro
32) Biazoni kuikuro
33) Cultan kuikuro

7. Lista de alunos da TI Rio Ueré



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SEMED

MATRICULA INICIAL – ANO: 2022

ESCOLA MUNICIPAL: **MEIRISMAR SILVA DE SOUZA** INEP: 13073613

COMUNIDADE: **MATATIBEM** TURMA: **A** TURNO: **VESPERTINO**

PROFESSOR (A): **CLEUDINALDO CRETUDE DE LIMA / PEDRO JOSÉ FRANCISCO DA SILVA**

Nº	NOME DO ALUNO	DATA NASCIMENTO	ANO	SEXO	NOV.	REP.	OBSERVAÇÃO
01	ALICE SOUZA DA SILVA	30/01/2012	4º	F	X		Transf. Maria Rosiria Transporte Escolar / Santarem
02	BIRIRRARO RUANITA KULINA	07/04/2006	4°	M	X		
03	BAQUI HENRIQUE KULINA	09/05/2011	4°	M	X		
04	JAILTON ZUBIRRA KULINA	29/05/2007	4°	M	X		
05	LUCIVANIA DA SILVA KULINA	16/01/2012	4º	F	X		
06	RUAINO KULINA	08/01/2006	4º	M		X	
07	OMAR KULINA	01/04/2011	4°	M	X		
08	SARA DA SILVA KULINA	31/05/2012	4°	F	X		
09	**5º ANO**						
10	DAMIM DANIEL KULINA	14/01/2012	5°	M	X		
11	FRANCISCO THAYLON DE SOUZA	15/10/2007	5º	M		X	Transporte Escolar / Santarem
12	JOSUÉ CULINA	09/06/2010	5°	M	X		
13	MARIA DE LURDES DOS SANTOS KULINA	06/01/2007	5°	F	X		
14	MEIRE DE LIMA DE DEUS	19/01/2004	5°	F		X	
15	MUIDI ERICA DOS SANTOS KULINA	25/09/2005	5°	F	X		
16	RERRANI KULINA	14/02/2009	5°	M		X	
17	SAMA SAMANTA KULINA BEZERRA	02/05/2006	5º	F	X		
18	THOÜ THIANA KULINA	28/03/2011	5º	F		X	
19							
20							
20							
21							
22							
23							
24							
25							
26							
27							
28							
29							
30							
	TOTAL DE ALUNOS: 17						

Observação: NOV (Novato), REP (Reprovado).

Carauari, _____ de _____ de 2022.

Professor (a) | Orientador (a) Pedagógico (a) | Coordenadora Administrativa
Decreto: 0362/2021-GP

Rua Jorge Alves, s/nº - Centro – CEP 69.500-000 Carauari – AM

CS Digitalizado com CamScanner

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SEMED

MATRICULA INICIAL – ANO: 2022

ESCOLA MUNICIPAL: **MEIRISMAR SILVA DE SOUZA** **INEP: 13073613**

COMUNIDADE: **MATATIBEM** TURMA: **A** TURNO: **VESPERTINO**

PROFESSOR (A): **MARCILENE MIRANDA FRANCO FROZ / BORORRIANO DAVI KULINA**

Nº	NOME DO ALUNO	DATA NASCIMENTO	ANO	SEXO	NOV.	REP.	OBSERVAÇÃO
01	MÁRCIA KULINA	10/08/2009	6º	M	X		
02	NATALÍCIO LIMA KULINA	29/11/2008	6º	M		X	
03	ROSIDÁ CIENE KULINA	03/02/2005	6º	F	X		
04	SSENANI CELIANE KULINA	15/04/2007	6º	F	X		
05	ZIHUINI MARCELA KULINA	06/05/2006	6º	F		X	
06	**7º ANO**						
07	AHIE GABRIEL KULINA	12/05/2010	7º	M	X		
08	MARINA KULINA	20/03/2008	7º	F		X	
09	MARRODE MOABI KULINA	29/11/2007	7º	M		X	
10	RINO CLEINALDO KULINA	04/09/2003	7º	M	X		
11	**8º ANO**						
12	CARRIMA CAMILA KULINA	05/08/2008	8º	F	X		
13	KAI JOSE KULINA	05/01/2005	8º	M	X		
14	LIMANA JOÃO KULINA	01/01/2008	8º	M	X		
15	**6º/9º ANO**						
16	ANTONIO SAHA LIMA KULINA	02/05/2003	6º/9º	M	X		PEND. MAT.
17	BAQUI NADIJA KULINA	06/04/1983	6º/9º	M	X		Pend. 1º Bloco
18	DSERO MARIA KULINA	06/05/2006	6º/9º	F	X		PEND. POT. CIÊN. MAT.
19	HUARINA ANTONIO KANAMARI	06/02/2008	6º/9º	M	X		Pend. 1º Bloco
20	IBA KULINA	05/09/1981	6º/9º	M	X		PEND. PORT.
21	LIRRO ELCIO KULINA	07/11/2002	6º/9º	M	X		Pend. 1º Bloco
22	NEKA ROSA KULINA	27/12/2000	6º/9º	F	X		PEND. PORT.
23	RUTIA CULINA	19/12/2009	6º/9º	F	X		Iniciante
24							
25							
26							
27							
28							
29							
30							
TOTAL DE ALUNOS: 20							

Observação: NOV (Novato), REP (Reprovado).

Carauari, _____ de _____ de 2022.

Professor (a)

Orientador (a) Pedagógico (a)

Coordenadora Administrativa
Decreto: 0362/2021-GP

Rua Jorge Alves, s/nº - Centro – CEP 69.500-000 Carauari – AM
TEL /FAX (97) 3401-1282 E-mail: semed.carauari@gmail.com

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SEMED

MATRICULA INICIAL – ANO: 2022

ESCOLA MUNICIPAL: **MEIRISMAR SILVA DE SOUZA** INEP: **13073613**

COMUNIDADE: **MATATIBEM** TURMA: **A** TURNO: **MATUTINO**

PROFESSOR (A): **ANTONIA LUANA DA SILVA SOUZA / ELIZABETE KULINA**

Nº	NOME DO ALUNO	DATA NASCIMENTO	ANO	SEXO	NOV.	REP.	OBSERVAÇÃO
01	ANDREZA KULINA FERREIRA	19/08/2015	1°	F	X		
02	DAFINE KULINA DA SILVA	30/07/2015	1°	F	X		
03	GABRIEL KULINA GONDIM	25/02/2016	1°	M	X		
04	ICARO SOUZA DE ARAUJO	30/01/2016	1°	M	X		
05	LAYRA LUYSE PEREZ DA SILVA	30/01/2016	1°	F	X		
06	MARIA KETULY SOUZA DA SILVA	13/11/2015	1°	F	X		Transporte Escolar / Santarem
07	MURIRU KULINA	28/08/2015	1°	M	X		
08	NIRO KULINA	03/12/2115	1°	M	X		
09	RAISSA KULINA	17/11/2015	1°	F	X		
10	VERANI GABRIELA KULINA	17/06/2015	1°	F	X		
11	**2º ANO**						
12	ALEX MACURA KULINA	25/09/2014	2°	M	X		
13	ISAQUE DE SOUZA KULINA	12/11/2014	2°	M	X		
14	JOANA KULINA	19/05/2014	2°	F	X		
15	JONATHAN KULINA	14/12/2014	2°	M	X		
16	KASSARU CASSIO FRANCISCO KULINA	24/05/2014	2°	M	X		
17	KUAMAM GISELE LIMA KULINA	15/03/2015	2°	F	X		
18	MAURICIO PIUA KULINA	12/04/2014	2°	M	X		
19	MATHEUS DA SILVA KULINA	14/12/2014	2°	F	X		
20	NORRIMA DANIELE KULINA	06/02/2015	2°	F	X		
21	RAYCHA LIMA	24/11/2014	2°	F	X		
22	ROGERIO DOS SANTOS KULINA	05/07/2014	2°	M	X		
23	THAYNÁ BATISTA DE CASTRO	31/12/2014	2°	F	X		
24							
25							
26							
27							
28							
29							
30							
TOTAL DE ALUNOS: 22							

Observação: NOV (Novato), REP (Reprovado).

Carauari, _____ de _____ de 2022.

Professor (a)

Orientador (a) Pedagógico (a)

Coordenadora Administrativa
Decreto: 0362/2021-GP

Rua Jorge Alves, s/nº - Centro – CEP 69.500-000 Carauari – AM